



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 171ª SESSÃO À 177ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 30 Nº 53
19 OUT. A 31OUT.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2006

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO	Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO	Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senadora	SERYS SLHESSARENKO (PT- MT)
2º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
3º Senador	ALVARO DIAS (PSDB-PR)
4º Senador	AELTON FREITAS (PL-MG)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia
PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro
BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão
PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará
PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco
PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais
BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás
PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso
PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Shlessarenko**

Rio Grande do Sul
PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará
PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba
PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PRB – Roberto Cavalcanti **^S

Espírito Santo
PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí
PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte
PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina
PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas
P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotonio Vilela Filho**

Sergipe
PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas
PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná
PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre
BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul
PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PT – Delcídio Amaral **
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal
PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins
PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá
PMDB – José Sarney *
PMDB – Geovani Borges**^S
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia
PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima
PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL		edição de 18 de setembro de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	30
Considerações sobre a situação vexatória das prefeituras que, ao longo dos anos, alcançaram um endividamento altíssimo com a Previdência Social. Senador Antônio Carlos Valadares.	412	Transcrição da matéria intitulada “Cai diretor do BB que colheu dados para dossiê”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , em sua edição de 21 de setembro de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.	32
AMAZÔNIA		Transcrição da matéria intitulada “Dinheiro deve ter saído do PT, diz relatório”, publicada pelo jornal <i>Folha de São Paulo</i> , em sua edição de 18 de outubro de 2006. Senador Almeida Lima.	33
Encaminhamento de requerimento que solicita informações ao Ministro de Minas e Energia, sobre venda de área da Amazônia para ingleses. Senador Mozarildo Cavalcanti.	162	Transcrição do editorial intitulado “A conta não fecha”, publicado pelo jornal <i>O Globo</i> , em sua edição de 31 de agosto de 2006. Senador Antero Paes de Barros.	34
ARTIGO DE IMPRENSA		Transcrição das matérias intituladas “PT vai dar reajuste menor a servidor se vencer eleição” e “Reajustes do funcionalismo poderão ser menores, diz coordenador da campanha de Lula”, publicadas nos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>O Estado de S. Paulo</i> , respectivamente. Senador Arthur Virgílio.	35
Transcrição dos artigos publicados na imprensa sobre o Governo Lula. Inclusão nos Anais do artigo “O Dom Quixote da Imprensa”, publicado pelo jornal <i>Tribuna da Imprensa</i> , em 18 de outubro de 2006, de autoria do Senhor Orpheu Santos Sales. Senador Arthur Virgílio.	8	Transcrição de reportagem veiculada pela revista <i>Veja</i> , em sua edição de 11 de outubro de 2006, intitulada “Por que não pode todo mundo ser Ronaldinho”. Senador Antonio Carlos Magalhães.	68
Transcrição da matéria intitulada “O ajuste de contas”, publicada pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 24 de setembro de 2006. Senadora Lúcia Vânia.	23	Transcrição da matéria intitulada “Justiça manda prender 6 petistas ligados a dossiê”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 27 de setembro de 2006. Senador Alvaro Dias.	112
Transcrição da matéria intitulada “PT não aprende com crise, diz Alckmin”, publicada pelo jornal <i>Folha de São Paulo</i> , em sua edição de 17 de setembro de 2006. Senador Alvaro Dias.	27	Transcrição da matéria intitulada “O Maior escândalo da história”, publicada pelo <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 21 de setembro de 2006. Senador Marcos Guerra.	113
Transcrição da matéria intitulada “BB continua ‘partidarizado’ revela crise”, publicada pelo jornal <i>Folha de São Paulo</i> , em sua edição de 22 de setembro de 2006. Senador Marcos Guerra.	28	Transcrição da matéria intitulada “Hackers atacam página do PT”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 24 de agosto de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	114
Transcrição do editorial intitulado “Palavras ao vento”, publicado pelo jornal <i>Folha de São Paulo</i> , em sua edição de 31 de agosto de 2006. Senador Papaléo Paes.	29	Transcrição da matéria intitulada “Lula des- pista atacando, diz Alckmin”, publicada pelo jornal	

Pág.	Pág.		
<p><i>O Estado de S.Paulo</i>, edição de 28 de agosto de 2006. Senador Papaléo Paes.</p> <p>Transcrição do artigo intitulado “Troca de mosserra”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i>, edição de 12 de setembro de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.</p> <p>Transcrição da matéria intitulada “PF identifica a casa de câmbio que comprou dólares de petistas”, publicada pelo jornal <i>Folha de S.Paulo</i>, edição de 30 de setembro de 2006. Senador Antero Paes de Barros.</p> <p>Transcrição da matéria intitulada “CPI derrota governo e convoca Berzoini e Freud para depor”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i>, edição de 18 de outubro de 2006. Senador Almeida Lima.</p> <p>Transcrição das matérias intituladas “Risco de apagão pode chegar a 50% em 2008”, “Liberdade de imprensa retrocede no Brasil” e “Perdulário, gigantesco e ineficiente”, publicadas, respectivamente, no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> e na revista <i>Veja</i>, em suas edições de 24 e 25 de outubro de 2006. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Transcrição da matéria intitulada “O terrorismo do PT”, publicada pela revista <i>Veja</i>, edição de 18 de outubro de 2006. Senador Almeida Lima. ..</p> <p>Transcrição da matéria intitulada “A Desilusão Venceu a Esperança”, publicada pela revista <i>Época</i>, edição de 2 de outubro de 2006. Senador Antero Paes de Barros.</p> <p>Transcrição da matéria intitulada “PT afirma que recebeu e distribuiu cartilhas com publicidade federal”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i>, edição de 13 de setembro de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.</p> <p>Transcrição do artigo intitulado “Restou um caudilho”, publicado pelo jornal <i>Folha de S.Paulo</i>, edição de 25 de agosto de 2006. Senador Papaléo Paes.</p> <p>Transcrição da matéria intitulada “Ex-governador de Goiás muda versão sobre relato de mensalão a presidente”, publicada pelo jornal <i>Folha de S.Paulo</i>, edição de 5 de setembro de 2006. Senador Flexa Ribeiro.</p> <p>Transcrição da matéria intitulada “Ficou ainda pior”, publicada pela revista <i>Veja</i>, edição de 18 de outubro de 2006. Senador Marcos Guerra.</p> <p>Transcrição da matéria intitulada “Outra violação de sigilo”, publicada pelo jornal <i>Correio Braziliense</i>, edição de 23 de setembro de 2006. Senadora Lúcia Vânia.</p> <p>Transcrição da matéria intitulada “General reclama de intimidação”, publicada pelo jornal <i>Cor-</i></p>	<p>115</p> <p>116</p> <p>117</p> <p>118</p> <p>119</p> <p>147</p> <p>149</p> <p>155</p> <p>156</p> <p>157</p> <p>158</p> <p>159</p>	<p><i>reio Braziliense</i>, edição de 13 de outubro de 2006. Senador Alvaro Dias.</p> <p>Transcrição do artigo intitulado “Cleptopelagismo: criação brasileira”, de autoria de Lourenço Cazarré. Senador Heráclito Fortes.</p> <p>Transcrição da matéria intitulada “Vice da OAB acusa Lula de desestimular a PF”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i>, edição de 28 de setembro de 2006. Senador Alvaro Dias.</p> <p>Transcrição da matéria intitulada “Céu sem despesas”, publicada no <i>Jornal do Brasil</i>, edição de 30 de agosto de 2006. Senador Antero Paes de Barros.</p> <p>Transcrição do artigo intitulado “Será possível que ninguém se toca?” de autoria do jornalista Arnaldo Jabor, publicado no jornal <i>O Globo</i>, edição de 17 de outubro de 2006. Senador Almeida Lima. ..</p> <p>Transcrição da matéria intitulada “TCU bloqueia repasse de R\$ 6,35mi ao Piauí às vésperas da eleição”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i>, edição de 13 de setembro de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.</p> <p>Transcrição da matéria intitulada “Presidente comprou governador de MT”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i>, edição de 16 de outubro de 2006. Senador Flexa Ribeiro.</p> <p>Transcrição da matéria intitulada “PF afasta delegado e faz intervenção branca para controlar investigações”, publicada pelo jornal <i>Folha de S.Paulo</i>, edição de 22 de setembro de 2006. Senador Marcos Guerra.</p> <p>Transcrição da matéria intitulada “Imagens de TV manipuladas”, publicada pelo jornal <i>Correio Braziliense</i>, edição de 23 de setembro de 2006. Senadora Lúcia Vânia.</p> <p>Transcrição do artigo intitulado “Alckmin e as negociações comerciais”, do ex-Embaixador do Brasil na Grã-Bretanha e nos EUA, Rubens Barbosa, publicado no jornal <i>O Globo</i>, edição de 24 de outubro de 2006. Senador Eduardo Azeredo.</p> <p>Transcrição da matéria intitulada “PF pedirá a quebra do sigilo telefônico de cinco petistas”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i>, edição de 25 de setembro de 2006. Senador Alvaro Dias.</p> <p>Transcrição da matéria intitulada “Só metade dos pacotes já entrou em vigor”, publicada no jornal <i>Folha de São Paulo</i>, edição de 23 de setembro de 2006. Senadora Lúcia Vânia.</p> <p>Transcrição da matéria intitulada “FH contrata e diz que ‘bandido é na cadeia’”, publicada no jornal <i>O Globo</i>, edição de 30 de agosto de 2006. Senador Marcos Guerra.</p>	<p>160</p> <p>176</p> <p>179</p> <p>181</p> <p>182</p> <p>184</p> <p>185</p> <p>186</p> <p>188</p> <p>212</p> <p>285</p> <p>286</p> <p>287</p>

Pág.	Pág.
Transcrição da matéria intitulada “Dossiê Ve- doin foi decisivo para a queda”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 2 de outubro de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	288
Transcrição do artigo intitulado “O ‘modus operandi’ da reeleição”, publicado no jornal <i>O Esta- do de S.Paulo</i> , edição de 12 de setembro de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.	289
Transcrição da matéria intitulada “Mais uma tentativa de errar”, publicada na revista <i>Exame</i> , edi- ção de 13 de setembro de 2006. Senador Antero Paes de Barros.	290
Transcrição da coluna do jornalista Augusto Nunes, do <i>Jornal do Brasil</i> , intitulada “mentir é o mesmo que rezar”. Senador Antonio Carlos Maga- lhães.	378
Transcrição do editorial intitulado “Choque de realidade”, do jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 6 de setembro de 2006. Senador Antero Paes de Barros.	417
Transcrição do artigo intitulado “Lula sem FHC”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 12 de setembro de 2006. Senador Juvêncio da Fonse- ca.	419
Transcrição da matéria intitulada “Caio Fábio diz que foi pressionado por PT no caso Cayman” e “FAT financia ONG ligada a ex-assessor de Mer- cadante”, publicadas, respectivamente, pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , em suas edições de 22 de outubro e 22 de setembro de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	419
Transcrição da matéria intitulada “Para vice de Serra, petistas são ‘filhotes de Goebbels’”, pu- blicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 11 de outubro de 2006. Senador Alvaro Dias.	422
Transcrição do editorial intitulado “Sismo sob o PT”, do jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 25 de setembro de 2006. Senadora Lúcia Vânia.	423
Transcrição da entrevista intitulada “Vou apoiar a produção de TV digital na Zona Franca”, conce- dida pelo candidato tucano Geraldo Alckmin, publi- cada no jornal <i>A Crítica</i> , edição de 15 de outubro de 2006. Senador Arthur Virgílio.	424
ATUAÇÃO PARLAMENTAR	
Agradecimento à postura de solidariedade demonstrada por colegas Senadores, no que diz respeito às denúncias de envolvimento de S.Exa. no caso das “Sanguessugas”. Senador Ney Suas- suna.	61
(BA)	
Críticas a Jaques Wagner, por ter declarado ao jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> que petistas envol- vidos em denúncias sobre o escândalo do dossiê “têm o direito de mentir”. Senador Antonio Carlos Magalhães.	125
CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Apelo à Câmara dos Deputados no sentido de que inclua a matéria da regulamentação do Lo- bby na Ordem do Dia, pois o “Lobby” proporciona uma maior transparência no processo democrático. Senador Marco Maciel.	407
CONGRESSO NACIONAL	
Sugestões ao Congresso Nacional para dis- cussão na próxima legislatura, de uma agenda mí- nima para o País. Senador Sibá Machado.	403
COOPERATIVA	
Comentários à matéria intitulada “Coopera- tiva do Sr. Lorenzetti quebra no Estado do Pará”. Senador Heráclito Fortes.	94
(CPI)	
Comentários às declarações do Ministro Tarso Genro, e às matérias publicadas na imprensa sob- re superfaturamento nas obras do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, o escândalo do dossiê e irregularidades encontradas pelo TCU no Data- prev e na Casa da Moeda do Brasil. Senador Arthur Virgílio.	98
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Apelo aos novos Senadores eleitos, para que não descuidem de incentivar as potencialidades eco- nômicas do Nordeste. Senador Ney Suassuna. ...	166
Considerações sobre o programa intensivo de plantação de mamona em todo Nordeste. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Ney Suas- suna.	174
EDUCAÇÃO	
Comentários a respeito dos investimentos da China na área da educação. Senador Valdir Rau- pp.	97

	Pág.		Pág.
Cumprimentos ao Ministro da Educação e ao titular da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, pela realização, no dia 6 de novembro de 2006, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, de audiência pública destinada a debater o Ensino Técnico Profissionalizante em todo o País. Senador Paulo Paim.	382	Considerações ao debate, realizado no dia 23 de outubro de 2006, entre os candidatos à Presidência da República, Geraldo Alckmin e Luiz Inácio Lula da Silva. Senador Arthur Virgílio.	98
ELEIÇÃO		Críticas às ironias do Presidente Lula, candidato à reeleição, em debate nacional. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Mozarildo Cavalcanti.	145
Registro de e-mail recebido sobre o possível uso de aviões da FAB, destinados ao transporte de eleitores, para irem votar em seus estados. Senador Arthur Virgílio.	8	Considerações sobre os discursos dos candidatos à eleição. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Roberto Saturnino.	145
Informações sobre acusações feitas pelo Presidente Lula ao candidato Geraldo Alckmin, segundo o qual a Zona Franca de Manaus será extinta. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Heráclito Fortes.	10	O uso eleitoral da Polícia Federal. Senador Mozarildo Cavalcanti.	162
Críticas ao Presidente Lula, devido ao uso da reinauguração do Correio Aéreo Nacional para fins eleitorais. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Arthur Virgílio.	17	Considerações sobre o uso eleitoral da Polícia Federal. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Heráclito Fortes.	163
Considerações sobre a atitude do Presidente Lula no debate do dia 15 de outubro de 2006, na TV Bandeirantes. Senador Arthur Virgílio.	35	Considerações sobre as promessas apresentadas pelos candidatos eleitos. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Heráclito Fortes.	167
Análise do resultado das eleições no Estado de Roraima. Senador Mozarildo Cavalcanti.	64	Questionamentos a respeito das notícias veiculadas sobre a eleição presidencial. Senador Arthur Virgílio.	190
Comentários às declarações do Governador eleito da Bahia, Jaques Wagner. Senador Antonio Carlos Magalhães.	68	Regozijo pela consolidação da democracia brasileira na eleição presidencial. Registro de dificuldades no Ministério das Relações Exteriores em virtude do envolvimento do Ministro na campanha eleitoral para Presidente da República. Senador Arthur Virgílio.	209
Comentários à matéria intitulada "Pais denunciam excursão irregular a comício", publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 21 de outubro de 2006. Senador Arthur Virgílio.	87	Satisfação pela vitória do Brasil nas eleições realizadas no dia 29 de outubro de 2006, em todo o País. Análise sobre os resultados alcançados pelo Presidente Lula nas eleições. Senadora Ideli Salvatti.	253
Cumprimentos à Senadora Heloísa Helena pela coerência na campanha à Presidência da República. Considerações sobre o debate, realizado no dia 23 de outubro de 2006, entre os candidatos à Presidência da República, Geraldo Alckmin e Luiz Inácio Lula da Silva. Comentários às declarações do Governador eleito da Bahia, Jaques Wagner. Senador César Borges.	89	Considerações sobre os resultados das eleições presidenciais, realizadas em 29 de outubro de 2006, e o recado deixado pelas urnas. Senador Arthur Virgílio.	255
Considerações sobre as declarações do Governador eleito da Bahia, Jaques Wagner. Aparte ao Senador César Borges. Senador Antonio Carlos Magalhães.	90	Comentários sobre as definições de convergência política entre a Presidência da República e o Congresso Nacional, no período pós-eleição. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Tião Viana. ..	260
Considerações ao debate, realizado no dia 23 de outubro de 2006, entre os candidatos à Presidência da República, Geraldo Alckmin e Luiz Inácio Lula da Silva. Senador Heráclito Fortes.	94	Comentários a respeito do relacionamento do Presidente Lula para com o Congresso Nacional, no período pós-eleição. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Eduardo Suplicy.	261
		Elogios à pessoa do candidato Geraldo Alckmin, com quem conviveu nos últimos meses da campanha eleitoral. Senador Heráclito Fortes.	262
		Satisfação e análise sobre a expressiva vitória do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, reeleito para o cargo de Presidente da República. Senador Tião Viana.	265

	Pág.	V	Pág.
Regozijo com o clima político que se instalou após a vitória do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, reeleito para o cargo de Presidente da República. Aparte ao Senador Tião Viana. Senadora Ideli Salvatti.	267		414
Considerações sobre a vitória do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, reeleito para o cargo de Presidente da República. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Eduardo Suplicy.	268		
Saudação ao extraordinário momento vivido pelo Brasil com as eleições para Presidente da República. Senador Eduardo Suplicy.	269		
Análise sobre o resultado das eleições, realizadas no dia 29 de outubro de 2006, para o cargo de Presidente da República. Senador Mão Santa.	271		
Aplausos à reeleição do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Senador Marcelo Crivella.	373		
Regozijo pela vitória do Presidente Lula, uma genuína manifestação da democracia. Senador Roberto Saturnino.	375		
Críticas à reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Aparte ao Senador Roberto Saturnino. Senador Mão Santa.	376		
Considerações sobre a falsa vitória da democracia brasileira, a reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Mão Santa.	379		
Cumprimentos à Senadora Ana Júlia Carepa, pela vitória alcançada na disputa pelo cargo de Governadora do Pará. Senadora Ideli Salvatti.	387		
Considerações a respeito do segundo turno das eleições 2006. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Roberto Saturnino.	388		
Considerações sobre a complexidade do processo democrático. Intenção de cobrar do Presidente Lula as promessas de campanha. Senador Mão Santa.	392		
Leitura de Nota Oficial da Executiva Nacional do PFL, aprovada no dia 31 de outubro de 2006, sobre os resultados das eleições presidenciais do dia 29 de outubro de 2006. Senador Jorge Bornhausen.	402		
Cumprimentos ao Presidente Lula pela vitória alcançada, bem como aos demais candidatos aos cargos de Governador. Senador Sibá Machado. ..	403		
Cumprimentos ao Presidente Lula pela vitória alcançada nas eleições 2006. Senador Antônio Carlos Valadares.	412		
Votos de bom êxito ao Presidente Lula no desempenho de sua missão. Questionamentos sobre		as primeiras palavras do Presidente Lula, após o resultado das eleições. Senador José Agripino. ...	414
		EXERCÍCIO PROFISSIONAL	
		Manifestação contra a postergação da regulamentação do instituto do “Lobby”, cujo projeto é da autoria de S.Exa. Senador Marco Maciel.	407
		GOVERNO FEDERAL	
		Retrospectiva das sucessivas denúncias de irregularidades no Governo Lula. Senador Heráclito Fortes.	205
		Protesto contra a falta de ação do Governo Federal, em razão da paralisação dos controladores de voo. Senador Antonio Carlos Magalhães.	378
		HOMENAGEM	
		Registro, no dia 19 de outubro, do aniversário de fundação do Estado do Piauí. Senador Mão Santa.	1
		Voto de Aplauso à Editora Alvinegra, pelo lançamento da Revista Piauí. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Arthur Virgílio.	3
		Voto de Louvor ao aniversário de fundação do Estado do Piauí. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Heráclito Fortes.	5
		Homenagem ao aniversário de fundação do Estado do Piauí. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Leomar Quintanilha.	6
		Homenagem ao Estado do Piauí pela passagem do aniversário de sua fundação, em 19 de outubro. Senador Leomar Quintanilha.	6
		Encaminhamento à Mesa do requerimento nº 1.068, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao Município de Manaus, pelo transcurso de seu 337ª aniversário de criação. Senador Arthur Virgílio.	78
		Registro de 23 anos de existência do jornal <i>Folha de Boa Vista</i> . Senador Mozarildo Cavalcanti.	79
		Homenagem a Muhammad Yunus, brilhante professor de Economia de Bangladesh, recentemente agraciado com o Prêmio Nobel da Paz, conhecido no mundo inteiro como o “Banqueiro dos Pobres”. Senador Pedro Simon.	109
		Encaminhamento à votação do requerimento nº 1.070, de 2006, que requer a inserção em ata de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Jurista José Luiz Bulhões Pedreira, ocorrido em 24 de outubro de 2006, no Rio de Janeiro. Senador Roberto Saturnino.	139

	Pág.		Pág.
Encaminhamento à Casa de três requerimentos. O primeiro requer Voto de Aplauso à Professora Maria Helena P. T. Machado, pelo seu trabalho acerca das pesquisas realizadas na Amazônia pelo filósofo norte-americano William James. O segundo requer Voto de Aplauso ao novo ídolo do automobilismo brasileiro, Felipe Massa, por sua vitória no autódromo de Interlagos no grande prêmio do circuito de Fórmula 1. O terceiro requer Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no Rio de Janeiro, em 19 de outubro de 2006, da Senhora Ruth Silvina de Oliveira. Senador Arthur Virgílio.	250	Considerações sobre o pronunciamento do Senador Heráclito Fortes que a acusou de justificar a atuação da Polícia Federal sobre o depoimento dos jornalistas da revista <i>Veja</i> . Senadora Ideli Salvatti.	391
Voto de Congratulações e Aplauso pela passagem dos cem anos de voo do 14 Bis, bem como, pela inestimável contribuição dada por Santos Dumont ao desenvolvimento da ciência e da aviação em especial. Senador Eduardo Suplicy.	276	Repúdio ao constrangimento sofrido por jornalista da revista <i>Veja</i> pela Polícia Federal. Senador Antonio Carlos Magalhães.	391
HOMENAGEM PÓSTUMA		Lamento pelo episódio de constrangimento contra jornalista da revista <i>Veja</i> . Senador Romeu Tuma.	392
Homenagem à memória do ex-Deputado Federal Florestan Fernandes, falecido em 10 de agosto de 1995. Senador Paulo Paim.	382	Esclarecimentos sobre o episódio narrado pelo Senador Heráclito Fortes, obtidas junto ao Doutor Paulo Lacerda, da Polícia Federal. Senadora Ideli Salvatti.	396
IDOSO		Considerações ao episódio narrado pelo Senador Heráclito Fortes, cujas informações foram obtidas junto ao Doutor Paulo Lacerda, da Polícia Federal. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Romeu Tuma.	397
Considerações sobre o Decreto Presidencial assinado em 18 de outubro de 2006, que dispõe sobre a regulamentação da gratuidade de viagens para a pessoa idosa, estabelecendo um percentual de vagas nos transportes de ônibus interestaduais, trens e navios. Senador Leomar Quintanilha.	6	Manifestação sobre os esclarecimentos da Senadora Ideli Salvatti, acerca de matéria publicada pela revista <i>Veja</i> , a respeito do envolvimento de policiais federais na facilitação de encontros ilegais nas prisões. Senador Heráclito Fortes.	398
IMPrensa		Comentário à matéria publicada pela revista <i>Veja</i> , sobre o envolvimento de policiais federais na facilitação de encontros ilegais nas prisões. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senadora Ideli Salvatti.	398
Esclarecimento à reportagem da revista <i>Veja</i> com objetivo de atacar o Presidente da República. Senador Roberto Saturnino.	83	Considerações ao relatório entregue por delegado da Polícia Federal, no qual relata os fatos e nomeia as pessoas que participaram de toda estrutura, denunciada em matéria publicada pela revista <i>Veja</i> . Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Romeu Tuma.	399
Repúdio ao constrangimento sofrido por alguns jornalistas da revista <i>Veja</i> , nas dependências da Polícia Federal, que participaram da matéria intitulada "Operação Abafa". Senador Heráclito Fortes.	389	Encaminhamento à Mesa de relatório entregue por delegado da Polícia Federal, no qual relata os fatos e nomeia as pessoas que participaram de toda estrutura, denunciada em matéria publicada pela revista <i>Veja</i> . Senador Romeu Tuma.	401
Considerações sobre o constrangimento sofrido por alguns jornalistas da revista <i>Veja</i> , nas dependências da polícia federal, que participaram da matéria intitulada "Operação Abafa". Senadora Ideli Salvatti.	390	Lamento pelo triste episódio de constrangimento contra jornalistas da revista <i>Veja</i> , na Polícia Federal e manifestação contra o cerceamento do exercício de qualquer profissão que seja. Senador Heráclito Fortes.	405
Manifestação sobre o pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti, no qual tenta justificar a atuação da Polícia Federal no constrangimento de alguns jornalistas da revista <i>Veja</i> . Senador Heráclito Fortes.	390	MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
		Mensagem nº 230, de 2006 (nº 867/2006, na origem), de 11 de outubro de 2006, que restitui autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2006, que dispõe sobre a criação de cargos	

Pág.	Pág.
efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, para fins de constituição dos quadros de pessoal das novas instituições federais de ensino superior, proveniente da Medida Provisória nº 296, de 2006, sancionado e transformado na Lei nº 11.352, de 11 de outubro de 2006.	1
Mensagem nº 231, de 2006 (nº 900/2006, na origem), de 13 de outubro de 2006, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor João Inácio Oswald Padilha, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana.	43
Mensagem nº 232, de 2006 (nº 909/2006, na origem), que restitui autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2006 (nº 5.819/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que dispõe sobre as atividades de apoio ao Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.364, de 26 de outubro de 2006.	214
Mensagem nº 233, de 2006 (nº 910/2006, na origem), que restitui autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2006 (nº 6.612/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que dispõe sobre a remuneração dos membros do Conselho Nacional de Justiça, sancionado e transformado na Lei nº 11.365, de 26 de outubro de 2006.	214
(ONG)	
A fiscalização das ONGs. Senador Heráclito Fortes.	94
ORÇAMENTO	
Protesto contra os discursos do Presidente Lula, em campanha pela reeleição, com críticas ao Congresso Nacional pelo fato de ainda não ter sido votada a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. Senador Heráclito Fortes.	170
PARECER	
Parecer nº 1.175, de 2006 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela. Senador Romero Jucá.	217
Parecer nº 1.176, de 2006 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que institui o Dia Nacional do Pesquisador. Senador Flávio Arns.	221
Parecer nº 1.177, de 2006 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2006 (nº 4.526/2004, na origem), que institui o Dia Nacional do Notário e do Registrador. Senador Marcos Guerra.	224
Parecer nº 1.178, de 2006 (da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2003, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera o art. 49 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com o objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural os arrendatários de terras, os parceiros, os consórcios e os condomínios de produtores rurais, bem como os quilombolas. Senador Flávio Arns.	226
Parecer nº 1.179, de 2006 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer prazo até o último dia útil do ano em que é entregue a declaração de ajuste para a restituição de Imposto de Renda Pessoa Física pago a maior; e sobre o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2004, de autoria do Senador Pedro Simon, que fixa prazo para restituição do Imposto sobre a Renda e Proventos descontado na fonte, e dá outras providências. (Tramitando em conjunto nos termos do Requerimento nº 512, de 2005). Senador Eduardo Azeredo.	235
POLÍTICA AGRÍCOLA	
A dimensão da crise na agricultura brasileira. Senador Alvaro Dias.	179
POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	
Posicionamento contrário à edição de Medida Provisória pelo Presidente Lula para regulamentar a produção de televisores no padrão digital. Senador Arthur Virgílio.	209
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO	
Enumeração de medidas essenciais para alavancar a retomada do desenvolvimento do Bra-	

VIII

	Pág.		Pág.
sil, na opinião de especialistas ouvidos pela revista <i>Exame</i> . Senador Papaléo Paes.	252	Protesto contra suposta minuta de Medida Provisória que possibilitaria a fabricação, em outros Estados, de conversores que transforma a TV analógica em digital, o que seria danosa ao Pólo Industrial de Manaus. Senador Arthur Virgílio.	250
POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE		POLÍTICA PARTIDÁRIA	
O descaso por parte do Presidente Lula no tocante à Amazônia. Senador Mozarildo Cavalcanti.	132	Comparação entre o pensamento da antiga União Democrática Nacional (UDN) e os opositores ao Governo Lula. Senador Roberto Saturnino.	57
POLÍTICA DE TRANSPORTES		Considerações sobre as características neoliberais de alguns políticos. Aparte ao Senador Roberto Saturnino. Senador Heráclito Fortes.	59
Comentários à matéria da revista <i>Veja</i> sobre a Infraero. Senador Antonio Carlos Magalhães. ...	68	Oposição à postura do Senador Roberto Saturnino quanto às críticas aos udenistas. Senador Antonio Carlos Magalhães.	63
Considerações sobre as irregularidades denunciadas pela revista <i>Veja</i> , no que diz respeito à INFRAERO. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Heráclito Fortes.	71	Comentários à indicação de Olívio Dutra à Presidência do Partido dos Trabalhadores (PT). Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Paulo Paim.	405
Considerações sobre o caos que dos aeroportos brasileiros devido à paralisação dos controladores de voo. Senador Romeu Tuma.	408	POLÍTICA SOCIAL	
Considerações sobre as providências a serem tomadas para que o sistema de controle de voo funcione perfeitamente. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Antonio Carlos Magalhães.	409	Registro de viagem feita à África do Sul, em que participou do 11º Congresso Mundial da Rede Internacional da Renda Básica. Senador Eduardo Suplicy.	269
POLÍTICA ECONÔMICO FINANCEIRA		Justificação pela apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2006, que cria o programa "Cantando as Diferenças", destinado a promover a inclusão social de grupos discriminados. Senador Paulo Paim.	382
Comentários à matéria do jornal <i>Correio Braziliense</i> , prevendo que em 2006 os índices de inflação serão menores que os do PIB. Expectativa de um maior crescimento econômico e de uma queda na taxa de juros. Senador Aelton Freitas.	93	Comentários ao Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2006, que cria o programa "Cantando as Diferenças", destinado a promover a inclusão social de grupos discriminados. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Roberto Saturnino.	383
O baixo crescimento econômico e a alta taxa de juros no País. Senador Alvaro Dias.	179	POLÍTICA SÓCIO ECONÔMICA	
POLÍTICA ENERGÉTICA		Justificação de Projeto de Lei de autoria de S.Exa., que inclui os municípios entre os agentes de fomento do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Senador Rodolpho Tourinho.	84
O Presidente Lula e o Biodiesel. Senador Arthur Virgílio.	35	Considerações sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Roberto Saturnino.	85
POLÍTICA EXTERNA			
Relato da participação de S.Exa. na 115ª Assembleia da União Interparlamentar da UIP, realizada em Genebra. Senador Roberto Cavalcanti. .	416		
POLÍTICA INDUSTRIAL			
Manifestação sobre pronunciamento que S.Exa. fez na sessão do dia 18 de outubro de 2006, sustentando a autenticidade da minuta de Medida Provisória sobre TV - Digital, que prejudica o Pólo Industrial de Manaus. Senador Arthur Virgílio.	8		

Pág.	Pág.
Comentários à reportagem intitulada “ONG’s: os novos inimigos do capitalismo”, publicada pela revista <i>Exame</i> , edição de 19 de outubro de 2006. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Heráclito Fortes.	86
POLÍTICA TRABALHISTA	
Defesa de solução que permita aos “sacoleiros” de Foz do Iguaçu saírem da informalidade. Senador Alvaro Dias.	135
PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
Questionamento sobre o anúncio feito pelo Presidente Lula, de reinaugar o Correio Aéreo Nacional, e a respeito de diversas outras promessas. Senador Heráclito Fortes.	17
Apelo para que o Presidente Lula explique, antes da eleição do dia 29 de outubro de 2006, o enriquecimento do filho de S.Exa., Fábio Luís Lula da Silva, o “Lulinha”, e sua relação com a empresa de telefonia Telemar. Senador Antonio Carlos Magalhães.	68
Solicitação de esclarecimentos do Presidente Lula, quanto ao enriquecimento do filho de S.Exa., Fábio Luís Lula da Silva, o “Lulinha”, e sua relação com a empresa de telefonia Telemar. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Arthur Virgílio.	69
Críticas ao Presidente Lula, devido à omissão de informações referentes aos vários escândalos de corrupção. Aparte ao Senador César Borges. Senador Heráclito Fortes.	90
Críticas ao Presidente Lula. Senador Arthur Virgílio.	119
Críticas ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por desconsiderar contribuições de governos passados. Senador Eduardo Azeredo.	143
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	
Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2006 (nº 855/2003, na Casa de Origem), que altera a redação do §2º do artigo 40 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.	214
Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2006, que dá nova redação ao art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	215
PROJETO DE LEI DO SENADO	
Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2006, que altera a Lei nº 9.263, de 12-1-1996, que trata do planejamento familiar, para tornar obrigatório o ensino de educação sexual, instituir o Dia do Planejamento Familiar, reduzir a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica e revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges, na vigência de sociedade conjugal para a realização de esterilização cirúrgica. Senador Marcelo Crivela.	292
Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2006, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa “Cantando as Diferenças”, destinado a promover a inclusão social de grupos discriminados e dá outras providências. Senador Paulo Paim.	295
Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2006, que institui o Dia Nacional de reflexão do “Cantando as Diferenças”. Senador Paulo Paim.	296
Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2006, que altera o Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre as sociedades de capitalização e dá outras providências, para vedar a cobrança de multas ou a retenção de quaisquer valores sobre o montante depositado por subscritores de títulos de capitalização na hipótese de resgate antecipado. Senador Paulo Paim.	297
Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2006, que acrescenta o § 4º ao art. 118 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para explicitar que não constitui acumulação proibida a titularidade de dois cargos públicos, quando apenas um deles for remunerado. Senador Paulo Paim.	299
Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2006, que considera a atividade profissional de motorista de táxi prejudicial à saúde para efeito da concessão de aposentadoria especial. Senador Paulo Paim.	303
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	
Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2006, que acrescenta o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios constitutivos das agências reguladoras, e altera o art. 168, para impedir que tais agências sofram contingenciamento de verbas ou atrasos nas liberações de recursos orçamentários. Senador Teotônio Vilela Filho.	51
REGIMENTO INTERNO	
Justificação a requerimentos de informação que encaminha à Mesa. Senador Arthur Virgílio. .	66

	Pág.		Pág.
REQUERIMENTO			
Requerimento nº 1.065, de 2006, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre o uso indevido do carro oficial. Senador Arthur Virgílio. .	67	Coura Guizalberte, Voto de Congratulações pelo recebimento do Prêmio Professor Nota 10, promovido pela Fundação Victor Civita, e que tem grande significado nacional na área da Educação. Senador Eduardo Azeredo.	140
Requerimento nº 1.066, de 2006, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre a participação do Senhor Expedito Velloso, ex-Diretor do Banco do Brasil, nos Conselhos Fiscal ou de Administração de empresas estatais, bem como de empresas que tenham participação do governo. Senador Arthur Virgílio.	67	Requerimento nº 1.074, de 2006, que requer que sejam prestadas pelo Senhor Ministro de Minas e Energia, Silas Rodeau, informações sobre planejamento, por parte do Governo Federal, para venda de 331 áreas minerais a estrangeiros, conforme denúncia do “Site Alerta Total”, em anexo. Senador Mozarildo Cavalcanti.	164
Requerimento nº 1.067, de 2006, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre a existência de proposta do governo tornando possível para o consumidor a portabilidade do crédito consignado. Senador Arthur Virgílio.	68	Requerimento nº 1.075, de 2006, que requer Voto de Aplauso para a Estatal Eletrosul que recebeu, no dia 26 de outubro de 2006, pelo segundo ano consecutivo, o prêmio de melhor empresa do setor de energia elétrica do País, concedido pela Revista <i>IstoÉ Dinheiro</i> . Senadora Ideli Salvatti.	249
Requerimento nº 1.068, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao Município de Manaus, pelo transcurso de seu 337 ^a aniversário de criação. Senador Arthur Virgílio.	78	Requerimento nº 1.076, de 2006, que requer Voto de Aplauso à Professora Maria Helena P. T. Machado, pelo seu trabalho acerca das pesquisas realizadas na Amazônia pelo Filósofo norte-americano William James, o estudioso que popularizou o termo pragmatismo. Senador Arthur Virgílio.	251
Requerimento nº 1.069, de 2006, que requer a retirada do Projeto de Lei nº 87, de 2006, que se encontra em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Senador Valdir Raupp. .	109	Requerimento nº 1.077, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no Rio de Janeiro, em 19 de outubro de 2006, da Senhora Ruth Silvina de Oliveira. Senador Arthur Virgílio. ..	252
Requerimento nº 1.070, de 2006, que requer a inserção em ata de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Jurista José Luiz Bulhões Pedreira, ocorrido em 24 de outubro de 2006, no Rio de Janeiro. Senador Roberto Saturnino.	139	Requerimento nº 1.078, de 2006, que requer a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso pela passagem dos cem anos do vôo do 14 Bis, bem como, pela inestimável contribuição dada por Santos Dumont ao desenvolvimento da ciência e da aviação em especial. Senador Eduardo Suplicy.	274
Requerimento nº 1.071, de 2006, que requer que seja oficiado ao ex-Ministro da Agricultura e Deputado Federal Constituinte, Engenheiro Agrônomo, Alysson Paulinelli, Votos de Congratulações pela escolha do seu nome laureado pelo World Food Prize, do ano de 2006. Senador Eduardo Azeredo.	139	Requerimento nº 1.079, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do radialista, jornalista, escritor e ex-Deputado Federal Enéas Machado de Assis, ocorrido no dia 17 de outubro de 2006, na cidade de São Paulo. Senador Romeu Tuma. .	305
Requerimento nº 1.072, de 2006, que requer que seja oficiado ao Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Engenheiro Agrônomo com mestrado em Agronomia, Edson Lobato, Votos de Congratulações pela escolha de seu nome como laureado pelo World Food Prize, do ano de 2006. Senador Eduardo Azeredo.	140	(SUDENE)	
Requerimento nº 1.073, de 2006, que requer que seja oficiado à Professora Ana Flávia Ribeiro		Satisfação com as propostas dos candidatos à Presidência, em favor da revitalização da SUDENE. Senador Ney Suassuna.	166

Ata da 171ª Sessão Não Deliberativa, Em 19 De Outubro De 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência da Sra. Heloísa Helena

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 230, de 2006 (nº 867/2006, na origem), de 11 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2006, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, para fins de constituição dos quadros de pessoal das novas instituições federais de educação profissional e tecnológico e das novas instituições federais de ensino superior, proveniente da Medida Provisória nº 296, de 2006, sancionado e transformado na Lei nº 11.352, de 11 de outubro de 2006.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A **Mensagem nº 230, de 2006**, que acaba de ser lida, juntada ao processado do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2006, proveniente da Medida Provisória nº 296, de 2006, vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. nº 600/PT

Brasília, 19 de outubro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar o Deputado Zezéu Ribeiro (PT/BA), como membro suplente na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vaga existente.

Atenciosamente, – Deputado **Henrique Fontana**, Líder do PT.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência designa o Deputado Zezéu Ribei-

ro, como suplente, para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de conformidade com o expediente que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/A/PSB/415/06

Brasília, 16 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência indicação do Deputado Renato Casagrande para titular da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga, realizada pela Polícia Federal para investigar quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde”, em substituição ao Deputado Marcondes Gadelha.

Atenciosamente, – Deputado **Alexandre Cardoso**, Líder do PSB.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Será feita a substituição solicitada.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Tem a palavra, como orador inscrito, o Senador Mão Santa, pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Mão Santa, lembrando que hoje é aniversário do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, que preside esta sessão no mais importante dia do calendário nacional – 19 de outubro –, Senadoras, Senadores, brasileiros e brasileiras aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, o Presidente José Sarney tem um pensamento muito interessante, o de que a pátria dele é Pinheiros, é o Maranhão. Então, hoje, Senadora Heloísa Helena, 19 de outubro, talvez seja a mais importante data do calendário nacional.

Neste Brasil grandioso houve muitos governos. Portugal o descobriu e o governou por meio das capitâncias hereditárias, do Governo-Geral, e o próprio rei de Portugal, Senador Leomar Quintanilha, temendo que Napoleão Bonaparte invadisse Portugal na sua

ambição de dominar o mundo, refugiou-se aqui, que era colônia de Portugal.

Com D. João VI, chegaram trinta mil portugueses. Foi um grande avanço: veio a Corte, a civilização, a educação. O Rei sediou-se aqui, temeroso de Portugal ser dominado pela França de Napoleão; logo após, aqui deixou seu filho menor, num gesto que assim traduziu: antes que algum aventureiro ponha a coroa, ponha-a você mesmo. O aventureiro era Simon Bolívar, que dava o grito libertário desde a Venezuela, que hoje é do Chávez, passando por esses países todos da América Latina de língua espanhola, tornando-a independente.

Sem dúvida alguma, entre esses países todos em que lutou, emocionou-me, em Bogotá, Senadora Heloísa Helena, uma estátua – o venezuelano libertou também a Colômbia. Lá aprendi muito – e cabe aqui o exemplo de V. Ex^a. Lá ele disse que a vida lhe havia proporcionado muitos títulos, pois havia sido soldado, cabo, sargento, capitão, general, comandante-em-chefe, presidente, El Libertador das Américas, mas que abdicava de todos, com exceção de um, o de ser bom cidadão.

Sei que V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, já muito jovem, tem uma das carreiras mais brilhantes entre as mulheres brasileiras. Em pouco tempo, o povo sonhou – uma parcela significativa, apesar das adversidades –, vê-la na Presidência da República. Mas quis Deus que V. Ex^a estivesse presidindo este Senado. V. Ex^a o engrandece, enaltece, enriquece. V. Ex^a compensou os desmantelos que houve no Congresso, por sua virtude, por sua coragem, por sua bravura de mulher.

Mas, retomando, Senadora Heloísa Helena, lembro que Dom João VI, passado o perigo que representava Napoleão, voltou a Lisboa e deixou aqui o filho. Tudo combinado; um negócio de pai para filho, Senador Leomar Quintanilha – e ainda hoje há esses costumes no Brasil. “Filho, fica com o Sul, que é desenvolvido, para onde eu trouxe a Corte e que impregnei de civilização, de poder e de progresso. Mas o Norte...” É certo que o pai não deve dar tudo; isso está até na Bíblia, Senadora Heloísa Helena: “Não dê tudo; fique até o fim de sua vida com suas posses”. Então, ele entrou em entendimento de que ficaria com o Norte. O Norte seria de Portugal. E o nome do país? País Maranhão, que englobava o Pará, do Senador Arthur Virgílio. O País era Maranhão, no decreto de D. João VI. E tanto é verdade que ele mandou seu sobrinho e afilhado, herói militar, João José da Cunha Fidié, para tomar posse do país Maranhão, que, apesar do grito e do domínio do seu filho, ficaria sob o domínio de Portugal.

E ele veio para o Piauí, para Oeiras, a nossa capital. Sou orgulhoso de ser parnaibano. Olha, Senadora Heloísa Helena, quando eu morrer – e terei de morrer mesmo, todos nós –, diga por aí que morri

como nasci e vivi: orgulhoso de ser parnaibano, parnaibano, parnaibano.

E por que, Senadora Heloísa Helena? Porque havia um português que, chegando a Parnaíba – o pequeno litoral do Piauí –, apaixonou-se por uma nordestina, esqueceu as riquezas, a família de Portugal e viveu na minha cidade. Lá teve dois filhos: Simplício Dias da Silva e Raimundo. Esse português rico matava mil bois por mês naquela época e exportava; tinha cinco navios, indústria de charque, vendia para o Sul do País e para a Europa.

E seu filho, Simplício Dias da Silva – há até o livro **Simplício, Simplição da Parnaíba** –, que foi estudar em Portugal, mais precisamente em Lisboa e no Porto, conviveu com o El Libertador das Américas.

Quando o português chegou, mandou logo substituir o delegado de Parnaíba, que era o maior entreposto comercial, por conta da indústria do charque.

Ele resistiu, não deixou. Como naquele tempo não existia a Internet e os meios modernos de comunicação, era ainda incerta a Independência. Então, aos 19 de outubro de 1822, ele reuniu a Câmara e, com essas idéias libertárias, com a sua liderança de homem arejado, que conviveu com Simon Bolívar, fez a independência do Piauí.

E Fidié, para restaurar a ordem, saiu de Oeiras, naquele tempo, com as cavalarias, para invadir Parnaíba. O bravo povo do Piauí, Senador Leomar Quintanilha, quando da sua saída de Oeiras, tomou-lhe o palácio em 24 de janeiro – para o povo é uma data importante. E ele invadiu Parnaíba, para onde mandaram três maranhenses aliados a Portugal. Aliás, o nome do País seria País Maranhão.

Simplício, um jovem inteligente, que estudara na Europa, já lá não estava quando chegaram as tropas portuguesas. Eles não o encontraram, pois estava no Ceará, em Granja, onde ele, homem de muito dinheiro, recrutou uns 500 cearenses, até um comandante de muita experiência, cujo nome me foge à memória. Daí o Piauí ter muito mais afinidade com o Ceará do que o Maranhão.

Fidié invadiu a nossa Cidade com o poderio militar português, tomando as igrejas etc. – estratégias de guerra. Quando ele voltava, em 13 de março, esse nosso Simplício Dias, seguido por bravos homens e mulheres de Campo Maior, que venderam as suas jóias para se armar, e com os recrutas cearenses, enfrentaram o exército português. Essa foi a Batalha do Jenipapo, ocorrida em 13 de março. Lá, inclusive, temos um monumento histórico que lembra o confronto. Evidentemente, perdemos a batalha, mas ficou a grandeza da mulher que V. Ex^a representa aqui, Senadora Heloísa Helena, mulheres que venderam suas jóias, lutaram e até perderam suas vidas às centenas naquele sítio.

Fidié, sabendo do levante em Oeiras, onde seu palácio havia sido tomado em 24 de janeiro de 1823, intimidado, foi para Caxias.

Gonçalves Dias, ainda no ventre da mãe – e ele tem muitas narrativas dessa batalha –, ouvia dela as histórias e depois compôs:

Não chores, meu filho;
Não chores, que a vida
É luta renhida:
Viver é lutar.
A vida é combate,
Que os fracos abate,
Que os fortes, os bravos
Só pode exaltar.

E Fidié, o comandante português, um homem de muita moral e muita vergonha, depois de consolidada a Independência do Brasil, mesmo lhe tendo sido solicitado ficar, não ficou. Voltando a Portugal, foi chefe militar, comandante e, na sua aposentadoria, Senador Leomar Quintanilha, solicitou que incluíssem os honorários da guerra em que fora vitorioso – a Batalha do Jenipapo.

Mas, para o povo do Piauí, é este o dia que uma câmara municipal, a da cidade de Parnaíba, engrandeceu-se, fazendo o Piauí independente antes, independente de grito. Esta é a razão por que a data comemorativa é 19 de outubro.

Contudo, como já se disse, a história não se faz em um dia. Há o 24 de janeiro, relevante; e o 13 de março. E essa é a nossa história, e este é o dia do Piauí, orgulhoso.

Senadora Heloísa Helena, quis Deus que estivessemos aqui. O povo do Piauí é uma raça bendita; somos os melhores deste Brasil. Está ali Rui Barbosa, Senador Arthur Virgílio – e sei que V. Ex^a tem em mente a história do Amazonas –, mas eu só coloco um ao lado dele: Evandro Lins e Silva. Ele, que era presidente do Supremo Tribunal Federal na ditadura, teve coragem de enfrentar os canhões, fazendo-se respeitar a lei, libertando quase todos os presos políticos. Miguel Arraes foi um que vi se confessar, Senadora Heloísa Helena. Ele imaginava ser comido pelos tubarões em Fernando de Noronha, quando receberam a ordem de continuarem o processo e libertá-lo de lá: Evandro Lins e Silva.

Eu citaria outro que por esta Casa passou: Petrônio Portella. Sem dúvida alguma deu grande contribuição na fase da transição, sem truculência. O maior jornalista na época da ditadura: Carlos Castello Branco, o Castelinho, Heloísa Helena; é porque você é muito jovem, mas nós líamos, na ditadura, as crônicas de Castello, o porta-voz da ansiedade com coragem.

Esse é o Piauí!

E no período da ditadura nenhum ministro foi mais proeminente – e ainda não há – e que tenha

dado o exemplo de João Paulo dos Reis Velloso, filho de carteiro com costureira, com nove anos abria a fábrica de meu avô!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Mão Santa?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Atentai bem! Vinte anos sendo luz e farol no período revolucionário! Nenhuma indignidade, nenhuma imoralidade e nenhuma corrupção. Ó, PT, aprenda com a história do Piauí.

Um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – A propósito dessa coisa do PT, eu queria lançar aqui uma moda, porque outro dia a nossa Presidente, Senadora Heloísa Helena, referia-se a pessoas dignas e estimáveis do PT, que se contrapõem a essa gente das confusões e dos escândalos. Então eu queria agora inaugurar, assim como temos o Alto Gávea e o Baixo Gávea no Rio de Janeiro, o Alto PT e o Baixo PT. Esse dos dossiês, esse dos escândalos é o Baixo PT, que é o que está na verdade mais forte junto à formação das decisões que este Governo vai tomando. Mas eu queria apenas dizer a V. Ex^a, Senador Mão Santa, que, em homenagem a V. Ex^a, a Heráclito Fortes e ao Piauí, ontem eu requeri voto de aplausos à Editora Alvinegra do Rio de Janeiro pelo lançamento da **Revista Piauí**, publicação empenhada no bom texto. E aqui, na justificativa do voto, cito V. Ex^a, cito o Senador Heráclito Fortes e cito esse Estado que V. Ex^a tanto exalta e pelo qual demonstra tanto amor, a ponto de nos fazer amá-lo também. Muito obrigado, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu é que agradeço. V. Ex^a é como está no Livro de Deus: a árvore boa dá bons frutos – o pai lutou contra a ditadura e foi cassado. V. Ex^a aí está muito atento. Recebi alguns *e-mails* sugerindo que apresentasse o voto de aplauso por ocasião do lançamento dessa revista, mas prazerosamente soube que V. Ex^a, mais avançado e mais antecipado, já o havia feito. Quer dizer, recebi um reconhecimento de empresários que colocam uma revista com o nome Piauí. Talvez eles sejam conhecedores dessa história.

Arthur Virgílio, não é só isso, não! Olha, se houvesse, Senadora Heloísa Helena, uma olimpíada de virtude do povo brasileiro, eu colocaria no peito do povo do Piauí a medalha de ouro.

E não fica por aí, não. Atentai bem: a República. Nós falamos da nossa participação na Independência. Este País é grande e uno pela batalha do Jenipapo. Talvez tivesse sido retalhado, como a América espanhola. A América espanhola está toda dividida.

Mas, eu lhe dizia que, na República, Heloísa Helena, havia um jornalista, David Caldas, que tinha um jornal em Teresina, cidade que foi construída por

um baiano, Saraiva, inspirando Goiânia, inspirando Brasília, Palmas e Belo Horizonte – a primeira capital planejada. E lá havia um jornal, **A Ordem**, Leomar Quintanilha. Esse jornalista David Caldas, natural de Barras, muda o nome para **89**!

Senadora Heloísa Helena, **89** como nome de jornal? Parece até nome de cachaça. Há umas aí com número. Oitenta e nove?! Mas, olhai! Ele queria inspirar o povo do Brasil a chegar à República. Em 1789 havia sido dado o grito de liberdade, igualdade e fraternidade, que derrubou os reis todos do mundo. Aqui levamos 100 anos; porém, 17 anos antes, no Piauí, havia um jornal chamado **89**. Ele foi o profeta da República. Não deixaram nem que ele fosse enterrado em cemitério oficial, porque nós éramos dominados por portugueses.

E essa é a história!

Leomar Quintanilha, nesse recente episódio eleitoral em que nós aqui salvamos a democracia, Heloísa Helena e Cristovam Buarque permitiram ao povo do Brasil fazer uma reflexão. Assim, havia acabado o jogo, acabado no mar da corrupção, no mar da desesperança, do afogamento de todas as virtudes.

O País agradece a V. Ex^a, Heloísa Helena, e a Cristovam Buarque por propiciarem esses dias de arejamento, de reflexão e de valorização da democracia.

Muitos combateram. Mandeí algumas cartas ao Piauí, Heloísa Helena, com o seguinte conteúdo:

Caro amigo (a),
Felicidades!

Podemos afirmar como nossas as palavras do Apóstolo Paulo: “Percorri meus caminhos, guardei a fé e combati o bom combate”.

Agradecemos sua heróica participação nesta guerra contra o PT, que se comporta como uma organização criminosa, associada ao poder econômico perverso que se beneficia com práticas de corrupção por trás de decretos imorais e ilegítimos.

Apesar de tudo, amanhã será outro dia, onde sonhamos restabelecer no nosso país os valores da ética, da decência e da honestidade.

“A oposição não pede licença para fazer oposição”. (Paulo Brossard)

Vamos continuar unidos, trabalhando nessa campanha na esperança de vermos um país decente com Geraldo Alickmin Presidente.

Encerramos com o pensamento histórico do Senador Rui Barbosa:...

Atentai bem, brasileiros. Senador Arthur Virgílio, seu pai, que está no céu e deu as bênçãos, e V. Ex^a veio aqui, no dia 19 de outubro, render homenagem ao Piauí. Quando começou essa República, os milita-

res os sucederam, e Rui Barbosa disse: “Estou fora”. Ofereceram-lhe voltar ao Ministério da Fazenda, e ele disse que não trocava a trouxa de minhas convicções pelo Ministério. E ele escreveu, Leomar Quintanilha:

“De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”. (Senado Federal, RJ. **Obras Completas**.V. 41, t. 3, 1914, p. 86)

Com confiança e gratidão, receba o abraço do amigo certo.

Brasília, 9 de outubro de 2006.

Senador Mão Santa”.

Queria dizer da grandeza do Piauí, Leomar Quintanilha, que se rendeu ao Piauí, pelo que há de mais belo. Mas Rui Barbosa, que foi na sua campanha “civilarista”, Arthur Virgílio, venceu em Teresina e no Piauí, mostrando a bravura do seu povo. Leomar Quintanilha está aí e representa a maior força, na qual Heloísa Helena acredita: fé, esperança e amor. Sobre isso, o apóstolo Paulo disse que se podem falar todas as línguas, ser poliglota e tudo; mas, se não houver amor, será apenas o som metálico de um sino.. E o Leomar Quintanilha viveu a grandeza do Piauí. Este Brasil tem encantadoras mulheres – no Amazonas, em Alagoas, no Rio de Janeiro, onde estudei –, mas o Senador Leomar Quintanilha foi entregar-se e ser feliz nos braços de uma mulher do Piauí e constituiu uma das famílias mais belas. A presença dele dá o atestado da nossa grandeza. E o emprestamos ao Tocantins para ensinar essa galhardia do povo do Piauí.

São essas as nossas palavras, mas, a bem da verdade, dizia o seguinte: estamos na mentira. Votei e acreditei no Presidente Lula. Fui enganado. Ninguém gosta de ser enganado. Imagine, cavalheiro que está me ouvindo, se a sua companheira o enganar. Dá uma confusão, você não fica satisfeito. Se você enganá-la, também não ficará satisfeito. O Lula enganou a mim como a todo o País. Diziam ser honesto, decente, idealista, trabalhista, nacionalista e, de repente, vejo apenas mentira. **O Tempora, O Mores!** Olha como chega e se compara a Getúlio e a Juscelino. É uma indignidade. Presidente Lula, atentai bem, tenha um minuto de dignidade. Getúlio saiu com 15 anos de governo e não tinha uma geladeira. Quando voltou nos braços do povo e viu que seus companheiros procederam mal, teve a coragem de sair da vida pública e ir para o céu, porque não somos julgados por um instante e, sim, por uma vida. Mas ele deu exemplo de trabalho, de honestidade e de grandeza.

E Juscelino? Juscelino não tem nada a ver. Apenas agradeço a oportunidade para dizer que muito mais próximo

de Juscelino está seu concorrente, brasileira e brasileiro. Juscelino nasceu com o ideal de servir ao próximo, com o amor de servir, de ser médico. Heloísa Helena ontem citou São Lucas. Começa por aí. Começa o ideal do médico, que, sem dúvida nenhuma, faz da ciência médica a mais humana das ciências e do médico um benfeitor. E o médico, Arthur Virgílio, já é a cara da ética. Hipócrates, nosso pai, fez seu código de ética, o juramento de Hipócrates, que já começa com a deontologia médica. E o outro, sim, entrou na política com a hierarquia do saber.

Ó, Presidente Lula, em verdade, em verdade, vos digo – assim falava Cristo – que, se há algum dos dois candidatos que se assemelhe, que se aproxime a Juscelino, é o candidato Dr. Geraldo Alckmin, que acredita em Deus, como Juscelino, sorridente e feliz, que acreditou no saber, o saber que está na Bíblia. A sabedoria é mais do que ouro. Essa é a verdade. É ele. A hierarquia do saber.

Vereador, Deputado Estadual, Prefeito, Deputado Federal. Foste, Presidente Lula, Deputado Federal! Que vergonha! Vasculhei os seus dias aqui; aliás, muito poucos. Foi um dos mais relapsos Deputados Federais da história deste Congresso; o outro foi um dos mais brilhantes. A lei do consumidor é dele. Ele tem muita participação no que diz respeito à saúde, ao SUS. Vice-Governador do maior Estado e Governador do maior Estado.

Leomar Quintanilha, árvore boa dá bons frutos. Na política, também se têm filhos. Às vezes, geneticamente, há uma coincidência, como é o caso de Arthur Virgílio, mas, quase sempre, não é genético, como foi pai de João Goulart Getúlio Vargas. Atentai bem, como Perón foi pai deste Presidente da Argentina, como foi pai de Carlos Menem, o pai político. Na política, é assim. É aquele que aprende, que convive, que segue, que é a imagem do criador.

Caro Leomar Quintanilha, conheço os políticos dessa época contemporânea. Nenhum se iguala a Covas. Atentai bem, eu convivi com Mário Covas. Adentra Heráclito Fortes, que conviveu com Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e outros luminares, mas eu convivi, Arthur Virgílio, com Covas. Estudei sua vida aqui no Congresso. Foi cassado, foi um administrador ímpar; sua vida é traduzida, Heloísa Helena, por seu enterro.

A sabedoria diz o seguinte: o melhor que você pode conseguir da vida é transformar o momento da sua chegada na saída. Quando você chega ao mundo, chega chorando, mas, em torno de você, todos os familiares o recebem sorrindo; quando larga o mundo, você sai sorrindo e deixa todos chorando. Mário Covas fez chorar São Paulo, o Brasil e o mundo. Esse é o pai de Geraldo Alckmin.

Vossa Excelência já enganou muito. Isso é uma ofensa à história de Getúlio e de Juscelino. Oh, Presidente Lula, seja autêntico! Vossa Excelência teve uma vida sindical que merece todo o respeito. Todos

merecem, imaginem Vossa Excelência, que é Presidente da República! E nós vamos considerá-lo, com todo o respeito, como um ex-Presidente da República. Mas advertimos ao povo do Brasil que ele vai ficar numa boa. Isso porque houve um Presidente honesto, do Nordeste, que, saindo da Presidência, passou necessidade, Heráclito: Café Filho. E este Congresso fez uma aposentadoria aos Presidentes para que, quando saíssem, não passassem necessidade. Então, o Lula, além do que ele tem, vai ter mais uma aposentadoria: a de Presidente da República. Aí, sim, vai cumprir aquilo que gosta: viajar, conhecer o mundo.

Nossas últimas palavras, no dia do Piauí: tenhamos a bravura de salvaguardar a democracia, que nunca esteve, Leomar Quintanilha, tão comprometida, neste País, com a corrupção.

O Sr. Heráclito fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ulysses Guimarães disse que a corrupção é o cupim que destrói a democracia. E nunca se viu tanto cupim como no período do PT.

Com a palavra o Senador do Piauí, Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Mão Santa, V. Ex^a, como sempre, segue nessa sua trincheira democrática, encantando todo o Brasil com esses seus pronunciamentos precisos e contundentes. E hoje também aproveita e faz do tema principal do seu pronunciamento uma homenagem aos piauienses pela passagem do dia da fundação do Piauí. Eu me junto a V. Ex^a e a todos os nossos conterrâneos nessa hora de homenagem e louvor à nossa querida terra, dizendo que, para nós, é motivo de muita alegria assistir, aqui, a esse pronunciamento em que V. Ex^a exalta e canta o nosso Estado e a nossa terra. Mas, ao mesmo tempo, Senador Mão Santa e Presidente Heloísa Helena, lamento que enquanto se vê, na propaganda eleitoral da televisão, o Presidente Lula fazer loas à Transnordestina, que foi uma promessa aos piauienses, aos cearenses e aos pernambucanos, dizendo, inclusive, que essa obra já está sendo tocada, vemos, exatamente no **Valor** de hoje, uma matéria grande – e eu já tinha alertado sobre isso, aqui, anteontem – que diz: “Ibama suspende obras em trecho da Transnordestina”. Isso é um absurdo, é uma vergonha. O Presidente da República, Senador Arthur Virgílio, que combate as privatizações do Governo passado, entregou exatamente para uma empresa privatizada, no caso a CSN, a responsabilidade de tocar essa obra. E não tiveram nem o cuidado e a cautela, no caso o Governo, antes de entregar essa obra, de examinar as questões legais do seu início no que diz respeito ao impacto ambiental, à preservação de áreas arqueológicas, e assim por diante. E o Governo, não só por

intermédio do Ibama – Governo do Presidente Lula! –, um subalterno seu, aplica-lhe uma multa de R\$270 mil pelo descumprimento de normas que o Presidente da República deveria pelo menos saber, mas, como não sabe de onde veio o R\$1,780 milhão, como não sabe do que acontece em seu Palácio, esse é mais um fato que acontece sem ele saber. É lamentável! E o Piauí, que poderia comemorar com muita festa o seu dia, tem que se contentar com a tristeza dessa notícia, que, para nós, é de grande pesar. Muito obrigado, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a participação do Senador do Piauí, Heráclito Fortes, e cedo a palavra ao nobre Senador Leomar Quintanilha, mas o maior título mesmo é ser esposo da bela piauiense Márcia.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Senador Mão Santa, V. Ex^a que, com muita firmeza, com muita responsabilidade e com muito brilho, representa o Piauí nesta Casa, rende as suas homenagens a um Estado, um dos mais importantes Estados brasileiros, que completa mais de um ano de vida. Quero cumprimentá-lo e, por seu intermédio, cumprimentar a brava gente piauiense com quem eu tive um estreito relacionamento em um período muito rico da minha vida. Foi em minha fase profissional, empregado do Banco do Brasil, quando fui para Corrente, uma cidade ao Sul do Estado, para dirigir uma das unidades do Banco do Brasil naquela região. Era uma agência que abrangia diversos Municípios além de Corrente: Curimatá, Bom Jesus, Gilbués, Cristalândia do Piauí, já quase na fronteira com a Bahia. E tenho confessar a V. Ex^a que foi muito gratificante ter um relacionamento estreito com a brava gente piauiense, que é muito acolhedora, muito sincera, muito amiga, muito companheira e ávida por promover o desenvolvimento em uma região parecida com a região que é hoje o Estado do Tocantins. O Piauí muito grande, muito comprido, com a concentração de investimentos na região norte, sendo o sul um tanto menos priorizado. Isso foi o que sentimos na época. E experimentamos a grande enchente de 1980, que nos deixou a todos isolados, inclusive com falta de energia elétrica e outros insumos que a comunidade utilizava. Ali eu vi um dos grandes gestos de solidariedade das pessoas. Como, em razão da enchente, o sistema de abastecimento ficou danificado, houve falta de água para consumo humano, mas as pessoas que tinham abastecimento próprio cederam-na com muita facilidade, possibilitando àqueles que não tinham água para o seu consumo se servirem de um insumo tão necessário: a água. Foi um gesto muito nobre, muito humano e muito solidário. E foi um dos mais bonitos gestos que eu aprendi a ver no povo nordestino, particularmente no povo do seu Estado – esse gesto grandioso que exalta a alma dos fortes, dos grandes e dos bons. Por isto, quero

associar-me aos piauienses que hoje, como V. Ex^a aqui no Senado Federal, comemoram a passagem de mais um ano de existência do nosso querido Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradecemos ao nobre Senador Leomar Quintanilha que roubou uma das “pérolas” – a sua esposa – lá do nosso Estado, mas construiu uma das mais belas famílias do Piauí.

E termino, Senadora Heloísa Helena, quando o nosso poeta da Costa e Silva diz: Piauí, terra querida, filha do sol do Equador, pertence-te nossa vida, nossos sonhos, nossos amores! Na luta, teu filho é o que primeiro chega. Viva o 19 de outubro, Dia do Piauí!

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Viva!

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha, pelo tempo que entender necessário.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Heloísa Helena, Sr^s e Srs. Senadores, no aparte que fiz ao eminente Senador Mão Santa, que me antecedeu nesta tribuna, permiti-me, por intermédio desse ilustre representante do povo do Piauí, enviar minhas homenagens à brava gente desse grande Estado brasileiro. A maioria dos Estados das Regiões Norte e Nordeste enfrentaram, ao longo da sua história, um preconceito muito forte perante a sociedade brasileira, mas vêm vencendo os desafios do dia-a-dia e projetando sua força, por meio de seus filhos ilustres que, no cenário nacional, tão bem têm representado o Nordeste. Em relação ao Piauí, esta Casa tem representantes da envergadura e da importância do Senador Mão Santa, do Senador Heráclito Fortes e do Senador Alberto Silva, de quem temos o privilégio de privar da convivência, da experiência e da luta diária pela busca e pela permanência da democracia neste País.

Eu comentava que, em Corrente, ainda muito novo, iniciei uma incursão em outras regiões diferentes daquela onde nasci. Fui para Corrente, representando o Banco do Brasil, marcar a presença forte de um instrumento indutor do desenvolvimento do Governo naquela região semi-inóspita, ainda carente de um processo de desenvolvimento. Recordo-me de como era, de certa forma, difícil a expansão do crédito naquela região. Parecia que as pessoas, muito conservadoras, muito seguras – não só de Corrente, de Gilbués, de Parnaguá, de Avelino Lopes, de Cristalândia –, com quem tivemos uma convivência muito boa, pessoas sólidas, que, com esforço, trabalho, inteligência, com a contribuição dos seus familiares, construíram seu destino, seu patrimônio, sua vida, mas tinham um medo muito grande de se endividar, tinham receio de tomar dinheiro emprestado no Banco e, depois, perderem seu patrimônio por falta de pagamento.

Mas, repito, foi muito rico e muito importante o período em que estive ali, de 1978 até 1981. Pude estreitar o relacionamento comercial não só com os comerciantes e com a pequena indústria, mas, sobretudo, com o homem do campo, o trabalhador rural, o agricultor, o pecuarista, o criador de pequenos animais, que acabaram vendo no Banco do Brasil um parceiro, um companheiro, que poderia dar sustentação à sua atividade econômica e ampliá-la.

Recordo que ficava surpreso ao ver, de Avelino Lopes, uma cidade pequena e distante, a sua capacidade enorme de produção de mel. Um dos maiores produtores de mel daquela região, ao escoar o seu produto, passava por Corrente, de Avelino Lopes em direção ao norte e, talvez, às terras ricas e bonitas do Senador Mão Santa, lá no litoral, em Alto Parnaíba. Passava ele com mel, na carroceria do caminhão, em tonéis de 200 litros. Eu ficava assombrado, porque nunca tinha visto tanto mel em minha vida, não sabendo como era possível produzir naquela região essa quantidade de mel da melhor qualidade.

Foi um período muito interessante, em que pude participar efetivamente da vida social e econômica principalmente de Corrente, onde fizemos ricas amizades e convivemos com homens como Élcio Paranaguá, Filemon Nogueira, que foi Prefeito de Corrente, Jackson Nogueira, que foi Prefeito de Cristalândia, Emerson, enfim, foram muitos os amigos que acabei deixando naquela cidade e que marcaram muito um período importante da minha vida naquela convivência com o Piauí.

O Piauí, Senador Mão Santa, faz atualmente fronteira com o Tocantins e acaba desenvolvendo projetos de interesse comum, uma vez que, descoberta a sua boa condição para a produção agrícola, se destaca hoje principalmente na sojicultura. Trata-se de um desenvolvimento e de uma expansão da produção de soja no Tocantins, que certamente haverá de, ampliando a sua produção na área fronteira, criar ambientação e condições adequadas para que possamos agregar valor aos nossos produtos. Construiremos, em um futuro não muito remoto, uma indústria que possa processar esse importante insumo, essa fonte extraordinária de proteína vegetal, que é a soja.

Por isso, renovo as minhas homenagens, os meus cumprimentos à valorosa gente do Piauí pela passagem do seu aniversário.

Mas quero também registrar, Senadora Heloísa Helena, com muita satisfação, nós que vimos, inclusive na Subcomissão do Idoso, desenvolvendo uma série de trabalhos com vistas a ampliar as ações das políticas públicas hoje existentes no País – não só para a proteção do idoso, mas exatamente para a sua reinclusão no convívio social, para a sua reinclusão no mercado de trabalho, com o aproveitamento do extraordinário

potencial que a pessoa idosa acumula, ao longo de sua existência, com o aproveitamento de uma gama imensurável de conhecimento e experiência, de que nenhuma sociedade civilizada e desenvolvida abre mão –, que, com o decreto presidencial de ontem, acabamos de ver de vez regulamentado um benefício à pessoa idosa que já havia sido contemplado no Estatuto do Idoso, que era a possibilidade da garantia de um percentual de vagas para o transporte gratuito de pessoas com mais de 60 anos nos transportes de ônibus interestaduais, trens e navios.

Com a regulamentação, via decreto presidencial, foram corrigidas algumas falhas que, no Estatuto do Idoso, não haviam sido observadas. E essa foi, inclusive, uma forma de compensação às empresas encarregadas desse transporte, que vem melhorar e ampliar esse benefício enorme ao idoso – homem ou mulher – que, graças a Deus, tem aumentado em progressão geométrica neste País, em razão exatamente dos bons investimentos em infra-estrutura e abastecimento de água tratada, do combate a endemias e epidemias, dos avanços da ciência e da tecnologia a favor da medicina, e esta em benefício da saúde, permitindo a elasticidade e a ampliação da expectativa de vida do povo brasileiro.

Então, essa possibilidade ampliada e regulamentada ontem por decreto presidencial assegura a garantia ao cidadão, homem ou mulher, com mais de 60 anos, de poder ser transportado com um número de vagas seguro em transportes interestaduais – ônibus, trem ou navio –, indo ao encontro dos interesses de uma fatia da sociedade que respeitamos muito e que cresce num ritmo que o Brasil inteiro deve observar e apreciar.

Ao encerrar, Sr^a Presidente, acompanho a homenagem e as colocações tão apropriadas que o nosso querido Mão Santa fez aqui em relação ao fim do mandato de V. Ex^a. Já estamos sofrendo, por antecipação, com a sua ausência. A convivência com V. Ex^a, que é uma pessoa amiga, fraterna, franca, muito generosa, solidária, humana, dura nos seus posicionamentos, mas com um coração tão grandioso e mole, Senador Mão Santa, deu-nos aqui seguras, ricas e importantes lições.

Querida amiga Heloísa Helena, já estamos sofrendo por antecipação, e espero que sua ausência desta Casa não seja tão longa. V. Ex^a vai, seguramente, deixar uma lacuna impreenchível aqui nos nossos corações.

Com isso, gostaria de encerrar esta minha manifestação, num momento em que homenageio também a prestimosa mulher brasileira e nordestina, valorizando a destemida mulher do nosso Piauí.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Obrigada, querido, obrigada mesmo pela generosidade das palavras, pela delicadeza de sempre,

Senador Leomar Quintanilha. Muito obrigada mesmo e que Deus o abençoe!

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento. Em seguida, falará o Senador Heráclito Fortes, também pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Antes de mais nada, registro aqui que requeri, ontem, voto de aplauso à Federação das Indústrias do Estado do Amazonas pelo 15^o aniversário de criação do Programa Qualidade Amazonas.

Ainda, Sr^a Presidente, peço registro nos Anais de curto pronunciamento contendo o artigo do jovem intelectual Leonardo Távora Dias, que cursa Relações Internacionais em Caeté, Minas Gerais, que diz, entre outras coisas: “Lembrem-se, candidato que se utiliza de mentiras para ganhar uma eleição não merece nem atenção, quanto mais um voto”.

Peço, ainda, que para os Anais seja endereçado igualmente breve pronunciamento em que comento o artigo lúcido do professor e ex-Ministro José Goldemberg, criticando a chamada Lei das Florestas, aprovada, inclusive com o meu voto, pelo Congresso Nacional, depois de intensos debates aqui. Mas merece ser lida essa “pensata” do professor Goldemberg.

Peço ainda a inclusão do artigo “O Dom Quixote da Imprensa”, publicado pelo jornal **Tribuna da Imprensa**, em 18 de outubro de 2006, de autoria do Sr. Orpheu Santos Salles, que comemora os 85 anos de muito bem vividos do grande jornalista Hélio Fernandes seja endereçado aos Anais.

De maneira bem breve, faço referências, Senador Heráclito Fortes, a um *e-mail* que recebi – não estou dizendo que seja verdade, apenas que não duvido mais nada desse Governo – dizendo que “os servidores do primeiro, segundo e terceiro escalão desse Governo seriam obrigados a votar no candidato Lula, no segundo turno, e que estaria sendo montado um projeto de usarem aviões da FAB para transporte desses eleitores”. Pode ser mentira, pode ser uma invenção. Tomara que seja, e tomara que a FAB me diga agora que isso não é verdade! Mas o fato é que recebi o *e-mail* e achei que deveria levá-lo ao conhecimento da Nação.

Do mesmo modo, ouço rumores de pressão do Governo à revista **Veja**. O Governo, inquieto com o conteúdo da última edição da revista **Veja**, estaria exercendo pressão por meio de setores ministeriais sobre a direção da revista, que teria rechaçado – é a informação que tenho também –, conforme se espera da altivez da imprensa livre brasileira, rechaçado essa pressão. Vamos aguardar porque as manifestações de

repúdio ou de não-aceitação da liberdade de imprensa por parte desse Governo são seguidas.

Mas hoje a imprensa está cheia de coisas relevantes. No jornal **Folha de S.Paulo**, Lula admite responsabilidade pelo dossiê. Em entrevista para esse jornal o Presidente afirma: “Se houver crime eleitoral com dossiê, terei que pagar”. Finalmente o Presidente Lula diz algo digno, porque, se houver crime, ele tem de pagar mesmo. E, na minha opinião, há crime e, portanto, ele tem de pagar.

“Novas denúncias baixam moral de Lula e do Governo. O temor de novas denúncias sobre o dossiê fazem com que o Governo e o Presidente Lula fiquem alertas” – matéria do jornal **Correio Braziliense**.

Alckmin foi chamado de golpista, de Pinochet, pelo guerrilheiro do Palácio do Planalto, que é o Ministro Tarso Genro. Mas não existe guerrilheiro só do bem, há narcoguerrilheiro, há de todo tipo. A Senadora Heloísa Helena acha que todo guerrilheiro é bom, eu acho que não. Há uns bons e uns ruins...

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – É porque...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Depende do destino que se dê ao uso das armas.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Desculpe-me interromper o discurso de V. Ex^a, pois nem deveria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senadora.

Mas, enfim, o Sr. Tarso Genro estranhou o candidato a Presidente Geraldo Alckmin ter dito que o Governo Lula, se eleito, acabaria antes de terminar. Mas é verdade. Ou os processos se extinguem com uma eventual vitória dele? Ou a repercussão desses escândalos morrerem? Ou tem algum jogo que vai ser zerado? Não tem. Se derrotado, aí sim, o Brasil zera o seu jogo, mas, se vitorioso Lula, continua pura e simplesmente todo esse mar de lama a avançar sobre o seu Governo. E se quiserem um exemplo internacional, dou o do Nixon, o que aconteceu com Richard Nixon, que cometeu deslizes em seu governo e pagou duramente no seguinte.

Finalmente, referindo-me ao jornal **O Globo**: “Justiça anula a liberação de recursos eleitorais. Diante de tantas medidas eleitorais, a Justiça vetou a MP nº 324 que liberaria R\$1,5 bilhão para investimentos extraordinários em nove ministérios”. Gastar dinheiro público para, depois, no ano que vem, o povo pagar as conseqüências.

E, finalmente, tenho de trazer à baila essas matérias que expõem as fraudes e as mentiras desse Governo. Por exemplo, a mentira da auto-suficiência em petróleo. Há uma situação de equilíbrio, mas não há auto-suficiência. É bom falarmos as coisas como são. Isso está no jornal **Folha de S.Paulo**, e também

o jornal **O Estado de S. Paulo**, de ontem, mencionou algo parecido.

“O Brasil perde investimentos e empregos, de acordo com o Presidente do Banco Mundial” – esta é matéria do Jornal **O Estado de S. Paulo** de hoje.

Mas o assunto fundamental que me traz à presença, Sr^a Presidenta, Sr^s e Srs. Senadores, é que, ontem, eu exibi uma minuta de medida provisória e, em algum momento, falei diretamente para a Ministra Dilma Rousseff. Não sou e imaginem se vou agora virar conselheiro espiritual da Ministra Dilma Rousseff, com aquela idade. Eu já disse ontem que tenho quatro filhos, que me dão um trabalho enorme, e eles vão de 27 a 11 anos de idade. Não quero ser, de forma alguma, pai adotivo da Ministra Dilma, mas olhei para ela, em algum momento, e disse: “Ministra, a mentira tem pernas curtas”. E a mentira não durou 24 horas. Ela manda dizer, por intermédio da Senadora Serys Slhessarenko, que era apócrifa a medida provisória. E eu disse que não era. E torno a ler:

A minuta de medida provisória que, se virar medida provisória e virar lei líquida o Pólo Industrial de Manaus foi enviada pelo MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, em 6 de outubro de 2006, para a Casa Civil, por meio do Aviso nº 127/GM, do Gabinete do Ministro [portanto, MDIC].

Então, eu analisei aqui, e não vou repetir, sobejamente as conseqüências para o Pólo de Manaus do conteúdo dessa minuta de medida provisória, que não foi feita de improviso, foi feita por uma pessoa muito competente, apenas insensível em relação ao modelo de desenvolvimento que sustenta a economia do meu Estado.

Disseram que era apócrifa e outros Senadores disseram que havia estudos, mas que não é só estudo não, é uma medida provisória proposta para ser assinada pelo Presidente da República, e proposta pelo Ministro Furlan. E quem diz isso é o Ministro Furlan, no dia 6 de outubro, no mesmo dia em que ele enviou a medida provisória, no Hotel Blue Tree, numa entrevista que concedeu à imprensa brasileira. Ele declarou que havia encaminhado à Casa Civil medida provisória que beneficiaria setor de semicondutores. Estou aqui com o registro da Folha Online, seção Dinheiro, da jornalista Ana Paula Ribeiro, que passo a ler:

O ministro Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento) encaminhou hoje à Casa Civil a proposta da medida provisória que irá beneficiar a instalação de fábrica de semicondutores no país e a produção dos insumos necessários para a produção da TV digital.

O ministro não soube informar se há possibilidade de a MP ser editada antes do

segundo turno das eleições, no dia 29 de outubro. “Não sei. É uma decisão que depende de vários ministérios”, disse.

Furlan não quis adiantar detalhes da proposta, como o período de duração dos benefícios, quais isenções serão permitidas e se, no caso da TV digital, serão beneficiadas apenas as empresas que atuam na Zona Franca de Manaus.

A transmissão do sinal digital começa a partir do ano que vem, primeiramente em São Paulo. A transição do sistema analógico para a TV digital terá prazo de dez anos.

Então, muito bem, a jornalista Ana Paula Ribeiro entrevistou o Ministro Furlan, que declarou ter enviado para a Casa Civil a medida provisória – ele não falou do aviso. Essa medida provisória está na Casa Civil. A Ministra ou é muito incompetente e não presta atenção ao que está ao seu redor, ou está faltando com a verdade, seguindo o que já é uma praxe nesse Governo, onde a raridade, a exceção é se falar a verdade.

Conheço um cachorro porque ele tem focinho, porque quando é agrado abana o rabinho, cachorro late, cachorro tem quatro patinhas. Então, digo: é cachorro porque tem cara de cachorro, tem jeito de cachorro. Essa é uma medida provisória porque tem cara de medida provisória, é escrita sob o nome de medida provisória e porque foi enviada pelo MDIC para a Casa Civil sob o número 127, do gabinete do Ministro. Ou seja, o Governo mentiu de novo. O Governo mente a partir do seu Presidente e até o seu último escalão de cargo comissionado. Diz muito bem o jovem intelectual mineiro a que me referi no início: mente como arma política, mente como arma eleitoral. E aqui está a prova.

Peço, Sr^a Presidenta, que os Anais da Casa acolham a matéria da Folha Online, Seção Dinheiro, da jornalista Ana Paula Ribeiro.

Vamos recapitular: não é apócrifa coisa alguma essa minuta de medida provisória, que, se for acatada na íntegra, é uma proposta de liquidação do Pólo Industrial de Manaus. Não restará pedra sobre pedra lá. É claro que não passa pelo Senado, a depender de mim. É claro que vai encontrar óbices opostos a isso pela Bancada federal do meu Estado. É claro que haverá solidariedade de Senadores inúmeros, enfim. Ontem, o Senador Jucá disse que o PMDB inteiro estaria ao nosso lado e só fico grato por isso, mas o fato é que é verdade o que eu disse.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim. É verdadeiro o documento que me passou um alto funcionário do Governo Federal, uma pessoa muito digna, da

burocracia federal deste País. Portanto, mais uma vez, desmascaramos. O pior é que desmascarávamos os outros escândalos em uma semana ou 10 dias. Agora, eles não duram mais que 24 horas. Ontem, vim à tribuna muito mais tarde do que hoje e, menos de 24 horas depois, já dá para voltar a ela e desmascarar.

Ministra Dilma, falo para a senhora, de novo: ou a senhora não sabe o que se passa na sua Casa Civil, ou aprendeu a mentir, e aprendeu a mentir, quem sabe, no próprio terceiro andar do Palácio. A senhora, quando mandou dizer pela Senadora Serys que era apócrifa a medida provisória, quis ganhar tempo eleitoral para o Presidente Lula, apenas isso.

O Presidente Lula promete a TV digital para 500 Estados, inclusive para o meu – para o meu, o que há de concreto é a ameaça de se liquidar com todo o Pólo Industrial. Como eles querem tomar a decisão apenas depois da eleição, eu estou denunciando um estelionato eleitoral brutal que o Presidente Lula arma. Ou ele vai enganar o Amazonas, ou ele vai enganar Minas, ou vai enganar o Rio Grande do Sul, ou vai enganar a Bahia, ou vai enganar o Paraná. Enfim, ou vai enganar um desses, ou vai enganar alguns desses, ou vai enganar todos esses.

O fato é que essa história de dizer o Ministro Thomaz Bastos que o resultado da apuração do dossiê e a decisão sobre TV digital e semicondutores só saem depois da eleição é a demonstração mais espúria de que esse Governo coloca o fato eleitoral acima do dever de tomar conta dos interesses desta Nação brasileira.

Concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes, com muita honra.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, estamos revivendo um quadro que a Globo exhibe, geralmente, após a hora do almoço, chamado Vale a Pena Ver de Novo. Em 2002, o Governo Lula, na Carta ao Povo Brasileiro, fez graves acusações contra o candidato José Serra e prometeu medidas drásticas contra o excesso de juros que os banqueiros cobravam e o seu lucro exorbitante. Pois bem, enganou o povo brasileiro com esse tipo de promessa e, no dia seguinte à posse, fez um pacto com os banqueiros brasileiros, o qual anda às mil maravilhas até hoje. O mesmo ele está fazendo com essa questão da Zona Franca. De maneira criminoso, no primeiro turno, distribuiu pelo Amazonas e pela região panfletos apócrifos dizendo que Geraldo Alckmin acabaria com a Zona Franca de Manaus. E, na calada da noite, discutiu com empresários de outra região exatamente o que V. Ex^a diz, agora, na tribuna. Se examinar, no tempo oportuno, os doadores de campanha do PT, V. Ex^a verá se isso procede ou não. É uma maneira sórdida e cínica de se fazerem as coisas. Cria-se o fato, atemoriza-se uma população que vive, em grande parte, dos frutos e da produção da Zona Franca e, na realidade, negocia-se aquilo que se

condena, colocando como se fosse programa do seu adversário. Mas não vão muito longe, não.

Os jornais, hoje, trazem uma informação sobre o Sr. José Rainha – não sei se ele conseguiu eleger a mulher Deputada estadual por São Paulo, onde era candidata –, que, até a semana passada, andava em jatinho de fazendeiro para cima e para baixo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Aquele que já foi condenado por homicídio, se não me engano?

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Pois é. O MST acabará, no dia 29, com a trégua. Ele conta que, no dia 29, quando as urnas estiverem fechadas, o MST sairá das trincheiras e retomará as mobilizações. É isso. Senador Arthur Virgílio, parabênize V. Ex^a. Pelo menos, ficaremos com a consciência tranqüila por termos alertado a população brasileira e, no caso específico de V. Ex^a, a do Amazonas, quanto a esse crime que se comete, neste momento, no nosso País. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Heráclito Fortes, encerrarei respondendo a V. Ex^a, que traz uma observação que eu havia anotado para a ela me referir hoje, mas que, na pressa de fazer a viagem que V. Ex^a e eu faremos juntos daqui a pouco, acabei olvidando. Acabei me esquecendo disso.

Há um cinismo impressionante. Não quero crer em uma Nação anestesiada, que tenha injetado éter na veia.

Uma das razões do desgaste de Lula era sua proximidade com o MST, que atrasa tanto o agronegócio, complica a Balança Comercial Brasileira e ameaça o futuro desse setor tão produtivo e tão lucrativo da nossa economia. Agora, no maior despudor, depois de fingir até uma certa distância nos momentos mais difíceis para Lula, José Rainha diz que está aguardando só o companheiro Lula ser declarado vitorioso às 17 horas do dia tal. Quero até informar-lhe que no meu Estado, a apuração vai até às 18 horas, porque daqui para lá é uma hora a menos. Eu queria aconselhá-lo a respeitar o Acre, porque lá são duas horas a menos.

Ele disse que espera, que parou, taticamente, as invasões e que vai recomeçá-las quando o seu “companheiro” for decretado – se for, e diz ele que vai –, vencedor da eleição.

Fico impressionado com isso, mas fiz, antes, duas denúncias. Chamei a atenção para a velhacaria da Casa Civil de dizer que não tem medida provisória sobre semicondutores e que, portanto, não haveria ameaça ao Pólo de Manaus – estou mostrando que há –, e para o que tenho visto na minha cidade.

Tenho pouca paciência quando encontro um médico ou um advogado fulano de tal com aquela conversa de me perguntar se o Alckmin vai acabar com a Zona Franca. Respondo em 10 segundos, porque não tenho paciência

para perder tempo com pessoas que podem até estar tentando arranjar a justificativa para votar no Lula. Se querem votar, votem, não precisam inventar justificativa. E digo isso assim, na cara mesmo. Digo: olha, se o senhor quer votar no candidato Lula, não invente desculpa, vá, vote e assuma a consequência do seu ato. Quando é uma pessoa humilde, que está atemorizada, que está vendo o seu ganha-pão voar, porque, supostamente, o “lobo mau” Alckmin acabaria com a Zona Franca de Manaus, detenho-me por 24 horas, se for preciso, porque sinto que é sincera aquela apreensão.

Também saiu, no jornal **Folha de S. Paulo**, uma matéria, transmitida para o País pela competente correspondente desse jornal no Amazonas, jornalista Kátia Brasil, sobre um Município mais do que humilde, humílimo, chamado Manaquiri.

Lá, o boato era de que Alckmin acabaria com a Zona Franca de Manaus, tiraria a luz elétrica do Município, Sr^a Presidente, e, também, acabaria com o Bolsa Família. Isso chega a ser uma perversidade! Isso é mal. Isso é mexer com os sentimentos de pessoas humildes, que, infelizmente, não tiveram oportunidade de estudar como tantas outras, que vivem em um Município paupérrimo, que depende exclusivamente dos reflexos indiretos do que produz o Pólo Industrial de Manaus. Mas lá – e lá o Lula obteve uma votação fantástica –, o boato era que Geraldo Alckmin tiraria a luz elétrica e pararia de pagar o Bolsa Família. Meu Deus! Brincam com pessoas humildes, que já foram tão maltratadas pelo destino, isso tudo com o objetivo de ganhar uma eleição! Uma eleição que, se, por ventura, por eles for levada – e aí volto ao que disse Geraldo Alckmin hoje: não há nada de golpismo ou “pinochetismo” algum –, eu diria a ele: “Presidente, feliz ano velho!” O que muda no dia 1º de janeiro em relação a esse quadro de caos do Governo dele? A não ser o fato de que tem um desajuste fiscal grave a ser corrigido em 2007 – a gastança eleitoral foi brutal –, a não ser o fato de que continuarão evoluindo as investigações pela Procuradoria-Geral da República e o fato de que vão continuar todas as denúncias que correm contra ele no Tribunal, na Procuradoria, no Supremo Tribunal Federal, TSE. Ou será que ele passa uma esponja nisso tudo? Richard Nixon não passou uma esponja naquela mentirada toda de Watergate. Não passou uma esponja! Lula não vai passar uma esponja nesses quatro anos de absoluto desrespeito à ética, de absoluto desrespeito à seriedade pública. Então, o Governo dele é, sem dúvida alguma, a insegurança, se se reproduzir como modelo no tempo e no espaço, ou seja, por esses quatro anos mais. O povo vai decidir.

Sempre digo que, no Brasil, se existe uma entidade que tem o direito de errar e de acertar, quando erra paga pelo seu erro e depois corrige o seu próprio passo e dá seus próprios avanços históricos e sabe dar um

jeito na sua vida, porque a vida pertence sobretudo a esta entidade, é o povo brasileiro. Se tem uma entidade assim – repito – é o povo brasileiro! O povo brasileiro pode escolher o que ele quiser! Agora, a mim, me dói, Sr^a Presidenta, a mim, me dói porque, se é verdade isso, então, qual é o percentual de pessoas que não ligam para a seriedade pública? Então, significa que algumas pessoas estariam dando aval a alguém que presidiu o Governo mais corrupto da História brasileira, desde que a República se implantou no País! Milhões de pessoas dizendo: “Eu não me importo”, ou sob a desculpa falsa, esfarrapada, de que nenhum político prestaria, o que é uma aberração – é equivalente a eu dizer que nenhum jornalista prestaria, ou que nenhum taquígrafo prestaria, ou que nenhum motorista de táxi prestaria –, quando, aqui, refletimos a sociedade como um todo. Há gente que presta, há gente que presta mais ou menos, há gente que presta muito. Temos de saber fazer essa distinção. Então, essa desculpa é esfarrapada. Mas, quantas pessoas não ligam para a questão ética? Quantas pessoas acham que é possível votar, ou por que está mais barato o frango, ou por que não sei quê? Pelo amor de Deus! Este País tem de perceber que setores amplos da sociedade parece que injetaram éter na veia, parece que estão letárgicos, parece que estão absolutamente sem compromisso com o pudor. E, depois, a consequência vem. Mas, se o povo quiser, o povo vai arcar com a consequência, e o povo, depois, vai corrigir seu passo; o povo vai, depois, saber dar a sua grande guinada. Afinal de contas, para citar dramas maiores do que isso, Sr^a Presidente, cito Varsóvia, que, no século XX, foi destruída duas vezes. Hoje, Varsóvia é uma cidade belíssima, que reflete a cultura e o caráter indomável do povo polonês. Se eu quisesse me lembrar da invasão da França pelos nazistas, da depredação de obras de arte, do furto de obras de arte, eu diria que existem dramas muito mais graves!

Sinceramente, eu lamento! Pensei que quem praticasse o que este Governo praticou estaria fora da eleição.

V. Ex^a, Sr^a Presidenta, poderia dizer-me que não teve máquina, porque não teve dinheiro... Tudo isso eu conheço, sobejamente, da sua vida, Senadora Heloísa Helena. Mas eu gostaria de um modelo, por exemplo, que V. Ex^a tivesse tido mais votos que o Lula na eleição, por mais que eu discorde de suas idéias. Eu queria um modelo! Afinal de contas, dá a impressão, para as novas gerações, que dá para fazer tudo o que ele está fazendo, e que não há pena alguma a pagar. Dá para ir levando na esperteza. Quero dizer às novas gerações, de maneira esperançosa, que não dá para fazer tudo não. Se ele vai ganhar a eleição, eu não sei. Vamos ver no dia 29 de outubro, tanto o Rainha e como nós: o Rainha, para começar as invasões e as estripulias dele – tomara que ele não

mate mais ninguém –, e nós vamos saber o resultado das eleições. Para mim, é muito simples: se o meu candidato ganha, eu vou ajudá-lo a governar; se o meu candidato perde, vou fiscalizar o que venceu de maneira muito clara. Não tem essa de ficar me pendurando em cargo de Petrobras, não tem essa de ficar me pendurando onde quer que seja. Vou cumprir o meu papel de Líder da Oposição, ou seja, vou cumprir o meu papel de Oposição a quem vencer as eleições, se não for do meu Partido. Ou vou ser homem de Governo, se ganhar aquele que apresenta propostas nas quais eu creio. Mas que é um momento inquietante, sinceramente, é. Ganhe Lula ou perca Lula, eu nunca vi – e as pesquisas podem ter equívocos, mas não podem estar tão equivocadas assim – tantos milhões de brasileiros dizerem “sim” a uma proposta que envolve corrupção. Nunca pude ver isso! A desculpa de que todo mundo é corrupto é esfarrapada. Prefiro acreditar que tem gente com éter na veia. Sinceramente, prefiro acreditar nisso. Prefiro acreditar que tem gente que está anestesiada, eu não sei por que razão!

E depois, como diz Machado de Assis, o tombo pode ser desagradável. Machado de Assis dizia que é melhor cair das nuvens e pisar na realidade, do que cair do terceiro andar. Cair do terceiro andar, dá morte, dá fratura de crânio e de base de coluna. Cair das nuvens, não, basta cair delas, e pisar na realidade e começar a raciocinar bem.

Mas o fato é que eu trouxe hoje esse desmentido cabal à invencionice de que seria apócrifa a Minuta que eu aqui trouxe, é pena que não tenha ninguém de plantão no Governo hoje. Disseram-me, hoje, me ligou uma moça da **Veja**, que eles estariam de plantão aqui. Então, faltaram ao plantão. Tem de mandar cortar o ponto, porque não tem ninguém do Governo aqui dando plantão, mandar cortar o ponto deles. O fato é que eu estou aqui para reafirmar as minhas verdades, como faço sempre, e como vou fazer do começo ao fim da minha vida pública. E trouxe mais, Sr^a Presidenta: eu trouxe uma denúncia grave: a de que o Governo teria pressionado a direção da revista **Veja** que, felizmente – por isso merece elogios, merece encômios –, teria repudiado essa pressão. O Governo está com medo da edição, que já estaria praticamente pronta, da revista **Veja**, que vem por aí. Do mesmo modo, chegou-me uma denúncia, por *e-mail* – não quero acreditar nela –, mas como não duvido nada deste Governo, a estou trazendo: de que estariam montando, a partir de aviões da FAB, transporte de eleitores, que são funcionários do primeiro, do segundo ou do terceiro escalão do Governo, para irem votar nos seus Estados no candidato oficial. Não quero acreditar. Isso é absurdo demais. E olhe que meu pai estava na lista daqueles homens públicos – é uma outra Aeronáutica – que seriam cassados e depois jogados na Baía de Guanabara por aquele Almirante Burnier. Aquilo foi anulado pela decla-

ração corajosa, pela denúncia corajosa, que fez aquele homem, já falecido, que pagou todos os preços, o então Capitão Sérgio Macaco.

Quero crer que seja a Aeronáutica reformada; trata-se de uma outra Aeronáutica, a Aeronáutica casada com a democracia e que não vai tolerar uma coisa dessas. Então, estou esperando... De repente, até tem alguém da Aeronáutica aqui, porque estou falando há uma hora, e já era para ter alguém da Aeronáutica aqui dizendo-me que isso é mentira. Mas eu não duvido nada deste Governo! Estou dizendo que recebi um *e-mail*, colocando-me a par de que estariam planejando usar aviões da FAB para transportar eleitores, como se essa eleição fosse como nos tempos dos “Coronéis, do coronel Fulano de Tal”, de não sei de onde. Não é. Trata-se da eleição de uma República Democrática, e a democracia não pode ser desafiada e desmoralizada por essa gente. Falei disto, falei da Revista **Veja** e falei do fato de que o Presidente Lula, hoje, merece um elogio meu. Sua Excelência disse que se o dossiê for crime eleitoral, que ele merece pagar. Então, digo ao Presidente: “Presidente, é crime eleitoral, sim! Eu concordo com Vossa Excelência. Vossa Excelência merece pagar na Justiça e na eleição”.

Obrigado, Sr^a Presidenta.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para solicitar que seja registrado nos Anais da Casa o artigo intitulado “O Dom Quixote da Imprensa”, publicado pelo jornal **Tribuna da Imprensa**, de 18 de outubro de 2006.

O primoroso artigo escrito pelo editor da revista **Justiça e Cidadania**, Orpheu Santos Salles, comemora a vida do grande jornalista Helio Fernandes, que completou 85 anos nessa última terça-feira, dia 17 de outubro. Único jornalista brasileiro em atividade há mais de 60 anos, Helio sofreu perseguições, humilhações, foi censurado e preso.

Usando as palavras de Orpheu:

“Helio, esse Dom Quixote dos tempos atuais”, merece a nossa justa homenagem e admiração.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro mais uma vez que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O Dom Quixote da imprensa

Orpheu Santos Salles

Nesta terça-feira, 17 de outubro, Helio Fernandes, o mais intemorato jornalista brasileiro, completa 85 anos, 60 deles dedicados, diariamente, aos seus contundentes artigos, sempre em defesa dos bons princípios e das boas causas.

Esse Dom Quixote dos tempos atuais, diretor da TRIBUNA DA IMPRENSA, não arremete como o manchego de Cervantes contra gigantes representados nos moinhos de vento, mas age e escreve contundentemente contra delinquentes, que na política, na administração pública ou privada, se locupletam criminosamente do patrimônio da Nação e da coletividade.

Helio, esse Dom Quixote dos tempos atuais, usa a sua TRIBUNA DA IMPRENSA, livre e independente, como se estivesse montado no corcel

Rocinante, é um contumaz contestador inconformado e revoltado contra a forma e condições como a política é conduzida e exercida no País.

É o mais ferrenho crítico e opositor dos políticos e seus apaniguados, que usam cargos públicos para pessoalmente se beneficiarem, denunciando publicamente, através de seu jornal, os ladravazes dos recursos da Nação.

Também é o único jornalista brasileiro em cotidiana atividade há mais de 60 anos, um dos que mais sofreu perseguições, humilhações, censura, prisões e inclusive desterro no seu próprio País, em Fernando de Noronha, Pirassununga, Campo Grande, hoje capital do Mato Grosso do Sul.

O pensar e estilo de vida de Helio Fernandes, pela persistência e luta pelos seus ideais, face as agruras por que passou e ainda

passa, se aplica bem a prédica e o ensinamento do saudoso cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, primeiro Arcebispo de Aparecida do Norte e idealizador da construção da Basílica de Nossa Senhora Aparecida que, ao confortar um perseguido da ditadura militar, animando-o e incentivando-o, disse-lhe: "O homem quando persistente, deprendido e consciente de ideais patrióticos, deve se conduzir na vida como uma vela; de pé, acesa e iluminando até o fim". O sermão do saudoso Cardeal se aplica por inteiro ao jornalista Helio Fernandes, e vale nesta data que completa 85 anos, como saudações, homenagens, cumprimentos e admiração dos seus amigos e companheiros.

Orpheu Santos Salles é diretor-editor da revista "Justiça e Cidadania"

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o ilustre Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Dr. José Goldemberg, opõe reparos à iniciativa do atual Governo de promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia por meio do arrendamento ou cessão de florestas.

Essa modalidade está prevista na chamada Lei das Florestas, aprovada pelo Congresso Nacional, depois de intensos debates.

Recordam os Senadores que, ao tramitar no Senado, o Projeto recebeu emenda que pretendia submeter à aprovação do Senado Federal a concessão de áreas de florestas. A emenda foi acolhida por unanimidade e foi o que assegurou a aprovação do Projeto.

No entanto, ao sancionar a proposição, o Presidente Lula vetou aquele dispositivo, desautorizando o compromisso das lideranças governistas no Senado.

Por isso, após, formalizei novo Projeto de Lei, restaurando o dispositivo vetado pelo Presidente da República.

Vejo agora que o exame prévio pelo Senado é pertinente. O Prof. Goldemberg, em artigo publicado esta semana no jornal **O Estado de S. Paulo**, alerta para os riscos que a concessão de florestas poderá acarretar, redundando em mais desmatamento na Amazônia.

Segundo o Secretário do Meio Ambiente paulista, as concessões poderão acarretar atividades predatórias, exatamente por falta de fiscalização, objeto do dispositivo vetado por Lula. O artigo do Prof. Goldemberg está sendo anexado a este pronunciamento, por representar relevante contribuição ao debate sobre a questão amazônica.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Como salvar a Amazônia?

José Goldemberg

O que está ocorrendo na Amazônia nas últimas décadas é um exemplo dramático do conflito que existe entre a utilização de recursos naturais e a preservação do meio ambiente. A população local e as empresas que operam naquela região têm uma visão pragmática e de curto prazo em relação ao uso da floresta.

Na Amazônia a terra é barata e ao alcance da mão. E com poucos recursos se pode desmatar uma grande área a baixo custo, vender parte da madeira, queimar o resto e "soltar uns bois no pasto", num tipo de uso do solo extremamente ineficiente, com menos de uma cabeça por hectare. Após algum tempo, a terra pode ser usada para plantações de soja, utilizando técnicas de mecanização, já que a terra é plana. Às vezes podem ser necessários produtos químicos apropriados para adequar a terra a esta cultura, mas empresas que atuam no setor já se mostraram preparadas para fazer os investimentos necessários e garantir a compra do produto.

Para muitos ambientalistas, contudo, a destruição da floresta amazônica, que prossegue em ritmo acelerado, terá consequências sérias, que tornarão o Nordeste mais seco e reduzirão a precipitação de chuvas no Sudeste e na própria Amazônia, além da imensa perda da biodiversidade que a floresta amazônica abriga.

Estas consequências negativas só aparecem a médio e longo prazos, sobretudo porque os atingidos e prejudicados com a perda da biodiversidade, perturbações no ciclo hidrológico e, em última análise, mudanças climáticas no Nordeste e no Sudeste não são os responsáveis por elas. Este é

um conflito típico entre os interesses imediatos da população local envolvida e os interesses difusos do resto do

Apesar do muito que se tem escrito (e pesquisado) sobre biodiversidade da Amazônia e suas riquezas, além de outros serviços ambientais, a crua realidade é que a exploração e o uso das reservas florestais têm sido feitos principalmente ao longo de três linhas tradicionais:

- Extração predatória de madeira nobre;
- "manejo sustentável" (o que, na verdade, não ocorre);
- desmatamento e avanço da fronteira agrícola para pastagens e cultura de soja.

A extração de madeira no mundo ocorre principalmente na Indonésia (com 27% da produção mundial), na Malásia (21%) e no Brasil (20%). A contribuição da Amazônia ao mercado internacional tem sido modesta, apesar de produzir aproximadamente 25 milhões de metros cúbicos de madeira por ano. As razões para isso são várias, incluindo a exploração concentrada em poucas espécies conhecidas pelo mercado, a falta de infra-estrutura apropriada e, principalmente, a baixa qualidade da madeira produzida na Amazônia, devido ao baixo nível tecnológico, o que resulta em grande desperdício: apenas 30% de uma tora é aproveitado, ou seja, 70% vira lixo urbano e rural.

Lamentavelmente, apesar de se falar muito em manejo sustentável, apenas uma pequena fração das áreas que estão nesta categoria no mundo produzem uma renda satisfatória e, por falta de fiscalização e infra-estrutura, acabam

se convertendo a atividade predatória. É por essa razão que a iniciativa do atual governo de promover desenvolvimento sustentável por meio do arrendamento de florestas públicas é controversa. E tem, no fundo, um caráter experimental de pequeno vulto enquanto "corre solto" o desmatamento predatório, com o desnudamento de uma área de 20 mil quilômetros quadrados por ano, maior que o Estado de Alagoas.

Várias soluções para os problemas da Amazônia têm sido sugeridas, algumas completamente irrealistas, como a de simplesmente preservar aquela região como um museu vivo, ignorando que lá vivem 20 milhões de brasileiros. Outras são ingênuas, como a de tratar a Amazônia como se fosse a Costa Rica, onde a preservação das florestas dá origem ao ecoturismo, atraindo visitantes dos Estados Unidos. O território da Costa Rica é cem vezes menor do que a Amazônia Legal. É por essa razão que as doações bem-intencionadas de áreas para preservação de alguns milhares de hectares no Paraná ou em outras partes do País são louváveis, mas não têm maior significado diante do tamanho do problema na Amazônia.

Já a criação de unidades de conservação na Amazônia pelo governo federal é significante: existem milhões de hectares nesta categoria e o atual governo criou outras. O problema é protegê-las. As unidades de conserva-

ção da Amazônia têm em média um guarda-parque (ou equivalente) por 100 mil hectares, enquanto a média mundial é 27 vezes maior. Esta é uma ação urgente que o novo governo deverá equacionar, e poderá ser uma solução parcial para o problema da preservação da floresta.

O que se poderia fazer é implantar na Amazônia pólos de desenvolvimento verticalizados, que não apenas sirvam para a extração de madeira certificada, mas criem uma cadeia produtiva que exporte, para o resto do Brasil e para o exterior, produtos de maior valor agregado.

Uma área tão grande da Amazônia já foi destruída (60 milhões de hectares, ou 18% do total, que corresponde a quase três vezes a área do Estado de São Paulo) que não é necessário avançar ainda mais a fronteira agrícola para encontrar terras para cultivo de soja ou outros produtos. A ênfase daqui para frente deve ser a de recuperar áreas degradadas e subutilizadas, intensificar a pecuária, e colocá-las em condições de se tornarem produtivas. O avanço da fronteira agrícola só deve ocorrer em áreas designadas para tal, após a elaboração de um cuidadoso zoneamento ecológico-econômico, cuja execução seja fiscalizada pelo poder público e pela sociedade.

José Goldemberg é secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo

06/10/2006 - 15h:05

Furlan encaminha à Casa Civil MP que beneficiará setor de semicondutores

ANA PAULA RIBEIRO
da Folha Online, em Brasília

O ministro Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento) encaminhou hoje à Casa Civil a proposta da medida provisória que irá beneficiar a instalação de fábricas de semicondutores no país e a produção dos insumos necessários para a produção da TV digital.

O ministro não soube informar se há possibilidade de a MP ser editada antes do segundo turno das eleições, no dia 29 de outubro. "Não sei. É uma decisão que depende de vários ministérios", disse.

Furlan não quis adiantar detalhes da proposta, como o período de duração dos benefícios, quais isenções serão permitidas e se, no caso da TV digital, serão beneficiadas apenas as empresas que atuam na Zona Franca de Manaus.

A transmissão do sinal digital começa a partir do ano que vem, primeiramente em São Paulo. A transição do sistema analógico para a TV digital terá prazo de dez anos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado "O Brasil que nós queremos", de autoria do estudante Leonardo Távora Dias, que cursa relações internacionais em Caeté, Minas Gerais, e que traz uma bela reflexão sobre ética e democracia no atual momento eleitoral que vivemos.

Fazendo uso das palavras de Leonardo: "Lembrem-se, candidato que se utiliza de mentiras para ganhar uma eleição não merece nem atenção, quanto mais um voto".

O Brasil que nós queremos Por Leonardo Távora

Estamos vivendo um momento bastante complexo no Brasil hoje. Todo momento eleitoral é um tempo de expectativas e incertezas quanto ao futuro, nosso e do nosso país. É assim em todas as partes do globo terrestre. Mas, neste ano de 2006, as coisas tomam um sentido mais amplo do que apenas esperanças quanto ao futuro da nação. Envolve uma séria reflexão sobre ética e democracia que todos nós temos que fazer.

Todos os governos possuem erros e acertos. Isso é fato. Vem da natureza do próprio homem que erra sim, e muito, e muitas vezes querendo acertar. O governo do Presidente Lula da Silva não foge a essa regra. Claro que houve realizações louváveis neste governo, como o bolsa-família, por exemplo, que, apesar de ter apenas mudado de nome (pois foi instituído no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso) ajuda muitas famílias carentes, embora este seja um programa de auxílio, e não um programa de contribuição para o engrandecimento dos seres humanos atingidos por ele, por meio da educação, por exemplo. Bom, a idéia, embora copiada, é muito louvável.

Mas há erros, e graves, que precisam ser corrigidos. O aparelhamento da máquina pública, por exemplo, é um grande entrave, pois torna mais morosa a prestação do serviço público e aumenta muito o risco de haver corrupção. Aliás, corrupção é o mais grave problema do governo Lula da Silva. Inúmeros escândalos envolvendo o governo desgastaram tanto a biografia de Lula da Silva como a do PT, seu partido.

A América Latina sofre muito com a corrupção. É um problema crônico no continente. O Brasil passa pela mais grave crise institucional da sua história de 506 anos. Uma coisa terrível, condenável. A corrupção e que vemos no governo Lula da Silva em qualquer país que tenha uma democracia fortalecida seria motivo de banimento dos envolvidos da vida pública. Veja bem, não é um simples afastamento temporário com perda de direitos políticos, mas banimento, para sempre. Não quero dizer que o Brasil tem problemas e os outros países do mundo estão acima disso, porque não é verdade. Há corrupção em muitos lugares do mundo, mas existem lugares onde ela é vista como algo tão repugnante que os envolvidos não merecem nem o respeito dos seus compatriotas.

Sr. Presidente, requero que o artigo do estudante Leonardo Távora seja considerado, na íntegra, como parte deste pronunciamento, para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal, deixando registrado para o pesquisador do futuro o momento que enfrentamos hoje, às vésperas de mais uma eleição.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Voltando à campanha, vemos o presidente-candidato Lula da Silva dizendo que se o PSDB de Alckmin voltar ao governo haverá uma nova onda de privatizações no país. Fala-se isto com uma tamanha covardia que choca quem conhece os verdadeiros motivos das privatizações da era Fernando Henrique. É muito fácil falar para um grupo de pessoas que, infelizmente, não tem condições de ler um documento técnico, e dizer a elas que isto é ruim, quando existem pontos positivos e negativos ligados a este tema. Isto beira ao maquiavelismo. Antes de dizer ao povo que Alckmin irá privatizar, o presidente-candidato do PT deveria esclarecer a população acerca deste tema tão sensível.

Quando uma pessoa que tem pleno conhecimento da máquina pública como o atual presidente vem a público dizer uma sandice dessas, todos têm que por em dúvida o nível de conhecimento que este possui do país. Porque não é crível que uma pessoa preparada para o exercício do mais alto cargo público do país se utilize de inverdades para enganar o povo da forma como o presidente-candidato Lula da Silva está fazendo. Política não é coisa para quem quer promover sua própria imagem, seja por vaidade ou por motivos outros obscuros. A política é um dom. É algo que não serve para uma pessoa apenas, mas para uma coletividade.

O político deve abdicar da própria vida em prol da vida de uma população que depende dele para seguir a própria vida. Um candidato seja ele qual for que se utilize de artifícios como enganar seu povo apenas para se manter no poder não merece nem o voto deste povo, nem sua atenção. Nas Democracias fortes, isto geralmente ocorre. Há falhas até nelas, claro. Mas há sérios mecanismos para se coibir isto. Mas, creio, o Brasil caminha, mesmo que paulatinamente, para ter uma democracia consolidada, que não permita mais atos que prejudiquem o seu desenvolvimento.

Eu voto em Geraldo Alckmin por acreditar que, com ele, o Brasil pode ter um crescimento e um desenvolvimento conciso e continuado. Lembrem-se, candidato que se utiliza de mentiras para ganhar uma eleição não merece nem atenção, quanto mais um voto. É como a pergunta que Renato Russo faz em uma de suas músicas: "Será que vamos ter que responder pelos erros a mais, eu e você?".

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes pelo tempo que S. Ex^a entender necessário ao seu pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena, quero, como-vindo, agradecer esse voto de confiança que V. Ex^a me dá. Mas V. Ex^a há de convir que, se fosse pelo tempo que eu entendesse necessário para falar mal deste Governo, vararíamos horas e horas, e os assuntos não seriam esgotados; eu ficaria devendo sempre o próximo capítulo. Não é isso que quero fazer. Quero apenas, antes, em respeito ao Senador Arthur Virgílio, já que falou da Aeronáutica, lembrar que o Presidente Lula, há um ano e meio, prometeu restabelecer no Brasil, com muita justiça, o Correio Aéreo Nacional, iniciado na época em que a integração nacional, principalmente a da Amazônia, fazia-se necessária. O Brigadeiro Eduardo Gomes tomou a iniciativa do Correio Aéreo Nacional.

Senador Arthur Virgílio, o Presidente Lula fez um ato simbólico no Estado do Acre, passou dois dias lá, comemorando no Município, salvo engano, de Manoel Urbano, a reinauguração do Correio. Comprou aviões novos, foram dois dias de festas, mais de 30 aeronaves participaram desse ato. É bom que os amazônidas, como V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, digam-nos quantas vezes, após esse ato e essa grande festa, o Correio Aéreo Nacional, que muitos serviços prestou à nossa Pátria, cumpriu sua tarefa.

Senador Arthur Virgílio, o Presidente Lula é um dos homens mais corajosos que já vi. Diz as coisas mais estapafúrdias que alguém pode dizer. E vai ficando por isso mesmo. O Presidente Lula atacar a privatização com a coragem com que vem fazendo, Senadora Heloísa Helena, é de tirar o chapéu, porque, se a privatização foi tão ruim...

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Por que não abriu um procedimento investigatório, por que não reviu, por que privatizou pelas PPPs, por que privatizou a Amazônia?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Exatamente!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a me permite um aparte, em dez segundos? Desculpe-me, Sr^a Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – É preciso acabar com essa farsa e cobrarmos desse pessoal um mínimo de decência intelectual. Antes daquele escân-

dalo que vitimou o Ministro Antonio Palocci, ele havia deslocado – é claro que o Presidente da República não pode dizer que não sabia disto – da Secretaria de Política Econômica para o IRB seu principal auxiliar, que era o economista Marcos Lisboa. Marcos Lisboa foi para o IRB, primeiro, para enfrentar aquela denúncia de corrupção que havia estourado por lá, envolvendo determinado diretor do IRB, indicado por um partido da base aliada ao Presidente da República, e a missão de Marcos Lisboa era a de privatizar o IRB. Ou será que não nos lembramos disso? Sua missão era a de privatizar o IRB. Fez isso o mesmo Antonio Palocci, que foi o primeiro prefeito a privatizar alguma coisa neste País, antes de começar o ciclo de privatizações, a meu ver necessárias – a Senadora Heloísa Helena discorda –, do Governo Fernando Henrique. O fato é que a lógica da política econômica de Palocci, adotada por Lula... Se Palocci tivesse assumido com Lula em 1995, ele teria privatizado as mesmas coisas que Fernando Henrique privatizou, ou não teria estabilizado a economia, ou não teria obtido os resultados que essa própria política, pela sua lógica, visava a atingir. Então, é uma mentira sórdida que visa apenas a ganhar os eleitores que votaram na Senadora Heloísa Helena, parte dos eleitores que votaram no Senador Cristovam Buarque, pedindo aos eleitores o seguinte: “Desculpem a corrupção, mas eu, Lula, sou contra a privatização”. É mais ou menos isso! Ou seja, desculpem meu Governo ter praticado corrupção. Desculpem, porque, afinal de contas, eu seria contra a privatização, e o outro, não. Então, é algo desonesto dos pés à cabeça. E, aqui para nós, serve para algumas pessoas até de pretexto para votarem nele. Vamos jogar com sinceridade. Serve de pretexto. Quer votar? Vota. Diga que quer votar, diga que não liga para a corrupção! Mas dizer que está votando porque supostamente ele estaria retomando seu encontro com o nacionalismo ou com o Estado capaz de prover todas as necessidades do povo brasileiro? Respeito quem crê nisso e quero que respeitem quem não crê nisso, como eu. Mas não respeito quem crê, na verdade, em uma coisa, quem em economia pensa parecido comigo – e o Presidente Lula pensa parecido comigo em economia – e, para ganhar os votos da Senadora Heloísa Helena, finge que é diferente. É só isso. Aí não posso respeitá-lo. Não posso ter por ele respeito intelectual. Não posso respeitar os malfeitos do seu Governo. V. Ex^a está numa tarde muito feliz, e quero apenas dizer isto: o Presidente Lula ia privatizar o IRB, mas não o privatizou, porque Marcos Lisboa saiu de lá em solidariedade a Palocci quando Palocci caiu. Junto com Marcos Lisboa, saiu em solidariedade o Secretário do Tesouro do Governo Fernando Henrique – que tinha ido

para o lugar de Marcos Lisboa na Secretaria de Política Econômica –, que era Murilo Portugal. Murilo Portugal não foi outra pessoa a não ser aquela que negociou a dívida de Estados e Municípios. Por exemplo, tirou aquele esqueleto do armário. E, portanto, aumentou a dívida? Não, não a aumentou. Ele tornou transparente a dívida pública. Então, Lula acha que tem direito de dizer que a dívida pública aumentou no Governo Fernando Henrique, quando ele soube contratar o homem que fez a dívida pública parecer maior porque foi o homem que tirou o armário do esqueleto. Será que é possível a gente pedir para o pessoal não mentir? Será que é possível isso? Um sujeito, na **Veja**, um americano, fala que todo mundo é mentiroso, diz que não há ninguém que não seja mentiroso. É bom dizer que esse homem tivesse, por absurdo, alguma razão, mas estão levando a sério demais a teoria do americano lá. Eles estão mentindo demais. Eles mentem sobre tudo. E mentem, Senadora Heloísa Helena, minha Presidenta, porque querem manter o poder. Mas manter o poder a qualquer preço? Por que fazê-lo, se eles não têm projeto nem programa, se eles se contradizem? Numa hora, são a favor da privatização; noutra hora, são contra. Numa hora, dizem uma coisa; noutra hora, dizem outra coisa. Não seria a delícia do poder, que é capaz de fazer fortunas fáceis? Não seria a delícia do poder, que é capaz de transformar pobretões em milionários da noite para o dia? Não seria a delícia do aparelhamento do Estado brasileiro, não seria a delícia da corrupção do Estado brasileiro, por meio, inclusive, da nomeação de pessoas incompetentes, para fazer o que estão fazendo na Embrapa, por exemplo? Fora isso, há os escândalos tão ao gosto. Ou seja, estou de queixo caído. Entendo que não importa, a esta altura, para mim, se Lula vence ou se perde a eleição. Para mim, não importa. O povo vai decidir. Se ele ganhar, vai ganhar com muito voto. Se perder, vai perder com muito voto. Fico espantado de ver que há muita gente que ainda possa votar numa proposta dessa! Isso é que me deixa realmente em estado de choque, eu que já era para não ter mais o direito de me chocar com essas coisas, porque já vi muito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, Senadora Heloísa Helena, eu queria que o Presidente Lula, abordado pela imprensa, de maneira tranqüila e calma – ele que tem tanto ódio e combate tanto a privatização –, respondesse à Nação brasileira por que privatizou a reforma do Palácio da Alvorada. A reforma do Palácio da Alvorada foi privatizada e entregue a empresas que tinham serviços prestados ou que queriam prestar serviços ao Governo. A começar, encabeçava a lista, a coordenação do projeto, aquela empresa que se envolveu na

remessa do dinheiro do homem da cueca lá do Ceará. Começa daí.

Se o Presidente Lula é tão contrário à privatização, Senador Arthur Virgílio, por que, quando a Embratel voltou, no seu Governo, ao poder do Estado, ele não assumiu a direção da Embratel e colocou o Delúbio ou o Silvinho Pereira para presidi-la?

Penso que o Presidente Lula precisa, Senador Arthur Virgílio, explicar à Nação brasileira, de forma bem tranqüila, como é que a Embratel saiu das mãos do Estado e foi parar na mão da Telmex, comandada pelo Sr. Carlos Slim. Em que circunstância isso se deu, que tipo de certame foi feito, com quem concorreu e por que as empresas nacionais foram passadas para trás? Se a privatização foi esse mal, por que repetiram o erro na questão, ainda hoje pouco clara, da Telmex?

É um caso até, Senadora Heloísa Helena, ao qual V. Ex^a assistiu. O Deputado Roberto Jefferson, no depoimento que deu ao Senado na CPI, disse que US\$50 milhões teriam saído da Telmex para os cofres do PT, e ninguém o desmentiu.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Posso dar um exemplo bem chão?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mais um.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Se não tivesse havido a privatização do sistema telefônico brasileiro, eles teriam de ter combinado a entrega daquela dinheirama da compra do dossiê por orelhão. Teriam de ir para o orelhão; não teriam falado por celular um para o outro para combinar a entrega do dinheiro da mala preta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Se o Presidente quisesse fazer as coisas de maneira clara, deveria explicar à Nação brasileira não por que comprou, mas como comprou o tão famoso Aerolula, copiado de modelo igual ao do Presidente Chávez. O avião, Senador Arthur Virgílio, não pertence à Força Aérea Brasileira, como é praxe, mas ao gabinete presidencial.

O Presidente Lula, em campanha, para ganhar a confiança do povo brasileiro e, de preferência, de maneira muito especial, do mercado, fez uma carta ao povo brasileiro. O que constava naquela carta? Cumprir a política econômica iniciada pelo Sr. Fernando Henrique Cardoso, que, hoje, Lula tanto combate! O que isso significava? Estabilidade econômica e uma catilinária de promessas de que todo o Brasil tomou conhecimento.

Todos sabemos, Senadora Heloísa Helena, que, entre a eleição e a posse, houve uma verdadeira lua-de-mel entre Fernando Henrique Cardoso e Lula. Inclusive, naquele livro de jornalistas, houve a revelação

de que, naquela intimidade que o Presidente gosta de ter com as pessoas, perguntou a Fernando Henrique: “Como é que a gente consegue dar uma escapadinha do Palácio?”. Fernando Henrique disse que isso era impraticável, porque havia muitos ajudantes-de-ordem e seguranças. Era conversa de íntimos, imprópria de dois Chefes de Estado. E convenhamos que Fernando Henrique, nesse departamento, sabe impor-se.

Senadora Heloísa Helena, quem, do Governo passado, esse Governo denunciou? Quem responde a processo, seja por privatização, seja por qualquer ato praticado? Quem? Apontem-me uma única pessoa, no Brasil, que responda a processo aberto pelo atual Governo contra desmandos na administração passada! Não há ninguém, absolutamente ninguém! Os processados, os ladrões de hoje nasceram e são genuinamente da atual administração.

Se essa política econômica do Governo passado era tão errada, como o Presidente da República justifica ter convidado para presidir o Banco Central um cidadão que, em determinado momento, foi até seu concorrente como candidato a Presidente da República? E vieram descendo suas ambições: queria ser candidato a Presidente, a Vice-Presidente, a Governador de Goiás e a Senador da República e elegeu-se Deputado Federal pelo partido dos tucanos – o mais votado da história de Goiás, evidentemente, graças à espontaneidade e ao reconhecimento do povo daquele Estado pelos serviços que prestou e, principalmente, pelo orgulho que Goiás tinha por ter aquele seu conterrâneo triunfado no mercado financeiro internacional, como presidente mundial do BankBoston. Fez esse cidadão trair o povo goiano, renunciando ao mandato de 180 mil ou de 190 mil votos. Mas não foi só, buscou mais. Foi buscar, na fina flor do tucanato nacional, o Sr. Cássio Casseb, para presidir o Banco do Brasil, e o Sr. Candiota, para dirigir o Banco Central.

A frustração da Senadora Heloísa Helena – tenho certeza – era a de que, nos primeiros dias daquele Governo, não se sabia se o Governo Fernando Henrique tinha acabado. Acho que, algumas vezes, até se pensou que a posse, por algum motivo, tinha sido adiada, tão grande era o entrosamento e a fusão de passado e de presente! Futuro, para Lula, era coisa sem importância. O que se queria era viver aquele momento de glória, desfrutando-se das mordomias do poder nascente, usando-se os hotéis de luxo de São Paulo e abandonando-se toda uma história construída com muito esforço e com muito sacrifício, o que tem, aliás, o testemunho da Nação.

O Presidente Lula diz, por exemplo, que encontrou o País em frangalhos, mas precisa lembrar-se de que, comandando o PT, foi contra o ajuste fiscal. E

esse ajuste fiscal, do qual ele tanto se beneficia hoje, só foi aprovado, porque, à época, havia um Governo sólido; as matérias que mereciam votos qualificados eram discutidas e debatidas, e os Parlamentares sabiam que aquilo era de interesse da Nação.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Lula, ao combater as privatizações, esquece alguns pontos: a máquina pesada que aquelas estatais representavam para o Estado, que era um elefante; todas elas, sem exceção, davam prejuízo!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Heráclito, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não, desde que não quebrems aquele compromisso de pegar o avião, para ver o debate do Lula em São Paulo.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Vamos juntos. Vamos juntos. Não, é o debate do Alckmin!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Dos dois!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Se for luta de boxe, já sei para quem torço, já sei quem quero ver nocauteado! Mas, Senador Heráclito Fortes, veja bem: digamos que não tivesse havido a privatização da Vale do Rio Doce, será que o Delúbio teria passado por lá? E o sistema Telebrás? Imagine o Sílvio Pereira lá na Telebrás: do tamanho que era, não seria um Land Rover – a Petrobras, é verdade, é muito grande –, mas um Rolls-Royce; seria algo desse porte o que lhe teriam dado, enfim. Gostaria de dizer a V. Ex^a algo bem tópico: o Presidente Lula editou, até o presente momento, oito decretos que tratam da privatização de 60 linhas de transmissão dentro do Programa Nacional de Desestatização – PND, determinando que a Aneel faça o acompanhamento dos respectivos processos licitatórios. Vou citá-los aqui e espero que, desta vez, a Ministra Dilma Rousseff não me desminta. Os oito decretos são os de nº 5.070, de 2004; 5.146, de 2004; 5.198, de 2004; 5.290, de 2004; 5.477, de 2005; 5.702, de 2006; 5.823, de 2006; 5.909, de 2006. Esse é um verdadeiro furor privatista.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, será que sua Assessoria, muito competente, não poderia informar ao Brasil as firmas ou a firma que ganhou essas licitações?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Peço, sem dúvida nenhuma.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Será que não é aquela famosa do Ceará, conhecida como a empresa do Delúbio, que financiou o dinheiro na cueca e que comanda a reforma do Palácio da Alvorada?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Quem sabe! De qualquer maneira, neste momento, o que tenho de

concreto é que o Presidente não é tão contra a privatização assim. Vou dizer-lhe mais: esses decretos tratam da privatização de linhas de transmissão do Sistema Norte, do Sistema Sudeste, do Sistema Nordeste, do Sistema Sul e do Sistema Centro-Oeste, ou seja, de todo o Sistema Interligado Nacional.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Exatamente.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Além dos decretos acima citados, editou também os Decretos nºs 5.427 e 5.432, ambos de 2005, que tratam da privatização de trechos de rodovias federais nos Estados de Mato Grosso, do Pará, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Pelo amor de Deus!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sobre uma dessas linhas, inclusive, caluniaram, o irmão do Dr. Palocci.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Perfeitamente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não é isso?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – É verdade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Essas coisas deveriam ser...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Estou morrendo de inveja do Diogo Mainardi, porque ele pode dizer: “Lula, não te agüento mais, chega!”. Mas eu não posso dizer isso. Tenho de ficar aqui, criticando, porque, se me omito, fica ruim. Tenho a obrigação de ficar aqui, até por ser Líder da minha Bancada, mas a vontade que dá é a de dizer: “Lula, chega de mentira! Chega de brincadeira! Chega de incompetência! Chega de corrupção! Chega, Lula! Chega! Chega de você! Chega!”.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, criticar a privatização, principalmente da Vale do Rio Doce, da maneira como foi criticada pelo Presidente Lula é não conhecer o Brasil.

Era preciso que ele visse o avanço que alcançou o Estado do Espírito Santo. Estive lá ontem. É um dos Estados que mais tem me impressionado pela maneira como cresceu, graças às estruturas sólidas da recuperação econômica que o atual Governador vem possibilitando àquele Estado.

O Presidente da Vale do Rio Doce, numa atitude de coragem, no dia 17, lembrou um fato para o qual é preciso que nós, brasileiros, atentemos. Só para citar o caso da Vale do Rio Doc: ela saiu deficitária e hoje dá lucro, paga os impostos, remunera os acionistas; e, em apenas cinco anos, o seu valor subiu de R\$9 bilhões para R\$55 bilhões, melhorando o volume de investimentos, melhorando a *performance* da empresa.

As telefônicas: há dez anos, um telefone era item de declaração de Impostos de Renda. Para se conseguir instalar uma linha, entrava-se numa fila, como no caso do Rio de Janeiro, de até quatro, cinco anos. E aí você recorria ao câmbio negro ou ao pistolão político. Naquela época, tínhamos, no Brasil, 900 mil telefones celulares. Hoje, temos 55 milhões, e em qualquer esquina está à venda.

Mas o Presidente Lula tem toda a razão, porque o seu modelo estatizante é o modelo do Evo Morales. O Presidente Lula se orgulha em ver brasileiros serem postos fora das dependências da Petrobras, como aconteceu na Bolívia. O que foi aquilo? A tentativa do Sr. Evo Morales de reestatizar o que já estava na mão da iniciativa privada.

Há dez anos – estou no Congresso há 25 anos, ou mais um pouco –, éramos abordados por empresários desesperados para comprar aço para suas indústrias, para comprar derivados de petróleo para fabricação, por exemplo, de colchão, espuma, matéria-prima da espuma do colchão, mas era preciso ter pistolão, porque senão não se conseguia. O arame para as cercas, na agricultura: ou se tinha pistolão ou também não se conseguia, porque as estatais tinham a predominância da fabricação, e as cotas eram distribuídas para os apaniguados; e aí vinha o câmbio negro.

Senadora Heloísa Helena, enquanto o Presidente Lula não explicar por que não reestatizou a Embratel quando ela voltou para a mão do Estado, e a entregou a uma empresa mexicana, sem nenhuma clareza no processo, no momento em que empresas brasileiras se juntaram para não permitir que multinacionais invadissem esse mercado... E foi entregue ao Sr. Carlos Slim, tido como um dos homens mais ricos do mundo, o destino da Embratel, no seu governo, no seu palácio. As reuniões eram feitas, vejam bem, no gabinete do Secretário de Comunicação, Sr. Luiz Gushiken. Estou aqui reproduzindo o que a imprensa da época trouxe.

O que estamos vendo, por exemplo, agora, no Pará? Os índios invadindo as dependências da Vale do Rio Doce, paralisando a sua produção. O que estamos vendo no Paraná? Os índios, em ambos os casos, manipulados por ONGs de origem alienígena, que chegam aqui e ninguém sabe com qual objetivo.

Já disse aqui uma vez, Senadora Heloísa Helena: fui relator da votação daquele projeto da Convenção-Quadro, em que uma ONG de origem canadense comandava no Brasil um processo para extinguir o plantio de fumo no nosso País. Aquilo começou a me preocupar pelo desemprego que iria criar em pontos vitais do País, que iam do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná à Bahia, Alagoas e Sergipe. E uma

coisa curiosa: recursos canadenses financiando a ONG brasileira. No Canadá, há restrições ao plantio, mas as empresas canadenses, Senadora, migraram para a Ásia, e o Brasil é o segundo maior exportador. E aí o Governo pressionou muito aqui. Foi preciso que o Senador Simon, que a Deputada e futura Governadora do Rio Grande do Sul Yeda Crusius, que o Senador Paulo Paim, a Bancada do Rio Grande do Sul se reunisse, juntamente com a do Paraná, com o Senador Osmar Dias, que é um homem com sensibilidade para as questões agrícolas. Desloquei-me para Irati, no Paraná, para Santa Cruz, no Rio Grande do Sul, e para o interior da Bahia para discutir essa questão. E a argumentação do Governo era a de que seria bom atender às multinacionais porque ganharíamos um item no atendimento de algumas exigências da ONU e, com aquilo, o Brasil poderia ir para o Conselho de Segurança. Ora, entre um troféu no plenário da ONU e milhares e milhares de desempregados, o Governo virou as costas para o trabalhador brasileiro. E quem estiver ouvindo, do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina e da Bahia, da região onde essa atividade é importante, vai saber exatamente o que eu estou dizendo agora.

Tentamos, Senadora, alguns tipos de acordo, como inclusive a mudança gradual para dez, para vinte. E o maior problema de todos é que aquele plantio vinha de duas, três gerações e não se conseguia mais adaptar a geração de idade avançada a outro tipo de cultura. Mas o Governo não queria, queria atender à ONU em detrimento do povo brasileiro.

Lembro-me que, em Santa Cruz, no Rio Grande do Sul, tinha um senhor que lutou tanto, andou tanto neste Brasil, um senhor de idade avançada, saúde comprometida, mas foi um herói nessa luta. Na semana passada, estive em Santa Maria e soube que há cerca de um ou dois meses ele havia morrido. Pelo menos, morreu tranquilo, sabendo que, no Brasil, não existem apenas aqueles que dizem amém.

Mas este é o Governo que prega uma coisa, Senadora Heloísa, e faz exatamente outra. V. Ex^a acompanhou o caso da Varig. O Governo brasileiro não deu uma palavra de conforto aos 11 mil desempregados diretos e aos 40 mil indiretos. Nós vimos a maneira lenta e preguiçosa com que o Governo discutiu aquele problema, mas vimos também a maneira rápida, célere como fez a distribuição das linhas aéreas. Parece que aquilo tudo foi adredemente preparado num plano para entregar um patrimônio histórico, construído com muita luta, que era o patrimônio da Varig, que foi retalhado e, agora, ela vive numa luta terrível para sobreviver, pelo menos, mutilada e em pedaços.

Senadora Heloísa Helena, faz pena ver o Presidente Lula falar em crescimento. Nunca este País perdeu tantas oportunidades de crescer, deixou tanto de crescer como nesses três anos e oito meses. Por que não cresceu? Não cresceu porque as agências reguladoras, que eram exatamente o suporte para dar segurança aos investidores de setores distintos da nossa economia, tiveram, em quase todos os casos, seu preenchimento feito por indicação política.

A indicação política é válida quando se trata de pessoas competentes e que conhecem a matéria. Não foi o caso. Um diretor do Dnit, um tal de José Airton, foi um grande articulador dos sanguessugas. Agora, foi eleito Deputado Federal pelo Ceará e terá por companhia o beneficiado pelo esquema da cueca, que, no primeiro momento, disse que aquele recurso era produto do seu labor na agricultura cearense – dos maxixes e pepinos que ele plantou no Ceará e foi vender em São Paulo.

Senadora Heloísa Helena, José Rainha já promete invadir terras no dia 29. Por que não o faz amanhã? Dinheiro não lhe falta. O Movimento dos Sem-Terra, por meio das ONGs, recebe deste País o recurso que falta para hospital, para escola e para outros setores essenciais.

Agora, Sua Excelência, de maneira messiânica, vem falar do Bolsa-Família. Talvez tenha sido o furto e o roubo mais inocente do Governo do PT, porque não há nada de original e nada inaugurado na atual gestão. Esse programa de inclusão social veio do governo passado, de uma idéia, inclusive – quero fazer justiça –, de D. Ruth Cardoso. Como socióloga, planejou-o com outra formatação, com a participação da família no projeto, fazendo com que a criança freqüentasse a escola e o pai acompanhasse a vida do aluno. É só ver e comparar os números de evasão escolar que começaram a acontecer no justo momento em que o programa foi mudado.

Com relação a isso, entre o programa original e esse programa com botox do Presidente Lula, a diferença básica é a seguinte: o programa original fazia a inclusão social, para trazer o cidadão da marginalidade ou da falta de oportunidade e colocá-lo numa sociedade com direito a oportunidades. E esse, não. É feito exatamente para fazer com que o cidadão fique preso àquela dívida do Governo, que, ao invés de ser transitória e colocar parâmetros para atendimento, tem, ou vem tendo, o caráter de permanente. E o que se tem usado neste momento é a ameaça de que, se o atual Presidente não se reeleger, vai acabar o Bolsa-Família.

O Brasil, Senadora Heloísa Helena, graças a Deus, foi colonizado, descoberto e teve suas fronteiras

ampliadas pela ação de homens que tinham em mente a idéia da união e da integração nacional. O atual Presidente e alguns de seus Ministros pregam exatamente a divisão. Ao pregar a separação irreversível entre pobres e ricos, entre Norte e Nordeste, entre Nordeste e Sul, ele está praticando um crime contra a Pátria; ao criticar os paulistas que o acolheram no começo da vida, que lutaram e venceram, tendo direito, hoje, a acomodações nos escritórios da Avenida Paulista, mas que constroem o Brasil, gerando emprego, Sua Excelência se esquece de que, na mesma Avenida Paulista, naqueles gabinetes, como ascensoristas ou como diretores, estão brasileiros de todas as regiões. Tratar São Paulo da maneira como Sua Excelência e alguns dos seus Ministros o fazem neste momento é, acima de tudo, uma irresponsabilidade; é tentar criar uma divisão que, nos anos 60, alguns despropositados defendiam como a tese do aramado: diziam que a grande solução para o Brasil era fazer uma cerca de arame entre o Brasil pobre e o Brasil rico.

Conseguimos mudar isso ao longo do tempo. Reacender lutas regionalistas dessa maneira, além de criminosa idéia, é inoportuno.

Mas, Sr^a Senadora Heloísa Helena, o terceiro terrorismo é com relação às pesquisas. Sabe disso V. Ex^a, que delas foi vítima no primeiro turno. E aí invoco, mais uma vez, a sabedoria de Ulysses Guimarães quando, em 1989, lutava contra mecanismo muito parecido com o de agora, que era a manipulação da opinião por meio de idéias e de propostas sem condição alguma de serem postas em prática. Ele, vítima dos institutos de pesquisa, uma vez disse, ao receber um resultado: “O diabo é que esses institutos fazem das margens de erro margens de lucro, e nós não podemos combater isso”.

Senadora Heloísa Helena, os institutos de pesquisa erraram em 90% dos Estados brasileiros, erraram na eleição nacional. O presidente de um instituto, que agora volta a falar, que tem como maior cliente o Governo Federal, e que tem mágoas do Governo Fernando Henrique porque acha que naquele Governo não teve contas como gostaria, que é o Presidente do Ibope, dava aulas de como esta eleição terminaria no primeiro turno. Errou! Errou no Rio Grande do Sul; erraram em Santa Catarina; erraram no Paraná; erraram, embora a margem de erro não tenha levado à derrota, redondamente em São Paulo, na eleição de Suplicy, em que a diferença foi de 4%; erraram no Rio de Janeiro; erraram em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul; erraram na Paraíba; erraram em Pernambuco; erraram no Maranhão; erraram no Pará. Onde acertaram?

Aliás, se o povo brasileiro fosse acomodado e covarde, não teria ido sequer ao compromisso cívico

das urnas; teria se conformado com aquele veredicto prévio das pitonisas da vontade do povo.

O que se viu foi exatamente um segundo turno alicerçado na vontade popular de aumentar ainda mais o debate. Agora recomeça, Senadora Heloísa Helena, esse oba-oba desse “já ganhou”. E aí há uma coisa estranha: se está tão fácil assim, por que o ex-Governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, e o Governador do Paraná, que concorre à reeleição, Sr. Requião, dois homens experientes, até agora não se decidiram a receber o apoio do atual Presidente da República nem permitir que suba em seus palanques? Porque estão vendo, exatamente, que o rumo das pesquisas não é este que vemos nesse oba-oba que os jornais publicam. E é lamentável que a indução seja feita de maneira criminosa como vem sendo.

Eu me lembro, Senadora Heloísa Helena, de que eu estava em São Luís do Maranhão quando surgiu uma pesquisa do Ibope que seria publicada à noite pela Globo. Essa pesquisa nos chegou com um resultado, salvo engano, de trinta ou quarenta por cento, coisa parecida. Às três horas da tarde, a CBN, que pertence à Globo, anuncia a pesquisa. Logo em seguida, uma outra emissora de rádio repete a pesquisa. À noite, o resultado oficial saiu diferente, abrindo, Senadora Heloísa Helena, três pontos para um lado e três pontos para o outro, transformando em 43 para um lado e 27 para o outro.

Posteriormente, tive uma discussão com uma diretora do Ibope, que colocou a culpa no jornalista Ricardo Noblat, alegando que a sua coluna teria vazado o fato. Eu lhe perguntei desde quando o Noblat era dono da CBN, se ela não era, na realidade, uma empresa da Globo, e por que aquilo tinha sido modificado. Até hoje, espero resposta.

É lamentável que esses fatos ocorram e que o Presidente, que em determinado momento ouviu, de viva voz, do Dr. Ulysses a frase que repeti aqui, não tenha aprendido ainda a lição.

O que vimos, Senadora Heloísa Helena, e V. Ex^a viu, na véspera do segundo turno, quando os fatos mudaram e já se sabia que os fatos estavam mudados: os donos dos institutos, que cobram fortunas por essas pesquisas, disseram que o eleitor brasileiro está bastante experiente, tem votado muito, vota todo ano, ele muda na véspera, muda na noite. Haja cinismo! Haja coragem! Haja insensatez! Eles mentem, Senadora.

Felizmente, Senadora, tenho viajado por este País e visto a grande diferença que toma conta do sentimento do povo brasileiro. Vi aqui, nesta semana, uma indignação, que pensei sincera, da Líder do PT, queixando-se daquela publicidade, daquela propaganda de mau gosto em que aparece aquele sinal internacional de trânsito que

indica contramão e a mão do Presidente, mostrando-lhe o defeito físico. É lamentável, mas essa indignação não foi mostrada quando seus companheiros mutilaram não a mão, mas a consciência, porque envergonharam o País ao serem presos, em dependência de um hotel de luxo em São Paulo, carregando sacos de dinheiro.

Senadora Heloísa Helena, esse episódio tem dois aspectos, tem dois crimes: o crime cometido com a moeda nacional e o crime cometido com a moeda estrangeira. Era preciso saber o processo específico, a origem do dinheiro em dólar encontrado naquela ocasião. Aliás, essa questão do dinheiro em dólar, no PT, foi uma constante. Aquele nacionalismo petista foi por terra. Se um cidadão é preso no aeroporto, não tem real na cueca, tem dólar. Se um avião que sai de Brasília para Campinas é pego, não tem moeda nacional – embora eles digam que é uísque –, tem é dólar. É preciso que os organismos nacionais encarregados dessas investigações prestem esclarecimentos à Nação. Eu acho muito bonito quando vejo, de maneira convincente – e vamos ser justos, é o maior Ministro da Justiça que este País já teve –, Márcio Thomaz Bastos dizer que a atuação desse Ministério é uma atuação republicana. Eu fico em dúvida se faz isso como jurista ou como advogado de presos; se faz isso como jurista ou com o sentimento de quem sobe aos palanques, como foi visto em São Paulo, no ABC, agora, recentemente, ao lado dos que foram condenados, renunciaram, foram punidos pelo partido e que respondem a crime. E o Ministro da Justiça, guardião do Direito, sente-se tão à vontade... Aí é que eu questiono esse lado republicano.

Senadora Heloísa Helena, despeço-me, pois tenho que pegar o avião: vou assistir ao debate. Espero que tenhamos algumas coisas esclarecidas hoje. E que o Presidente da República, em uma hora de altivez e, acima de tudo, bravura, leve ao povo brasileiro como sua primeira palavra a origem do R\$1,7 milhão que os seus comparsas guardavam em uma dependência de hotel em São Paulo. Isso era preciso. Tenho certeza que ele próprio ficaria, amanhã, com a consciência aliviada, dormiria um sono mais tranquilo. V. Ex^a ri, acha que não; conhece-o mais do que eu. Rendo-me à sua experiência; é apenas a minha inocência de brasileiro, de quem não conviveu... Rendo-me a V. Ex^a, mas espero, acima de tudo, que o Presidente da República hoje diga ao povo brasileiro o que fez nos quatro anos e que mostre aos nordestinos a verdade sobre a estrada-de-ferro Transnordestina, que ele disse que está sendo feita e que o Ibama diz que está embargada e recebeu multa por não cumprir as normas legais do País.

Subalterno corajoso esse funcionário que tomou esta atitude: multar uma obra do Presidente e ter coragem de anunciar ao Brasil.

Espero que o Presidente hoje seja mais feliz do que foi da última vez.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

Peço desculpas por ter interrompido o pronunciamento de V. Ex^a, rindo, mas de fato a única frustração que guardo do primeiro turno é não ter tido a oportunidade de participar de um debate com o desmoralizado Presidente Lula. Gostaria muito de ter tido a oportunidade de participar de um debate com ele, mas, infelizmente, como ele sabia que não tinha autoridade moral para me enfrentar, não compareceu ao debate. É por isso que, indelicadamente, interrompi o pronunciamento de V. Ex^a, mas estava pensando nisso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a não me interrompeu; V. Ex^a acrescentou, porque fala com a autoridade de quem acreditou, de quem conviveu, de quem sofreu e de quem se decepcionou.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Graças a Deus, quando descobri que ele era ladrão, saí de perto!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

V. Ex^a ainda gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, obrigado, já encerrei.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Os Srs. Senadores Lúcia Vânia, Álvaro Dias, Marcos Guerra, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Juvêncio da Fonseca, Almeida Lima, Antero Paes de Barros e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “O ajuste de contas”, publicada pelo jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 24/09/2006.

A reportagem destaca que no controle do PT há 20 anos, a corrente articulação é responsável pelo maior escândalo da história do partido.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR^a SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NO CONTROLE DO PT NA 20 ANOS, A CORRENTE ARTICULAÇÃO É RESPONSÁVEL PELO MAIOR ESCÂNDALO DA HISTÓRIA DO PARTIDO

O AJUSTE DE CONTAS

LUÍZ CARLOS AZEDO
DA EQUIPE DO CORREIO

Criado como um partido radical e contestador na década de 80, com forte inserção no movimento sindical, o PT optou por ser um partido eleitoral a partir de 1983, quando a Articulação assumiu o controle da legenda. O grupo, formado inicialmente por 111 dirigentes, a maioria sindicalistas, transformou o partido na força política pragmática que deu sustentação ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas protagonizou uma sucessão de escândalos envolvendo o governo e a legenda. Agora, está sendo chamado de Organização Tabajara pelas demais tendências do partido, que querem o afastamento de seu presidente, Ricardo Berzoini.

Vinte e quatro integrantes da Articulação — dentre eles os ex-ministros Antonio Palocci, José Dirceu, Luiz Gushiken, o ex-presidente da Câmara, João Paulo Cunha, e os ex-líderes do governo na Câmara professor Luizinho (SP) e Paulo Cunha (PA) —, acabaram envolvidos em escândalos, o mais recente na reta final da cam-

panhã para reeleição de Lula.

O grupo político liderado por José Dirceu assumiu o controle integral do partido graças ao beneplácito de Lula, ainda traumatizado por duas derrotas eleitorais sucessivas, em que a Presidência da República parecia ter-lhe escapado entre os dedos. A derrota eleitoral de 1994, quando Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente da República pela primeira vez, foi o pano de fundo para a formação do chamado "campo majoritário", nucleado pela Articulação.

O grupo dirigente, reforçado pela maciça presença de sindicalistas no comando partidário, passou a defender como eixo de atuação do partido o avanço da ocupação de espaços institucionais e de poder. Em 2002, finalmente, surgiu o cenário propício ao pragmático deslocamento do PT rumo ao centro político, com a corrosão do bloco das forças de centro-direita que sustentou os dois mandatos de Fernando Henrique.

Lula agarrou essa oportunidade com as duas mãos, ao se apresentar com um discurso mais moderado, e atraiu os setores de classe média e empresariais que

historicamente impediram a vitória dele nas três tentativas anteriores.

Já no 2º Congresso do partido, em 1999, os servidores somavam 49% dos 941 delegados presentes, contra 23% de assalariados do setor privado. Essa mudança de composição contribuiu para consolidar a posição política mais moderada. No último Congresso do PT, em novembro passado, a Articulação se autodissolveu, mas continuou atuando sob o comando de José Dirceu, que conseguiu afastar o ministro das Relações Institucionais, Tarsó Genro, da presidência do PT, e viabilizar a eleição de Ricardo Berzoini, um dos líderes da Articulação, no segundo turno da disputa.

Agora, começa um ajuste de contas na legenda, cujo desfecho será após as eleições. Quem colocou o dedo na ferida foi um dos dirigentes da esquerda petista, Walter Pomar, membro da Executiva. "Há, dentro do PT, um grupo de dirigentes que não aprendeu nada com a crise de 2005. Este grupo não é 'paulista', é um grupo político, com ramificações em todo o país. Ramificações que incluem, aliás, vários dos que se apressaram a acusar o PT de São

Paulo como a origem da crise", afirma.

Em documento interno do PT, Pomar afirma que o PT precisa concluir um ajuste de contas com os métodos e concepções da Articulação. Segundo ele, esse ajuste começou na última eleição direta para a presidência do partido, mas ainda não terminou. "Ele passará por alterações na atual direção, pelo III Congresso do Partido, pela composição do governo e pelo próximo PED. Alguns querem aproveitar este ajuste de contas, para 'refundar' o PT como partido social-democrata. Nós, por outro lado, queremos que este ajuste de contas seja o momento de reafirmar o PT como partido socialista", sustenta.

OS HOMENS DA CRISE

Vinte e três integrantes da Articulação protagonizaram os escândalos do governo Lula

1 Delúbio Soares

Ex-tesoureiro do PT, foi o pivô do escândalo do mensalão e do caixa 2 do PT. Atualmente está em Goiás e evita aparecer em público. Professor de matemática e sindicalista, sustentou a história dos empréstimos do Banco Rural em nome do publicitário Marcos Valério, que eram repassados ao PT para pagamento de comas de campanha. Está indiciado por vários crimes (lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e formação de quadrilha, entre os principais), mas já disse que não entregaria ninguém.

2 Expedito Afonso Veloso

Funcionário da carteira do Banco do Brasil, pediu afastamento na quarta-feira do cargo de diretor de Gestão de Risco da instituição. Na terça, foi citado no depoimento de Valdebran à PF como tendo participação na produção do dossiê. É afiliado ao PT e estava licenciado do banco desde agosto para participar da campanha. Provavelmente será demitido por justa causa.

3 Freud Godoy

Apontado como segurança pessoal de Lula desde 1989, era assessor especial da Presidência até terça, quando foi exonerado pelo envolvimento no caso. Seu nome surgiu no escândalo como suposto mandante da operação, segundo depoimento de Gedimar Pereira Passos. Freud nega envolvimento no caso e ainda conta da confiança de Lula. Sua mulher tem um na empresa de segurança que presta serviços ao diretório nacional do PT e à campanha do presidente da República à reeleição.

4 Gedimar Pereira Passos

Advogado, ex-policial federal e funcionário do PT na campanha de reeleição na área de inteligência, subordinado a Lorenzetti. Seu afastamento da campanha foi confirmado na quinta-feira, quando o novo coordenador, Marco Aurélio Garcia, afirmou que extinguiu o setor de inteligência. Quando preso junto a Valdebran, em São Paulo, os dois levavam cerca de R\$ 1,7 milhão, quantia para a compra do dossiê.

5 Hamilton Lacerda

Era o coordenador de comunicação da campanha de Aloizio Mercadante. Foi afastado do cargo na quarta-feira ao admitir que ofereceu à revista IstoÉ o dossiê e a entrevista com Vedoin e seu pai, Darci, publicada no final de semana. Foi vereador em São Caetano do Sul três vezes seguidas. A revista publicou entrevista com os Vedoin na sexta-feira, 15.

6 Henrique Pizzolato (PT-SP)

O ex-diretor de marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato era responsável, entre outras atribuições, de gerenciar propostas de patrocínio do banco e administrar verbas de publicidade. Teria sido por meio de um desses contratos, da Visanet, que o esquema do mensalão teria sido abastecido em pelo menos R\$ 10 milhões. Controlada pelo Banco do Brasil, a Visanet mantém contrato com a agência DNA, do publicitário Marcos Valério. O valor teria sido recebido pela DNA sem comprovação de execução de serviços e depois repassado ao PT. Antes, já havia usado R\$ 70 mil do banco na compra de ingressos para show promovido pelo PT, destinado a arrecadar verbas para o partido.

7 João Magno (PT-MG)

O ex-prefeito de Ipatinga admitiu ter recebido R\$ 350 mil das empresas de Marcos Valério, que teria gasto em dívidas de campanha. O também deputado federal José Mentor teria apontado Magno como seu primeiro intermediário com o Banco Rural. Magno ficou indiretamente relacionado à chamada "dança da pizza", protagonizada no plenário da Câmara pela deputada federal Angela Guadagnin (PT-SP), que comemorava a absolvição do companheiro. Deputado federal, ele é candidato à reeleição.

8 João Paulo Cunha (PT-SP)

O ex-presidente da Câmara foi um dos beneficiários do valerioduto. De início, argumentou que sua mulher ia à agência do Banco Rural em Brasília para pagar uma conta de TV a cabo. Com a comprovação de que ficou R\$ 50 mil das contas de Valério, pensou em renunciar ao mandato, mas resistiu e acabou absolvido pelo plenário do Congresso. Sobre ele, pairam suspeitas de que possa ter sacado até R\$ 200 mil das contas de Valério, o que sempre negou. João Paulo é candidato à reeleição, mas tem mantido a discrição.

Jorge Lorenzetti

Professor universitário, o ex-sindicalista é o churrasqueiro favorito do presidente. Era o chefe do setor de inteligência da campanha de Lula até terça-feira, quando pediu desligamento. É diretor licenciado do Banco do Estado de Santa Catarina e era subordinado a Barzoini. Foi citado na nota da Época, como tendo oferecido o dossiê. Na sexta-feira, 22, prestou depoimento à PF e declarou que procurou a família Vedoin e que o dossiê seria entregue a Hamilton Lacerda, assessor de Mercadante.

Jorge Mattoso

O ex-presidente da Caixa Econômica Federal está envolvido em duas denúncias na gestão Lula, pelas quais responde a processos na Justiça: favorecimento à empresa Gtech, que operava o sistema informatizado de loterias da estatal, e participação na quebra do sigilo do caseiro Francenildo Costa. Os dois casos acabaram por derrubá-lo do cargo. Mattoso é professor de economia da Unicamp.

José Genoino (PT-SP)

Foi envolvido no esquema do mensalão porque trabalhou, em nome do PT - do qual era o presidente -, empréstimos feitos pelo publicitário Marcos Valério ao partido no total de R\$ 4,1 milhões. O dinheiro seria repassado ao PT, que o distribuía a parlamentares e partidos aliados para pagamento de contas de campanha. Genoino negou que isso tivesse acontecido, mas teve de assumir publicamente que não sabia o que havia assinado. A oposição sempre considerou a história dos empréstimos uma farsa montada para encobrir a real origem do dinheiro. Para os oposicionistas, os recursos vinham de estatais e fundos de pensão, por meio de licitações fraudadas e favorecimentos a empresas. É candidato a deputado federal de São Paulo.

José Mentor (PT-SP)

Ex-relator da CPI do Banestado, foi acusado de ter recebido R\$ 120 mil de Marcos Valério. O deputado, no entanto, sempre alegou que recebeu o dinheiro como pagamento de honorários advocatícios. Foi acusado de beneficiar suspeitos de crimes investigados pela CPI do Banestado, de ter envolvimento com irregularidades em prefeituras petistas e também de se relacionar com o esquema do valerioduto. Ele nega as denúncias. É um dos 40 denunciados ao Supremo Tribunal Federal pela Procuradoria-Geral da República. Candidato à reeleição, faz campanha discretamente.

Josias Gomes (PT-BA)

O ex-presidente do PT da Bahia escapou do processo de cassação no plenário da Câmara. Admitiu ter recebido R\$ 100 mil das contas do publicitário Marcos Valério, mas disse que foi traído pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, porque acreditava que o dinheiro recebido tinha origem legal. Recebeu o dinheiro em duas parcelas de R\$ 50 mil. Tenta mais um mandato como deputado federal nas eleições de outubro.

Luiz Gushiken (PT-SP)

Como chefe da Secretaria de Comunicação do Governo (Secom), administrava boa parte dos contratos de publicidade da União. Foi apontado como um dos pilares para o funcionamento do esquema do mensalão a partir de verbas públicas. Foi denunciado pelo Ministério Público Federal como responsável pelo pagamento indevido e superpagamento de contratos milionários de publicidade, que teriam desaguado na conta de Marcos Valério e sido repassado a parlamentares e partidos. Ele nega as acusações. Perdeu o status de ministro.

Oswaldo Bargas

Ex-dirigente da CUT, ex-secretário do Ministério do Trabalho, ex-chefe de gabinete do ministério e responsável pelo capítulo de trabalho no programa do segundo mandato de Lula. Bargas é casado com Mônica Zerbini, secretária particular de Lula. Deixou o comitê de campanha de Lula por ter sido citado na nota da Época, junto a Lorenzetti, como um dos responsáveis pelas operações de compra do dossiê contra o PSDB.

Paulo Rocha (PT-PA)

Após a divulgação de que sua assessora Anita Leocádia teria sacado R\$ 920 mil das contas de Marcos Valério, admitiu ter recebido o dinheiro, que repassou em parte (R\$ 300 mil) para o PT e o PSB do Pará, para pagamento de gastos de campanha. Rocha renunciou ao mandato em outubro de 2005. Nega a existência do mensalão, embora admita o caixa 2 de campanha. Contra ele também há acusações de manipulação de cargos na Receita Federal na Região Norte de modo a facilitar negócios ilegais. Rocha nega tudo e tenta voltar à Câmara.

Professor Luizinho (PT-SP)

O deputado federal Professor Luizinho sacou, por meio de um assessor R\$ 20 mil das contas de Valério no Banco Rural. Tentou negar em um primeiro momento, alegando que a documentação era falsa, mas se viu forçado a admitir que recebeu

mesmo o dinheiro. Foi o primeiro petista a ser absolvido pelo plenário da Câmara no processo de cassação. É suspeito de enriquecimento ilícito. O patrimônio declarado do petista cresceu 242% entre 2002 e 2006. Ele diz que apenas atualizou o valor de seus bens.

Ricardo Berzoini

Presidente nacional do PT, candidato à reeleição a deputado federal e coordenador geral da campanha de Lula até quarta-feira à noite, quando foi afastado. Confirmou que sabia que subordinados procuraram a revista Época para tratar "de uma pauta de interesse jornalístico". A publicação afirmou em nota que os petistas Osvaldo Bargas e Jorge Lorenzetti ofereceram o dossiê há duas semanas, mas a revista não publicou a história.

Silvio José Pereira

O ex-secretário geral do PT ganhou notoriedade após ser envolvido no escândalo do mensalão e com a arrecadação ilegal de recursos. Recebeu de presente da GDK (uma empresa contratada da Petrobras) um automóvel Land Rover. No começo do ano, em entrevista ao jornal O Globo, afirmou que o PT tinha como meta arrecadar R\$ 1 bilhão como parte de um plano para se manter por longo tempo no poder. Após a entrevista, foi chamado a se explicar na CPI dos Bingos, mas negou tudo o que havia dito, alegando "confusão mental".

Valdebrán Carlos da Silva Padilha

Seria o homem de confiança da família Vedoin para se aproximar dos petistas.

Ele afirmou que seu contato com Gedimar foi feito através de Lorenzetti. Trabalhou na parte financeira da campanha do então presidente do PT de Mato Grosso à prefeitura de Curitiba. Tem sua filiação ao partido suspensa. É empresário e engenheiro elétrico.

Waldomiro Diniz

Ex-subschefe de Assuntos Parlamentares da Presidência da República, foi filmado em 2002 pedindo propina ao empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, para manipular editais de licitação quando era presidente da Loterj. O dinheiro iria para o financiamento de campanhas eleitorais. Na gravação, ele cita a governadora do Rio, Rosinha Mathus (PMDB), a ex-ministra Benedita da Silva (PT-RJ) e Geraldo Magalhães (PT-DF). Todos os citados negaram ligação com o caso. Homem de confiança do ex-ministro José Dirceu, foi exonerado após o escândalo.

José Dirceu (PT-SP)

Depois de debarcar o governo e de ter o mandato de deputado federal cassado, José Dirceu amareidou para uma carreira polivalente de advogado, blogueiro e palestrante. Ex-ministro da Casa Civil, foi acusado pelo deputado federal cassado Roberto Jefferson (PTB-RJ) de ter sido o idealizador do mensalão. Há suspeitas de que continue a participar, nos bastidores, da articulação política do PT.

23**Antônio Palóci (PT-SP)**

O ex-ministro da Fazenda manteve o cargo e o prestígio quando já surgiam denúncias de que operava um esquema de recebimento de propina para repasse de verbas ao PT durante sua gestão como prefeito de Ribeirão Preto. Porém, não resistiu ao escândalo da quebra do sigilo do caseiro Francenildo Costa, que disse tê-lo visto diversas vezes em uma casa do Lago Sul de Brasília, onde se negociavam acordos de fraudes em negócios entre empresas e o governo, e teve de debarcar o governo.

LEMBO CRÍTICA POLÍTICA “SEM ÉTICA”

O governador Cláudio Lembo (PFL) disse, ao desembarcar ontem em Bauru, que o escândalo do dossiê vai alterar o resultado das eleições porque “vai haver uma reflexão da sociedade, que deixará de votar no candidato que se diz vitorioso”, referindo-se ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). “Vai dar Geraldo e Serra”, afirmou Lembo, citando os candidatos tucanos a presidente, Geraldo Alckmin, e a governador de São Paulo, José Serra. Lembo classificou os escândalos dos sanguessugas e do dossiê como “maus exemplos que vêm de Brasília”.

“É desagradável que se faça política de forma tão baixa, tão pouco elegante, sem ética e sem responsabilidade”, lamentou Lembo, dizendo que gostaria muito de saber a origem do dinheiro apreendido com petistas. “Eu nunca vi R\$ 1,37 milhão ao vivo e em cores e não entendo como aparece tanto dinheiro nesse partido que hoje está no

governo federal. Gostaria de saber de onde tiraram e também saber o conteúdo dos dossiês para ver quem é o corrupto e quem é o corruptor.”

“É desagradável que se faça política de forma tão baixa, tão pouco elegante e sem responsabilidade”

CLÁUDIO LEMBO (PFL),
governador de São Paulo

Lembo disse não crer que o presidente ignorava as irregularidades praticadas por homens da sua confiança. “Não há possibilidade de um governante, principalmente no sistema presidencialista, deixar de conhecer as coisas porque a mesa do governador (e a do presidente também) é um

tambor de fofocas’. Só não ouve quem não quer e, se ouve, fica com os ouvidos vermelhos e tem de usar os dedos para assinar decretos de exoneração”, disse.

Segurança

O governador voltou a afirmar que o governo federal, apesar de ter anunciado o repasse de R\$ 100 milhões para a segurança pública de São Paulo, só transferiu R\$ 50 milhões. “São Paulo está se recuperando sozinho, sem a ajuda federal, e se Brasília está investindo alguma coisa deve ser na Polícia Federal, que também precisa”, ironizou.

Depois de reclamar da baixa arrecadação, que o obrigou a reduzir investimentos programados, Lembo disse que o próximo governo paulista terá de investir em inteligência policial, ampliação e equilíbrio do sistema penitenciário e em obras pontuais como o trem metropolitano, o Rodanel e estradas, estas em parceria com a iniciativa privada.

EX DE VALDEMAR É DETIDA

A socialite Maria Cristina Mendes Caldeira, ex-mulher do ex-deputado Valdemar Costa Neto, que renunciou ao mandato de deputado federal para fugir da cassação, foi detida ontem na delegacia de Mogi das Cruzes, no interior de São Paulo. Mendes Caldeira foi presa em frente ao comitê eleitoral de Valdemar, em Mogi, depois de discutir com policiais. Ela chegou ao comitê por volta das 11h e, juntamente com outras 50 pessoas e assessores, começou a lavar a frente do comitê, usando baldes e vassouras, dizendo que estava lavando a corrupção do local.

Valdemar foi acusado por ela na Comissão de Ética da Câmara de receber dinheiro de Delúbio Soares e também de ter intermediado o recebimento de US\$ 2

milhões do governo de Taiwan para a campanha de Lula em 2002, dos quais ele ficou com R\$ 1 milhão. Valdemar chegou a confessar que recebeu do PT R\$ 6,5 milhões para campanhas de seus aliados em 2004, e não os R\$ 10 milhões que é acusado de ter recebido. Para não ser cassado, Valdemar Costa Neto renunciou ao mandato no dia 1º de agosto de 2005. E também deixou a presidência nacional do PL, partido pelo qual se candidatou agora novamente a deputado federal.

Maria Cristina também é candidata a deputada federal pelo PV e está em Mogi das Cruzes em campanha eleitoral neste sábado, exatamente no reduto do ex-marido que ela denunciou como político que usa dinheiro do cai-

xa dois para enriquecer. Foi cutucar “leão com vara curta” como se diz no jargão popular.

Durante a lavagem da frente do comitê de Valdemar, Maria Cristina Mendes Caldeira e sua turma acabaram batendo boca com correligionários de seu ex-marido, quando chegou um grupo de seguranças do comitê de Valdemar. Um deles, que seria policial civil, puxou uma arma e ameaçou atirar. A PM foi chamada para conter o tumulto. Na confusão, Maria Cristina discutiu com um PM e recebeu voz de prisão por desacato a autoridade. Apesar de não poder ser presa por causa do período eleitoral, Maria Cristina foi algemada e levada para a delegacia de Mogi das Cruzes, onde está prestando depoimento para o delegado de plantão.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “PT não aprende com crise, diz Alckmin”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 17 de setembro do corrente.

Segundo a matéria, o candidato à Presidência da República pelo PSDB, Geraldo Alckmin, afirma que petistas estão envolvidos no que ele considera “ação criminosa” contra a candidatura dele e de José Serra.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO:

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PT não aprende com crise, diz Alckmin

Para candidato, petistas estão envolvidos no que chama de “ação criminosa” contra a candidatura dele e de José Serra

Em campanha, tucano driblou perguntas sobre imagens apreendidas pela PF mas não desafiou os Vedoin a mostrá-las

DO ENVIADO ESPECIAL A SANTA CATARINA
FÁBIO VICTOR

Em campanha ontem em Blumenau (SC), o candidato à Presidência da República Geraldo Alckmin (PSDB) culpou o PT pelo suposto plano de envolver seu nome e o do candidato tucano ao governo de São Paulo, José Serra, na máfia dos sanguessugas. Alckmin, no entanto, driblou perguntas sobre supostas imagens que o mostrariam recebendo ambulâncias da Planam e se negou a desafiar os Vedoin a mostrá-las.

“O PT não aprende com a crise. A pergunta que se faz é: para

quem isso serve?”, perguntou o tucano. Ele afirmou que ninguém entregaria documentos “de livre e espontânea vontade” e pediu investigações para descobrir “quem é que está por trás disso”. “Quem é que arrumou R\$1,7 milhão?”

Na sexta, a Polícia Federal apreendeu em São Paulo cerca de R\$1,7 milhão com Valdebran Padilha e Gedimar Passos, suspeitos de intermediar a compra de imagens e documentos que envolveriam Alckmin e Serra com a máfia. Padilha é filiado ao PT e Passos afirmou agir a serviço do partido.

Sem citar nomes, Alckmin disse que a ação foi planejada para prejudicar sua candidatura: “evidente que pra ajudar [a candidatura] não é. É crime, e crime reiterado”.

O candidato disse crer também que a ação não é um fato isolado, mas parte de uma série

de práticas suspeitas do PT. “É um por semana. Semana passada, R\$ 11 milhões sumiram da Secom [verba referente à cartilhas do governo sob investigação do Tribunal de Contas da União]. Agora sumiu o dinheiro pra comprar dossiê”, afirmou.

Questionado sobre o conteúdo das fitas apreendidas pela PF na operação de sexta-feira, Alckmin disse que “não tem nada a ver” com as imagens e que não vai falar sobre o assunto. Ele afirmou que todas as compras de ambulância feitas em São Paulo são feitas por pregão eletrônico. “Apenas tenho que dizer que tem que colocar esses corruptores na cadeia”.

Apesar das críticas, o tucano se negou a desafiar Padilha e Passos a mostrarem as imagens que o envolveriam no escândalo dos sanguessugas. “Não desafio, porque não negocio com criminoso”, afirmou.

Serra vai à Justiça contra os autores da denúncia e cobra também direito de resposta

CATIA SEABRA
DA REPORTAGEM LOCAL

Por determinação do candidato do PSDB ao Governo de São Paulo, José Serra, a assessoria jurídica da campanha vai entrar na Justiça contra os autores da denúncia de que o tucano teria beneficiado a máfia dos sanguessugas no Ministério da Saúde. Ontem mesmo, o advogado Ricardo Penteado apresentou ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral) dois pedidos de direito de resposta.

Um contra a revista IstoÉ — que traz a entrevista dos Vedoin — e outro contra o candidato do PMDB, Orestes Quêr-

cia, que exibiu a reportagem no programa de sexta-feira.

Segundo Penteado, além de não ter identificado a origem da propaganda, Quêrcia desrespeitou a regra segundo a qual é vedada a degradação do adversário sob pena de perda do tempo de programa no dia seguinte à veiculação.

Penteado disse ainda que entrará com representação no Ministério Público para que os envolvidos na operação flagrada pela Polícia Federal sejam responsabilizados criminalmente. Segundo ele, após análise dos depoimentos feitos à PF, o PT também deverá ser alvo de medidas judiciais. “Para mim,

pelo que visa a atingir [a imagem de que petistas e tucanos são iguais], essa ação remete ao PT nacional”, disse o advogado.

Coordenador-geral da campanha de Serra, José Henrique Reis Lotze disse que o “PT faz política da única maneira que está no DNA deles: através de grosserias, mentiras e provas forjadas”.

Questionado sobre o possível envolvimento do candidato do PMDB, afirmou que “não acharia estranho que o senhor Orestes Quêrcia tenha participação nessa coisa da IstoÉ”. “Ele tem destinado o tempo do programa de TV praticamente para nos atacar”.

Heloisa Helena compara membros do governo federal com criminosos do PCC

COLABORAÇÃO PARA A AGENCIA FOLHA, EM CURITIBA

A candidata do PSOL à Presidência da República, Heloisa Helena, comparou ontem, sem citar nomes, membros do governo Luiz Inácio Lula da Silva com criminosos, tachando-os de “Marcolas” — chefe da organização criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital), Marco Williams Herbas Camacho.

Ela afirmou que, se fosse eleita presidente, iria combater “os Marcolas” não só do crime organizado mas também do go-

verno federal.

“Cabe ao presidente acabar com os Marcolas do crime organizado e impedir os Marcolas no governo brasileiro”, afirmou a candidata, em discurso em Curitiba (PR).

A declaração foi dada durante um evento organizado pela Pastoral da Criança. A senadora assinou um termo de compromisso contra a corrupção política e a desigualdade social. Apenas um outro presidenciável, o candidato do PSL Luciano Eivar também assinou o documento até agora.

Ao lado da coordenadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns, a candidata disse que “o governo não sabe o que acontece com as crianças do país”, mas que mesmo assim não torna atitudes para mudar essa realidade.

“Independentemente se eu estiver no Palácio do Planalto ou dando aulas na Universidade Federal de Alagoas, manterei o compromisso [firmado]”, afirmou a senadora.

Após o discurso, de pouco mais de dez minutos, Heloisa Helena fez um caminhada pelas ruas de Curitiba.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “BB continua partidarizado revela crise”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 22 de setembro de 2006.

A matéria destaca que a crise do dossiê produziu como subproduto a revelação de que a prometida despartidarização da estrutura do Banco do Brasil, iniciada com a troca de alguns executivos ligados ao PT no ano passado, havia ficado pela metade.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO:**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

BB continua ‘partidarizado’, revela crise

o governo federal deixa pela metade a substituição de executivos do Banco do Brasil ligados ao PT iniciada no ano passado

O petista Expedito Afonso Veloso, que se afastou do banco após ser envolvido na negociação do dossiê, será investigado por comissão

SHEILA D'AMORIM
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A crise do dossiê produziu como subproduto a revelação de que a prometida “despartidarização” da estrutura do Banco do Brasil, iniciada com a troca de alguns executivos ligados ao PT no ano passado, havia ficado pela metade.

A influência petista ficou explícita com o afastamento do diretor de Gestão e Risco do banco, Expedito Afonso Veloso, por envolvimento ainda não totalmente explicado na confecção do dossiê dos Vedoin.

A comissão disciplinar interna do BB ainda analisará se, no exercício de sua função, Veloso fez algo que fere as normas do banco. Ele se afastou do cargo.

Até lá, todo esforço é para tratar o caso como uma atitude isolada do funcionário, totalmente desvinculada do BB. Veloso teve recomendações da cúpula do banco para deixar claro na carta em que pediu seu afastamento da instituição, que suas atitudes não tiveram nenhuma ligação com o BB e que seu superiores não tinham conhecimento das suas atividades, já que estava em férias.

No cargo de diretor, ele tinha como seus superiores o presidente da instituição, Rossano Maranhão, e o vice-presidente da área de crédito e gestão de risco Adézio Lima, a quem é diretamente subordinado.

Adézio é um dos petistas remanescentes do processo de desvinculação do banco com o PT desencadeado no primeiro semestre de 2006, quando Maranhão assumiu o comando da instituição. Funcionário de carreira, teve uma ascensão rápida no BB durante o governo Lula. Assim como Veloso, queimou etapas na carreira pelas suas ligações com o PT. Ele passou do cargo de gerente-executivo para a vice-presidência.

Lima também estava na lista de vice-presidentes que seriam substituídos negociada por Maranhão e o ex-ministro Antonio

Palocci Filho (Fazenda) quando da sua indicação para a presidência do BB. A troca de petistas na cúpula do banco foi uma condição imposta por Maranhão depois que a disputa política interna ajudou a derrubar o ex-presidente do banco Cassio Casseb.

Ingressos

Casseb assumiu o cargo, em 2003, com a equipe montada pelo PT e não pode levar ninguém da sua confiança. Logo de cara, bateu de frente com o então diretor de Marketing, Henrique Pizzolato, que tinha padrinhos fortes no governo.

Casseb pediu a demissão de Pizzolato depois do escândalo da compra de ingressos para o show da dupla sertaneja Zezé Di Camargo & Luciano — quando, o BB bancou o evento, cuja arrecadação era destinada à construção da nova sede do PT.

Pizzolato foi mantido e só pediu aposentadoria depois do seu envolvimento com um outro escândalo, a relação do BB com agências de publicidade do empresário Marcos Valério de Souza, considerado operador do mensalão.

Além de Adézio, os cargos de vice-presidentes do BB eram ocupados, na época, por Luiz Eduardo Franco Abreu (Finanças), José Luiz Cerqueira César (Tecnologia), Edison Monteiro (Varejo), Luiz Oswaldo Souza (Gestão de Pessoal), Ricardo Conceição (Agronegócios) e pelo próprio Rossano Maranhão (área internacional).

Abreu e Monteiro, com ligações com o PT, foram substituídos logo que Maranhão assumiu. Já Cerqueira César, também com vínculo com o partido, foi o último a se desligar do banco. Na vice-presidência de tecnologia, ele tinha sob sua alçada a Cobra, subsidiária na área de tecnologia do BB.

Depois de indícios de irregularidades na empresa, Maranhão determinou uma auditoria na empresa. O resultado da investigação interna, porém, nunca foi tornado público, apesar da promessa de transparência no caso feita pelo presidente do Banco do Brasil.

Não se sabe a extensão do desparelhamento do banco no seu segundo escalão.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial intitulado “Palavras ao vento”, publicado pelo jornal **Folha de S. Paulo** de 31 de agosto do corrente.

O editorial trata do programa de governo do presidente-candidato Luiz Inácio Lula da Silva, divulgado no último dia 29 de agosto. Segundo o editorial, “As 30 páginas poderiam ser resumidas a uma só, em branco, tamanho o grau de generalidade do que expressam”. Destaca, ainda, que “Em política, uma campanha ‘cus-

tomizada’ – como se diz no jargão em voga –, ao gosto de cada freguês, é apenas a ante-sala do logro, do estelionato eleitoral”.

Sr. Presidente, requeiro que o referido editorial seja considerado como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO:

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Editoriais

Palavras ao vento

Programa de governo do PT nada diz; discurso que muda conforme a platéia costuma preceder estelionato eleitoral

FICOU CELEBRIZADA a reação do então ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen ao ser indagado sobre o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento, que acabara de ser lançado pelo governo de Ernesto Geisel: “Não leio ficção”. Qualificar de ficção o autodenominado programa de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, divulgado na terça-feira, seria elogioso. As 30 páginas poderiam ser resumidas a uma só, em branco, tamanho o grau de generalidade do que expressam.

Abaixar os juros, ampliar o gasto social, aumentar os investimentos públicos e privados, acelerar o crescimento do PIB, fortalecer o SUS e universalizar o ensino básico são metas que estão no universo semântico da cura do câncer: todos são a favor.

Mas, além de empregar-se em trazer a Copa do Mundo de futebol de 2014 para o Brasil, a que projetos, especificamente, uma hipotética segunda gestão Lula dedicaria suas energias para a consecução de ao menos parte daqueles nobres objetivos?

A essa questão, que deveria ser o ponto de partida para a confecção de qualquer programa de governo, o texto do PT não responde. De onde sairão os recursos para o desejado aumento dos dispêndios sociais? Que fundos sustentarão a ampliação do gasto federal em infra-estrutura, hoje em níveis pífios? É possível fazer os dois ao mesmo tempo, dado o patamar asfíxiante da carga tri-

butária e da dívida pública?

O programa de governo de Lula marca um retrocesso em relação ao que o próprio candidato havia afirmado há uma semana, em discurso no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Lá, diante de empresários, expressou a necessidade de “diminuir as despesas de custeio” do Estado, bem como o peso dos impostos no país.

Muda a platéia, muda o discurso. Para agradar empreendedores, corte de gasto e de impostos; para afagar a militância petista, aumento de despesa e arroubos retóricos contra a “privataria” da era tucana. Para não perder votos de ninguém, cobrado ontem acerca do assunto, Lula voltou a prometer carga fiscal mais baixa.

Em política, uma campanha “customizada” — como se diz no jargão em voga —, ao gosto de cada freguês, é apenas a ante-sala do logro, do estelionato eleitoral. Não favorece o amadurecimento da democracia a estratégia em que o candidato despista o eleitorado ao longo da campanha para depois de eleito explicitar a que interesses irá desagradar.

De acordo com o Datafolha, Lula teria mais de 60 milhões de votos caso a eleição fosse hoje. Se dá valor às palavras “transparência” e “ética” — que insiste em pronunciar a torto e a direito mesmo após o mensalão ter-lhe varrido as cúpulas do governo e do partido —, o candidato à reeleição deveria explicitar o que pretende fazer com tamanho capital eleitoral. Deveria ser o primeiro interessado em participar de debates e entrevistas.

Lula, porém, foge o quanto pode desse compromisso com a evolução das instituições políticas. Seu séquito continua a tratá-lo como um ídolo religioso, que não pode ser profanado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem aparelhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Vivam as privatizações!”, publicada pela revista **Veja** de 18 de setembro de 2006.

A matéria destaca que apesar de o Presidente Lula abominar as privatizações, a venda de estatais é a melhor maneira de combater a corrupção, o aparelhamento e a ineficiência.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VIVAM AS PRIVATIZAÇÕES!

Lula as abomina. Alckmin as defende com timidez, mas a venda de estatais é a melhor maneira de combater a corrupção, o aparelhamento e a ineficiência

Giuliano Guandalini

Surgiu finalmente na campanha eleitoral o debate sobre dois temas essenciais, as privatizações e os gastos públicos. O candidato Lula da Silva e o desafiante Geraldo Alckmin evitavam o máximo possível tocar nesses assuntos, considerados sensíveis pela opinião pública. Mas Lula, desde que foi acuado no debate do domingo, partiu para o ataque e acusou o tucano de ter como plataforma a redução dos gastos públicos e a venda de estatais. “As únicas coisas que eles sabem fazer é privatizar e cortar gastos”, afirmou Lula, como se isso fosse uma mácula, e não uma virtude. O PT disseminou a boataria segundo a qual Alckmin venderia a Petrobras, o Banco do Brasil e outras companhias públicas. Essas privatizações, defendidas com bons argumentos, são corretas em princípio, mas impraticáveis por inapetência do mercado para absorver esses gigantes. Alckmin foi falsamente acusado de querer vendê-los (*veja a reportagem sobre o terrorismo eleitoral do PT na pág. 58*).

Lula afirmou na semana passada, em entrevista ao jornal *O Globo*, que não teria privatizado a Telebrás nem a mineradora Vale do Rio Doce. Miopia ideológica do presidente-candidato. Foi a privatização da Telebrás que levou o telefone às

camadas mais pobres da população, dando aos marceneiros, encanadores, mecânicos, costureiras, cozinheiras e outros profissionais um imprescindível instrumento de trabalho. O Brasil caminha para ter 100 milhões de telefones celulares, vendidos a preço de banana e com tarifas ao alcance do bolso dos trabalhadores. A Telebrás que Lula endeusa vendia um telefone por 5 000 dólares e, pior, não o entregava. Só os amigos do rei conseguiam ver suas linhas instaladas. Vivessem as telecomunicações ainda sob o jugo da Telebrás hoje, só os petistas teriam direito a um telefone. Será que é isso que atrai Lula no modelo estatal de telefonia? A Vale era uma empresa funcional mesmo sob o comando estatal. Porém não pagava impostos e não tinha capital próprio para se modernizar, crescer, nem podia atrair investidores privados. Estava condenada ao sucateamento. Privatizada, tomou-se uma das maiores empresas do setor. Suas ações valorizaram-se 500% nos últimos cinco anos. O estatismo ruiu em todo o mundo, por sua ineficiência e estímulo à corrupção. Sua reencarnação tropical sob os auspícios do PT é anacrônica e altamente suspeita.

Outro tema vital, a contenção dos gastos públicos, também entrou no debate pe-

la porta dos fundos e de maneira enviesada. O assunto só ganhou destaque depois que um dos formuladores do programa de Alckmin, o economista Yoshiaki Nakano, defendeu o corte de gastos e o fim do déficit público. O petista Marco Aurélio Garcia, coordenador do programa de Lula,

foi rápido no gatilho e acusou os tucanos de ter a intenção de enxugar programas sociais. Nakano

muitas vezes é criticado por suas propostas heterodoxas

sobre câmbio e juros, mas quem o conhece sabe

que as críticas de Garcia não fazem sentido.

Para o tucano, que foi secretário da Fazenda

paulista, o ajuste deve ocorrer por meio da

melhora na gestão pública, e não pela redução do

investimento social. Ainda assim, temendo o desgaste

político, Alckmin desautorizou Nakano. Quando o tema é a

Previdência, os tucanos são ainda mais escorregadios. Já o programa de

Lula não tem meias palavras: a ganância vai continuar e não haverá reforma da Previdência. A confusão é

que petistas que trabalham nos ministérios da Fazenda e do Planejamento

sabem do drama nas contas públicas e defendem uma

redução dos gastos. Eles chegaram a articular, antes

de Antonio Palocci ter caído em desgraça, um projeto para zerar

o déficit público. Afinal, quem fala pelo presidente Lula, os integrantes de seu governo

ou os companheiros que escreveram o seu programa de campanha?

Se aumento de gasto público significasse progresso, o Brasil seria hoje um dos

países mais avançados do planeta. Em 1995, as despesas da máquina federal

consumiam 208 bilhões de reais. Em 2005, os gastos chegaram a 364 bilhões de reais,

um inchaço de 75% nesses dez anos. Apesar de alguns tímidos avanços nos indicadores sociais, esse aumento não se reverteu em benefícios para a população como se apregoa. Além disso, o país cresce menos que todos os demais emergentes, e os trabalhadores ganham hoje, em média, menos do que recebiam há dez anos. O governo sugou recursos da economia e achatou o salário dos brasileiros.

Mas, se o governo gasta tanto e os serviços públicos continuam péssimos, o que explica esse abrupto avanço nas despesas federais? “A Previdência”, responde o economista Fabio Giambiagi, um dos maiores especialistas em contas públicas do país. Giambiagi, que trabalha no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), acaba de concluir um livro no qual mostra como as contas previdenciárias representam o mais sério desequilíbrio fiscal do país (*leia entrevista na pág. 56*). Em 1988, quando foi promulgada a nova Constituição, os benefícios e aposentadorias pagos pelo INSS (sistema previdenciário dos trabalhadores do setor privado) somavam o equivalente a 2,5% do PIB do país. No ano que vem, essas despesas custarão 8% do PIB. O déficit entre as despesas e a arrecadação supera 40 bilhões de reais ao ano. Sem conter o avanço desses gastos não há como reduzir a carga tributária nem ampliar o investimento público em infra-estrutura, dois requisitos vitais para dar novo ânimo à economia. Afirmo o economista Luiz Fernando Figueiredo, ex-diretor do Banco Central: “O Brasil avançou em vários aspectos, mas não fez nenhuma reforma estrutural nos últimos anos. Sem isso não há a menor possibilidade de crescer aceleradamente. Estamos ficando para trás. Enquanto todos os países estão correndo, o Brasil está andando. Quase todos os países emergentes têm fragilidades e problemas regulatórios. A diferença em relação ao Brasil é que eles têm um Estado muito menor”. E como diminuir o Estado? Privatizando e cortando gastos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Cai diretor do BB que colheu dados para dossiê”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 21 de setembro deste ano.

Segundo a matéria, apesar Expedito Veloso ter usado o caro para quebrar sigilos bancários no caso do falso dossiê, ele não foi demitido mas pediu para ser afastado do cargo.

Cai diretor do BB que colheu dados para dossiê

Expedito Veloso pediu à direção do banco para se afastar do cargo

Gustavo Freire
BRASÍLIA

O petista Expedito Afonso Veloso foi forçado ontem a pedir afastamento do cargo de diretor de Gestão de Risco do Banco do Brasil por ter se envolvido diretamente na montagem do dossiê Vedoim. A ligação de Expedito com o escândalo foi revelada anteontem pelo blog do Noblat, hospedado no Portal do Estadão.

“Era a única saída possível”, disse uma fonte do governo ouvida pelo Estadão. A rapidez na decisão teve como objetivo preservar a imagem do banco. A carta com o pedido de afastamento foi apresentada pessoalmente ao presidente do BB, Rossano Maranhão, no início da tarde.

Aceito o pedido, o banco já decidiu abrir sindicância para verificar se o petista feriu alguma de suas normas de conduta e ética ao se envolver na montagem de denúncias contra os tucanos.

O destino de Expedito começou a ser discutido pela direção do BB na manhã de ontem, nu-

ma reunião que se prolongou até o meio da tarde. Além de montar o dossiê, o ex-diretor do banco foi o responsável pelo trabalho de convencimento dos empresários Darci e Luiz Antonio Vedoim, donos da Planam e cérebros da máfia dos sanguessugas, a conceder uma entrevista à revista *IstoÉ* com acusações aos tucanos. Como contou o próprio Expedito a um amigo, a entrevista teve duração de pouco mais de uma hora.

Na carta, o ex-diretor procura desvincular a imagem do banco de seus atos na campanha eleitoral. “Gostaria de registrar que essas atividades não tiveram e não têm qualquer relação com o BB, instituição que admiro, preservo e a quem tenho dedicado vários anos de minha vida.”

Fora do cargo, Expedito se disse disposto a prestar todos os esclarecimentos que vierem a ser solicitados pela Polícia Federal ou pela Justiça sobre o caso. ●

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ONG de Lorenzetti recebeu R\$ 18,5 mi do governo federal; oposição fala em CPI

Rosa Costa
Sérgio Gobetti
BRASÍLIA

Produziu uma reação forte a revelação de que Jorge Lorenzetti, que deixou a campanha de Lula após ser vinculado ao dossiê Vedoim, recebeu R\$ 18,5 milhões dos cofres federais desde o início do governo petista por intermédio de organização não-governamental da qual é fundador e colaborador, a Unitrabalho. O episódio serviu ontem para a oposição lançar no Congresso a ideia de uma CPI para investigar todos os repasses federais para ONGs ligadas a petistas.

Favorecida por convênios com diversos órgãos da administração federal, a Unitrabalho (Fundação Interuniversitária

de Estudo e Pesquisa sobre o Trabalho) é uma das dez ONGs que mais receberam dinheiro federal nos últimos três anos e nove meses, de acordo com levantamento do site Contas Abertas. Só na última quinta-feira, por exemplo, a entidade de Lorenzetti, também conhecida por ser o churrasqueiro preferido de Lula, recebeu R\$ 4,1 milhões do Ministério do Trabalho e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Lorenzetti tem até agora duas vinculações ao dossiê Vedoim: ele intermediou o contato entre um dos presos com R\$ 1,75 milhão e Freud Godoy, então assessor de Lula; e admitiu ter negociado informação contra tucanos com a revista *Época*, ao lado de Oswaldo Bargas.

Publicitário nega ter benefícios por ser amigo de Lula

... O presidente da agência de publicidade One WG, Wilfredo Gomes, negou ter sido beneficiado por causa de uma suposta amizade com a família do presidente Lula. Ele disse que a One WG nunca empregou Lurlan Silva, filha de Lula, e negou ter sido sócio ou proprietário da Foco – “que, por sinal, não é agência de propaganda, mas um instituto de pesquisa”. Segundo ele, a One WG foi escolhida em licitação e passou a fazer publicidade para o Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) em agosto de 2005. ●

Segundo a pesquisa feita pelo site Contas Abertas, os R\$ 18,5 milhões já recebidos pela Unitrabalho entre 2003 e 2006 é 22 vezes mais do que toda a quantia embolsada pela entidade entre 1996 e o final do governo Fernando Henrique Cardoso. Em 2005, por exemplo, o montante transferido à fundação chegou a R\$ 7,2 milhões.

Apenas um convênio celebrado entre a Unitrabalho e o Ministério do Trabalho, para a avaliação do Plano Nacional de Qualificação, custou R\$ 6,9 milhões aos cofres públicos. Detalhe: Bargas, companheiro de Lorenzetti ao oferecer o dossiê, trabalhava nesse ministério.

Os recursos repassados pelo governo federal a ONGs somaram mais de R\$ 1 bilhão no governo Lula. “São entidades que recebem dinheiro do povo brasileiro e estão gastando em quê?”, questionou o senador Heráclito Torres (PFL-PI), ao defender a criação de uma CPI das ONGs. ●

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Dinheiro deve ter saído do PT, diz relatório”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de 18 de outubro do corrente.

A matéria trata da tentativa de compra do dossiê contra candidatos do PSDB e informa que o delegado responsável pelas investigações escreveu em relatório que o dinheiro usado na fraude tem origem no PT.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Dinheiro deve ter saído do PT, diz relatório

Delegado diz que envolvidos são do partido, mas ainda não sabe a origem do dinheiro que seria usado para comprar dossiê

Curado disse que só hoje vai apresentar relatório com um pedido de prorrogação do prazo do inquérito e um balanço das investigações

**RANIER BRAGON
ADRIANO CEOLIN**
DA SUBCURSAL DE BRASÍLIA

O delegado da Polícia Federal Diógenes Curado, responsável pelas investigações sobre a tentativa de compra do dossiê

antitucano por R\$ 1,7 milhão, escreveu em relatório parcial que, “ao que tudo indica”, o dinheiro tem origem no PT.

A informação foi dada ontem por um integrante da CPI dos Sanguessugas que leu os três volumes de papéis que formam o inquérito presidido por Curado. A documentação chegou anteontem à CPI e reúne depoimentos tomados pelo delegado, resultados de diligências e relatórios preliminares feitos no decorrer das investigações.

Segundo o integrante da CPI, que pediu para não ser identificado, o delegado usa como argumento no relatório a constatação de que “todos os envolvidos” no episódio eram do PT.

De acordo com Diógenes Curado, o integrante da CPI deve ter visto uma das representações feita por ele solicitando quebras do sigilo bancário e telefônico. Ele informou que nestas representações ele descreve que todos os envolvidos são do PT, mas não afirma qual seria o

origem do dinheiro. “A origem do dinheiro é justamente o principal objeto das nossas investigações”, disse ele ontem.

O delegado disse que só vai preparar e apresentar hoje o relatório preliminar à Justiça com o pedido de prorrogação do prazo do inquérito. Do relatório constará um balanço das investigações e a indicação das medidas a serem tomadas.

A Polícia Federal prendeu no dia 15 de setembro, em São Paulo, Gedimar Passos e Valdebran Padilha com R\$ 1,7 milhão (R\$ 1,2 milhão e US\$ 249 mil) que seria usado para a compra de documentação que comprometeria candidatos tucanos.

Desde então, informações desencontradas e negativas marcam a investigação sobre a origem do dinheiro. Integrantes do PT e das coordenações de campanha de Lula e de Aloizio Mercadante, apontados como suspeitos de participação na trama, acabaram afastados. Cinco foram expulsos do PT.

Segundo o integrante da CPI, há no inquérito as fotocópias que mostrariam Hamilton Lacerda, ex-coordenador de imprensa da campanha de Mercadante, com uma grande mala no hotel onde a PF realizou as prisões. Curado teria calculado que a mala poderia levar cerca de R\$ 1 milhão. Lacerda nega ter transportado dinheiro. Anteontem, o presidente da CPI, Antonio Carlos Biscaia, disse não haver dúvida de que a origem do dinheiro é criminosa.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial publicado no jornal **O Globo** do último dia 31 de agosto do corrente intitulado “A conta não fecha”.

O editorial trata do documento apresentado pelo PT com o programa de governo para um eventual segundo governo do Presidente Lula. O editorial mostra que o programa “expõe um projeto de governo que não fica de pé, por desafiar leis como a da gravidade”.

Ainda sobre o programa de governo, o editorial expressa que “PT e Lula têm protagonizado uma crô-

nica de desencontros. Pode ser que este seja mais um, e o programa venha a ter a importância num segundo mandato proporcional ao tamanho com que a estrela do partido aparece na campanha da reeleição”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o editorial acima citado seja considerado como parte deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO:

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A conta não fecha

O documento apresentado pelo PT com as diretrizes de um eventual segundo governo Lula não escapa à síndrome da onipotência, muito comum aos textos desse tipo divulgados em campanhas eleitorais. O mundo visto pelas lentes desses documentos encharcados de ideologia, mas disfarçados de exercícios acadêmicos, é um mundo previsível, sob controle e prestes a distribuir bondades sem qualquer custo —, a não ser o de ir às urnas e votar no candidato certo.

O próprio presidente-candidato, ao separar o que são as “bravatas” oposicionistas dos imperativos do mais importante cargo executivo da República, já demonstrou saber que na vida real não é bem assim. Isso não impediu que o PT listasse um rosário de intenções — nem todas boas —, cuja execução se assemelha a um cavalo que parte a galope em todas as direções. Em 30 páginas, o partido, com os aliados PCdoB e PRB, expõe um projeto de governo que não fica de pé, por desafiar leis como a da gravidade. Quer o PT, ao mesmo tempo, expandir os gastos públicos, e por diversas formas — pelo custeio (salário mínimo, Bolsa Família etc.) e pelos investimentos —,

reduzir a carga tributária e ainda cortar os juros. Assim como a adversária Heloísa Helena, os petistas confiam na redução da taxa básica do Banco Central (Selic) como fonte de financiamento da multiplicação milagrosa dos gastos.

Impossível, pois, como os juros não obedecem a ordens de qualquer burocracia, o resultado da expansão dos gastos será a manutenção das taxas em níveis altos. É isso ou a volta com força da inflação, além do risco de fuga de divisas.

No plano político, o programa parece investir contra a cláusula de barreira quando propõe “(...) assegurar a pluralidade de partidos”. Mas, ao mesmo tempo, defende a “(...) construção de maiorias necessárias à governabilidade”. Se de fato for intenção do PT trabalhar pa-

ra reduzir a cláusula de barreira, o partido terá produzido outra incongruência. Afinal, “maiorias necessárias à governabilidade” não rimam com pulverização partidária.

PT e Lula têm protagonizado uma crônica de desencontros. Pode ser que este seja mais um, e o programa venha a ter a importância num segundo mandato proporcional ao tamanho com que a estrela do partido aparece na campanha da reeleição.

Programa de governo do PT desafia leis como a da gravidade

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, esta noite, em São Paulo, haverá um novo debate com os dois candidatos do segundo turno à Presidência da República. O primeiro, na TV-Band, mostrou claramente o despreparo do Presidente-candidato. Portou-se como robô adestrado e, não obstante, os petistas proclamam que Lula foi o vencedor do debate.

A campanha vem deixando à mostra a tática do PT de difundir mentiras, repetindo-as tantas vezes quantas foram necessárias para a mentira virar verdade. Exatamente como fazia na Alemanha Nazista de Hitler o seu mago da propaganda, Joseph Paul Goebbels (1897-1945), para quem a repetição sistemática de uma mentira acaba tornando-a uma “verdade” pública.

Hoje, à sanha nazista que sem dúvida é uma presença no atual Governo, acrescentam-se as fantásticas condições favorecidas “pela comunicação eletrônica de massa – com determinadas mensagens, visando a um objetivo preciso de conquista ou preservação do poder”, como observa o editorial desta quinta-feira do respeitável jornal **O Estado de S. Paulo**.

A análise a que me refiro aproxima-se muito da perplexidade de boa parte da população brasileira, submetida a uma maciça, para não dizer brutal, pressão da propaganda enganosa com o Presidente Lula colocado no papel de títere obrigado a propagar loas bem parecidas com as que Hitler, o nazista alemão que um dia sonhou dominar o planeta, na 2^a. grande guerra mundial.

Lula e os petistas do chamado Baixo PT acalentam sonho diferente, mas não menos nocivo: querem a preservação desse grupo no Poder.

Ambiciosos, os integrantes desse triste Baixo PT atuam em duas frentes de propagação da mentira que esperam ver transformadas em fato real (como Goebbels). Uma, atinge as camadas mais esclarecidas do País, atingidas de forma satânica por impropérios verbais cujo objetivo é jogar os brasileiros uns contra os outros.

Repetidamente, à exaustão mesmo, Sua Excelência o candidato-Presidente vem afirmando ora que “as elites”, ora que “os ricos” desprezam as populações pobres. Ou, como há dois dias, “que a elite paulista odeia o resto do Brasil”, numa tática fascista de estimular a cizânia entre os brasileiros.

Lula e os do Baixo PT sabem que a repetição mentirosa produz bons resultados eleitorais, como mostram as pesquisas mais recentes. Então, por que não continuar mentindo?

O jornal **O Estado de S. Paulo**, ao longo de mais de um século de existência, pautou-se pela serenidade de suas análises.

Serenidade, por sinal, é algo ausente nesse novo mundo do Baixo PT.

Nessa linha, de correção (algo que igualmente passa longe dessa neo-agremiação que prolifera dentro

de outra, o PT), o grande jornal paulista expõe dados e, ao editar seus arazoados, procura esclarecer a opinião pública. O Baixo PT procura confundir-la.

Assim, ao assinalar que Lula e seus seguidores adotam a tática da Alemanha Nazista, o editorial enumera e corrige alguns dos frenéticos arroubamentos do Presidente:

Aspas para o jornal:

Depois de alardear a criação de 40 universidades em 3 anos, quando na verdade criou, até agora, 2 cursos superiores, o presidente-candidato Luiz Inácio Lula da Silva vem dizendo que nos 8 anos do presidente Fernando Henrique Cardoso o Brasil só gerou a insignificância de 1 milhão de empregos, enquanto os 4 anos do governo Lula geraram nada menos do que 7 milhões de empregos. Não se vira contestação a tais dados estapafúrdios – nem por parte da oposição nem pelos analistas da mídia – até que o competente professor da FEA-USP José Pastore, em artigo publicado na página 2 do caderno Economia & Negócios deste jornal, na terça-feira, revelasse ao público dados bem diferentes da realidade brasileira recente.

As aspas agora para o Prof. Pastore:

“Não sei de onde saíram esses números. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), organismo de alta reputação técnico-científica, acaba de publicar um extraordinário estudo onde se lê que os empregos criados no período de 1992 a 2004 – que engloba uma grande parte do mandato do governo anterior – somaram 17,5 milhões de postos de trabalho.”

Aspas de novo para o jornal **O Estado de S. Paulo**:

Pastore se interroga sobre a razão de tamanha discrepância – entre o que diz a candidatura Lula e a realidade – observando:

“A resposta a essa questão é incômoda, porque admite duas alternativas: falta de informações adequadas sobre o que ocorre no mercado de trabalho ou uso indevido de dados técnicos.”

Sabem os brasileiros que a segunda alternativa é a correta: o Sistema Petista faz uso indevido de dados técnicos. Para não dizer outra palavra, que seria safadeza. Safadeza, sim, que é coisa de esperto, finório, velhaco, astuto, malicioso.

Seria – essa tática do Baixo PT de Lula apenas uma grande tristeza se não fosse algo pior, que compromete o futuro da Pátria.

Ao planejar a continuidade no Poder, o Sistema PT poderá levar o Brasil a um terreno de duvidoso crescimento. A eles, os que formam esse sistema que aí está, pouco importa. Importa mesmo é o usufruto, como já foi feito ao longo desse quadriênio perdido. A máquina estatal foi aparelhada, i.é, foi ocupada por partidários

do Presidente. Gente incompetente, que apenas se interessa pelo contracheque no fim do mês.

As Agências Reguladoras são um exemplo claro dessa triste realidade. Pouco atuam.

Devolvo a palavra ao Prof. Pastore e ao jornal:

“É claro que em tempos de eleição o que domina é o vale-tudo nos programas de rádio e televisão, mesmo porque os votos são conquistados mais pelo caminho da emoção do que pela razão. Mas há que se render um mínimo de respeito às estatísticas.

E mais:

Não se pode iludir o eleitor com manipulação de dados o tempo todo e em todos os veículos de comunicação.” Neste contexto é que o professor sugere um Código de Defesa do Eleitor.

Não é apenas o eleitor que necessita urgentemente de mecanismos de defesa.

Endosso a sugestão de Pastore e amplio-a: ou o Brasil se coloca em estado de alerta que o permita analisar, com a mesma serenidade aqui referida, ou a nossa decisão, daqui a uma semana, significará provavelmente o maior retrocesso jamais visto na História deste País.

Proteção ao eleitor

Se é verdade o que dizia o mago das comunicações de Adolf Hitler, Joseph Paul Goebbels (1897-1945), para quem a repetição sistemática de uma mentira acaba tornando-a uma “verdade” pública, sem dúvida as condições tecnológicas disponíveis à propaganda de massa, nos dias de hoje, elevam aquela “fórmula” a nível exponencial. Certamente nunca, como nos tempos atuais, houve condições de influenciar tamanho número de pessoas – pela via da comunicação eletrônica de massa – com determinadas mensagens, visando a um objetivo preciso de conquista ou preservação do poder. O que não existe, em contrapartida, por mais que se tenham criado mecanismos legislativos de proteção ao consumidor, é algo semelhante para a proteção do eleitor – uma espécie de Código de Defesa do Eleitor – capaz de inibir a desfaçatez com que, em campanhas eleitorais, vão sendo despejados para a consciência dos cidadãos-eleitores a grande avalanche de dados falsos, de fatos distorcidos e de mentiras, propriamente ditas.

Depois de alardear a criação de 40 universidades em 3 anos, quando na verdade criou, até agora, 2 cursos superiores, o presidente-candidato Luiz Inácio Lula da Silva vem dizendo que nos 8 anos do presidente Fernando Henrique Cardoso o Brasil só gerou a insignificância de 1 milhão de empregos, enquanto os 4 anos do governo Lula geraram nada menos do que 7 milhões de empregos. Não se vira contestação a tais dados estapafúrdios – nem por parte da oposição nem pelos analistas da mídia – até que o competente professor da FEA-USP José Pastore, em artigo publicado na página 2 do caderno Economia & Negócios deste jornal, na terça-feira, revelasse ao público dados bem diferentes

da realidade brasileira recente. Disse ele, a propósito: “Não sei de onde saíram esses números. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), organismo de alta reputação técnico-científica, acaba de publicar um extraordinário estudo onde se lê que os empregos criados no período de 1992 a 2004 – que engloba uma grande parte do mandato do governo anterior – somaram 17,5 milhões de postos de trabalho.”

Pastore se interroga sobre a razão de tamanha discrepância – entre o que diz a candidatura Lula e a realidade – observando: “A resposta a essa questão é incômoda, porque admite duas alternativas: falta de informações adequadas sobre o que ocorre no mercado de trabalho ou uso indevido de dados técnicos. A taxa de desemprego continuou alta no mandato do presidente Lula. Em janeiro de 2003, quando assumiu, o desemprego era de 11,2%. Hoje é de 10,5%, ou seja, diferença de apenas 0,7%.” E o economista faz um misto de análise e desabafo, nestes termos: “É claro que em tempos de eleição o que domina é o vale-tudo nos programas de rádio e televisão, mesmo porque os votos são conquistados mais pelo caminho da emoção do que pela razão. Mas há que se render um mínimo de respeito às estatísticas. Não se pode iludir o eleitor com manipulação de dados o tempo todo e em todos os veículos de comunicação.” Neste contexto é que o professor sugere um Código de Defesa do Eleitor.

Mas as distorções e todo o ilusionismo desenvolvidos em torno dos dados não são o único aspecto do que talvez seja o maior estelionato eleitoral, de múltiplas faces, que se pratica neste país. Os pacotes de bondades – fiscais, financeiras, salariais, etc. – ofertados para os mais diversos setores da sociedade, a ampliação desmesurada e em tempo recorde (pré-eleitoral) de recursos destinados a programas sociais de cunho gritantemente assistencialista, a liberação de verbas substanciais em função de acordos com recentes ex-adversários no processo de incentivo à “virada de casaca”, capaz de levar à compra até de governadores de Estado, enfim, as diversas formas com que é colocada a máquina administrativa do Estado e seus operadores – a começar por todos os ministros –, em concentração de esforços full time, a serviço da captação de votos, tudo isso explica a ampliação da vantagem. Não é à toa que o candidato Lula vem repetindo todos os dias que seus adversários não sabem comprar... Nessa atividade ninguém lhe leva a palma. É claro que beneficiários desse processo “benemerente” – que o acabam retribuindo com votos – não são apenas os desinformados dos grotões. Vastos setores se deixam cooptar por ele. Com tal poder aquisitivo e mais sua coragem de intrujar, o presidente-candidato volta a ser imbatível.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, o segundo assunto é para dizer que a escalada da mentira petista serve para tudo. Principalmente para o candidato-

Presidente inventar e, como bom sandeu, sair por aí a espalha que ele é o tal, o superior a tudo.

Na campanha para sua reeleição, que ele supõe imbatível e certa, Lula diz que foi o atual Governo o responsável primeiro e único pela auto-suficiência em petróleo. Mente mais, ao atribuir ao mesmo e malogrado Governo petista a invenção do *biodiesel*.

É mentira! O *biodiesel* foi criado há exatos 40 anos pelo cientista cearense Expedito Parente. Ele, em 1980, montou a primeira usina produtora de BioDiesel, inaugurada pelo então Vice-Presidente Aureliano Chaves e pelo, `a época, Governador Virgílio Távora, do Ceará.

Mais tarde, em 2001, ainda no Ceará, o engenheiro Expedito Parente criou a Tecnobio, uma empresa dedicada à fabricação de equipamentos para produção do *biodiesel*.

De lá para cá, como registra o jornalista cearense Rangel Cavalcante, centenas dessas unidades foram montadas no País, para a produção de BioDiesel destinado ao consumo de Prefeituras de pequenos municípios, universidades e empresas.

Rangel Cavalcante observa que, se Expedito Parente fosse professor de Harvard, teria até conquistado um Prêmio Nobel.

E eu acrescento: se ele tivesse força ou fosse mais conhecido, não teria o dissabor de ver sua invenção tunçada sem nenhuma cerimônia pelo Presidente Lula.

E mais: se Lula tivesse um mínimo de ética não estaria a gastar dinheiro do contribuinte para mentir aos brasileiros, i.é, promovendo propaganda cara para dizer que o *biodiesel* é obra do seu Governo, como tudo de bom, aliás, que se fez no Brasil desde 1500.

Aspas para Rangel Cavalcante:

“O que o Presidente Lula chama de “biudizu” nada mais é do que o *biodiesel* do cearense Expedito Parente.”

Lula não sabem nem ao menos pronunciar o nome correto do combustível; mentir, sim, ele sabe; é o catedrático da mentira.

Fica o registro, em homenagem ao inventor cearense, mais uma vítima da fantástica máquina de fazer mentira, patrocinada pelo Governo Lula e seus petistas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, por último começo com a leitura de duas manchetes de jornais, uma do sábado, outra do domingo. No sábado, primeira página da **Folha**:

PT vai dar reajuste menor a servidor se vencer eleição no **Estadão**, manchete parecida:

Reajustes do funcionalismo poderão ser menores, diz coordenador da campanha de Lula.

Isso foi no sábado. Do domingo, o frenesi tomou conta dos petistas, que tentaram corrigir o desastre e o próprio Lula saiu na frente para dizer que haverá cor-

tes nos gastos, sim, mas sem atingir os servidores. Ele adiantou que só vai cortar despesas supérfluas.

Supérfluo é o próprio Governo Lula.

Se fosse para carimbar, como a propaganda petista – aquela do não troque o certo pelo duvidoso – essa seria a hora de dizer: Dá para acreditar nessa gente?

Ou um carimbo parecido: O certo é o que diz a manchete do sábado, afinal Lula sempre tratou mal os servidores públicos. Duvidoso é o que diz o Presidente na manchete do domingo: cortes só nos supérfluos.

Ao povo brasileiro vai se tornando difícil levar a sério o que fala esse Governo do quadriênio perdido. Lula e os petistas passam a impressão de que o objetivo é mesmo o de ir no vai-da-valsas: Viver ao sabor dos acontecimentos, sem projetar nada, sem preocupar-se; ir levando. Bem traduzido: curtir o vai-da-valsas levar o povo no mesmo vai-da-valsas.

Indago se é ou não é vai-da-valsas o que falou no fim de semana o Ministro das Relações Institucionais de Lula, Tarso Genro. É bom ler a manchete de página dessa segunda-feira:

Para Tarso, debate sobre ética já cansou eleitorado

Em bom Latim clássico, qualquer um diria:

É o fim da picada!

Não é difícil concluir que isso equivale a dizer que o PT disse adeus à ética. Tanto que prossegue com o que mais lhe agrada, que são invenções tolas, como essa história de espalhar que o Governo Alckmin, que se instalará em 1º de janeiro, vai extinguir o Bolsa Família.

Ou essa outra de estimular a cizânia, a rixa, a discórdia entre os brasileiros, tentando, por exemplo, jogar o povo gaúcho contra a candidata Yeda Crusius, sob a alegação de que ela é paulista.

Não dá mesmo para levar a sério Lula e sua gente petista!

Na semana passada, denunciei aqui, com base em afirmações de amazonenses, a onda da gente petista no meu Estado, espalhando que, a partir de 1º de janeiro, data da posse de Alckmin, seria extinto o programa Luz para Todos.

Leio o noticiário de hoje, neste fim do Governo Lula:

Pela possibilidade de a execução do Programa Luz para Todos provocar uma explosão tarifária, o Governo (o atual, esse que está findando) limitou o repasse para o consumidor em até 8%. Quando o aumento da tarifa causado pelo programa ultrapassar esse teto, o consumidor não terá mais acesso à energia.

Isso, essa ameaça, está ocorrendo no Governo Lula, é bom que se diga.

E tem muito mais, muito desacerto nesse Governo que felizmente vai se encerrar. Bastaria continuar na leitura das manchetes dos jornais, página por página:

“Estado volta a inchar – **O Estado de S. Paulo**”

“Sem fiscalização, estatais e fundos distribuem dinheiro a municípios; **O Estado de S. Paulo.**”

“Prefeitos do PT receberam mais do BNDES **O Estado de S. Paulo.**”

Lula terá de cortar R\$3 bi para fechar contas do ano **O Estado de S. Paulo.**”

“Um chanceler no palanque do PT.”

“Itamaraty cai na campanha de Lula e Celso Amorim vira Ministro das Relações Exteriores **O Estado de S. Paulo.**”

Uma pequena pausa na leitura das manchetes para exibir aqui a primeira página do jornal **O Estado de S. Paulo** de ontem, segunda-feira:

A manchete diz tudo e comprova que a Era Lula vai passar à História como o Quatriênio Perdido. Eis o que diz:

Indústria no Brasil cresce até 7 vezes menos que a de outros emergentes

Expansão no País foi de 2,2% nos últimos 12 meses, enquanto na China, por exemplo, o avanço atingiu 17%

Nilson Brandão Junior

A indústria de países emergentes cresce a taxas até sete vezes superiores à do Brasil. Enquanto o crescimento da produção industrial do País acumula alta de 2,2% nos 12 meses encerrados em julho, um grupo de economias em desenvolvimento registra altas na produção que vão de 4,5% a 17%, este último, o caso da China. Embora o setor esteja avançando mais no governo Luiz Inácio Lula da Silva do que nos dois mandatos anteriores, aumenta a distância que separa o desempenho nacional com relação a países com os quais compete diretamente.

Os dados constam de um levantamento feito pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

Nada parecido com a louvação petista, inclusive aqui neste Plenário, tentando mostrar como real um quadro irreal, da mesma forma como irreal é esse Governo em fim de linha.

Se fosse para fazer uma radiografia do malogro do Governo Lula, viria bem a propósito o título do editorial da edição de ontem do **Estadão**:

A herança bendita que Lula esconde

Diz a abertura do texto:

Quem quiser avaliar os efeitos econômicos do atual Governo e compará-los com o de seu antecessor, deve olhar, antes de mais nada, para as condições mundiais e regionais.

E acentua:

Se a economia brasileira crescer 3,5% neste ano, terá acumulado em quatro anos uma expansão de 11,6%. Terá crescido em média, portanto, modestíssimos 2,8% ao ano.

Acrescenta:

(...) No mesmo período, a produção mundial terá aumentado robustos 4,8% ao ano, enquanto a América Latina terá avançado ao ritmo anual médio de 4,2% – um desempenho raramente observado na região.

E oferece uma primeira conclusão:

(...) Foi desperdiçada uma fase de oportunidades excepcionais (...)

Está aí, dito, e bem dito: Lula jogou pela janela a grande oportunidade de fazer a economia brasileira avançar.

Tinha tudo para isso.

Ao contrário do que seus desinformados e aéticos auxiliares proclamam sem dados concretos, o Presidente Lula absolutamente não recebeu um país quebrado e imerso na inflação e que precisou reerguê-los.

Cego, Lula nunca teve grandeza para reconhecer, como até o ex-Ministro Palocci o Presidente do Banco Central e o próprio PT, a importância do que fora realizado nos anos 90, sem o que não poderia ter tido o êxito que teve em sua política macroeconômica.

Por exemplo:

A diversificação de mercados não é novidade. Há décadas, o Brasil comercial com países de todas as partes do mundo. Isso, pois, não começou no Governo Lula, que, para poder mentir mais e mais, chegou a comprar um avião de grande luxo, o malfadado Aero-lula, que será posto à venda no dia 2 de janeiro.

A expansão das exportações, como mostra um estudo da Funcex – nota o editorial – já havia começado antes do Governo petista. Em 2002, a China já era um dos maiores parceiros comerciais do Brasil e o comércio com a Índia e a Rússia já estava em expansão.

A decantada auto-suficiência em petróleo também não resultou da ação deste Governo do quatriênio perdido, mas de um processo iniciado há décadas e acelerado a partir dos anos 70, com a exploração da plataforma marítima.

Esse é um dado relevante e desmente a propaganda que Lula faz na TV, proclamando-se o autêntico rei da cocada preta, o responsável por tudo. O superman que se cuide!

Quanto à melhora das condições de consumo – finaliza o editorial – tem resultado em grande parte da expansão da oferta de alimentos, permitida pela modernização do agronegócio: grandes, médios e pequenos produtores de verdade, tratados absurdamente como inimigos pelo Governo petista.

Assim, quando prevalece o bom senso – que anda bem distante desse Governo de malogro – esses são

fatos que o Presidente Lula procura esconder, para não ter de admitir que as políticas sociais que lhe renderam a momentânea liderança na disputa eleitoral não teriam sido possíveis sem a herança bendita do bom governo de Fernando Henrique Cardoso.

Isso é real. O Governo FHC entregou a Lula um país bem arrumado. E inclusive com redução no índice de fome. Basta, uma vez mais, ter bom senso, para a leitura, mesmo rápida do Índice Global de Fome, que o Instituto Internacional de Pesquisas sobre Políticas Alimentares, de Washington, promove periodicamente.

Na sexta-feira, dia 13 último, saiu mais uma dessas pesquisas:

O Brasil diminuiu seu índice de fome pela metade,

entre 1981 e 2003, passando de 10,43 para 5,43, num *ranking* de zero a cem, em que zero é o melhor resultado.

Repito: entre 1981 e 2003, portanto nada ocorreu no Governo Lula, a não ser o êxito do Bolsa Família, ensejado exatamente pela melhoria ocorrida no período FHC, o Governo que deixou a herança bendita, que Lula e seus cegos seguidores insistem em chamá-la de herança maldita.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda gostaria de dizer que depois de ter sido derrotado pelo candidato Geraldo Alckmin no debate do último domingo, na TV Bandeirantes, o candidato Lula saiu-se com essa: “Eu não estava preparado para o debate”.

Realmente, tenho de concordar com isso. Ele não estava preparado porque um Presidente da República de verdade não precisaria preparar-se para um debate. Teria é de estar permanentemente preparado para debater os problemas do País por ele governado.

Na verdade, ele não estava preparado para responder aos questionamentos sobre os vários escândalos de corrupção que envolvem seu Governo, desde o início, em 2003, quando começou o aparelhamento da Esplanada dos Ministérios por petistas derrotados e sem a qualificação devida para o exercício de funções públicas.

O que ficou evidente para os eleitores brasileiros é que o Presidente Lula não está preparado para governar o Brasil, porque ele não vê nada e nunca sabe de nada, apesar de todos os dias seus “aloprados” estarem caindo de postos de direção do seu partido, além de pessoas de seu círculo íntimo também estarem sendo expelidas da vida pública por crimes que vão da falsificação à chantagem e à improbidade.

O candidato Lula saiu tão atordoado do debate que agradeceu aos telespectadores da Rádio Bandeirantes, que assistiram ao debate. Ou seja, saiu tonto de uma esfrega que já começou perdida.

Ainda no dia seguinte, ele continuou tonto ao se referir ao “delegado de porta de cadeia”. A atitude é, acima de tudo, preconceituosa. Na verdade, o Presidente

Lula, com essa declaração, ofendeu e tentou humilhar duas categorias. Ofendeu os delegados, que nunca ficam nas portas das cadeias. Na verdade, eles ficam em seus gabinetes, nas delegacias, porque ali chegaram por concursos públicos. E humilhou os advogados humildes que freqüentemente vão a delegacias, exercendo justamente suas atividades e atendendo àqueles que não têm chance de bater às portas das grandes bancas de advogados para defendê-los, ao contrário de Lula, que conta com o talento e o prestígio do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, especialista em defender a turma do colarinho branco.

Foi um ato falho do Presidente Lula contra a polícia. Foi uma agressão do Presidente Lula contra os advogados.

É mais um indicativo de que ele estava despreparado para o debate e, sobretudo, para dirigir o Brasil.

É a primeira vez na história deste País que um Presidente, usando das bravatas que lhe são peculiares, assume o papel de “boateiro” de plantão e espalhador de inverdades ao dizer que o candidato Alckmin acabaria com o Bolsa-Família, privatizaria o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Petrobras e os Correios, e daria fim à vitoriosa Zona Franca de Manaus.

Estranhamente, Lula não foi capaz de dizer isso no debate. Também não foi capaz de indicar, no amplo programa do candidato Alckmin, onde poderia estar escrito que tais atitudes lesivas ao Brasil seriam adotadas.

Como poderia o candidato Alckmin, Sr. Presidente, acabar com o Bolsa-Família se foi o próprio PSDB a criar os programas Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale-Gás e PETI?

Ele nos remete a meados do século passado e nos relembra o ex-Deputado Hugo Boreli, que “boatou” que o brigadeiro Eduardo Gomes teria dito que ganharia a eleição contra Getúlio Vargas sem os votos dos “marmiteiros”, referindo-se aos trabalhadores da construção civil que acondicionavam o almoço em marmitas.

Isso é um registro histórico, porque o candidato da UDN não disse isso. A versão é que virou fato e ficou jurisprudenciado na cabeça do povo que era verdade e pronto. Resultado: Eduardo Gomes perdeu a eleição, claro que numa sociedade que convivia com um ritmo lento de circulação das notícias.

Agora é diferente. A mentira pode ser rapidamente desmentida, Lula pagará alto por isso. Tom DeLay, líder do Partido Republicado no Capitólio caiu porque foi apanhado praticando pedofilia e porque mentiu a respeito de sua própria vida, ele que, cingidamente presidia o Comitê Parlamentar de Proteção à Criança e ao Adolescente.

O Brasil haverá de ser sábio. Haverá de saber escolher o melhor.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Não há mais oradores inscritos.

Amanhã, dia 20, às 9 horas, será realizada a sessão não-deliberativa no plenário do Senado Federal.

Espero que o povo brasileiro, com vergonha na cara e amor no coração, faça boas escolhas para o seu futuro.

Embora haja muitos assuntos a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 23 minutos.)

Ata da 8ª Reunião, em 20 de outubro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Leomar Quintanilha

(Inicia-se a reunião às 9 horas e 22 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – No plenário não há número regimental para a abertura da sessão, não podendo esta ser realizada.

Nos termos do § 2º do art. 155 do Regimento Interno, o expediente que se encontra sobre a mesa será despachado pela Presidência, independentemente de leitura.

É o seguinte o Expediente despachado:

COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2006 (nº 4.830/2005, na Casa de origem), que denomina “Viaduto Almirante Heleno de Barros Nunes” o viaduto a ser construído no trevo entre a BR-116 e a RJ-130, no Município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 9 horas e 23 minutos.)

Ata da 9ª Reunião, em 23 de outubro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência da Sra. Ideli Salvatti

Inicia-se a reunião às 14 horas e 20 minutos

A SRA. PRESIDENTE (Ideli Salvatti. Bloco/PT – SC) – No plenário, não há número regimental para abertura da sessão, não podendo esta ser realizada.

É o seguinte o Expediente despachado:

A SRA. PRESIDENTE (Ideli Salvatti. Bloco/PT – SC) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 20 minutos.)

Ata da 172ª Sessão Não Deliberativa, em 24 de outubro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência da Srª Heloísa Helena, e dos Srs. Roberto Saturnino e Arthur Virgílio

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 44/2006 – GLDBAG/CSCOM

Brasília, 23 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Serys Slhessarenko, para compor, na qualidade de Suplente, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – **Ideli Salvatti**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – A Presidência designa a Senadora Serys Slhessarenko, como suplente, para integrar a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, nos termos do expediente lido.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 231, DE 2006

(Nº 900/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de

1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor João Inácio Oswald Padilha, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana.

Os méritos do Senhor João Inácio Oswald Padilha que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 13 de outubro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 401/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G – MRE – APES

Brasília, 6 de outubro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto nos artigos 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor João Inácio Oswald Padilha, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana.

2. Encaminho igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Senhor João Inácio Oswald Padilha, os quais, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE


MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA

CPF.: 25909150715

ID.: 7957 MRE/DF

- 1950 Filho de Moacyr Meirelles Padilha e Maria Thereza Oswald Padilha, nasce em 11 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ
- 1979 CPCD - IRBr
- 1979 Terceiro Secretário em 19 de novembro
- 1979 Divisão de Difusão Cultural, assistente
- 1980 Embaixada em Moscou, Terceiro Secretário, em missão transitória
- 1981 Embaixada em Pequim, Terceiro e Segundo Secretário
- 1981 Segundo Secretário, por merecimento, em 17 de dezembro
- 1983 Embaixada em Lisboa, Segundo Secretário
- 1984 CAD - IRBr
- 1985 Embaixada em Bissau, Segundo Secretário, Encarregado de Negócios
- 1986 Consulado-Geral em Chicago, Cônsul-Adjunto
- 1987 Primeiro Secretário, por merecimento, em 17 de dezembro
- 1989 Prêmio Maurício Rosenblatt de Romance
- 1989 Departamento de Promoção Comercial, assessor
- 1991 Divisão de Informação Comercial, Chefe, substituto
- 1991 Presidência da República, Secretaria de Documentação Histórica, Adjunto

- 1993 Embaixada em Maputo, Primeiro Secretário, em missão transitória
- 1993 Consulado-Geral em Barcelona, Cônsul Adjunto, Encarregado
- 1994 Embaixada em Dacar, Encarregado de Negócios, em missão transitória
- 1996 Consulado em Ciudad Guayana, Cônsul
- 1997 Conselheiro, por merecimento, em 24 de dezembro
- 1999 Prêmio Jabuti, Câmara Brasileira do Livro
- 1999 Embaixada em Santiago, Conselheiro, Encarregado de Negócios
- 2003 Grupo Técnico Preparatório da Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do Mercosul, Bolívia e Chile, em Assunção, Chefe de delegação
- 2003 CAE - IRBr, A projeção internacional do Chile: condicionamentos políticos internos. Implicações para a atuação diplomática do Brasil
- 2003 Ministério da Assistência Social, Chefe da Assessoria Internacional
- 2003 Divisão da Europa-I, Chefe
- 2003 Real Ordem Norueguesa do Mérito, Noruega, Oficial
- 2003 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 18 de dezembro
- 2004 Divisão da África-II, Chefe


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

REPÚBLICA DE BOTSUANA



PERFIL GEOGRÁFICO

Nome Oficial	República de Botsuana
População	1,8 milhão de habitantes (est. 2006)
Território	600.370 km ²
Capital	Gaborone (187.000 habitantes)
Clima	Semi-árido no Norte, árido no Sul (região dominada pelo deserto do Kalahari, que ocupa 85% do território). Sujeito a secas severas.
Terreno	Planícies e planaltos baixos. Ponto de menor altitude: junção dos rios Limpopo e Shashe, 513 metros. Ponto de maior altitude: Serra Tsodilo, 1.489 metros.
Fronteiras	Com a Namíbia, a Oeste e Norte; com a Zâmbia, ao Norte; com o Zimbábue, ao Nordeste; com a África do Sul, a Leste e Sul.

PERFIL SOCIAL

Língua	Inglês e setswana
Expectativa de vida	32,2 anos
Principais grupos étnicos	Tsuana (ou setsuana) 79%, kalanga 11%, basarua 3%, outros, incluindo kgalagadi e brancos 7%
Analfabetismo	20,02% (estimativa 2003)
Religião	Religiões locais (85%), cristãos (15%)
IDH	131º lugar – 0,565 (2005)
População abaixo da linha de pobreza	47% (est. 2002)

RELAÇÕES BRASIL-BOTSUANA

As relações entre os dois países intensificaram-se aceleradamente a partir de 2004, quando foram renovados os movimentos de aproximação bilateral que iriam culminar com as visitas oficiais do Presidente Festus Mogae ao Brasil, no dia 26 de julho de 2005, e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Botsuana, no dia 11 de fevereiro de 2006. A aproximação recebeu novo impulso em dois momentos subseqüentes: o convite especial formulado pelo Presidente do Brasil ao seu homólogo botsuanês, para participar da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, em julho de 2006, e a visita oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Botsuana, Mompoti Merafhe, no dia 18 de agosto último.

A intensificação dos laços bilaterais teve início em agosto de 2004, com a visita a Brasília do então Secretário-Geral ("Permanent Secretary") do Ministério de Assuntos Estrangeiros de Botsuana. Em reciprocidade a essa visita, o Brasil enviou missão diplomática de consultas bilaterais a Gaborone, em março do ano passado. Nessa oportunidade, foi submetido, à Chancelaria botsuanesa, projeto brasileiro de Acordo bilateral de Cooperação Técnica.

Em 27 de junho de 2005, o Subsecretário Político para África, Ásia, Oceania e Oriente Médio do Itamaraty foi enviado a Gaborone, como portador de carta do Senhor Presidente da República a seu homólogo botsuanês, a respeito da candidatura brasileira a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Nos dias 8 e 9 de maio de 2006, o Embaixador do Brasil em Pretoria, cumulativo com Botsuana, fez visita de trabalho a Gaborone, para passar em revista o estado das relações bilaterais. Foi recebido pelo próprio Presidente Festus Mogae, além do Chanceler Mompoti Merafhe. Um dos principais assuntos da pauta foi a decisão brasileira de abrir Embaixada residente naquela capital.

Dentre os documentos bilaterais já assinados, destacam-se o Acordo Básico de Cooperação Técnica, assinado em julho de 2005, o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica na Área de HIV/AIDS e o Memorando de Entendimento sobre Esporte, ambos assinados em fevereiro de 2006, o Memorando de Entendimento na área de pesquisa agrícola, assinado entre a EMBRAPA e o Ministério da Agricultura de Botsuana, em agosto de 2006, e o Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e de Serviço, também em agosto.

É notório o excelente nível das relações políticas, como se depreende do apoio ostensivo que Botsuana tem dado ao pleito brasileiro por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

As relações empresariais tendem a aumentar, em razão da crescente capacidade de Botsuana de atrair investimentos estrangeiros. Foram organizados dois seminários voltados para empresários do Brasil e de Botsuana – o primeiro, em Gaborone, na véspera da visita do Presidente Lula, e o segundo em São Paulo, dois dias antes da visita do Chanceler Mompoti Merafhe a Brasília.

POLÍTICA INTERNA

Botsuana é uma república parlamentar. O Presidente da República é eleito pela Assembléia Nacional, dentre candidaturas lançadas pelos parlamentares. O Chefe de Estado acumula funções com as de Chefe de Governo.

O Parlamento é bicameral. A Assembléia Nacional tem 61 assentos, sendo 57 eleitos pelo voto direto e quatro designados pelo Partido majoritário. O mandato é de cinco anos, com possibilidade de uma reeleição.

A outra casa parlamentar exerce funções marcadamente simbólicas. Trata-se da *House of Chiefs*, composta de 15 membros, dos quais oito são chefes das principais tribos, quatro subchefes eleitos e três outros escolhidos pelos doze primeiros. O conselho é convocado quando são debatidas normas sobre assuntos tribais ou costumes tradicionais, embora haja previsão constitucional de pelo menos uma reunião anual.

Em caso de impedimento do Presidente, a constituição prevê a assunção imediata do Vice-Presidente, até as eleições seguintes.

O primeiro governo de Botsuana foi formado pelo Partido Democrático de Botsuana (*Botswana Democratic Party* – BDP), nas eleições de 1965, ano em que o país alcançou a autonomia política que precedeu a sua total independência do Reino Unido. O BDP tem mantido o poder desde então, nos sete pleitos que se sucederam. O primeiro Presidente eleito, Sir Seretse Khama, ocupou o cargo de 1966 até sua morte, em 1980, quando foi sucedido pelo então Vice-Presidente, Sir Ketumile “Quett” Masire. Masire deixou a Chefia de Governo em 1998, quando assumiu o atual Presidente, Festus Gontebanye Mogae. O atual Vice-Presidente e Presidente da Assembléia Nacional, Seretse Ian Khama, designado por Mogae e seu provável sucessor, é filho de Sir Seretse Khama.

Os partidos de oposição, a Frente Nacional de Botsuana (*Botswana National Front*) e o Partido do Congresso de Botsuana (*Botswana Congress Party*) completam o quadro partidário com representação no Congresso.

Nas últimas eleições, realizadas em outubro de 2004, o BDP conquistou 44 dos 57 assentos disputados. O Presidente escolhido, Festus Mogae, herdou uma situação política e social mais agitada do que a habitual, em razão de protestos trabalhistas contra as privatizações, o elevado nível de desemprego e o fortalecimento da oposição política.

Desde sua ascensão à Chefia do Estado botsuanês, entretanto, Mogae vem dando prosseguimento, com êxito, às políticas de seus predecessores. Entre os conceitos mais empregados para descrever sua gestão estão o pragmatismo econômico, a moderação e a tolerância políticas e um notável sentido de responsabilidade na gestão da coisa pública. No trato dos temas internacionais, o Governo Mogae tem assumido postura discreta, que se poderia descrever como de “neutralidade ativa” em relação aos conflitos internos e transfronteiriços que afligem a região.

ECONOMIA

A economia de Botsuana está centrada na produção de diamantes, que responde por 33% do PIB e aproximadamente 50% de todos os rendimentos em moeda forte. Essa indústria, somada a um eficiente gerenciamento governamental das contas internas, contribuiu para os altos índices de crescimento que têm caracterizado os anos pós-independência. A média de crescimento do PIB nas três últimas décadas é de 7% ao ano.

A vitória do BNP e a reeleição de Festus Mogae, em outubro de 2004, consolidaram a situação de estabilidade democrática e o projeto econômico de austeridade fiscal e

diversificação do setor produtivo, com vistas a evitar a excessiva dependência da extração e exportação de diamantes.

As autoridades procuram estimular programas de diversificação das atividades econômicas, mediante notório esforço de atrair investimentos estrangeiros diretos para o setor de serviços (especialmente o financeiro) e para o manufatureiro, além de apoiar iniciativas de desenvolvimento do setor privado, especialmente na indústria do turismo.

A agricultura, particularmente a pecuária, ainda provê a subsistência de cerca de 80% da população, embora muitos produtos alimentícios consumidos em Botsuana sejam importados. Os principais produtos agrícolas são milho, sorgo, algodão e amendoim. As secas periódicas afetam consideravelmente a agricultura local, obrigando o Governo a manter onerosos programas de distribuição de alimentos à população. Tradicionalmente, muitos homens de Botsuana trabalham em minas e fazendas na vizinha África do Sul, mas, pouco a pouco, essa fonte de emprego está diminuindo.

Ressalte-se, contudo, que, segundo dados oficiais, o desemprego atinge cerca de 20% da população economicamente ativa, embora analistas privados estimem esse índice em 40%. Quase metade da população botsuanesa (47%) vive abaixo da linha de pobreza. O Governo, em nível federal, para-estatal e local, tornou-se o maior empregador do país, representando 45% do emprego formal.

Por outro lado, merece destaque o elevado grau de confiabilidade internacional de que goza o país. Existe pouca evidência de corrupção em Botsuana. De acordo com o Índice de Corrupção divulgado em outubro de 2005 pela “Transparência Internacional”, Botsuana figura como o país menos corrupto do continente africano, com a taxa de 5,9/10; a Tunísia foi classificada em segundo lugar (4,9/10) e a África do Sul, em terceiro (4,5/10). Ademais, de acordo com o relatório de avaliação de risco político divulgado em dezembro de 2005 pela agência francesa *Risques Internationaux* (RI), Botsuana situa-se no nível A1 (risco muito baixo), o que lhe confere a melhor situação no continente africano.

No que diz respeito ao comércio exterior, 76% das importações são provenientes da SACU (sobretudo da África do Sul) e 81% das exportações são destinadas ao Reino Unido (60%) e demais países da Europa (21%). Os principais produtos importados, por grupo, são: máquinas e equipamentos (20%), alimentos e bebidas em geral (14%), veículos (12%), plásticos e produtos químicos (10%).

Não existem restrições ou controles cambiais, que foram abolidos em 1999. Lucros, dividendos e capital podem ser repatriados livremente.

POLÍTICA EXTERNA

Botsuana integra diversos organismos internacionais, além de ser membro fundador da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) e da SACU (União Aduaneira da África Meridional). Esta última promove a integração física e comercial entre seus integrantes, que negociam, em conjunto, a partir de uma tarifa externa comum, acordos comerciais internacionais. Atualmente, a SACU mantém tratativas com o MERCOSUL e os Estados Unidos, com vistas à criação de áreas de livre comércio. Botsuana também mantém acordos comerciais bilaterais com Zimbábue e Zâmbia.

A Força de Defesa de Botsuana (BDF) tem participado de diversas operações humanitárias e de manutenção da paz no continente africano, com destaque para sua atuação passada no Lesoto, na Somália e em Moçambique.

Na segunda semana de março de 2003, o Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, fez visita de Estado a Botsuana, na qual, pela primeira vez na história do país, um Presidente estrangeiro discursou no Parlamento. Ambos os países desfrutam de excelentes relações bilaterais, com ênfase na cooperação econômica e técnica. A rede de comunicações e transportes, que inclui rodovia pavimentada entre as duas capitais, assegura fluidez no tráfego de pessoas e mercadorias.

Em 10 de julho de 2003, o Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, fez visita oficial a Botsuana, em seu primeiro périplo à África.

Entre os dias 3 e 6 abril de 2004, o Presidente Mogae cumpriu visita de Estado à Etiópia.

No período entre 24 e 27 de outubro de 2005, o Presidente Festus Mogae fez sua primeira visita de Estado à África do Sul. Foram assinados acordos de cooperação nas áreas de agricultura e pecuária, operações de busca e resgate aéreo, cultura e esportes.

Botsuana estabeleceu uma comissão com a Namíbia para resolver as pequenas disputas fronteiriças residuais ao longo da Faixa de Caprivi, incluindo os mangues de Situngu, no Rio Linyanti. O Presidente Mogae fez visita de trabalho a Windhoek, Namíbia, no dia 18 de novembro de 2005.

A crise econômica do vizinho Zimbábue tem contribuído, nos últimos anos, para o aumento da imigração ilegal para Botsuana. Começaram também a surgir focos de febre aftosa trazidos pelos rebanhos que atravessam a fronteira. Com o objetivo de tentar controlar essas situações, o Governo botsuanês decidiu levantar, em 2005, uma cerca eletrificada ao longo dos 500km de fronteira. A cerca foi erguida, mas sua eletrificação foi descartada pelo Governo botsuanês em julho de 2006.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-BOTSUANA

(US\$ FOB)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Exportações Brasileiras	3.421.624	534.693	142.995	628.295	2.308.864	659.152	1.581.220	2.189.284
Importações Brasileiras	4.878	4.179	203.038	37	459	0	16.201	21
Saldo	3.416.746	530.514	-60.043	628.258	2.308.405	659.152	1.565.019	2.189.263
Total do Comércio	3.426.502	538.872	346.033	628.332	2.309.323	659.152	1.597.421	2.189.305

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema Alice

Aviso nº 1.213 – C. Civil

Em 13 de outubro de 2006

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor João Inácio Oswald Padilha, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(*À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.*)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – A matéria lida vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – A Presidência comunica ao Plenário que, de acordo com as normas constantes da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2003 (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica aberto, a partir desta data, o prazo para interposição de recurso, por um décimo dos representantes de cada Casa, por cinco dias úteis, para que seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional o **Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2006 – CN**, tendo em vista publicação em avulso, nesta data, do parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Os recursos serão recebidos na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 46, DE 2006**

Acrescenta o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios constitutivos das agências reguladoras, e altera o art. 168, para impedir que tais agências sofram contingenciamento de verbas ou atrasos nas liberações de recursos orçamentários.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 do Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O Capítulo II do Título VII da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte art. 174-A:

Art. 174-A. A atividade regulatória será realizada por agências reguladoras dotadas de quadro próprio de pessoal e regida pelos seguintes princípios:

I – independência funcional e administrativa, podendo propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus quadros e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e títulos, política regulatória e os planos de carreira;

III – transparência e impessoalidade no processo decisório;

IV – estabilidade dos atos e das regras regulatórias;

V – notória capacitação técnica para funções de direção em agência;

VI – quarentena mínima de 5 anos em relação a emprego no Executivo e na iniciativa privada para integrantes de cargos de direção.

Parágrafo único. Cada agência reguladora elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 2º O art. 168 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e das agências reguladoras, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º (NR)

Art. 3º Esta Emenda à Constituição entra em vigor no ano fiscal seguinte à data de sua publicação.

Justificação

Em 1990 realizou-se profunda revisão no papel do Estado na economia brasileira, com a quebra e privatização de monopólios públicos e a criação das agências reguladoras. Infelizmente as agências foram criadas como autarquias vinculadas aos Ministérios, dependentes de repasses de verbas do Poder Executivo. Tal modelo contrariava a experiência pioneira dos Estados Unidos da América, cujas agências reguladoras são financeiramente independentes do Executivo e prestam contas somente ao Legislativo.

As deficiências do modelo brasileiro de regulação logo se fizeram notar. A limitação financeira das agên-

cias reguladoras passou a ser feita a nível dos ministérios. Dados sobre a execução orçamentária mostram que as agências foram, durante o último biênio, vítimas contumazes do contingenciamento de verbas. Como resultado da escassez de recursos, muitas agências têm orçamentos minguados e corpos técnicos desfalcados. Notícias jornalísticas relatam ostensivas interferências do Executivo no trabalho regulatório.

Em face desse quadro desalentador, estamos propondo a constitucionalização da independência administrativa e financeira das agências reguladoras.

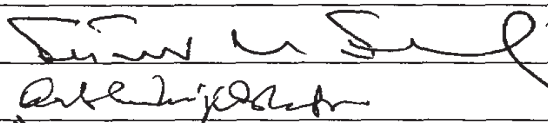

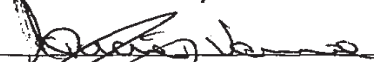





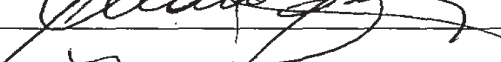
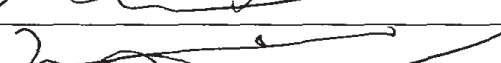





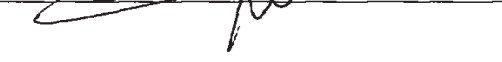
Entendemos que, a partir de uma alteração da Carta Magna, podemos impor nova mentalidade de operação. A alteração do art. 168 da Constituição é uma vedação adicional ao infame contingenciamento de verbas.

Ao tomar as agências reguladoras financeiramente autônomas e determinar que prestem contas e submetam seus orçamentos ao Legislativo, estamos aproximando o modelo regulador brasileiro do modelo americano, que é o mais antigo e o mais bem-sucedido do mundo.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2006.
– Senador **Teotônio Vilela Filho**.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4b , DE 2006.

Acrescenta o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios constitutivos das agências reguladoras, e altera o art. 168, para impedir que tais agências sofram contingenciamento de verbas ou atrasos nas liberações de recursos orçamentários.

ASSINATURA	NOME
	Teotônio Vilela Filho
	Arthur Viegas
	Lucia Vanis
	Aelfon Freitas
	Romeu Tomaz
	Luiz Odório
	Antero F. de Barros
	LEONAR QUINTANILHA
	Alvaro Dias
	Heráclito Fontes
	Manoel Américo
	Roberto Guimarães
	Aquilino
	GERALDO MESQUITA JR
	Teodoro S. Fonseca
	Leonel Saven

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46 , DE 2006.

Acrescenta o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios constitutivos das agências reguladoras, e altera o art. 168, para impedir que tais agências sofram contingenciamento de verbas ou atrasos nas liberações de recursos orçamentários.

ASSINATURA	NOME
	JONAS PINHEIRO
	Antonio Carlos Valadares
	EDUARDO AZEREDO
	VALDIR RAUPP
	GILBERTO MARTINS
	José Agripino
	Sérgio Guerra
	SENADOR EDISON LOBÃO
	Francisco
	João
	ALMEIDA LIMA
	(MARCO MACIEL)

Legislação Atada

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 52 de 08 de março de 2006

Título VII

Da Ordem Econômica e Financeira

Capítulo I

Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

§ 1º A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

§ 2º A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

➤ § 3º O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.

➤ § 4º As cooperativas a que se refere o parágrafo anterior terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando, e naquelas fixadas de acordo com o art. 21, XXV, na forma da lei.

Título VI

Da Tributação e do Orçamento

Capítulo II

Das Finanças Públicas

Seção II

Dos Orçamentos

Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

Histórico de Alterações do Artigo

EMC-045 de 08/12/2004

Dispositivo

Texto Anterior

Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

Alteração

Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 132 /GM-MDIC

Brasília, 19 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Venho informar a Vossa Excelência sobre novas providências adotadas por este Ministério acerca do Ofício SF nº 1.635/2006, datado de 11 de setembro de 2006, que encaminha o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Sobre o assunto encaminhado, em anexo, o Memorando nº 899/SECEX solicitando prorrogação do prazo conforme Nota Técnica nº 599/DECEX/2006 anexa.

Informo também que deferi a prorrogação do prazo solicitado pelo Senhor Secretário de Comércio Exterior em 60 dias, conforme cópia do meu despacho que segue anexo.

Atenciosamente, **Luiz Fernando Furlan**, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Processo nº 52020.002972/2006-06

Referente: Ofício SF nº 1.635/2006 do Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, encaminhando o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Despacho

Ao Secretário de Comércio Exterior

1. Defiro o pedido de prorrogação do prazo anteriormente estipulado em atendimento ao Memorando nº 899/SECEX com base nos argumentos da Nota Técnica DECEX/2006/599, passando o prazo final de 22 de outubro para 21 de dezembro do presente ano.

Brasília, de outubro de 2006. – **Luiz Fernando Furlan**, Ministro do Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

MEMORANDO Nº 899/SECEX

Brasília, 16 de outubro de 2006

Ao Senhor José Luiz Motta de Avellar Azeredo

Assessor Especial do Ministro (Coordenador da Assessoria Parlamentar)

Assunto: Relatório – CPMI dos Correios.

Faço referência ao Despacho do Senhor Ministro de Estado, que determinou que, no prazo de 30 dias, o Departamento de Operações de Comércio Exterior (DECEX), desta Secretaria, realize junto com a Secretaria da Receita Federal (SRF) e com o Departamento de Aviação Civil (DAC), exame da ocorrência de possíveis superfaturamentos na importação de partes e peças realizadas pela empresa Skymaster Airlines Ltda. junto a Skytrade Intl Entrepises, a fim de apresentar relatório conclusivo a ser enviado ao Senado Federal.

2. Sobre o assunto, conforme exposto na anexa Nota Técnica DECEX-2006/599, de 13 de outubro de 2006, o Decex solicita a dilação de 60 dias no prazo originalmente fixado pelo Senhor Ministro de Estado para a consecução do relatório, tendo em vista o cronograma de reuniões agendadas com a Secretaria da Receita Federal (SRF) e com o Departamento de Aviação Civil (DAC), e considerando, ainda, o substancial volume de documentos a serem compulsados e compilados (cerca de 1.507 Declarações de Importação).

Atenciosamente, **Armando de Mello Meziat**, Secretário de Comércio Exterior.

DECEX-2006/599

Rio de Janeiro (RJ), 13-10-2006

Nota Técnica: Recomendação do Senado Federal – CPMI dos Correios – Skymaster Airlines Ltda – Dossiê nº 55020.002972/2006-06

Senhor Secretário de Comércio Exterior,

Refiro-me ao Despacho do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de 22-9-2006, que, em alusão ao Ofício SF nº 1.635/2006, de 11-9-2006, determina que, no prazo de 30 (trinta) dias, o Departamento de Operações de Comércio Exterior faça gestões junto a Secretaria da Receita Federal e ao Departamento de Aviação Civil, a fim de realizar exame da ocorrência de possíveis superfaturamentos na importação de partes e peças realizadas pela empresa Skymaster Airlines Ltda., junto a **Skytrade Intl Entrepises Inc**,

apresentando relatório conclusivo a ser enviado ao Senado Federal.

2. A esse respeito, cumpre-me informar à V. S^a que foram agendadas, para o início da próxima semana, as primeiras reuniões de trabalho com representantes da Secretaria da Receita Federal – SRF (DIANA/RJ) e do Departamento de Aviação Civil – DAC (COTAC/RJ), oportunidades em que, com a cooperação daqueles órgãos, será estabelecido o melhor “modus operandi” para o tratamento das informações coletadas, objetivando o atendimento pleno da recomendação aposta às fls. 656 (Volume I), do Relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (CPMI dos Correios).

3. A propósito da coleta de informações, levantamento parcial levado a efeito por este Departamento, abrangendo o período de dezembro/2002 a abril/2005, apurou a existência de 1.507 (um mil quinhentas e sete), Declarações de Importação na conformação de que se trata, ressaltando-se que cada Declaração de Importação pode amparar, e não raro ampara, mais de um tipo de mercadoria.

4. Isto em vista, considerando o cronograma de reuniões agendadas com a SRF e o DAC, bem como considerando o substancial volume de documentos a serem compulsados e compilados, parece-me adequado solicitar a V. S^a que requeira ao Senhor Ministro desta Pasta a dilação de 60 (sessenta) dias no prazo originalmente por ele fixado para a consecução do relatório requerido.

5. Adicionalmente, permito-me sugerir que, em cumprimento ao que determina o art. 2º da Lei nº 10.001, de 4-9-2000, as providências até então adotadas sejam infomadas ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal.

Departamento de Operações de Comércio Exterior. – **Arthur Jorge de Jesus Pimentel**, Diretor.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – O expediente lido, juntado ao processado do Requerimento nº 3, de 2005 – CN (CPMI dos Correios), vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 813/2006/GSIPR/CH

Brasília, 16 de outubro 2006

Assunto: Relatório de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Senhor Presidente,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência em resposta ao Ofício SF nº 1.645/2006, de 11 de setembro de 2006, versando sobre recomendação à Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, constante do Relatório Final nº 3, de 2006 CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, destinada a investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

2. Com relação ao assunto, como é do conhecimento de Vossa Excelência, a Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências, estabelece em seu Artigo 6º, que o controle e fiscalização externos da atividade de inteligência serão exercidos pelo Poder Legislativo na forma a ser estabelecida em ato do Congresso Nacional.

3. Desse modo, apresento a Vossa Excelência a necessidade da conseqüente Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência – CCAI, ser formalmente regulamentada por ato do Congresso Nacional, o que poderia contribuir, com certeza, para a melhoria do acompanhamento preconizado no Relatório em questão.

Respeitosamente, **Jorge Armando Felix**, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – O expediente lido, juntado ao processado do Requerimento nº 3, de 2005 – CN (CPMI dos Correios), vai à publicação.

Envie-se cópia do expediente ao Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Nr. nº 173

Tóquio, 4 de outubro de 2006

Senhor Presidente do Senado,

Acuso o recebimento e agradeço pelo envio, em anexo à correspondência OF. SF nº 1.688/2006, de 14 de setembro de 2006, do exemplar do Relatório Final nº 4 da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “apurar os crimes e outros delitos penais e

civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior”.

2. Congratulo-me com Vossa Excelência pelo abrangente e equilibrado relato sobre as condições em que vivem os mais de 300 mil brasileiros que residem e trabalham neste País. Registro, com satisfação, que as linhas de ação adotadas por esta Embaixada na proteção dos nacionais aqui residentes estão em total consonância com as recomendações relativas ao Japão emanadas pela Comissão.

Cordialmente, **André Amado**, Embaixador.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – O ofício lido, juntado ao processado do Requerimento nº 2, de 2005 – CN (CPMI da Emigração Ilegal), vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 896/PGJ/GAB

Palmas, 27 de setembro de 2006

Senhor Senador,

Registramos o recebimento do OF. SF nº 1.797, datado de 19-9-2006, através do qual nos encaminha exemplar do “Relatório Final nº 5 de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra”.

Agradecemos à atenção, apresentando protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente, **José Demóstenes de Abreu**, Procurador-Geral de Justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – O ofício lido, juntado ao processado do Requerimento nº 13, de 2003 – CN (CPMI da Terra), vai à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Senador Roberto Saturnino, por cessão, pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento. Logo após, como orador inscrito, falará o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, grande Senadora Heloísa Helena, Presidente desta sessão. Sr^{as} e Srs. Senadores, a partir do ano que vem – do ano próximo –, com mais disponibilidade de tempo, pretendo desenvolver um estudo de natureza política, embora não seja acadêmico, mas um estudo sobre um fenômeno político brasileiro da segunda metade do século passado, que eu conheci muito bem e com o qual me confrontei durante muito tempo,

que foi o fenômeno do udenismo, que era a ideologia professada por um grupo de políticos brasileiros, quase todos filiados à UDN, a União Democrática Nacional – daí a denominação, udenismo –; políticos entre os quais figuraram representantes e homens públicos da maior envergadura, que deram uma contribuição muito positiva e importante para o desenvolvimento da vida política do Brasil. Basta citar Milton Campos, Afonso Arinos, especialmente os udenistas de Minas, mas também Prado Kelly, que era do Rio de Janeiro. Enfim, um conjunto de lideranças políticas da maior envergadura que se confrontou sempre continuamente com as forças da coligação PSD, PTB, PCB, os comunistas, e que manteve o governo durante um período longo, na segunda metade do século passado.

Nós, que pertencíamos ao outro lado e nos confrontávamos com a UDN, classificávamos o pensamento udenista em cinco dimensões principais: o pensamento privatista, o pensamento entreguista, o pensamento elitista, o pensamento moralista e, finalmente, é preciso citar a quinta dimensão, a dimensão golpista. Esse grupo, efetivamente, tentou por várias vezes, derrotado nas urnas, ganhar o poder pelo golpe, até que, na derrubada de João Goulart, conseguiram, não totalmente, mas, em grande parte, o seu intento.

Mas, Sr^a Presidente, é claro que o quadro mudou, a situação mudou, o próprio desenvolvimentismo, que se confrontava com o udenismo no passado, também mudou. Entretanto, certas linhas e características permanecem tal qual no tempo da UDN, hoje incorporadas pelo neoliberalismo, pelo grupo que faz uma oposição mais forte e substancial ao Governo atual. Há outros grupos também que não se enquadram no neoliberalismo e que também se opõem ao Governo Lula.

Vou recordar o que significava, na época, a ideologia udenista que, como eu disse, tem muito a ver com a ideologia neoliberal, à qual nos opúnhamos de uma forma que, em alguns momentos, chegou a um grau de tensão efetivamente muito grande. Os udenistas eram privatistas. O que quer dizer isso? Quer dizer que sempre viam como um fator negativo o Estado intervir na economia. Para eles, a iniciativa privada sempre fazia melhor que o Estado e não havia razão para o Estado intervir em matéria econômica porque era supérfluo e era desperdício. Essa mesma linha de raciocínio considerava o Estado gastador, desperdiçador e apontava esses gastos excessivos do Estado como sendo uma das principais causas do processo inflacionário que sufocou, que angustiou o Brasil e os brasileiros durante muito tempo.

Nós nos opúnhamos a esse pensamento, a esse vetor ideológico, mas hoje reconhecemos que alguma razão eles tinham, por exemplo, no policiamento

do excesso de gastos, na própria realimentação do processo inflacionário, um dos males terríveis que afligiram a Nação, o povo brasileiro durante todo o século passado. Hoje reconhecemos certos aspectos que têm que ser considerados, mas continuamos nos opondo a esse pensamento, na medida em que nós desenvolvimentistas pensamos que o desenvolvimento é um propósito do Estado, uma política pública, uma missão, juntamente com outras como, por exemplo, justiça, defesa etc., que os neoliberais reconhecem. O processo de desenvolvimento é planejado, desencadeado, orientado e supervisionado pelo Estado em parceria com a iniciativa privada.

Essa idéia de que o Estado faz sempre mal e a iniciativa privada faz sempre bem nós não aceitamos. Mas isso persiste na idéia neoliberal de hoje. Era um dos vetores principais do udenismo, no passado, e que persiste, caracterizando o pensamento neoliberal de hoje, oposto a nós, ao Governo Lula, enfim, ao que nós representamos como força política.

A segunda característica era o chamado entreguismo. O que era isso? Era a afirmação feita por eles, sempre, continuamente, de que o Brasil era um País que não tinha capital, que era preciso se desenvolver com o capital estrangeiro, que era preciso fazer concessões e estímulos ao capital estrangeiro para atraí-lo e reforçar com a poupança externa nossa escassa poupança, e que devíamos imitar os grandes países capitalistas do mundo, especialmente os Estados Unidos da América. Devíamos, enfim, ter como baliza: o que era bom para os Estados Unidos era bom para o Brasil. Essa foi uma frase que ficou célebre, antológica, do grande udenista Juracy Magalhães, o chefe da UDN baiana. Juracy dizia “o que é bom para os Estados Unidos é para o Brasil”. Não importa o que seja. O que importa é que nós, brasileiros, devíamos sempre imitar, seguir os passos dos Estados Unidos da América e receber, de muito bom grado, abrindo as facilidades necessárias, o capital norte-americano para o nosso desenvolvimento.

Essa característica também persiste até hoje, na medida em que os neoliberais de hoje querem ver sempre a política externa brasileira como uma política de natureza populista, porque fica procurando integração com países pobres, países da América do Sul, países da Ásia, quando devia aliar-se aos países ricos, porque lá é que está o dinheiro, o grande mercado. Para eles, o Mercosul não tem sentido nenhum – aliás, está acabando –; o importante é retomar as negociações da Alca. Enfim, filiar-se à corrente que, no passado, chamávamos de entreguista, na medida em que eles não reconheciam possibilidades de o Brasil desenvolver-se com recursos próprios e estavam sempre a admitir a

possibilidade de entrega de nossos recursos naturais, de nossa economia, de modo geral.

Outra característica do pensamento udenista, naquele momento histórico do Brasil, era o elitismo. O que era o elitismo? A UDN era um Partido que tinha algumas bases rurais importantes – por exemplo, a base de Minas Gerais –, mas era um Partido extraordinariamente forte nas classes médias urbanas, dos grandes centros brasileiros. Ali estava a força da UDN. E esse pensamento de classe média foi sempre um pensamento moldado pelo elitismo, no sentido de que, pelo pensamento deles, o País deveria ser dirigido, governado, pelas elites, isto é, por pessoas que tivessem conhecimento, que tivessem grau superior, que tivessem, enfim, consciência plena e plenamente desenvolvida sobre as necessidades do País, sobre problemas que afligem a população. Nunca se poderia pensar num Presidente da República que não tivesse curso superior. Isso era absolutamente impensável. Mas não era só isso, era a idéia de que as elites e as classes médias e médias superiores deveriam dirigir o País; não só o Executivo, mas também o Legislativo. E faziam uma crítica muito pesada aos trabalhistas e aos comunistas que desenvolviam atividades políticas junto à classe trabalhadora e que traziam para o Congresso e para determinados postos do Executivo os representantes da classe trabalhadora.

Essa era uma característica udenista que também está presente hoje entre os neoliberais. Frequentemente flagramos um pronunciamento, um modo de dizer, ou uma afirmação, por parte da Oposição ao Presidente Lula, de que o que está faltando é conhecimento, é cultura, é nível de educação aos dirigentes atuais do País.

Esse elitismo está presente inclusive no pensamento segundo o qual a maioria, a massa do povo, não sabe votar e se deixa iludir, fazendo escolhas erradas, e que pode ou não se arrepender, mas a Nação é que sofre. Assim, essa ideologia elitista, própria da UDN, dos udenistas, no passado, está presente hoje entre os neoliberais, aqueles que atacam, que criticam o Governo do Presidente Lula exatamente pela suposta falta de conhecimento, por aquilo que eles consideram falta de conhecimento ou de nível cultural.

Eles exerceram um papel importante, tendo em vista que, com esse pensamento, valorizaram a educação, o chamamento à educação, o esforço, o investimento na educação. Esse é um mérito que devemos reconhecer que veio exatamente dessa visão, que era elitista, mas que tinha uma abertura importante, positiva, porque dava prioridade à educação, tema que em muitos momentos dos Governos PSD/PTB não mereceu a devida prioridade. E o País, hoje, sofre as

conseqüências dessa desatenção dos governos desenvolvimentistas do passado em relação à questão da educação.

A quarta vertente era o moralismo. O que é o moralismo? É a visão de que em todo lugar há corrupção, tudo é corrupção. E o grande mal do País não era a desigualdade de renda, não era a falta, por exemplo, de investimentos em infra-estrutura, não era a falta de abertura de novos mercados para possibilitar a expansão econômica do País; o mal do País era a corrupção. Resolvido o problema da corrupção, o País progrediria e implantaria um regime de justiça social.

Essa visão, que nós chamávamos de visão moralista e que combatíamos, não enxergava, nunca enxergou e até hoje não enxerga a moralidade do atacado. Ela via sempre os episódios do varejo, mas não a grande imoralidade deste País, que é a desigualdade social, a injustiça estrutural que está no nosso quadro social e econômico. Essa imoralidade o moralismo udenista não via, não enxergava, assim como o moralismo neoliberal de hoje também não enxerga; fica insistindo no combate à corrupção – que teve o seu efeito positivo, à medida que abriu as possibilidades, os mecanismos e os instrumentos de apuração dos atos de corrupção, com a conseqüente punição ou repressão, o que não acontecia no passado. No passado, reclamava-se da corrupção, mas ela nunca era apurada, porque o governo, de uma forma ou de outra, sempre tinha meios de impedir que essa apuração fosse levada a efeito, e as acusações ficavam sem nenhuma possibilidade de comprovação.

Isso também mudou. Ninguém esconde mais nada neste País. Hoje temos uma imprensa desenvolvida e há consciência da população acerca da importância de se combater a corrupção, sim, de evitar esses atos ilícitos dentro do Governo e, inclusive, do Parlamento, o que é inédito. Nunca aconteceu no Parlamento brasileiro uma punição de Parlamentar por ato de corrupção. Aconteceu com o velho Barreto Pinto porque ele deu uma entrevista indecorosa, mas não punição por atos de corrupção.

Então, esse aspecto também evoluiu. O moralismo udenista produziu o seu fruto e hoje temos que reconhecer a sua importância. Porém, trata-se de uma característica que ainda atinge os neoliberais, que é a incapacidade de ver a grande imoralidade do País que é a injustiça social, a desigualdade na distribuição dos frutos do trabalho de todos, como se o fruto devesse ir para uma minoria cada vez mais estreita de brasileiros porque são eles os capazes, os competentes, e os outros devem ficar mesmo excluídos. Alega-se que isso é natural, é parte do processo de seleção natural, conforme a lei darwinista, enfim, mas todos esses

argumentos no fundo escondem uma enorme, gigantesca e profunda imoralidade da nossa sociedade, a qual nós, os “neodesenvolvimentistas” enxergamos. Refiro-me ao desenvolvimentismo com justiça social, que é a característica, a principal nota de destaque, de definição, de distinção do Governo Lula; a eleição como prioridade da questão social, da injustiça estrutural, que é a grande imoralidade deste País e que os neoliberais, assim como os udenistas do passado, não enxergam.

Finalmente, o udenismo se caracteriza – além dos vetores já citados, que são privatismo, entreguismo, elitismo e moralismo – pelo golpismo. Efetivamente, não me refiro a todos. É claro que Milton Campos nunca defendeu a idéia de um golpe, como Afonso Arinos, como as grandes cabeças. Entretanto, o corpo da UDN vivia a tentar: conseguiu derrubar Getúlio Vargas, como tentou derrubar Juscelino por várias vezes, como acabou derrubando Jango e chamando a ditadura militar, porque não conseguiam ganhar a eleição. Só conseguiram vencer as eleições uma vez, em toda a história do século passado, que foi com Jânio Quadros, que não era, no fundo, um udenista – não professava ideologia nenhuma, era um homem individualista que tinha um oportunismo levado às últimas conseqüências –, mas foi apanhado, lançado pela UDN, e houve a conquista do Poder pela primeira vez.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Afora esse caso, era sempre a derrota eleitoral e o recurso ao golpe, a alguma forma de golpe.

Não quero crer que hoje esse espírito esteja presente no neoliberalismo. Estou fazendo certa analogia, caso a caso, mas quero excluir dos neoliberais de hoje esta quinta dimensão do udenismo, que era o golpismo, não obstante ouvir falar e ler nos jornais sobre esse tal terceiro turno, que não sei direito o que é, mas que tem certa conotação golpista. Não quero crer que isso faça parte do ideário neoliberal, porque este é muito respeitador da regra democrática, isto é, dos valores democráticos por inteiro.

Ouçó o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Roberto Saturnino, vou entrar de gaiato nesse seu discurso. Não sou neoliberal nem fui udenista. Sobre udenismo, creio que o Senador Antonio Carlos Magalhães é quem pode discutir. Infelizmente, quando me tornei eleitor, já não existia a UDN, e também não sou neoliberal.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Desculpe. Na minha apreciação, no meu juízo, V. Ex^a é um neoliberal, pelos pronunciamentos que tem

feito, atacando a política externa, atacando o excesso de gastos do Governo, querendo reduzir o Estado, atacando a falta de cultura do Governo. Portanto, vejo em V. Ex^a uma característica neoliberal. V. Ex^a pode divergir, não se sentir como tal. Aliás, não é demérito nenhum, não há nenhuma intenção pejorativa nessa caracterização.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – De maneira nenhuma. Tire o “neo” e deixe-me só com o “liberal”. Não quero também chamá-lo de “neopetista”, não fica bem. Agora, V. Ex^a fala em golpismo, e aí põe uma argamassa num passado recente, quando o atual Partido de V. Ex^a pregava golpe, dizendo: “Fora! *Impeachment* já!” Isso era tentativa de golpe. Mas quero falar com V. Ex^a, porque é coerente, de fatos práticos e que o Brasil acompanha. Esperava que V. Ex^a viesse hoje, nesta tarde, protestar contra o crescimento da Vale do Rio Doce, que está se tornando a segunda maior empresa siderúrgica do mundo, tudo por conta da privatização. Eu esperava que V. Ex^a viesse fazer um discurso aqui contra a Vale. Vim preparado para discutir esse processo de privatização, tão combatido por V. Ex^a e pelo Partido de V. Ex^a, embora seu Partido combata e privatize. Agora, tem o seguinte: ninguém do PT hoje comemora aqui a vitória da Vale, que está crescendo apesar do PT. O PT é inimigo da Vale, o PT não queria a Vale privatizada, queria a Vale dando prejuízo; o PT não queria a Vale pagando imposto ao Estado, não queria a Vale dominando o mercado internacional. Portanto, não sou neoliberal nem ex-udenista. Sobre udenista, neste recinto, há os que possam falar. Agora, em matéria de golpismo, ninguém tem mais *know-how* para falar do que o Partido que hoje abriga – acho até que para honra dele – V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Senador Heráclito, quanto à questão do golpismo, fiz a referência de que não se aplicava aquela vertente, aquela dimensão udenista aos neoliberais de hoje. Por conseguinte, não vou comentar essa parte do discurso de V. Ex^a. Também não consegui ver onde estava o golpismo do PT. Na verdade, eu não era do PT naquele tempo, mas não consegui enxergar golpismo.

Mas não é isso que quero discutir; quero discutir a Vale, sim, porque ela foi uma empresa formada pelo Estado, desenvolvida pelo Estado, feita uma grande empresa, uma multinacional pelo Estado brasileiro e pela competência dos servidores estatais da Vale do Rio Doce. Ela foi comprada, “oportunisticamente”, a um preço vil e com financiamento de dinheiro público, numa operação com a qual não concordamos e com que jamais concordaremos, porque acreditamos que uma das grandes imoralidades cometida neste País foi a venda da Vale por aquele preço. Mas, por causa

disso, vamos ficar contra o crescimento da Vale? Em absoluto. Que a Vale cresça cada vez mais e traga para o Brasil os benefícios desse crescimento. Vamos bater palmas, vamos elogiar, mas não vamos aceitar nunca aquela operação de privatização, porque a Vale foi fruto do esforço brasileiro e do esforço do Estado brasileiro, dentro de uma visão desenvolvimentista, que foi o que caracterizou aqueles Governos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek e o curto período de João Goulart, que, infelizmente, foi golpeado. O fato é que não há como deixar de fazer essa distinção.

Participei das lides políticas desde os anos 50 e me lembro bem do que foi a oposição, o udenismo, o desenvolvimentismo daquela época, que muito se parece – não é igual, porque há vetores novos, há dimensões novas – com a oposição de hoje dos neoliberais, com o desenvolvimentismo social distributivista, porque a grande distinção e a grande característica do Governo Lula é exatamente enfrentar o problema da concentração de renda, esse problema imoral e vergonhoso do nosso País, que o coloca como campeão das desigualdades sociais, campeão da injustiça social no mundo todo.

Então, é importante, como valor histórico, vir aqui para rememorar o que foram as batalhas parlamentares, o que foram as batalhas eleitorais; que razões, que argumentos, que grandes pronunciamentos foram feitos e destacados naquele momento histórico brasileiro, extremamente fértil. Não vamos nos esquecer que o Brasil, naquele tempo, foi o campeão de crescimento econômico. Nenhum Japão do mundo, nenhuma Coréia, nenhum Tigre Asiático cresceu o que o Brasil cresceu durante aquele final da segunda metade do século XX até os anos 80, quando o País se embarracou na questão inflacionária e não conseguiu mais resolver o problema.

Coincidentemente, o mundo, naquele momento, também caminhou para o neoliberalismo com a derrocada da União Soviética, que fazia o contraponto das tensões mundiais durante o pós-guerra. Mas é sempre útil buscarmos na história os veios que ligam a situação de hoje àquela situação que produziu o Brasil no qual todos acreditavam. Os brasileiros ficaram orgulhosos do Brasil e este País mostrou ao mundo do que era capaz com o esforço próprio, com um planejamento bem sucedido, com investimentos muito importantes do Estado, como foi o caso da Vale do Rio Doce. Esses investimentos foram extremamente importantes e estratégicos e deram o resultado que deu, colocando o Brasil numa posição de destaque mundial.

Agora estamos numa outra fase, onde a prioridade passou a ser reduzir no Brasil esse coeficiente de desigualdade, dar um mínimo de estabilidade à

sociedade brasileira. Sem isso, iremos enfrentar conflitos cada vez maiores, tensões cada vez maiores, que não vão dar em revolução nenhuma, porque não se faz mais revolução, porém vai dar nesse processo de enfrentamento e de esgarçada social que resulta em banditismo, em criminalidade e insegurança em cada uma das nossas grandes cidades. Não que a insegurança seja fruto da pobreza, mas ela é fruto, sim, da desigualdade, do sentimento de desigualdade, do sentimento de injustiça, do sentimento de desrespeito à idéia moral de uma sociedade justa e do fundamento ético da sociedade que é a justiça social e a justiça econômica.

Essa, então, passou a ser a prioridade, que está sendo enfrentada neste momento e a população está reconhecendo. O povo brasileiro tem o sentido histórico. O povo brasileiro não perdeu essa sensibilidade histórica que esteve presente naqueles momentos do passado, aos quais estou me referindo, e que continua presente, quando ele manifesta sua preferência por uma orientação política, por uma força política capaz de detectar o que é mais importante para a sociedade, para a paz interna, para a harmonia da sociedade brasileira e para um crescimento harmônico, sustentado num quadro de justiça social capaz de mobilizar toda a sociedade para o esforço de desenvolvimento.

Sr^a Presidente, este era o recado que eu queria dar hoje. Agradeço muito a V. Ex^a pela benevolência. E prometo a mim mesmo fazer um estudo, quando eu tiver mais tempo, sobre o que foi esse período histórico do desenvolvimentismo brasileiro, onde o udenismo figurou com grandes expressões, que merecem figurar no panteão da política nacional, fazendo o contraponto à grande arrancada desenvolvimentista que foi aquele período em que o Brasil foi o melhor do mundo em termos econômicos. Não o foi em termos sociais porque descuidou da distribuição da renda.

Era o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente, no dia de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo, há doze anos, o cargo de Senador nesta Casa e tenho visto, nesses doze anos, uma evolução da nossa Casa.

São 81 Senadores. Alguns chegam aqui quase se colocando na posição de príncipes da República; outros chegam com mais humildade e mais imbuídos dos trabalhos difíceis que temos de enfrentar no dia

a dia, porque são muitos os planos, e é muito difícil implementá-los.

Quem vem da área privada, como eu, choca-se um pouco com a velocidade diferente da engrenagem na área legislativa. Para mim, ainda havia um agravante. Vim sem ter a experiência de ter sido Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Deputado Federal ou Governador. Vim direto para o Senado.

Não posso deixar de afirmar que a adaptação foi difícil. Eu saía de uma área – duas empresas – em que eu dizia para as coisas serem de um jeito, e tudo ocorria na hora e no momento. Aqui, relatávamos ou elaborávamos uma lei, cujo trâmite demorava enormemente.

Tudo é compartilhado. As matérias passam por muitas áreas. Mesmo assim, nesses doze anos, fui Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e da Comissão de Assuntos Econômicos – a mais importante do Senado – e Presidente, por duas vezes, da Comissão de Fiscalização, Ministro de Estado, Líder do PMDB e Líder da Maioria.

Por que não fazer esta afirmação? De repente, a minha vida era política, política e política. Aí vem a turbulência desse caso todo de acusações, as quais eu não entendia por que estavam ocorrendo, porque eu não tinha relação com aquilo.

Senadora Heloísa Helena, por 150 dias, só ouvi acusações, sem direito à defesa. Quando as acusações ficaram claras, quando se concretizaram, num relatório – lê-se à página 17 –, “não há sequer indícios”, “não há sequer indícios”, mas, à página 18, havia “mas o sistema que estamos vivendo é um sistema que está em decadência, está em decomposição; é preciso exemplificar”, aí se pedia a pena máxima.

O mais interessante, razão por que estou ocupando hoje esta tribuna, é que, durante esse período, eu recebi reações as mais diversas no Senado; muita solidariedade, muita. Algumas pessoas ficaram com o “pé atrás”. Será que é verdade? Será que não é verdade? Mas me surpreendeu a solidariedade de muitos Senadores com quem eu nem tinha maiores ligações.

Hoje pela manhã, pela terceira vez, eu recebi telefonema de um deles, evangélico, só para dizer: “Senador Ney, estou lhe ligando que eu queria orar com o senhor”. Eu sou católico, e ele, evangélico – e ele o sabe. Mas, pela terceira vez, ele liga sem ter outro assunto a não ser o de pedir a Deus, de orar.

Isso me comoveu muito e mostrou para nós, pessoas que vivemos numa realidade fria, dura, enfrentando problemas, enfrentando adversidades, enfrentando assuntos que gostaríamos de resolver de imediato, como o da violência, como o da pobreza, como o da

saúde – que não são fáceis –, que há pessoas ainda preocupadas com o próximo.

Senadora Heloísa Helena, sei que V. Ex^a é uma pessoa religiosa, mas me tocou profundamente esse fato, principalmente quando, juntamente com a oração que pedia para eu repetir, ele disse: “Vamos também pedir pela família Vedoin”. Aí, ele citou uma passagem da Bíblia que me deixou assim perplexo. Ele disse: “Quando os judeus foram libertos do Egito, Deus disse que iria endurecer o coração de Faraó para que ele pudesse ver a glória de Deus derrotando o exército”, e houve aquela passagem do Mar Vermelho.

Depois que terminou a oração, eu disse: “Olha, amigo, fico muito sensibilizado, mas fiquei perplexo de vê-lo fazer uma oração para essas pessoas”. Ele dizia: “Não, nós precisamos fazer. Nós precisamos fazer, porque isso tudo são ensinamentos que nós passamos”.

E fiquei matutando nisso até hoje, o dia todo, razão pela qual estou ocupando a tribuna para dizer que realmente não há mal que não venha para um bem. Começamos a ver outras dimensões. Nós políticos, que vivemos os dias todos envolvidos com política, com todas as nuances, com essas catracas da política, com todos esses problemas, vamos ficando pessoas chatas, porque não temos outro assunto que não política. De repente, vemos que há um mundo muito mais amplo, que precisa de atenção em outras vertentes.

É exatamente sobre este assunto que quero falar da tribuna: precisamos olhar não só pelo lado da política. As pessoas em nosso País precisam ser vistas não como números, mas como pessoas que precisam ter cuidado de uma outra ordem, cuidados com outras nuances.

Eu conversava há pouco com outro Senador e falava das necessidades do nosso Nordeste. Para o nosso Nordeste, quando chega época de eleição, aparecem todas as soluções; se analisam todos os problemas, todas as soluções são elencadas, são revistas e, imediatamente, vão ser todos solucionados em curtíssimo prazo. Acabou-se a eleição, começa a morosidade das tomadas de decisão, até porque existe uma relação de prioridades que são espécies de “escolhas de Sofia”.

Há dias fui obrigado a relatar um projeto de autoria de V. Ex^a, que retirava, Senadora Heloísa Helena, o teto de gasto dos hospitais, principalmente os universitários. Analisei o projeto com muita tristeza, porque V. Ex^a estava coberta de razão. Realmente, seria bom se pudéssemos permitir que os hospitais, principalmente os universitários, pudessem gastar tudo o que precisassem. Mas as prioridades não o permitem, o

planejamento não o permite, e, por essa razão, tive de ser contrário ao pedido de V. Ex^a.

Como me doeu a alma ver que um País pujante como o nosso não pode deixar o teto livre para um hospital universitário, porque a nossa área de saúde não tem os recursos – ou gasta os recursos de modo indevido – para atender, inclusive, a área de ensino.

São por nuances como essa que devemos deixar o lado político mais de lado e procurar ver, com pragmatismo, quais são as áreas prioritárias que não podemos deixar de atender.

Ocupo hoje a tribuna desta Casa para dizer da minha gratidão aos companheiros que mostraram toda a sua solidariedade e, inclusive, a sua indignação ao ver que podemos, de uma hora para outra, ser massacrados por 150 dias, sem direito à defesa.

Tratava-se de um assunto que me trouxe vários conhecimentos. Eu não entendia o que estava se passando e falava sobre o caso para minha equipe de campanha. Um sociólogo disse-me: “Senador, o senhor está vivendo um fenômeno que, em Sociologia, chamamos de agenda sete”. Eu dizia: “Não entendo o que quer dizer agenda sete”. Disse-me ele que, da mesma forma que existe a escala Richter para medir tremores de terra, na área sociológica, quando há um tumulto sociológico, quando uma sociedade se revolta, a medição é feita em agendas.

Por exemplo, quando a França venceu a Primeira Guerra Mundial e a Alemanha foi derrotada, a sociedade alemã viveu uma agenda sete, uma revolta tal, que fez surgir Hitler. Quanto ao caso Watergate, Nixon ganhou, mas a revolta da sociedade americana foi tanta que ele teve de renunciar. Agenda sete. Quando aconteceu o caso dos “mensaleiros”, esperava-se a cassação de 25, mas foram cassados três. A imprensa, porta-voz da sociedade, imediatamente entrou numa agenda sete. Para meu azar, eu era a figura de maior destaque no caso seguinte e passei a viver uma agenda sete. Nem adiantava eu dizer que não estava envolvido, porque não havia respostas. Chegaram a ponto de dizerem coisas que nunca se passaram. Disseram que um genro meu havia recebido dinheiro. Tenho três filhos homens solteiros. Não tenho genro algum. Mas a imprensa dizia o que queria.

Aproxima-se o dia nove, quando será realizada a votação. Minha licença do cargo de Líder da Maioria e Líder do PMDB acabou. Eu devia assumir o cargo, mas não quero fazê-lo enquanto não houver o julgamento. Se o julgamento for favorável a mim, volto a assumir a Liderança; se for contrário, renuncio a Liderança.

Quero deixar isso bem claro para mostrar o que penso e como ajo e que, para mim foi realmente um fato

inusitado, mas, como Jó, aguardo os desígnios de Deus, que, com certeza, sabe muito mais do que nós.

Ao finalizar, mais uma vez, agradeço a esse companheiro que, entre tantos outros, teve o carinho de sempre me ligar para fazer orações e me dar o conforto espiritual.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

Embora considere insuportável quem está na Presidência dialogar com o orador inscrito, antes de conceder a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, faço um breve reparo.

Senador Ney Suassuna, quem lhe deu a orientação sobre o meu projeto é um neoliberal irresponsável do ponto de vista fiscal, orçamentário, social, administrativo, financeiro e contábil. Infelizmente, há muitos neoliberais no Governo Lula e imitam o governo passado.

Não quero que os hospitais universitários gastem o quanto quiserem, mas desejo algo absolutamente correto: que o hospital universitário receba pelo procedimento feito. Atualmente se o hospital universitário atender cem pacientes, receberá por cinquenta ou por quarenta pacientes. A única coisa que quero é a adequação do pagamento pelo procedimento feito e não o que acontece hoje. Para a rede conveniada, para a rede privada, o atual Governo repete o que fez o anterior: dá tudo o que querem, entretanto, o setor público deve ater-se ao teto.

Quem orientou V. Ex^a no Ministério do Planejamento, não sei se foi o Ministro, um assessor, quem quer que seja, é irresponsável, não entende de saúde, portanto, não está planejando nada.

Ele não sabe, não conhece o projeto ou não conhece a área de saúde e orientou V. Ex^a de forma indevida.

O que eu quero é que o hospital público receba pelo procedimento feito e não que o hospital privado receba pelo procedimento feito, como acontece hoje, reprimindo a demanda, porque pode reprimi-la. O hospital público não pode, porque em hospitais públicos, como o Hospital de Base, o Hospital Universitário, o paciente pobre tem que ser atendido quando está à porta. O hospital público tem que atender: coloca no corredor, numa maca, no chão, num colchão velho, cobre com jornal, não zela sequer pela privacidade, porque tem que atender. Então, se ele receber por todos os procedimentos que forem feitos, por todos os pacientes que forem atendidos, com certeza, a gestão pública será absolutamente viável, sobrar dinheiro para investir na alta complexidade e investir em outros procedimentos.

Então, tenha certeza de que enganaram V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, se V. Ex^a colocar com tanta clareza, como está me falando aqui, agora, isso no papel – ainda não foi votado no Plenário –, nós podemos pedir para que o projeto volte ao Plenário, e eu modifico até o meu voto. Mas precisava ter essa clareza. V. Ex^a concordará porque ela está pedindo só a liberação do teto. E, por esta razão, não foi... Então, por gentileza, bote isso com clareza, que nós podemos consertar, se for da forma como V. Ex^a está expondo.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Colocarei.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Tem a palavra V. Ex^a pela ordem.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, eu gostaria também de dar uma breve palavra. Por acaso, eu estava presente e votei com o relatório do Senador Ney Suassuna porque achei também que era uma liberação geral para investimentos, para qualquer tipo de despesa. Se tivesse uma redação explicitando que era para pagar os procedimentos feitos, eu teria... Então, acho que ainda há tempo para se corrigir isso, porque o entendimento nosso foi errado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Pois, tenha certeza, Senador Roberto Saturnino, que na justificação está tudo isso feito. O problema é que há uma invenção de estabelecer tetos para determinados setores.

Todavia, quando o teto financeiro é estabelecido e como o setor público não pode reprimir demanda – não deve, pois seria injusto, abominável que o fizesse –, ele passa a atender e não recebe pelo procedimento feito. Então, quando eu digo hospital universitário é por uma razão específica, mas deveria ser para todo o setor público da área de saúde.

Agradeço a V. Ex^{as}.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Desculpe-me, Senador Antonio Carlos Magalhães. V. Ex^a tinha pedido a palavra pela ordem antecipadamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – São dois assuntos. Em primeiro lugar, sei que o Senado anda

devagar, e V. Ex^a sabe disso até mais do que eu. Mas acredito que estejamos em outubro, já passamos o mês de setembro, e eu fiquei com uma preocupação mental enorme, porque 24 de setembro é aniversário de um filho meu e eu pensei que não havia falado com meu filho. Então fiquei preocupado. Peço a V. Ex^a que, por favor, mande consertar isso.

O segundo assunto diz respeito ao Senador Roberto Saturnino. Eu não concordo com o discurso do Senador Roberto Saturnino, mas não quis apartear-lo para evitar um debate sobre coisas do passado, meu e dele, porque já somos dessa época da UDN, da Câmara dos Deputados. Não concordo; entretanto, respeito a opinião dele. Quero ver o livro de V. Ex^a para, então, discutir melhor.

Mas, por favor, me ponha aí outubro, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Será que no dia 24 de setembro já tinha tido aquele debate da Globo? A única frustração que tenho quanto ao primeiro turno é que o atual Presidente não tenha ido lá para debater comigo na Globo.

Já vou providenciar a correção, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, por permuta comigo.

V. Ex^a tem a palavra pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este é o meu primeiro pronunciamento após as eleições do dia primeiro de outubro. Estou até meio disfônico de tanto discurso, de tanto comício, de tanta reunião, mas quero falar hoje, Sr^a Presidente, para fazer uma análise das eleições no meu Estado.

É o Estado com o menor eleitorado e que, por isso mesmo, tem sido desprezado pelos candidatos. Basta dizer que o candidato Lula não foi lá, nem quando foi eleito a primeira vez e assumiu, nem durante os quatro anos na Presidência, nem agora na campanha. V. Ex^a esteve lá, da mesma forma que esteve lá o candidato Geraldo Alckmin. É importante fazermos uma análise.

Quando eu ouço, por exemplo, em manifestações recentes, o atual Presidente dizer que quer desenvolver o Norte, que quer acabar com essas desigualdades regionais, sinto uma indignação muito grande, porque no Estado de Roraima o dinheiro federal aplicado durante o Governo Lula resultaram de emendas parlamentares. Portanto, nada partiu da iniciativa do Poder Executivo, não há uma obra do Governo Lula no meu Estado, que é menos desenvolvido, mais ao extremo-

norte do País. Mesmo assim, tem merecido isso: foi o Governo que realmente mais virou as costas para o meu Estado e para a Região Norte como um todo. Vê-se, pela propaganda que faz, que é tão pequeno o que ele fez pela Região Norte diante da grandeza dela, que é lamentável que, ainda assim, ele tenha recebido votos em alguns Estados daquela região.

Mas quero aqui comentar, com satisfação, a votação que o meu povo de Roraima me deu nas urnas. V. Ex^a acompanhou aqui o meu trabalho, lutando, dando “n” sugestões ao Presidente Lula quanto à questão da demarcação da reserva Raposa Serra do Sol; depois, aqui, reivindicando a instalação das áreas de livre comércio de dois municípios fronteiriços, Bonfim e Pacaraima; reivindicando também a importação da gasolina e do diesel da Venezuela, uma vez que, mesmo pagando todos impostos, teríamos esses combustíveis em Boa Vista pela metade do preço. E nunca conseguimos alcançar nosso objetivo, apesar de mostrarmos isso com muita clareza e com todas as nossas forças.

Penso que o povo entendeu que o Presidente Lula realmente não dá bola para um eleitorado pequeno. E ele só esqueceu que cada eleitor de Roraima pode conquistar mais quatro em outros Estados. Eu mesmo tenho parentes que moram no Pará, em número superior a sete, e pedi aos sete que votassem contra o Presidente Lula, pelo tratamento que ele deu ao meu Estado.

Portanto, se cada um dos eleitores de Roraima fizer isso, poderemos fazer uma grande diferença.

Que números vimos sair das urnas? Lula, 26,15% – vejam bem, ainda foi muito para quem fez todas essas maldades e não foi ao Estado; Alckmin, 59,73%. V. Ex^a, Sr^a Presidente, que esteve lá, digamos, andando a pé pelo Estado, obteve 11,66%. Conversando com V. Ex^a antes, pedi-me que transmitisse ao povo de Roraima os agradecimentos pelo carinho com que foi recebida.

Se somarmos a votação de Geraldo Alckmin com a de V. Ex^a, veremos que o povo de Roraima deu mais de 70% de votos contra o Presidente Lula. Ele deve entender essa mensagem, caso seja reeleito – o que espero não aconteça. Mas se acontecer, que ele comece a olhar os Estados de maneira federativa, de maneira menos ideológica, menos ligada a um viés em que resolveu engessar a Amazônia, paralisá-la. Aí está o projeto de gestão de florestas; está caminhando uma idéia de se autorizar exploração de reservas minerais em terra indígenas por conglomerados internacionais, já levantando todo o débito do DNPM. Com essa análise da votação para Presidente da República, nós concluímos que o povo de Roraima é realmente sábio

porque não somente deu essa resposta ao Presidente Lula, como também reelegeu Ottomar Pinto, que foi Governador quando Roraima ainda era Território. Ele preparou as bases do Território para transformá-lo em Estado; veio para cá como Constituinte – ele, a esposa, o ex-Deputado Chagas Duarte e eu trabalhamos para que na Constituinte constasse a transformação de Roraima e Amapá em Estados. Foi assim feito. E o Governador Ottomar foi eleito o primeiro Governador de Roraima. Preparou o Estado para avançar dentro desta nova realidade. Assumi este Governo que se encerra em dezembro pela metade, porque um resultado favoreceu temporariamente seu concorrente, que depois teve o mandato cassado pelo TSE. Pois bem, ele assumiu pela metade e foi reeleito agora com 62,40% dos votos; portanto, com uma vitória inquestionável, enquanto o seu opositor, líder do Governo Lula, teve 30,64% dos votos. O Governador Ottomar teve 62,40% e o seu opositor, líder do Governo Lula, para quem Lula pediu voto, teve apenas 30,64% dos votos. Nesse caso também, o povo de Roraima soube claramente escolher o melhor! E decidi em favor de quem tem experiência, de quem tem competência e de quem tem capacidade para administrar o Estado e, sobretudo, quem é honesto.

Agora quero comentar a eleição para Senador. Uma vaga só, e eu, candidato à reeleição. Toda reeleição é complicada, principalmente para um mandato longo como o de Senador, de oito anos.

O Senador não é executivo, portanto, o povo não vê o que o Senador faz; é até mais complicado do que reeleição para Deputado Federal. Depois de oito anos, reeleger-se é muito difícil, muito difícil mesmo. Fui Deputado Federal, fui reeleito Deputado Federal; vi a dificuldade de ser reeleito Deputado Federal. Vi agora a dificuldade de ser reeleito Senador, e ser reeleito, enfrentando uma ex-prefeita – ela renunciou na metade do mandato – que já tinha sido prefeita por dez anos da Capital do Estado, que responde por 66% do eleitorado e com um trabalho intensivo de mídia e de *marketing*. Portanto, começamos, vamos dizer assim, a disputa, ela com 60% e eu com algo em torno de 20%. Os meus amigos mais íntimos me aconselhavam a não enfrentá-la, a me eleger Deputado Federal ou até articular ser vice-Governador. Mas resolvi enfrentar porque acredito que é possível, neste País, se fazer política de maneira honesta, se fazer política de maneira séria, se fazer campanha sem usar milhões de reais para se eleger.

Sou médico e aprendi a confiar nos seres humanos. Aprendi, como diz o Alckmin, a lidar com gente, a tratar de gente. Por isso mesmo, com essa coragem, fui para a batalha, com o apoio do Governador – quero

aqui frisar –, que foi um companheiro que, politicamente, me deu o respaldo indispensável à minha eleição, a dos Deputados Federais e dos Deputados Estaduais da nossa coligação. Esse trabalho foi crescendo, crescendo, e o que antes era 20% contra 60% inverteu-se, ao final da eleição, em 55,29% para mim e 42,10% para a minha adversária, que é esposa do líder do Governo Lula, para quem o Presidente Lula gravou mensagem pedindo voto. Então eu me sinto duplamente honrado. Primeiro, pelo reconhecimento do meu povo de Roraima; segundo, pelo apoio de todas as pessoas com liderança, com mandato ou sem mandato. E o entendimento de que efetivamente Roraima é um Estado pequeno, mas não é burro; é pequeno, mas tem que ser respeitado. Assim, demos essa resposta.

Espero merecer a confiança que me foi renovada pelo povo de Roraima. Vou lutar, como lutei nesses oito anos, para que a Amazônia seja olhada de maneira diferente, que não seja ditado de fora do Brasil o que se deve fazer na Amazônia; que não seja considerada a Amazônia apenas o quintal dos Estados Unidos. Não se pode esquecer que milhões de pessoas moram lá; que nós somos os brasileiros que guardamos as fronteiras desta Pátria lá na Amazônia. Vou continuar nesta luta, vou continuar brigando por justiça; vou brigar principalmente para que sejam eliminadas as desigualdades regionais de fato e não só na conversa. Tenho projetos importantes nesse sentido que já foram aprovados no Senado e que estão na Câmara dos Deputados.

Eu me sentiria frustrado se não continuasse no Senado, e esses projetos serem perdidos no meio do caminho.

Quero também comentar a eleição dos Deputados Federais. A nossa Bancada Federal é, segundo a Constituição, das menores – como outros Estados: são oito Deputados Federais. Dos oito, a nossa coligação elegeu cinco Deputados Federais; deixamos de fazer o sexto por muito pouco. Portanto, fizemos uma campanha consagrada e não fizemos nada de especial, a não ser dizer a verdade, mostrar para a população o que realmente acontecia, o que está acontecendo e como age o Governo Lula com o nosso Estado. Com isso, tivemos, por exemplo, a eleição do ex-Governador Neudo Campos, que foi o mais votado para Deputado Federal; do jornalista Márcio Junqueira, que teve uma rádio e uma televisão, em que ele trabalhava e era um dos associados, tomadas pelo irmão da ex-prefeita que concorreu ao Senado; foi reeleito o Deputado Luciano Castro; foi reeleito o Deputado Chico Rodrigues; e eleito o Deputado Estadual Urzenir Rocha, que é médico, portanto um homem que tem bastante experiência em

lidar com pessoas e que também como político já se notabilizou como Deputado Estadual.

Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, como diz o ditado popular, hoje eu me sinto de alma lavada e enxaguada.

A nossa população chegava a pensar: será que Roraima vai continuar sendo o quintal de Brasília, como acontecia na época em que era Território Federal, quando o Ministério do Interior dizia quem ia ser o Governador e quais programas seriam desenvolvidos naquela região? De repente, ficamos diante de um quadro em que, das três cadeiras do Senado, duas seriam ocupadas por um casal, mas o povo disse não. Isso me deixa muito feliz como roraimense, como homem que nasceu ali, e disposto a lutar ainda mais por Roraima, pela Amazônia e pelo Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Como bem disse V. Ex^a, tive uma votação expressiva em Roraima, o que muito me honra. Deixo aqui meu profundo agradecimento ao povo do Estado de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Antes de conceder a palavra a V. Ex^a pela ordem, Senador Arthur Virgílio, quero registrar, por solicitação do Senador Valdir Raupp, a presença dos Professores e Acadêmicos da Faculdade de Direito de Porto Velho, que são muito bem-vindos à Casa. Destaco a presença do Professor Raduam Miguel Filho, da Professora Edina de Azevedo Klein, da Acadêmica Marisete Ramos da Silva Grillo e de todos os demais Acadêmicos. Espero que eles consigam fazer do Direito algo muito precioso e especial para a vida pública nacional.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, pela ordem, rapidamente, antes do próximo orador inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pois não, Sr^a Presidente.

Encaminho à Mesa três requerimentos de informação, de que quero dar conhecimento à Casa. O primeiro solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre a participação do Sr. Expedito Veloso, ex-diretor do Banco do Brasil, no Conselho Fiscal ou no Conselho de Administração de empresas estatais, bem como de empresas que tenham participação do Governo. O Sr. Expedito Veloso é aquele já famoso cidadão, que obteve notoriedade no episódio do falso dossiê, naquela mancomunação com a máfia dos Ve-

doim e aquela história de um dossiê que visava incriminar de maneira fraudulenta o Governador eleito de São Paulo, José Serra, e que é alguém da proximidade desse Governo.

Eu pergunto: ele ocupa atualmente algum cargo no Conselho Fiscal ou no Conselho de Administração de empresas estatais ou de empresas que tenham participação do Governo? Em caso afirmativo, indicar as empresas, os cargos ocupados, data da posse, remuneração etc.

Outro requerimento solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre o uso indevido de carro oficial.

Eu faço perguntas bastante cândidas a ele. A primeira é: o senhor já ressarciu ao Erário pelo uso de carro oficial para participar de ato político pró-reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocorrido no último dia 23 de outubro, em Catanduva, São Paulo? Aí eu pergunto uma coisa mais ingênua ainda. Eu pergunto se ele sabe que o uso indevido do patrimônio público configura desvio de finalidade. E terceiro, ainda na linha da minha proverbial inocência, eu pergunto se ele sabe que como Ministro ele não pode participar de eventos eleitorais, principalmente fazendo uso de carro oficial.

Finalmente, Sr^a Presidente, o terceiro requerimento solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre a existência de propostas do Governo tornando possível para o consumidor a portabilidade do crédito consignado. A primeira pergunta é: existe no âmbito dessa Pasta proposta tornando possível para o consumidor a portabilidade do crédito consignado? Segunda: se a proposta constituiria um benefício para o consumidor, por que ela ainda não foi consignada? E terceira: o Banco BMG continuaria sendo privilegiado nessa modalidade de crédito?

Eu me baseio em matéria da revista **Exame** e trago perguntas que eu imagino que as autoridades, se forem de boa-fé, não terão nenhuma dificuldade em responder. Eu duvido um pouco da boa-fé, mas se tiverem boa-fé respondem. Como não sei se devo acreditar na boa-fé delas, penso que fica esse jogo de empurra em que nós fazemos o requerimento, e ele se perde nos escaninhos mais tortuosos da tramitação burocrática que acabam protegendo todos esses malfeitos.

São três requerimentos que visam, como uma posição construtiva, a colaborar para que o Governo se saia de tantas encalacradas, ele que é mestre em se enfiar nelas da cabeça aos pés.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado. Agradeço a V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Embora saibamos todos nós, que, só quando os Legislativos não se respeitam e se tornam medíocres anexos arquitetônicos dos interesses medíocres dos Palácios e dos Executivos é que, realmente, os requerimentos se perdem e, juntamente, o Congresso se desmoraliza.

Agradeço, então, a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.065, DE 2006

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre o uso indevido do carro oficial.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações sobre o uso indevido do carro oficial:

1) O Sr. já ressarciu o erário pelo uso do carro oficial para participar de ato político pró-reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocorrido no último dia 23 de outubro em Catanduva, São Paulo?

2) O Sr. sabe que o uso indevido do patrimônio público configura desvio de finalidade?

3) O Sr. sabe que como ministro não pode participar de eventos eleitorais principalmente fazendo uso do carro oficial?

Justificação

O jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição **on-line** de 23 de outubro do corrente, publicou matéria informando que o Ministro da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto, participou na manhã desse mesmo dia 23 de outubro, de ato político pró-reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Catanduva (SP) e que o ministro teria utilizado como transporte um veículo oficial de sua Pasta.

O ministro se locomoveu para o evento em um automóvel Ômega, de Brasília (DF), utilizado pela Superintendência da Agricultura do Ministério em São Paulo.

A prática pode ferir a Lei nº 9.504/97, que rege a atual eleição. Segundo o inciso I do artigo 73 da lei, “são proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais: ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária”.

Assim, as informações que ora requeiro são de fundamental importância para que se tenha o devido esclarecimento sobre as denúncias publicadas pela edição **on-line** do jornal **O Estado de S. Paulo** de 23 de outubro deste ano.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.066, DE 2006

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre a participação do Sr. Expedito Veloso, ex-diretor do Banco do Brasil, nos Conselhos Fiscal ou de Administração de empresas estatais, bem como de empresas que tenham participação do governo.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, informações sobre a participação do Sr. Expedito Veloso, ex-diretor do Banco do Brasil, nos Conselhos Fiscal ou de Administração de empresas estatais, bem como de que tenham participação do governo:

1. O Sr. Expedito Veloso, ex-diretor do Banco do Brasil, ocupa, atualmente, algum cargo nos Conselhos Fiscal ou de Administração de empresas estatais ou de empresas que tenham participação do governo?

2. Em caso afirmativo, indicar as empresas, os cargos ocupados, as datas de sua posse e a remuneração correspondente aos cargos ocupados.

Justificação

A revista **Exame**, em sua edição de 25 de outubro do corrente, publicou nota mostrando que o Sr. Expedito Veloso, ex-diretor do Banco do Brasil, ocupou,

até o último dia 2 de outubro, o cargo de conselheiro da distribuidora paulista de energia, por indicação da Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil.

O presente requerimento tem como objetivo esclarecer se o Sr. Expedito Veloso, envolvido no escândalo da compra de um dossiê com a finalidade de prejudicar a campanha eleitoral de candidatos tucanos, ainda ocupa algum cargo de conselheiro em empresas estatais ou em empresas que tenham a participação do governo.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.067, DE 2006

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre a existência de proposta do governo tornando possível para o consumidor a portabilidade do crédito consignado.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, informações sobre a existência de proposta do governo permitindo ao consumidor a portabilidade do crédito consignado:

1. Existe, no âmbito dessa Pasta, proposta tornando possível para o consumidor a portabilidade do crédito consignado?

2. Se a proposta constituiria um benefício para o consumidor, por que ela ainda não foi implementada?

3. O banco BMG continua sendo privilegiado nessa modalidade de crédito?

Justificação

A revista Exame, em sua edição de 25 de outubro do corrente, publicou matéria intitulada “Um benefício para o BMG”, informando que o governo anunciou que iria apresentar um pacote de medidas para reduzir o custo do crédito. No entanto, na última hora, o pacote foi apresentado sem contemplar o crédito consignado. Ainda segundo a matéria, “Envolvido até a medula no escândalo do mensalão, o BMG foi o primeiro banco privado a operar o crédito consignado para aposentados – privilégio que permanece inexplicado até hoje, mas que ajudou a instituição”.

A matéria traz declarações que afirmam que, se a portabilidade tivesse sido aprovada, os clientes poderiam ter trocado suas dívidas por outras com juros mais baixos.

Assim, o presente requerimento visa a buscar informações sobre a intenção do governo de viabilizar ou não essa troca, que beneficiaria inúmeros consumidores, tomadores de empréstimos no mercado bancário.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães, por permuta com o Senador Rodolpho Tourinho, que, em seguida, terá a palavra.

Posteriormente, concederei a palavra ao Senador César Borges.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Heloísa Helena, Srªs e Srs. Senadores, não é de hoje que peço esclarecimentos sobre o Lulinha, filho do Presidente da República, no caso da Telemar. Talvez, se esses esclarecimentos tivessem vindo na época própria, não estivéssemos hoje sobressaltados, principalmente o Governo, com a reportagem perfeita da revista **Veja**, feita por um jornalista que é um modelo, um exemplo de quem faz o jornalismo investigativo, Alexandre Oltramari. O título é: “Por que não pode todo mundo ser Ronaldinho?” Esse assunto só surgiu porque foi ventilado numa entrevista da **Folha de S.Paulo**, quando o Presidente teve a oportunidade de esclarecer o assunto e não deu qualquer esclarecimento, dizendo apenas que se ele tiver de ser punido, que o seja. Evidentemente, o Presidente apontou para o Ministério Público brasileiro no sentido de apontar o seu filho para ser investigado.

Nunca desejei investigar o filho do Lula, mas sempre reclamei aqui que ele tinha a obrigação de explicar por que entrou para a Telemar, por intermédio de uma empresa que tinha R\$10 mil de capital e que logo recebeu R\$2 milhões, depois R\$5 milhões, e depois, ao final, R\$15 milhões para a Gamecorp, empresa dele e dos seus amigos correligionários de Campinas.

A reportagem é maravilhosa. Diz o Presidente da República: “Se alguém souber de alguma coisa

que meu filho tenha cometido de errado, é simples: o meu filho está subordinado à mesma Constituição a que eu estou”.

Como nós sabemos, queremos o cumprimento da Constituição em relação ao filho do Presidente da República. Não se pede nada demais; pede-se apenas que se diga se essa empresa recebeu dinheiro do BNDES, se a Telemar deu esse dinheiro, se, além da Gamecorp, o Lulinha, filho do Presidente, hoje rico – o Presidente se diz pobre –, mas o filho dele é um homem que tem milhões de reais, com apenas 31 anos de idade... É um dever do Presidente! Tanta gente fala por ele! O Tarso Genro gosta de falar por ele. Agora temos um novo Marco Aurélio Garcia, o senhor de todas as coisas, o substituto de Berzoini, que, por sua vez, substituiu José Dirceu. Todos os três saíram com acusações graves, inclusive do Ministério Público Federal. Chegou o momento de essas coisas serem explicadas. A reportagem é grande, mas peço a sua transcrição completa, porque ela tem que constar dos Anais desta Casa para que possamos, também nesta Casa, investigar, salvo se o Governo se apressar e nos mandar oficialmente, não por discursos da tribuna, mas oficialmente, o que se passa com o Lulinha, com o dinheiro da Telemar.

Estamos às vésperas da eleição. Estou na Bahia trabalhando o que posso em favor do meu candidato, Geraldo Alckmin, mas vim aqui hoje e virei amanhã para justamente fazer mais um apelo ao Governo: que, antes de domingo, explique esse caso terrível que está acontecendo no Brasil com o filho de Sua Excelência. Há dois anos estou nesta tribuna cobrando. Não estou falando hoje por causa da eleição de domingo. Venho cobrando isso há muito tempo, nem sequer recebo um aparte convincente. Hoje, não. Estou exigindo que o Governo traga os esclarecimentos indispensáveis para o Congresso Nacional a respeito do enriquecimento, pela Telemar, do Lulinha. Traga tudo o que for possível para que isso seja esclarecido.

Não temos preconceito com famílias, até gostaríamos de evitar. Mas, como disse Fernando Henrique hoje, com muita propriedade, nenhum filho de presidente está acima dos rigores da lei. O que eu quero é a lei! É que se cumpra a lei! Cabe, Sr^a Presidente, ao Presidente da República – se for necessário, farei a quem de direito o requerimento com a reportagem da **Veja** – esclarecer.

Além disso, há um artigo publicado hoje no **Jornal do Brasil**, do jornalista Augusto Nunes, que não pode passar despercebido por ninguém, sobre o Lu-

linha: “Esse garoto sabe das coisas”. É um artigo não só bem escrito, porque se trata de um dos melhores jornalistas do País, como também é cheio de verdades que não podem ficar obscuras.

Por isso, Sr^a Presidente, faço um apelo para que alguém da Mesa envie o meu discurso para o Ministério da Justiça ou para a Casa Civil, para evitar que eu faça um requerimento de convocação para que alguém explique isso, o que não desejo fazer. Não quero ver o Lulinha aqui esmagado. Quero que ele explique como pegou o dinheiro. Não estou pedindo nada demais, estou apenas demonstrando como este Governo pratica erros absurdos com o dinheiro público. É isso que está dando certos resultados na campanha eleitoral, não só o engodo, a mentira, a publicidade, mas sobretudo essas questões.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com muito prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a está coberto de razão. Eu mesmo – e vejo que a Oposição tem sido muito admoestada por analistas que não se rendem pelo fato de termos ignorado essa questão do filho do Presidente Lula –, como V. Ex^a, não tenho a menor vontade de massacrá-lo, mas entendo que já passa da hora de uma explicação. A mudança, na sua vida, foi muito grave; o envolvimento com lobista é algo que precisa ser explicado com muita clareza; a história tem de ser, no mínimo, desmentida. Não dá para se fingir que não se leu uma revista que tem cinco milhões de exemplares semanais em circulação. Se, ao fim e ao cabo, restar provada a boa-fé e a inocência dos negócios do jovem Fábio Luís, pelo menos que se chame a atenção do Presidente da República para uma injustiça que ele comete com as privatizações. Ele é tão contra as privatizações das teles, no entanto, acabou de ver que essas privatizações deram oportunidade a uma pequena empresa de crescer tanto, o que não acontecería se ainda existisse a antiga Telebrás. Essa é a primeira observação. Ou seja, a privatização, que foi boa para quem não tinha celular e passou a ter, que foi boa para quem não tinha telefone fixo e passou a ter, que foi boa para quem tinha de declará-lo no Imposto de Renda, terminou mostrando uma perspectiva de mobilidade social muito grande. Alguém com R\$600 num jardim zoológico passa a acumular uma pequena ou grande fortuna a partir do acordo que fez. Mas, além desse acordo, preocupa-me a denúncia que fazem de envolvimento com lobismo, de frequentar ou

não a sala do lobista. Ou seja, no mínimo, tem de vir uma explicação muito clara. No mínimo! Todos torcemos para que, ao final, reste provada a inocência do acusado. Mas não levar a sério uma revista do porte da **Veja** parece-me demais.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço o excelente aparte de V. Ex^a, que coincide, inclusive, com o do jornalista Augusto Nunes, quando ele diz:

“Em meados de 2005, sócio de três empresas, o Primeiro-Filho tinha R\$625 mil em ações. Mais do que o patrimônio do pai (à época, R\$422 mil declarados).” A perversidade é que ele escreve entre parênteses “declarados”. Não quer dizer que seja isso; é o que ele declara. “Hoje, com trinta anos, é milionário. Merecia tornar-se garoto-propaganda do Programa Primeiro Emprego.” O Primeiro Emprego falhou, mas o primeiro emprego de Lulinha não falhou. Isso está neste artigo para o qual peço a transcrição na íntegra.

Ninguém tem dúvida de que isso não é correto. Todos sabem que é incorreto.

A **Veja** traz outras questões, como o problema da Infraero. Ao falar disso, não quero agredir o Diretor da Infraero, amigo do meu colega Heráclito Fortes. Parece que, antes da chegada dele, houve a remodelação de todos os aeroportos do País por empresas que cobraram 300% a mais. Estou à vontade para fazer esse trato da Infraero. Também está na revista **Veja**. Conseqüentemente, é uma série infundável de maracutaias que o povo, anestesiado, não entende. E fica acreditando em privatizações que não existem ou privatizações que deram certo e que o próprio PSDB e o PFL têm medo de defender. Não deviam ter medo de defender aquilo que deu certo. O caso que o Senador Heráclito Fortes citou, da Vale, é um exemplo. O da telefonia, mesmo dando esse dinheiro todo ao Lulinha, é outro exemplo. Mas fica-se nessa dúvida de não querer dizer o que se pensa, para que o povo fique sem pensar o que é verdade e o que é mentira.

Além disso, Sr. Presidente, na edição de hoje de um jornal, o Governador eleito da Bahia – não estou contestando a eleição – declara: “Petistas têm o direito de mentir”. Está na primeira página de **O Estado de S. Paulo**: “Lei protege os envolvidos em dossiê”. Uma prova de uma ignorância completa. A lei não manda que o réu minta; a lei permite que ele não promova provas contra si próprio. Isso é elementar tanto na Constituição quanto no Código Penal.

Portanto, o todo-poderoso Jaques Wagner dizer aqui que os petistas devem mentir quando forem ouvi-

dos nas comissões de inquérito não deixa bem o Presidente da República e deixa muito mal, sobretudo, os envolvidos no dossiê para atingir o Governador José Serra e o ex-Governador Geraldo Alckmin.

Portanto, direito de mentir, não; direito de não falar nada, sim.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permite outro aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Direito de ocultar, até aí. Mas não minta! Aí seria crime, sim, contra o mentiroso. Isso está capitulado no Código Penal.

Ouçõ V. Ex^a com prazer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos Magalhães, ontem, chegando à sede da TV Record, em São Paulo, para presenciar o debate entre os dois candidatos que se classificaram para o segundo turno, entre os quais o Governador Geraldo Alckmin, fui surpreendido com uma pergunta que me pareceu, em princípio, insólita, de um repórter do SBT. Ele disse assim: “Senador, o Governador eleito da Bahia, Jaques Wagner, disse que o senhor não tinha legitimidade para criticar o Presidente, ou algo assim, porque o senhor perdeu eleição para governador do seu Estado”.

Eu disse: olha, primeiro eu sou um Senador, e antes de ser Senador eu sou cidadão, não precisaria de mandato para criticar quem eu quisesse na democracia brasileira. Terceiro, eu passei a minha vida toda vendo o Jaques Wagner presenciar as minhas vitórias eleitorais e me cansei de vê-lo perder seguidas eleições, inclusive a última. Mais ainda, outra diferença entre nós dois: se Geraldo Alckmin vencer as eleições, eu não aceitarei, em hipótese alguma, ainda que ele, porventura, me dirija um convite nesse sentido, participar de um gabinete ministerial. Por uma razão simples, porque nas últimas eleições eu perdi; eu não aceitaria participar. Se eu critiquei o “derrotério” de Lula, eu não aceitaria participar nessas condições. Ele aceitou. Perdeu a eleição e virou ministro como prêmio de consolação. Mas eu disse ao repórter mais ainda: ele está um pouco vaidoso, talvez um pouco embriagado com esse sucesso repentino, enfim...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Embriagado pelo sucesso e também por outras coisas.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Pelo menos, o sucesso tirou-o um pouco do ar. Eu disse: olha, ele precisa pensar em duas coisas; eu queria dizer duas coisas bem fundamentais para ele – não sei se coloca-

ram no ar, porque me pareceu uma matéria até pouco jornalística –: ele precisa compreender que não é possível analisar uma pessoa por um resultado conjuntural. Essas coisas são nuvens, como Magalhães Pinto dizia, uma hora a nuvem está de um jeito, noutra hora está do outro. Agora, é estranho, como somos diferentes eu e ele. O Lula que levou o meu voto contra Collor, no segundo turno, era uma figura por quem eu tinha um imenso respeito. E ele perdeu. O Lula que perdeu duas vezes do Fernando Henrique no primeiro turno merecia o meu respeito. O Lula que derrotou Serra no segundo turno merecia o meu respeito. O Lula que perdeu o meu respeito é esse que as pesquisas dizem favorito e que governou com Waldomiro, com José Dirceu e com Berzoini. Ou seja, foi por isso, e não por voto, que ele perdeu o meu respeito. Portanto, não vou ficar medindo... Houve um baiano ilustre que dispunha de pouco voto pessoal, o Josaphat Marinho, V. Ex^a sabe disso, e nem por isso deixou de ser alguém que mereceria ter um lugar junto ali de Rui Barbosa. Tinha que se inventar um outro busto e colocar o Josaphat Marinho ali ao lado. Eu recomendo ao Jaques Wagner, primeiro, ter humildade, que não faz mal a ninguém, segundo, analisar com mais sabedoria política. A eleição é daqui a quatro anos, vamos ver o que vai ser. Mas, sobretudo, como amo a Bahia, um lugar em que sempre passei as férias, tenho um amor enorme pela Bahia, quero que ele faça um bom governo, recomendei duas coisas: que ele passe a dormir mais cedo e a acordar mais cedo, ou seja, a trabalhar de maneira diferente daquela que vi na Câmara Federal, quando eu era deputado. Ele nunca foi de se esfalfar muito. No Parlamento, ainda se pode levar nesse vai-que-vai; mas no Executivo sabemos que não. No Executivo, tem que ser laborioso, tem que trabalhar, a não ser que repita Lula, mas tem que cuidar de pedir contas dos seus secretários, enfim. Mas fiquei espantado, primeiro, por ele imaginar que porque ganhou a eleição pode falar; perdeu, não fala. Como é que ele falou depois de ter sido derrotado fragorosamente, como foi, na última eleição? Como é que ele vai querer agora calar a boca do Nilmário Miranda, que perdeu fragorosamente para o Aécio? Ou seja, há algo de totalitário e de tolo nessa formulação toda. Mas vou acompanhar com muito zelo o governo que ele está fazendo, claro. Hoje tive até um debate com ele na Rádio CBN e fui seco para discutir essa questão da eleição. Mas foi muito curto o debate proporcionado pelo Heródoto Barbeiro, não deu. Eu queria discutir isso com ele no ar, ao vivo, e, infelizmente, não a cores. Mas vou acompanhar, tendo absoluta

certeza de que, daqui para frente, ele deixará de ser ateniense e passará a ser espartano. Acordará cedo e se dedicará com afinco ao trabalho, surpreendendo a todos aqueles que, como eu, tinham um pouco de medo de que ele falhasse nessa postura. Mas vamos acompanhar. Vamos ver o que acontece. Tomara que por lá também só passem coisas boas do ponto de vista ético. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a é um dos homens mais inteligentes deste Congresso e tem a propriedade de colocar as coisas que nos causa inveja a todos, inclusive a mim. V. Ex^a disse tudo que eu queria dizer, apesar de eu ter mais conhecimento de causa. Mas V. Ex^a já disse tudo por mim. Subscrovo as suas palavras e digo que vou esperar e vou esperar tranquilo. O Luís Eduardo, com sua sabedoria jovial, em 86, quando nós tínhamos o candidato Josaphat e perdemos, como agora tivemos Paulo Souto e perdemos, dizia: “Eu, se pudesse, ganharia, mas perdemos. Nós temos ganhado bastante, demais até. Eu não sou mágico para fazer da derrota uma vitória. Realmente, nós não estamos fazendo mágica”.

Quem vai fazer a mágica por nós é o mau governo de Jaques Wagner, principalmente pelos motivos que V. Ex^a apontou. Isso é o que vai acontecer. Conseqüentemente, todos ainda me terão aqui por quatro anos, pelo menos, para chamar atenção para essas coisas e debater os problemas baianos nas horas próprias.

Por ora, quero dizer a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio – que tem responsabilidade maior porque é Líder, assim como o Senador José Agripino –, que nós não deveremos ser em nada contra o País e muito menos contra a Bahia, mas não permitiremos que se vote Orçamento sem que este contemple todas as cidades baianas e não apenas as dos petistas. Os petistas já têm muito de onde tirar, e as cidades baianas, amazonenses, enfim, de todos os lugares, só dependem da vontade dos seus Líderes no Congresso. Enquanto eles não têm coragem de fazer o orçamento impositivo, temos nós o dever de exigir tratamento adequado para as nossas cidades. Isso acontecerá se Deus quiser e se esta Casa tiver a coragem de fazê-lo.

Ouçõ o aparte do Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, assistiu, como sempre atentamente, ao seu pronunciamento, e não me passou despercebida a parte em que V. Ex^a citou irregularidades denunciadas pela revista **Veja** desta semana, no que diz respeito à Infraero. De maneira carinhosa, falou das

minhas relações de amizade com diretores da Infraero. Evidentemente, não conseguimos ser perfeitos na vida. Temos amigos e, embora do outro lado, mantemos essas amizades. No caso específico, trata-se do ex-presidente da empresa e ex-Senador Carlos Wilson. Vou confessar a V. Ex^a um segredo que guardei até agora: em determinado momento, causava-me muito ciúme a atenção que V. Ex^a dava a Carlos Wilson, mais do que a mim, seu colega de Partido, naquela convivência fraterna nesta Casa. Evidentemente, se a Infraero tem fatos a serem apurados, eles devem sê-lo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu não tenho nenhum parentesco com Carlos Wilson.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu também não! Eu também não! O fato de Carlos Wilson ser hoje casado com a prima da minha mulher não me envolve. Tenho amizade, tenho respeito e tenho afeto por ele. Aliás, chegamos a esta Casa juntos, ele um pouco mais cedo do que eu. A minha relação com ele não me leva nem a concordar nem a discordar das suas atitudes. Temos o coração mole, Senador Antonio Carlos!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Primeiro, não me referi a Carlos Wilson, dirigi-me à cabala que V. Ex^a fez e que me contaminou para o Leur Lomanto. V. Ex^a trabalhou para que ele fosse diretor da Infraero. Foi a esse caso...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Como posso trabalhar sendo da Oposição, Senador Antonio Carlos? Como eu posso trabalhar para fazer um diretor?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Para passar aqui, V. Ex^a não tratou desse assunto com ninguém?

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Claro! Para não ser obstruído, sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Senador, pelo amor de Deus! Tenho tanto respeito por V. Ex^a!

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Claro! E creio que não fiz nenhum ato errado, porque se trata de alguém que ocupou por diversos anos uma cadeira nesta Casa. E tive o cuidado, por se tratar de uma questão da Bahia...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Na outra Casa.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Sim, na Casa do Congresso. Tive o cuidado de consultá-lo, inclusive, e fiquei positivamente surpreendido quando V. Ex^a aceitou. Pedi inclusive ao Dr. Lomanto que lhe fizesse uma visita. Então, essas coisas na vida pública acontecem. Eu apenas queria fazer esse registro, porque não conheço sequer onde fica a sede da Infraero. Penso que V. Ex^a tem toda razão, esses fatos devem ser apurados. Se começaram neste Governo, devem ser apurados; se começaram no início da Infraero, devem ser apurados. Creio que nada deve ficar, Senador Antonio Carlos, sem apuração.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Concordo. Daí por que não entendi a reação inicial de V. Ex^a trazendo o nome de Carlos Wilson. Já que V. Ex^a o trouxe, acho que ele tem que ser investigado mesmo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Para que não se diga, Senador Antonio Carlos, que ele, como presidente, não soubesse de nada. Já basta o Lula não saber das coisas! A minha preocupação foi essa. Evidentemente, nem me lembrava do episódio do Leur, lembrava de uma amizade antiga que tenho com ele e com toda a família. E a matéria que a **Veja** traz cita-o, e não ao Leur, daí o motivo de eu não me ter lembrado desse episódio com o Leur. V. Ex^a tem absoluta razão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O que eu digo é que deve ser apurado, tem que ser apurado. E estou muito à vontade para pedir isso. É só V. Ex^a ver o nome das firmas que estão lá. Se V. Ex^a o vir, verá que estou à vontade e com a frente erguida para fazê-lo, como, aliás, sempre faço.

Sr^a Presidente, o que desejo é que isso seja apurado; o que desejo é que o caso Lulinha não fique no esquecimento; o que desejo é saber se os aeroportos estão sendo feitos com recursos que representam superfaturamento ou não. Isso é fácil de saber, e é o que desejo. Não tenho interesse em ferir quem quer que seja, mas tenho interesse em que a verdade apareça, porque, aparecendo a verdade, muita lama vai surgir ainda neste Governo do Presidente Lula.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, § 1º e inciso II, do Regimento Interno.)

“PORQUE NÃO PODE TODO MUNDO SER RONALDINHO”

Eis a explicação do presidente Lula para o tremendo sucesso de seu filho Fábio Luís, que coincide com o mandato presidencial do pai

Alexandre Oltramari

Como aconteceria com qualquer pai, o presidente Lula tem demonstrado o orgulho que sente pelo sucesso de seu filho Fábio Luís Lula da Silva. Aos 31 anos, Lulinha, apelido que ele detesta, é um em-

presário bem-sucedido. É sócio de uma produtora, a Gamecorp, que, com um capital de apenas 100 000 reais, conseguiu fazer um negócio extraordinário: vendeu parte de suas ações à Telemar, a maior empresa de telefonia do país, por 5,2 milhões de reais. Como a Telemar tem capital público e é uma concessionária de serviço público, a sociedade com o filho do presidente sempre causou estranheza. Na segunda-feira passada, em entrevista ao programa *Roda Viva*, Lula teve de falar em público sobre os negócios do filho.

“Não posso impedir que ele trabalhe.

Vale para o meu filho o que vale para os 190 milhões de brasileiros. Se têm alguma dúvida, acionem ele”, afirmou.

Dois dias depois, em entrevista à *Folha de S.Paulo*, o assunto Lulinha voltou ao foco. Os jornalistas lhe apresentaram uma questão formulada por um leitor do jornal, que não foi identificado. A pergunta dizia o seguinte: “Tenho 61 anos, sou pai de quatro filhos adultos, todos com curso superior, mas com dificuldades de bons empregos ou de empreender. Como é que o seu filho conseguiu virar empresário, sócio da Telemar, com capital vultoso de 5 milhões de reais?”.

**“SE ALGUÉM SOUBER DE
ALGUMA COISA QUE MEU FILHO
TENHA COMETIDO DE ERRADO,
É SIMPLES: O MEU FILHO ESTÁ
SUBORDINADO À MESMA
CONSTITUIÇÃO A QUE EU ESTOU”**

... não se esqueça de que o presidente Lula não é o único filho do pai. O primeiro filho do pai é o Fábio Luís, nascido em 1967, em Campinas, São Paulo, quando a Gamecorp, fundada por alguns amigos do Campinas, já tinha mais de dez anos de vida. "Eles fizeram um negócio que deu certo. Deu tão certo que até muita gente ficou com inveja", disse. Em seguida, o presidente fez menção às suspeitas que cercam a sociedade da Gamecorp com a Telemar. "Se alguém souber de alguma coisa que meu filho tenha cometido de errado, é simples: o meu filho está subordinado à mesma Constituição a que eu estou", disse o presidente, fazendo logo depois uma divagação comparativa que já nasceu imortal: "Porque deve haver um milhão de pais reclamando: por que meu filho não é o Ronaldinho? Porque não pode todo mundo ser o Ronaldinho". Os entrevistadores gostaram do paralelo estabelecido pelo presidente entre seu filho e o astro do futebol e perguntaram se não seria mais fácil virar um Ronaldinho quando se é filho do presidente. Lula respondeu: "Não é mais fácil, pelo contrário, é muito mais difícil. E eu tenho orgulho porque o fato de ser presidente da República não mudou um milímetro o hábito dos meus filhos".

Pouco ou nada se sabe dos hábitos dos filhos de Lula antes ou depois de o pai receber a faixa presidencial. Mas a trajetória profissional de Fábio Luís mudou e muito. Foi só depois da posse que seus dons fenomenais começaram a se expressar — e com tal intensidade a ponto de o pai ver nele um Ronaldinho dos negócios. Ele mostrou talento para as comunicações e, como se verá nesta reportagem de VEJA, para a atividade de lobista junto ao governo. A reportagem revela que o filho do presidente as-

sociou-se ao lobista Alexandre Paes dos Santos, um personagem explosivo, que responde a três inquéritos da Polícia Federal, por suspeitas de corrupção, contrabando e tráfico de influência. Esse dom do filho do presidente se revelaria ainda no episódio de sua associação com a Telemar.

Sabe-se agora que os 15 milhões de reais investidos pela Telemar na empresa de Lulinha não foram um investimento qualquer. As circunstâncias sugerem que o objetivo mais óbvio é comprar o acesso que o filho do presidente tem a altas figuras da República. O setor de telefonia estava e está numa guerra em que, a se repetir a dência mundial, haverá apenas um dois vencedores. Ganhar fatias do versário é vital. Houve uma corrida entre grandes empresas de telecomunicações para ver quem conseguia alinhar o filho do presidente entre seu time de bastas. A Telemar venceu. A maior empresa de telecomunicações do Brasil em faturamento e em número de telefones fixos instalados, e com 64% do território nacional coberto por ela, a Telemar é uma empresa cujo faturamento anual supera 7 bilhões de dólares. A aposta na associação com Lulinha acabou não sendo muito produtiva para a Telemar porque o escândalo veio à tona. Mas foi por pouco. O governo negociava a queda de barreiras legais que impedem a atuação nacional de empresas de telefonia fixa. Além disso, por orientação do governo, fundos de pensão de estatais preparavam-se para vender fatias relevantes de sua participação acionária no setor. Quem estivesse mais perto do poder se sairia melhor.

O Ronaldinho do presidente Lula é mesmo um fenôme-

no. Formado em biologia, ele ainda era

estudante de biologia na Universidade de São Paulo, com um salário de 600 reais por mês. Para repletar seus ganhos, dava aulas de inglês e computação. Do ponto de vista profissional e financeiro, vivia uma situação que parece ser muito semelhante à dos quatro filhos com curso superior do leitor da *Folha*. Em dezembro de 2003, no entanto, quando Lula estava em via de completar seu primeiro ano no Palácio do Planalto, Lulinha começou sua decolagem rumo à galeria exclusiva dos indivíduos fenomenais. Junto com Kalil e Fernando Bittar, filhos de Jacob Bittar, ex-prefeito de Campinas e um velho amigo do presidente, Fábio Luís tornou-se sócio da Gamecorp, empresa de games que ainda se chamava G4 Entretenimento e Tecnologia Digital. Até aqui a trajetória de Fábio Luís lembra a dos geniozinhos americanos do Vale do Silício que se enfunam em uma garagem e saem de lá com uma idéia matadora de vanguarda como o Google ou o YouTube, projetando-se para o estrelato dos negócios

... não se esqueça de que o presidente Lula não é o único filho do pai. O primeiro filho do pai é o Fábio Luís, nascido em 1967, em Campinas, São Paulo, quando a Gamecorp, fundada por alguns amigos do Campinas, já tinha mais de dez anos de vida.

A ascensão de Lulinha durante o governo de seu pai

Em um período de catorze meses, Fábio Luís da Silva, o Lulinha, passou de monitor do Zoológico de São Paulo a sócio da maior empresa de telefonia do Brasil, que tem dinheiro público na composição de seu capital

PRIMEIRO ANO DO GOVERNO LULA

Até novembro de 2003

Formado em biologia, Lulinha trabalhava como monitor no Zoológico de São Paulo, com um salário de **600 reais**. Também fazia bicos como professor de computação

Dezembro de 2003

Tomou-se acionista da G4 Entretenimento e Tecnologia Digital, em sociedade com os irmãos Fernando e Kalil Bittar, filhos de Jacob Bittar, um dos fundadores do PT e amigo de Lula. O capital social da empresa é de 100 000 reais e a participação de Lulinha é de **50 000 reais**. Nesse período, passou a despachar mensalmente no escritório do lobista Alexandre Paes dos Santos. A atividade perdurou até julho de 2005



SEGUNDO ANO DO GOVERNO LULA

Outubro de 2004

A G4 associou-se à empresa Espaço Digital e criou uma nova companhia, a BR4, que nasceu com um capital de 2,7 milhões de reais. Desse montante, 2,5 milhões foram financiados pela Telemar, a título de adiantamento por "exclusividade no fechamento do contrato". A Telemar, além de ser uma empresa concessionária de serviços públicos, conta com dinheiro público na composição de seu capital. A parte de Lulinha na sociedade corresponde a **450 000 reais**

de 450 mil reais, para alugar seis horas de programação diária no canal 21, que não era o contrato original. A negociação foi feita com o dono do canal, Yon Moreira, e com o filho, Daniel Goldberg, por meio de um arrendamento de horário.

Em janeiro de 2005, apenas um ano depois da chegada de Lulinha à empresa, a Gamecorp já estava recebendo o aporte milionário de 5,2 milhões de reais da Telemar. E Lulinha já era um empresário de sucesso. A Gamecorp dera um salto estratosférico, coisa rara mesmo num mercado em expansão, como é o caso da internet e dos jogos eletrônicos. A sociedade entre a Telemar e a Gamecorp se materializou por meio de uma operação complexa, que envolveu uma terceira empresa e uma compra de debêntures seguida de conversão quase imediata em ações. O procedimento visava a ocultar a entrada da Telemar no negócio. VEJA revelou a associação em julho do ano passado.

O caso de Lulinha tem uma complexidade maior. Sua relação com a Telemar não se esgota nos interesses de ambos na Gamecorp. O filho do presidente foi acionado para defender interesses maiores da Telemar junto ao governo que o pai chefia. Em especial, em setores em que se estudava uma mudança na legislação de telecomunicações que beneficiava a Telemar. VEJA descobriu agora que a mudança na lei foi tratada por Lulinha e seu sócio Kalil Bittar com altos funcionários do governo. O assunto levou a dupla a três encontros com Daniel Goldberg, titular da *Secretaria de Direito Econômico* do Ministério da Justiça (SDE). Em um desses encontros, ocorrido no início de 2005, Lulinha e Kalil, já então sócios da Telemar, sondaram o secretário sobre a

posição que a SDE tomaria caso a Telemar comprasse a concorrente Brasil Telecom — fusão que a lei proíbe ainda hoje. Goldberg, ciente do obstáculo legal, disse que o negócio só seria possível mediante mudança na lei. O estouro do escândalo Lulinha abortou os esforços para mudar a legislação e favorecer o sócio do filho do presidente.

Quando a Telemar fez uma oferta de compra à Brasil Telecom, o mercado interpretou o movimento como um sinal de que a mudança na lei era dada como certa. Paralelamente à oferta, estavam em plena efervescência os encontros de Lulinha e Kalil com Goldberg para tratar dos bastidores da negociação entre duas gigantes da telefonia. Oficialmente nada disso ocorreu. O assessor de Lulinha e Kalil, o jornalista Cláudio Sá, diz que, se houve encontros com Goldberg, foram contatos meramente sociais. Mas do que eles falaram? “Encontros sociais. Aperta a mão. Como vai? Tudo bem? Tudo certo? Esse tipo de coisa”, responde o assessor. Goldberg diz que não foi nada disso. Ele conta que conversou com Lulinha e Kalil para aconselhá-los a contratar uma “consultoria tributária e um escritório de advocacia”. É bastante improvável que essa seja toda a verdade porque, nessa época, a Gamecorp já tinha consultor. Era Antoninho Marmo Trevisan, amigo do presidente.

A constatação que se esconde por trás disso é a de que Lulinha, depois de receber a bolada da Telemar, começou a comportar-se como lobista da empresa junto ao governo de seu pai. Pode-se afirmar com certeza que em pelo menos um encontro oficial Lulinha tratou de ajudá-la. Antes de entrar o dinheiro da Telemar o lobby da dupla Lulinha-Kalil era feito

justamente em favor da concorrente, a Brasil Telecom. Com a ajuda de Lulinha e Kalil, Yon Moreira da Silva, da Brasil Telecom, conseguiu ser recebido pelo presidente Lula em uma audiência que, curiosamente, não constou da agenda oficial do Palácio do Planalto. Ela foi marcada por César Alvarez, assessor especial da Presidência, e durou quase duas horas — sem mais ninguém na sala. Sobre o que Yon Moreira e o presidente conversaram? Segundo Yon Moreira, sobre o projeto Computador Conectado, que visaria difundir a venda de computadores populares e o acesso gratuito à internet. “Lula ficou impressionado com o projeto que apresentei a ele”, diz Yon. “Houve uma sintonia entre nós. Mas não falamos nenhuma palavra sobre o filho dele.” Yon Moreira completa: “Lula queria que os pobres do Brasil tivessem acesso à internet, e eu tinha o melhor projeto para realizar esse sonho”. O auxílio de Lulinha e Kalil ao então diretor da Brasil Telecom é grave à luz de uma informação adicional: o encontro ocorreu no mesmo período em que o representante da empresa pagava 60 000 reais mensais a Lulinha e Kalil a pretexto de patrocinar um programa de games da dupla exibido pela Rede Bandeirantes. Essa é a mais simples e clara demonstração de um lobby empresarial junto ao governo: a Brasil Telecom patrocinava Lulinha e Kalil e, ao mesmo tempo, a dupla abria as portas da sala do presidente da República à Brasil Telecom. Parece inocente. Não é. Como esses encontros ocorreram

TERCEIRO ANO DO GOVERNO LULA

Janeiro de 2005

A BR4 criou, em parceria com a Telemar, a Gamecorp. O capital total é de **5,2 milhões de reais**. A Telemar entrou com outros 2,5 milhões de reais. No papel, a participação de Lulinha continuou em 450 000 reais

QUARTO ANO DO GOVERNO LULA

Março de 2006

A Telemar admitiu que deu, além dos 5 milhões de reais, mais 10 milhões de reais à Gamecorp, a título de “pagamento por patrocínio e produção de programas de TV”. Ao todo, a companhia investiu cerca de **15 milhões de reais** na empresa de Lulinha

Junho de 2006

A Gamecorp fechou um contrato com a Rede Bandeirantes para alugar seis horas de programação diária no seu Canal 21, que a partir daí passou a se chamar PlayTV. Oficialmente, trata-se de um arrendamento de horário

as portas fechadas e como os interesses das teles eram (e são) bilionários, qual-quer simpatia do governo por um ou outro contendor é decisiva.

Em suas visitas a Brasília, Lulinha e Kalil ocupavam uma sala no escritório do lobista Alexandre Paes dos Santos, conhecido como APS (*veja reportagem na pág. 64*). O escritório de APS está instalado em uma imponente mansão com quatro andares e elevador na sofisticada região do Lago Sul. Ali, com regularidade mensal, Lulinha e Kalil despacharam por quase dois anos, entre o fim de 2003 e julho do ano passado. A sala usada pela dupla tem 40 metros quadrados. Fica bem ao lado da sala do lobista APS. Há algumas semanas, estava mobiliada com duas mesas. Todas as cadeiras eram vermelhas. Havia dois computadores, duas

impressoras, uma máquina de fax e um telefone. O pai de Lulinha, Beto Lima, não tinha nenhuma função gerencial na dupla e não se envolvia no trabalho. Era chefe de família e não se interessava por nada além do futebol que ele gostava de assistir. O filho do empresário não seria responsável por nada de algum empreendimento empresarial. Sobre os negócios da sala e colegas por dois anos.

Além da sala, APS também colocou sua frota à disposição da dupla. Quando Lulinha e Kalil começaram a frequentar o escritório do lobista, seus deslocamentos por Brasília eram feitos em Ford Fiesta. Uma marca de 1,00 metro de altura. Kalil mencionou que a Fiesta era decente, confortável e disse que gostaria de um carro mais espaçoso. APS substituiu o Fiesta por um Omega. Enquanto despachavam na mansão de APS durante o dia, Kalil e Lulinha eram hospedados na Quinta do Torto ou no Palácio da Alvorada, residência oficial da Presidência da República. Quando isso não era possível, Kalil ia para o hotel Blue Tree, a menos de 1 quilômetro do Alvorada. Não se conhecera bem as razões pelas quais Lulinha e Kalil mantinham uma sala no escritório do lobista de métodos heterodoxos. O que faziam ali? Por que despachavam dali? Em busca dessas respostas, VEJA descobriu que a sala foi cedida a Lulinha e Kalil como parte de um acordo dele com a francesa Arlette Siaretta, dona do grupo Casablanca, um conglomerado de 54 empresas que, entre outras atividades, faz produção de filmes e eventos, gravação de comerciais e distribuição de DVDs.

Em 2002, Arlette Siaretta e APS se tornaram sócios num projeto de transmis-

sala e eu cedi", diz APS. Mas por que a Casablanca teria interesse em instalar Lulinha e Kalil em sua filial informal em Brasília? Apesar de ser dona de metade do mercado de finalização de comerciais no país, Arlette Siaretta tinha um problema no início do governo de Lula. Ligada ao PSDB e produtora das últimas três campanhas presidenciais tucanas, a empresária encontrou no PT uma muralha que lhe banava negócios com o governo federal e as estaduais, até então uma de suas grandes fontes de receita. Arlette Siaretta precisava de alguém para lhe abrir as portas do governo.

No fim de 2003, o sócio de Lulinha apareceu em seu escritório, em São Paulo, prometendo exatamente aquilo de que a empresária precisava — portas abertas. "Você tem uma grande empresa. Eu tenho acesso às pessoas que decidem. Podemos ganhar dinheiro juntos", teria dito Kalil, conforme o relato feito a VEJA por uma testemunha do encontro. Arlette Siaretta adorou a idéia. Fecharam negócio: Kalil receberia 5% das transações no governo que a Casablanca conseguisse por seu intermédio. Não poderia haver escolha melhor. Os "meninos" do presidente entregaram o que prometeram. Pois bem, Siaretta continuou tendo no governo petista a mesma participação que tinha no mercado nos oito anos dos tucanos, algo em torno de 50% de todos os contratos de filmes feitos para as empresas de publicidade que prestam serviço ao governo.

Não se sabe por que Arlette Siaretta confiou em Kalil. Procurada por VEJA em cinco oportunidades, a empresária não quis dar entrevista. Sabe-se, porém, que uma das melhores credenciais de Kalil para dizer-se influente foi sua proximidade com Lulinha — que, registre-se, não esteve presente na negociação com Siaretta. A pedido de Kalil, a empresária até concordou em trabalhar com Alberto Lima, conhecido como Beto Lima, amigo de Kalil (há quinze anos) e de Lulinha (há nove anos). Dano de um bar em Campinas que falira em agosto de 2003, Beto Lima passou a despachar diariamente na sede da Casablanca, em São Paulo. Siaretta mandou imprimir cartões de visita com seu nome e a custear suas despesas com passagens aéreas e hospedagem no triângulo São Paulo—Brasília—Rio de Janeiro. Assim como Kalil e Lulinha, Beto Lima também passou a usar o escritório de APS em Brasília, que lhe servia de apoio para suas visitas às principais agências de publicida-

mo base operacional, apenas para dar e receber telefonemas".

Em julho de 2004, a turma deu uma grande exibição de sua influência para Arlette Siaretta. O cineasta Aníbal Massaini Neto, diretor de *Pelé Eterno*, um documentário sobre a vida do craque, queria exibir seu trabalho ao presidente Lula, mas não conseguia romper o bloqueio. Arlette Siaretta, que produziu o filme, colocou em movimento sua engrenagem: acionou Beto Lima, que acionou Kalil, que acionou Lulinha — que marcou uma sessão de cinema no Alvorada com a presença do pai. A exibição aconteceu na noite de 13 de julho de 2004. Depois, houve um jantar, com arroz, feijão, peixe e farofa, além de uísque e charutos cubanos. Estavam todos lá: Lulinha, Kalil, Beto Lima, além de Siaretta. A certa altura, já empolgado, Lula fez um discurso no qual começou afirmando admirar duas pessoas na vida. A platéia apostou que uma seria Pelé, o astro do filme e presente à festa. Mas não. Lula disse que admirava Abraham Lincoln e — tchan, tchan, tchan, tchann — Kalil Bittar. Era a gratidão por tudo de bom que Kalil já fizera por Lulinha. A empresária Arlette Siaretta ficou muito satisfeita com o resultado do jantar, pelo acesso que conseguira e pelo prestígio de seus colaboradores.

Lulinha e Kalil mantêm-se mergulhados no mutismo sobre a real dimensão dos negócios e interesses que ajudaram em Brasília. Não falam também sobre seus despachos na sala ao lado da do lobista APS, bem como sobre suas andanças por empresas privadas e gabinetes federais. O assessor da dupla, procurado por VEJA, conversou com a revista. Disse que Kalil esteve na mansão do lobista APS, mas que Lulinha jamais colocou os pés lá. APS desmente o assessor de Kalil e Lulinha. Ele confirma que o filho do presidente despachava no escritório cedido por ele. Quando VEJA quis saber sobre outros detalhes, o assessor disse que Lulinha e Kalil não prestariam nenhum esclarecimento adicional. As investidas de lobista de Lulinha em Brasília e suas conexões empresariais merecem um esclarecimento mais pormenorizado. Todo pai tem direito de ver no filho um Ronaldinho e na filha uma Gisele Bündchen. Da mesma forma é vital tentar entender o mistério por trás de certas transformações extraordinárias dos filhos de presidentes, em especial quando elas ocorrem durante o ápice de poder dos pais. ✎

O LOBISTA MAIS ENROLADO DA REPÚBLICA

O lobista Alexandre Paes do Santos é homem de relações perigosas e de uma vasta ficha criminal. APS, como ficou conhecido em Brasília, fez carreira — e, posteriormente, fama policial — no submundo das negociações da Esplanada dos Ministérios, aproximando-se de raposas da política e cultivando a imagem de personagem misterioso e poderoso. As estipulias de APS nas som-

bras de Brasília vieram a público em 2001, quando a Polícia Federal apreendeu a agenda do lobista. Ali, escondia-se o inventário das atividades subterâneas de APS, como pagamentos de propinas a parlamentares e funcionários do governo, histórias de chantagens e esquemas de superfaturamento em contratos com órgãos públicos. Minucioso e detalhista, o lobista anotava na agenda valores de suborno ao lado da letra “K”, que os investigadores descobriram tratar-se de um código que correspondia ao acréscimo de três zeros ao valor registrado. Ao lado de nomes de deputados e servidores públicos havia, por exemplo, a inscrição “50K” (ou 50 000, reais ou dólares).

O escândalo foi um golpe para o lobis-

ta. Ele perdeu seus trinta clientes e passou a responder a três inquéritos da Polícia Federal, por suspeitas de corrupção, contrabando e tráfico de influência — investigações que se mantêm até hoje. Apesar da turbulência e da notoriedade, APS conseguiu se reerguer. Recuperou boa parte dos clientes e voltou a despachar numa espaçosa mansão, com quatro andares e elevador. Mas o sossego de APS pode durar pouco. Um de seus clientes, a Telecom Italia, está enrolado numa investigação de promotores de Milão, na Itália. Eles apuram a existência de um caixa secreto da Telecom Italia, que seria usado para pagar propina a autoridades de vários países — inclusive, é claro, do Brasil.

JORNAL DO BRASIL

Augusto Nunes

augusto@jb.com.br

Coisas da Política

Esse garoto sabe das coisas

CONTEI JÁ FAZ TEMPO que, até assumir o posto de Primeiro-Filho, Fábio Luiz Lula da Silva, o Lulinha, era apenas mais um entre milhões de jovens brasileiros atormentados pela escassez de empregos e por incertezas financeiras. Formado em biologia, atravessara 2002 sem emprego fixo. Sobrevivera como monitor do Jardim Zoológico de São Paulo e, depois, com os trocados que juntou nas aulas particulares de inglês e informática.

No fim de 2002, associado a dois filhos do companheiro Jacó Bittar, velho amigo da família, Lulinha criou uma agência de publicidade. Se Lula tivesse perdido a eleição, a idéia não iria muito longe. Como ganhou, os jovens empreendedores logo constatariam que o Brasil é, simultaneamente, a terra das oportunidades e um paraíso dos oportunistas.

A vida começou a melhorar quando o primogênito passou a percorrer atalhos desmatados pelo onipresente Daniel Dantas, craque em fazer amigos, influenciar pessoas e ganhar fortunas — e, também, especialista em fazer inimigos, exasperar pessoas e perder dinheiro. Sinuosas rotas mapeadas por Dantas conduziram aos braços da Telemar o primeiro fruto do casamento entre Luiz Inácio e Marisa Letícia.

Em outubro de 2004, Lulinha e os irmãos Bittar fundiram a agência com a Espaço Digital e subordinaram as empresas a uma holding batizada de BR-4. Dois meses depois, a Telemar, prestadora de serviços de telefonia por concessão do governo

federal, propôs aos jovens felizardos um contrato que elevaria substancialmente o capital da BR-4. Era só o começo.

O casamento com a Telemar gerou a Gamecorp, destinada a conceber jogos para a internet e produzir peças de entretenimento para canais de TV a cabo. A Gamecorp nasceu com um dote de R\$ 10 mil. Em poucos dias lhe caíram na conta R\$

A terra das oportunidades é também o paraíso dos oportunistas

5 milhões depositados pela Telemar. Foi a primeira de uma série de doações singularmente generosas.

Em meados de 2005, sócio de três empresas, o Primeiro-Filho tinha R\$ 625 mil em ações. Mais que o patrimônio do pai (à época, R\$ 422 mil declarados). Na pátria da gente que faz, Lulinha fez. Hoje com 30 anos, é milionário. Merecia tornar-se garoto-propaganda do Programa Primeiro Emprego. Mas o presidente Lula jura que não é de misturar assuntos de governo com coisas de família.

Reage com especial irritação a notícias que tratam o filho não como um gênio da informática mas como um beneficiário do sobrenome. Que, como demonstra a edição desta semana da revista *Veja*, vai aprendendo a transformar o parentesco privilegiado numa das trilhas que encurtam os caminhos do enriquecimento. Lula repetiu que o menino tem todo o direito de tocar a vida longe da vigilância da imprensa, dos adversários políticos e das instituições democráticas. E jurou hostilidade eterna aos que ousam violentar-lhe a privacidade.

Pura bravata. Primeiro, porque Lulinha é um brasileiro como outro qualquer, mesmo que imagine o contrário. Segundo, porque Lula consegue esquecer até agravos reais se assim o aconselharem circunstâncias político-eleitorais. Essa amnésia seletiva o levou a perdoar, por exemplo, os responsáveis pela mais medonha das noites infligidas ao atual presidente.

Em 1989, valendo-se de uma ex-namorada de Lula, Fernando Collor não poupou sequer a adolescente Lurian para tentar destruir moralmente o adversário. Há dias, o agora senador eleito por Alagoas informou que votará em Lula neste dia 29. A vítima retribuiu o mimo do algoz. Declarou que, no Congresso, Collor poderá fazer “um trabalho excepcional”.

Jaques Wagner: 'Petistas têm o direito de mentir'

Lei protege envolvidos em dossiê, diz

O governador eleito da Bahia, Jaques Wagner (PT), admitiu ontem que os petistas acusados de tentar comprar o dossiê Vedoin podem estar mentindo em seus depoimentos à Polícia Federal quando dizem não saber de onde veio o dinheiro que seria usado na negociação, R\$ 1,75 milhão. "Ao réu é dado o

direito de mentir, então não acho que o réu petista seja diferente de outros réus", disse Wagner, que integra o time de coordenadores da campanha do presidente Lula à reeleição. "Atestado de idoneidade não vem com ficha de filiação partidária. É uma coisa anterior", justificou. ● PÁG. 44

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, que será atendido na forma do Regimento sobre a publicação citada.

Antes de conceder a palavra ao Senador Mozarildo, a Mesa, atendendo à solicitação do Senador Arthur Virgílio, procederá à leitura do requerimento de voto de aplauso ao Município de Manaus pelo transcurso de seu aniversário de criação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.068, DE 2006

Requer voto de aplauso ao Município de Manaus, pelo transcurso de seu 337º aniversário de criação.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Município de Manaus, no Amazonas, pelo transcurso de seu 337º aniversário de criação.

Requeiro, ademais, que este Voto seja levado ao conhecimento do povo de Manaus, por intermédio do Prefeito Municipal Serafim Corrêa.

Justificação

Manaus comemora hoje 337 anos. A data será intensamente festejada, inclusive com a inauguração do Parque e Ponte dos Bilhares, projeto que resgata valores culturais e arquitetônicos da moderna Capital do meu Estado. São 17 mil metros quadrados entregues à população, pelo que está de parabéns o Prefeito Serafim Corrêa, cumprimentos que estendo ao Secretário Municipal de Obras e Habitação – SEMOSBH, Porfírio Lemos. Esse é realmente um espaço dedicado ao povo, contando com um café-bar, quiosques de produtos regionais, pistas de skate, bicicletário, pista para caminhadas e ciclismo, chafariz, play-ground, campo de futebol society, campo para futebol de areia e quadra poli-esportiva.

O Voto de Aplauso que estou requerendo ao Senado da República é de enaltecimento a uma comunidade brasileira que se destaca no cenário nacional, e até mundial, pela força da Zona Franca e por tudo que a cidade oferece como local do maior aconchego dos manauaras.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, para encaminhar, e, em seguida, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, há até uma discussão no Amazonas sobre a verdadeira idade de Manaus: uns dizem que são cerca de 150 anos; outros historiadores optam por 337 anos de civilização, desde, portanto, os primórdios, e me inclino mais por essa via, por essa acepção.

Manaus comemora hoje 337 anos. E a data será intensamente festejada, inclusive com a inauguração do Parque Ponte dos Bilhares, projeto bastante relevante que resgata valores culturais e arquitetônicos da moderna capital do meu Estado. São 17 mil metros quadrados entregues à população, pelo que está de parabéns o Prefeito da Cidade, cumprimentos que estendo ao Secretário Municipal de Obras e Habitação. É um espaço dedicado ao povo, com perspectiva de lazer, de esportes.

Sobretudo eu gostaria de dizer que há duas formas de comemorar o aniversário de Manaus: uma é a de pura e simplesmente participarmos das festas, e a outra é a de honrarmos a sua história, o que procuro fazer aqui neste Senado, inclusive lutando pelo Pólo Industrial de Manaus, que está ameaçado, e procurando exercer um mandato livre dessas manchas que

tanto têm maculado a vida pública brasileira e, conseqüentemente, o Congresso Nacional.

Quando os meus conterrâneos celebram, na quietude das suas casas – hoje é um grande feriado em Manaus –, o 337º aniversário de Manaus, eu, como filho que reoptei pela minha cidade, porque morei a maior parte da minha vida, a minha juventude inteira, fora da cidade – ou seja, eu seria manauara duas vezes –, aqui me coloco comemorando o aniversário de Manaus no trabalho, mais uma vez trabalhando pela minha cidade, pelo meu Estado, e orientando minha vida pelo engrandecimento de uma cidade que representa uma belíssima civilização incrustada no coração da Floresta Amazônica.

Um vôo sobre Manaus mostra como ela é um milagre. É o milagre de um povo denodado, de um povo corajoso, de um povo teimoso, de um povo criativo. É o milagre de um povo que é formado não mais apenas de manauaras, mas de centenas de milhares de paraenses, maranhenses, cearenses, nordestinos, homens e mulheres que vieram do centro-sul do Brasil para dar a sua contribuição e levar seus conhecimentos para que nós possamos fazer uma cultura que seja a mescla da cultura que herdamos dos nossos antepassados indígenas com a cultura que vem da Itália, que vem do Japão – há uma grande colônia japonesa lá. Ou seja, Manaus, para mim, é todo esse cadinho, é tudo isso, é uma parte substantiva no meu coração.

Muito obrigado a V. Exª pela oportunidade, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Exª.

A Presidência encaminhará a manifestação na forma do Regimento.

O Requerimento lido vai ao Arquivo.

Meus parabéns a todos os manauaras!

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, eu gostaria de encaminhar à Mesa o registro de 23 anos de existência do jornal **Folha de Boa Vista**, o maior jornal do meu Estado, que completou 23 anos dia 21, no sábado. Como ontem não houve sessão, não pude fazer este registro. Quero, então, encaminhar à Mesa o pronunciamento, para que seja dado como lido, e o documento anexo.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero registrar com muita alegria e satisfação que a **Folha de Boa Vista**, o maior jornal do meu Estado, completou, no último sábado, dia 21, 23 anos de existência.

A característica principal do jornal **Folha de Boa Vista** ao longo desses 23 anos tem sido o pioneirismo, um dos diferenciais de mercado.

A **Folha** foi o primeiro jornal a circular com duas cores na impressão, a ter classificados, a sair do tamanho *stander* e a rodar em sistema rotativo.

Desde a sua fundação, em 21 de outubro de 1983, a **Folha de Boa Vista** nunca paralisou sua circulação nem mudou de nome.

Quando se trata de resgate da história, a **Folha de Boa Vista** saiu na frente com o Centro de Documentação e Informação (CEDOC). O arquivo da **Folha** serve tanto pra consultas para estudantes como para utilização pelo Poder Judiciário em ações judiciais. O setor tem arquivado todas as edições da **Folha**, do **Diário do Poder Judiciário** e de alguns jornais, como o **Caburáí**. Além do arquivo com mais de 300 mil fotografias.

Segundo o Diretor-geral do Grupo **Folha**, Getúlio Cruz, a **Folha** conta hoje com mais de 90% da preferência dos leitores.

Em todos os 15 municípios de Roraima, a **Folha de Boa Vista** está presente, levando informação, cultura e utilidade pública.

No próximo ano, a **Folha de Boa Vista** começará a desenvolver o projeto gráfico de 25 anos do jornal, contando com páginas coloridas.

O Grupo **Folha**, responsável pelo jornal, hoje também está presente na Internet, por meio da **Folhawe** e na rádio, por meio do **Rádio Folha**, há três anos no ar.

Aproveito a oportunidade para parabenizar o Diretor-geral do Grupo **Folha**, Getúlio Cruz, pelo aniversário do jornal **Folha de Boa Vista** e também parabenizar todos aqueles que ajudaram a construir esse que é hoje o maior jornal do nosso Estado. Parabéns, **Folha de Boa Vista**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU DISCURSO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Folha comemora 23 anos de existência

REBECA LOPES

A característica principal do jornal Folha de Boa Vista ao longo dos 23 anos de existência tem sido o pioneirismo, um dos diferenciais de mercado. Foi o primeiro a circular com duas cores na impressão, a ter classificados, a sair do tamanho stander e a rodar em sistema rotativo. Desde a sua fundação, em 21 de outubro de 1983, nunca paralisou sua circulação nem mudou de nome.

Inclusive quando se trata de resgate da história, saiu na frente com o Centro de Documentação e Informação (Cedoc). Seu arquivo serve tanto para consultas para estudantes quanto para utilização pelo Poder Judiciário em ações judiciais. O setor tem arquivado todas as edições da Folha (da primeira a última), do Diário do Poder Judiciário e de alguns jornais como o "Caburaí". Além do arquivo com mais de 300 mil fotografias.

Na avaliação do diretor-geral do Grupo Folha, Getúlio Cruz, como a maior parte das empresas fixadas, nesses 23 anos de existência o jornal conseguiu crescer e chegar ao limite do mercado, com mais de 90% da preferência dos leitores. "Nós chegamos a quase totalidade dos leitores do Estado".

Destacou que a partir daí existe todo um conjunto de fatores que independem da empresa, como educação da população, investimentos em educação, migração, economia como um todo. "Nós fizemos um jornal que é acreditado, que tem a isenção possível", enfatizando que a isenção não é aquela que gostariam que fosse, mas a mais possível a chegar.

Investimentos no parque gráfico também permitiram que a empresa ganhasse ainda mais o mercado. Em 1998, saiu da impressão plana (folha a folha) para a rotativa (por caderno). Isso acabou reduzindo o tempo de impressão do jornal de 8 horas para 25 minutos por caderno, e claro, aumentou o número de exemplares. Saiu de dois mil por dia, para 12 mil. Em todas as sedes dos 15 municípios de Roraima chega a

De acordo com Getúlio Cruz, a estrutura existente na empresa atualmente, não apenas de pessoal como material, permitiria a Folha circular com 100 mil exemplares, já que tem a única rotativa do Estado. Muito embora a gráfica seja procurada, sua produção ainda está aquém do que poderia atender.

Hoje a rotativa trabalha duas horas por dia. Ele reforçou que se o mercado crescer, não será preciso a empresa fazer mais nenhum investimento para atender a demanda. "Se tivéssemos 600 mil habitantes, a Folha não precisaria fazer nenhum investimento para atender essa população".

Em relação aos projetos futuros, ele destacou dois: o principal será, no primeiro semestre de 2007, fazer as capas dos cadernos coloridas, que hoje circulam apenas em duas cores. A outra é investir na Folhaweб, que é uma tendência do mercado e que o jornal não pode fugir.

Quanto às metas para o futuro, o diretor disse não ter como fazer muitos planos devido à economia com sobressaltos. Conforme ele, os últimos dois anos foram de sonhos de que o agronegócio pudesse desenvolver, que Roraima fosse se transformar na maior fronteira de produção agrícola.

"Infelizmente estamos terminando 2006 e iniciando 2007 sem perspectivas econômicas. Então o jornal tem que refletir o momento econômico do Estado, porque não tem como pensar em grandes investimentos aqui, na medida que o agronegócio está patinando, não há política de industrialização do Estado", analisou.

Credibilidade e confiança

A consolidação do nome e a credibilidade do jornal também são reforçadas pelo número de anunciantes fixos. Há três anos girava em torno de 15 e 30, e hoje a média é 150. Para a diretora comercial, Paula Cruz, os números representam a consolidação da marca como parceira dos empresários.

No atendimento ao cliente, uma das preocupações tem sido dar oportunidade ao cliente em mostrar seu empreendimento, procurando colocar em páginas onde o negócio poderá ser mais destacado.

Com o fortalecimento da marca, do atendimento e com o retorno que o cliente terá, Paula disse que o jornal conseguiu cumprir o papel de fidelização do cliente. "A cada ano não temos uma rotatividade de entrar e sair cliente. Ao contrário, só agrega mais e mais".

Paula comentou ainda que no próximo ano a empresa começará a desenvolver o projeto gráfico de 25 anos do jornal, contando com páginas coloridas. (R.L.)

Classificados cumprem papel social

Provavelmente quase todas as pessoas um dia precisaram consultar os "Classificados" em busca de efetivar algum negócio, seja através da compra ou venda. São centenas de pessoas que vivem do terceiro caderno da Folha. Pode-se dizer que agrada a gregos e troianos.

Para a diretora comercial Paula Cruz, com o desemprego enfrentado pela população, os Classificados acabam cumprindo um papel social grande, e que, às vezes, muita gente não tem a exata noção da sua dimensão. É um local que anuncia de graça, com oportunidade de falar todo dia com 20 mil pessoas.

Os serviços são dos mais variados, por isso, centenas de pessoas vivem disso, seja vendendo sua produção de salgados, doces, reformas, podas de árvores, venda de móveis, imóveis, carros, motos, entre outros. "Hoje você encontra absolutamente tudo nos Classificados", disse Paula.

Sobre o futuro para os Classificados, a direção da empresa está estudando uma forma de colocar na internet os anúncios que forem pagos. Mas a boa notícia é que no início do próximo ano os anúncios pagos vão estar disponíveis na FolhaWeb. Nessa fase, qualquer pessoa terá acesso a essa divulgação. Para um futuro mais distante, o acesso a esta relação de serviços/bens/produtos também deverá ser cobrado. (R.L.)

Rádio Folha completa três anos

No dia 5 de outubro de 2003, entrou no ar em caráter experimental a Rádio Folha, das 6 horas da manhã até meia-noite. A emissora começou com apenas dois locutores, Sunaira Cabral, que entrava às 6h e ficava até meio-dia, e Josean Rego, das 12h às 18h.

O revezamento de turno também acontecia entre os operadores de som Girdene Torreias, Vagner Feitos e Patrick Soares. Os turnos duravam sete horas, se estendendo nos finais de semana e feriados.

Dezesseis dias depois, em 21 de outubro, a rádio entrou no ar definitivamente, das 5h até meia-noite. Para o diretor Getúlio Cruz, colocar a Rádio Folha AM 1020 no ar foi uma vitória.

Destacou a luta para conquistar uma fatia do mercado, por se tratar de uma emissora AM, e no País se fez uma cultura nos últimos anos de rádio FM. "Até onde nós alcançamos estamos bem".

A visão de perspectivas para o futuro da Rádio Folha passa pela aprovação do Governo Federal das normas da rádio digital, que era para estar aprovada desde julho, agora a previsão é para fevereiro. Pensando no futuro, o transmissor já veio pré-preparado para a digitalização. (R.L.)

← VOLTAR

Copyright © 2005 Jornal Folha de Boa Vista. Todos os direitos reservados.


Sen. Mozamildo

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Rodolpho Tourinho, concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino pela ordem.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, serei brevíssimo.

Quero apenas fazer um comentário. A revista **Veja**, na semana anterior ao último número, havia feito uma matéria sobre a suposta “operação abafa”, que foi inteiramente desmentida pela Polícia Federal, pelos delegados, independentemente da sua posição dentro da Polícia Federal. O próprio Presidente da Associação dos Delegados da Polícia Federal foi muito enfático. Enfim, é uma matéria que caiu no esquecimento porque se mostrou inconsistente. Mas a revista, agora, no seu último número, publicou outra matéria, sempre procurando atingir o Presidente, desta vez procurando atingi-lo por meio de seu filho. Outros jornais também não comentaram, não fizeram nenhuma repercussão sobre uma coisa que seria grave, mas o Senador Antonio Carlos Magalhães achou por bem – e é seu dever, como representante da Oposição – tecer um comentário, que fez de forma respeitosa e adequada, embora exigindo esclarecimentos.

Quero apenas dizer que não tenho mais conhecimentos profundos e detalhados sobre o assunto, mas acredito no que disse o Presidente Lula, que, se o seu filho cometeu algum ilícito, ele será punido na forma da Constituição.

Eu só queria dar esta palavra para não deixar de expressar, em nome do Partido dos Trabalhadores, em nome do Partido do Presidente, a nossa visão sobre essa matéria da revista **Veja**.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena, peço a palavra para um esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Já concederei a palavra a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É só um esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Não tem nenhum problema, vou conceder a palavra a V. Ex^a.

Concedi a palavra pela ordem. De fato, não era pela ordem, porque não era sobre o andamento dos trabalhos, mas entendi o pronunciamento que S. Ex^a queria fazer. O Senador Roberto Saturnino poderia ter

feito uso da palavra pela Liderança do PT, mas não tem nenhum problema, eu aceito.

Então, vou dar a palavra a V. Ex^a também, Senador Heráclito, pela ordem, embora eu saiba que não é pela ordem, para que encerremos e passemos a palavra ao próximo orador. De outra forma, os dois podem solicitar a palavra pela Liderança dos respectivos Partidos.

Então, tem a palavra V. Ex^a, Senador Heráclito, pelo mesmo tempo que falou o Senador Saturnino.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas um esclarecimento, Sr^a Presidente, para que eu me oriente: em qual página da revista **CartaCapital** V. Ex^a leu a matéria? É da revista **Veja**? Não é da revista **CartaCapital**? Quero perguntar a V. Ex^a porque estou em dúvida.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Citei o respeitável Senador Antonio Carlos Magalhães, que comentou uma matéria da revista **Veja**. V. Ex^a está querendo ironizar, porque V. Ex^a é mestre no assunto. Toda a Casa o conhece; mais do que a Casa, o Brasil o conhece. Mas em mim não resvala, entra por um lado e sai por outro. Não me vou inquietar, nem me zangar com V. Ex^a. Use da ironia, que é bem recebida pelos que nos escutam, pelos que nos vêem, mas não me atinge, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a está sendo injusto comigo. Pensei que fosse mais um artigo da **CartaCapital** que V. Ex^a tão bem traz a esta Casa toda segunda-feira. Pensei que tivesse havido um erro, um engano.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Diálogo feito, terá a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães, que pedirá pelo art. 14. Regimentalmente S. Ex^a pode fazê-lo. Os dois outros Senadores, se quiserem, não peçam mais a palavra pela ordem, porque não se trata do andamento dos trabalhos. S. Ex^{as} poderão pedir a palavra pelas Lideranças.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães, pelo art. 14.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a pelo seu espírito de justiça. Agora confesso que não sei o que o Senador Saturnino citou a meu respeito. Talvez eu não estivesse prestando a atenção. Foi recentemente?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Citei que V. Ex^a comentou uma matéria da **Veja**, nada de mais, de forma respeitosa, com todo o direito, até cumprindo um dever de Senador da Oposição.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E eu comentei que o Senador Saturnino já lê a **Veja**.

Não sabia que lhe ofenderia, Senador Saturnino.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu apenas não sabia do que se tratava. Agradeço a V. Ex^a, Senador Saturnino, e à Presidente por esses esclarecimentos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho, que, pacientemente, estava esperando, embora orador devidamente inscrito, como sempre.

Concedo a palavra a V. Ex^a pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr^a Presidente.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho trazer um tema que creio importante – V. Ex^a me dará razão –, que é o combate à pobreza. Aliás, temos ouvido muito sobre isso nesses últimos dias em debates, mas temos que ver pelo menos quatro momentos diferentes em relação a esse tema.

O primeiro deles, até quando foi criado o programa de combate à pobreza, foi quando o Senador Antonio Carlos Magalhães fez uma emenda, naquela época de valor substancial, se não me engano de R\$4 bilhões, quando se iniciou, efetivamente, pelo menos em recurso, o combate à pobreza.

O segundo momento foi quando foram juntados vários outros programas dentro dessa sigla do combate à pobreza. Trataríamos agora do que seria o Bolsa-Família, iniciado no Governo passado e explorado comercialmente também neste Governo.

Quero trazer um outro ponto, que é uma questão ligada a isso, ligada à questão do combate à pobreza, que é uma das formas de se combater à pobreza. O microcrédito orientado foi aprovado aqui, pela Medida Provisória nº 226, em 2005, que resultou em uma lei que criou o programa com o nome pomposo de Programa Nacional de Microcrédito Produzido Orientado, PNMPO. Quero dizer que o objetivo desse importante programa era a democratização do crédito produtivo e também a utilização dos recursos do compulsório dos bancos: 2% do valor total do compulsório para utilização nesse programa. Inclusive, houve uma flexibilidade para que os próprios bancos, ao longo do tempo, se ajustassem aos seus compulsórios, utilizando esses recursos para fazer o microcrédito orientado. Também foi permitido que isso fosse repassado para organizações da sociedade civil, as Oscips, para as sociedades de crédito ao microempreendedor, as SCMs, e para as cooperativas.

Na verdade, a regulamentação que foi estabelecida depois, que está em vigor, tem-se mostrado insuficiente para alavancar o programa e tem-se mostrado também omissa em relação aos esforços dos municípios para participar desse programa.

Elaborei um projeto de lei que está na pauta da CAE, Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para ser votado. Essa é uma das razões por que trago este tema hoje, pois o projeto inclui, entre as instituições do microcrédito orientado, as agências de fomento e as atividades produtivas que venham a ser criadas por municípios; autoriza os municípios a criar essas agências; e atribui a instituições ligadas ao poder municipal, como o Banco do Povo – aquele que tem uma denominação genérica de Banco do Povo –, a possibilidade também de utilização desses recursos.

Quando da aprovação da medida provisória no Senado, por sugestão do Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, e do Líder do Governo, fui designado, Senadora, para realizar o acompanhamento desse processo de regulamentação, que, aliás, lamentavelmente, nunca ocorreu. Mas foram feitos inúmeros contatos. Da minha parte, fiz inúmeros contatos com bancos que trabalham nessa área, com organizações civis, com cooperativas que operam no setor. Inclusive, a convite do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial, fui a Washington em missão oficial, como representante do Senado, para colher todas as experiências que estavam ocorrendo no mundo, como a do Grameen Bank, fundado há mais de 35 anos, que acaba de receber, junto com seu fundador, o economista Yunus, o Prêmio Nobel da Paz deste ano.

Entendo que temos de aproveitar este momento em que está clara, na mídia e na cabeça de todo o mundo, a importância de um Prêmio Nobel da Paz, para que avaliemos o que está acontecendo no Brasil. Na verdade, não tem acontecido nada com relação ao microcrédito orientado. Esse é o assunto que quero trazer, e o estou fazendo desta forma.

Antes, quero falar de outro aspecto. Temos tudo neste País para ser um país justo, socialmente justo. No entanto, somos das Nações mais desiguais deste mundo. Lembro o momento em que foi criado o Programa de Combate à Pobreza, quando o Senador Antonio Carlos Magalhães alocou R\$4 bilhões de recursos do Orçamento para seu desenvolvimento. Mas esse programa não funcionou como devia no Governo anterior, e agora se chega a um simples programa de transferência, o Bolsa-Família, ainda que necessário e importante.

Quero juntar estas duas pontas: a experiência do Bolsa-Família, que considero válida e que deve ser aprimorada, e a outra experiência, com mais de

35 anos no mundo inteiro, em Bangladesh, do economista Yunus, do Grameen Bank.

Entendo claramente que, se adotados simultaneamente esses dois programas – um programa de transferência e um programa que efetivamente incentive produção e geração de emprego –, teremos mais condição de obter os melhores resultados.

Devido à incapacidade de incentivar a produção ou de gerar empregos, um programa de transferência de renda do tipo Bolsa-Família tem uma reduzidíssima capacidade ou uma capacidade nula de alavancar o crescimento econômico. Possivelmente, é uma das razões por que temos enfrentado tantos problemas em relação a isso.

No caso específico do Brasil, que tem outros entraves ao crescimento, é preciso que um programa de transferência de renda seja acompanhado de outro programa que seja capaz de reduzir desigualdades, de reduzir a pobreza, mas também de promover o crescimento.

Analisando a experiência mundial, podemos verificar, então, que a melhor experiência, no mundo inteiro, não se restringe a Bangladesh. Já existem experiências importantes no México, na América Latina de forma geral e, inclusive, nos Estados Unidos. Seguramente, é por essa razão que, creio, foram contemplados, com o Prêmio Nobel da Paz, tanto a instituição quanto o Yunus.

Temos certeza de que os pequenos negócios são fundamentais para a geração de emprego e renda. No entanto, no Brasil, esses pequenos empreendedores enfrentam grandes dificuldades no acesso ao crédito formal, o que dificulta e até inviabiliza sua sobrevivência.

Para garantir que o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado torne-se efetivamente um instrumento capaz do combate à pobreza, é preciso, agora, sim, que se reveja sua regulamentação e que se coloque todo o pessoal – todas as Oscips, SCMs, o Governo e todas as pessoas que trabalham em atividades diretamente ligadas a esse assunto – para discutir as deficiências existentes.

A evolução das aplicações tem sido muito lenta. Segundo reportagem do jornal **O Globo** da semana passada, daquilo foi colocado à disposição do BNDES, cerca de R\$170 milhões, para aplicação até 2008, só foram negociados até agora R\$84 milhões, cerca de metade; e liberados apenas R\$9 milhões para o Microcrédito Orientado Produtivo. Do total dos depósitos compulsórios, apenas cerca de R\$1 bilhão têm sido aproveitados pelos bancos comerciais – privados e estatais –, a exemplo do Banco do Nordeste do Brasil, mas nunca em Microcrédito Orientado Produtivo.

Ele é estabelecido em microfinanças, e aí o Governo promoveu uma grande confusão entre microfinanças e Microcrédito Orientado Produtivo. São condições diferentes, são linhas de crédito inteiramente diferentes, com acompanhamento inteiramente diferente.

Vemos hoje que, além de não haver uma regulamentação, foram liberados apenas 5% dos recursos do FAT do BNDES, dos R\$170 milhões colocados à disposição do microcrédito. Uma grande parcela daquele R\$1 bilhão, representados por 2% dos depósitos compulsórios dos bancos do Brasil, é utilizada hoje não da forma como fora prevista, mas muito mais para microfinanças.

Existem experiências importantes, como a do Banco do Nordeste, com o Crédito Amigo; como a dos Correios, com o Banco Postal. Mas, insisto, isso não é microcrédito produtivo orientado. Isso não é aquilo que fez do Grameen Bank um grande banco ao longo de 35 anos. Isso não é aquilo que vai permitir reduzir pobreza.

Há uma grande diferença entre os recursos que são disponibilizados para microfinanças, pois podem ser utilizados na compra de um bem, de uma televisão, por exemplo, que não gera nada de novo, que não acrescenta nada ao processo produtivo. Mas, no Microcrédito Produtivo Orientado, isso não seria possível. Isso deveria ser proibido. Então, são coisas diferentes.

Quero chamar a atenção, neste momento, para dois pontos, pelo menos: existem recursos – é lamentável que haja programas com tantos recursos neste País que não possam ser aproveitados; a regulamentação não está atendendo àquilo que é preciso para que esse programa se desenvolva.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Permite-me V. Ex^a um breve aparte, Senador Rodolpho Tourinho?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Concedo o aparte, com muito prazer, ao Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Primeiro, cumprimento V. Ex^a pelo discurso, pelo tema escolhido. Efetivamente, é muito importante que o Brasil desenvolva bem essa linha do microcrédito assistido. Estou de acordo com V. Ex^a e também faço a minha crítica. Acho que o Governo não avançou o que poderia ter avançado, que há recursos para isso, e espero que, se houver um segundo mandato do Presidente, essa linha seja desenvolvida com mais intensidade, porque eu também acho, concordando inteiramente com V. Ex^a, que esse é um instrumento ótimo, excelente, muito eficaz para o processo de desenvolvimento. Só peço licença para discordar quanto aos efeitos do Bolsa-Família. Também acho que o Bolsa-Família não

é um programa para promover crescimento, mas um programa para redistribuir renda, objetivo primordial numa sociedade injusta como a nossa, fato que V. Ex^a mesmo reconheceu ao assumir a tribuna. Agora, ele também tem um efeito dinamizador da economia, na medida em que faz crescer o comércio do Nordeste. Tenho lido referências até na revista **Exame** – não é na revista **CartaCapital**; não está presente aqui o Senador Heráclito Fortes, mas a revista **Exame** comenta o crescimento do comércio no Nordeste, que é muito importante, quer dizer, o comércio de investimento, de colchões, de móveis, de fogão, fruto do processo de redistribuição por meio do Bolsa-Família. Então, ele também tem o seu efeito dinamizador, mas não é um programa de crescimento e, sim, um programa de redistribuição. Agora, o microcrédito assistido, sim, é redistributivista e é também desenvolvimentista, mais diretamente. Então, eu quero concordar com V. Ex^a e cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Senador Saturnino, em momento nenhum eu disse que era contra o Bolsa-Família. Não é isso.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Rodolpho Tourinho, eu pediria a V. Ex^a, efetivamente, um art. 14, para eu me defender aqui.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Quem concede o art. 14 é a Presidência.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Faça um aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas eu queria pedir a V. Ex^a. Na realidade, é um aparte.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu concedo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Senador Saturnino não sabe que eu sou o seu anjo da guarda e que estou aqui, às suas costas, a protegê-lo. Fique tranquilo, eu li a matéria da **Exame**. Agora, pediria a V. Ex^a que visse também a matéria fantástica que traz a **Exame** desta semana sobre as ONGs. V. Ex^a, um homem que fica indignado com as coisas erradas, vai ter uma matéria para ficar indignado e para comentarmos amanhã neste plenário. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Senador Saturnino, vou retomar o meu raciocínio rapidamente.

Em primeiro lugar, sou inteiramente favorável ao Programa Bolsa-Família. Disse apenas que, se compararmos um programa de bolsa-família com o programa de Microcrédito Orientado Produtivo, ele é muito mais lento na capacidade de gerar o crescimento. Por quê? Porque ele não está dirigido à produção nem à geração de emprego. O programa orientado, sim.

Então, o que eu digo é que, na hora em que temos esse exemplo da concessão de um Prêmio Nobel da Paz a um banco e ao seu instituidor, o economista Yunus, é o momento de pensarmos, com a nossa experiência ruim aqui no Brasil com relação a isso, em acoplarmos ao Bolsa-Família um programa de crédito orientado de uma forma melhor. Por quê? Porque aí temos uma saída automática, uma saída ainda que não seja para 100%, mas uma grande saída automática. E essa saída também é que permitirá o crescimento. Essa é a minha linha de raciocínio.

Há ainda dois pontos a serem abordados antes de encerrar essa questão hoje. Existem recursos. Quando imaginamos, Senador Saturnino, que existe um bilhão de recursos, correspondentes a 2% do compulsório, que podem ser utilizados para gerar produção e emprego e que esses recursos, neste momento, atendem a algumas necessidades de bancos privados e mesmo de bancos estatais, penso que está na hora de se revisar a implicação disso.

No momento em que R\$170 milhões de recursos do FAT estão à disposição do BNDES e que apenas 5% deles estão sendo utilizados, consultando as organizações sociais que tratam do microcrédito, as cooperativas, todas essas pequenas instituições, porque todas elas são muito pequenas, elas dizem que, com esse tipo de legislação, não vão a lugar nenhum. E a prova é esta, a prova está aqui: o microcrédito não está crescendo.

Só quero, neste momento em que um Prêmio Nobel da Paz é concedido a um banco, por um programa que está provado no mundo inteiro como uma das melhores coisas para se reduzir a pobreza, em que temos recursos alocados para isso, recursos claramente alocados, não sujeitos a nenhum tipo de contingenciamento – ainda tem mais essa –, como essa questão do compulsório, acho que está na hora de se rever o que se está fazendo de errado em relação à legislação.

Eu diria, Senador Saturnino, que não é tanto em relação à legislação, mas em relação à regulamentação, o que é muito pior e torna muito mais grave esse imobilismo no microcrédito orientado produtivo, porque isso já faz parte de um conjunto de medidas burocráticas que estão impedindo a implementação de um grande programa como esse, que está aprovado hoje pelo Banco Mundial. Esta instituição considera o microcrédito orientado produtivo um dos instrumentos mais importantes para a redução da pobreza mundial.

Nossa vinda hoje aqui tem o sentido de, no momento em que é concedido esse Prêmio Nobel, chamar a atenção do País para um problema que consideramos tão sério, tão grave e para o qual temos a solução.

Muito obrigado, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Tem a palavra V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, encaminho à Mesa, para publicação, matéria realmente insólita. É um pequeno discurso que se embasa em matéria do jornal **O Globo**, do dia 21 de outubro último, sob o título “Pais denunciam excursão irregular a comício”. A Associação Petropolitana de Estudantes levou, sem autorização, 230 menores a ato de Lula na Cinelândia.

Diz aqui que a Associação Petropolitana de Estudantes, APE, ligada à União da Juventude Socialista e ao Pcdob teria levado alunos, sem autorização dos responsáveis, a um comício presidencial.

Depois tem um subtítulo: “Professores notaram falta dos alunos e escola avisou pais”. Mais ainda: os alunos teriam passado o dia sem comer e sem beber. É uma coisa realmente... Aquelas “espontâneas” do tempo do Presidente Vargas eram assim: colocavam as crianças para darem adeus ao Presidente com as bandeirinhas, mas, pelo que me consta, nas “espontâneas” do Vargas tinha comida, tinha água, enfim. Desta vez, não, nas “espontâneas” do Lula – toda vez que eu falar a palavra “espontânea”, peço à Taquigrafia que aspeie. Nesse caso, quer dizer, sem o pai saber, sem comida e sem bebida. Ou seja, quase um campo de concentração.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a mais recente ação do Governo Lula é o descaminho de escolares menores. Para dar aparência de comparecimento maciço aos comícios do Presidente-candidato, a turma do Baixo PT cometeu crime de mini-sequestro de crianças, levadas por uma completa e cuidadosamente urdida indução ao comício de Lula na Cinelândia, no Rio.

As mais novas vítimas do petismo são 230 crianças, de 12 a 16 anos, todas alunas de escolas públicas e particulares de Petrópolis. Os petistas não pediram nem autorização aos pais ou responsáveis.

Isso ocorreu na terça-feira última em ação coordenada pela Associação Petropolitana de Estudantes, ligadas ao Pcdob, que apóia a candidatura petista.

Às crianças, os responsáveis pelo “mini-sequestro” explicaram que seria uma viagem rápida e que todos estariam em Petrópolis às 17 horas e 30 minutos. Chegaram à meia-noite. Ficaram sem comer ou beber qualquer líquido.

O relato está na edição de sábado passado, dia 21, de **O Globo**. De tudo, foi registrada ocorrência em delegacia policial, no Conselho Tutelar de Menores e no Ministério Público.

A tal da Associação Petropolitana de Estudantes reconhece que não pediu autorização aos pais das crianças e disse, com a cara petista mais deslavada do mundo, que “não podia impedir alunos de irem a ato a favor de Lula”. Ele, de nome Thiago Mayworn, só não explica que os alunos são todos menores de idade.

Antes da viagem, nos quatro ônibus, os dirigentes da Associação percorreram quatro escolas de Petrópolis para aliciar os menores, para eles “um convite”.

O jornal **O Globo** transcreve também a semcerimônia com que se defende outro dirigente da Associação Petropolitana de Estudantes, Wagner José Mineiro:

“– É injusto da nossa parte não levar os estudantes para exercer a democracia e a cidadania. A juventude deste país está buscando o melhor para ela e é isso que estamos tentando resgatar.”

Bela democracia esta que Lula e o PT acenam às crianças!

Por isso mesmo e para que o historiador do amanhã disponha de elementos para avaliar a conduta do partido do Presidente, estou anexando a este pronunciamento a matéria de **O Globo** a fim de que, assim, passe a constar dos Anais do Senado da República.

Além da matéria, leio o que me escreve a Sr^a Maria Helena de Souza Neto, mãe de uma das crianças levadas ilegalmente ao comício de Lula. Diz ela:

“Senador,

Não posso ficar calada. Estou muito indignada. O que estão fazendo com nossas crianças é um crime.

Os pais de família merecem respeito e sossego. Eles precisam trabalhar e seus filhos têm que estudar. Precisamos passar o Brasil a limpo.”

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Pais denunciam excursão irregular a comício

Associação Petropolitana de Estudantes levou, sem autorização, 230 menores a ato de Lula e Cabral na Cinelândia

Cassio Bruno

• Pais de alunos de escolas públicas e particulares de Petrópolis registraram queixa contra a Associação Petropolitana de Estudantes (APE), ligada à União da Juventude Socialista (UJS) e ao PCdoB, por levar alunos, sem autorização dos responsáveis, ao comício do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que disputa a reeleição, e de Sérgio Cabral (PMDB), candidato ao governo do Rio, terça-feira, na Cinelândia. Pelo menos 230 menores, entre 12 e 16 anos, foram levados pela associação ao ato político, que reuniu cerca de dez mil pessoas.

Os alunos, a maioria em horário de aula, saíram de Petrópolis

em quatro ônibus, por volta das 13h de terça-feira. Antes da viagem, receberam um panfleto da APE informando da passeata e da disponibilidade dos ônibus. A volta estava prevista para as 17h30m, mas eles chegaram à cidade após a meia-noite.

Ontem, uma comissão formada por 45 pais de alunos do Colégio Estadual Irmã Cecília Jardim, no bairro Cascatinha, reuniram-se e decidiram, além de registrar queixa contra a APE na delegacia, procurar o Conselho Tutelar e o Ministério Público.

Professores notaram falta dos alunos e escola avisou pais

Segundo a diretora da escola, Vânia Dias de Oliveira, os professores só percebe-

ram a falta dos alunos depois que correu o boato sobre a excursão. Ela afirma que uma coordenadora foi às salas de aula para saber quem estava ausente, para em seguida avisar aos pais.

— Muitos alunos ficaram surpresos quando estavam descendo a Serra, porque os organizadores tinham prometido um passeio em lugar próximo. A gente quer saber que tipo de convencimento foi usado. A alguns contaram que prometiam lanche, passeio e ida à praia. A maioria é de menores e não vota — disse a diretora.

Alunos passaram o dia sem comer nem beber

Segundo alguns pais, que

não quiseram se identificar, os alunos ficaram o dia todo sem comer nem beber. Alguns teriam passado mal. Eles dizem ainda que os organizadores partiram no meio da serra, na volta para Petrópolis, e deixaram R\$ 50 para que os alunos voltassem em linha de ônibus regulares até suas casas.

Uma estudante de ensino médio do Colégio Estadual Dom Pedro II disse que os alunos só foram avisados de que excursão era para o comício momentos antes da saída dos ônibus:

— Tinha alunos de 12 e 13 anos. E eles prometeram chegar aqui às 17h30m, horário de saída da escola. ■

Entidade reconhece que não pediu autorização e nega ligação partidária

Presidente da APE: 'Não podia impedir alunos de ir a ato a favor de Lula'

• O presidente da Associação Petropolitana de Estudantes (APE), Thiago Mayworm, alega que ninguém foi obrigado a ir ao comício de Lula e Cabral, apesar de a maioria dos alunos ser menor de idade. Segundo ele, integrantes da entidade percorreram pelo menos quatro escolas, onde foi feito o convite nas salas de aula. Ele admite que houve um problema no Colégio Estadual Irmã Cecília Jardim, causado por

membros da diretoria da APE, que não pediram autorização dos pais dos alunos.

— Foi um problema isolado nesta escola. Há dois diretores da associação não procurou saber se dentro dos ônibus estariam alunos desta escola. Foi um convite. Eu não podia impedir esses alunos de fazer um ato a favor do presidente Lula — disse.

O diretor de movimento es-

trudantil da APE, Wagner José Mineiro, nega que a associação seja ligada a partidos, embora tenha relações com a UJS, que tem ligação com o PCdoB.

— É injusto da nossa parte não levar os estudantes para exercer a democracia e a cidadania. A juventude deste país está buscando o melhor para ela, e é isso que estamos tentando resgatar — afirmou.

A diretora do Colégio Irmã Cecília, Vânia de Oliveira afir-

ma que apenas os alunos do ensino médio da unidade foram convidados dentro da escola. Além dos responsáveis dos alunos do Colégio Irmã Cecília, outros pais também se uniram contra a APE.

Um dia antes do comício, o candidato Sérgio Cabral esteve no município. O candidato encontrou lideranças políticas e inaugurou um comitê de campanha no Centro do município. ■

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Está registrada a solicitação de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador César Borges como orador inscrito, pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento. Depois, tem a palavra V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio. Estão inscritos também os Senadores Heráclito e Valdir Raupp. Se mais algum Senador ainda quiser se inscrever, favor comunicar à Mesa.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador César Borges, pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena, que preside a sessão neste momento.

Minhas primeiras palavras objetivam parabenizá-la pela campanha que encetou como candidata à Presidência da República, pelo Partido criado por V. Ex^a e por outros companheiros, o PSOL. Parabenizo-a principalmente pela coerência.

Isso não significa qualquer concordância, muitas vezes, com suas posições políticas e ideológicas. Mas, sem sombra de dúvida, V. Ex^a foi honesta intelectualmente, correta com o que fez ao longo de sua vida e manteve uma coerência digna de elogios.

Todos os que acompanharam esses recentes episódios no País viram um partido como o Partido dos Trabalhadores fazer uma revisão completa de sua prática, seus pensamentos e princípios, sem sequer fazer uma autocrítica, sem sequer fazer, como deveria ser normalmente, uma grande convenção para o debate e mudanças de rumos em que isso pudesse ser discutido democraticamente dentro do PT. E aqueles que não estivessem com a maioria e quisessem se afastar do partido que pudessem fazê-lo. Não! Preferiram o autoritarismo, expulsando pessoas que só tinham, na verdade, com elas a razão, a razão de manter a coerência.

Foi assim que o PT se portou com V. Ex^a, Senadora. E V. Ex^a levou a sua luta de tal forma que há o reconhecimento do País pelo seu desempenho na sua candidatura.

Se, por um lado, temos que reconhecer e parabenizar essa coerência – porque é muito bom ver a coerência na vida pública, na vida política –, por outro lado, temos a lamentar muito a posição do Partido dos Trabalhadores, em particular daquele que é emblemático, que é o símbolo maior do PT, o Presidente Lula.

Para mim, Senadora Heloísa Helena, é realmente trágico ver aquela figura, que é o Presidente do nosso País, defendendo as posições que defende hoje no debate, mentindo de forma deslavada para a popula-

ção brasileira, apresentando-se como candidato dos pobres, o pai dos pobres, ou apresentando-se como o descobridor do Brasil; comparando-se a Jesus Cristo, comparando-se a Deus; comparando-se aos maiores homens da República brasileira que deixaram história de trabalho pelos mais pobres, como é o caso de Getúlio Vargas pelos trabalhadores. Lamentavelmente, Lula aparece na televisão sem compromissos com o povo brasileiro e se auto-intitulando pai dos pobres; procura criar uma divisão artificial dentro da nossa sociedade, na qual não acredita e que usa apenas como discurso para captar votos e simpatias necessárias para se manter no poder. Lula não passa de um arrivista, faz o que for necessário para se manter no poder. Mente, distorce a verdade, imputa a seus adversários inverdades, desonras inclusive.

É lamentável que o País venha vivendo há dois anos, desde maio de 2005, esta seqüência de escândalos: acompanhamos a CPI dos Correios, ouvimos aqui na CPI dos Correios uma declaração do Sr. Duda Mendonça, que era o todo-poderoso marqueteiro, responsável pela imagem de Lula, responsável pelo novo programa, pela Carta ao Povo Brasileiro, feita na eleição de 2002 – o Presidente da República não dava um passo sem ouvi-lo! –; pois ouvimos Duda Mendonça dizer alto e bom som, voluntariamente se apresentando à CPMI, que recebeu R\$10,5 milhões lá fora, contrariando a legislação brasileira para fazer a campanha do PT.

Muitos, naquela Comissão, naquele dia, disseram: “A República caiu, as Instituições caíram!”

Foi colocada em curso uma prática que o PT mantém até hoje: a da dissimulação, da mentira, da tergiversação dos fatos. Ele hoje é um Presidente que se esconde atrás de seus companheiros, que vai entregando um a um para se manter no Poder; um Presidente que nada sabe, que nada viu, mas está por trás de todas as ações; um Presidente que, num dia, diz: “não perguntarei a companheiros de onde veio o R\$1,7 milhão” e, no dia seguinte, diz que chamou o Presidente do seu Partido, Berzoini, e pediu uma explicação sobre esse dinheiro e sobre esse caso, senão ele não seria mais Presidente do PT.

No fundo, sabe exatamente toda a história, sabe de onde veio o dinheiro, mas a posição tem sido na questão do valerioduto, posteriormente, do mensalão, assim também no “dossiêgate”, assim nas cartilhas, 11,7 milhões de cartilhas que, segundo o próprio Governo, foram entregues ao PT – isso já seria um crime, uma ilegalidade –, e que nem sequer foram confeccionadas. Esse caso está aí para ser apurado. Mas todos os casos vão se amontoando lá num lugar bem escuro deste Governo, que entristece a Nação brasileira, mas

que continua no seu propósito de manter-se no Poder e para isso usa de todas as artimanhas.

Faz escola: hoje, passa a ser notícia nacional que o Governador eleito da Bahia, Jaques Wagner – aquele que foi Ministro do Trabalho, que criou o primeiro emprego, para o qual Lula disse: “Vá, Wagner, agora você poderá criar 200 mil empregos por ano para a juventude brasileira...”. O programa não deu certo, não criou mais do que um emprego na sua primeira fase; reformulado, criou até próximo a 2 mil empregos. Imaginem, 2 mil empregos contra 250 mil por ano. Pois bem, esse Wagner, que hoje vai governar o meu Estado da Bahia, está na escola do seu Presidente Lula e vem dizer à Nação brasileira, que ouve de forma estareçada, que petistas do dossiê Vedoin têm o direito de mentir. Ou seja, ele está transformando esses seus companheiros petistas em réus confessos. Se eles têm direito de mentir é porque têm algo a esconder. Estranho ele ser réu confesso; agora, ele dizer isso publicamente, Senador Heráclito Fortes, é demais! É demais, contraria tudo! Aqui há declarações interessantíssimas do Corregedor do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil. Vejamos o que diz o Sr. Sergei Cobra Arbex:

Não há limitação no direito de defesa, mas isso não é o mesmo que ter o direito de mentir. Ele está colocando como fato notório que alguém está mentindo. E ele é uma figura pública, é uma força política tanto como opinião como dentro do próprio partido. O que me espanta é que, se ele está declarando que eles já mentiram, está de certa forma condenando os réus. Está admitindo que mentiram e praticamente confessando o crime.

Essa é uma afirmação do Corregedor da OAB sobre uma declaração do Sr. Jaques Wagner, que hoje é Governador eleito da Bahia. Eu fico imaginando: o que poderá acontecer se mentir, mentir e a mentira fizer parte de uma prática política?

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a tem a palavra.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador César Borges, vai ver que, como tudo o que acontece, o Governo não sabia. Eu quero ter o cuidado, Senador, de trazer a V. Ex^a agora um fato estarecedor e escandaloso, mas que precisa de uma apuração concreta. A coluna do jornalista Cláudio Humberto diz o seguinte: “Dossiê: jatinho na pista”. Testemunhas, no aeroporto Campo de Marte, em São Paulo, confirmam o pouso de um Cessna 210 três dias antes da prisão da gangue do dossiê, pelas 16 horas e 10 minutos, com Hamilton Lacerda, o ex-assessor de Aloizio Mercadante, o Diretor da Vicatur Câmbio e Turismo, Fernando Ribas,

e um terceiro, não identificado. O avião saiu do aeroporto de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, como antecipou a coluna. Procurado, Ribas não retornou as ligações. E logo embaixo temos: “Vôo livre. Interditado por má conservação, o aeroporto de Nova Iguaçu é municipal, e o prefeito é Lindberg Farias, do PT. O Cessna é de uma empresa de segurança.” Senador César Borges, o Presidente Lula vai saber do envolvimento dos seus companheiros por coluna de jornal, pelo simples fato de não querer cobrar dos seus companheiros, seus vizinhos de gabinete, esses fatos. Louvo o trabalho que a imprensa vem tendo nesses episódios. Ela traz aqui um fato da maior gravidade. Se comprovado o fato como verdadeiro, deixa mais uma vez o Governo em maus lençóis. E aí uma pergunta: E a Abin, nisso aí tudo, não sabe de nada, não viu nada? É terrível, Senador, mas é o que estamos vivendo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Heráclito Fortes, qualquer pessoa de raciocínio mediano que se debruçar sobre esse assunto verá que o Presidente da República sabe da origem do dinheiro. Faz 38 dias que esse dinheiro foi apreendido nas mãos de militantes do Partido dos Trabalhadores, que foram presos. E é claro que, desde o primeiro dia, todos os petistas envolvidos sabiam da origem completa do dinheiro, inclusive o Presidente da República. O que ele tem feito é uma chicana, no sentido de impedir a divulgação, que lhe pode trazer prejuízos eleitorais. Ele imaginava ganhar no primeiro turno, mas a divulgação da montanha de dinheiro, de dólares e de reais, talvez tenha sido um dos fatores importantes para que houvesse o segundo turno.

Não tenho dúvida de que o Presidente Lula está sabendo de tudo, a esta altura, nos mínimos detalhes. Ele não está sendo honesto com a Nação brasileira, e, lamentavelmente, tem sido esta a prática nos dois últimos anos: mentir, mentir e mentir; além de dizer: “Não, eu não sou investigador; há uma Polícia Federal, há Ministério Público; há Justiça; se um dia condenar, muito bem; enquanto não houver condenação, somos todos inocentes!” Quando eles sabem exatamente os crimes que praticaram, Sr. Presidente. Têm consciência perfeita, e tudo vai aparecer. Agora, tudo é armado de tal forma que fique preservada sempre a figura do Presidente. Chega-se até o último baluarte, mas o Presidente, no fim, diz: “Eu não sabia de nada!”.

Senador Antonio Carlos.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador César Borges, a participação da OAB nesse assunto torna mais grave a afirmativa do Governador eleito da Bahia. Nós acompanhamos a campanha, e ele mentiu do primeiro ao último dia. Pensávamos que ele era um mentiroso político de campanha, mas

mentia deslavadamente e era desmentido na televisão. Hoje, vimos que é da sua índole, está realmente na sua consciência o fato de mentir. Daí porque aconselha a seus correligionários que mintam, mintam para não ficarem incriminados. Ora, ele desconhece o Código Penal, desconhece a Constituição; aliás, é pouco versado nesses assuntos porque as pessoas podem não ser formadas, mas são capazes de estudar e de melhorar seus conhecimentos, mas no caso dele não. Ele não estudou, não estuda e é fruto, evidentemente, do peleguismo do Lula.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Antonio Carlos, V. Ex^a foi no âmago dessa questão. Quem admite que o réu possa mentir... V. Ex^a já veio a esta tribuna hoje e disse que o réu tem o direito de não se auto-incriminar, mas não de mentir. Mas o Governador eleito da Bahia, Jaques Wagner, dá o direito da mentira. Não há esse direito da mentira. Não há esse direito.

Nessa mesma reportagem, há uma declaração do Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, explicando que a defesa tem limites. Ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo, mas isso não confere a ninguém o direito de atribuir a outrem um crime se ele sabe que esse alguém não o cometeu. De acordo com o mesmo procurador, se uma mentira afetasse injustamente outras pessoas, o autor poderia ser processado por calúnia ou denúncia caluniosa.

Então, é muito grave. Não é à toa que os jornais brasileiros publicaram em primeira página essa declaração do Sr. Jaques Wagner.

Ontem, após o debate na Record, mais perplexos ainda ficamos quando ouvimos o Sr. Jaques Wagner dizer que o candidato Alckmin, ao cobrar do Presidente Lula investimentos em infra-estrutura no Nordeste, investimentos para fazer crescer a economia nordestina e tirar a diferença que existe entre Sudeste e Nordeste do País – e que não será tirada com programas assistencialistas, tipo Bolsa Família –, desconhecia os investimentos do Presidente Lula no Nordeste e dava o exemplo da Bahia, cujo Produto Interno Bruto vinha crescendo mais de duas vezes que o do País, isso por obra e ação dos investimentos do Presidente Lula na Bahia.

Ora, isso é uma mentira deslavada, uma mentira sem tamanho! A Bahia vem crescendo – apesar do Presidente Lula, que não investiu em infra-estrutura no nosso Estado – graças ao esforço dos seus governantes e do seu povo, que souberam fazer um trabalho, nos últimos anos, a favor do crescimento do Estado.

Mudamos a nossa matriz industrial, conquistamos pólo petroquímico, conquistamos indústria automobilís-

tica, indústria calçadista, mudamos o perfil industrial do Estado. Deixamos de ser um Estado essencialmente agrícola e passamos a ser um Estado industrializado, com a produção de bens de consumo final.

O que o Presidente Lula fez pela Bahia nos seus quatro anos de Governo? Fez alguma estrada pela Bahia? Recuperou as rodovias baianas? Fez algum porto? Construiu, por acaso, o tão desejado gasoduto, ligando o Rio de Janeiro à Bahia? O Presidente Lula ressuscitou, como prometeu, a Sudene, que levou Celso Furtado, adoentado, para Fortaleza, a fim de lá fazer uma pantomima de refundação da Sudene? Não, Sr. Presidente, o Presidente Lula não fez absolutamente disso nada pela Bahia.

Não há uma obra de vulto na Bahia feita pelo Presidente Lula. Ele passou três anos, colocando uma pedra em cima do metrô de Salvador. Veio a liberar recursos, que não são federais – são recursos do Banco Mundial –, já ao apagar das luzes, para faturar de forma eleitoral.

E vem o atual Governador, que procura ser o arauto do Presidente Lula, dizer que foi graças aos investimentos do Governo Federal na Bahia que a fizeram crescer! Isso é terrível! Lamentavelmente, o Partido dos Trabalhadores e seus membros não têm compromisso com a verdade; farão e fazem qualquer discurso desde que seus objetivos imediatos ou mesmo a médio e longo prazo estejam no foco e possam ser atendidos.

Sr. Presidente, as mentiras do Presidente Lula não param por aí. Ontem, no debate, isso ficou claro; e hoje a imprensa colocou os pingos nos is. Por exemplo, o Presidente Lula, que usou o debate para se apresentar como candidato dos pobres, chegou a ponto de dizer, usando o seu bordão preferido, conforme artigo de Gustavo Patu, na **Folha de S. Paulo**, que pela primeira vez os pobres podem freqüentar o Palácio do Planalto. Isso faz parte do imaginário, porque o IBGE mostra que a desigualdade social vem caindo lenta, mas continuamente, no País desde 1993. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas apontou que a miséria caiu 14,8% nos primeiros três anos do Governo Lula – veja bem, Sr. Presidente, o IBGE diz que são 14,8% –; no debate, ele falou 19,3% a 20%, contra 23% no Governo Fernando Henrique. Ou seja, no Governo Fernando Henrique, a miséria caiu muito mais do que no Governo Lula. Na média anual, os resultados são quase idênticos: 5,2% no Governo do Presidente Lula contra 5,1% no Governo do Fernando Henrique Cardoso.

Temos, então, que alertar o País no sentido de que é necessário fugir dessa tentativa do Partido dos Trabalhadores de praticar mais um estelionato eleito-

ral para permanecer mais quatro anos governando ou “ingovernando” o nosso País.

O País está sem obras de infra-estrutura; o País está sem crescimento econômico. Hoje, a Bolsa de Valores está tendo uma acentuada elevação nos seus índices por conta de que a Vale do Rio Doce está comprando uma empresa canadense e passando a ser a segunda maior mineradora do mundo. E isso está se dando graças à privatização da Vale do Rio Doce. E o Presidente Lula se passa de estatizante, quando ele, no Governo, privatizou o que pôde e que esteve ao seu alcance, e o maior exemplo disso é que ele privatizou as florestas brasileiras. E o referido projeto, que permite, inclusive, que as florestas possam ser manipuladas por empresas estrangeiras, foi aprovado por este Plenário. Isso é uma privatização danosa aos interesses brasileiros. Mas foi feita neste Governo que, ao mesmo tempo, se diz contra a privatização. Mas aqui está um exemplo: a Vale do Rio Doce tornou-se um orgulho para o País; uma empresa nacional que consegue adquirir a maior mineradora do Canadá.

Essas verdades têm de ser pontuadas, porque aquele jeito de malandro carioca do Presidente, aquela sua ironia forçada ao responder as perguntas do debate nos leva a uma preocupação imensa de que teremos dificuldades muito grandes em convencer o povo brasileiro de não aceitar mais um estelionato eleitoral. Há um gatilho armado contra a economia nacional. Assim, com certeza, no próximo ano, 2007, seja qual for o Presidente, ele terá imensas dificuldades em cortar gastos e ajustar o Orçamento para manter o País em condições de ter a conquista maior do controle da inflação assegurada, porque, neste ano, foi praticado mais um estelionato por conta do uso da máquina eleitoral.

O que lamento é que todas as nossas instituições estejam maneteadas, presas, como que iludidas por este Governo. O que se verifica é que há um crime eleitoral fortíssimo praticado na atual conjuntura da campanha eleitoral; e a Justiça Eleitoral não está sendo célere para apurar. Um crime eleitoral foi praticado pelo uso da máquina, pela tentativa de compra de dossiê.

Imagine, Senador Heráclito Fortes, que o Jaques Wagner chegou a fazer blague com a questão do dossiê. Questionado se parecia crível que o Presidente não soubesse da negociação para a compra do dossiê Vedoin, tendo tantas pessoas de seu círculo íntimo envolvidas no escândalo, Jaques Wagner não perdeu o bom humor e disse: o velho Sherlock perguntaria: “A quem interessa isso?”. Seguramente não interessa ao Presidente Lula. Ora, não interessa ao Presidente Lula? Então, a quem interessaria esse relatório? Só podemos chegar à conclusão de que o Jaques Wag-

ner está querendo entregar o Aloizio Mercadante, porque o Hamilton Lacerda era assessor direto do Aloizio Mercadante.

Na campanha, era coordenador e porta-voz; e aqui, no Senado Federal, ocupava cargo comissionado no gabinete de Aloizio Mercadante. E será que não interessaria a Aloizio Mercadante esse dossiê para liquidar seu oponente direto, o atual Governador eleito de São Paulo, José Serra, se desse certo a armação? É claro que interessaria. Então, “a quem interessaria?”, pergunta Jaques Wagner. A Mercadante, de forma direta; e, indiretamente, interessaria a quem? Ao Presidente Lula, porque governar o País tendo também o Governo de São Paulo na mão do PT realmente seria muito melhor do que governar o Brasil tendo São Paulo, a unidade mais rica da Federação, na mão do PSDB.

Sr. Presidente, este é o nosso pronunciamento hoje, às vésperas de uma eleição, que é uma encruzilhada no destino do País.

Temos, de um lado, um Presidente que chamei de arrivista, que é aquele que faz tudo que pode para se manter no poder. Todos os meios são válidos para se manter no poder; todos os meios – da mentira ao crime eleitoral, ao uso despuddorado da máquina pública, a sacrificar os companheiros –, enfim, tudo é permitido diante do objetivo de manter o poder. O que menos é olhado é o interesse da Nação brasileira. E ainda procura se intitular “pai dos pobres”.

E do outro lado, o que temos? Temos um Governador, que foi de São Paulo, um homem que tem uma vida pública – de vereador de cidade do interior a governador do principal Estado do País, passando por prefeitura, Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa – onde não se aponta um desvio e que propõe para o País o rumo da seriedade, da ética, dos princípios, da moralidade, muito diferente do Partido dos Trabalhadores. Até o Ministro Tarso Genro vem à Nação brasileira dizer que já chega de discussão em torno de ética, que deveriam se discutir outras coisas. Pergunto: o que pode ser mais importante do que discutir ética na condução das coisas públicas de um país?

Portanto...

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

É essa encruzilhada que o País terá de decidir no dia 29. Espero que a Nação brasileira escolha o melhor caminho. Democraticamente, todos vamos respeitar os resultados das urnas; mas que fique claro que voto, eleição, não vai legitimar o que é crime e trazer, de forma alguma, o beneplácito do julgamento favorável daqueles que praticaram crime.

Não podemos aceitar que um contraventor do Rio de Janeiro não seja considerado criminoso porque assiste a sua comunidade.

O resultado das urnas será respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Apelo a V. Ex^a para que termine o seu pronunciamento, pois V. Ex^a já está há mais 30 minutos na tribuna.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço a tolerância de V. Ex^a. Talvez a minha fala não esteja agradando muito aos ouvidos de V. Ex^a, mas respeitarei inclusive isso.

Queremos deixar claro que este é um momento da maior importância para a Nação brasileira. O resultado das urnas será respeitado, mas os crimes praticados contra as instituições brasileiras terão de ser apurados até as últimas instâncias. O Presidente diz de forma não sincera que “não ficará pedra sobre pedra”. Não é isso. Queremos apuração. E que não fiquem impunes os crimes praticados contra as instituições brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, a Sra. Heloísa Helena, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o próximo orador inscrito, Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, hoje tive a felicidade de ler no jornal **Correio Braziliense** uma notícia animadora: após 70 anos, os índices de inflação no País serão menores que o nosso Produto Interno Bruto – PIB.

Segundo a reportagem, toda as projeções de inflação para este ano indicam que o Índice de Preços ao Consumidor – IPCA chegará em dezembro com alta acumulada de 2,97%; enquanto que a soma de todas as riquezas produzidas pelo País ficará em torno de 3 a 3,5%. Se essas expectativas forem realmente confirmadas, será a primeira vez, em 70 anos, que a variação do crescimento econômico ficará acima da inflação.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, não estou dizendo que o crescimento econômico no Brasil foi fabuloso, mesmo porque, todos nós sabemos da capacidade que o País tem em crescer ainda mais para igualar e até mesmo superar os índices de crescimento dos países vizinhos, que alcançaram taxas de 7% ou 8% de crescimento ao ano, índices que realmente

conseguiriam reduzir o desemprego e a pobreza em nosso País.

No entanto, a expectativa de 100 importantes instituições financeiras é de que no próximo ano a inflação despenque, os juros caiam e, finalmente, a produção no País cresça efetivamente.

Aliás, o baixo índice de crescimento registrado no ano passado, superior apenas ao crescimento da economia do Haiti, merece bastante reflexão, pois é um sinal claro de que o grande desafio do Governo Lula, caso seja reeleito, será vencer, de uma vez por todas, as amarras que impedem nossa economia de explorar todo o seu potencial.

A combinação de inflação baixa com ritmo moderado de crescimento permite que o Banco Central possa diminuir, cada vez mais, a taxa de juros que, na semana passada, baixou de 14,25% para 13,75%, apontando a tendência de cortes em torno de 0,5 ponto percentual da Selic no próximo mês e reduções ainda maiores ao longo do próximo ano.

Apesar da discussão sobre juros já ter se tornado insistente, acredito que o País precise dessa cobrança para que a redução gradual dos juros seja intensificada e possa trazer novos investimentos e criar bases que garantam o crescimento da economia nos próximos anos. Taxas de juros altas encarece o crédito e inibe os investimentos em produção, fundamentais para que haja equilíbrio também em relação a um possível aumento de consumo e se evite o impacto inflacionário.

As perspectivas da economia nacional revelaram ser possível pensarmos em alternativas de gestão que levem o País a um crescimento mais ambicioso, sem temer o fantasma da inflação.

Não é de hoje que especialistas apontam que é possível uma expansão de pelo menos 5% anual do PIB não apenas no curto prazo, mas por alguns anos, como acontece com países emergentes. No entanto, é preciso que tenhamos uma atitude mais firme em relação aos entraves hoje existentes.

Ao que parece, a economia brasileira vem sendo vítima de modelos conservadores de planejamento da evolução do PIB, pois, em virtude do baixo crescimento registrado há vários anos, há muita capacidade subutilizada.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, quando penso em um País com tanto potencial produtivo como é o nosso Brasil, imagino que um gigante dessa natureza não pode ser condenado a crescimentos anuais medíocres. Como já tive a oportunidade de falar aqui desta tribuna, não estou exigindo que o Brasil tenha o mesmo desempenho de países de Primeiro Mundo, mas que ao menos possa acompanhar o ritmo de crescimento de outros países vizinhos ou asiáticos.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar da boa notícia que li hoje, afinal, não é todo dia que o crescimento do País é maior que a inflação, o grande desafio do Governo é um crescimento do PIB nacional mais condizente com as necessidades sociais do Brasil.

A atual equipe econômica do Governo precisa ouvir o posicionamento dos vários especialistas que apontam as possibilidades de crescimento e buscam as soluções necessárias para a retomada da expansão.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Heráclito Fortes. Em seguida, ouviremos o Senador Arthur Virgílio e, por último, o Senador Valdir Raupp, na seqüência das inscrições.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Antonio Carlos, eu tinha um pronunciamento mais ou menos delineado para trazer a esta tribuna, mas fui surpreendido com uma notícia fantástica, às 16 horas e 09 minutos, do **Estadão on-line**: “Cooperativa ligada a Lorenzetti quebra no Pará”. Veja o nome: Amafrutas. É muito amor do Sr. Lorenzetti. Esse é um homem de mil instrumentos: churrasqueiro, tira, Sherlock Holmes, carregador de dinheiro, dono de cooperativas, assessor de jogo do bicho para obter sua legalização.

E agora, Senador Antonio Carlos, o Lula foi inaugurá-la. A cooperativa anterior ao atual Governo já existia: Amafrutas. E aí foi comprada. O Presidente da República vai ao Pará, há uma desconfiança sobre a invasão estrangeira naquele projeto, que, inicialmente, era só para plantar maracujá – que por sinal é calmante – e o Presidente Lula, naqueles seus discursos convincentes, diz que ninguém se preocupe, porque aquele estrangeiro está indo para lá para ajudar a alavancar o desenvolvimento do Estado do Pará.

A matéria diz, Senador César Borges, que os outros diretores estão desaparecidos e que do Pronaf, que originalmente foi criado para emprestar dinheiro para os pequenos produtores, a Amafruta recebeu R\$15 milhões, fora os débitos do Banco Basa.

Senador Antonio Carlos, diria o velho Rodrigo Cambará, lá do Rio Grande do Sul: “Mundo Velho sem Porteira”; Erico Veríssimo: “Mundo Velho sem Porteira” é esse. Mais um! Amanhã vamos ter discurso aqui, porque há pessoas com ligações estreitíssimas nesta Casa com o Sr. Lorenzetti.

Aliás, quero dizer que recebi uma correspondência – e estou até pedindo desculpa – dos proprietários da fábrica de chuveiro Lorenzetti, revoltados por estar-

mos fazendo comparações. Eles dizem que a empresa é honrada, tem quase 50 anos de bons serviços ao País e que não aceitam essa comparação, porque ela, inclusive, está trazendo prejuízos ao seu produto, o chuveiro, que é de boa qualidade. De público, já peço desculpas aos Srs. Lorenzetti, mas a água do homem aqui está pegando fogo e vai pelar gente.

Senador Antonio Carlos, imagine se a Abin funcionasse e desse informações ao Presidente do que acontece. Não precisava nem ir para a Esplanada dos Ministérios, porque é longe. Se desse informações ao Presidente do que ocorre ao seu redor...

Aliás, vou confessar, Senador César Borges, que, hoje, tenho um sonho de consumo e um dia vou conseguir: comer um churrasquinho desse Sr. Lorenzetti. Ele deve ser muito competente e capaz! Conquistou o Presidente pela boca, e aí cofres são abertos e ele está fazendo um pezinho de meia. ONGs ligadas a ele no Paraná são doadoras de campanha. Doaram recursos na campanha de 2002 e agora na de 2006. É um homem de mil instrumentos. Só não quero proximidade porque todo churrasqueiro tem aquela faca amolada e ele pode estar irritado comigo.

Meu caro Senador César Borges, que vergonha!

Era preciso, Senador Roberto Saturnino, que o Presidente Lula mandasse examinar, por exemplo, o projeto. Lembra-se daquela vez que o Presidente chorou, lá no interior do Piauí, porque teve saudades da mãe e fez uma confidência no avião, que, depois, estourou, foi divulgada e ele se zangou com o então Deputado que era contra ele?! Aquelas coisas de intimidade?! Pois ele foi lançar, naquela ocasião, o biodiesel dele. E foi trazida para esse projeto uma empresa de São Paulo, empresários já de muitas atividades. E os empresários, Senador César Borges, todo mês, iam duas, três vezes, ao Piauí, em jato particular. Imagine um projeto de biodiesel pagar voo de jato. Não deu outra. Está lá, teve problema. Já se sabe que a mamona não é o mais recomendável. Ele vai para a televisão e enche a boca do biodiesel. E, agora mesmo, lá no Piauí, ele falou do biodiesel da mamona.

Seria bom que se examinasse quanto, em termos de recursos, o Presidente, no seu Governo, enviou para esse projeto.

Mas quero me congratular com a Amafrutas. Ela vai fazer muito sucesso no País nos próximos dias, Senador Roberto Saturnino.

E já que estamos falando de fruta, que é alimento, não sei se passou despercebido pelos Srs. Senadores a desventura com que o Presidente Lula se portou, ontem, no debate. Eu quero confessar que não acredito nessa versão de que o Presidente estava com ponto

eletrônico. Seria muita coragem! O Presidente está é treinado para ler texto. Quando sai do texto, realmente, é um desastre.

Quando ele disse, em determinado momento do debate, falando sobre saúde, que, no seu Governo, atenderam-se a 500 mil pessoas para tratamento dentário por telefone, eu imagino como o mundo inteiro ficou, querendo saber que tecnologia nova é essa, descoberta no Brasil, no Governo do atual Presidente! Não sei ainda, meu caro Azedo, como se consegue um tratamento de 500 mil pessoas por telefone. Podem ter sido 50 mil e, na pressa de ler, ele errou por um zero; mas, mesmo assim, é muita gente.

Senador Antonio Carlos Magalhães, o Presidente Lula se empolgou e, num determinado momento do debate com Geraldo Alckmin, disse que, se houvesse problema de aumento de preço dos alimentos – e citou uma relação –, ele resolveria com importação. Imaginem, senhores do Brasil que estão assistindo à TV Senado, o Presidente da República, num momento como este, prometer importação de alimentos! E o desemprego que isso vai gerar? E o prejuízo que o País terá? Será possível que as experiências anteriores desse tipo de política, pelos prejuízos que deram, não foram suficientes para que esses arroubos não sejam mais repetidos?

Lembro-me, meu caro Azedo, jornalista do jornal **Correio Braziliense**, aqui presente, daquele filme “Adeus, Lênin!” Acho que essa importação deverá vir da Bolívia, da Venezuela ou de Cuba. Nós, brasileiros, vendo nas prateleiras... Porque é a política de camaradagem ideológica, para ajudar os parceiros.

É uma brincadeira, Senador Roberto Saturnino, promessas como essa feitas pelo Lula. Mas ele acredita que está blindado e é inoxidável, nada pega nele. Outro dia, ameaçou esvaziar a Av. Paulista. Ora, ele precisa se lembrar que a Av. Paulista é povoada por nordestinos, por nortistas, por brasileiros e por estrangeiros que aqui moram e vivem legalmente e produzem para este País.

Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a está chegando agora, mas inteire-se da novidade. O Lorenzetti quebrou, no Estado do Pará, uma cooperativa chamada Amafrutas – ama do verbo amar. Quebrou. Está no **Estado** de hoje. Imagine, Senador Tasso Jereissati, não sei como churrasco e maracujá dão certo, mas devia ser alguma complementação desse cardápio que tanto encantou o Presidente da República.

Mas eu não queria falar sobre isso, não. Tive de divagar. Quero falar, Senador Tasso, sobre um assunto de que já venho tratando e que, na próxima semana, vamos levar adiante: a fiscalização das ONGs.

Quero parabenizar três jornalistas que, na revista **Exame** desta semana, escreveram matéria a respeito. Felipe Seibel e Tatiana Gianini escreveram “ONGs – os novos inimigos do capitalismo”. A segunda matéria é “A Caixa-Preta [das ONGs]”, assinada por Gustavo Poloni, que diz: “Entidades cobram transparência de empresas e governos, mas relutam em abrir suas próprias contas”.

Estou falando isso porque se continua a discutir a famosa ONG Amigos de Plutão. Inspirando-se em uma crônica do jornalista Carlos Chagas, nas primeiras linhas lidas, vê-se que aquela era uma ONG imaginária.

Para mostrar exatamente o desrespeito com que o Governo trata o assunto, resolvi, juntamente com mais alguns amigos, usar Amigos de Plutão para selecionar ONGs que estão recebendo, de maneira muito esquisita e estranha, recursos nestes últimos anos.

Por que, de início, não revelamos nosso objetivo? Porque, na hora em que fizéssemos a ligação dessas ONGs com a Amigos de Plutão, não teríamos mais acesso às informações. Foi só haver o vazamento de que Plutão mora no Palácio do Planalto e de que seus amigos são donos de ONG, que estamos tendo muita dificuldade para obter informações, porque elas estão saindo dos computadores e os dados estão sendo difíceis.

O Lorenzetti, por exemplo, tem ONG; o Lacerda tem ONG. Não quero cometer injustiça, porque uns podem ficar ofendidos por terem ONGs e elas não serem citadas. Por exemplo, o Sr. Bruno Maranhão, que invadiu a Câmara dos Deputados, tem duas ou três ONGs listadas.

Quero lhes dizer que não falarei sobre uma ONG que o Lula tinha antes de ser Presidente, porque, até onde me consta, ela não recebeu recursos públicos. Era uma ONG daquela época em que ele acreditava nas coisas e tinha como parceiro para combater os transgênicos o Sr. José Bové, por exemplo, que apanhou aqui no Brasil. Depois, fez as pazes com os transgênicos e, hoje, ele é um dos carros-chefe do atual Governo. Inclusive, se olharmos os financiadores de campanha, observaremos que os produtores de transgênicos no Brasil foram generosos com o novo PT, aquele que não tem mais estrela ou, quando ela aparece, não tem cor definida: ora é furta-cor, ora aparece com um arco-íris, quando se tem coragem de usá-la!

Esse assunto das ONGs, meu caro Senador Tasso, merece uma limpeza geral, por um motivo muito simples: devemos preservar as ONGs que, no Brasil, prestam inestimável serviço, quer seja de assistência social, quer de preservação de nossas riquezas. No entanto, precisamos evitar, por exemplo, que essas

ONGs, muitas vezes importadas, vindas de países com interesses inconfessáveis no Brasil e que passam a manipular somas de recursos consideráveis, infiltram-se, prejudicando interesses genuinamente nacionais ou de cidadãos brasileiros.

É preciso que essas coisas sejam vistas.

Tenho certeza, Senador César Borges, de que a nossa iniciativa da coleta de assinaturas para a CPI das ONGs foi bem aceita, porque gerou essa matéria muito bem feita na revista **Exame**.

O número de registros dessas instituições no Brasil é de se assustar.

Conversando com o Senador Antonio Carlos, pedi-lhe para examinar um dado curioso: as ONGs que funcionam onde o PT tem prefeituras ou as ganhou agora. Existem as liberações de recursos feitas no Brasil todo. Temos uma ONG que recebeu dezesseis milhões e treinou duzentas pessoas.

Há fatos estupefacentes. Existe uma cidade em Santa Catarina que tem o registro de mais de cem ONGs. Evidentemente, nem todas receberam dinheiro, até porque nem todas são amigas de Plutão. Essas ONGs que estão sendo beneficiadas, em sua maioria, são da intimidade de Plutão. Plutão é generoso, Plutão é bom e é necessário que vejamos, já que falei de Santa Catarina, a farrá do boi que se está fazendo com o dinheiro público.

Senador Roberto Saturnino, o Brasil é forte demais, é um País rico, porque agüenta essa máquina trituradora de recursos públicos com grandeza. Como se diz no Nordeste, até verga, mas não quebra e tem agüentado de maneira brava, enquanto cresce 2% ao ano.

Senador Tasso Jereissati, finalizo minhas palavras dizendo que, no fundo de minha alma, de meu coração, lamento que o Partido dos Trabalhadores não possa, hoje, comemorar essa conquista internacional da Vale do Rio Doce, que se tornou a segunda maior empresa na sua categoria, no mundo. No entanto, o PT não vai comemorar porque não vou deixar, uma vez que o Partido foi contrário à privatização dessa empresa, que estava quebrada. Penso até que o Presidente Lula, por coerência, não deve usar os recursos que recebeu, ao longo desse tempo, oriundos dos impostos e dos dividendos gerados pela Vale do Rio Doce e pelas empresas que foram privatizadas. Não deve gastá-los. Trata-se de dinheiro maldito que precisa ser devolvido para, assim, cumprir o seu desejo de reestatizar.

Aliás, sobre isso, penso que ele precisa esclarecer à opinião pública por que, com a falência da MCI americana e a sua devolução para o patrimônio nacional, não fez pelo menos uma empresa-espelho de telefonia e passou a explorar a Embratel. Não, entregou-a para

um especulador mexicano altamente arrojado, mas que não é um exemplo de parceria, o Sr. Carlos Slim, em detrimento de empresas nacionais ou já instaladas no Brasil. Da noite para o dia, como por encantamento, entregou a empresa para o Sr. Slim.

Seria bom que os fatos ocorridos nesse episódio fossem colocados às claras: o porquê da opção e por que o Sr. Slim entrou no mercado brasileiro.

O Presidente Lula que me perdoe, mas quero parabenizar aos que fazem a Companhia Vale do Rio Doce. Apesar do desprezo que o Governo tem por esta Companhia, ela conseguiu, em cinco ou seis anos, sair da situação de dificuldade em que se encontrava – uma administração estatal pesada, sem agilidade – para ser, hoje, não só uma empresa lucrativa, mas arrojada.

Quanto aos investimentos, Senador Roberto Saturnino, o Presidente Lula precisa lembrar-se de que o seu Vice-Presidente, José Alencar, um grande empresário e o maior produtor do setor têxtil brasileiro – cujos negócios são tocados atualmente pelo seu filho, também um empresário sério e arrojado –, cresceu muito no Governo Fernando Henrique, transformando-se, assim, no maior industrial do setor têxtil do Brasil. Aliás – pena que não haja ninguém do PT aqui presente –, eu gostaria de saber se o Presidente Lula pagou aquelas camisetas que ficou devendo à empresa. Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a, que é bem informado, tem notícia se o PT pagou ao Vice-Presidente José Alencar aquela conta relativa às camisetas encomendadas na campanha passada? Esse assunto foi, inclusive, matéria de jornal; foi um escândalo! Disseram até que aquele dinheiro do valerioduto era para pagar as camisetas. Enfim, ninguém sabe.

Pois bem, o Presidente Lula fala em investimentos. A Vale do Rio Doce está investindo no exterior porque, no momento, pelo preço do dólar, o Brasil não oferece vantagem. E o Vice-Presidente, comprou, há dois anos, uma fábrica nos Estados Unidos e, desde ontem, os jornais anunciam um investimento na China. É realmente fantástico! Aliás, o Presidente Lula precisa dar outra explicação ao País sobre se ele já chegou a um acordo com o José Alencar por conta dos juros. Chegaram a brigar em determinado momento, porque o José Alencar, coerente, firme, combatia os juros, e o Lula, para honrar o compromisso feito com os banqueiros naquela “carta ao povo brasileiro”, insiste em fazer um governo para banqueiros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, enquanto uns amam fruta eu quero amar o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar meu pronunciamento, gostaria de agradecer, mais uma vez, a presença aos acadêmicos de Direito da Faculdade de Rondônia (Faro), de Porto Velho, na pessoa do Professor Raduan, Coordenador do Curso daquela instituição.

Segundo a revista **Ensino Superior**, Sr. Presidente, a China investe bilhões de dólares para transformar o ensino superior do país no melhor do mundo. Neste mês de outubro, o governo chinês, junto com a embaixada chinesa no Brasil e a Câmara Brasil China de Desenvolvimento Econômico (CBCDE), vai lançar, em São Paulo, a China *Education Exhibition* 2006, a primeira feira universitária e cultural do país, realizada em um país latino-americano, com a participação de mais de 40 instituições de ensino superior daquele país. Organizada pela China Scholarship Council, a feira terá como objetivo, de acordo com o Presidente da CBCDE, Paul Liu, dar início ao intercâmbio cultural entre os dois países, como já é feito com os Estados Unidos, com a Europa e com a Ásia. Mais de 60 representantes chineses das áreas de educação, de cultura e de turismo poderão trocar idéias e experiências nessas áreas com cientistas, com acadêmicos, com professores e com outros profissionais brasileiros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho, neste pronunciamento, o objetivo de mostrar os valores orçamentários e a estratégia adotada pela China, visando a seu crescimento e desenvolvimento econômico, exemplo excelente para o nosso Brasil. Aliás, já temos o exemplo da Coreia do Sul, que, em 30 anos, deixou de ser um país atrasado, um país de Terceiro Mundo, para se transformar em um país de Primeiro Mundo. Inclusive, o Japão, antes mesmo da Coreia do Sul, há mais ou menos 50 anos, também não era tão avançado assim; no entanto, hoje, está entre os países mais avançados do mundo.

Nos próximos dez anos – e isso faz parte dos planos quinquenais do governo deste ano (até 2010) e de 2010 (até 2015) –, os chineses querem transformar suas principais universidades nas melhores do planeta. E, mesmo que a aposta tenha sido feita só agora, a China já começa a saborear alguns resultados prévios. O suplemento “Educação” do jornal **The Times**, da Grã-Bretanha, publicado em outubro do ano passado, mostra a Universidade de Beijing (nome atual da Capital Pequim) no 15º lugar, entre as melhores do mundo, e em primeiro lugar na Ásia, ultrapassando,

pela primeira vez na história, a Universidade de Tóquio, no Japão. No *ranking* global de Master Business Administration (MBA) do ano passado, o Instituto Comercial Internacional China-Europa passou para a 22ª posição no mundo e também para a primeira posição entre os países asiáticos. O sucesso nessa área deve-se, em parte, e de acordo com especialistas do setor, à interação entre as universidades e as empresas na formatação curricular. Não é à toa que o governo chinês vem investindo alguns bilhões de dólares por ano na área de educação no país.

Segundo Liu, representante da China no Brasil, a China investiu, em 2004, 724 bilhões de yuans (cerca de US\$90,5 bilhões) no setor como um todo, cifra 16,6% a mais do que foi aplicado em 2003. Esse montante que o governo chinês destinou apenas à educação é pouco menos do que o Brasil exportou em produtos e em mercadorias para o mundo inteiro naquele ano (US\$96 bilhões). Só o ensino superior, explica o Presidente da Câmara, “consumiu 510 bilhões de yuans (aproximadamente US\$63,7 bilhões) desse total, enquanto o ensino básico e o secundário nos grandes centros e na área rural do país absorveram 113 bilhões de yuans (US\$14 bilhões) e 101 bilhões de yuans (US\$12,6 bilhões), respectivamente”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se a meta do governo é transformar a Universidade de Beijing no maior e principal centro de ensino superior do mundo, por que os estudantes chineses quase brigam aos tapas para estudar nas principais universidades norte-americanas e européias? A resposta é simples, sem levar em conta a demanda (número de chineses que saem do ensino secundário em busca de uma profissão), nem a quantidade de universidades chinesas disponíveis: é o aprimoramento e o aperfeiçoamento profissional para, depois, voltar à China, que, aos saltos, como nas danças folclóricas do dragão chinês, passará, ainda este ano, da sétima potência econômica do mundo para a quarta, superando a Grã-Bretanha, a França e a Itália.

Na área de pesquisa e de desenvolvimento, por exemplo, a China pretende ampliar os investimentos dos atuais 1,44% do PIB para 2,5% do PIB até 2020, de acordo com o “livro branco” – são pesquisas para o planejamento estratégico –, um estudo publicado pelo Escritório de Informação do Conselho de Estado sob o título “O caminho para o Desenvolvimento Pacífico da China”. Não custa nada lembrar que o PIB chinês é de US\$1,97 trilhão, três vezes o tamanho do Brasil. Com a expansão de 9,4% prevista, a economia chinesa passará para US\$2,16 trilhões, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, do Japão e da Alemanha. “Acredito que, nos próximos dez anos, o crescimento eco-

nômico da China será maior e mais rápido, porque os resultados dos investimentos no ensino, tanto básico quanto superior, começarão a ser sentidos nos próximos anos”, afirma o Presidente da Câmara Brasil-China de Desenvolvimento Econômico (CBCDE).

Sr. Presidente, “a China precisa depender mais de si mesma para resolver os problemas relativos ao desenvolvimento”, diz ele, que informa que a estratégia do governo para a promoção científica e tecnológica pretende obter resultados a médio e longo prazos, razão pela qual estabeleceu metas para os próximos 15 anos. O “livro branco” aponta ainda que a China realizará reformas em um amplo leque de áreas, incentivará a abertura de sua economia e estabelecerá instituições e mecanismos que permitam um desenvolvimento social e econômico coordenado e sustentado. Em relação ao fortalecimento de recursos humanos, o documento sustenta que, entre este ano e 2010, os centros técnicos de formação profissional produzirão 25 milhões de estudantes; e os de curso superior, cerca de 12 milhões. Em dez anos, a quantidade de doutores e de formados nas universidades cresceu cinco vezes. Só em Engenharia, a China está produzindo cerca de 450 mil novos graduados por ano, além de 48 mil mestres e 8 mil doutores.

Não tenho dúvidas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em afirmar que a iniciativa adotada pela China tornará aquele país um grande diferencial competitivo no modelo globalizado, e o exemplo serve perfeitamente para nossa reflexão, com a certeza da importância do investimento em Educação, em Ciência e em Tecnologia.

Acredito, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Brasil, que já melhorou muito na área de educação, precisa fazer uma reflexão e tirar como exemplo o avanço educacional do Japão, da Coreia do Sul e, mais recentemente, da China, país até pouco tempo considerado atrasado, mas que avançou, sem dúvida, por meio da educação. Somente a educação revolucionou a Coreia do Sul e o Japão. A educação está revolucionando a China e poderá trazer desenvolvimento e progresso plenos ao nosso País, o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Arthur Virgílio e Roberto Saturnino, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao próximo e último orador inscrito, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministro da Articulação Política do Governo, Sr. Tarso Genro, de-

clarou hoje à imprensa brasileira que, já na segunda-feira, procuraria as Oposições, com vistas a um entendimento político. Considero que esse não é o melhor gesto a ser adotado por alguém que está investido da responsabilidade de Ministro da Casa, de Ministro do Palácio do Planalto, primeiro porque isso não passa de um gesto político eleitoral. Afinal de contas, há uma luta em curso, que está longe da definição. Tere-mos dias intensos pela frente. E isso soa ainda como leviandade, porque soa como tentativa de impingir à Nação um fato consumado. Em segundo lugar, tendo-se portado esse tempo todo como guerrilheiro, como homem que dizia as coisas mais desagradáveis na direção da Oposição, não sei se será ele o melhor interlocutor na hipótese – da qual quero descrever – da vitória do Presidente Lula. Não sei se será Tarso Genro o melhor interlocutor. E não sei sequer, na hipótese – na qual quero acreditar – de vitória de Geraldo Alckmin, se será a ele que nos dirigiremos para consertar quaisquer pontos que visem a uma taxa boa e, se Deus quiser, ótima de governabilidade.

Então, parece mais assim: depois de ter feito todo o jogo eleitoral no que pôde, vai fazer eleitoralismo mais aí. O Ministro diz – o que poderia sugerir nobreza: “Vou procurar a Oposição”. Um desavisado fala: “Olha que democrata!” Mas a eleição está em curso. Então, soou como grosseria.

Senador Antonio Carlos, como o Ministro Tarso Genro – refiro-me à figura da luta – não me parece a figura acabada do lutador, mas, sim, a do segundo, aquele que carrega o balde para o lutador gargarejar e cuspir, ele não sabe que o ritual da luta exige que o dia seguinte, o *day after*, seja de meditação para o derrotado e para o vitorioso. É o ritual da luta. O verdadeiro lutador entende isso. O verdadeiro lutador compreende assim o que quero, neste momento, expressar.

Então, não tem de ficar apressando coisa alguma. Temos de saber, por exemplo, na vitória de Alckmin – se ela se realizar –, se o PT está mesmo pronto para participar de uma ação de governabilidade. O PT não tem a menor autoridade moral para duvidar do que seria nossa postura, até porque depende da maioria que somos aqui no Senado como do ar que respira. V. Ex^a, Sr. Presidente, é testemunha disso. V. Ex^a sabe que aqui há discursos duros. V. Ex^a sabe que somos maioria aqui. V. Ex^a sabe que, se quiséssemos fazer um boicote a qualquer medida legislativa, nada passaria, nem voto de pesar. No entanto, só na última sessão do esforço concentrado recente, aprovamos onze medidas provisórias, muitas delas com defeito. Nós as aprovamos tal como vieram da Câmara, porque a Câmara havia decidido não mais se reunir deliberativamente.

Gostaria muito que o Ministro Tarso Genro, o Planalto e o Presidente nos poupassem dessas tolices, dessa indignância intelectual, dessa verdadeira pobreza, desse estado de pauperismo intelectual, que diz: olha, vamos fazer algo que nos vai dar uns pontinhos, porque, ao dizermos isso, a imprensa publica e dá a impressão de que já vencemos as eleições, dá a impressão de que não há nada mais a questionar.

O que faz o Ministro Tarso Genro agindo dessa forma? Descredencia-se como possível interlocutor em qualquer das duas hipóteses, porque não existe nenhuma criança, nenhum tolo que vá cair nessa esparrela – e isso não passa de uma esparrela!

Olha que consegui falar em política em relação a este Governo, Senador César Borges! E, agora, vou falar do que é a peça forte, a *pièce de résistance* do Governo, que é a corrupção.

A revista **Veja** diz: “TCU e Ministério Público apontam um superfaturamento jumbo nas obras do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo”. É matéria da jornalista Júlia Duailibi. Diz a revista **Veja**:

Ao inaugurar, em dezembro do ano passado, parte das obras de ampliação e modernização do Aeroporto de Congonhas, na cidade de São Paulo, o Presidente Lula elogiou o então presidente da Infraero, Carlos Wilson, pela “dedicação” e pela “contribuição extraordinária feita ao Brasil”. Dez meses depois, o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União começam a desvendar o lado obscuro de uma contribuição extraordinária de Wilson. Superfaturadas, as obras podem ter causado ao Erário uma perda superior a 100 milhões de reais. [...] o Ministério Público constatou preços de 31% a 252% acima dos de mercado, num conjunto de 29 produtos e serviços. O caso mais escandaloso é o da compra das chamadas pontes de embarque (ou *fingers*, em inglês), que dão ao passageiro acesso ao avião.

Cada *finger* teria custado à Infraero, no pagamento ao consórcio vencedor, a bagatela de R\$2,2 milhões, quando isso, segundo o próprio TCU, não deveria ter custado mais de R\$600 mil.

A matéria da **Veja** é muito esclarecedora. Em outro trecho, diz:

A investigação destaca ainda que, um ano após a celebração do contrato entre a Infraero e as vencedoras de licitação, foi realizado um aditamento suspeito, que elevou em 15 milhões o valor do contrato. Calcula-se que as obras em Congonhas, uma vez concluídas, custarão 180 milhões de reais. Pelas contas do Ministério Público, no entanto, poderiam chegar a 75 milhões de reais.

Mais adiante, diz a revista **Veja** e a jornalista Júlia Duailibi:

[...] o Ministério Público, numa ação cautelar ajuizada semana passada, em que pede a indisponibilidade dos bens e a quebra dos sigilos fiscal e bancário do ex-presidente da Infraero, Carlos Wilson, e de outros quatro diretores e ex-diretores da empresa estatal.

Ela faz um aviso:

Além de Congonhas, o Ministério Público Federal investiga irregularidades na execução das obras dos aeroportos de Vitória, de Recife e de Goiânia. Se o mesmo padrão de superfaturamento de Congonhas tiver ocorrido nas outras reformas, o Ministério Público acredita estar diante de um dos maiores desvios de recursos públicos deste governo [e, portanto, deste País].

Sr. Presidente, peço que tudo isso vá para os Anais, junto com matéria, no mesmo sentido, do jornal **Correio Braziliense**. A **Veja** é a que está nas bancas. O **Correio Braziliense** é de 24/10/2006, página 7. É uma matéria da redação, assinada por várias mãos.

Passo para outro capítulo. O editorial do **Jornal do Brasil** considera o escândalo do dossiê mais um caso de polícia. Então, diz:

São Gravíssimos os alertas emitidos pelo deputado Raul Jungmann (PPS-PE) de obstrução, pela Polícia Federal, dos trabalhos da CPI dos Sanguessugas. Vice-presidente da comissão, Jungmann lembrou no domingo que, até aquele dia, os integrantes da CPI não haviam tido acesso a “nenhuma folha” do relatório parcial do inquérito preparado pela PF sobre a tentativa de compra do dossiê forjado para incriminar candidatos tucanos. O documento, diga-se, vazou para a imprensa sem que os parlamentares tivessem conhecimento da papelada.

Mais adiante, diz o editorial do **Jornal do Brasil**, trecho que também espero ver consignado nos Anais desta Casa:

No mesmo dia, jornais e revistas obtiveram uma cópia do documento que, entre outras citações, atribui a Jorge Lorenzetti, ex-integrante da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva [e, pelo que sei, habilidosíssimo churrasqueiro, assando, entre outras coisas, muito do dinheiro público da Nação, conforme a crônica político-policia vai registrando], o papel de mentor da compra do dossiê.

Não sei se foi ele o mentor ou não; sei que ele é churrasqueiro. Não sei se o mentor é ele. Desconfio de que o churrasqueiro não é mentor de coisa algu-

ma, não! Imagino que ele seja pau-mandado mesmo, e apenas. Continuo a leitura:

Lorenzetti era o coordenador do setor de inteligência da campanha pela reeleição – o eufemismo [e concordo] que designa área em que [olhe o que diz o **Jornal do Brasil**, Senador Tasso Jereissati; não sou eu quem diz, é o **Jornal do Brasil**] gatunos são escalados para receber informações de outros candidatos e promover negociações a fim de prejudicar adversários.

Continua o **Jornal do Brasil**: “O grave é que o relatório cita personagens instalados na ante-sala do gabinete presidencial”.

Mais adiante:

Até o episódio dos petistas pilhados na montagem e compra do dossiê, a PF revelara-se uma gota de esperança num mar de impunidade. Enquanto o Congresso inocentava reconhecidos mensaleiros, policiais federais (mesmo com excessos aqui e pirotecnias ali) prestavam serviços relevantes ao país. [...] Por coincidência ou não, o Brasil não tem assistido agora à mesma competência.

A denúncia é muito clara. Eu queria poupar a Polícia Federal. Estão subjugando a Polícia Federal; estão aparelhando-a; estão desmoralizando-a. Eles são, portanto, contra a idéia de uma Polícia Federal independente, que pudesse agir, por contra própria, contra ladrões de fora ou de dentro do Governo.

Continua o **Jornal do Brasil**:

Nada mais acertado, portando, do que o questionamento do deputado Raul Jungmann: “A quem interessa que essa CPI não chegue aos mandantes do crime, aos responsáveis? [...] Diante da crítica do parlamentar, o diretor-geral da PF, Paulo Lacerda, respondeu que a atuação da instituição que dirige “é de Estado, republicana e transparente”.

Não há nada mais politicamente correto do que dizer isso. Aliás, o Governo diz que é republicano, o Presidente fala que é republicano, o Ministro da Justiça fala que é republicano, são todos republicanos. Lamento não ter nenhuma vontade de cantar o Hino Nacional para eles. É absolutamente minimizadora da verdade essa declaração evasiva, que não explica por que a Polícia Federal estaria, ou não, obstruindo a ação da CPI. Tenho certeza de que, pelos seus briosos membros, a Polícia Federal não gostaria de estar sendo tolhida desse jeito.

Finalmente, diz o editorial do **Jornal do Brasil** – que, repetindo, peço que vá aos Anais:

Convém insistir: um atraso proposital para evitar constrangimentos eleitorais poderá até render frutos a Lula [isso é muito importante]

e ao PT, mas abalará ainda mais um eventual segundo mandato do atual presidente. Ou desfaz essa trilha errática ou a Polícia Federal arrefecerá ainda mais a legitimidade do partido e do governo que – suspeita-se – tenta defender. De quebra, a instituição também verá arranhada a credibilidade que construiu.

Ou seja, depois de ter feito mal ao País de maneira genérica e, sem dúvida nenhuma, aos trabalhadores, de maneira específica, porque a corrupção avança absolutamente sobre os bolsos dos trabalhadores, começam as instituições – e vejo sinais de que isso é uma agressão a elas mesmo – a serem enfraquecidas pela ação corruptora do Governo que aí está.

Não fico nisso. Tenho um dado de outro relatório publicado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no último dia 11 de outubro, que relata uma série de irregularidades cometidas pela empresa de processamento de dados da Previdência Social, a Dataprev.

A principal falha encontrada foi a contratação indevida e antieconômica da Cobra Tecnologia S. A. Essa empresa serviu como mera intermediária na prestação de serviços executados pela Unisys Brasil Ltda. [...]

Essa dependência foi motivada pelo monopólio do mercado de computadores de grande porte e de sua manutenção pela Unisys. Devido a isso, a Dataprev é obrigada a contratar sempre essa mesma empresa para cuidar dessa área. No entanto, a renovação do contrato em 2003 não aconteceu. A justificativa da Dataprev foi de que havia problemas de relacionamento entre as duas acordantes. Para resolver a crise, o presidente da época, José Jairo Ferreira Cabral, optou por contratar uma terceira empresa, em caráter emergencial, pois a prestação de serviços não poderia ser interrompida. A nova contratada serviria como integradora de soluções. A escolhida foi [adivinhem, Srs. Senadores] a Cobra Tecnologia.

Segundo o relatório do TCU, esse novo acordo, além de desobedecer as leis nº 8.666/93 e nº 2/2004, trouxe ônus adicional à Dataprev, já que a Cobra não era capaz de prestar os serviços, tendo que recorrer a Unisys. “Não há nada que indicasse a necessidade e a utilidade real dessas contratações com a Cobra. A Dataprev dependia da tecnologia da Unisys e, portanto, esta empresa é que deveria prestar os serviços à entidade pública”, afirma o ministro-relator Ubiratan Aguiar em seu voto. Os dispêndios gerados por esse novo contrato foram de R\$31,2 milhões.

Outras irregularidades encontradas são a ausência de medidas efetivas para a migração

de sistemas e bases de dados para plataformas abertas, a inclusão do equipamento Libra 185 no objeto dos contratos emergenciais, prestação de serviços de locação e manutenção de hardware e software sem cobertura contratual nos períodos de 1 de setembro a 14 de agosto de 2003 e 12 de fevereiro a 11 de março de 2004, ausência de realização periódica de estudos de capacidade e performance de seu parque tecnológico, além de outras falhas nos contratos emergenciais feitos com a Cobra e a Unysis [sic].

Sr. Presidente, peço que esse texto, de Camilla Shinoda, do Contas Abertas, seja integralmente transcrito nos Anais da Casa.

E, finalmente, ainda do Contas Abertas, agora de Marina Rebuá, destaco texto que também gostaria de ver inserido nos Anais da Casa – outra irregularidade:

Na semana passada, dia 11 de outubro, o Tribunal de Contas da União (TCU), divulgou relatório onde constam irregularidades encontradas em licitação feita pela Casa da Moeda do Brasil (CMB). Uma das acusações é de que as empresas participantes de um processo licitatório, convidadas pela CMB, têm vínculos entre si.

Além disso, o documento mostra que houve prática de preços excessivos dos serviços prestados.

Os órgãos públicos devem seguir a Lei nº8.666, de 1993, das Licitações e Contratos da Administração Pública. Entretanto essa norma não foi respeitada pela Casa da Moeda.

De acordo com o relatório elaborado pelo Ministro do TCU Ubiratan Aguiar, a Casa da Moeda do Brasil convidou as empresas Planear Assessoria e Consultoria Ltda., CG Consultores Associados, Cooperativa de Trabalho de Especialistas Ltda. e o Instituto de Políticas Públicas, INPP, para participarem da licitação, que foi feita em 2003.

O relatório esclarece o vínculo entre as empresas Planear e Cooperativa de Trabalho: “um dos sócios da Planear, Sr. Fernando Antônio Marinho Pereira, é sócio majoritário da Cooperativa. A outra sócia da Planear, Sr^a Magda Moreira Cunha Marinho, é presidente da Cooperativa. Além disso, esta funciona no mesmo endereço da residência dos sócios da Planear”.

Algo primário, algo abjeto, algo realmente de baixo nível, mas mostra que, de alto a baixo nível, se é que podemos imaginar que exista corrupção de alto

nível, talvez de baixo calão a baixo calão, a verdade é que este governo está putrefato, onde se aperta, em qualquer dos seus tecidos, a coisa se revela purulenta. Essa que é a verdade! Mas, muito bem.

O documento também explica a relação com a CG Consultores Associados.

“...a empresa foi responsável pela elaboração do Manual de Campanha Eleitoral do Partido dos Trabalhadores para as eleições de 2004, e que, nesse documento, consta como integrante da ‘equipe de base’ da empresa o Sr. Fernando Antônio Marinho Pereira, sócio da Planear e da Cooperativa”.

O Instituto de Políticas Públicas nem chegou a apresentar as propostas na licitação, mas, segundo relatório, Fernando Marinho trabalhou no instituto por três anos.

Diante de tais acusações, seria necessário fazer o convite para outras empresas interessadas no processo licitatório, o que não foi feito. O Ministro-Relator, Ubiratan Aguiar, afirma que isso “reforça a convicção de que a intenção dos responsáveis era a contratação da Planear, como de fato ocorreu”.

Ou seja, toda essa pantomima para, no final, contratarem a Planear, como estava evidente, primariamente evidente, dolosamente evidente, corruptamente evidente.

Outro ponto que chamou a atenção dos auditores foi o fato de a empresa MSCA – Informação, Tecnologia, Treinamento e Consultoria Ltda. ser declarada inapta por não ter entregue documentação. Entretanto, tais documentos não estavam previstos no documento convocatório. [Barraram essa empresa e ponto final.] O TCU analisou que o valor do homem/hora de consultoria cobrado pela empresa vencedora, a Planear – Assessoria e Consultoria Ltda., teve aumento de 40% em apenas 13 meses. Enquanto que no contrato anterior foi pago R\$140,00/hora, o preço exigido nesse contrato foi de R\$200,00/hora.

Vou repetir porque isso é muito relevante:

O TCU analisou que o valor do homem/hora de consultoria cobrado pela empresa vencedora, a Planear – Assessoria e Consultoria Ltda., teve aumento de 40% em apenas 13 meses. Enquanto que no contrato anterior foi pago R\$140,00/hora, o preço exigido nesse contrato foi de R\$200,00/hora.

Ou seja, R\$60,00/hora a mais para a Planear que venceu a concorrência do modo que aqui estamos tentando demonstrar e comprovar.

Segundo o relatório do Tribunal de Contas da União, ficou acordado que a Casa da Moeda pratique o valor homem/hora de consultoria de R\$156,59 (R\$140,00 corrigidos pela variação do INPC entre dezembro/2003

e dezembro/2005) nos próximos pagamentos à Planear.

Muito bem, o Tribunal de Contas começa a colocar ordem na casa. É preciso agora vermos os culpados.

No documento, também ficou decidido que a CMB e a Planear Assessoria e Consultoria Ltda. apresentem, em 15 dias, justificativa para a prática excessiva de preços.

Além disso, ficou decidido que o Sr. Marcos Rajzman, o ex-Presidente da CMB, Manuel Severino dos Santos, o ex-administrador da CMB, Álvaro Gonçalves Figueiredo Filho e a empresa Planear estão obrigados a ressarcir, no prazo de 15 dias, [o prejuízo causado] aos cofres da Casa da Moeda.

Sr. Presidente, disponho de tempo, mas não vou me alongar, apenas chamo a atenção para o fato de que, no debate de ontem na Rede Record, vimos o Presidente Lula pensando que estava sendo irônico, e seus áulicos devem achar que ele foi de uma ironia ímpar, quando, na verdade, ele ficou entre o rude e o debochado. Ele não capta o que é a ironia. E nervoso toda vez que se falava em corrupção e dizendo sempre que havia punido.

Senador Tasso Jereissati, chamo a atenção de V. Ex^a para o seguinte: o Presidente diz que demitiu pessoas. Não me lembro de ele ter demitido ninguém. Não demitiu absolutamente ninguém. O Presidente o que fez foi aceitar os pedidos de demissão que figuras flagradas no seu Governo apresentaram a ele. E mais ainda: Antônio Palocci saiu elogiado pelo Presidente Lula. José Dirceu, que nunca pegou em arma nenhuma, saiu saudando sua companheira de armas e ovacionada no Palácio do Planalto. Não saiu como culpado.

Foi cassado pela Casa, isso sim. Os demais todos, João Paulo e todos os demais saíram, renunciaram, reelegeram-se; alguns poucos foram cassados, mas nenhum deles foi sequer admoestado pelo Presidente, nenhum deles foi expulso do PT. Expulsaram a Senadora Heloísa Helena – disso eu me lembro –, talvez pelo defeito de se portar bem em relação ao dinheiro público.

Pergunto uma coisa bem simples, bem básica: se o Presidente Lula se diz traído por essas pessoas, e suponho que o foi, por que não usou da influência de Presidente de honra do PT para impedi-las que tivessem legendas para disputar eleições para a Deputação Federal, abrangendo tanto os derrotados quanto os eleitos?

Mas é tão simples: se traíram, se se portaram mal, se o Governo dele não empurra nada para debaixo do tapete, por que não pegou todos esses que supostamente o traíram, que se portaram mal, que ele

disse que varreu do Governo dele e que, na verdade, todos se demitiram a pedido, por que não sugeriu isso ao PT? Imagine se o Lula demonstra ao PT o mínimo desejo de que esses todos envolvidos em corrupção, em malfeitos, em irregularidades graves não tivessem obtido legenda. Bastava ele dizer isso: não quero que tenham legenda. E nenhum deles teria sequer sido candidato. Essa seria uma satisfação que o Presidente teria prestado à sociedade.

Mas estou muito convencido de que não só ele sabia de tudo como é o principal beneficiário de tudo isso. Há 36 dias que se pergunta onde está o tal dinheiro sujo, há 36, 37 dias, e vai assim até a eleição, não vai explicar. O Presidente Lula diz que não era ele o maior beneficiário.

Com isso ele tenta empurrar o candidato ao governo do seu partido, nosso colega Aloísio Mercadante, no fogo, porque se não era ele o beneficiário seria quem? Aloísio Mercadante?

Lula se esquece de algo que é corriqueiro. Se fosse assim Maluf teria praticado corrupção uma só vez, ou melhor, ele nem teria praticado corrupção porque Maluf nasceu rico. Por essa lógica, se não houvesse na delinqüência um certo traço de desvio psicológico, então por que Maluf teria transgredido as regras do bom comportamento ético, uma vez que nasceu em berço de ouro, é milionário, nasceu milionário?

Claro que viram nessa história do dossiê a possibilidade de ferir José Serra, que é uma liderança nacional relevante; viram a possibilidade de manipular os resultados do governo de São Paulo; viram a possibilidade de fazerem tudo isso impunemente. Porque é inacreditável que depois de tudo que aconteceu, depois de terem colocado o Sr. Berzoini com a missão de refundar o PT, de moralizar o PT – como se isso fosse possível! – o Sr. Berzoini é visto como alguém... Está provado, ele está calado, ele talvez ele só fale depois. É outra maneira petista de só falar depois. Primeiro ouve tudo e depois, quando se sente fora de perigo, volta a ficar valente. Então, é aquele que sabia, sim, e teria dado o sinal verde para a compra do tal dossiê, e o Presidente Lula ainda fingiu indignação ao dizer que o Berzoini deveria ter sabido como Presidente do partido. Presidente de partido tem que saber de tudo, só quem não é obrigado a saber de nada, Sr. Presidente, é o Presidente da República. Esse não tem que saber de nada do que acontece no quintal dele, nada do que acontece no gabinete dele, nada do que acontece, nada, nada. Esse é inimputável.

O Presidente Lula insiste em ser tratado como se fosse um débil mental e ele não é, está longe disso. Ele é despreparado, intelectualmente até indigente, mas ele não é débil mental, pelo contrário, ele é muito inteligente. Talvez inteligente até demais para o meu

gosto, uma inteligência que beira a esperteza. Ele diz “Eu não sei de nada”, e fica repetindo aquele mantra: “Eu demiti, não escondi, não varri para debaixo do tapete”, mas aqueles que delinqüiram no Governo dele se candidataram – os que não foram cassados – candidataram-se em todas as eleições, e o PT não negou legenda a nenhum deles. O PT não negou legenda a nenhum... Todos foram candidatos livremente. Claro que ele escondeu um aqui outro acolá porque não queria perder votos. Se porventura vier a ser reeleito, não sei se daqui a pouco não estarão todos jogando bola no Palácio não sei de quê, a depender da euforia do dia, quebrando as pernas lá, como já quebram tantas vezes. Enfim, não sei o que vai acontecer, mas o fato é que estamos encerrando – não imagino que venha aqui mais antes das eleições –, de minha parte pelo menos, a minha contribuição ao Parlamento nesse episódio pré-eleitoral, que é um episódio muito importante. As urnas vão decidir quem vai governar o País.

Sr. Presidente, sempre digo que detesto essa estória, que, para mim, é uma formulação elitista, que diz que “cada povo tem o governo que merece”, como se a pessoa que estivesse proferindo essa frase fosse acima do bem e do mal e como se o povo fosse uma entidade desprezível, referindo-se, portanto, às pessoas mais humildes. Eu não penso assim. Eu penso que o povo tem o direito de escrever o seu próprio processo histórico, o povo tem o direito de errar e de acertar. Quando o povo acerta, que bom, toca para frente de maneira mais suave um certo tipo de avanço. Quando erra, tem o direito de consertar no seu próprio processo civilizatório, de avanço histórico; tem o direito de acertar mais adiante. Então, não fico aqui para virar palmatória de povo. Ao contrário, de jeito algum. Entendo que o resultado que sair da eleição será legítimo e será aceito por mim: vitória de Alckmin, estarei aqui para ajudá-lo a governar; vitória de Lula, estarei aqui para fiscalizar o seu governo. Estarei aqui para fiscalizar o seu governo, óbvio, até porque a eventual vitória do Presidente Lula não passa uma esponja em tudo que é processo que existe contra ele no Supremo Tribunal Federal, no Tribunal Superior Eleitoral, na Procuradoria Geral da República, nos inquéritos que estão na Polícia Federal e que daqui a pouco vão explodir. Ou seja, não há como se dizer que a eleição o absolveu. Eleição não é tribunal; não absolve ninguém. Ela apenas diz a ele: “Olha, fique no poder com o meu voto”, ou “Não fique no poder, porque você não teve o meu voto, Presidente Lula”. Essa é a verdade.

Mas eu não sou do tipo que diz: “Cada povo tem o governo que merece”, criticando o povo. Nada disso! Nada disso! Quando o povo erra, ele pode, inclusive, sofrer um pouco, mas encontra o atalho, encontra a fórmula de se reposicionar do ponto de vista da van-

guarda da História. Acredito piamente nisso. Portanto, eu que encaro, com muito respeito, a atividade pública e que exerço, com o máximo de seriedade o meu mandato e a minha atividade pública, respeito todo e qualquer resultado que venha de uma urna legítima, dentro dos padrões de legitimidade que nós conhecemos no estágio atual da democracia brasileira: se venço a eleição, cumpro o meu mandato; se perco a eleição, não é por isso que vou dizer que o povo perdeu a cabeça, porque eu não sou o centro das coisas. Já passei dos três anos de idade há muito tempo. Infelizmente, há muito e muito tempo. Portanto, aceito o resultado das urnas como legítimo: o que vier significará definição da minha postura. Eu serei Oposição ou serei Governo. Com Alckmin, serei Governo; com Lula, serei Oposição.

O que não farei – e disso tenho certeza – é me pendurar na Petrobras. Pegar afilhado meu, se Lula vencer, e colocar aqui *concertacion*, agenda positiva.

Não tem nada a ver com colocar afilhado para roubar na Petrobras. Nada! Não tem nada a ver *concertación*, agenda positiva, aprovação de reformas estruturais. Tudo isso tem a ver com conversa legítima entre interlocutores legítimos. Não considero que alguém que perca uma eleição deva dar-se ao desprazer, à desfaçatez, à falta de vergonha na cara de arranjar um jeito de começar a nomear para cá e para acolá. Só sou Governo quando o meu Partido ganha. Quando perde, sou Oposição – é claro. Ou estaríamos colaborando para enfeiar, desmontar, desacreditar e desmoralizar ainda mais a vida pública brasileira.

Portanto, desejo o máximo de felicidade ao povo brasileiro, quase às vésperas de sua grande decisão. Que o povo escolha aquilo que lhe pareça melhor, aquilo que lhe pareça mais significativamente positivo para o Brasil e aquilo que é seu direito fazê-lo, o que lhe toque mais na própria sensibilidade.

Comentarei depois o resultado, mas sem nunca perder o respeito pela sociedade brasileira, entidade que é a razão da nossa vida. Ela tem o direito de tomar a sua atitude. Vou comentar aqui sem desrespeitar, em momento algum, a atitude que a sociedade vier a tomar. A partir de segunda-feira, posicionar-me-ei como Governo, com Alckmin, ou como Oposição ao Presidente da República Lula.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

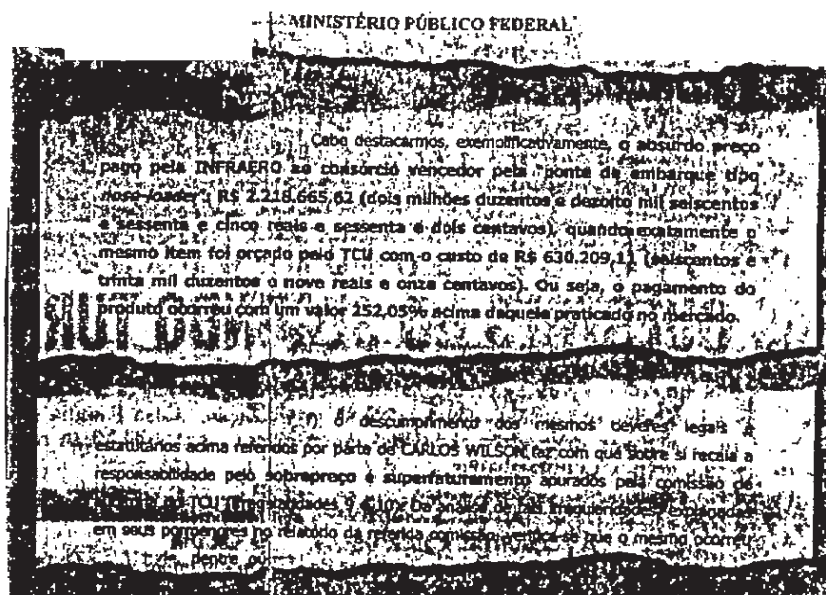
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

veja

O TCU e o Ministério Público apontam um superfaturamento jumbo nas obras do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo

Júlia Duailibi

Ao inaugurar, em dezembro do ano passado, parte das obras de ampliação e modernização do Aeroporto de Congonhas, na cidade de São Paulo, o presidente Lula elogiou o então presidente da Infraero, Carlos Wilson, pela "dedicação" e pela "contribuição extraordinária que fez ao Brasil". Dez meses depois, o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União começam a desvendar o lado obscuro de uma contribuição extraordinária de Wilson. Superfaturadas, as obras podem ter causado ao Erário uma perda superior a 100 milhões de



DECOLARAM COM MILHÕES

reais. Com base em ampla pesquisa de mercado realizada pelo TCU, o Ministério Público constatou preços de 31% a 252% acima dos de mercado num conjunto de 29 produtos e serviços. O caso mais escandaloso é o da compra das chamadas pontes de embarque (ou *fingers*, em inglês), que dão ao passageiro acesso ao avião. A Infraero pagou ao consórcio vencedor a bagateia de 2,2 milhões de reais por unidade. Com base em outras compras idênticas feitas pelo poder públi-

co, o TCU constatou que cada finger não custaria mais do que 630.000 reais. Também houve superfaturamento de 226% nos serviços de fundação da obra. Cobraram-se, por exemplo, 354,15 reais por estacas que não deveriam custar mais de 108,63 reais.

O Ministério Público Federal também acusa a Infraero de ter direcionado a licitação para o consórcio formado pelas empreiteiras OAS/Camargo Corrêa/Galvão. Na avaliação dos procuradores, a licitação de Congonhas

deveria ter sido fracionada em várias concorrências menores, garantindo, assim, maior disputa e melhor preço. Ao exigir que um mesmo participante executasse desde as obras de pavimentação até as reformas do terminal de passageiros, a Infraero colocou todo o projeto nas mãos das grandes empreiteiras — que, por sua vez, acabaram subcontratando, em alguns casos irregularmente, empresas menores. A investigação destaca ainda que, um ano após a celebração do contrato

entre a Infraero e as vencedoras da licitação, foi realizado um aditamento suspeito, que elevou em 15 milhões o valor do contrato. Calcula-se que as obras em Congonhas, uma vez concluídas, estarão 180 milhões de reais. Pelas contas do Ministério Público, no entanto, elas poderiam chegar a 75 milhões de reais.

"São de extrema gravidade os dados ora levantados, que demonstram cabalmente um total desprezo pelo patrimônio público", afirma o Ministério Público numa ação cautelar ajuizada na semana passada, em que pede a indisponibilidade dos bens e a quebra dos sigilos fiscal e bancário do ex-presi-

dente da Infraero, Carlos Wilson, e de outros quatro diretores e ex-diretores da empresa estatal. Ex-senador pelo PTB de Pernambuco, Wilson ocupou a presidência da Infraero do começo do governo Lula até março deste ano. Deixou o cargo para disputar uma cadeira de deputado federal pelo PT. Antes, coordenou um dos principais programas de investimento em infra-estrutura do governo Lula, com a criação, ampliação e reforma dos mais importantes aeroportos brasileiros. Questionado sobre as acusações, Wilson disse desconhecer-las e afirmou que sua gestão na

Infraero foi amplamente "fiscalizada e transparente". Os procuradores investigam irregularidades nas obras de Congonhas desde 2004. O aeroporto tem o maior movimento do país, com 45 000 passageiros diários. As obras de remodelação devem ficar prontas no começo de 2007. Ao todo, Wilson comandou a reforma de 66 aeroportos. Além de Congonhas, o Ministério Público Federal investiga irregularidades na execução das obras dos aeroportos de Vitória, Recife e Goiânia. Se o mesmo padrão de superfaturamento de Congonhas tiver ocorrido nas outras reformas, o Ministério Público acredita estar diante de um dos maiores desvios de recursos públicos deste governo. ■

JORNAL DO BRASIL

Editorial

ESCANDALO DO DOSSIE

Mais um caso de polícia

SÃO GRAVISSIMOS os alertas emitidos pelo deputado Raul Jungmann, (PPS-PE), de obstinação pela Polícia Federal, dos trabalhos da CPI dos Sanguesugas. Vice-presidente da comissão, Jungmann lembrou no domingo que até aquele dia os integrantes da CPI não haviam tido acesso a nenhuma folha do relatório parcial do inquérito preparado pela PF sobre a tentativa de compra do dossiê forjado para incriminar candidatos tucanos. O documento, diga-se, vazou para a imprensa sem que os parlamentares tivessem conhecimento da papelada. Não há razões para acreditar num mero esquecimento da Polícia Federal.

O relatório parcial foi entregue na sexta-feira à Justiça

Federal de Mato Grosso. No mesmo dia, jornais e revistas obtiveram uma cópia do documento que, entre outras citações, publicou Jorge Lorenzetti, ex-juiz chefe da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no papel de mentor da compra do dossiê. Lorenzetti é o coordenador do setor de planejamento da campanha pela reeleição e o único nome que desfilou na entrevista que ganhou os espaços para recolher informações sobre outros candidatos e promover negociações a fim de prejudicar adversários. O grave é que o relatório cita pessoalmente instalados na ante-sala do gabinete presidencial.

A rota de colisão entre a CPI e a Polícia Federal integrou o longo leme do protagonizado

por aquela que é considerada uma das filhas de excelência da administração presidente Lula. Até o episódio dos cartistas pilhados, no entanto, a compra do dossiê da Polícia Federal se embaixou por uma série de irregularidades. Desde a formação do dossiê até a entrega dos dados aos meios de comunicação, houve excessos aqui e ali. Algumas autoridades estavam servindo relevantes ao país. Desafiavam quadrilhas e escancaravam a corrupção endêmica espalhada pelos Estados. Por coincidência ou não, o Brasil não tem assistido agora a mesma competência.

Nada mais acertado, portanto, do que o questiona-

mento do deputado Raul Jungmann: "A quem interessa que essa CPI não chegue aos mandantes do crime aos responsáveis? Para o presidente da comissão, estamos diante de uma situação absurda de um caso de obstrução das investigações. Diante da crítica parlamentar, o diretor-geral da PF, Paulo Cabral, respondeu que a atuação da instituição que dirige o Estado remonta ao regime militar. A obstrução das eleições ocorreu sobre a atuação da Polícia e não a perda de material, um caso de perda de material".

O relatório que as investigações oportunizadas são

levadas à conta, a maioria do PT é de quem não se rebelou desde o início do caso quando se comparou a decisão incomum da investigação de

A Polícia Federal representava uma gota de espuma numa maré impopular.

evitar a lavagem de dinheiro. Os pensões e pagamentos que ajudaram nos últimos anos a tornar-se célebre. Fez as prisões antes do ato de entrega e pagamento do material, que sabia onde e quando se cometeria o crime. As semanas seguintes revelaram tanto

uma inquietante lentidão como a divulgação de dados inconsistentes. No entanto, múltiplas para o caso. Os caminhos dispersos da Polícia Federal de CPI completamente história. Não se pode dizer que insistir, uma investigação para evitar consequências eleitorais poderia até tender a favor do PT, mas abalará ainda mais um eventual segundo mandato do atual presidente. Ou, desta vez, essa falha errática da Polícia Federal arrefecerá ainda mais a legitimidade do partido e do governo, que — suspenso — tenta defender. De quebra, a instituição também verá arrefecida a credibilidade que construiu.

Dataprev realiza contratos irregulares

As empresas públicas foram criadas para facilitar a vida dos cidadãos, por isso elas têm a obrigação de utilizar o dinheiro federal da forma mais correta possível. Infelizmente, nem sempre isso acontece. Relatório publicado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no último dia 11 de outubro relata uma série de irregularidades cometidas pela Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (Dataprev). A principal falha encontrada foi a contratação indevida e antieconômica da Cobra Tecnologia S.A.. Essa empresa serviu como mera intermediária na prestação de serviços executados pela Unysis Brasil Ltda.

A Dataprev é uma empresa pública instituída pela Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974. Ela presta serviços para a Previdência Social brasileira e é responsável pela informatização dos diversos órgãos previdenciários. Um sério problema que ela enfrenta é a dependência em relação à tecnologia Unysis.

Essa dependência foi motivada pelo monopólio do mercado de computadores de grande porte e de sua manutenção pela Unysis. Devido a isso, a Dataprev é obrigada a contratar sempre essa mesma empresa para cuidar dessa área. No entanto, a renovação do contrato no ano 2003 não aconteceu. A justificativa da Dataprev foi de que havia problemas de relacionamento entre as duas acordantes. Para resolver a crise, o presidente da época, José Jairo Ferreira Cabral, optou por contratar uma terceira empresa, em caráter emergencial, pois a prestação de serviços não poderia ser interrompida. A nova contratada serviria como integradora de soluções. A escolhida foi a Cobra Tecnologia.

Segundo o relatório do TCU, esse novo acordo, além de desobedecer as leis nº 8.666/93 e nº 2/2004, trouxe ônus adicional a Dataprev, já que a Cobra não era capaz de prestar os serviços, tendo que recorrer a Unysis. "Não há nada que indicasse a necessidade e a utilidade real dessas contratações com a Cobra. A Dataprev dependia da tecnologia da Unysis e, portanto, esta empresa é que deveria prestar os serviços à entidade pública", afirma o ministro-relator Ubiratan Aguiar em seu voto. Os dispêndios gerados por esse novo contrato foram de R\$ 31,2 milhões.

Outras irregularidades encontradas são a ausência de medidas efetivas para a migração de sistemas e bases de dados para plataformas abertas, a inclusão do equipamento Libra 185 no objeto dos contratos emergenciais, prestação de serviços de locação e manutenção de hardware e software sem cobertura contratual nos períodos de 1 setembro a 14 de agosto de 2003 e 12 de fevereiro a 11 de março de 2004, ausência de realização periódica de estudos de capacidade e performance de seu parque tecnológico, além de outras falhas nos contratos emergenciais feitos com a Cobra a Unysis.

As conclusões elaboradas pelo TCU, em vista das justificações emitidas pela Dataprev, não denotam indícios de que tenha havido má fé por parte do ex-presidente José Jairo Ferreira Cabral. Mas, o relator deixa claro, que ele foi omissivo e que deveria ter tomado providências imediatas logo que assumiu o cargo. Afinal, já tinha conhecimento de todos esses problemas de relacionamento com a Unysis e de que os prazos para a renovação dos contratos estavam se esgotando.

As principais sugestões do relator Ubiratan Aguiar em relação a essas irregularidades são a aplicação de uma multa à José Jairo Ferreira Cabral, fixando-lhe um prazo de 15 dias, a contar da notificação, para o seu pagamento. O encaminhamento de um projeto de migração de seus sistemas e bases de dados para plataforma aberta ao TCU dentro de 30 dias e da definição das competências de Dataprev, INSS e MPS dentro de 60 dias. Houve outras recomendações quanto à falta de documentos e informações nos processos de contratos e licitações. Além da suspensão definitiva do contrato com a Cobra Tecnologia (o contrato já havia sido suspenso pelo TRF em agosto de 2005).

TCU encontra irregularidades na Casa da Moeda

Com tantos escândalos de corrupção e a disputa entre os candidatos à presidência da República, a mídia acaba não dando a devida importância para outros assuntos relevantes. Na semana passada, dia 11 de outubro, o Tribunal de Contas da União

(TCU) divulgou relatório onde constam irregularidades encontradas em licitação feita pela Casa da Moeda do Brasil (CMB). Uma das acusações é de que as empresas participantes de um processo licitatório, convidadas pela CMB, têm vínculos entre si. Além disso, o documento mostra que houve prática de preços excessivos dos serviços prestados.

Todo processo de licitação realizado pelo Governo Federal tem que obedecer as mesmas regras. Os órgãos públicos devem seguir a Lei nº 8.666/93, das Licitações e Contratos da Administração Pública. Entretanto, essa norma não foi respeitada pela Casa da Moeda.

De acordo com o relatório elaborado pelo ministro do TCU Ubiratan Aguiar, a CMB convidou as empresas Planear Assessoria e Consultoria Ltda., CG Consultores Associados, Cooperativa de Trabalho de Especialistas Ltda. e o Instituto de Políticas Públicas (Inpp) para participarem da licitação, que foi feita em 2003.

O relatório esclarece o vínculo entre as empresas Planear e Cooperativa de Trabalho: "um dos sócios da Planear, Sr. Fernando Antônio Marinho Pereira, é sócio majoritário da Cooperativa. A outra sócia da Planear, Sra. Magda Moreira Cunha Marinho, é presidente da Cooperativa. Além disso, esta funciona no mesmo endereço da residência dos sócios da Planear."

O documento também explica a relação com a CG Consultores Associados. "...a empresa foi responsável pela elaboração do Manual de Campanha Eleitoral do Partido dos Trabalhadores para as eleições de 2004, e que nesse documento, consta como integrante da 'equipe de base' da empresa o Sr. Fernando Antônio Marinho Pereira, sócio da Planear e da Cooperativa."

O Instituto de Políticas Públicas nem chegou a apresentar as propostas na licitação, mas, segundo o relatório, Fernando Marinho trabalhou no instituto por três anos.

Diante de tais acusações, seria necessário refazer o convite para outras empresas interessadas no processo licitatório, o que não foi feito. O ministro-relator, Ubiratan Aguiar, afirma que isso "reforça a convicção de que a intenção dos responsáveis era a contratação da Planear, como de fato ocorreu."

Outro ponto que chamou a atenção dos auditores foi o fato de a empresa MSCA Informação Tecnologia Treinamento Consultoria Ltda. ser declarada inapta por não ter entregue documentação. Entretanto, tais documentos não estavam previstos no instrumento convocatório.

Em relação ao abuso da prática de preços excessivos, o TCU analisou que o valor do homem/hora de consultoria cobrado pela empresa vencedora, a Planear Assessoria e Consultoria Ltda., teve aumento de 40% em apenas 13 meses. Enquanto que, no contrato anterior foi pago R\$ 140,00/hora, o preço exigido nesse contrato foi de R\$ 200,00/hora.

Segundo o relatório do Tribunal de Contas da União, ficou acordado que a Casa da Moeda pratique o valor do homem/hora de consultoria de R\$ 156,59 (R\$ 140,00 corrigidos pela variação do INPC entre dezembro/2003 e dezembro/2005) nos próximos pagamentos à Planear.

No documento, também ficou decidido que a CMB e a Planear Assessoria e Consultoria Ltda. apresentem, em 15 dias, justificativa para a prática excessiva de preços.

Além disso, ficou decidido que o sr. Marcos Rajzman, o ex-presidente da CMB, Manoel Severino dos Santos, o ex-administrador da CMB, Alvaro Gonçalves Figueiredo Filho e a empresa Planear estão obrigados a ressarcir, no prazo de 15 dias, os cofres da Casa da Moeda.

O relatório da auditoria realizada pelo TCU detalha nomes e motivos dos que estão envolvidos no processo. Para ver o relatório na íntegra, clique aqui.

Marina Rebuá Do Contas Abertas

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a será atendido nos pedidos de transcrição solicitados.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.069, DE 2006

Nos termos do artigo 256, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada do Projeto de Lei nº 87, de 2006, de minha autoria, que se encontra em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2006. – Senador **Valdir Raupp**, PMDB/RO.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido, nos termos do inciso I do §2º do art. 256 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Os Srs. Senadores Pedro Simon, Alvaro Dias, Marcos Guerra, Flexa Ribeiro, Papaléo Paes, Juvêncio da Fonseca, Antero Paes de Barros, Almeida Lima e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, começo o meu pronunciamento de hoje com uma singela pergunta: pode um professor de Economia, residente numa nação periférica, com uma idéia muito simples, criar, em poucos anos, a mais formidável fórmula para eliminar a pobreza?

A resposta é sim.

Venho a esta tribuna para falar um pouco da vida de Muhammad Yunus, o brilhante professor de Economia de Bangladesh, conhecido no mundo inteiro como o Banqueiro dos Pobres, cidadão que recentemente foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz, numa das premiações mais certeiras dos últimos anos.

Aliás, parece paradoxal essa surpreendente decisão da Academia Sueca, que resolveu, com imensa sabedoria, contemplar, pela primeira vez, um banqueiro com o Nobel da Paz.

Terceiro filho de uma família de 14 irmãos, Muhammad Yunus nasceu em 1940. Depois de estudos brilhantes, ele recebeu uma bolsa de estudos para se graduar nos Estados Unidos. Lá se tomou professor de economia. Três anos depois de ter voltado a Bangladesh – nação criada em 1971 com a divisão do Paquistão –, uma terrível epidemia de fome acometeu aquele país. Esse evento acabaria mudando a visão de mundo de Yunus e também a sua vida.

Certa vez, quando perguntaram a Yunus como tivera a idéia de emprestar dinheiro às pessoas, fato

que o acabou levando a fundar um banco para atendimento exclusivo de pobres, ele respondeu:

Eu não tinha qualquer intenção de criar um banco. Foram as circunstâncias que me levaram a isso. Eu lecionava Economia na Universidade nos anos posteriores à independência do Bangladesh. O país passava por muitas dificuldades. Em 1974, enfrentamos um terrível período de fome. Eu via pessoas morrendo de fome nas ruas e estava frustrado, sem saber o que fazer para ajudar. Afinal, todas as grandes teorias de desenvolvimento econômico que eu ensinava não contribuía para resolver aquele problema. Pensei que era preciso ser útil. Assim, fui à aldeia mais próxima do campus universitário visitar os pobres. Vi como as pessoas sofriam, como estavam dependentes dos usurários que lhes emprestavam dinheiro, quase sempre montantes muito pequenos. Por que não fazer uma lista destas pessoas e tentar ajudá-las? Com a colaboração de alguns alunos, fizemos uma lista de 42 pessoas e chegamos à conclusão que o total de dinheiro necessário era de 27 dólares! Meu Deus! Nós andávamos a falar de milhões e milhões de dólares para investir e desenvolver a economia do país e, no entanto, havia pessoas que precisavam de uns poucos dólares. Decidi, naquele momento, que os pobres iriam se tomar meus professores.

Muhammad Yunus descobriu, naquela época, que a grande maioria dos pobres era incapaz de conseguir empréstimo nos bancos tradicionais. Para esses bancos, pobres são inadimplentes potenciais. Além disso, gastariam o dinheiro do financiamento na compra de alimentos. Não valia a pena emprestar quantias irrisórias, não seria rentável. E, no final das contas, pobres não teriam garantia para dar em troca dos empréstimos.

Segundo Yunus, recusar o acesso ao crédito é a fonte de todas as exclusões porque a pobreza é raramente criada por problemas pessoais, preguiça ou falta de inteligência, mas sim pelo custo proibitivo do capital.

O que falta basicamente para que uma pessoa tenha acesso a um pequeno capital são taxas de juros justas e um prazo de resgate maior que o tradicional.

Só com um pequeno investimento, segundo Yunus, os pobres poderão entrar verdadeiramente num ciclo econômico que lhe garantirá a criação de sua própria fonte de renda.

Esse sistema de microempréstimo, inicialmente, ajudou a financiar os projetos de 42 mulheres dentro das áreas mais pobres do vilarejo. No prazo fixado, o banqueiro foi integralmente reembolsado. A experiência inicial, portanto, foi um sucesso.

Disse Yunus: “As mulheres queriam antes de tudo me reembolsar para me provar que mereciam a minha confiança. Seus olhares de reconhecimento e a sua pontualidade decuplicaram a minha vontade de expandir a experiência”.

É importante ressaltar que, num primeiro momento, o professor Yunus tentou convencer bancos locais e membros do governo à ajudá-lo nesta empreitada. Mas as respostas eram sempre as mesmas: Pobres são inadimplentes. Não oferecem nenhuma garantia, caso não reembolsem o empréstimo. É arriscado demais! Não vai funcionar.

Depois de alguns anos em que inutilmente tentou convencer os céticos, Yunus decidiu deixar seu cargo de professor e criar sua própria empresa: Grameen Bank. Criada em 1978, em apenas um vilarejo, a empresa expandiu rapidamente suas atividades. Hoje, passados vinte e seis anos, os resultados são capazes de convencer até mesmo os mais descrentes. O banco se tomou uma verdadeira instituição daquele país. Está presente em milhares de vilarejos, já emprestou mais de 16 bilhões de reais para 12 milhões de clientes, sendo 96% mulheres.

Um dado interessante é que essa experiência provou que as mulheres são mais responsáveis e sérias do que os homens. A taxa de pagamento, que tanto preocupava os banqueiros tradicionais, é de 98,9%. Ou seja, é muito superior a dos bancos comerciais.

O sistema funciona assim: as clientes estão organizadas em grupos de cinco pessoas, e cada uma das devedoras é responsável perante as quatro outras integrantes do grupo e pode pedir ajuda caso esteja com um problema. O Grameen Bank não pede para elas que assinem um contrato, não processa ninguém em caso de inadimplência e não exige nenhuma garantia.

O banco idealizado por Muhammad Yunus tem hoje mais de 12 mil funcionários. É uma verdadeira empresa que paga os mesmos salários que os bancos tradicionais. Segundo Yunus, o banco não tem como objetivo ganhar dinheiro. Os 2,4 milhões de clientes são os donos do banco. O lucro é sempre marginal, depois de pagos todos os custos e feitos os novos investimentos.

Atualmente, esse modelo é aplicado em mais de 57 países ao redor do mundo. O micro-crédito ajuda mais de 55 milhões de famílias, sendo 27 milhões na faixa da população que tem menos de 1 dólar por dia para sobreviver. Segundo estudos, graças ao micro-crédito, três de quatro devedores conseguem sair da extrema pobreza de maneira definitiva.

Dono de um verdadeiro império, o professor Muhammad Yunus não mudou de estilo de vida. Ele vive com sua esposa e sua filha em um pequeno apartamento de dois quartos em Dacca, capital de Bangladesh.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao entrevistar Muhammad Yunus, o jornal **Zero Hora**, do Rio Grande do Sul, perguntou-lhe que conselhos ele daria ao Brasil sobre microcrédito. Disse Yunus: “Eu diria que os programas de microcrédito precisam se focar em atender aos muito pobres. Se os muito pobres não forem incluídos desde o início, estarão excluídos mais à frente, e o objetivo do microcrédito, de reduzir a pobreza, fracassará. Eu sugeriria que priorizassem a qualidade à quantidade”.

O jornal **Zero Hora** também perguntou a Yunus qual seria o impacto do Grameen Bank na vida Bangladesh. Ele respondeu que vários estudos mostram que a mortalidade infantil caiu, o controle de natalidade começou a dar resultados, a saúde pública melhorou, as crianças tiveram mais acesso à educação e as mulheres têm ganho maior participação em atividades sociais e políticas no país, que é bastante machista.

Zero Hora também quis saber de Yunus sobre suas perspectivas para o futuro do banco. Respondeu ele:

Tenho 63 anos. Quero melhorar a qualidade de vida de quem recorre ao banco. Nos últimos anos, criamos bolsas de estudo para os filhos de pessoas que tomaram empréstimos conosco. Muitos estão cursando escolas profissionalizantes. No futuro, eles vão ajudar as suas famílias. O Grameen emprestou dinheiro a 3 O mil pessoas para que comprassem telefones celulares e oferecessem serviços de telecomunicação. Estas “mulheres-telefonistas” têm lucros com esses telefones, ao mesmo tempo em que oferecem aos moradores uma ligação com o “mundo exterior”, antes inimaginável. Também levamos serviços de Internet às vilas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de dizer que a idéia do “Banco do Povo” não é nova. Foi proposta pelo pensador Alexis de Tocqueville (1805 – 1859), em dois ensaios publicados em 1835 e intitulados “Memória sobre a pobreza” e “Segundo artigo sobre a pobreza”. A finalidade desses estudos era discutir como estruturar a sociedade moderna, aglutinando os cidadãos desunidos. A pobreza, considerava Tocqueville, era uma espécie de doença social surgida nos países que experimentaram o enriquecimento capitalista. A pobreza, dizia o pensador francês, só se tomou visível onde havia para se contrapor a ela um pano de fundo de riqueza e bem-estar.

Esse problema era mais visível, na época, na Inglaterra, onde um sexto da população engrossava as fileiras do proletariado urbano, contrastando a sua pobreza com o bem-estar da maioria. Tocqueville se indagava como integrar essa parcela de pobres na sociedade a fim de que pudesse gozar das benesses do progresso. Tocqueville partia da definição moral do princípio da beneficência. Dizia ele:

Creio que a beneficência deve ser uma virtude máscula e fundada racionalmente, não um gosto frágil e irrefletido; que não se deve fazer o bem que mais agrada àquele que o faz, mas o mais verdadeiramente útil àquele que o recebe; não aquele que alivia de forma mais completa as misérias de alguns, mas aquele que serve ao bem-estar do maior número.

A primeira manifestação de microcrédito da qual se tem notícia ocorreu no sul da Alemanha, em 1846. Denominada Associação do Pão, ela foi criada pelo pastor Raiffeisen. A região passou por um rigoroso inverno que levou os fazendeiros locais a contraírem dívidas e ficarem na dependência de agiotas. O pastor cedeu-lhes farinha de trigo para que, com a fabricação e comercialização do pão, pudessem obter capital de giro. Com o passar do tempo, a associação cresceu e transformou-se numa cooperativa de crédito para a população pobre.

Em 1900, um jornalista da Assembléia Legislativa de Quebec criou as *Caisses Populaires*, que, com a ajuda de 12 amigos, reuniram o montante inicial de 26 dólares canadenses para emprestar aos mais pobres. Atualmente, estão associados às *Caisses Populaires* cinco milhões de pessoas, em 1.329 agências.

Nos Estados Unidos, em 1953, Walter Krump, presidente de uma metalúrgica de Chicago, criou os “fundos de ajuda” nos departamentos das fábricas, onde cada operário participante depositava mensalmente U\$1,00 destinado a atender aos associados necessitados. Posteriormente, os fundos de ajuda foram consolidados e transformados no que foi denominado Liga de Crédito. Após esta iniciativa, outras se sucederam, existindo atualmente, a Federação das Ligas de Crédito, operadas nacionalmente e em outros países.

Provavelmente, entre 1846 e 1976, muitas outras manifestações pontuais e isoladas devem ter ocorrido ao redor do planeta com características de microcrédito, porém o grande marco que desenvolveu, difundiu e serviu de modelo para popularizar o micro-crédito foi a experiência iniciada em 1976 em Bangladesh, pelo Professor Muhammad Yunus.

A experiência do Grameen gerou a revolução do microcrédito no mundo, onde hoje existem programas nele espelhados em sessenta países, inclusive alguns considerados ricos, como Canadá, França e Estados Unidos.

Normalmente, as instituições que operam com microcrédito, como ONGs, OSCIPs e Bancos do Povo, emprestam dinheiro para negócios já existentes com mais de seis meses de existência.

Exatamente neste espírito, apresentei, em dezembro de 2003, o PLS nº 505 – Complementar, que institui o crédito para os microempreendedores. Minha sugestão de proposição se baseou nestas várias expe-

riências já realizadas no Brasil e Bangladesh – com o Banco do Povo.

Especificamente, inspirei-me nas propostas e nos programas realizados pela Prefeitura de Porto Alegre, Governos do Rio Grande do Sul e Distrito Federal, mais as lições do Banco do Povo de Bangladesh, do Sr. Yunus.

Sr. Presidente, encerro dando os meus parabéns à Academia Sueca e, mais ainda, muitos parabéns e meus votos de longa e profícua vida a esse benemérito cidadão, agora também do mundo, esse iluminador, sr. Muhammad Yunus.

Lembro, por fim que, grande otimista, Muhammad Yunus acha que outros homens como ele, empreendedores, vão trazer soluções simples e criativas para vencer os grandes desafios planetários. Segundo ele, projetos gigantescos não são suficientes: porque é preciso antes de tudo preocupar-se com o primeiro elo da cadeia: o ser humano.

Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senado-

res, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Justiça manda prender 6 petistas ligados a dossiê”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 27 de setembro de 2006.

A matéria destaca que três dos petistas que tiveram a prisão temporária decretada têm relação direta com o Presidente Lula, como Freud Godoy, ex-assessor especial de Lula; Oswaldo Bargas, ex-Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho; e Jorge Lorenzetti, ex-Chefe do Serviço de Inteligência da campanha de Lula.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Justiça manda prender 6 petistas ligados a dossiê

Três deles têm relação direta com Lula;
Lei Eleitoral, no entanto, proíbe prisão

A Justiça Federal de Mato Grosso decretou ontem a prisão temporária de seis petistas envolvidos com o dossiê Vedoin. Três deles têm relação direta com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva: Freud Godoy, ex-assessor especial de Lula; Oswaldo Bargas, ex-secretário-executivo do Ministério do Trabalho; e Jorge Lorenzetti, ex-chefe do serviço de inteligência da campanha de Lula. Os outros três são Expedito Afonso Veloso, di-

FRASE

**Guido Mantega
Ministro da Fazenda**

“Não temos nada a ver com o departamento de inteligência das Organizações Tabajara”

retor afastado do Banco do Brasil; o advogado Gedimar Passos, que trabalhava na inteligência do comitê de Lula; e o empresário Valdebran Padilha, que ar-

recadava recursos em campanhas petistas em Mato Grosso. A Polícia Federal confirmou que recebeu as ordens de prisão, mas deixou de cumpri-las porque a Lei Eleitoral proíbe prisões nos cinco dias que antecedem as eleições e até 48 horas depois do pleito, a não ser em flagrante – assim, elas só poderão ser cumpridas a partir da zero hora de quarta-feira. A prisão temporária se destina a facilitar investigações. ● PÁG. A4

Dinheiro veio de Miami, diz PF

... Os US\$ 248,8 mil apreendidos com Gedimar Passos e Valdebran Padilha para comprar o dossiê saíram de um banco de Miami, entraram no Brasil e foram repassados a um banco de pequeno porte de São Paulo. A PF sabe o nome do banco, da agência, do

dono da conta em que o dinheiro foi depositado e até do sacador, mas mantém os dados em sigilo. A informação constará de documento oficial que o Department of Homeland Security, dos EUA, enviará ao Ministério da Justiça brasileiro e à PF. ● PÁG. A5

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “O Maior escândalo da história”, publicada pelo **Jornal do Brasil**, em sua edição de 21 de setembro de 2006.

A matéria destaca que o presidente do TSE, Tribunal Superior Eleitoral, Marco Aurélio Mello, considera a tentativa de compra, por parte de petistas, de um falso dossiê contra tucanos, pior que o escândalo Watergate, que precipitou a queda em 1972 do presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon.

O maior escândalo da história volta como farsa

Entrevista ■ MARCO AURÉLIO DE MELLO, PRESIDENTE DO TSE

“É muito pior que Watergate”

Luiz Orlando Carneiro e Tales Faria

■ BRASÍLIA. Se depender do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio de Mello, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está em apuros. Em entrevista exclusiva ao **JB**, Marco Aurélio se disse perplexo com a quantidade de escândalos que rondam a disputa eleitoral, especialmente com a descoberta de que funcionários do governo, próximos ao presidente da República, estavam comprando e vendendo dossiês para comprometer adversários. Para ele, o que houve “é algo muito pior” do que o chamado caso Watergate, que obrigou o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, a renunciar, em 1974.

Como o senhor se sente tendo a privacidade invadida, com o grampo no telefone de seu gabinete no Supremo Tribunal Federal?

– Ao nível a que chegaram, as coisas vão muito mal. Se um integrante de tribunal superior, do STF, é grameado, é bisbilhotado, o que pode acontecer ao cidadão comum? O caso revela o quadro de perda de parâmetros em que vivemos.

E esse negócio de venda de dossiê, compra de dossiê... Muito provavelmente, quem estava escutando o senhor pensava em produzir um dossiê.

– Exato. Isso aí é terrível. Primeiro na suposição de que todos são uns salafários, quando, na verdade, a maioria das pessoas é formada por homens de bem. Em segundo lugar, porque a cada dia em que abrimos um jornal ou abrimos uma revista nos defrontamos com novos escândalos. Isso tem de parar.

O senhor vê semelhanças entre essas denúncias de compra e montagem de dossiês, que estão ocorrendo agora nas eleições, com o caso Watergate, que ocorreu nos EUA envolvendo o presidente Richard Nixon?

– Não, não vejo... É algo muito pior! Não há comparação. Aquela escuta foi realmente muito terrível. Mas, agora, o que temos aqui é a uma somatória de desvios de poder.

O grampo no TSE teria a mesma motivação eleitoral do caso Watergate e dessa guerra de dossiês que estourou na

Imprensa recentemente.

– E, como toda baixaria, tem de ser excomungada, tem de ser afastada do cenário nacional. Para que isso ocorra é necessário punir aqueles que cometeram desvios de conduta, como exemplo para os cidadãos em geral e especialmente aos homens públicos.

Caberia aos líderes da nação, neste momento, dar outro tipo de exemplo?

– Exatamente. O que desejo é que as instituições funcionem para termos no Brasil dias melhores.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Marco Aurélio Mello, atribui uma façanha espantosa ao grupo envolvido na tentativa de compra e venda do “dossiê Freud”: a fabricação de um escândalo maior que o Caso Watergate, considerado o mais grave da história por ter precipitado em 1972 a queda do presidente Richard Nixon. Ontem, Ricardo Berzoini foi afastado do comando da campanha de Lula. **Pais e Economia** ■ A2 e A13 e A19

Marco Aurélio de Mello, nasceu em 1946 no Rio de Janeiro. Foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal e tomou posse em junho de 1990. Escolhido pelo STF, esteve no Tribunal Superior Eleitoral como juiz substituto, entre agosto de 1991 e maio de 1993, e efetivo para o biênio 1993-1994.

A mente mais imaginativa, mais criativa, mais antagônica em termos concepção política não poderia prever o que estamos vivenciando

Mas parece que o eleitor não está punindo esses homens públicos. Parece que os que aprontaram vão ser eleitos.

– Não, não subestimem a inteligência do eleitor. Teremos que aguardar o dia 1º de outubro para ver qual é a diretriz que o eleitor fixará.

O senhor já presidiu uma eleição, em 1996, quando ocupava o mesmo cargo que tem hoje no TSE...

– Sim. Presidi as primeiras eleições informatizadas, municipais, alcançando um terço do eleitorado com a urna eletrônica. Agora

retorno à presidência do TSE perplexo. Os incidentes são de grande monta, numa gradação inimaginável.

O senhor, como toda a população, deve ter ficado assustado, com certas coisas que não imaginava serem possíveis de ocorrer...

– A mente mais imaginativa, mais criativa, mais antagônica em termos concepção política não poderia prever o que estamos vivenciando. É um problema. Mas encarar o futuro é tempo: torço para que tudo isso sirva de ponto de partida para dias melhores – para nós próprios, para nossos filhos e também para os nossos netos.

Nossa Opinião ■ SEMELHANÇAS PERTURBADORAS

De passagem por Nova York, o presidente Lula concedeu aos jornalistas a graça de um comentário sobre o escândalo da vez: “A dez dias de uma eleição em que a situação é altamente favorável, por que alguém quer me ajudar a fazer um ato insano desses?”, intrigou-se. Em junho de 1972, quando o Caso Watergate explodiu às vésperas de uma reeleição garantidíssima, o presidente Richard Nixon deve ter dito algo semelhante.

Bandidos alojados na Casa Branca resolveram espancar o adversário nocauteado em pé. Cúmplices de Lula decidiram que o triunfo iminente não teria graça sem a vitória em São Paulo. Nixon foi afastado menos de dois anos depois de reeleito. Lula estará no lucro se concluir dois mandatos.

Ministro, mas quanto a esses casos que estão sendo descobertos agora, quando os responsáveis serão punidos?

– Olha, é aí que está. Porque o processo tem uma tramitação, e a tramitação visa justamente proteger o exercício do direito de defesa. Também não cabe substituir o julgamento por um justiciamento. É o que digo sempre: “A lei é assim, e não se pode virar a mesa e partir para um ato de força”. Isso não seria bom, porque implicaria retrocesso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Hackers atacam página do PT”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 24 de agosto do corrente.

Segundo a matéria, o grupo de hackers, Bios Team, deixou, na página do PT, mensagens com ofensas a Lula. Em uma delas afirmam que presidente traz consigo sete pragas (CPIs dos Correios, Bingos e Compra de Votos; o escândalo do mensalão; além de crises na agricultura e na indústria metalúrgica).

Sr. presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Hackers atacam página do PT

Grupo Bios Team deixou mensagem com ofensas a Lula; partido tirou site do ar e quer investigação

Clarissa Oliveira

O PT, que tem apostado na internet para promover os seus candidatos nestas eleições, acabou se transformando em vítima da tecnologia. Ontem, por volta das 13 horas, o site do partido foi alvo de uma invasão por hackers, que aproveitaram o espaço da página petista para postar uma mensagem agressiva contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A brecha na segurança permitiu uma cena constrangedora: sobre uma imagem da estrela do PT em chamas, complementada por palavras, um texto de nove linhas dizia que, enquanto alguns países sofrem com guerras, terremotos e atentados, o Brasil lida com Lula.

O presidente foi citado como “praticamente uma maldição”, que traz consigo “sete pragas”: as CPIs dos Correios, Bingos e Compra de Votos; o escândalo do mensalão; além de crises na agricultura e na indústria metalúrgica. No final da página, aparecia ainda o texto “Eu voto 45”, em referência ao número do principal rival da legenda, o PSDB.

Cerca de 20 minutos após o ataque, o PT havia retirado a página do ar. O grupo de hackers também atingiu outros sites partidários, como o do PFL, que

apresentava a mesma mensagem. À tarde, o partido de Lula acionou seu departamento jurídico, pedindo que fossem iniciados procedimentos para a abertura de uma investigação sobre o caso pela Polícia Federal.

ATAQUES

Ao comentar o ocorrido, o presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini (SP), não descartou a possibilidade de um adversário na disputa eleitoral ter encomendado os ataques. Mesmo assim, garantiu que o partido não

Invasores disseram que presidente traz consigo “sete pragas”

trabalha com essa hipótese. “Eu não seria irresponsável de nomear alguém.”

Segundo Berzoini, os sites do PT e de Lula já sofreram diversas tentativas de ataques. “No mundo da tecnologia da informação, isso é corriqueiro”, completou. O secretário adjunto de Comunicação do PT, Francisco Campos (SP), acrescentou que, seja quem for o autor da invasão, o caso deve ser investigado. “É um ato criminoso.”

As críticas postadas no site

do PT começavam com o nome Bios Team, que denominaria o grupo responsável pelo ataque. Há a indicação de que o autor do recado seria um hacker apelidado de Overkill, a quem são atribuídas outras mensagens políticas espalhadas na rede.

Em uma delas, distribuída durante a Copa do Mundo, o hacker ressalta que 2006 é um ano eleitoral e pede aos brasileiros que se lembrem dos “políticos ladrões” e do “presidente que nunca sabe de nada”. Um ataque realizado em março ao site da prefeitura de Macaé (RJ) também é atribuído ao Bios Team.

A invasão do site do PT por hackers ocorre justamente no momento em que o partido amplia os esforços para aproveitar o potencial eleitoral da internet. A legenda reformulou há pouco tempo o site nacional, uma estratégia que foi repetida na página paulista. Recentemente, Berzoini anunciou a intenção de criar um sistema de arrecadação pela rede, o que daria ao eleitor a possibilidade de fazer doações do próprio computador. ●

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Lula despista atacando, diz Alckmin”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, do último dia 28 de agosto do corrente.

A matéria destaca o candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, chamou a atenção para a tentativa do Presidente Lula de desviar o foco dos eleitores do novo escândalo do governo petista: o indiciamento de seu ex- ministro da Saúde, Humberto Costa, pela Polícia Federal.

Para Alckmin, “Esse é um governo que não funciona. Não tem uma obra, a não ser tapa-buraco. Os

impostos não param de crescer e aquele que prometeu 10 milhões de empregos não trabalha para gerar empregos”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula despista atacando, diz Alckmin

Em reduto do PT, tucano afirma que presidente tenta desviar foco do indiciamento do ex-ministro Humberto Costa

Ricardo Brandt

Um dia após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva atacar os tucanos em campanha em São Paulo - Estado governado até este ano pelo PSDB-, o candidato à Presidência Geraldo Alckmin (PSDB) foi a São Bernardo do Campo - antigo reduto do PT - para dar o troco. Em comício para quase 2 mil pessoas, ele acusou Lula de elevar o tom das críticas a adversários para desviar a atenção do indiciamento do ex-ministro da Saúde Humberto Costa, pela Polícia Federal, e disse que o governo do PT abandonou a agenda de geração de empregos no País.

Ao lado do candidato tucano ao governo do Estado, José Serra, Alckmin ainda defendeu a tese de que é preciso eleger Serra no primeiro turno em São Paulo para que ele o ajude a ser eleito presidente no segundo turno. “Fle (Serra) precisa ganhar no

Tucano bate forte no governo e afirma que povo está triste com corrupção

primeiro turno para nos ajudar no segundo turno. Esse é o nosso desafio”, disse o presidenciável.

Alckmin negou aos jornalistas que sua ida a São Bernardo, onde Lula tem um apartamento, tivesse ares de revanche. “Não fazemos agenda em função do adversário”, disse. Em seu discurso, porém, o candidato tucano deixou a defensiva de lado e partiu para o ataque.

Ele alegou que o povo está “desapontado” com o governo federal e afirmou que o PT hoje é sinônimo do “partido da tristeza”. “Essa é a expressão melhor, o povo está triste com o

governo brasileiro. Triste pelos escândalos.” E completou: “Ontem foi mais um (escândalo). Depois dos 40 (denunciados no mensalão), mais um ministro indiciado pela polícia, em mais um caso de desvio de dinheiro público.”

Apesar de responder aos ataques feitos nos últimos dias por Lula aos governos do PSDB, Alckmin afirmou que a estratégia de seu adversário era a de desviar a atenção dos indiciamentos no caso da máfia dos vampiros - esquema de superfaturamento de homoderivados no Ministério da Saúde.

“Tudo isso é para desviar a atenção, porque ontem foi o dia que o seu ministro da saúde foi indiciado pela polícia.” E disparou: “A saúde no Brasil deu marcha à ré, o saneamento básico não saiu do lugar, o programa de aids piorou, a questão do remédio

não avançou e ainda tem dinheiro da saúde sendo desviado. É vampiro, roubo em sangue, compra de ambulância superfaturadas.”

A metralhadora tucana mirou ainda temas como a geração de emprego e a falta de investimentos. “Esse é um governo que não funciona. Não tem uma obra, a não ser tapa-buraco. Os impostos não param de crescer e aquele que prometeu 10 milhões de empregos não trabalha para gerar empregos.”

Segundo Alckmin, seu adversário “abandonou” a agenda do emprego. “Veja a questão dos juros, o câmbio, que hoje inviabiliza os setores produtivos que mais empregam”, disse o candidato.

Serra foi na mesma linha, ao dizer em discurso que vivemos “o maior desemprego dos últimos anos”. ●

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Troca de motosserra”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 12 de setembro deste ano.

O autor, em seu artigo, cita que “É comovente a evolução ética do petismo nos últimos tempos”, e destaca declarações do ator petista Paulo Betti, segundo quem não se faz política sem pôr a mão em matéria fecal, do presidente Lula, de que política a gente faz com o que a gente tem, não como a gente quer, e, mais

recentemente, do governador do Acre, Jorge Viana, de que “qualquer apoio estamos aceitando com gosto”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JUVÊNIO DA FONSECA
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Troca de motosserra

SÃO PAULO - É comovente a evolução ética do petismo nos últimos tempos. Começou com a constatação do ator petista Paulo Betti segundo quem não se faz política sem pôr a mão em matéria fecal.

Dias depois, o presidente Lula referendou a tese ao dizer: “Política a gente faz com o que a gente tem. Não com o que a gente quer”.

Agora vem o complemento, na boca de um dos raros petistas que é estrela ascendente, o governador acreano Jorge Viana. Na bela reportagem de Fábio Zanini, ontem publicada por esta **Folha**, Viana justifica assim sua aliança com os políticos que antes considerava delinquentes: “Qualquer apoio estamos aceitando com gosto”.

O “qualquer” inclui o pessoal ligado a Hildebrando Pascoal, sim, aquele mesmo que está preso há sete anos por mandar matar um adversário com uma motosserra.

Ou seja, antes o PT era contra “tudo o que está aí”; mais recentemente, passou a aceitar o que está aí por ser supostamente tudo o que

“a gente tem”. Agora, não é apenas aceitação conformada, mas “com gosto”.

Não significa, como já mostrou na semana passada Renata Lo Prete, que o PT vá desaparecer ou murchar. Vai apenas ser um novo PMDB. Partido sem cara, sem cheiro (não vale pensar em Paulo Betti), sem identidade, mas que, não obstante, está sempre entre os três mais votados para o Congresso, quando não é o mais votado.

Viverá da tradição política brasileira, do caciquismo/coronelismo, sustentado por vínculos com o poder público (municipal, estadual ou federal ou todos juntos).

Há 40 ou 50 anos, a oligarquia maranhense era comandada por Victorino Freire, desbancado por um jovem chamado José Sarney. Mudou o Maranhão? Não, mudou o novo dono político do pedaço. Assim como no Acre: sai a motosserra, entram Jorge Viana e o PT.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “PF identifica a casa de câmbio que comprou dólares de petistas”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, de 30 de setembro do corrente.

A matéria destaca que a casa de câmbio Disk Line comprou parte dos US\$ 248 mil apreendidos pela Polícia federal com petistas que tentavam, no dia 15, negociar um dossiê falso contra o tucano José Serra. A matéria destaca ainda que essa revelação foi feita só

depois das críticas da oposição em relação a demora nas investigações.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PF identifica a casa de câmbio que comprou dólares de petistas

Disk Line, com escritórios em São Paulo e no Rio, adquiriu os dólares das corretoras Action e EBS

Revelação ocorre depois das críticas da oposição; outra parte dos recursos veio da corretora Pioneer e de uma agência do banco Safra

ANDRÉA MICHAEL
SHEILA D'AMORIM
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A casa de câmbio Disk Line foi quem comprou parte dos US\$ 248 mil apreendidos pela Polícia Federal com petistas que tentavam, no dia 15, negociar um dossiê contra o tucano José Serra. Com escritórios em São Paulo e Rio, a Disk Line é de Marco Antônio Cursini.

Segundo a **Folha** apurou, os dados do BC repassados à PF apontam a Disk Line como sendo a empresa que adquiriu os dólares das corretoras Action e EBS, com sede em São Paulo. O dinheiro negociado por essas corretoras (cerca de US\$ 110 mil) fazia parte de um lote de US\$ 15 milhões comprado pelo banco Sofisa junto ao Commerzbank de Frank-

furt, no dia 15 de agosto.

A identificação de um dos compradores dos dólares envolvidos no escândalo surge um dia depois de a oposição criticar duramente a PF e o ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) de estarem escondendo o nome do comprador. Horas após os senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Heráclito Fortes (PFL-PD) saírem de um encontro com o presidente do BC, Henrique Meirelles, acusando Bastos de ser “cúmplice de um crime”, BC e PF começaram oficialmente a trabalhar em conjunto nas investigações:

O BC divulgou nota na quinta-feira afirmando que não tinha sido procurado para ajudar no rastreamento dos dólares. Enquanto isso, a PF explicou, em nota, que “em um levantamento realizado junto ao Banco Central constatou que a operação de compra de dólares pelo banco Sofisa S/A atendeu a todas as exigências legais”.

Ontem, o BC informou que foi procurado pela PF no meio da tarde, logo após ter sido di-

vulgada a nota oficial relatando a conversa de Meirelles com os senadores. Muito antes disso, a PF já sabia que parte dos US\$ 248 mil tinha sido comprado por uma mesma pessoa em quatro locais. Além das corretoras EBS e Action, uma outra parte dos recursos veio da corretora Pioneer e duma agência do banco Safra em São Paulo.

Ontem, o diretor da corretora Action, Ricardo Cardoso, informou que não havia sido procurado nem pela PF e nem pelo BC. Ele explicou que opera regularmente com o banco Sofisa mas que, em setembro, não fez nenhuma compra de dólares com a instituição. Em agosto, comprou dólares do Sofisa.

Segundo Cardoso, todas as operações realizadas estão devidamente registradas como determinam as regras do BC. A direção da EBS não respondeu aos contatos da reportagem. Já o diretor da Pioneer, João Medeiros, afirmou que há um ano não opera com a Sofisa. O Safra informou que tinha enviado as informações solicitadas.

Dolciro é alvo de investigação sobre lavagem

DA REPORTAGEM LOCAL

O doleiro Marco Antonio Cursini é um velho conhecido da Polícia Federal e dos procuradores que investigam lavagem de dinheiro. O caso mais recente em que o nome de Cursini foi citado é o do escritório de “private banking” do Credit Suisse em São Paulo. Os policiais tem informações de que ele era o doleiro oficial desse escritório do Credit Suisse.

O doleiro Antônio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, chegou a afirmar à revista “Veja” que Cursini lhe contara que havia feito remessas de dólares para o ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) em 1993. Depois, Toninho recuou e disse que não tinha provas das remessas. O ministro negou que tenha enviado ilegalmente dólares ao exterior.

Cursini responde a um processo na Justiça Federal no Paraná por lavagem de dinheiro e remessa ilegal de divisas. A CPI do Banestado descobriu que ele fez remes-

sas ilegais a partir de Foz de Iguaçu e identificou uma conta dele no Merchants Bank de Nova York.

A Força Tarefa CC5, grupo composto por procuradores e policiais federais, bloqueou US\$ 381.187,91 que Cursini tinha em nome da empresa Goldrate no Merchants.

A ascensão de Cursini nos negócios ocorreu quando os grandes operadores estavam colaborando com a PF ou haviam transferido os negócios para o Uruguai.

A **Folha** não conseguiu apurar quem é o advogado que defende Cursini. (MARIO CESAR CARVALHO)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “CPI derrota governo e convoca Berzoini e Freud para depor?”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 18 de outubro do corrente.

A matéria mostra que a CPI dos Sanguessugas aprovou a convocação de oito acusados de envolvimento na tentativa frustrada de compra do dossiê contra candidatos do PSDB. Entre aqueles que irão prestar depoimento na CPI estão Ricardo Berzoini, presidente

licenciado do PT e ex-coordenador da campanha de Lula, e Freud Godoy, ex-assessor do presidente.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CPI derrota governo e convoca Berzoini e Freud para depor

Oposição aprovou acesso à quebra dos sigilos do ex-assessor de Lula e barraram convocação de José Serra e Barjas Negri

Depoimentos só vão ocorrer após a eleição; em minoria na CPI, PT aceita proposta de aprovar apenas um convite a ex-ministros da Saúde

**RANIER BRAGON
ADRIANO CEOLIN**
DA SUÇURŞAL DE BRASÍLIA

Aproveitando-se da desarticulação da base governista no Congresso, a oposição aprovou ontem a convocação pela CPI dos Sanguessugas de oito acusados de envolvimento na tentativa frustrada de compra do dossiê antitucano, entre eles Ricardo Berzoini, presidente licenciado do PT e ex-coordenador da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, e Freud Godoy, ex-assessor do presidente.

De quebra, tucanos e pefelistas aprovaram o recebimento da quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Freud, além de barrarem a tentativa governista de aprovar a convocação dos ex-ministros da Saúde do PSDB José Serra —governador eleito de São Paulo— e Barjas Negri, acusados recentemente pela família Vedoin de envolvimento com o esquema.

Avaliando que estavam em minoria na sessão, o PT e os demais governistas aceitaram

acordo proposto pela oposição de aprovar apenas um convite —sem obrigação de comparecimento— a Serra, Barjas e a outros dois ex-ministros da Saúde, o petista Humberto Costa e o peemedebista Saraiva Felipe.

O PT não conseguiu nem sequer aprovar a convocação de Abel Pereira, apontado pelos Vedoin como o operador da quadrilha no ministério nas gestões de Serra e de Barjas.

“Todos sabem que o Abel Pereira é a peça-chave do superfaturamento das ambulâncias no ministério”, esbravejava a senadora Ideli Salvati (SC), líder do PT, ao término da sessão.

A derrota do governo começou no início da tarde, quando adotou a estratégia de tentar derrubar a sessão da CPI por falta de quórum. Com isso, os governistas não apareceram, o que transferiu à oposição a missão de reunir o quórum mínimo de 19 dos 38 integrantes da comissão. Eles conseguiram 17 presenças, mas chegaram ao número necessário com a ajuda do deputado Paulo Rubem Santiago (PT-PE) e do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

“Sou petista, não sou governista. Ninguém me pediu para não vir aqui para não dar presença”, disse Paulo Rubem. Enquanto os governistas tenta-

vam reunir às pressas seus aliados, a oposição aprovou a convocação de Francisco Rocha, o “Rochinha”, da coordenação de campanha de Lula. O nome dele surgiu nas investigações como suspeito de atuar na liberação de verbas para o esquema dos sanguessugas durante a gestão de Humberto Costa.

Nesse momento, já havia chegado à sessão a senadora Ideli Salvati, que apelava ao celular pela presença dos colegas e pelo começo da sessão de votação no plenário do Senado, o que derrubaria a sessão da CPI.

A reunião da comissão transcorreu em clima tenso, recheado de bate-bocas. Como a arrematamento da tropa governista era lenta, a oposição aprovou, um atrás do outro, o recebimento dos sigilos de Freud e as oito convocações: além de Berzoini e Freud, foram convocados Gedimar Passos e Valdebran Padilha, presos com o R\$ 1,7 milhão que seria usado para a compra do dossiê; Expedito Veloso, Oswaldo Bargas e Jorge Lorenzetti, ex-integrantes da coordenação de campanha de Lula; e Hamilton Lacerda, ex-assessor de Aloizio Mercadante. Os depoimentos vão ocorrer só depois das eleições. Gedi-mar, Valdebran e Lorenzetti vão falar em 31 de outubro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente-candidato Luiz Inácio Lula da Silva tem um hábito principal e um defeito também principal, além de outros tantos hábitos e defeitos, menos capitais.

O hábito principal é o de levar no vai-da-valsas e de acobertar com mentiras a verdadeira situação do País. Prefere acreditar que apenas a distribuição de bolsas-família resolve tudo. O defeito principal mostra que ele, o Presidente-candidato, sabe que a prática do engodo é um artifício para enganar o povo. E finge que não sabe que isso é um mal. Para o povo. Para os do Baixo PT isso é ótimo!

O Brasil, sim, vive uma fase do tipo da adulação astuciosa, arquitetada para confundir as camadas mais pobres, com duas ações, uma assistencial, com o bolsa-família, e outra com terrorismo nazistóide. Mais ou menos assim: Lula dá o bolsa-família e manda que seus amigos difundam ações terroristas, à base de ameaças que sujeitam o programa assistencial ao voto nele, Lula. Do contrário, tudo vai acabar no dia seguinte ao do pleito.

A realidade que Lula pretende encobrir é bem diferente dessa que ele, até com ironia barata e sem o mínimo pejo, destila com freqüência, como ontem no debate da TV-Record.

O candidato petista esquece sua condição de Presidente e desfila no papel de valentão irônico, nada parecido com a figura criada por Gonçalves Dias (Obras Poéticas II, p. 34), aquela do Valente que chora sem pejo. Travestido de Valentão, Lula, em vez de chorar, mente sem pejo.

O povo não quer no Governo um Presidente sem pejo.

Esta manhã, telefonou-me o Vice-Prefeito de Caiapônia, um município de Goiás, de forte agricultura e pecuária. Telefonou para dizer que, apesar dos bons índices econômicos dessas duas atividades econômicas no País, a população de Caiapônia não vê nenhum avanço social, vê, sim. Ao contrário do que diz Lula (mentindo), a situação é triste. Ali, muito próximo de Brasília e de Goiânia, o que se vê é miséria; o povo anda triste, os jovens não conseguem emprego. E, como no Nordeste, muitos levam a vida na suposição de que o bolsa-família resolve tudo. Vão na onda do vai-da-valsas.

Se hoje o quadro não é nada róseo, o que esperar num eventual novo mandato de Lula? Novo mandato que, felizmente, não se deverá confirmar.

Nesse quadriênio perdido, o Governo Lula não investiu nada em infra-estrutura. E o Brasil corre o risco de retrocesso e de um apagão elétrico, previsto pelo próprio Governo, pela ANEEL. Está nos jornais de hoje:

Risco de apagão pode chegar a 50% em 2008

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) começa a definir na próxima sexta-feira qual é o real risco de racionamento de energia no País. O novo cenário será desenhado a partir da redução do volume de energia assegurada no sistema elétrico nacional, com a retirada das térmicas sem gás para funcionar. Segundo simulações do mercado, a medida pode elevar o risco de déficit muito acima dos 5% aceitos pelo sistema, atingindo 25% no Sudeste em 2007. Para 2008, chegaria a 50%.

O primeiro reflexo, segundo especialistas, é a alta do custo da energia no curto prazo, acompanhando o aumento do risco de desabastecimento. Isto é, com menos usinas, a construção ou operação de geradores mais caros se torna necessária. “A Aneel está tomando a atitude correta, porque, se há falta de gás, isso precisa estar contabilizado nos dados sobre a segurança do sistema”, avalia o professor Edmar Almeida, do Instituto de Economia da UFRJ.

Na opinião de Almeida, a situação atual remete ao período anterior ao racionamento de 2001, quando o governo contava em seus dados com um volume de energia que não poderia ser entregue pelo parque gerador nacional. A falta de correção dos dados retardou o alerta sobre o risco de desabastecimento, reduzindo o tempo hábil para reverter a crise.

“A situação é crítica, mas o nível dos reservatórios ainda é melhor do que em 2000”, pondera o professor Luiz Pinguelli Rosa, do programa de planejamento energético da Coppe/UFRJ, que foi presidente da Eletrobrás no início do governo Lula.

Para evitar surpresas, a Aneel determinou ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) uma revisão – considerando a falta de gás – da curva de aversão a risco, instrumento que determina a adoção de medidas emergenciais. A idéia é calcular com quanta energia das térmicas o País pode contar. Já a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) foi chamada para calcular o impacto dessa mudança no custo da energia. Procuradas pelo Estado, as duas

empresas, responsáveis, respectivamente, pela operação e pela comercialização da energia, se negaram a comentar o assunto.

Simulação feita pelo mercado aponta que, considerando apenas mil megawatts (MW) de térmicas a gás – volume efetivamente gerado pelas térmicas em setembro, quando foi solicitada pelo ONS a produção de 5,3 mil MW -, o nível dos reservatórios das hidrelétricas teria batido, naquele mês, o nível mínimo de segurança.

Isso porque, sem usinas a gás, o nível de segurança dos reservatórios tem de ser maior do que o atual, que está em torno dos 30%. O cálculo sem as térmicas aponta um nível mínimo entre 40% e 50% para essa época do ano. Segundo o ONS, os reservatórios da Região Sudeste estão com 45,15% de sua capacidade de armazenamento.

A oposição acusa o governo de maquiagem os números sobre a energia, evitando debater o tema em período eleitoral. Para o presidente da Light, José Luiz Alqueres, porém, o risco de falta de energia é pequeno, pois há usinas a óleo que podem suprir a carência. “Faltar não vai, o problema é o preço”, diz o executivo, que prevê alta de 40% a 50% no custo da eletricidade nos próximos anos.

Isso na economia.

O lado institucional também não é nada risonho. E, na verdade, a democracia brasileira corre riscos. A começar pela sede do atual Governo, que, num eventual mandato, não deverá dirigir olhares sorridentes para a democracia.

Eis, por exemplo, uma amostra disso. A Europa já vê com suspeita a democracia brasileira. Está nos jornais de hoje:

“Liberdade de imprensa retrocede no Brasil

O Brasil caiu da 63.^a posição para a 75.^a no ranking de liberdade de Imprensa da organização Repórteres Sem Fronteiras. Acima do País, em melhores

condições, estão Coréia do Sul (31.^a) e Taiwan (43.^a), por exemplo. Bolívia deu um salto, ficando em 16.^o, ao lado de Canadá e Áustria. Em último lugar, na posição 168, ficou a Coréia do Norte.

Quando se sabe – a Nação sabe, quem costuma não saber de nada é o Presidente – Repito, quando se sabe que Lula não tem apreço pela democracia, o que se pode esperar é o pior. Dele, com suas amizades sul-americanas e com seus amigos do Baixo PT.

Termino, dizendo com tristeza: O Brasil, com Lula, transformou-se num grande deboche nacional. E corre o risco de se inscrever no Livro do **Guinness**, como o país do superdeboche.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer o registro da matéria da revista *Veja*, de autoria dos articulistas Lucila Soares e Ronaldo França, do dia 25 de outubro de 2006, intitulada “Perdulário, gigantesco e ineficiente”.

A matéria destaca que o governo federal gasta muito e mal. Os presidencialistas deveriam falar em cortar, cortar, cortar e cortar. Segundo os autores, apesar das reformas levadas à frente na década de 1990, quando tiveram início as privatizações e o enxugamento da máquina pública, e do bem-sucedido esforço de estabilização da economia, esse navio ainda não alcançou o rumo desejado. “O Estado brasileiro continua sendo gigantesco, mal gerido e perdulário”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PERDULÁRIO, GIGANTESCO E INEFICIENTE

O governo federal gasta muito e mal. Os presidenciais deveriam falar em cortar, cortar, cortar e cortar

Lucila Soares e Ronaldo França

Durante muitos anos, a imagem utilizada para simbolizar o tamanho e a falta de mobilidade do Estado brasileiro foi a de um transatlântico. Dizia-se isso a propósito da dificuldade para fazer qualquer mudança de rumo. Apesar das reformas levadas à frente na década de 1990, quando tiveram início as privatizações e o enxugamento da máquina pública, e do bem-sucedido esforço de estabilização da economia, esse navio ainda não alcançou o rumo desejado. O Estado brasileiro continua sendo gigantesco, mal gerido e perdulário. É essa realidade que está sintetizada no quadro ao lado, em dez exemplos de mau uso do dinheiro público. As quantias envolvidas não são astronômicas nem estão relacionadas a escândalos como os que têm sido notícia com frequência no Brasil. No conjunto, demonstram que é inaceitável a irresponsabilidade com que a discussão sobre o papel do Estado tem sido tratada pelos dois candidatos à Presidência. De um lado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva insiste em que é desnecessário cortar gastos e traz de volta a surrada discussão sobre as privatizações, no intuito de reconquistar uma parcela do eleitorado que ainda se deixa seduzir pelo discurso nacionalista. Geraldo Alckmin, por sua vez, limita-se a uma defesa envergonhada dos dois temas. Chegou a se vestir de garoto-propaganda das estatais brasilei-

ras para tentar se contrapor à cantilena petista, que o apresenta como um candidato que vai “entregar” as estatais. Definitivamente, Alckmin não contribuiu para colocar o assunto na latitude correta.

Os dois candidatos sabem muito bem que o governo gasta mal o dinheiro que arrecada com impostos cada vez mais altos. O mau uso dos recursos públicos não se deve apenas à corrupção. O que mais chama atenção na ação do Estado brasileiro é a ineficiência na utilização dos recursos. Procedimentos básicos em qualquer empresa privada, como dimensionar a demanda por um determinado serviço, estabelecer metas e cronogramas de execução e acompanhar resultados, passam ao largo das preocupações da administração pública. “O contribuinte fica prejudicado pela não conclusão de uma obra ou pela má qualidade do serviço, independentemente de o motivo ser roubo ou ineficiência. A diferença é que no Brasil não há como punir a incompetência”, diz Lucas Furtado, procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, órgão que realizou em 2005 mais de 1 000 fiscalizações e cuja ação permitiu uma

O tripé da ganância do governo federal

PAGAR CARO

Criado em 2002, o sistema de pregão eletrônico é o mais avançado que há na área de compras no setor público. Ainda assim, principalmente nas operações que envolvem compras unitárias, acaba-se pagando mais caro em diversas ocasiões

No mês passado, por exemplo, o governo pagou por um frigobar de 120 litros	O mesmo aparelho pode ser encontrado por
1 199 reais	679,15 reais

Quanto foi pago a mais: **76,5%**

Para comprar trinta dissipadores de calor para computadores (pequenos ventiladores que ficam dentro do equipamento), o Ministério da Ciência e Tecnologia pagou por unidade	O componente de mesmo modelo e fabricante, pode ser achado no mercado por
24,43 reais	15 reais

Quanto foi pago a mais: **62,8%**

O Tribunal Superior Eleitoral pagou por uma parafusadeira em 22 de setembro,	É possível adquirir um equipamento de qualidade superior e com os mesmos acessórios pedidos no edital na internet por
296,99 reais	204,80 reais

Quanto foi pago a mais: **45%**

No programa Construção de Sistemas, no qual o Ministério do Desenvolvimento Social investiu cerca de

19 milhões de reais,

há comunidades que foram beneficiadas com sistemas apesar de se localizarem muito perto de barragens que poderiam abastecê-las

rial de uso cotidiano torna-se campo fértil para o favorecimento e a venda de facilidades. O pregão eletrônico já responde por 46,6% do total de compras da União e é um inequívoco avanço. Ainda assim, em algumas ocasiões, o Estado acaba pagando mais caro do que a média do mercado, como está demonstrado no quadro que ilustra esta reportagem. Um dos motivos é a inexistência de um levantamento sistemático de preços médios de bens e serviços no mercado, que sirva de parâmetro de avaliação tanto para os responsáveis pelas compras quanto para os órgãos fiscalizadores.

O caso do pregão eletrônico é exemplar. Mostra que, mesmo quando adota bons mecanismos, o Estado tem dificuldade em gastar corretamente. Os volumes envolvidos são muito altos, exigindo controle rígido, que, paradoxalmente, acaba favorecendo desmandos. Por esse motivo, é importante que a presença do Estado se concentre em setores específicos, como saúde, educação e infraestrutura básica. E que estabeleça critérios de aferição da qualidade do serviço. "No Brasil, a preocupação é com o volume de recursos disponível para um determinado programa, não se ele é necessário ou se atinge seus objetivos", analisa Marcelo Piancastelli, diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Basta ouvir os discursos dos candidatos à Presidência para constatar a veracidade da afirmação. Ambos enchem a boca para dizer quanto gastaram. Raramente podem fazer o mesmo em relação a resultados e benefícios para a população.

Já em relação à privatização, o debate presidencial abordou o assunto de forma deliberadamente distorcida. A perda de capacidade de investimento do Estado e a má qualidade do gasto público tornam altamente recomendável a venda da maior parte das estatais. A idéia de que a privatização contraria os interesses do povo não é mais do que uma nuvem de fumaça que se lança sobre a questão toda vez que o interesse eleitoral aflora. Seus defensores fazem passar a falsa im-

Leilão da Telebrás, em 1998: a privatização melhorou serviços em todas as áreas e trouxe enormes benefícios ao Brasil, que Lula nega e Alckmin não defende, de olho na parcela do eleitorado que ainda se encanta com o ideário nacionalista e se opõe ao "entreguismo"

O Estado é um mau gestor dos recursos que arrecada com impostos cada vez mais altos. Neste quadro, VEJA lista dez exemplos de desperdício de dinheiro e mostra que é possível, sim, reduzir gastos

Na iniciativa privada, a margem de erro tolerada na projeção dos custos de uma obra é de

10%.

Nas licitações do governo, admitem-se aditivos de até

25%.

Só a partir desse limite é preciso promover nova licitação

Os critérios de gestão utilizados nos programas que contam com recursos do Tesouro Nacional são muito menos rigorosos que os adotados nos projetos que têm financiamento externo (do Banco Mundial, por exemplo). A simples substituição de um critério por outro permitiu redução de

200 milhões de reais

no orçamento da construção de uma adutora em Pernambuco

Em 2004, o TCU constatou que o Ministério da Saúde poderia economizar

939 000 reais

por ano na aquisição de um único remédio — a Azatioprina, um imunossupressor usado em pacientes transplantados — optando por comprá-lo do fornecedor com melhor preço

Um dos melhores indicadores para avaliar gastos hospitalares é a razão entre o número de funcionários e o número de leitos em um hospital de alta complexidade

Em hospitais privados, esse número é de

sete funcionários
por leito

No Hospital dos Servidores do Estado, a maior unidade federal no Rio de Janeiro, a relação é de

dez funcionários
para cada leito

GASTAR MAL

O Aerolula custará aos cofres públicos, ao longo de trinta anos,

44,8 milhões de dólares

Para alugar um avião de modelo semelhante pelo mesmo período são necessários

33,5 milhões de dólares

Diferença de **33,7%**

O governo destinou

68,8 milhões de reais

para o programa de erradicação da febre aftosa em 2005 e gastou apenas 4% desse total — cerca de

2,8 milhão de reais.

A descoberta de vários focos da doença gerou um prejuízo próximo a

1 bilhão de reais

para o país

redução superior a 600 milhões de reais no custo de 415 obras públicas.

Esse é um dos grandes nós que o Brasil precisa desatar para melhorar a qualidade do gasto público. Para avançar nesse campo, algumas providências anteriores são necessárias. Um dos primeiros passos de todos os governos que conseguiram domar seus gastos é um choque de realidade no orçamento. Parece óbvio que governos tenham de tratar de suas finanças com os pés no chão. Não é assim que funciona no Brasil. A proposta orçamentária enviada ao Congresso todos os anos é uma peça de ficção. Seu processo de criação é conhecido: para atender a todos os acordos políticos e agradar às bancadas dos partidos, o governo faz um cálculo de despesas muito acima do que pode gastar. O papel aceita tudo. Como para cada centavo gasto tem de haver dinheiro correspondente no caixa, envia-se uma proposta de arrecadação sempre mais alta. O resultado é que o governo trabalha para aumentar a fatia de dinheiro que cobra em impostos e, quando não consegue, determina um corte nos gastos, chamado de contingenciamento. "Esses congelamentos no orçamento geram insegurança e fazem com que seja embutido no preço o risco do não pagamento", explica o ex-ministro do Planejamento e secretário de Economia do governo do Espírito Santo, Guilherme Dias. Seguindo a cartilha do realismo orçamentário, seu estado conseguiu sair de uma situação pré-falimentar em 2002 e retomou investimentos públicos.

No âmbito do governo federal, algumas medidas já foram adotadas para tentar conter a gastação. Uma das principais é o pregão eletrônico, que agilizou o sistema de compras do governo federal, liberando-o de várias exigências da Lei nº 8666, que regula as licitações. Com efeito, não faz sentido que para comprar copos de plástico a União tenha de cumprir as mesmas etapas exigidas para a construção de uma hidrelétrica. O que numa obra de grande porte é necessário como mecanismo de controle (ainda que a lei possa ser melhorada), na contratação de serviços ou na aquisição de mate-

pressão de que a venda de estatais é, por princípio, uma dilapidação do patrimônio do povo. É evidente que podem acontecer desvios em processos de privatização. Mas utilizar-se desse argumento para pôr em xeque os benefícios da venda de estatais é mera manobra eleitoreira. O histórico das empresas que passaram à iniciativa privada só demonstra o óbvio: as estatais não pertencem verdadeiramente ao povo. Seus donos são, pela ordem, o Estado e os eventuais ocupantes do governo, que as utilizam ao sabor dos interesses partidários. Enquanto estiveram nas mãos dos governos, estatais como Vale do Rio Doce, Telebrás, Companhia Siderúrgica Nacional e outras tantas geraram déficits sucessivos e atraso no desenvolvimento do país.

O melhor exemplo vem das telecomunicações. O Brasil deixou de ser um país em que havia um mercado paralelo de telefones, tamanha a dificuldade de obter um. Hoje são 95,8 milhões de celulares. O telefone se tornou uma ferramenta de inclusão de profissionais liberais e prestadores de serviços na economia de mercado. Um estudo do BNDES de 1996 analisou o desempenho de 46 empresas privatizadas entre 1981 e 1994 e descobriu como havia desperdício sob a administração do Estado. A Companhia Siderúrgica Nacional, por exemplo, tinha contratado a construção de uma represa por 7 milhões de dólares. Os novos donos barraram o contrato e conseguiram fazer a mesma obra por 2,7 milhões de dólares. A diferença de preço demonstra o óbvio. O dinheiro

pago a mais não estava indo para o bolso da população. Engordava apenas a conta de uns poucos empresários e de burocratas instalados na direção das estatais.

O presidente Lula deu, ao longo dos últimos três

VIVA A PRIVATIZAÇÃO

Eis por que as empresas que saíram do controle estatal se tornaram mais lucrativas e socialmente mais úteis e pararam de funcionar como mais um ralo por onde escoava o dinheiro público

- Melhoria dos serviços, pelo incentivo à concorrência e aumento dos investimentos em tecnologia
- Atração de capital estrangeiro
- Pulverização do capital, transformando a ex-estatal em empresa pública
- Fim de diversos subsídios disfarçados, que resultavam em tarifas artificialmente baixas, debilitando ainda mais a saúde financeira das empresas
- Possibilidade de redirecionamento dos recursos do Estado antes destinados às estatais para fins sociais

anos e dez meses, demonstrações de que havia finalmente entendido isso. Em seu governo foi aprovado o projeto de parcerias público-privadas, nas quais o governo divide com empresas privadas o investimento em setores tipicamente estatais, que estão no rumo da obsolescência. Por isso, soa incoerente quando o próprio presidente se opõe às privatizações. E, mais, coloca o país sob suspeita. Os economistas Armando Castelar e Fabio Giambiagi já alertaram, no livro *Rompendo o Marasmo — A Retomada do Desenvolvimento no Brasil*, sobre o risco que a ameaça de retrocessos implica. Dizem eles: "Resolver esse problema de credibilidade é essencial para que se consiga atrair o investimento privado para setores em que o risco de expropriação é alto". Há um motivo adicional para que o presidente modere sua fala nesta reta final da campanha. Foi em zonas de sombras dos Correios, do Banco do Brasil, da Petrobras, de Furnas e do Instituto de Resseguros do Brasil, todas empresas controladas pelo governo, que surgiram os grandes escândalos que destruíram a aura de ética da qual o presidente Lula e o PT se beneficiaram por tantos anos. ■

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/
PT – RJ) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência
vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/
PT – RJ) – Está encerrada a sessão.
*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 5
minutos.)*

Ata da 173ª Sessão Não Deliberativa, em 25 de outubro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Alvaro Dias e da Sra. Heloísa Helena

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Sem prejuízo dos demais oradores inscritos, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, louvo V. Ex^a e os demais Senadores que aqui se encontram, dando continuidade aos nossos trabalhos, que deveriam ser mais intensos, embora se compreenda também o problema eleitoral de que estamos às vésperas.

Sr. Presidente, os jornais de hoje falam, insistentemente, da afirmativa do Governador eleito da Bahia, Jaques Wagner, incentivando os réus do seu Partido, que são muitos, a mentir.

Ontem tratei desse assunto, mas hoje vou até fazer um apelo ao Governador da Bahia. Sei que ele não gosta de ouvir os meus apelos, mas vai ouvir diariamente as minhas queixas e, sobretudo, as minhas colocações sobre a atuação do Governo e principalmente de S. Ex^a. Peço ao Governador da Bahia, que ontem declarou o que os jornais falam hoje e o que já falei ontem, que não minta para os baianos. Minta nacionalmente, mas não minta na terra que o elegeu governador. Procure falar a verdade, dizer o que pensa. Não minta durante o seu governo, até porque os baianos não vão aceitar essa mentira. Ele próprio advertiu que, em sua opinião, mentir é bom, praticamente um dever do político. Não desejo que ele faça isso com a Bahia, Sr. Presidente, mas que ele seja veraz. A verdade é sempre melhor do que a mentira, mesmo quando é contra nós.

O conselho que ele deu a seus correligionários, ele que está comandando a campanha, não pode ser aceito mesmo pelo Presidente da República, que está acostumado a fazer o que ele, Jaques Wagner, pede: mentir. Ele não deve fazer isso. Deve pautar-se na verdade para evitar, a bem dele, que toda a imprensa brasileira se levante contra o que ele disse, mostrando que está afrontando o Código Penal e a Constituição do País.

Se ele quis dizer que a pessoa pode ficar calada para não se incriminar, esse é um direito que, inclu-

sive, temos visto aqui em todas as nossas CPIs. Mas ele não tem o direito de mandar que depoente minta perante o Ministério Público, os tribunais e o Congresso Nacional. Se ele mentiu, quando parlamentar, que não o faça agora, como governador. Esse é o primeiro ponto da minha breve fala de hoje.

O segundo ponto é relativo ao Conselho Nacional de Justiça. Sabe V. Ex^a, Sr. Presidente, que nós trabalhamos intensamente para que esse Conselho fosse instalado como uma arma para o Judiciário e como um órgão, sobretudo, fiscalizador das Justiças Estaduais. Não tenho visto isso. Pode ser até que sim. Mas eu li no jornal **A Tarde** da última sexta-feira – e vou enviar o caso à Presidente do Conselho Nacional de Justiça, a eminente Ministra Ellen Gracie – matéria sobre um escândalo envolvendo um desembargador baiano. Evidentemente, Sr. Presidente, o Conselho não pode ficar indiferente a esses escândalos, sobretudo quando dizem respeito às finanças.

É o problema do roubo de uma empresa da qual participa um desembargador. Não estou fazendo acusação; estou trazendo o caso que levou duas páginas de um jornal da Bahia, com um retrato do desembargador, sobre duas empresas, uma das quais a Hélios. É um caso escabroso, segundo conta o jornal. E o Conselho Nacional de Justiça, que está investigando esses problemas da Bahia, não pode ficar indiferente.

É uma colaboração que faço ao Conselho, mas é uma colaboração para mostrar também que esse Conselho está vivendo. Ele não está apagado! Ele não foi criado para ficar de braços cruzados perante a Justiça Nacional! Tenho visto alguns absurdos, inclusive decisões praticamente unânimes do Tribunal Superior Eleitoral serem mal interpretadas ou interpretadas de modo diferente pelo Supremo.

Claro que é um direito do Supremo fazer a interpretação quando há recursos para aquela Corte. Entretanto, não é um direito protelar, sem nenhuma razão, por mais de trinta, quarenta, cinquenta dias, um assunto que deveria ter sido resolvido talvez em três ou quatro dias.

Daí por que o Tribunal Eleitoral da Bahia está sem Presidente. A decisão do eminente Ministro Sepúlveda Pertence, a quem rendo as minhas homenagens pelo seu valor, pelo seu mérito, não permite a assunção do Presidente ilegalmente eleito e cuja eleição foi tornada

sem efeito por uma medida que teve seis votos a um, do grande Relator Cesar Asfor.

Sr. Presidente, creio que fiz o meu dever, porque estava na Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da qual ainda participo como Presidente, quando fiz um esforço sobre-humano para votar não só o Conselho do Ministério Público, como o Conselho de Justiça, para que eles pudessem funcionar bem, com o objetivo de melhorar o Judiciário, que tem falhas, mas que, inegavelmente, no que se refere ao Tribunal Superior Eleitoral e ao Supremo Tribunal Federal, pode merecer os justos elogios que neste instante faço.

Por isso, não entendo a demora do Supremo nesse assunto, de uma decisão quase unânime do Tribunal Superior Eleitoral, presidido pelo grande Ministro Marco Aurélio.

Sr. Presidente, entregarei a V. Ex^a o jornal respectivo e pedirei que o faça chegar oficialmente à

Assunto: matéria desembargadores

judiciário Questão entre Santander Banespa e Hélios Agropecuária aguarda análise e decisão definitiva

Troca de acusações em ação milionária na Justiça baiana

Desembargador Juarez Santana, recém-aposentado, afirma haver atos ilegais no processo e pede apuração

deodato alcântara

dalcantara@grupoatarde.com.br

O caso começou com a cobrança de uma dívida de R\$ 20 mil, supostamente não honrada pela empresa baiana Hélios Agropecuária

Ltda., cujo título foi protestado em 1998 pelo então Banespa, hoje Santander Banespa, em uma vara cível de Salvador. Em oito anos de disputa na Justiça, indenizações, correções e majorações diversas fizeram com que 9.088 notas do Banco Central (NBC-E, título com valor comercial), hoje avaliadas em cerca de R\$ 25 milhões, fossem nomeadas pelo Santander – para obedecer à penhora da Justiça – e depositadas em conta judicial.

O processo está em grau de recursos especial e extraordinário impetrados pela Hélios, derrotada na mais recente sentença no caso, ocorrida em março. As apelações estão há quatro meses na assessoria especial da presidência do Tribunal de Justiça (TJ-BA). Se acolhidas (deferidas), levam a pendenga ao Superior Tribunal de Justiça (STJ-DF). Se não, a Hélios terá de tentar levar o caso ao STJ por meio de agravo, outro tipo de recurso. Segundo o juiz Augusto Bispo, auxiliar da presidência, não há previsão de entrar em pauta. "Há uma fila de casos. Estamos ainda com os de maio de 2005", explicou.

Presidente do Conselho Nacional de Justiça para que providências sejam tomadas, nesse caso do desembargador da Bahia, e, ao mesmo tempo, na decisão de se escolher um membro do Tribunal de Justiça da Bahia, para que o Tribunal possa funcionar. Teremos uma eleição em que não haverá o Presidente efetivo do Tribunal. A eleição é domingo, e, até lá, não será resolvido o assunto.

Desse modo, faço esse apelo – que já fiz, do ponto de vista legal, pelo meu advogado – a V. Ex^a e farei chegar às suas mãos, para que a Presidência mande para o Conselho Nacional de Justiça, esse documento, que é grave e que merece providências.

Muito obrigado a V. Ex^a.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Os bastidores do caso são marcados por intrigas, denúncias de falsificações de documentos e de outros desvios éticos na magistratura e advocacia. A troca de acusações entre advogados, juízes, empresários e desembargadores resultou em representações nos conselhos disciplinares do TJ-BA e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-BA). Há ainda julgamentos pendentes e o TJ exige abertura de novas sindicâncias.

"Bola-de-neve" – A ação foi aberta em dezembro de 1998, quando uma Cédula Rural (ver glossário na página 5) de R\$ 20 mil, vencida em 1995 e que supostamente não havia sido paga pela Hélios Agropecuária, foi protestada pelo Banespa. Com juros, correção monetária e outras taxas, a dívida foi executada em R\$ 229,3 mil, na 4ª Vara Cível. A Hélios se defendeu com documentos que provavam a quitação da cédula, acatados pelo então juiz da vara, José Bispo Santana, em maio de 2001, quando a Hélios tinha como advogados Carlos Amado Campos e Eduardo Brandão Filho. Três meses depois, o magistrado condenou o banco a pagar o dobro do valor, atualizado, à Hélios. Após cálculos da vencedora na questão, a conta foi apresentada em agosto de 2002, ao juiz substituto da 4ª Vara, Arnaldo Souza, já que José Santana havia sido promovido a desembargador.

O valor tinha pulado para R\$ 13.147.273,93. Quem apresentou a planilha foram os advogados José Anchieta da Luz – detentor de um contrato com o dono da Hélios, o italiano Vito Carrozzo, 77 anos, em que seria beneficiário de toda a renda financeira da ação – e Walter de Abreu Pires – substabelecido no caso por Luz.

O magistrado Souza acatou os valores apresentados e, em 16 de agosto de 2002, citou o banco a pagar a quantia em 24 horas ou entregar bens para penhora. O banco, sete dias depois, nomeou para penhora 9.088 notas do Banco Central, série Especial (NBC-E), representando o valor sentenciado.

Após uma semana, os advogados da Hélios pediram reforço de penhora (quando se verifica que, após a penhora, os bens não são suficientes para garantir a execução singular), decidido em 10 de outubro, pela nova juíza titular da Vara, Zenilde da Silva. No dia 17, com petição do advogado Raimundo Sérgio Cafezeiro – substabelecido no caso por Abreu Pires –, Zenilde determinou o bloqueio do reforço. O banco recorreu, mas o êxito foi da Hélios. Em 18 de dezembro, a juíza bloqueou R\$ 2,6 milhões na conta do banco e os disponibilizou para saque.

No despacho, ela constou: "Requer o levantamento da importância... oferecendo para segurança do juízo caução fidejussomia (ver glossário)". E ressaltou: "O requerente

prestou caução, não havendo assim perigo de irreversibilidade do provimento antecipado". "Defiro o requerimento... no sentido de o exeqüente levantar a quantia...", concluiu.

Quatro dias depois, o italiano Vito Carrozzo destituiu Pires, Cafezeiro e Luz, acusando-os de falsificar a nota promissória dada como caução. E afirmou que não foi avisado do saque. Já em 2003, representou contra os advogados no Ministério Público (MP) e na OAB-BA e processou Luz na 2ª Vara do Consumidor. Também representou contra a juíza Zenilde no TJ, que foi absolvida. O Banespa aproveitou a disputa entre os rivais e reiterou as queixas à OAB. Também levantou suspeição sobre os atos da juíza, no TJ, e entrou com ação rescisória contra a sentença.

Em maio de 2004, Carrozzo fez acordo com Luz, para que fosse dividido em 50% o benefício financeiro na disputa contra o Santander, passando o novo sócio a parte homologada no processo. Com isso, Carrozzo desistiu das representações contra os advogados e a magistrada e, em consenso com Luz, constituiu de volta Abreu Pires, Sérgio Cafezeiro e Mauro Esteves – do escritório F. Esteves e Associados. Na ocasião, o banco havia sacado as NBCs e as vendido, sob alegação de que estavam prestes a vencer. Em paralelo, o desembargador Juarez Santana, sorteado relator da ação rescisória do banco, suspendeu qualquer decisão do processo na 4ª Vara.

Os "novos" advogados da Hélios, então, entraram com mandado de segurança no TJ. Pediram que o valor das NBCs fossem devolvidos à conta em dinheiro e que fosse revertida a decisão de Juarez Santana. O mandado foi avaliado pelo desembargador João Pinheiro, atual corregedor da Justiça, que em 22 de dezembro de 2004 suspendeu "parcialmente" a decisão do colega Juarez Santana e exigiu "o imediato restabelecimento da garantia do juízo da Execução".

Seis dias depois, a juíza Zenilde, entrando em férias, expediu ofício: "Cumprindo a referida determinação, expeça-se mandado de penhora da importância correspondente ao valor dos títulos da garantia". E em 20 de janeiro, o juiz substituto na 4ª Vara, Ary Nonato, determinou: "Seja a penhora efetuada em moeda corrente, no valor de R\$ 17.312.219... à disposição deste juízo". O banco não obedeceu e a agência foi fechada por três dias. Reabriu por decisão do então presidente do TJ, Gilberto Caribé. A repenhora foi feita com novas NBCs e o mandado de segurança extinto. Em março, as Câmaras Reunidas do TJ anularam a sentença do juiz Bispo Santana e condenaram a Hélios. Vito Carrozzo foi procurado, mas preferiu aguardar julgamento dos recursos para se manifestar.

TJ-BA anulou sentença da 4ª Vara Cível

A última decisão no caso Hélios x Santander, no Tribunal, condena a agropecuária a pagar multa, custas de advogados e repor prejuízos do banco. Exige a restituição dos R\$ 2,6 milhões e que cópias dos autos e acórdão sejam entregues à OAB-BA, Ministério Público, Corregedoria e presidência do TJ. "Para as providências que se impõem". O que ainda não foi feito.

A juíza Zenilde da Silva escreveu sua versão a A TARDE. "As representações (de ambas as partes) contra mim foram julgadas e arquivadas". Sobre a autorização ao saque, o que teria motivado as queixas contra ela: "O autor prestou caução, ou seja, garantiu por meio de um título executivo (nota promissória) de um imóvel o valor que seria levantado... os documentos foram trazidos pelos advogados do autor (Hélios)... Somente por meio de adivinhação poderia eu saber da falsidade apontada".

No mês passado, pouco antes de aposentar-se, o desembargador Juarez Santana, relator da rescisória julgado em março, disse que o dinheiro não poderia ser sacado. "Poderia haver, como houve, uma reversão. Reafirmo que merece investigação", discursou. Santana, porém, votou pela absolvição à juíza Zenilde, na exceção de suspeição levantada pelo banco: "Eu ainda não havia recebido a rescisória, não conhecia detalhes do processo. Agora, certamente votaria pelo acolhimento", justificou o desembargador.

Arquivados – As representações de Vito Carrozzo e do Santander, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-BA), contra os associados Raimundo Sérgio Cafezeiro – conselheiro –, Walter Abreu Pires e José Anchieta da Luz, foram juntados em um processo ético, arquivado no mês de agosto pelo secretário-geral do Conselho de Ética, José Carlos Pimenta. A principal acusação foi a de que teriam falsificado a nota promissória da caução, no saque dos R\$2,6 milhões. Cafezeiro e Pires negaram conhecer a nota.

"Quando eu dei entrevista, em agosto, não sabia que o processo na Ordem já estava arquivado. Só depois fui oficiado da decisão do secretário Carlos Pimenta. Não existiu a falta ética e o relator Eduardo Brandão votou pelo arquivamento". Sobre a possibilidade de reabertura, como exige o TJ, respondeu: "Se chegar o ofício à OAB, será encaminhado ao Conselho. Como já existe julgamento sobre o caso, será arquivado. É o que diz o Estatuto".

Cafezeiro era relator de um processo ético contra o advogado Flávio Esteves, no Conselho da OAB-BA, mas após a reportagem de 29 de agosto, deixou o caso. Esteves é dono do escritório em que atua o sobrinho Mauro Esteves, que trabalhou com Cafezeiro na ação da Hélios. O advogado José Anchieta da Luz foi contactado várias vezes, pelo telefone de sua casa. Marcou entrevistas duas vezes, mas não apareceu. (D.A.)

Corregedor atuou no caso

O corregedor-geral João Pinheiro contestou decisão do juiz Ary Nonato

Um dos desembargadores que votou, em março, pela anulação da sentença de primeira instância, o atual corregedor-geral da Justiça, João Pinheiro, atuou no processo na véspera do fechamento temporário, em Salvador, da única agência baiana do banco Santander. No alvará que decretou a lacre à agência, o juiz Ary Nonato de Pinho, substituindo a juíza Zenildes da Silva – em férias – fez constar que cumpria "religiosamente" a decisão de Pinheiro, ao determinar que a reconstituição da penhora – sacada pelo banco – fosse feita em moeda corrente.

"Juarez Santana suspendeu a execução como medida de acautelamento, mas não observou o vencimento das 9.088 NBCs, de série 181554. O banco as converteu em moeda e o juízo ficou sem garantia. A Hélios veio com o mandado de segurança, que deferi parcialmente. Não reformei a suspensão à execução, apenas defini a reconstituição da garantia. Complementei o que decidi Juarez", disse.

"A exigência de moeda corrente foi por conta do senhor Ary Nonato. O banco desobedeceu e acabou lacrado. Há poucos dias foi julgado um processo contra esse juiz, que foi removido da 3ª Vara Cível, mas o que está em andamento em relação ao Banespa, não sei informar", explicou. Pinheiro disse não descartar a possibilidade de novas investigação sobre atos de advogados e juízes. "Se forem os mesmos que constam nas representações anteriores, acho que não, mas se há fatos novos, devem ser apurados pelo Tribunal e OAB", disse.

Por sua vez, o desembargador Juarez Santana disse acreditar que serão reabertas.

"Acredito que os recursos não serão acolhidos e entrará o agravo, que não tem efeito suspensivo. Caberá à presidência do TJ fazer cumprir nossa decisão. Cabe às instituições, sem corporativismo, apurar", concluiu Santana.

Nonato – Assim como na reportagem anterior, o juiz Ary Nonato foi procurado por A TARDE e respondeu em conversa telefônica rápida. Alegou que estava atuando no processo eleitoral e sob sobrecarga de trabalho. Reafirmou que agiu corretamente ao emitir o alvará que fechou o banco. "Cumprindo decisões que já haviam no processo, inclusive dele, João Pinheiro", declarou. "A execução estava sem garantia, o que não pode acontecer. Eu não tenho nada com isso, nem conheço o processo. Os advogados pegaram o dinheiro e eu fico com a fama?", Questionou. Afirmou ainda que não tinha nem tem ligação extra processo com os advogados do caso. "Não dou ousadia a nenhum deles para me acusarem de nada", protestou.

Em janeiro de 2005, a 4ª Vara exigiu que o Santander depositasse cerca de R\$17 milhões em conta à disposição do juízo, o correspondente às NBCs que estavam penhoradas e foram sacadas. O oficial de Justiça e advogados foram à única agência do banco, no bairro do Comércio, com ordem, em alvará, de arrambar os cofres, se necessário.

Entenda quem atuou no processo nesses oito anos

Walter de Abreu Pires

Advogou substabelecido por José Anchieta da Luz, que já era advogado da Hélios Agropecuária. Depois foi constituído pela empresa e já foi destituído. Disse ter interesse na ação

Raimundo Sérgio Cafezeiro Advogou substabelecido por Walter Pires, depois pela Hélios, mas já foi destituído. Afirmou que não tem mais interesse na ação

José Anchieta da Luz

Advogou para a Hélios, com quem teria contrato de receber qualquer ganho financeiro da ação. É parte homologada no processo, após acordo com o empresário Vito Carozzo, da Hélios

Juarez Alves de Santana

Desembargador, relator da ação rescisória que o banco Santander impetrou para tentar reverter a sentença de primeira instância

João Pinheiro Desembargador, corregedor-geral da Justiça, atuou em mandado de segurança na fase em que o Santander foi fechado

Thyers Novais Filho

Da defesa do banco.

Alegou questões éticas para não comentar sobre o processo

Processo e citados

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

A solicitação de V. Ex^a será atendida na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, minha principal bandeira durante este meu mandato, que continuará sendo também a do próximo mandato, que tive a honra de receber das mãos do povo roraimense, é Roraima, a Amazônia e o Brasil, nesta ordem mesmo. Primeiro a Amazônia e o meu Estado, porque é a região mais abandonada deste País.

Quero aqui, Sr^a Presidente, até para que não se diga que são palavras fabricadas por mim ou que vêm do meu sentimento de roraimense, de homem nascido lá, e não daqueles que moram em Ipanema ou na Avenida Paulista e se dizem entendidos em Amazônia, ler dois artigos da competente jornalista Miriam Leitão. O primeiro foi publicado no dia 22 de outubro, com o título “Nossa culpa”.

Diz o artigo:

O candidato Lula acusou o candidato Alckmin de ver a Amazônia de uma janela da Avenida Paulista. Pode-se dizer dele que vê a Amazônia de um pátio do ABC. [Quer dizer, o Presidente Lula vê a Amazônia de um prédio do ABC.] E antes que um leitor mais lulista me acuse de ver a floresta de uma praia do Rio, admito fazer parte do problema: o Brasil tem vivido toda a sua história de costas para a floresta.

São palavras da jornalista Miriam Leitão: de costas para a Amazônia. O Brasil realmente é litoral, do Nordeste até o Sul. Então, o que se faz, onde se investe é, predominantemente, no litoral, obviamente mais no litoral rico, do Sudeste e do Sul.

Continua a repórter:

Tanto que, nesta eleição, o tema ambiental – que mobiliza todo o mundo – passou batido. Por culpa só dos nossos candidatos? Não, por culpa de todos, inclusive minha, que sou jornalista e entrevistei os candidatos.

Patético o artigo escrito por três ministros, Marina Silva, Celso Amorim e Sergio Rezende, dizendo: “Os que se preocupam com o clima do planeta deveriam se dedicar a influenciar seus governos. Da Amazônia nós estamos cuidando”. Nós quem? No Governo Lula, só nos três primeiros anos, foram destruídos 70 mil quilômetros de florestas. A afirmação de

que o desmatamento está em queda de 32% não faz sentido por dois motivos. Primeiro, depois do pico de 29 mil quilômetros, de 1995, o Governo Fernando Henrique derrubou a taxa para 13 mil quilômetros, após isso, voltou a subir. No começo do Governo Lula, foi a 26 mil quilômetros e depois, caiu para 18,9 mil quilômetros no ano passado. O que os dados mostram é uma subida constante de patamar, com algumas quedas episódicas, que não alteram a tendência. Segundo, isso lá é número que se comemore?

Para se ter ordem de grandeza, no livro **A Ferro e Fogo**, Warren Dean informa que: a exploração predatória do pau-brasil pelos portugueses e o tráfico de madeira feito pelos ingleses, espanhóis, franceses conseguiram desmatar seis mil quilômetros de mata nos primeiros 100 anos do Brasil. O Governo Lula comemora ter destruído em um ano “apenas” 215% mais do que foi desmatado em um século de exploração predatória do extinto pau-brasil.

Estamos cuidando muito mal da Amazônia, essa é a verdade que a coalizão ministerial deveria admitir antes de brindar a chegada de Al Gore ao Brasil com esse bolorento discurso xenófobo.

O ex-futuro Presidente dos Estados Unidos, como ele se apresenta fazendo blague consigo mesmo, tem feito um excelente trabalho difundindo alertas sobre os riscos que o planeta corre, os erros do governo americano, o perigo da produção excessiva de gases do efeito estufa, principalmente pelos cidadãos do país dele. Gore faz um alerta à Humanidade e, para ela, trabalha. Não devemos apegar seu discurso. Na entrevista ao **O Globo**, ele se encheu de cuidados para dizer que “a Amazônia é um assunto exclusivo dos brasileiros. Mas, se você me perguntar o que eu faria se fosse brasileiro, argumentaria que o valor econômico da biodiversidade da Amazônia é milhares de vezes maior do que o valor das árvores que são cortadas”. Talvez, por delicadeza, não falou das árvores que são simplesmente queimadas por grileiros.

Estamos cuidando da Amazônia da mesma forma que cuidamos da Mata Atlântica, reduzida a um resíduo de 7% que continua sendo desmatado ainda hoje.

Betty Mindlin, economista e antropóloga, que trabalhou no estudo do impacto do Pólo Noroeste, que pavimentou a estrada Cuia-

bá—Porto Velho, viu de perto a destruição de parte da floresta. Ela lembra que a área mais protegida da Amazônia é a entregue aos poucos milhares de índios remanescentes:

– Só 3% da terra indígena estão desmatados. Quando é que o Brasil vai perceber que a mata em pé é dinheiro? – diz ela.

– Assisti ao filme de Al Gore, em São Paulo, ao lado do Secretário do Meio Ambiente do Estado, José Goldemberg. Ele diz que o programa do PSDB – sobre o qual Geraldo Alckmin nem falou – defende o fim de qualquer desmatamento na Amazônia.

– Nós temos 600 milhões de hectares desmatados, e isso é o suficiente para qualquer exploração econômica que se queira fazer na região. É preciso investir em cadeias produtivas que explorem a biodiversidade, o que daria muito dinheiro – afirmou o professor.

Para interromper qualquer derrubada, como propõe Goldemberg, ou para autorizar a exploração da floresta em regime de concessão, como propôs o Governo Lula, é preciso uma fiscalização rigorosa. Não basta ter leis; elas têm que ser respeitadas. Portanto, os dois Partidos – com experiência de governar o Brasil – terão que fazer mais do que fizeram até agora para proteger a Amazônia. Ela é nossa, mas não a temos merecido.

Senadora Heloísa Helena, que conhece a Amazônia, o título desse artigo é “Nossa culpa”. Quer dizer, a grande imprensa deveria realmente pensar que tem muita culpa nessa história. Até nesse artigo o grande enfoque só foi na mata, na árvore, na floresta. Não se falou aqui de outra coisa, não se falou dos seres humanos que estão lá, não se falou das atividades possíveis de existirem lá. Falou-se apenas da mata. Quer dizer, não existem 25 milhões de habitantes na Amazônia, que é uma população superior à da Venezuela. Não há um projeto para a Amazônia; realmente não há.

Interessante que vem, em seguida, um artigo, na mesma coluna de Miriam Leitão, mas aí já assinado pela jornalista Débora Thomé, cujo título é “Privatizar a floresta?”

No Senado, V. Ex^a e eu nos debatemos muito sobre esse projeto que passou a galope na Câmara, onde não houve nenhuma modificação. Esse projeto tinha nome bonito: Projeto de Gestão das Florestas. Agora, que gestão? Chegou ao Senado, fui Relator na CCJ, mostrei ali uma série de inconstitucionalidades, mostrei uma série de inconveniências, apresentei emendas que foram, inclusive, acolhidas pelo Senador Agripino, Relator do vencido, ele veio para o Plenário, onde houve

13 votos contrários ao projeto, mas, infelizmente, houve um acordo entre PT, PMDB e parte do PSDB pelo qual se entendeu que era melhor fazer isso.

Quero também ler esse artigo para que fique claro como o tema Amazônia tem realmente de dominar mais a mente dos brasileiros, para que não pense o cidadão que vive no Sul ou no Sudeste que ele não tem nada a ver com a Amazônia. Ele tem de pensar que ele também tem a ver com a Amazônia, que é uma parte importante do Brasil, porque não é nenhuma paranóia afirmar que há muito tempo existem planos muito habilmente preparados para, efetivamente, de alguma maneira, internacionalizar a Amazônia. Isso já foi dito por vários estadistas do mundo.

Passo a ler artigo publicado na coluna da jornalista Miriam Leitão, assinado pela jornalista Débora Thomé:

Se todos os usuários de telefone celular que conseguiram acesso ao produto por causa da privatização votassem contra Lula, ele perderia a eleição. O debate da privatização foi o mais bobo da temporada eleitoral, até porque o próprio Governo Lula lançou mão da modalidade de transferência de patrimônio em regime de concessão para o setor privado e de um bem considerado sagrado no Brasil: a Floresta Amazônica.

A Amazônia, sim! Os políticos são tão desmemoriados que nem a Oposição, encurralada, usou o recurso de mostrar a contradição do Governo.

Não me incluo entre esses políticos, porque alertei para o problema inúmeras vezes, desta tribuna e em reuniões de Comissões. Opus-me a esse projeto, apresentei emendas, votei contra, como V. Ex^a e mais outros 11. Então, não posso ser enquadrado nessa generalização.

Continuo a leitura:

Nos últimos anos, o Governo Lula mandou ao Congresso, aprovou e sancionou um projeto que permite a exploração das terras da floresta em regime de concessão. Tudo se faz como na telefonia, em que o que as empresas têm não é a propriedade eterna, mas a concessão. O concessionário da floresta poderá explorá-la por 30 anos, renováveis por mais 30 anos. Fica sendo o dono temporário da terra pública e pode derrubar as árvores públicas e vendê-las para seu lucro privado dentro de um plano de manejo que pretende evitar a derrubada predatória.

A Ministra Marina Silva é convincente quando explica que essa é a forma de orde-

nar a exploração que hoje é desordenada. Aqui nesta coluna, por diversas vezes, escrevi sobre os argumentos com os quais ela defendia a sua proposta da oposição ferrenha do P-SOL, de Heloísa Helena, e dos quadros da esquerda.

Quer dizer, há o registro de que V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, realmente tinha uma posição firme a esse projeto, assim como eu e outros Srs. Senadores.

O apoio do PSDB a Ministra conseguiu fazendo um eficiente trabalho de convencimento e articulação. Apesar de votar a favor, o PSDB apresentou outra proposta no Programa de Governo do candidato Geraldo Alckmin: quer suspender toda e qualquer derrubada de árvores na Amazônia, sob o argumento de que o território já desmatado na floresta chega a quase três Estados de São Paulo, o suficiente para qualquer projeto que se queira executar lá.

A proposta de Alckmin pode ser impossível. Se não fosse difícil, já teria sido executada. Foi esse o argumento que levou o Ministério do Meio Ambiente a apresentar uma proposta de distribuir parte da floresta à iniciativa privada em regime de concessão. O argumento é que essa era a forma de o Governo ordenar o que estava sendo feito de forma predatória por grileiros e madeireiros. Mas o pragmatismo da proposta do Ministério do Meio Ambiente é totalmente contraditório, como a afirmação ideológica que a campanha do Governo Lula está apresentando por oportunismo eleitoral.

É contra a privatização e, na prática, o que fez com a Amazônia foi permitir a privatização. Inclusive, a regulamentação da privatização da Amazônia já está em processo adiantado. Já existe até um conglomerado de empresas internacionais interessado em arrecadar essas áreas da Amazônia para explorá-las legalmente, porque o Governo brasileiro e o Congresso Nacional aprovaram uma lei que permite privatizar a nossas florestas. O Lula, então, não pode falar de privatização.

A exploração da floresta prevista na Lei de Concessões tem tudo o que foi desenvolvido nos processos de privatização do setor público: tem plano de outorgas, como na telefonia, licitação pelo maior preço. Quem pagar mais poderá explorar os bens florestais daquela área, desde que obedecido o plano de manejo anualmente aprovado. Para controlar isso, foi

criada uma agência independente: o Serviço Florestal, que será financiado por taxas pagas pelos concessionários. Ou seja, tudo igualzinho; até agência independente. Pode-se dizer que não há transferência de patrimônio, mas, sim, uma outorga temporária. Ora, em todos os serviços públicos, a concessão é temporária, porem renovável, como na proposta do PT.

No debate nos últimos anos no Congresso, desde que o PL foi enviado pelo Governo, em 2003, houve vários momentos curiosos. Na discussão este ano no Senado, o Governo ficou contra uma proposta do Senador José Agripino Maia que exigia algo super-razoável: que o plano de outorgas anual passasse pelo Senado para ser aprovado.

Nesta Casa, Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena, a emenda foi de minha autoria, e o Senador José Agripino a acolheu. Realmente, o mínimo que poderíamos fazer para que houvesse transparência era que o Senado analisasse qualquer concessão, como analisa as concessões de rádio e televisão. Por que não analisar a concessão das terras da Amazônia?

Nos debates no dia da votação, houve ambientalista torcendo por ele com a convicção de que é a única saída para salvar a floresta; houve ONG estrangeira apoiando a Ministra Marina Silva; houve ONG contra, achando que é o começo do fim da floresta. Houve ambientalista que foi para a votação com placa, dizendo “Não, à privatização da floresta”. O Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB, da bancada ruralista, protestou: “Vão alugar nossas florestas para conglomerados internacionais”.

Quero informar à ilustre jornalista que nunca fui da bancada ruralista. Se tivesse sido, não seria demérito para mim. Eu poderia ser de qualquer bancada, como da saúde, que sou; poderia ser de outra bancada, da Amazônia, que tento organizar no Senado e não consigo. Mas não sou da bancada ruralista, não condeno ninguém que o seja, mas não aceito ser rotulado de algo não sou.

O Senador Pedro Simon declarou o seu amor à Ministra, mas ficou contra: “Sou apaixonado pela Marina, é uma das pessoas mais puras que conheci, mas o projeto é uma monstruosidade, e recria as capitânicas hereditárias”. O Senador tucano Arthur Virgílio apoiou o Governo: “Eu prefiro alguma regulação a nenhuma”.

No fim, o projeto foi aprovado, voltou à Câmara, foi novamente aprovado, e foi sancionado. [É preciso dizer que foi aprovado,

derrubando as modificações que o Senado havia feito. Portanto, voltou para a sanção do Presidente tal qual o Governo queria, tal qual a Ministra queria.] Agora, está em fase de regulamentação. As ONGs, de novo, divididas. O tema é controverso, e tive oportunidade de conversar com a Ministra Marina Silva sobre o assunto. Ela me explicou vários pontos nebulosos. Se a fiscalização não for bem feita, pode ser um desastre; se der certo, pode ser uma forma de ordenar o caos que está destruindo a floresta. Mas, seja como for, a proposta aprovada é a de usar um instrumento de mercado, através da licitação em regime de concessão de propriedade pública, o que, no idioma do PT, sempre se chamou privatização.

Pode ser a salvação da floresta, como a privatização da telefonia permitiu a expansão de um serviço que estava no meio de um salto tecnológico que o Estado não tinha condição de acompanhar. Mas o PT está diante de uma enorme contradição quando faz um ataque ideológico velho a um mecanismo ao qual ele mesmo está aderindo, e num patrimônio muito mais delicado [que é a Floresta Amazônica].

Trouxe esses dois artigos, Senadora Heloísa Helena, Sr^{as} e Srs. Senadores, justamente porque a grande imprensa nacional, localizada no eixo Rio-São Paulo, verdadeiramente sequer se desloca para a Amazônia para ver a realidade em que vivemos. Sempre fala da Amazônia por intermédio de um correspondente ou de instituições organizadas ou ditas organizadas, que passam as informações mais absurdas.

Entre os erros da jornalista está o de dizer, por exemplo, que os índios conservam a floresta. Isso não é verdade. A prática dos índios é derrubar floresta, queimar e plantar roça, só que numa proporção pequena, por fazê-lo manualmente. Mas precisamos dizer a realidade. Não tenho nada contra os índios, até porque essa é a forma de eles sobreviverem. Eles fazem isto mesmo: derrubam a floresta, queimam-na, plantam sua comida e depois vão para outras áreas, e assim sucessivamente. É por isso que eles mudam de lugar constantemente.

Um outro equívoco é continuar falando de uma região sem ouvir as universidades de lá, sem se preocupar em aprofundar-se efetivamente sobre os problemas regionais.

Eu confesso aqui, como homem que vai votar no Presidente Alckmin, minha surpresa pelo fato de que, no programa dele, conste essa aberração, cujo plano é salvar a Amazônia pela não-derrubada de nenhuma árvore mais.

Uma árvore é um ser vivo que nasce, cresce, produz e morre. Temos é que tirar, no momento certo e de maneira adequada, proveito dela. Então, é o que se chama, no linguajar da Esquerda, de manejo sustentável. Temos que saber como plantar, como replantar, mas não essa pregação rígida de que não se derruba nenhuma árvore mais na Amazônia. Só quem nunca andou na Amazônia pode imaginar um plano desses.

Já no domingo vamos saber quem vai ser Presidente da República. Quanto ao Lula, eu já sei como ele vai agir. Ele passou quatro anos na Presidência e não ligou para a Amazônia. A única ação dele na Amazônia foi criar reservas ecológicas, reservas indígenas, impedir tudo. No programa que lançou quando candidato, ele dizia: “Nós temos que deixar de dizer o que não se pode fazer na Amazônia e passar a dizer o que se pode fazer pelo bem da Amazônia”.

Então, já sei que não espero nada para a Amazônia se o Lula for eleito, porque ele realmente tem uma visão míope do que é aquela região e não ouve quem dela entende. Quem nasceu lá, quem viveu lá a vida toda, para ele, não tem o peso, por exemplo, de uma ONG que o pressiona e o faz ceder.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mozarildo e compartilho com todas as preocupações expostas nos artigos lidos.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, Presidente desta sessão, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, neste final de semana estive em Ciudad del Este, no Paraguai, a convite de empresários brasileiros e paraguaios que procuram encontrar solução para um impasse que perdura há tanto tempo na tríplice fronteira.

Esses empresários querem salvar o emprego de cerca de 500 mil brasileiros, que são denominados, de certa forma preconceituosamente, de sacoleiros. Estão todos eles ameaçados mais uma vez.

O Governo tem anunciado maior rigor na fiscalização da comercialização, sobretudo de produtos importados, e não oferece nenhuma alternativa que signifique solução para a sobrevivência de milhares

de famílias brasileiras. Trata-se de defender o emprego, trata-se de possibilitar o exercício da cidadania na sua plenitude a milhares de pessoas.

Sempre ficamos na iminência de uma tragédia social na fronteira do Brasil com o Paraguai. Já houve batalhas campais em função do descaso de governos que abandonam milhares de pessoas. Aliás, é gritante o contraste existente na belíssima cidade de Foz do Iguaçu. Repito sempre que há um contraste entre as belezas naturais fantásticas e que empolgam o mundo e a pobreza, a miséria, o desemprego, a violência e o infortúnio que assaltam lares de famílias excluídas do progresso econômico do nosso País.

Esses empresários querem colaborar com o Governo sugerindo uma solução. Vamos repetir: trata-se de 500 mil cidadãos que exercem a profissão de microimportadores, chamados sacoleiros, que importam produtos de alta tecnologia. Essa atividade é fonte de emprego indireto para mais de um milhão de cidadãos em todos o Brasil, na região, mas também em São Paulo, em Curitiba e em muitas outras cidades, que formam parte dessa rede de varejo de revenda ou de pequenas e médias empresas de montagem de produtos de informática. Portanto, a abrangência total é da ordem 1,5 milhão de cidadãos, mais famílias – se multiplicarmos por quatro –, são seis milhões de brasileiros cuja renda depende direta ou indiretamente da atividade de microimportação do Paraguai.

Participamos de uma reunião com a Câmara de Comércio de Tecnologia da Informação, cujo Presidente é o brasileiro Elio Haguída, que sugere uma solução. Propõe que esses microcomerciantes convertam-se ao Simples e, realizando uma declaração simplificada de importação, com uma tarifa de importação especial, de pagamento único e definitivo, incluindo todos os impostos federais e estaduais, diminuindo a taxa e incrementando as arrecadações formais, poderiam ingressar no sistema econômico formal. Portanto, sairiam da informalidade, em que são considerados cidadãos de segunda classe, e passariam à condição de cidadão de primeira classe, pagando impostos e trabalhando de forma legal na importação de produtos do país vizinho, adaptando-se os regimes fiscais que já existem na legislação brasileira.

Esse regime de tributação único para microimportação da fronteira está em processo de negociação entre Assunção e Brasília, entre o Governo do Paraguai e o Governo do Brasil.

Tive oportunidade de me reunir com o intendente de Ciudad de Leste, Zacarias, e por telefone conversamos com o Presidente do Paraguai, o Sr. Nicanor Duarte.

O Paraguai demonstra interesse em que essa solução seja acolhida pelas autoridades brasileiras. Por

isso, negocia com o Governo brasileiro esse entendimento que trazemos ao Senado Federal, exatamente para que o Congresso Nacional possa apoiá-lo. Trata-se de uma medida criativa e inteligente que permitirá a formalização desse trabalho, certamente com a possibilidade de sobrevivência de milhares de trabalhadores na fronteira do Brasil com o Paraguai.

O que se deseja, portanto, para evitar o desemprego e a fome de milhares de pessoas e o crescimento avassalador da violência que atormenta a todos, é uma sábia intervenção, em Brasília, a favor desses microimportadores, apoiando essas negociações. É o que pleiteamos às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, exatamente quando o Congresso Nacional discute a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Deseja-se o regime único para evitar o caos social que essa situação pode significar, o desemprego, especialmente no Paraná, e o incremento da criminalidade, em especial no oeste do Estado.

Aproveito esta oportunidade em que faço este apelo para que se ofereçam alternativas viáveis de solução.

Eu aproveito para dizer que Foz do Iguaçu tem que merecer uma atenção diferenciada do Governo Federal. Lá se constituiu um patrimônio da humanidade que é o Parque Nacional do Iguaçu, de um lado; do outro lado, a grande hidrelétrica, a maior do mundo, a Binacional Itaipu, alagando áreas agricultáveis importantes. Portanto, o Parque Nacional do Iguaçu, que tem que ser preservado com muito amor, uma manifestação permanente de respeito à vida, e a Binacional Itaipu comprometem o desenvolvimento econômico da região na medida em que ocupam um espaço agricultável da maior importância. Além disso, comprometem o parque industrial, já que o desenvolvimento industrial não pode, de forma alguma, prejudicar a preservação das riquezas naturais de lá.

A conseqüência é o desemprego, a violência, a ausência de oportunidades de vida digna. Daí a responsabilidade do Governo de adotar políticas compensatórias, regularizando essa situação como primeira medida de urgência diante do fato novo que é a nova aduana, que impõe rigor maior na fiscalização e que joga para fora do mercado de trabalho milhares de trabalhadores. Portanto, esta é uma providência que exige agilidade do Governo, urgência. E nós estamos cobrando eficiência neste momento.

Aliás, é bom dizer aqui: o Presidente Lula foi a Foz do Iguaçu em mais de uma oportunidade nesta campanha eleitoral e fez promessas. Fez promessas ao Prefeito Paulo MacDonald, fez promessas aos prefeitos da região, buscou votos e obteve votos. Agora é hora de cumprir as promessas. O Presidente da Re-

pública há de cumprir essas promessas. Não importa se será reeleito ou não. O que importa é que assumiu compromissos que não podem ser ignorados por ele e seu Governo. E será sempre do nosso dever cobrá-lo. Jamais me esquecerei das promessas do Presidente da República em Foz do Iguaçu.

O Presidente da República se acostumou a prometer irresponsavelmente na certeza de que não cumprirá os compromissos assumidos. Mas estaremos aqui, durante o tempo que for necessário, para lembrá-lo das promessas feitas em Foz do Iguaçu em troca de votos. Votos que acabou obtendo.

Foz do Iguaçu – é bom que o Presidente da República saiba – deve merecer um tratamento diferenciado, como algumas regiões do País já mereceram em outras épocas, exatamente em razão de um exemplo ainda da época do autoritarismo, quando o Ministro Ernani Galveas, através de decreto-lei, criou um fundo de recuperação econômica do Estado do Espírito Santo que proporcionou um salto de desenvolvimento para aquele Estado. É exatamente o que pretendemos agora para Foz do Iguaçu.

Há um projeto tramitando nesta Casa que propõe a criação do fundo de recuperação econômica de Foz do Iguaçu, como contrapartida a tudo o que aquela região do Paraná ofereceu ao País e ao mundo. Certamente, esse fundo de recuperação econômica não significará ônus para a União. Ao contrário, esse fundo será constituído com recursos do Município, do Estado e também da União, recursos tradicionalmente consignados no Orçamento, e constará também de recursos oriundos do Imposto de Renda a ser pago por pessoas jurídicas no Estado do Paraná. As empresas paranaenses teriam a possibilidade de optar por transferir 5% do total do imposto a ser pago à Receita Federal ao fundo de recuperação econômica de Foz do Iguaçu. Isso se daria durante quinze anos. Certamente, essa providência inovadora transformaria a face de uma região da maior importância para o nosso País. Afinal Foz do Iguaçu, com as Cataratas, com as belezas naturais, com o Parque Nacional, com a Usina de Itaipu, é um cartão postal do Brasil. Entretanto, esse Município não tem sido vista dessa forma.

O Governo não tem tido olhos inteligentes para ver as potencialidades lá existentes, nem mesmo adota qualquer providência relativamente à segurança na área de fronteira. Combate sacoleiros, mas não combate contrabandistas de armas, traficantes de drogas. Ao contrário, o Governo tem sido complacente, cúmplice do crime organizado na fronteira do Brasil; mas é poderoso, é forte demais diante dos fracos trabalhadores denominados – pejorativamente, quem sabe, por alguns – sacoleiros, que imaginamos poder

transformá-los em trabalhadores na formalidade, com o cumprimento das exigências legais, transformados, quem sabe, em microempresários do comércio, para que, pagando impostos, possam trabalhar com decência e com dignidade.

Repito, esse fundo de recuperação econômica de Foz do Iguaçu é uma política de compensação diante das perdas sofridas pela região que, certamente, resultaria em benefícios para o País.

Dizia que o Governo Federal não tem tido a competência para adotar uma política de desenvolvimento do turismo naquela região. Sabemos que o mundo – especialmente as pessoas que vivem na Europa – tem grande interesse pelo turismo ecológico.

Desperdiçamos potencialidades extraordinárias, porque aquela região da tríplice fronteira, região de Foz de Iguaçu, onde está o Parque Nacional do Iguaçu, é, sem dúvida, um paraíso ecológico que tem que ser conhecido, tem que ser visitado, encanta as pessoas que lá chegam. É lamentável constatar que apenas um milhão de pessoas por ano visitam aquela localidade. Isso é muito pouco. Eu sei que tem gente que fica impressionada com o fato de um milhão de pessoas visitarem aquela região. Mas, se nós compararmos esse número com o de cidades turísticas do mundo, chegaremos à conclusão de que isso é quase nada diante do que seria possível fazer se adotássemos uma política do desenvolvimento do turismo naquela região, especialmente se explorássemos as potencialidades regionais para o turismo ecológico.

Outra proposta que tenho defendido para a modernização daquela região é a criação de uma universidade federal com características próprias, já que Foz do Iguaçu é de fato, pela sua localização geográfica, uma espécie de capital do Mercosul. Essa seria a universidade da tríplice fronteira, seria a universidade do Mercosul e faria certamente a diferença em matéria de modernização e desenvolvimento regional.

Essas são algumas propostas, Sr^a Presidente, que estamos defendendo e continuaremos a defender, dizendo ao Presidente Lula que ele é criativo no ato de prometer, mas tem sido incapaz no ato de realizar, especialmente naquela região e no meu Estado, o Paraná.

Nós temos esperanças de que o Brasil mude. Se as nossas esperanças se concretizassem no dia 29 de outubro, Senador Eduardo Azeredo, certamente nós poderíamos sonhar com mudanças efetivas, com reformas essenciais, desatrelando o nosso País das estruturas superadas, arcaicas, que impedem o nosso desenvolvimento.

Eu não vejo como um Presidente desgastado, com o mandato contaminado pela corrupção, possa

liderar um processo de reformas essenciais para o desenvolvimento econômico e social do nosso País, país que desperdiçou oportunidades preciosas nos últimos anos, país que se conformou com muito pouco. Não se constrói uma grande nação com o conformismo, uma grande nação é construída na indignação das pessoas inteligentes, na permanente insatisfação em relação àquilo que se alcança pragmaticamente.

O Brasil está dividido em duas grandes facções: a facção dos indignados e a facção dos indiferentes, independentemente da região onde vivem – Norte, Nordeste, Sul ou Sudeste. Em todas as regiões, Senadora Heloísa Helena, nós nos defrontamos com os indignados que possuem disposição para a construção de um mundo diferente, mas a contrapartida é a existência de uma enorme facção dos complacentes, dos indiferentes, dos anestesiados, daqueles que não reagem diante de tantos escândalos, de tanta corrupção e de tanta incompetência dos que governam o País. É com os inconformados que nós queremos caminhar, sustentando as nossas esperanças de que um dia esse País mude. Preferimos que mude rápido, temos pressa, estamos atrasados, não há mais por que esperar tanto tempo. Se for possível mudar rapidamente, que mudemos com o voto no próximo domingo, dia 29. Ainda há tempo.

Eu creio que os institutos de pesquisas são honestos. Os grandes institutos de pesquisa do Brasil têm história, tradição, conceito, mas estão sendo driblados pelos eleitores brasileiros.

Tenho informação de que cerca de 40% dos entrevistados pelos institutos de pesquisa se recusam a confessar o voto. Não demonstram interesse em revelar a posição nem mesmo para Governador nos Estados em que há essa disputa em segundo turno e muito menos para Presidente da República.

É por essa razão que os institutos erraram tanto no primeiro turno, certamente errarão novamente.

Eu estou fazendo esta apreciação em defesa dos institutos de pesquisa do Brasil. Além desse drible de não confessar o voto, estamos constatando também uma espécie de volubilidade do eleitor brasileiro. Talvez esse cenário contraditório que confronta indignados com anestesiados faça com que o eleitor mude muito facilmente de candidato. Está havendo constante migração de votos de um lado para o outro e vice-versa. Isso também dificulta a tarefa dos institutos de pesquisa. Não é por isso, mas projeto de minha autoria, que tramita nesta Casa, estabelece que as pesquisas só podem ser divulgadas até 15 dias antes do pleito. A partir de 15 dias antes do pleito nós não deveríamos permitir a divulgação de pesquisa, até para preservar o bom conceito dos institutos de pesquisa do nosso País.

Enfim, no próximo domingo teremos o julgamento popular que gostaríamos fosse implacável. Democraticamente respeitaremos a decisão soberana da população. Se o julgamento não for implacável, certamente teremos momentos difíceis, como turbulência política, aprofundamento da crise, pois as CPIs não esgotaram os escândalos, o complexo esquema de corrupção idealizado no governo Lula persiste.

Apareceu com visibilidade, com transparência, durante a campanha eleitoral, em um quarto de hotel em São Paulo, onde líderes do PT, amigos do Presidente da República, negociavam a aquisição de um dossiê forjado para comprometer eleitoralmente candidaturas importantes da Oposição em São Paulo e no resto do País. Enfim, continuarão as investigações, haverá julgamento político no Congresso Nacional, no Senado e na Câmara Federal, julgamento dos chamados “mensaleiros” e dos chamados “sanguessugas” que ainda não foram julgados, além do julgamento do Poder Judiciário, que aguarda, por meio do Supremo Tribunal Federal, o encerramento do processo eleitoral para iniciar os procedimentos necessários para o julgamento judicial. Portanto, tempo de turbulência política certamente viveremos, e, se não tivermos um Presidente com autoridade política e moral para a condução desse processo, as dificuldades serão maiores.

Antes do dia 29, antes do dia fatal, é bom refletir sobre todas essas questões. É bom refletir sobre o que estão fazendo com os sonhos e com as esperanças do povo brasileiro. É bom refletir sobre o que estão fazendo com o nosso País. Por que o Brasil cresce tão pouco? Por que o Brasil desperdiça tantas oportunidades? Se o mundo cresce tanto, por que o Brasil não cresce? Certamente porque há corrupção, de um lado, e incompetência administrativa do outro, e as estruturas superadas se somam para conter o processo de desenvolvimento econômico de um país com talentos humanos extraordinários, trabalhadores disciplinados, riquezas naturais incomuns. O povo tem uma generosidade ímpar e, apesar de tudo, acredita, aceita, produz. Enfim, precisamos mudar este País. É claro que não basta mudar quem governa; muito mais do que pessoas, precisamos mudar esse modelo. Mas a mudança do modelo passa pela mudança das pessoas, e a mudança das pessoas está entregue aos eleitores brasileiros no próximo dia 29, próximo domingo.

Que Deus nos inspire para que possamos adotar a decisão mais acertada pensando no futuro do nosso País!

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-Sol – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

Antes de conceder a palavra ao Senador Roberto Saturnino, vou ler o requerimento apresentado por S. Ex^a, para que possa fazer o encaminhamento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1.070, DE 2006

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Jurista José Luiz Bulhões Pedreira, ocorrido ontem, 24-10 no Rio.

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família

Sala das Sessões, de 25 de outubro de 2006.

– Senador **Roberto Saturnino**.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-Sol – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Roberto Saturnino, para encaminhar o requerimento apresentado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, o Brasil perdeu – o Rio de Janeiro em especial – um dos maiores juristas, uma das figuras maiores dos meios jurídicos do País. E, mais do que isto, eu diria, o maior de todos os juristas ligados ao processo econômico, à atividade econômica, à regulação da atividade econômica no Brasil. Trata-se de José Luiz Bulhões Pedreira.

Tive oportunidade de conhecê-lo no BNDES, nos primórdios, na formação, nos primeiros anos do BNDES, no qual ele era o Consultor na área jurídica, praticamente para todos os fins. Para dirimir todas as dúvidas, o BNDES tinha seus advogados, o seu Departamento Jurídico sempre muito competente, porque era formado de advogados concursados, em concursos muito exigentes. Mas sempre surgiam dúvidas sobre a interpretação de uma legislação tal e qual, e José Luiz Bulhões Pedreira era sempre chamado para dirimi-las.

Depois, durante um período grande, que vai dos anos sessenta até os anos oitenta, ele foi praticamente o Consultor Jurídico de todos os Ministros da Fazenda do País. Ele é chamado o Pai da Lei das S/A, o Pai da Lei das Sociedades Anônimas, porque, juntamente com o Alfredo Lamy, que era outro advogado também brilhante, compuseram e propuseram ao Congresso Nacional a formulação da Lei das Sociedades Anônimas, que deu enorme impulso ao mercado de capitais no Brasil. A assinatura dele está nesse documento, comprovando a sua competência.

É um homem absolutamente honrado, um homem de respeitabilidade reconhecida por unanimidade. Ele

também foi o formulador de todo o novo Sistema Financeiro Brasileiro a partir do Banco Central. Também foi o Consultor Jurídico que elaborou toda a legislação do Banco Central, criado nos anos sessenta. Não existia Banco Central no Brasil. O Sistema Financeiro de Habitação, o mercado de capitais, a Comissão de Valores Mobiliários, toda essa legislação foi fruto do trabalho desse grande jurista que foi José Luiz Bulhões Pedreira.

Então, Sr^a Presidente, eu acho que é muito justo que o Senado homenageie a memória de José Luiz Bulhões Pedreira, por todos esses méritos que ele teve, pela fecundidade do seu trabalho e pela enorme obra jurídica que produziu no Brasil, balizando toda a área econômica, sob o ponto de vista legislativo.

Assim, Sr^a Presidente, apresento este requerimento e peço o voto dos Srs. Senadores porque se trata de uma homenagem justíssima. Foi uma grande perda para o Brasil e, em especial, para o Rio de Janeiro o falecimento de José Luiz Bulhões Pedreira.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Todos os Senadores da Casa se incorporam e aprovam o requerimento de V. Ex^a.

A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado e as condolências à família.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.071, DE 2006

O Senador que este subscreve, com base no Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja oficiado, ao ex-Ministro da Agricultura e Deputado Federal Constituinte, Engenheiro Agrônomo Alysson Paulinelli, votos de congratulações pela escolha do seu nome como laureado pelo World Food Prize, do ano de 2006, instituição que premia as personalidades e fatos significantes em trabalhos relativas à produção de alimentos, no caso o desenvolvimento do cerrado brasileiro como uma das grandes conquistas das ciências agrícolas no século XX.

Justificação

Mineiro de Lavras, Deputado Federal Constituinte, Secretário de Agricultura de Minas Gerais por duas vezes e Ministro da Agricultura, o Engenheiro Agrônomo Alysson Paulinelli, nas várias funções públicas que exerceu, dedicou o seu trabalho com o objetivo de garantir a produção de alimentos em proporção maior do que o crescimento populacional, mediante técnicas de produtividade agrícola, em particular, o equilíbrio químico de solos de menor grandeza produtiva, como é o “Cerrado Brasileiro”, uma vasta área que abrange

quase um terço do território nacional, começando nas regiões Norte e Nordeste, ocupando a maior parte da região Centro Oeste e chegando à região Sudeste, quase como uma espinha dorsal para o desenvolvimento da agricultura nacional.

Hoje, além da produção de alimentos básicos como milho, soja, feijão, cana de açúcar, arroz e outros, e de servir para a produção de carne, leite e derivados de alta tecnificação, o cerrado é usado para o cultivo de produtos de maior sofisticação como frutas, café, madeiras para produção de energia renovável e outros.

Dentro das inúmeras ações efetivas de Paulinelli na promoção da pesquisa, da busca de investimentos e na criação de políticas públicas, sobressaem o Programa Polocentro encarregado de financiar e desenvolver a produção agropecuária e as comunidades rurais em 3 milhões de hectares na região do Cerrado, objetivo ultrapassado em três anos de funcionamento e também os projetos de Entre Ribeiros e Jaíba que foram viabilizados com apoio de entidades e investimentos japoneses.

Assim peço o apoio e o acolhimento da proposta pelos nobres pares.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 2006. –
Eduardo Azeredo.

REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2006

O Senador que este subscreve, com base no Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja oficiado, ao Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Engenheiro Agrônomo com mestrado em Agronomia, Edson Lobato, votos de congratulações pela escolha do seu nome como laureado pelo World Food Prize, do ano de 2006, instituição que premia as personalidades e fatos significantes em trabalhos relativos à produção de alimentos, no caso o desenvolvimento do cerrado brasileiro como uma das grandes conquistas das ciências agrícolas no século XX.

Justificação

O Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Engenheiro Agrônomo e M.S. Edson Lobato, nas várias funções públicas que exerceu, destacou-se na pesquisa de técnicas de produtividade agrícola com o objetivo de garantir a produção de alimentos em proporção maior do que o crescimento populacional, em particular, o equilíbrio químico de solos de menor grandeza produtiva, pela introdução de fosfato e cal para a fertilidade do “Cerrado Brasileiro”, uma vasta área que abrange quase um terço do território nacional, começando nas regiões

Norte e Nordeste, ocupando a maior parte da região Centro Oeste e chegando à região do Sudeste brasileiro, quase como uma espinha dorsal para o desenvolvimento da agricultura nacional.

Na Embrapa, Lobato coordenou vários programas relativos à fertilidade dos solos e em especial o Centro de Pesquisas para o Cerrado. Ampliou-se assim em larga escala a fronteira agrícola brasileira pela incorporação a ela desta vasta área do nosso território. Hoje, além da produção de alimentos básicos como milho, soja, feijão, cana de açúcar, arroz e outros, e de servir para a produção de carne, leite e derivados de alta tecnificação, o cerrado é usado para o cultivo de produtos de maior sofisticação como frutas, café, madeiras para produção de energia renovável e outros.

Assim peço o apoio e o acolhimento da proposta pelos nobres pares.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 2006. –
Eduardo Azeredo.

REQUERIMENTO Nº 1.073, DE 2006

O Senador que este subscreve, com base no Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja oficiado à Professora Ana Flávia Ribeiro Coura Guizalberte voto de congratulações pelo recebimento do Prêmio Professor Nota 10, promovido pela Fundação Victor Civita, e que tem grande significação nacional na área da Educação.

Justificação

O Prêmio Victor Civita, Professor Nota 10, tem por objetivo prestigiar e valorizar esse profissional tomando visível perante a opinião pública sua importância na formação das gerações futuras. O prêmio destaca anualmente os professores do Ensino Fundamental que desenvolvem trabalhos docentes de qualidade.

Os professores inscrevem seus projetos por meio da revista Nova Escola, uma publicação do Grupo Abril especializada em Educação. Um júri, formado pelos mais renomados nomes na área, seleciona os trabalhos premiando-os por disciplina, distribuindo um total de R\$100 mil reais para os finalistas e ganhadores.

Assim é com grande alegria, que presto homenagem à Professora Ana Flávia Guizalberte, professora de História da Escola Municipal Professor Francisco Bruno Ribeiro, de Marmelópolis, região sul de Minas Gerais, pelo seu trabalho sobre o ciclo do marmelo, responsável pelo desenvolvimento daquele município.

Há algumas décadas, a cidade possuía como base da economia local a lavoura de marmelo que atraiu diversas empresas, entre elas a CICA, que ali se instalaram, tendo por objetivo a fabricação de doces. Da produção inicial, transportada em lombo de burro, o

município experimentou o auge do seu desenvolvimento, com a construção de estradas para o escoamento da produção para o mercado nacional. Com o declínio da cultura do marmelo, as fábricas foram desativadas e hoje cultiva-se apenas tomate e batata.

As mudanças ocorridas no município foram pesquisadas durante três meses e envolveram a direta participação de vinte alunos, num verdadeiro trabalho de resgate histórico a partir de fotos, documentos, visitas a construções e relato dos moradores mais antigos, que vivenciaram os áureos tempos do marmelo.

Assim, não posso deixar de enaltecer o tão merecido Prêmio recebido pela Professora, que numa prova de desprendimento e amor à Educação despertou em seus alunos o maior sentimento de orgulho e respeito por tão belo município mineiro.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 2006.

– **Eduardo Azeredo**, (PSDB – MG).

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência encaminhará os votos de congratulações solicitados.

Os requerimentos lidos vão ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1995** (nº 428/94, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Liberal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Belém, Estado do Pará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2006** (nº 2.160/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Manoel Antônio Nunes Neto para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Icó, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2006** (nº 2.152/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Movimento de Ação Comunitária – MAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Solonópole, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 352, de 2006** (nº 2.174/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Cedro*

a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Deputado Irapuan Pinheiro, Estado do Ceará;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2006** (nº 2.210/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iruçuca, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2006** (nº 1.961/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Francisco de Assis Dantas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penaforte, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2006** (nº 2.022/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Sócio-Cultural, Desportiva e Educacional de Pindoretama a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindoretama, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2006** (nº 2.178/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – Agap a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2006** (nº 2.189/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2006** (nº 2.215/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Ascom – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coração de Maria, Estado da Bahia;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 374, de 2006** (nº 2.153/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Centro de Defesa dos Direitos Hu-*

- manos de Boa Viagem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2006** (nº 2.158/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Trans América/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colniza, Estado de Mato Grosso;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2006** (nº 2.159/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Criativa 102.1 FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulínea, Estado de São Paulo;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2006** (nº 2.161/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa FM Alminafonsense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2006** (nº 2.166/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Olga de Sá para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lorena, Estado de São Paulo;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2006** (nº 2.172/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Ibirapuã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirapuã, Estado da Bahia;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2006** (nº 2.180/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora Auxiliadora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amambaí, Estado de Mato Grosso do Sul;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2006** (nº 2.185/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Ipiaú Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipiaú, Estado da Bahia;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2006** (nº 2.190/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Presidente Sarney/MA – Aproma a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Sarney, Estado do Maranhão;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2006** (nº 2.195/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antonina do Norte, Estado do Ceará;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2006** (nº 2.199/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Recreativa Ferrabrás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2006** (nº 2.200/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube Rio do Ouro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacobina, Estado da Bahia;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2006** (nº 2.202/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaguaruana, Estado do Ceará;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2006** (nº 2.206/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão FM do Povo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apicum-Açú, Estado do Maranhão;*
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2006** (nº 2.207/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária do Rio Grande Studio Livre FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul;*

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2006** (nº 2.209/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Sociedade Hervalense de Artes e Recreação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Herval, Estado do Rio Grande do Sul*;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 402, de 2006** (nº 2.230/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Filhos e Amigos de Santa Bárbara do Pará – Afasb a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara do Pará, Estado do Pará*; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2006** (nº 2.236/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade da Andradina, Estado de São Paulo*.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência esclarece ao Plenário que o **Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2002**, lido na sessão do dia 4 de junho de 2002, foi despachado às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a apreciação terminativa da matéria.

Na sessão do dia 5 de maio de 2005, foi aprovado o Requerimento nº 327, de 2005, de audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Naquela ocasião, não foi mencionado o encaminhamento da matéria à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nesses termos, a Presidência retifica o despacho proferido na sessão do dia 5 de maio de 2005, a fim de que a matéria vá ao exame das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, que já proferiu seu parecer; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União, os seguintes **Avisos**:

- **Nº 695** – 2ª Câmara, **de 2006**, na origem, de 17 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.986, de 2006, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o

fundamentam, sobre concessão de aposentadoria (TC – 017.082/2003-6);

- **Nº 1.795** – Plenário, **de 2006**, na origem, de 11 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.894, de 2006, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na ação “Orientação Profissional e Intermediação de mão-de-obra” do programa Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda, do Ministério do Trabalho e Emprego (TC – 012.487/2005-8); e
- **Nº 1.809** – Plenário, **de 2006**, na origem, de 11 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão 1.903, de 2006, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre contratação de serviços de consultoria técnica especializada pela Casa da Moeda do Brasil.

Os expedientes vão à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento, por cessão do Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Heloísa Helena, Srs. Senadores, eu tenho por princípio a crença de que todo homem público está sempre bem-intencionado, que procura fazer o melhor. Lamentavelmente, sabemos que existem as “maçãs podres”, que tentam contaminar toda a cesta de frutas. Mas temos de sempre entender que a sequência de sucessos, de realizações vem de longa data. Não se consegue na área pública, em um curto período de tempo, fazer grandes realizações. Elas são fruto do amadurecimento da sociedade, de um somatório de esforços. Assim tem sido em várias áreas no Brasil.

Quero lembrar, por exemplo, a questão da iluminação nas áreas rurais do País, que já vem sendo enfrentada há longos anos. Lembro-me de que, ainda no governo Tancredo Neves, em Minas, tínhamos um projeto que se chamava Minas Luz e que, no meu Governo, que se encerrou em 1998, havia outro que se chamava Luz de Minas. Chegamos a ter 80% das propriedades rurais iluminadas, num Estado grande como Minas Gerais.

Agora, temos mais um projeto. O Governo Lula, entretanto, insiste em mostrar esse projeto como se fosse a descoberta da luz, como se ele é que tivesse inventado a luz, esquecendo-se de todos esses esforços do passado, que vieram de tantas outras pessoas que militam na vida pública.

Lamentavelmente, essa tem sido uma constante. É sempre essa visão de que ninguém fez nada antes, de que todos os que ocuparam a Presidência da República praticamente não trabalharam. É uma negação do

muito que foi feito no Brasil por todos os Presidentes, que sempre tiveram, repito, a boa intenção de acertar. O Presidente Lula, entretanto, insiste em dizer que foi ele que começou tudo, que ele é que faz tudo, que tudo começa a partir do seu Governo.

É impressionante essa capacidade de tentar apropriar-se de idéias, de projetos, de programas elaborados e já adotados pelo meu Partido, o PSDB, e por partidos aliados. Foi assim com o Bolsa-Família, que é a unificação de programas como o Bolsa-Escola, o Vale-Gás e o PETI; foi assim também com as obras da duplicação da rodovia Fernão Dias lá em Minas Gerais, que tinha 98% das obras concluídas. Faltavam dois trevos, que o Presidente Lula concluiu, mas ele diz que concluiu a Fernão Dias. Concluiu dois trevos: um em Varginha, outro em Pouso Alegre. A rodovia tem 576 quilômetros. Assim tem sido em vários e vários pontos.

No debate da TV Record, na última segunda-feira, não foi diferente: o Presidente Lula adotou aquela postura populista que o enaltece como o mentor único e exclusivo das grandes transformações sociais ocorridas no País durante os últimos vinte anos, como é o caso da inclusão das pessoas com deficiência, assunto este que quero abordar aqui.

O Brasil é a nação em que esses cidadãos conquistaram o maior número de leis promotoras da inclusão, graças a sua grande capacidade de organização e mobilização. As principais leis em vigor deflagraram as transformações para que a sociedade brasileira se torne cada vez mais inclusiva. E elas foram promulgadas, a maioria delas, ainda no Governo do meu Partido, o PSDB.

Vejam bem, nobres Colegas:

– o Decreto Federal nº 3.298, de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 1989, com as diretrizes e garantias a serem adotadas pela Política Nacional para as Pessoas com Deficiência, estabeleceu os critérios de equiparação de oportunidades para esses cidadãos e ampliou as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho; em seu art. 34, estabeleceu a reserva de vagas nas empresas para garantir as oportunidades de emprego às pessoas com deficiência; também regulamentou os processos educacionais e de saúde; é um Decreto de 1999;

– a Lei de Diretrizes e Bases e Educação (Lei nº 9.493, de 1996), entre outras conquistas, reconheceu, nos arts. 58 a 60 – aí, sim, pela primeira vez –, a Educação Especial como uma modalidade de ensino transversal aos níveis e modalidades de educação escolar. A partir da promulgação dessa lei, as escolas brasileiras iniciaram a reformulação dos processos para a construção da Escola de Todos, inclusiva, tendo a Educação Especial como modalidade para facilitar esse processo; os recursos do Orçamento público para esse fim tornaram-se obrigatórios; repito, esta lei é de 1996;

– a Lei nº 10.048, de 2000 – portanto, também anterior ao Governo do PT e do Presidente Lula –,

que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, e a Lei nº 10.098, também de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, foram também promulgadas durante o Governo do PSDB, que soube dar voz à grande capacidade de mobilização e organização das associações e movimentos sociais das pessoas com deficiência de todo Brasil.

Essas associações, esses movimentos são realmente os grandes responsáveis pelas transformações que vêm acontecendo nessa área, souberam mostrar a importância de que a área pública esteja permanentemente atenta à questão, aos desejos e às necessidades das pessoas com deficiência.

Esses movimentos receberam um grande apoio do Governo passado em suas reivindicações no campo da saúde, educação, assistência social, trabalho, renda e habitação popular, assim como receberam também do Governo José Sarney.

Repito o que eu disse no princípio: todo mundo, todo Presidente, **a priori**, está bem intencionado e tem a sua parcela de colaboração. Basta fazermos um levantamento dos programas em execução para verificarmos que é assim.

A força de mobilização das pessoas com deficiência foi o que impediu também que, durante esses quatro anos de Governo do Presidente Lula, essas associações deixassem de funcionar e de oferecer atendimentos especializados, por suspensão do repasse de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE – e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF.

Quando o atual Governo alterou a interpretação da lei do Fundef (Lei 9.424, de 1996), foram suspensos os repasses das verbas públicas a essas entidades. Mais de 250 mil pessoas com deficiência ficariam sem acesso à educação, caso os recursos para manter as vagas de escolaridade nessas entidades não fossem mantidos.

Coube a esta Casa, ao Senado, junto com a Câmara dos Deputados, lutar arduamente com as associações para mostrar ao Governo a injustiça que estava sendo praticada e para buscar uma solução ao caso.

Todos devem se lembrar dos pronunciamentos do Senador Flávio Arns, do PT, a respeito do assunto e também da minha intervenção aqui e de tantos outros Colegas que mostravam o erro do Governo em vetar a inclusão das escolas especiais no Fundef. Sob pressão do Legislativo, garantiu-se que os recursos do FNDE fossem destinados ao Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência – PAED. Ou seja, o Governo agiu por reação, e não por ação. A reação possibilitou que houvesse esse programa. Os repasses

federais retornaram às entidades em situação regular de funcionamento. E, aí sim, foi promulgada a Lei nº 10.845, de 2004.

Srs. Senadores, Sr^a Senadora, todos também devem se lembrar da tramitação da Reforma da Previdência nesta Casa e do trabalho para aprovação da emenda – esta de minha autoria – que garantiu a aposentadoria especial para pessoas com deficiência, reduzindo em cinco anos o tempo de contribuição e a idade para aposentadoria do servidor com necessidades especiais.

Lembro-me bem de que, ainda no dia de votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, recebi um telefonema do então Ministro Berzoini, que manifestava concordância com a emenda. Ou seja, na reação. Mais uma vez, foi preciso que esta Casa se mobilizasse para que o Governo entendesse a importância de haver tratamento especial para as pessoas com necessidades especiais.

Além disso, a lei que garantiu o acesso aos deficientes visuais acompanhados de seus cães-guia em qualquer estabelecimento público, sobre o qual o Presidente Lula falou tão enfaticamente no debate, não foi uma obra do Governo, como disse o Presidente. A lei é fruto de projeto apresentado pelo Senador Romeu Tuma, do PFL! E foi agora devidamente detalhada na sua aplicação.

Ouçó, com muito prazer, a palavra do Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Eduardo Azeredo, ouvi atentamente o pronunciamento de V. Ex^a, em que, logo no início, V. Ex^a colocou algo que me preocupa muito como médico. Tenho acompanhado as diversas declarações do Presidente Lula em que se compara a JK, outra hora, a Gandhi, outra hora, a Getúlio Vargas e, outra hora, está acima de todos esses vultos da história. Parece que realmente ele só não descobriu o Brasil. O que aconteceu de bom foi ele quem fez. Ele fala sempre da elite contra o que ele diz serem os oprimidos. Não sei se essa elite de que ele fala é, por exemplo, a elite dos sindicalistas a que ele pertencia ou se é a elite de algumas pessoas que foram anistiadas de forma complicada ou que tiveram aposentadorias precoces e duvidosas. Mas o certo é que, se essa elite que ele menciona pensa, ele devia estar preocupado – já que ele diz tanto que faz pelos pobres – em incluir esses pobres nessa elite pensante, que realmente sabe discernir o que é um devaneio ou até uma paranóia. Aí está minha preocupação como médico: que ele não esteja tão são a ponto de ficar achando que ele é, como disse V. Ex^a, o criador da luz. Espero que o eleitor brasileiro leve esse fato em conta. O Presidente da República, candidato à reeleição, vai ao debate, ironizando os temas nacionais, comparando-se e sempre dizendo que ninguém até aqui havia feito nada. É realmente preocupante o estado emocio-

nal de um homem que poderá, se reeleito, ficar mais quatro anos na Presidência da República.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Ex^a lembra que nem tudo começou neste Governo, portanto, não pode continuar prevalecendo esse tipo de afirmação do Presidente Lula, porque a verdade não é essa. A verdade é que temos muitos, muitos problemas no Governo e precisamos de ações para resolvê-los.

Nunca foi do meu temperamento negar sucessos do Governo do Presidente Lula. Creio que a capacidade de reagir, quando, na reforma da Previdência, mostrou-se importante haver condições especiais para pessoas com necessidades especiais, foi um mérito. Também o foi o detalhamento da lei do cão-guia.

Não é razoável reconhecermos que ele tem mérito em algumas questões, e ele não reconhecer mérito algum em governos passados. Ele descreve as questões sempre dessa forma. Considere a própria estabilidade econômica. Se hoje a inflação está baixa, o custo dos alimentos foi reduzido, isso vem de longa data, desde a implantação do Plano Real no Brasil, que se tornou um País normal, onde o orçamento é uma peça importante – aqui não é ainda, mas estamos caminhando para isso.

O fato é que a estabilidade econômica não teve a participação do PT, que votou contra o Plano Real, que votou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, que sempre combateu o Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional – Proer, que deu estabilidade ao sistema bancário brasileiro; criticou a negociação da dívida dos Estados, que foi fundamental para que nós não tivéssemos aqui o problema que a Argentina teve com as suas províncias, onde as províncias praticamente emitem dinheiro. Aqui, isso acabou. Os Estados não têm mais a forma de criar dinheiro por intermédio dos seus bancos estaduais ou pela emissão de Letras do Tesouro.

Ouçó, com prazer, o Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Eduardo Azeredo, quero, antes de tudo, cumprimentar o discurso de V. Ex^a a partir da sua própria expressão inicial, quando reconhece que os governantes, de um modo geral, assim como os representantes que aqui chegam, estão sempre imbuídos de uma vontade boa, positiva. Claro que cometem erros. Claro que alguns abusam do poder e mesmo tecem caminhos absolutamente condenáveis. Mas, enfim, nós devemos pressupor que determinada pessoa escolhida pela população para reger os destinos do País, por determinado tempo, tem uma vontade inicial positiva, boa. E o discurso de V. Ex^a ressalta isso, naturalmente fazendo críticas que também não deixo de reconhecer que são justas. Mas quero que V. Ex^a também compreenda que a campanha eleitoral cria um clima de disputa que, inevitavelmente, leva a esses exageros de condenação dos adversários e de exaltação da sua

própria figura. Isso faz parte do processo de conquista das simpatias da opinião pública. Faz parte até do jogo democrático. E cumpre ao eleitor esclarecido, cuja cultura política vai se elevando com o passar do tempo e com a prática democrática, fazer a distinção, separar a verdade do exagero e tirar as suas conclusões. De qualquer maneira, o tom do discurso de V. Ex^a, a sua substância é muito positiva. Por isso eu cumprimento V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Obrigado, Senador Roberto Saturnino. Tenho sempre lembrado que esta causa especial das pessoas com deficiência é apartidária, está acima de todos os interesses dos partidos. Não é à toa que observamos que todo debate aqui sobre este assunto tem a concordância dos representantes de todos os partidos.

É importante que continue assim; precisamos ter novos avanços. Apesar de termos uma legislação avançada, nós precisamos cumprir essa legislação. A questão, por exemplo, do emprego para as pessoas com deficiência não vem sendo cumprida adequadamente em todo o Brasil. Precisamos garantir que o transporte escolar continue a ter recursos para que entidades como as Apaes e outras que cuidam das pessoas com deficiência tenham também recursos federais auxiliando o seu trabalho.

Temos outras lutas pela frente. Por exemplo, tive oportunidade de apresentar um projeto em que procuro modificar o ProUni, porque o Programa não permite que estudantes que cursaram o ensino médio numa escola privada se candidatem às suas bolsas. No caso do ensino especial, a maior parte das escolas é privada. É com muito esforço que as famílias que têm pessoas com necessidades especiais levam seus filhos para estudarem nas escolas privadas, porque não existe escola pública para essa função. Então, se o ProUni não deixa que a pessoa que tenha estudado na escola privada se beneficie da bolsa, esse Programa não está completo, ele precisa ser aprimorado, melhorado; assim também vários outros aspectos precisam ainda de avanços.

Não é à toa que o Senado tem tido a felicidade, por meio do seu Presidente Renan Calheiros, anteriormente também do Presidente Sarney, de lutar para dar o exemplo de acessibilidade às suas instalações. Assim, teremos novamente este ano, no próximo mês de novembro, uma semana de discussão das questões ligadas às pessoas com deficiência. É a segunda semana pela luta das pessoas com deficiência.

Quero ainda, para concluir essa parte do meu pronunciamento a respeito dos equívocos do Presidente Lula no debate da TV Record, lembrar que, ao ter essa atitude de chamar para si toda a paternidade de projetos em relação às pessoas com deficiência, o Presidente nega a força da participação popular na

construção do País, nega a luta histórica das pessoas com deficiência e de suas associações.

Fatos legítimos não foram apontados, e esse gesto não é uma característica dos processos democráticos. Construímos a democracia com políticas participativas e com compromissos históricos, mas o ponto de partida é a fidelidade à verdade, a fidelidade aos fatos.

As conquistas das pessoas com deficiência são frutos da organização das suas associações, do trabalho dos Parlamentares e da própria imprensa, que sempre tem colaborado. Este ano a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil escolheu o tema das pessoas com deficiência como tema primordial. Assim é que temos conseguido avançar.

O Deputado Federal Eduardo Barbosa, do PSDB de Minas, reeleito como Presidente da Federação das Apaes, tem sempre lembrado que precisamos somar esforços nessa questão. Não é o caso de chamar para si nenhum mérito em especial. É preciso que haja humildade e que o Presidente da República reconheça o que é feito também por outros e não apenas por ele. Não se pode negar a história. Essa é uma frase clara que mostra que precisamos ter, portanto, uma continuidade de esforços a favor das pessoas com deficiência.

Sr^a Presidente, ainda aproveitando este momento em que posso aqui me externar, quero fazer algumas observações sobre um fato da maior relevância, acontecido ontem, que é a aquisição pela Companhia Vale do Rio Doce da grande mineradora canadense Inco.

De forma bastante equivocada, têm sido feitas, nesta campanha eleitoral, críticas à privatização, de maneira genérica, sem se lembrar que a privatização pode ser boa ou ruim. Temos grandes exemplos de sucesso de privatização no País, como é o caso das telecomunicações, em que mais de R\$100 bilhões foram investidos, fazendo com que exista hoje uma universalização do telefone celular no País. Isso ainda não ocorre em todos os Municípios, mas é possível pensar que, se o Governo não consegue gastar R\$10 milhões para fazer um viaduto, como é o caso em Minas Gerais, agora que se está falando em fazer o Viaduto das Almas, que custaria não R\$10 milhões, mas R\$20 milhões, como teria o Governo R\$120 bilhões para investir nas telecomunicações brasileiras?

Sei que a nossa querida Presidente tem outros pensamentos ideológicos, mas, certamente, o Governo não teria R\$120 bilhões para investir na modernização do sistema telefônico. Nós teríamos ainda uma situação muito anterior, apesar de alguns exemplos de sucesso que tínhamos. A companhia telefônica de Minas, por exemplo, a Telemig era uma empresa eficiente. Mas, seguramente, nessa área de telecomunicações, as privatizações deram certo, assim como no caso da companhia Vale do Rio Doce.

E a Vale anunciou, ontem, a compra da mineradora canadense Inco, a segunda maior produtora de

níquel do mundo. A operação, constatada como a maior compra de empresa estrangeira feita por uma companhia brasileira, posicionou a Vale do Rio Doce como a segunda maior mineradora do mundo. E, mais que isso, consagrou um processo de privatização que, a depender do Presidente Lula, não teria acontecido – segundo ele próprio afirmou em entrevistas recentes.

Brevemente, vou reproduzir algumas constatações abordadas hoje em editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**. A primeira é que a privatização da Vale do Rio Doce, que apresentava eficiência quando estatal, permitiu que a companhia melhorasse sobremaneira seus resultados.

Isso aconteceu também com outras estatais que padeciam de dificuldades nas suas gestões e que se tornaram deficitárias ou pouco rentáveis.

Daí, a segunda constatação: empresas estatais são submetidas a regulamentos que estabelecem controles burocráticos para a aplicação do dinheiro público. Isso exige um sistema de controle de gestão oneroso para os contribuintes. Também dependem de regras rigorosas para a contratação e demissão de pessoal e para compras e investimentos, o que faz com que elas não possam ter a mesma agilidade que as empresas privadas têm.

Conforme afirma o editorial, com essas regras, seria inimaginável que a Vale crescesse como estatal o que cresceu como empresa privada.

A operação de compra da Inco foi elaborada em sigilo para que o negócio não se tornasse inviável. A depender de amarras da legislação, seus dirigentes, provavelmente, não teriam agido dessa forma.

Outro fato é que a incorporação da mineradora canadense também reforma a estratégia da Vale de atuar com mais intensidade no exterior.

E, para aqueles que criticavam ou se diziam preocupados com a privatização da companhia, o valor em bolsa da Vale deve passar de US\$59 bilhões para US\$77 bilhões. Suas vendas anuais passarão de US\$13 bilhões para US\$18 bilhões. O lucro líquido combinado da Vale e da Inco alcançou US\$5,6 bilhões em 2005.

Mais investimentos, sem sombra de dúvidas, significam mais empregos no Brasil, para os brasileiros. Aliás, a própria Vale do Rio Doce, privatizada, aumentou sua oferta de postos de trabalho de 4 mil para 11 mil.

Isso é avanço. É desenvolvimento econômico de verdade. É a comprovação de que o governo do PSDB não cometeu um erro, como quer fazer crer o Presidente-candidato, sempre preso a idéias do passado.

Nós precisamos discutir uma série de modificações no Brasil, como a questão, a que mais uma vez me refiro, da infra-estrutura. Se o Presidente não estivesse amarrado às críticas referentes à participação da iniciativa privada, seguramente as nossas estradas

poderiam estar em melhor situação, com a concessão de rodovias de grande movimento à iniciativa privada, com a efetiva participação dos empreendedores privados no Programa de Parceria Público-Privada, que é letra morta, não entrou em ação até hoje, a não ser nos Estados governados pelo PSDB, como São Paulo e Minas Gerais – São Paulo, com a Linha 4 do Metrô de São Paulo, e Minas Gerais, com a MG-050, que liga Belo Horizonte ao oeste e ao sudoeste mineiro.

Portanto, Sr^a Presidente, queria trazer aqui estes dois assuntos: a questão da importância do apoio às pessoas com deficiência, repudiando a apropriação que o Presidente Lula quis fazer do debate dessa questão, como se só ele tivesse colaborado nessa luta de anos e anos; e também este voto de louvor, eu diria, à Companhia Vale do Rio Doce, que, privatizada, avança e cresce, trazendo mais empregos e mais recursos para os brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Não há mais oradores inscritos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores Almeida Lima, Antero Paes de Barros, Juvêncio da Fonseca, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Marcos Guerra, Lúcia Vânia e Alvaro Dias enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “O terrorismo do PT”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 18 de outubro do corrente.

A matéria mostra como a coordenação de campanha do presidente Lula faz uso da tática de usar boatos para prejudicar o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, com a clara intenção de espalhar o terror. Segundo a matéria, “é a mesma estratégia utilizada por Goebbels, o ministro da propaganda de Hitler: você repete uma mentira muitas vezes para tentar transformá-la em verdade”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O TERRORISMO DO PT

A campanha de Lula adota a tática de usar boatos para prejudicar o adversário

Inventar uma mentira sobre o adversário, e divulgá-la à exaustão numa campanha eleitoral, é um velho truque sujo do qual o próprio presidente Lula já foi vítima. Em 1989, o então candidato à Presidência pelo PRN, Fernando Collor, espalhou o boato de que Lula, se eleito, confiscaria a poupança dos brasileiros. Em 1994, a campanha de Fernando Henrique Cardoso divulgou o "receio" de que o petista acabaria com o Plano Real. Agora Lula está vendo seus partidários adotar o mesmo método e até se engajou nele. No último dia 6, em um comício na Bahia, o presidente declarou que seu adversário nas eleições, Geraldo Alckmin, pretendia privatizar a Petrobras, os Correios, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Mesmo tendo sido desmentido pelo tucano, o candidato do PT e sua equipe continuaram a alardear a falsa informação, numa operação de terrorismo eleitoral que já havia incluído a difusão de outras mentiras: a de que o tucano extinguiria o Bolsa Família, acabaria com a Zona Franca de Manaus e demitiria funcionários públicos. "É a mesma estratégia utilizada por Goebbels, o ministro da propaganda de Hitler: você repete uma mentira muitas vezes para tentar transformá-la em verdade", afirma Alberto Goldman (PSDB), vice-governador eleito de São Paulo.

A nova tática eleitoral do PT tem militantes como o marqueteiro João Santana, a ex-prefeita Marta Suplicy e

o ex-ministro e deputado federal eleito pelo PSB Ciro Gomes. Na linha de frente da operação está Marco Aurélio Garcia, coordenador-geral da campanha. Na semana passada, Garcia aproveitou-se de uma declaração do economista Yoshiaki Nakano, segundo a qual o governo faria um bem ao país se efetuasse um corte de 60 bilhões de reais no Orçamento, para divulgar uma nota dizendo que "Alckmin quer levar o país à recessão e o governo federal à inoperância". Não adiantou o fato de Nakano, um dos coordenadores do programa econômico de Alckmin, ter sido desautorizado pelo candidato — a central de boatos do PT cuidou de reverberar a mentira.

A tática é antiga, como lembra o historiador Marco Antonio Villa. Em 1945, adversários do brigadeiro Eduardo Gomes divulgaram que o então candidato à Presidência pela UDN havia dito em um discurso que não precisava do "voto dos marmiteiros", como eram conhecidos os operários. A notícia era falsa, mas abalou a candidatura de Gomes, que perdeu a Presidência para Eurico Gaspar Dutra. Na semana passada, o PT decidiu refinar a estratégia: colocou em seu site de campanha — para logo em seguida retirar — uma nota que dizia: "Alguém poderia perguntar se ele (Alckmin)

sabia que sua filha era funcionária de uma empresa acusada de contrabando, a Daslu, ou se tinha conhecimento de que sua esposa ganhou de presente 400 vestidinhos chiques". Em seguida, membros do governo "plantaram" nos jornais a notícia de que fora Lula em pessoa quem, "indignado" com a divulgação do texto, teria ordenado sua retirada do ar. Com isso, o PT conseguiu trazer à tona episódios embaraçosos para Alckmin e, ao mesmo tempo, lustrar a imagem do presidente — apresentado como candidato "preocupado com o vale-tudo" das eleições. Mas o maior objetivo dos bin Laden petistas com a última operação é pressionar os tucanos para que não toquem no que é um dos mais sensíveis assuntos do governo Lula: os negócios bem-sucedidos de Lulinha — como é conhecido Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente e sócio de uma empresa de games que recebeu 15 milhões de reais da Telemar. ■

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “A Desilusão Venceu a Esperança”, publicada pela revista Época de 02 de outubro do corrente.

A matéria de capa destaca que depois de quase quatro anos á frente de um governo que deveria mudar radicalmente a política e a economia no Brasil, Lula, aos olhos da História pode ser lembrado como o operário que chegou lá ou como mero continuador da “era Fernando Henrique”. A matéria destaca ainda que Lula tem características que lembram outros presidentes brasileiros:

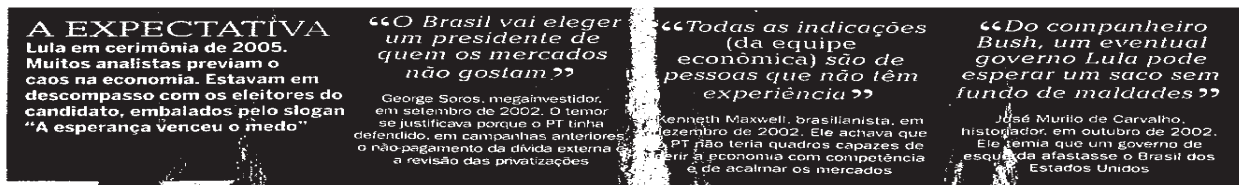
É carismático como Juscelino Kubitschek, avesso a entrevistas e fanático por futebol como o general

Emílio Garrastazu Médici, afirma que é vítima de complôs como Getúlio Vargas, comete gafes verbais como o general João Figueiredo, tem um governo marcado por escândalos de corrupção como foi o de Fernando Collor, queixa-se das elites como João Goulart e faz acusações ao Congresso como Jânio Quadros.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



A VENCEU A

História

ANDRÉA LEAL, LEANDRO LOYOLA E RICARDO MENDONÇA



Suponha que você é um cineasta e recebe a incumbência de fazer, com urgência, um filme sobre o governo Lula entre 2003 e 2006. Não se desespere: nunca foi tão fácil escrever um roteiro. O script pode ser decalcado diretamente da realidade. A saga de Luiz Inácio Lula da Silva, como os bons filmes de Hollywood, tem três atos tão bem definidos que cada um deles poderia receber um título: “O alívio” (o período logo depois da posse, 2003-2004), “A desilusão” (fase dos grandes escândalos de corrupção, 2004-2005) e “A campanha” (quando Lula se concentrou em divulgar os feitos de seu governo, em 2006). Como ensina Syd Field, o guru dos roteiristas de Hollywood, os três atos são balizados por dois “turning points”, ou viradas na trama. A primeira é em fevereiro de 2004, quando vem à tona a fita em que Waldomiro Diniz, auxiliar de José Dirceu na Casa Civil, aparece pedindo propina ao dono de bingos Carlinhos Cachoeira. Foi o momento em que o PT, que se apresentava como o partido da ética, viu ruir sua imagem de pureza. Morria a retórica da santidade única, expressa basicamente na tese, tão usada pelos petistas, do “nós-somos-diferentes-dos-outros”.

A segunda virada, em março de 2006, foi quando Lula mergulhou as mãos no petróleo para comemorar a auto-suficiência da Petrobras. A partir dali o presidente iniciava uma ofensiva para recuperar sua imagem – pouco desgastada, diga-se, apesar dos escândalos envolvendo o PT – entre o povo brasileiro. Divulgaram-se com alarde as notícias na área social. A ação social do atual governo – que despertou uma apaixonada discussão sobre seu teor de “assistencialismo” – explica a popularidade de Lula entre os mais pobres. Em 2006, à medida que a campanha esquentava, o país se via dividido em dois, um que vociferava contra o presidente – e mais ainda contra seus “meninos” metidos em atividades que agridem não apenas os bons modos eleitorais, ►

mas a lei – e outro que votava nele. A *reta final das eleições prometia um final emocionante para o filme.*

A história de Lula 2003-2006 começa, na verdade, antes do primeiro mandato, num prólogo que poderia receber o título de “A expectativa”. Uma parte da população esperava desde 1989 eleger o primeiro presidente operário do país. Aos tradicionais adeptos de Lula – que os institutos de pesquisa diziam ser cerca de 30% da população – juntaram-se outros milhões de brasileiros, que garantiram

Lula nomeou um banqueiro tucano para o Banco Central e adotou a política econômica de FHC para ganhar a confiança dos mercados

seu favoritismo desde o começo da campanha. Ao que tudo indicava, depois de três derrotas seguidas em pleitos presidenciais, chegara finalmente a vez de Lula, que encantava a maior parte do eleitorado com sua promessa de um governo transformador, voltado para o social, sob o slogan “A esperança venceu o medo”. A vitória iminente atemorizava investidores, operadores do mercado fi-

nanceiro e uma parcela do empresariado. “O Brasil vai eleger um presidente de quem os mercados não gostam”, disse em setembro de 2002 o megainvestidor George Soros.

O temor não era infundado. Em campanhas passadas, o PT brandira propostas que, se aplicadas, levariam o país a um colapso econômico – entre elas, a suspensão do pagamento da dívida externa e a revisão das privatizações realizadas por Fernando Henrique Cardoso. A conjuntura em 2002 também não ajudava.

A despeito dos benefícios inegáveis da estabilidade de preços conquistada no começo dos anos 90, o presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, chegou a seu último ano de mandato numa situação extremamente difícil. Além do desgaste político causado pelo apagão de 2001 e pela epidemia da dengue, as crises internacionais ainda não haviam sumido do horizonte e a economia brasileira

apresentava números preocupantes: taxa irrisória de crescimento, 1,42% no ano; juros nas alturas, 19%; dívida pública em ascensão, em torno de 56% do Produto Interno Bruto; e enorme dependência externa, com um déficit anual de R\$ 23,2 bilhões nas transações correntes.

Com a proximidade do pleito e a consolidação do favoritismo de Lula, o que já era ruim piorou. Um misto de temor real por parte dos investidores com o aquecimento da temperatura política criou um ambiente de especulação exagerada que logo se transformou em forte turbulência econômica. O dólar ultrapassou a barreira dos R\$ 4, o risco país bateu seu recorde histórico, acima de 2 mil pontos, e a inflação anualizada superou a marca dos 30%.

Foi nesse clima, no auge da campanha eleitoral, que a cúpula do PT resolveu lançar a famosa Carta ao Povo Brasileiro, um documento de quatro páginas que reafirmava com muita ênfase os compromissos do candidato Lula com a estabilidade econômica, a manutenção do superávit primário pelo tempo que fosse necessário, o respeito aos contratos firmados no governo que estava terminando e a redução da dependência externa. O docu-

O ALÍVIO

Lula no Fórum Mundial de Davos (à esq.), com seus ministros em favela no Recife (acima), e Antônio Palocci (ao lado), o ministro da Fazenda, que acalmou os mercados. Em 2003, só surpresas boas do governo: nenhuma loucura foi cometida, a economia seguiu funcionando, o presidente se mostrou conciliador e levou o governo para conhecer a pobreza de perto. Palocci passou a ser considerado o fiador da estabilidade

mento teve uma importância enorme do ponto de vista político. Era a interlocução direta de Lula com o mercado financeiro, cuidado fundamental para acalmar os investidores, reduzir as especulações e fazer uma transição tranqüila.

Confirmada a eleição, veio a fase do alívio, que começa em janeiro de 2003 com a nomeação dos ministros. Um ministério eclético, com ex-sindicalistas, negros, mulheres, acadêmicos, um músico na pasta da Cultura, um empresário no Desenvolvimento, um produtor rural na Agricultura e um militante histórico da esquerda na Reforma Agrária. Do ponto de vista simbólico, dois eventos marcaram o início dessa fase. O primeiro foi a festa de posse, que reuniu milhares de militantes e simpatizantes petistas em Brasília. Lula desfilou triunfante, em carro aberto, no meio do corredor humano formado por pessoas de todos os cantos do Brasil. O evento, descobriu-se depois, fora organizado pelo publicitário Duda Mendonça com dinheiro de caixa dois arrecadado pelo ex-tesoureiro Delúbio Soares – tristes protagonistas do segundo ato da epopeia petista.

O outro evento marcante foi o tour do time de ministros recém-empossados para

“conhecer a miséria de perto”, conforme a promessa feita pelo candidato na campanha de 2002. A iniciativa levou quase toda a equipe ministerial para três comunidades extremamente pobres do país: a Vila Irmã Dulce, em Teresina, Piauí; a favela de Brasília Teimosa, no Recife, Pernambuco (hoje urbanizada); e o município de Itinga, no Vale do Jequitinhonha, norte de Minas Gerais.

A ocasião que justificava essa viagem era o lançamento do programa Fome Zero, que, depois de várias críticas, acabaria sendo substituído em outubro do mesmo ano pela estratégia de dar prioridade ao Bolsa-Família. Não foi uma conversão fácil, já que o Fome Zero era uma grife vendida com muita ênfase por Lula desde a posse. A marca Fome Zero ainda é usada hoje pelo governo para designar o conjunto dos programas sociais. Mas o nome que ficou foi Bolsa-Família, que acabaria sendo o grande trunfo do governo Lula na área social.

No plano administrativo, o início do governo Lula foi bem menos exuberante. Toda a ação foi marcada por aquilo que o economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação

Getúlio Vargas do Rio de Janeiro classificou recentemente como o período de “choque de confiança”. A expressão está no documento *Miséria, Desigualdade e Estabilidade: o Segundo Real*, publicado há duas semanas pela FGV-RJ. Os eventos mais notórios dessa fase foram as nomeações de Antônio Palocci e do executivo de banco Henrique Meirelles para o Ministério da Fazenda e a presidência do Banco Central, respectivamente. A dupla não só manteve, como aprofundou a política econômica do último período do governo anterior, baseada no tripé metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário. Deu certo. Apesar de o primeiro ano de mandato terminar com um crescimento medíocre, 0,3%, a credibilidade do governo foi restaurada, a tendência de alta da inflação foi invertida e os juros começaram a cair gradativamente.

Foi no primeiro ano de mandato, também, que o governo encaminhou seus dois primeiros projetos de reforma constitucional, a da Previdência e a tributária. Apenas a primeira avançou razoavelmente. A aprovação do teto para os aposentados do setor público e a instituição da contribuição dos inativos aumentaram a confiança do mercado ►

A DESILUSÃO

Em 2004, as crises começaram. ÉPOCA revelou o pedido de propina de Waldomiro Diniz, assessor do ministro José Dirceu, para o bicheiro Carlinhos Cahoeira (à esq.). Em 2005, Roberto Jefferson denunciou o mensalão na CPI dos Correios (à dir.), José Dirceu foi cassado (mais à dir.) e Ângela Guadagnin fez a dança da pizza (abaixo). O governo Lula passou mais de um ano se defendendo de escândalos que não paravam de surgir. O PT se esfacela e perde a aura de partido limpo e honesto

no governo Lula, mas marcaram a ruptura da senadora Heloísa Helena com o PT. Por votar sistematicamente contra o partido no Congresso, alegando sempre que a sigla estava traindo seus compromissos históricos, ela acabou expulsa do partido no fim de 2003, com um custo político enorme para Lula.

O segundo ato do Lula 2003-2006 – “A desilusão” – começa no dia 13 de fevereiro de 2004, quando, numa reportagem de capa, ÉPOCA revelou a existência de uma fita de vídeo gravada em 2002 pelo empresário do ramo de jogos Carlinhos Cahoeira. As imagens mostram o ex-assessor

terior e aceleração recorde no ritmo de diminuição da desigualdade de renda.

O auge da fase dos escândalos veio em junho de 2005. Acusado de liderar um esquema de corrupção nos Correios, o ex-deputado federal Roberto Jefferson, até então aliado do governo, deu uma entrevista para o jornal *Folha de S. Paulo* na qual acusava a direção do PT de pagar mensalidades de R\$ 30 mil para que deputados da base aliada votassem matérias de interesse da administração. A partir de sua denúncia, foram abertas três CPIs no Congresso Nacional; dois ministros caíram (José Dirceu, que mais

Escândalos de corrupção desestabilizam o governo. O PT perde a aura de partido ético, e Lula seus mais próximos colaboradores

de José Dirceu na Casa Civil Waldomiro Diniz pedindo propina e contribuições para campanhas eleitorais. Na época da gravação, Waldomiro era presidente da Loterj, empresa que administra as loterias no Estado do Rio de Janeiro.

Por ter abalado Dirceu, ministro que sempre era apresentado por Lula como o “capitão” do time do governo, o caso Waldomiro teve uma repercussão extraordinária na imprensa nacional e internacional. Ocorreu, paradoxalmente, no mesmo período em que a administração petista colheu seus melhores números da economia: crescimento de 4,9% no ano, geração de 1,5 milhão de vagas formais no mercado de trabalho, queda de 8% na miséria em relação ao ano an-

ter também seria cassado de seu cargo de deputado federal na Câmara, e Luiz Gushiken, rebaixado de cargo); a direção do PT, com José Genoíno, Delúbio Soares, Silvio Pereira e Marcelo Sereno, implodiu; dezenas de funcionários de alto escalão do governo perderam o emprego; e quatro deputados ligados ao governo acabaram renunciando: Bispo Rodrigues (PL-RJ), José Borba (PMDB-PR), Paulo Rocha (PT-PA) e Valdemar Costa Neto (PL-SP). No momento de maior dramaticidade da crise, o publicitário Duda Mendonça admitiu num depoimento dado à CPI ter recebido do PT R\$ 10,5 milhões no exterior. Terminadas as investigações, o Ministério Público denunciou 40 pessoas por formação de quadrilha.

O ministro da Fazenda Antônio Palocci, que passou longe das denúncias, virou o alvo principal da oposição quando o escândalo detonado por Roberto Jefferson começou a esfriar. Acossado pelas investigações sobre seus ex-colaboradores em Ribeirão Preto, onde foi prefeito, ele acabou caindo no começo de 2006, quando o sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa foi quebrado e vazado para *ÉPOCA*. Francenildo era testemunha da presença de Palocci numa casa alugada em Brasília por seus ex-colaboradores, na qual se faziam negociatas envolvendo o Ministério da Fazenda. Em meio ao estrepito, Palocci acabou caindo.

De lá para cá, quem comanda a Fazenda é o economista Guido Mantega, que já havia sido ministro do Planejamento e presidente do BNDES. Mantega, em cujo passado acadêmico não se encontra o menor traço de apreço pelo livre mercado, manteve, para decepção de uns e alívio de outros, a política ortodoxa de seu antecessor.

O terceiro ato do mandato de Lula é a da colheita dos números finais da administração e a da campanha pela reeleição. Com relação às promessas feitas em 2002, é possível estimar que o presidente cumpriu pouco mais de 50% de seus compromissos, conforme mostrou uma reportagem recente de *ÉPOCA*. Se o país cresceu mais no governo Lula que no período de Fernando Henrique Cardoso – 2,8% ao ano em média, se a previsão de 2006 for confirmada, em comparação a 2,3% na fase tucana –, isso se deveu em parte a uma conjuntura internacional favorável, da qual o Brasil, aliás, se aproveitou muito pouco. O crescimento foi

mediocre se comparado com o das outras nações que, como o Brasil, disputam os investimentos internacionais na condição de "emergentes". Índia, China e Rússia têm crescido a taxas sempre superiores a 6% ao ano, chegando às vezes a 10%.

Uma análise publicada na revista britânica *The Economist* na semana passada atribuiu o mau desempenho a um setor público inflado, que puxou as taxas de juros para cima. Em seu governo, Lula nada fez para melhorar essa situação. Para a revista, seu governo representou uma aliança entre os despossuídos e os que se beneficiaram de um Estado indulgente, como sindicalistas e funcionários públicos. "Alguns dos erros do governo podem ser atribuídos à falsa noção de que o que era bom para um grupo era bom para o outro, o que talvez não seja surpreendente quando se considera que Lula, nascido despossuído, se tornou líder sindical".

De acordo com o brasilianista britânico Kenneth Serbin, Lula foi na contramão ao deixar de negociar acordos com os Estados Unidos – como fez, por exemplo, o Chile, com sucesso – e se concentrar em fazer tratos comerciais com países menores. "O país pode ter perdido uma chance inédita, a de aproveitar o período histórico de maior crescimento desde o final da Segunda Guerra Mundial", afirma ele.

A fase "A campanha" tem dois símbolos especialmente fortes. O primeiro foi a auto-suficiência em petróleo conquistada pela Petrobras no primeiro semestre deste ano. O evento já estava programado para ocorrer havia anos, independentemente do mandatário da nação, como consequência do bom desempenho da estatal. O segundo símbolo relevante foi a ►

GOVERNO LULA 2003-2006

confirmação recente de mais uma queda na desigualdade e na miséria. Trata-se, segundo o economista Marcelo Neri, do dado mais relevante de toda a gestão petista. "O Brasil foi o país que apresentou a maior inflação do mundo entre 1960 e 1995. Desde os anos 60, tinha também um dos piores índices de distribuição de renda do planeta", afirma. "A redução da desigualdade e da pobreza está para o governo Lula assim como a estabilização da economia esteve para FHC."

De 2003 a 2005, segundo os critérios da Fundação Getúlio Vargas, o total de miseráveis no Brasil caiu de 28,2% da população para 22,8%, o menor patamar da série histórica iniciada em 1992. A parcela da renda apropriada pelos 50% mais pobres passou dos tradicionais 12,5% para 14,1%. De acordo com os critérios da ONU, os dados de 2005 recém-divulgados mostram que o Brasil acabou de cumprir, na metade do tempo previsto (25 anos), a primeira Meta do Milênio. As chamadas "Metas do Milênio" se referem a um pacto estabelecido pelas Nações Unidas em 2000 para atingir metas como erradicação da pobreza, universalização da educação, redução da mortalidade infantil, combate à aids e sustentabilidade ambiental. São esses os resultados que têm estimulado a popularidade do presidente Lula entre os mais pobres.

O terceiro ato de Lula – "A campanha" – destacou o fato de que o ex-líder sindical é um dos presidentes mais carismáticos da história do país. Ele é freqüentemente chamado de "midiático" por especialistas, mas a relação de seu governo com a mídia é peculiar. Ela merece um capítulo à parte dentro do roteiro do filme, já que o antagonismo que se criou seria, nas palavras de Syd Field, uma fonte de "conflito dramático".

Lula liderou as pesquisas de intenção de voto durante toda a campanha eleitoral, enquanto a televisão, os jornais e as revistas mostravam uma atitude justificadamente crítica em relação a um governo cheio de escândalos de corrupção. Cresceu no PT um sentimento de hostilidade e antagonismo em relação à mídia. Intelectuais simpáticos do PT apontaram o que seria um "descolamento" entre a sociedade e a imprensa. A filósofa Marilena Chauí disse que o mensalão seria uma "construção fantasmagórica" da mídia.

Foi nesse quadro que, recentemente, veio a público um projeto petista voltado para os meios de comunicação e incluído no programa de governo do segundo mandato. Sob a suspeita e enganosa embalagem de "democratização", o projeto previa financiamento para órgãos de imprensa menores e, provavelmente, mais simpáticos ao governo. Tornada pública, a proposta foi retirada do programa.

A palavra "mensalão", contra a qual Marilena Chauí esgrima, se consagrou como o símbolo máximo da corrupção da gestão de Lula. Os repasses ilegais de dinheiro para deputados, segundo apuração posterior, não eram exatamente da forma que haviam sido descritos pelo deputado Roberto Jefferson. Ou seja, os pagamentos não eram mensais. É em cima desse fato que Marilena Chauí elaborou sua "construção fantasmagórica". O que ela parece custar a admitir é que houve, sim, corrupção – e muita.

As investigações mostraram que, por meio do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, pelo menos R\$ 55,9 milhões foram usados no esquema de repasses ilegais. Ao contrário do que afirmara Jefferson, vários parlamentares do PT participaram do esquema – entre eles o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha, que mandou sua mulher buscar pessoalmente R\$ 50 mil em uma agência do Banco Rural.

Outra crítica à mídia foi feita pelo filósofo Renato Janine Ribeiro, intelectual que declarou voto em Lula, no seminário O Esquecimento da Política. Segundo ele, a imprensa julga que a maior parte da população pobre foi "comprada por programas sociais e não tem nenhuma preocupação ética". Outro intelectual ligado ao PT, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, preferiu cobrar a

A CAMPANHIA Lula comemora a auto-suficiência do Brasil em petróleo em plataforma da Petrobras (ao lado). Beneficiária dos programas sociais do governo exibe cartão do Bolsa-Família (acima). Lula renasce amparado no sucesso da área social e nos êxitos econômicos. Foram 11 milhões de pessoas atingidas pelo Bolsa-Família. Mas os números da Economia mostram que o Brasil teve crescimento medíocre quando comparado a outros países emergentes como China, Índia e Rússia

conta do próprio presidente. Num artigo para o jornal *Folha de S. Paulo*, chamou os envolvidos na compra do dossiê contra tucanos de "militantes políticos truculentos, analfabetos em democracia". E afirmou que "o capital biográfico do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, não pode servir de fiança às malfetorias de burocratas desqualificados".

Os intelectuais simpáticos do PT contestam também a tese de que nunca houve tanta corrupção no Brasil. Numa entrevista a *ÉPOCA* antes que a campanha subisse de tom, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que os casos de corrupção no governo brasileiro haviam começado com Pedro Álvares Cabral. Depois, no fragor da reta final, falou em "podridão" e comparou Lula ao demônio.

Antes, FHC falou como sociólogo. Depois, como político. Ninguém inventou até hoje um jeito de quantificar a corrupção. Que ela é um traço marcante da administração Lula, é. Mas a dificuldade é estabelecer comparações históricas consistentes e à prova de paixões. "Na impossibilidade de comparar quantitativamente a corrupção no governo Lula com o que aconteceu em outros, talvez seja possível fazer uma distinção qualitativa. "Foi a primeira vez que se viu corrupção organizada partidariamente, para alimentar o projeto de poder do governo", afirma Leôncio Martins Rodrigues, um dos mais respeitados cientistas políticos do país.

"Em governos anteriores, a corrupção era desorganizada, não tinha o objetivo de alimentar apenas um partido."

Muito antes de repercutir termos como o "mensalão" e declarações como a de Fernando Henrique, a mídia já era olhada com desconfiança por Lula e pelos petistas. Enquanto seus antecessores Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso falavam freqüentemente com jornalistas, Lula concedeu apenas uma entrevista coletiva em quase quatro anos de mandato. Sempre que teve chance, Lula escapou dos jornalistas em eventos públicos. Em momentos cruciais, como a revelação da existência de corrupção em seu gover-

a reportagem à página 28). No início do programa, o mediador William Bonner lembrou que, de acordo com as regras aceitas por todos os partidos, seria muito difícil que o debate descambasse para ofensas pessoais.

A postura de Lula é diferente da de muitos de seus colegas eleitos democraticamente. O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, participa de entrevistas coletivas quase quinzenais, em que os jornalistas perguntam o que querem. Bush está envolvido em problemas muito mais espinhosos que Lula, como a guerra contra o terrorismo no Iraque e no Afeganistão, além das

Na campanha eleitoral, o país aparece dividido em dois. A mídia que critica Lula e os que votam nele, seduzidos por seu carisma

no, preferiu sujeitar-se, em Paris, a uma entrevista para uma equipe de TV desconhecida, em que disse que havia sido traído por companheiros do PT.

Há duas semanas, o cerimonial do Palácio do Planalto vetou a presença de repórteres em eventos corriqueiros, com o objetivo de evitar perguntas ao presidente sobre o envolvimento de petistas na compra do dossiê contra o tucano José Serra. Na quinta-feira, Lula se recusou a comparecer ao debate final da eleição promovido pela TV Globo, alegando que seus adversários iriam massacrá-lo (leia

crises normais de qualquer governo. Seu antecessor, Bill Clinton, teve de enfrentar repórteres em momentos definitivamente embaraçosos, como durante a revelação de seu caso extraconjugal (com detalhes sexuais constrangedores) com a estagiária Monica Lewinsky.

A proximidade do fim do primeiro mandato de Lula e a controvérsia gerada às vésperas de sua possível reeleição permitem a discussão sobre seu legado para o Brasil. Presidentes entram para a História por sua obra à frente do governo e por características pessoais, que interferem ▶

nos rumos do país. Getúlio Vargas é visto como o criador do Brasil moderno; Juscelino Kubitschek é lembrado pelo carisma e pela realização de obras; Jânio Quadros e João Goulart foram políticos fracos, cuja falta de rumo levou à ditadura militar; Fernando Collor foi o único expulso do poder por corrupção; Fernando Henrique Cardoso foi o reformador do Estado.

E Lula, nos quatro anos iniciados em 2003 e agora encerrados, como será lembrado pela posteridade? Pela expansão do Bolsa-Família? Pelos escândalos de corrupção? Pelo medíocre crescimento econômico? Eis uma pergunta difícil de responder, pois falta aquele distanciamento histórico que só o tempo pode trazer. "A imagem que deverá prevalecer é a do operário autêntico que monta um partido popular e batalha até chegar à Presidência da República", afirma o sociólogo Alvaro Comin, professor da

político Leôncio Martins Rodrigues. "Lula não é pobre desde que entrou para o sindicato, nos anos 70. Já tivera uma ascensão social, mas conseguiu manter a imagem de humilde." A origem pobre do presidente, além de arma de propaganda, é usada como escudo contra adversários. Faz com que as críticas sejam classificadas como preconceito dos poderosos.

"Lula usa um discurso de vítima de um complô invisível, das elites, para acobertar fatos incômodos como a corrupção de seu partido", diz a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, da USP. "É a retórica populista de salvador dos pobres e vítima dos ricos." Esse discurso aproxima Lula de Getúlio Vargas – o presidente petista adora se comparar ao antecessor que mais batizou logradouros no país. Com o episódio do dossiê, é possível que no futuro os historiadores realmente façam um paralelo entre os dois presidentes,

confundam com os de outros presidentes cujos governos incorreram no mesmo problema."

Assim, fica difícil dizer se o mito de Lula vai resistir ao tempo. Historiadores analisam a trajetória dos países como uma seqüência, em que cada época – e cada governante – dá uma contribuição para o todo. Comparado à Argentina, país marcado por rupturas, o Brasil é uma nação que prima pela continuidade. As bases da fase conhecida como "nacional-desenvolvimentismo" foram dadas por Getúlio Vargas, e as sementes que ele plantou foram cultivadas por vários presidentes, fossem ditadores ou eleitos democraticamente. O modelo de maciço investimento estatal só foi trocado quando levou o país a quebrar nos anos 80. Dessa fase, restaram como símbolos o próprio Getúlio e Juscelino Kubitschek. Os quatro presidentes da atual fase democrática – Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva – vêm reorientando o país no sentido de estabilizar e liberalizar a economia, de um lado, e usar o excedente recuperado do modelo estatizante para investir na área social, do outro.

Quem entrará para a História como o nome mais marcante dessa fase? Fernando Henrique Cardoso, que criou o Plano Real e acabou com a inflação? Lula, que aprofundou as conquistas sociais do período? Há quem diga que o mito Lula, o do operário que chegou lá, vai prevalecer. Outros, como o sociólogo Francisco de Oliveira, acham que o petista entrará para a História apenas como uma continuação de Fernando Henrique. Mas a pergunta na verdade só será respondida quando o filme do governo Lula, cores esmaecidas pelo tempo, for visto e analisado pelos historiadores do futuro. ■

Aos olhos da História, Lula pode ser lembrado como o operário que chegou lá ou como mero continuador da "era Fernando Henrique"

Universidade de São Paulo (USP) e presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). "Desse ponto de vista, a eleição de Lula foi um fenômeno inédito no mundo todo. Ao contrário de muitos outros, ele sempre foi uma liderança legítima, real. Não era fantoche da esquerda." Ele se refere ao fato de que, no início de sua vida sindical, Lula se caracterizava pela desconfiança em relação às ideologias, evitando aproximação com os partidos comunistas da época. Lula era, antes de tudo, um pragmático, que batalhava por melhores salários.

O Lula que veio de baixo é, de certa forma, um mito, como observa o cientista

mas pelo lado mau. "Lula gosta de dizer que, como Vargas, é o pai dos pobres", afirma o brasileiro Kenneth Serbin. "O fato de seus assessores terem negociado um dossiê contra José Serra se assemelha, no entanto, ao episódio em que Gregório Fortunato, braço direito de Getúlio Vargas, pagou para que um pistoleiro atirasse no principal opositor do presidente, Carlos Lacerda, no famoso atentado da Rua Toneleros." Há também a possibilidade de Lula entrar para a História pela via da corrupção. "Esse risco, é claro, existe", diz Leôncio Martins Rodrigues. "Mas é possível também que os escândalos do governo Lula, examinados do futuro, se

Não é só Getúlio e Juscelino

Características de Lula que lembram outros presidentes brasileiros

Carismático como **Juscelino Kubitschek** (1956-1961)

Avesso a entrevistas e fanático por futebol como o general **Emílio Garrastazu Médici** (1969-1974)

Afirma frequentemente ser vítima de complôs, como **Getúlio Vargas** (1930-1945) (1951-1954)

Comete gafes verbais como o general **João Figueiredo** (1979-1985)

Seu governo foi marcado por escândalos de corrupção como o de **Fernando Collor** (1990-1992)

Queixa-se das elites, como **João Goulart** (1961-1964)

Faz acusações ao Congresso, como **Jânio Quadros** (1961)

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “PT afirma que recebeu e distribuiu cartilhas com publicidade federal”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** do dia 13 de setembro do corrente.

Segundo a matéria, o Partido dos Trabalhadores confirmou ter recebido e distribuído cartilhas com propaganda do governo federal. Ainda na nota divulgada, o partido classifica como “inaceitável” o vazamento de informações do relatório preliminar do Tribunal de

Contas da União. Ora, novamente o PT tenta desviar a atenção do eleitor de suas mazelas. O mais grave e “inaceitável” é o Partido ter utilizado dinheiro público para promover o candidato Lula.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PT afirma que recebeu e distribuiu cartilhas com publicidade federal

Partido classifica de ‘inaceitável’ vazamento de informações de relatório do TCU sobre contas da Secom

Em nota, Berzoini diz ter repassado ao tribunal os detalhes dos responsáveis pelo recebimento das 929.940 cópias da revista

FÁBIO ZANINI
LUCIANA CONSTANTINO
DA MOURA SALDI BRASILEIRA

O PT confirmou, em nota divulgada ontem, que recebeu e distribuiu revistas com propaganda do governo federal, produzidas a pedido da Secom (Secretaria de Comunicação Institucional). O partido classificou de “inaceitável” o vazamento de informações que constam de relatório preliminar do TCU (Tribunal de Contas da União).

Na nota, assinada pelo presidente do partido e coordenador-geral da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, Ricardo Berzoini, o PT admite que repassou 929.940 exemplares, e não 2 milhões, conforme reportagem da revista “Veja”, que traz dados do relatório.

O relator do caso no TCU, ministro Ubiratan Aguiar, disse que não pode comentar as informações nem confirmar o número porque seu relatório ainda não foi analisado pelos outros ministros. O caso estava na pauta na semana passada, mas foi retirado antes mesmo da discussão a pedido do ministro Marcos Vilela.

“É função do TCU acompanhar e fiscalizar a utilização dos recursos da União com isenção e imparcialidade. O PT sempre apoiou a atuação desse instrumento de controle social”, afir-

ma Berzoini na nota.

Ele declara, no entanto, que “é estranha” o vazamento. “É estranho, porém, que a divulgação precipitada e distorcida desta notícia ocorra em plena campanha eleitoral e seja tratada por alguns órgãos de imprensa como se já houvesse decisão contrária à distribuição. Isso é inaceitável.”

No final de semana, o ex-ministro Luiz Gushiken, que era o titular da Secom quando as publicações foram produzidas, entre 2004 e 2005, já havia admitido que as repassou ao PT para que fossem distribuídas.

O objetivo, segundo Gushiken, seria reduzir custos de distribuição do material e permitir “mais ampla distribuição das revistas pelo país”.

Na nota de ontem, Berzoini repete Gushiken ao dizer que os detalhes a respeito das revistas, tais como “nomes dos responsáveis pelo recebimento, a quantidade de exemplares e a data de recebimento” estão à disposição do TCU. Segundo reportagem da **Folha** de ontem, pelo menos oito diretórios de capitais dizem que nunca receberam as tais revistas.

Segundo a reportagem da “Veja”, o pedido de vista do ministro Vilela teria sido feito após pressão para que Aguiar retirasse o tema da pauta. O então pedido teria gerado no tribunal uma interpretação de “interferência política” no caso. Ontem, o ministro Aguiar divulgou uma nota negando que seu colega tivesse feito pedido para que ele modificasse seu posicionamento.

AS CARTILHAS DO GOVERNO

O PT confirmou que recebeu e distribuiu 929.940 cópias de cartilhas com publicidade federal produzidas a pedido da Secom (Secretaria de Comunicação Institucional) entre 2004 e 2005.

AS CARTILHAS

Envio em massa pela Secom, fazem texto que exalta as realizações de 2004 do governo e crítica a gestão HC



QUEM PRODUZIU



A Agência Duda Mendonça, que pertence



A Agência Mutisse, que pertence a Paulo de

no publicitário de mesmo nome, marqueteiro da campanha de Lula em 2002 e que disse ter recebido R\$ 10 milhões da caixa 2 do PT no exterior, em 2005

Paulo Santos, publicitário amigo do presidente Lula e marqueteiro de suas duas primeiras campanhas, em 1989 e 1994

5 milhões de unidades, com custo total de R\$ 12 milhões, segundo a revista “Veja”

Destes, 2 milhões

não apresentaram comprovantes de confecção, segundo informou a “Veja” com base em relatório de auditoria do TCU

O QUE DIZ O TCU

>> Auditoria cobrou de Paulo de Tarso a devolução de dinheiro em comprovação. O processo de auditoria o caso teve pedido de vista do ministro Marcos Vilela.

>> Segundo a revista “Veja”, Aguiar, a suplicar o ministro Aguiar, ontem, porém, disse que não pediu alguma na imprensa para mencionar o parecer

A Secom informou ao TCU que as cartilhas foram entregues ao PT. Luiz Gushiken, ex-ministro da Secom, disse que foram entregues cerca de 930 mil. O partido, segundo o governo, estaria prestando um “favor ao Fstoco” ao distribuir o material

Diretores municipais nas capitais de ES, SC, SE, BA, MA, PA, MG e PI, enviados pela Folha, disseram não ter recebido as cartilhas. Apenas o diretório de SP afirmou ter recebido o material, mas não disse a quantidade

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Restou um caudilho”, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo** de 25 de agosto do corrente.

No seu artigo, o jornalista Clóvis Rossi diz que, devido a todos os escândalos envolvendo o PT, o partido deve encolher nas próximas eleições, apesar de Lula ter crescido nas pesquisas. Segundo o jornalista,

sai o petismo e fica o “lulismo”, “o personalismo caudilhesco velho de séculos na América Latina”.

Sr Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Restou um caudilho

SÃO PAULO - Luiz Inácio Lula da Silva acaba de atingir o melhor índice de aprovação de um governante, na série histórica do Datafolha, batendo o recorde anterior, de Fernando Henrique Cardoso (52% para Lula contra os 47% que FHC chegou a obter uma vez).

Aloizio Mercadante é o líder no Senado do governo que tem o recorde de aprovação. Logo, ele também deve estar roçando níveis pelo menos parecidos, certo?

Errado, como todo mundo sabe. Mercadante tem apenas 18% das intenções de voto, na disputa pelo governo de São Paulo, separado de José Serra, o líder, por 30 pontos percentuais, mais do que a diferença que Lula obtém sobre Geraldo Alckmin.

Tudo bem que São Paulo não é exatamente a praça forte do lulopetismo. Tudo bem também que questões locais pesam na escolha do candidato. Mesmo assim, é uma anomalia a disparidade de desempenho entre Lula e seu líder.

Anomalia, aliás, que se estende

por todo o país. Nos dois outros componentes do chamado “triângulo das Bermudas” da política brasileira (porque nele muitas vezes somem reputações), Minas Gerais e Rio de Janeiro, o PT vai mal das pernas. No Rio, então, sofre de acentuado nanismo.

No conjunto do país, o PT lidera apenas em Sergipe, no Piauí e no Acre, Estados que somam meros 3% do eleitorado e, ademais, são extremamente periféricos geográfica e politicamente.

O natural é que a bancada do partido saia menor do que a já pequena eleita em 2002, se comparada ao voto então dado a Lula (91 deputados, reduzidos a 81, pela debandada dos descontentes com os rumos do partido e do governo).

Mas, em 2002, a identificação Lula/PT era indiscutível. Hoje, o PT minguou, Lula cresceu, sai o petismo, fica o “lulismo”, o personalismo caudilhesco velho de séculos na América Latina.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Ex-governador de Goiás muda versão sobre relato de mensalão a presidente”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 5 de setembro do corrente.

A matéria mostra que o ex-governador de Goiás, Marconi Perillo, confirmou que teria alertado o presidente Lula sobre a existência do esquema do mensalão.

Segundo Perillo, Lula teria dito: “Marconi, cuida dos seus deputados, que eu cuido dos meus”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ex-governador de Goiás muda versão sobre relato de mensalão a presidente

Segundo Marconi Perillo, alertado sobre esquema, Lula teria dito: ‘Cuida dos seus deputados, que eu cuido dos meus’

Tucano, candidato ao Senado, não responde por que não deu detalhes da conversa em 2005, quando revelou ter avisado petista

SILVIO NAVARRO
ENVIADO ESPECIAL A JATAÍ (GO)

Mais de um ano depois de dizer que havia alertado o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a existência do esquema do mensalão, o ex-governador de Goiás Marconi Perillo (PSDB) decidiu ontem dar mais detalhes da conversa, incluindo uma suposta resposta do presidente dada na ocasião.

O diálogo ao qual Perillo se refere veio à tona em junho do ano passado, logo após o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) denunciar o mensalão. À época, ainda governador de Goiás, Perillo disse ter avisado o presidente que ouvira rumores do caso, ao recebê-lo em solenidade em Rio Verde (GO), em 5 de maio de 2004.

Ontem, a menos de um mês da eleição, Perillo decidiu retomar o assunto. “Não adianta ele [Lula] falar que não sabia do mensalão. Eu o avisei em Rio Verde”, disse. “E ele me falou: ‘Marconi, cuida dos seus deputados, que eu cuido dos meus’”. Perillo é candidato a uma vaga ao Senado. Segundo pesquisa Ibope divulgada na semana passada, ele lidera com 66%.

Essa suposta resposta dada pelo presidente não havia sido revelada até então. Em 26 de julho do ano passado, no auge da crise do mensalão, Perillo enviou uma carta ao Conselho de Ética da Câmara na qual dizia que Lula teria dito “não ter conhecimento do assunto”.

Na carta, Perillo dizia: “Relatei ao senhor presidente da República que ouvira rumores sobre a existência de mesada a parlamentares [...] Ele disse que não tinha conhecimento e que ia tomar as providências que o assunto requeria”.

A carta foi ignorada na denúncia da Procuradoria Geral da República e não consta do relatório da CPI dos Correios, que apurou o caso. Perillo não respondeu por que só citou a conversa em detalhe agora. A declaração foi dada enquanto aguardava Geraldo Alckmin (PSDB) em Jataí (GO).

Mais tarde, Alckmin comentou a fala de Perillo: “Essa história de que não sabia de nada, é evidente que ninguém acredita nisso. Não há compromisso com a verdade. Veja a questão do [Paulo] Okamoto, fala uma coisa e depois fala outra, os ministros que saíram, grandes amigos e depois diz que os demitiu”, disse citando o conflito de versões dadas para explicar o pagamento de uma dívida de Lula com o PT, paga por Okamoto, amigo do presidente.

Há dois meses, já licenciado do cargo para concorrer ao Senado, Perillo disse à Polícia Federal que soube do caso por meio da deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO), que teria recebido do deputado Sandro Mabel (PL-GO) proposta de R\$ 1 milhão para mudar de partido. Mabel foi absolvido pela Câmara, e Raquel Teixeira foi advertida.

O escândalo do mensalão foi investigado por duas CPs. No total, 19 deputados foram acusados pela CPI, mas quatro renunciaram antes da abertura dos processos. Outros 15 enfrentaram processos, mas apenas três tiveram mandatos cassados: José Dirceu (PT-SP), Pedro Corrêa (PE) e Roberto Jefferson. O processo de José Janene (PP-PR), licenciado, segue pendente até hoje.

Por falta de espaço de tempo, o texto não pôde ser publicado. Silvío Navarro foi enviado especial de Goiás para Jataí em avião ligado ao PSDB.

Alckmin evoca JK e Jânio para criticar Lula

DO ENVIADO A GOIÂNIA
DO ENVIADO A JATAÍ (GO)

Em visita a Goiás, o candidato Geraldo Alckmin (PSDB) evocou dois ex-presidentes para atacar o atual, Luiz Inácio Lula da Silva. O tucano, atrás nas pesquisas, também reclamou da imprensa. Em discurso no qual se comparou a Juscelino Kubitschek (1956-1961), Alckmin disse ontem que é preciso “acabar com a pasmaceira do governo Lula e do PT”, e que emprego “não se tira da cartola”. “Não é ficando nas nuvens, passeando de Aerolula, é pôr os pés no chão, no barro, na poeira”, disse.

A declaração de Alckmin foi feita em comício em Jataí (328 km de Goiânia), onde JK anunciou plano de erguer Brasília para abrigar a capital federal em 1955. A comparação começou na fala do ex-governador Marconi Perillo (PSDB), candidato ao Senado, a quem Alckmin chamou de “irmão e amigo de fé”.

“As coincidências são muitas. JK mudou Minas, o sr. mudou São Paulo. Ele era médico, o sr. também”, disse Perillo. À tarde, em Goiânia, Alckmin evocou Jânio Quadros e disse ser necessário “varrer a corrupção”. A vasoura era o símbolo do político que renunciou em 1961.

“Não adianta ele [Lula] falar que não sabia do mensalão. Eu o avisei em Rio Verde. E ele me falou: ‘Marconi, cuida dos seus deputados, que eu cuido dos meus’”

MARCONI PERILLO, hoje
ex-governador de Goiás

Relatei ao sr. presidente que ouvira rumores sobre a existência de mesada (...). Ele disse que não tinha conhecimento e que ia tomar as providências

em 26 de julho, em carta ao Conselho de Ética

O SR MARCOS GUERRA (PSDB – ES sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Ficou ainda pior”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 18 de outubro de 2006.

A reportagem destaca que o relatório do TCU afirma que o dinheiro das cartilhas pode ter sido usado para pagar dívida do PT.

Ficou ainda pior

Relatório do TCU diz que dinheiro das cartilhas pode ter pago dívida do PT

Julia Duailibi

Em sua edição de 13 de setembro, VEJA revelou a justificativa dada pelo governo ao Tribunal de Contas da União (TCU) para o desaparecimento de 2 milhões de encartes e revistas de propaganda institucional pagos com dinheiro público. O governo informou ao TCU que o material, sobre o qual não há registro nas repartições oficiais, havia sido entregue diretamente pelas gráficas ao Partido dos Trabalhadores. Segundo a Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom), responsável pela elaboração da propaganda, isso ocorreu porque o PT se dispôs a distribuir os encartes e revistas à população, com o objetivo de baratear os custos para os cofres do Estado. Diante da explicação do governo, o ministro Ubiratan Aguiar, relator do processo que investiga o caso, afirmou, em voto proferido no mês passado, ter havido uma confusão inadmissível entre os interesses do governo e os de um partido político. Ele determinou, ainda, que o ex-ministro Luiz Gushiken, na ocasião à frente da Secom, e outros nove funcionários devolvessem ao

Erário o valor gasto com o material supostamente entregue ao PT, além daquele despendido com outros 3 milhões de exemplares efetivamente distribuídos, mas produzidos a preços superfaturados. O total do dinheiro a ser reembolsado alcança 11 milhões de reais.

Na semana passada, VEJA teve acesso às 32 páginas do relatório técnico do TCU sobre o assunto e descobriu que o caso é bem complicado. Para os auditores do tribunal, há a hipótese de que os 2 milhões de encartes e revistas não tenham sido sequer produzidos e que o dinheiro pago pela Secom às gráficas serviu, na verdade, para remunerar serviços eleitorais feitos por elas ao próprio PT. A versão de que as cartilhas foram entregues ao PT seria, portanto, apenas uma desculpa para encobrir o crime de desvio de dinheiro público. Ao todo, dos 25 pontos fornecidos pela Secom para tentar comprovar a existência do material gráfico e a sua consequente distribuição, dezenove foram rechaçados pelos técnicos do tribunal. Os outros seis são compostos apenas de dados acessórios.

A mixórdia de versões da Secom é grande. De acordo com a secretária, 1 000 exemplares foram entregues diretamente ao escritório da Presidência da República em São Paulo. Os

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

técnicos do TCU, no entanto, não encontram uma prova consistente disso. A nota fiscal emitida pela gráfica responsável pela confecção desses exemplares estava em branco no campo destinado ao receptor. Há irregularidades mais gritantes. Na suposta entrega para o PT de um lote de 48 000 unidades, a nota fiscal traz valor distinto daquele pago pela Secom para a impressão das cartilhas. A secretária diz que pagou 2,49 reais por unidade, mas no documento está 1,61 real. No afã de conseguir qualquer documento para comprovar o envio das revistas, a Secom chegou a entregar ao TCU recibos que traziam referência a um material editado em espanhol. Com relação a outros lotes, a secretária nem sequer se deu ao trabalho de explicar ou anexar documentos que provassem sua confecção e distribuição.

As agências de publicidade responsáveis por produzir os encartes e revistas têm relação antiga com o PT. Uma delas é a Duda Mendonça & Associados, do marqueteiro próximo ao presidente Lula. A outra é a Matisse, de Paulo de Tarso Santos, publicitário amigo do presidente e marqueteiro das duas primeiras campanhas de Lula ao Planalto, em 1989 e 1994. Não é novidade que, para o PT, não há fronteira entre Estado e partido. Essa confusão foi atestada pelo próprio ministro Ubiratan Aguiar em seu voto. Esperava-se apenas que, após os escândalos que envolveram a Secom no ano passado, como os contratos superfaturados com as empresas do lobista Marcos Valério, o governo promovesse uma limpa nos quadros do órgão. Mas o que se viu foi um desligamento apenas formal de Gushiken e de seu então braço-direito, Marcus Flora. Dos outros oito servidores responsabilizados pelo TCU no caso dos encartes e revistas desaparecidos, seis continuam na secretaria, firmes e fortes, mandando e desmandando. Esse é o governo da companheirada. ■

O ESQUEMA-FANTASMA

O TCU examinou notas fiscais e documentos apresentados pela Secretaria de Comunicação da Presidência para justificar a confecção de milhões de encartes e revistas de propaganda do governo Lula, supostamente distribuídos pelo PT. Conclusão: boa parte do material nem chegou a ser produzida

A inusitada situação do encaminhamento das revistas ao Partido dos Trabalhadores ser considerada na presente instrução, tendo em vista os elementos presentes nos autos. Todavia considerando, além do que foi dito, que não houve o envolvimento de nenhum outro partido político no episódio, não se pode afastar a hipótese, segundo a qual os documentos fiscais direcionados ao PT poderiam ter servido apenas para constituir crédito do partido para com as gráficas. Essa é uma hipótese cuja comprovação necessitaria de instrumentos de que não dispõe este Tribunal. Por essa razão, propõe-se, desde já, que seja encaminhada cópia desta instrução ao Ministério Público da União para as providências que entender cabíveis.

Fórum Social... apresentadas por...
- 1.000 exemplares da revista que foram entregues no escritório da Presidência da República na avenida Paulista, conforme a NF 39007.

A NF 39007 (fl. 70 do anexo 2) não tem comprovação de recebimento, pois é a única das notas fiscais da Kriativa ora apresentadas em que o campo de recibo, localizado na parte inferior do documento, não foi copiado. Assim, não pode ser acatada.

- 376 640 exemplares da revista que foram entregues ao diretório nacional do Partido dos Trabalhadores em São Paulo, conforme a NF 39316.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Outra violação de sigilo”, publicada pelo jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 23 de setembro de 2006.

A reportagem destaca que antes da explosão do escândalo do dossiê, o ex-diretor de gestão do Banco do Brasil, Expedito Afonso Veloso, quebrou o sigilo do empreiteiro paulista Abel Pereira. As primeiras informações colhidas incitaram o PT a buscar provas contra os tucanos junto à família Vedoin.

Por fim, Sr. Presidente, requiro que a matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal, para que no futuro os pesquisadores possam avaliar melhor o momento histórico e triste que vive o Brasil.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

OUTRA VIOLAÇÃO DE SIGILO

UGO BRAGA
DA EQUIPE DO CORREIO

Antes da explosão do escândalo do dossiê, o ex-diretor de gestão do Banco do Brasil Expedito Afonso Veloso quebrou o sigilo bancário do empreiteiro paulista Abel Pereira, o mesmo que teria recebido propina da máfia dos sanguessugas em nome do atual prefeito de Piracicaba (SP) e ex-ministro da Saúde, Barjas Negri (PSDB). Foram essas primeiras informações colhidas por Veloso nos extratos de Pereira que incitaram o PT a buscar provas contra os tucanos junto à família Vedoin.

A revelação dessa espécie de crime capital do escândalo foi passada ontem na Polícia Federal ao deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), sub-relator da CPI dos Sanguessugas. “Não tenho aqui comigo os detalhes, mas o Expedito pegou dados de uma conta do Abel no Banco do Brasil”, confirmou o gadamense. Segundo Gabeira, provavelmente o então diretor do BB repassou informações para os deputados do PT que integram a CPI. “Eles (os petistas Eduardo Valverde, de Rondônia, e Fernando Ferro, de Pernambuco)

Expedito Veloso é personagem central do caso. Bancário ligado ao presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini, ele havia se licenciado do cargo no Banco do Brasil para trabalhar na campanha do presidente Lula à reeleição. Foi pessoalmente a Cuiabá negociar com Luiz Antônio Vedoin, e estava presente presente à entrevista concedida por este à revista *Istoé*. Acabou demitido do BB na última quarta-feira. Nem ele nem Abel Pereira foram encontrados para comentar o assunto.

Papelada

Ao sair da PF, Gabeira levou um lote de documentos e trancou-os no cofre da CPI, instalado numa sala protegida do Senado. O deputado guardou lá todos os depoimentos tomados em Cuiabá e São Paulo, as tais fotos, fitas e DVD contra os tucanos e mais um relatório com informações bancárias do dinheiro apreendido em São Paulo com os petistas Valdebran Padilha e Gedimar Passos.

“Pode ser um monte de coisa, mas que já poderia ter sido concluído esse rastreamento, isso poderia”

FERNANDO GABEIRA (PV-RJ), sub-relator da CPI dos Sanguessugas

Ele defendeu a idéia de que agora o problema central é descobrir a origem da bolada, e soltou farpas na direção do governo. “Pode ser que tenha faltado tempo, pode ser que a PF não tenha equipe para fazer o trabalho, poder ser que o Coaf (Conselho de Controle das Atividades Financeiras, órgão estatal responsável por coibir a lavagem de dinheiro) não trabalhe às sextas-feiras. Pode ser um monte de coisa, mas que já poderia ter sido concluído esse rastreamento, isso poderia”, frisou.

Pouco antes, o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), também sub-relator da CPI, informou que vai pressionar o Coaf a revelar logo de onde saiu o dinheiro. Sampaio disse que a Polícia Federal já tem o nome de dois funcionários que estavam trabalhando em duas agências bancárias no dia em que foram sacados R\$ 1,1 milhão — ou seja, a parte do dinheiro em reais apreendida com os petistas.

PF OMITE O DINHEIRO E OS DONOS

UGO BRAGA
DA EQUIPE DO CORREIO

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, lançou mão de novo argumento para justificar a demora da Polícia Federal em apresentar o nome dos titulares das contas de onde saiu o R\$ 1,7 milhão com que o PT comprou o dossiê contra os tucanos. A investigação já dura uma semana, mas as normas do sistema financeiro permitiriam identificar os autores da movimentação em poucas horas. “Não se pode condicionar uma investigação policial à lógica e ao tempo de uma campanha eleitoral”, disse o ministro. “Não se pode prejudicar uma investigação para obter efeito eleitoral.”

A PF e o governo vêm agindo de for-

ma atípica no caso. Até agora, a imagem do dinheiro do PT vem sendo escondida a sete chaves — porque entre os políticos a crença é de que a exibição de numerário suspeito é fatal para qualquer candidato. Ontem mesmo, porém, a PF exibiu em sua página na internet a foto de R\$ 180 mil apreendidos na véspera, no Aeroporto Internacional de Campo Grande (MS), com o dono de uma empresa que coleta lixo na cidade, preso quando tentava embarcar para São Paulo.

O mesmo tratamento diferenciado marca o rastreamento dos titulares das contas bancárias de onde o dinheiro foi sacado. Todos os bancos são obrigados a avisar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sobre operações em espécie acima de R\$ 10 mil. O

aviso é imediato e já chega com nome e CPF do correntista. A própria PF admite saber de quais agências dinheiro usado na transação do dossiê. A informação sobre os titulares das contas levaria algumas horas para ser obtida.

Foi o que aconteceu, por exemplo, no episódio da violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, no início do ano. Segundo inquérito da própria PF, o então presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, espiou os extratos bancários de Francenildo na noite de 16 de março, o quinta-feira. No dia seguinte, assessores do Ministério da Fazenda buscaram no Coaf alguma informação que pudesse comprometer Nildo, apesar de a Caixa só ter feito a notificação formal na segunda-feira seguinte.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “General reclama de intimidação”, publicada pelo jornal Correio Braziliense em sua edição de 13 de outubro de 2006.

A matéria destaca que o presidente do clube militar, general de exército da reserva Gilberto Barbosa de Figueiredo, acusou em artigo os aliados do presidente Lula de quererem intimidar o país com a ameaça do emprego dos movimentos sociais e da violência anárquica.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO:**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



**PRESIDENTE DO CLUBE MILITAR
INSINUA EM NOTA QUE ALIADOS
DE LULA TRAMAM GOLPE**

GENERAL RECLAMA DE “INTIMIDAÇÃO”

O presidente do Clube Militar, general de exército da reserva Gilberto Barbosa de Figueiredo, acusou, num artigo, os aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição, de quererem intimidar o país com “a ameaça do emprego dos movimentos sociais e da violência anárquica”, caso o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decida impugnar a candidatura petista por descumprimento à legislação eleitoral no caso do dossiê Vedoin.

No artigo, intitulado “Um entendimento canhestro de golpismo”, o general lista todas as denúncias de corrupção contra a gestão Lula, como o escândalo do mensalão e a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. “Todos esses fatos ocorrem com pessoas que compunham o círculo de auxiliares próximos e amigos do presidente”, afirma o general.

No texto, divulgado pelo site do Clube Militar, Figueiredo cobra explicações sobre a origem dos R\$ 1,7 milhão que seriam usados para pagar o dossiê e rebate acusações de golpe contra Lula. “Golpistas são os que, mesmo antes de conhecer a decisão de um tribunal, preparam-se para pregar o descumprimento de sua sentença”. E continua: “A lei parece bem clara, tanto que o TSE resolveu examinar o escândalo do dossiê, onde está sob suspeita a própria candidatura Lula”, diz o general.

Segundo o militar da reserva, “simpatizantes do atual governo, em face da embrulhada jurídica em que se meteu seu candidato, começaram a tachar de golpistas a todos quanto o acusam de haver transgredido a lei”. O presidente do Clube Militar conclui o texto dizendo que “o entendimento universal de golpismo orienta-se justamente em sentido oposto”.

A SRA. PRESIDENTE (Heloisa Helena. P-SOL – AL) – Embora ainda muito haja a tratar, mas não havendo oradores inscritos, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Heloisa Helena. P-SOL – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 41 minutos.)

Ata da 174ª Sessão Não Deliberativa, em 26 de outubro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Ney Suassuna e da Srª Heloísa Helena

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de falar do assunto do meu pronunciamento, gostaria de dizer que encaminhei à Mesa requerimento de informações dirigido ao Ministro de Minas e Energia a respeito de uma notícia divulgada no **site** Alerta Total – também publicada pelo jornal Valor Econômico – cuja manchete é a seguinte: “Lula planeja vender, no ano que vem, 331 áreas minerais brasileiras para controladores ingleses que o apóiam”. Segundo a matéria, algumas dessas áreas estão localizadas no meu Estado, Roraima, e que quem está fazendo esse trabalho é a antiga CPRM, órgão ligado ao Ministério de Minas e Energia.

Então, estou encaminhando o requerimento para saber se isso realmente procede, porque é da mais alta gravidade.

Nós demarcamos reservas indígenas, demarcamos reservas ecológicas, aprovamos aqui, contra o meu voto e de mais 12 Senadores, a Lei de Gestão das Florestas, e agora se prepara essa armadilha de entregar, nessas áreas, para mineradoras estrangeiras, a exploração dos nossos minérios, o que não é de se admirar. Aliás, há muito tempo que nós vimos alertando para essa questão. Nada mais interessante que as reservas, sejam ecológicas, sejam indígenas, coincidirem com o mapa das riquezas minerais do País.

Registro, então, o pedido de informações que fiz ao Sr. Ministro de Minas e Energia.

Sr. Presidente, quero falar hoje especificamente sobre a Polícia Federal, um tema que considero da mais alta relevância para o País.

Sempre fiz, aqui, pronunciamentos a favor da Polícia Federal. Por ser um homem de uma região que tem uma imensa fronteira desguarnecida, entendo que o papel da Polícia Federal naquela região amazônica é de fundamental importância. Mas o que nós vemos? Vemos que há poucos policiais, que não há equipamento adequado, que não há sequer pessoas para manter vigilância ininterrupta na fronteira. Os policiais trabalham, portanto, com muito esforço para dar conta de suas tarefas, principalmente no que tange a descaminho, tráfico de drogas, contrabando de armas e diversos outros ilícitos cometidos não apenas naquela região, mas em todo o Brasil.

Fiquei muito preocupado, durante esta campanha eleitoral, com o uso da Polícia Federal como motivo de propaganda eleitoral. Vemos o Presidente da República se gabando do número de operações feitas pela Polícia Federal em seu governo, como que a dizer que a Polícia Federal é uma polícia do governante de plantão.

Seria como que dizer que, se um governante for, digamos assim, mais desleixado, a Polícia Federal não cumpre as suas finalidades, não investiga, não apura, não faz operações, não cumpre, portanto, sua tarefa.

Isso me preocupa muito, porque a imagem que fica para a população é de que a Polícia Federal está sendo manipulada, de que se está mandando que ela realize operações. Tenho certeza de que todas as operações que ela realiza são feitas com ordem judicial, embora – tenho que ressaltar aqui – tenha feito, em Roraima, uma operação sem ordem judicial, embasada apenas em parecer da Subprocuradora da República Dr^a Duprat, que disse que não era preciso ordem judicial para invadir propriedades

particulares que estavam numa área demarcada. Tirando esse fato, não conheço outro em que a Polícia Federal tenha feito alguma operação sem a devida ordem judicial.

Se a Polícia Federal age assim, não há por que ela servir de elemento de propaganda eleitoral para este ou aquele candidato, muito menos motivo para o atual Presidente da República dizer-se o guardião e o comandante da Polícia Federal nessas operações.

Procurei fazer contato hoje com a Associação Nacional dos Delegados e, depois, com o Sindicato de Polícia do Distrito Federal para me informar a respeito do assunto, pois pretendo me aprofundar nessa questão, porque o que os policiais federais pensam não é exatamente o que o Senhor Presidente da República diz no seu horário eleitoral.

Com um efetivo de onze mil homens e mulheres – vejam o quanto é pequena essa corporação –, a Polícia Federal age da maneira mais correta possível, cumprindo seu papel independentemente de determinação do Presidente da República. Aliás, o Presidente não tem que mandar fazer. Ele pode até, em algum caso, exigir que a coisa seja esclarecida num espaço de tempo menor, dependendo da gravidade, mas nunca mandar investigar esta ou aquela pessoa. Se assim fosse, teríamos uma Polícia à moda da Gestapo, no tempo de Hitler. O que a Polícia Federal quer, na verdade, é ser uma polícia-cidadã, uma polícia de Estado que possa trabalhar a favor da sociedade.

É importante, então, que o Congresso Nacional, que o Senado e a Câmara se debrucem sobre o assunto, inclusive para criar uma lei orgânica própria para a Polícia Federal.

Há, no Ministério da Justiça, um anteprojeto dessa lei que até hoje não foi remetido ao Congresso Nacional. A questão da carreira na Polícia Federal também é mal regulamentada, pois uns pensam de um jeito e outros, de outro. É preciso que se dê um basta a essa situação, que não pode permanecer como está.

Há uma emenda constitucional, do Senador Valmir Amaral, que propõe dar autonomia administrativa e financeira à Polícia Federal. Penso que a questão tem que ser bem discutida. Não sei se o ideal é que a Polícia Federal continue como é, subordinada ao Poder Executivo, se ela deve ser subordinada ao Ministério Público ou se ela pode ser uma agência independente, com autonomia para agir, independentemente da vontade desse ou daquele governante. Mas o certo é que uma instituição desse porte não pode ser utilizada como mero trunfo numa campanha eleitoral. Penso que

isso desmerece os policiais federais que têm muitos anos de carreira, porque, ao dizer que a Polícia Federal fez tantas operações no governo anterior e que agora está fazendo dez vezes mais, está-se dizendo que essa Polícia Federal age conforme a vontade do rei, o que, com certeza, não é o que ocorre.

Portanto, quero, ao mesmo tempo em que defendo essa questão, dizer que me preocupo com ela e que vou me aprofundar no estudo. Não sei se a proposta do Senador Valmir Amaral é a ideal, mas vou procurar conversar com a categoria, vou procurar conversar com a OAB, que tem o posicionamento de que a Polícia Federal tem que ter certa autonomia, autonomia administrativa e financeira, pois não podemos deixar a instituição ficar dessa forma exposta.

É lógico que eu também tenho críticas à forma como a Polícia Federal vem atuando em alguns casos. Se ela vai prender, por exemplo, um cidadão ou uma cidadã, a imprensa é avisada antes, o cidadão é preso mediante alguma evidência ou algum indício de prova, mas, depois de exposto à mídia, esse cidadão, por ordem judicial, é liberado, porque, evidentemente, não havia elementos para sua condenação. Com isso, transmite-se à população uma sensação de impunidade e joga-se para o Judiciário a falsa responsabilidade por libertar pessoas que deveriam estar presas, quando, na verdade, o que o Judiciário está fazendo é cumprir a lei, que diz que não deve permanecer presa uma pessoa que não tenha, efetivamente, os requisitos legais para permanecer nessa situação.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Heráclito, com muito prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quero me congratular com V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, por, com muita coragem, abordar um tema republicano. A preocupação de V. Ex^a é também a minha, de que a Polícia Federal não seja instrumento de questões eleitorais, de questões políticas, que são passageiras, uma vez que ela é uma entidade permanente. V. Ex^a está coberto de razões. Ontem, em Marabá, no Pará, ocorreu um fato envolvendo um Senador da República, que teve seus aposentos invadidos, por ordem judicial, para revista aleatória. Como pode essa ordem ter recaído exatamente sobre o apartamento de um Senador que apóia um candidato contra o Palácio do Planalto? É uma grande coincidência. Depois, foi truculenta a maneira como os jornais relataram o fato. Dizem que se trata de um jornal apócrifo – estou baseando-me nas informações; não quero entrar na questão de que era uma publicação feita com responsabilidade do assinante. Essas coisas não podem ser feitas dessa

maneira. Esse fato, Presidente Heloísa Helena, de o Palácio do Planalto estar, a cada momento, dando uma versão, colocando um suspeito novo – um dia, o Sr. Naji Nahas; noutro, o fulano, o sicrano –, para desviar o foco e adiar a verdade para depois da eleição, é criminoso. Chama-me a atenção a coluna do jornalista Cláudio Humberto, que há três dias traz o roteiro de um avião que saiu de Nova Iguaçu para São Paulo, com o diretor da Corretora Vicatur, na companhia dos Srs. Hamilton Lacerda e Fernando Ribas. Agora, dizem que havia uma terceira pessoa, que eles acham que é um ex-assessor do Ministério da Saúde. Mais grave: diz-se que o vôo foi clandestino, pois esse avião comunicou a uma torre de controle que estava saindo de Maricá, quando, na realidade, estava saindo de Nova Iguaçu, onde, oficialmente, a pista está interditada. Não se vê um esclarecimento sobre esses fatos. Esse assunto está sendo investigado pela Polícia Federal. É grave! A Anac tem a obrigação de se manifestar sobre isso, de confirmar ou de desmentir, porque o impressionante é que essa matéria foi divulgada há três dias, e não há um desmentido, não há uma palavra sobre isso. Hoje, o Ministro da Justiça aparece como advogado de defesa do PT e não como Ministro da Justiça do Brasil, dizendo que tem certeza de que o PT não está metido nisso. Ninguém sabe mais nada. Tenho admiração pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos. Trata-se do melhor criminalista do Brasil, e não poderiam ter escolhido outro melhor para ser Ministro da Justiça de um Partido como o PT neste momento. De dia, ele ocupa a cadeira de Ministro da Justiça do Brasil e, de noite, é garoto propaganda nos palanques do PT. As entrevistas dele são entrevistas de militante, e a liturgia do cargo que vá para o inferno. Congratulo-me com V. Ex^a e acho que essa questão deve ser vista com mais responsabilidade. Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Agradeço a V. Ex^a o aparte, Senador Heráclito Fortes, porque creio que todo brasileiro confia e deseja ver a Polícia, seja Estadual, seja Civil, seja Militar e mais ainda a Polícia Federal, respeitada, realmente prestigiada.

Infelizmente, não é o que está acontecendo com a Polícia Federal. Vou citar o exemplo do meu Estado. A Superintendência da Polícia Federal em Roraima funciona num prédio alugado. Quer dizer, não há sequer um prédio, é um prédio arranjado para funcionar a Superintendência da Polícia Federal. Os dois postos da Polícia Federal, um na fronteira com a Venezuela e outro na fronteira com a Guiana, são precários, tanto em número de funcionários quanto em equipamento. Isso ocorre no Brasil todo, de modo geral. Vejo essa

situação como um alerta para nós Congressistas, para nos debruçarmos sobre isso. A OAB defende a autonomia da Polícia Federal e sua desvinculação do Poder Executivo, há emenda do Senador Valmir Amaral nesse sentido, mas devemos discutir com a categoria e com a sociedade uma forma de preservar a instituição, preservar os seus servidores, que são, com certeza, brasileiros bem intencionados, que não devem ser utilizados em propaganda eleitoral como se fosse mérito do Presidente da República uma Polícia cumprir a finalidade para a qual foi criada. Considero gravíssimo o fato de a Polícia Federal ser utilizada como matéria de propaganda eleitoral de um candidato. Espero que possamos resgatar essa situação e nos debruçar sobre essa questão, porque o Brasil precisa muito de uma Polícia Federal que guarde as suas fronteiras, que evite o narcotráfico, que evite o contrabando de armas, porque o que acontece no Rio, em São Paulo e nas grandes cidades, na verdade, se origina nas grandes fronteiras brasileiras desguarnecidas, principalmente na Amazônia, mas também no Centro-Oeste.

Encerro meu pronunciamento, hipotecando minha solidariedade à Polícia Federal e a seus membros, mas, ao mesmo tempo, dizendo que é preciso, sim, que haja uma reação por parte da categoria devido a essa imagem de que a Polícia Federal não funcionava antes do Governo Lula e que passou a funcionar agora, depois do Governo Lula, por ser ele quem determina as operações.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Ney Suassuna deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.074, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, requeiro sejam prestadas pelo Senhor Ministro das Minas e Energia, Silas Rondau, informações sobre planejamento, por parte do Governo Federal, para venda de 331 áreas minerais a estrangeiros, conforme denúncia do “Site Alerta Total”, em anexo.

Sala das Sessões, 26 de outubro de 2006. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

Site Alerta Total

1 mensagem

ROSBER <rosber@abordo.com.br>
Para: mozarildo@gmail.com

16 de Outubro de 2006 20:4

Segunda-feira, Outubro 16, 2006

[Lula planeja vender, no ano que vem, 331 áreas minerais brasileiras para os controladores ingleses que o apóiam](#)

Edição de Segunda-feira do Alerta Total

Edição em áudio a partir de Meio-dia.

Por Jorge Serrão

O Governo Lula da Silva, que acusa seus adversários de serem privatistas (com toda razão), se prepara para entregar 331 áreas com riquezas minerais ao capital privado transnacional (os controladores ingleses da economia mundial). As jazidas foram descobertas desde os anos 70 e são de níquel, carvão, zinco, diamante, ouro, cobre, turfa e terras raras (matéria-prima para a indústria eletroeletrônica). O Serviço Geológico do Brasil (ex-Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais) prepara, para 2007, uma licitação de seus direitos minerários.

O preço mínimo de cada área será divulgado apenas junto com os editais da licitação, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2007. O processo de licitação está sendo elaborado há cinco meses pelo governo. Mas a CPRM vem organizando informações sobre essas áreas (localização, estimativas de reservas medidas e inferidas) desde 2003, de acordo com o presidente do órgão, Agamenon Dantas. A denúncia é do jornal Valor Econômico. Atualmente, o Brasil já perde US\$ 700 milhões por dia, com o subfaturamento de minérios. O negócio de compra e venda de minerais brasileiros é controlado pela London Metal Exchange (LME) da City de Londres.

A venda será dividida em blocos, por região e por minério. As áreas a serem vendidas estão há quase 40 anos em poder do Ministério de Minas e Energia. Das 331 áreas, 258 já têm documentação pronta. Quatro delas ficam dentro de reservas indígenas em Roraima. Nelas existe grande quantidade de diamantes e minerais raros, como a gipsita, essenciais para a indústria do petróleo, espacial e de alta tecnologia. Outro alvo é a reserva de nióbio, no Rio Cupari, no Pará. Por conta da escalada do preço das commodities metálicas no mercado internacional, as reservas brasileiras que serão vendidas pelo governo Lula são consideradas atualmente viáveis para a instalação de projetos. As mineradoras estrangeiras estão de olho e torcendo pela reeleição.

Apenas para os céticos que gostam de exemplos – e que não acreditam na existência e no poder dos controladores ingleses, alegando que os relatos objetivos sobre eles são “Teoria da Conspiração” -, apenas as reservas de níquel contido em Goiás são avaliadas em 427 mil toneladas. Na semana passada, o metal fechou negociado (à vista, na LME londrina) - a US\$ 33 mil e 500 dólares por tonelada.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, por permuta com a Senadora Ideli Salvatti, pelo tempo que entender necessário.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr^a Presidente.

Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, tenho muito orgulho de ser nordestino, muito orgulho mesmo, Senadora Heloísa Helena. Até quando olhamos historicamente o Nordeste, verificamos que veio de lá o primeiro ciclo econômico por meio do pau-brasil.

O pau-brasil, na área do Nordeste, era muito mais macio e servia muito mais aos propósitos de tingir roupas. Naquela época, o vermelho era uma cor tão rara que só usava vermelho os nobres. Para se tingir uma roupa de vermelho, usavam os caramujos, os crustáceos do Mediterrâneo. De repente, descobriram uma forma barata, que era o pau-brasil. Mas o pau-brasil do Sul e do Sudeste era muito duro para ser triturado e transformado em tinta, enquanto o do Nordeste era macio. Por isso, tivemos o primeiro ciclo, e tanto pau-brasil saiu que praticamente exauriu.

Depois, houve outro ciclo importante, que foi o da cana-de-açúcar. Há ainda extensas plantações no meu Estado, no de V. Ex^a e em vários Estados, mas sem a produtividade das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Hoje essas regiões usam máquinas, cada uma equivalendo a 70 trabalhadores na área agrícola. Enquanto isso, na nossa área, a colheita e a plantação continuam manuais. Tudo isso faz com que haja um rendimento muito menor.

Houve também, em alguns Estados, o ciclo do algodão e da oiticica. O algodão, no meu Estado, era uma riqueza incomensurável. Hoje já não existe devido ao bicudo. A oiticica e a carnaúba perderam espaço, perderam mercados e praticamente sumiram, como ocorreu com o sisal.

Um terço da população está sempre à mercê de novos empregos. No caso do meu Estado, precisamos de 40 mil empregos todos os anos. Não é fácil conseguir esses 40 mil empregos. Essa dificuldade termina por gerar uma migração para o Sul, o Sudeste e o Centro-Oeste, transformando o Nordeste em grande exportador de mão-de-obra para Estados em que o ciclo econômico é mais ativo, mais forte.

Atualmente, quem falar em economia no Nordeste estará falando, provavelmente, no turismo, que tem crescido enormemente, como no Ceará, em Pernam-

buco, na própria Paraíba, no Rio Grande do Norte e em vários Estados, como o Estado de V. Ex^a, Alagoas. Pode-se falar dos inúmeros minérios, do gesso existente no Nordeste, principalmente dos calcários. Na Paraíba, por exemplo, há muita coisa.

Na agricultura, nós não temos senão a cana-de-açúcar e algumas manchas. Não temos a primazia nessa cultura porque é uma região de clima muito difícil. Com a pecuária, ocorre o mesmo: temos grandes dificuldades quando feita a comparação com outras áreas do País. Mas, na caprinocultura, nós temos alguma esperança. E, aí, o que podíamos avançar para conseguir mais empregos? A indústria. Mas, como falar de indústria se os mecanismos que nós tínhamos, como a Sudene, foram desativados?

Eu estou nesta tribuna hoje porque vi com alegria que os dois candidatos à Presidência falam na revitalização da Sudene. Eu sei que V. Ex^a, com essa expressão que fez para mim, está a dizer: isso é assunto de campanha. É assunto de campanha, mas eu tenho esperança de que realmente consigamos a volta da Sudene, se não nos moldes criados por Celso Furtado, pelo menos que ela volte a ter um balizamento forte, a ser fator de indução de progresso, para que voltemos a ter o crescimento industrial do nosso Nordeste.

Há outras perspectivas. Já há pesquisa de gás e de petróleo na Paraíba; o Rio Grande do Norte já está funcionando, já está produzindo, como também em Pernambuco. Quando houve o deslocamento dos dois continentes, África e América do Sul, a rocha era a mesma. No lado da África, descobriram 18 bilhões de metros cúbicos. É muita coisa.

É óbvio que a rocha do lado de cá também tem que ter. E essa foi a grande esperança da nossa Paraíba. Fizemos pesquisas, que, no caso da costa, ainda estão um pouco embrionárias, mas, com certeza, há gás e petróleo nas rochas da Paraíba, Pernambuco e, tomara, também nos Estados vizinhos.

Mas ainda faltou dinheiro para dar continuidade à pesquisa. Quando olhamos os números da pesquisa, Srs. Senadores, ficamos pasmos ao ver que os números são altamente rentáveis, porque, logo em seguida à pesquisa, ocorre o leilão, no qual, muitas vezes, já se tira o dinheiro para pagá-la. Mas, depois, com a exploração, continua sendo pago um dividendo, que permite ao País um ressarcimento gigantesco. Na pesquisa feita na Paraíba, para a região de Souza, eram 40 milhões. Foi até quantificada a vazão de petróleo: 15 mil barris/dia, pois é uma região relativamente pequena e é a mesma bacia potiguar. Mas na costa não. Lá, a exploração é muito maior e muito mais promissora. Todavia, falta dinheiro para pesquisa. O pior é que a Agência Nacional de Petróleo tem, por lei,

direito a esse dinheiro, mas, sempre que se reúne, a equipe econômica passa a régua e leva esse dinheiro de volta. Assim, não se tem dinheiro para pesquisa e, conseqüentemente, os leilões não se sucedem na velocidade que queremos. Não alcançando a velocidade necessária, ficamos batendo palmas para a Petrobrás que aumentou a produção. Mas nós poderíamos estar muito mais adiante se a pesquisa estivesse sendo efetuada muito mais velozmente. Então, no caso do petróleo, nós temos essa preocupação.

Estávamos com o leilão marcado para o dia 5 de novembro – ou até antes, para outubro na Paraíba.

Em 5 de novembro, o leilão foi suspenso para dar prioridade ao problema do gás boliviano. Assim, frustrou-se novamente a esperança de que, pelo menos na região de Souza, tivéssemos a exploração de petróleo no curto prazo.

Quem passa pelo Espírito Santo – e a minha esperança é que a Paraíba seja o Espírito Santo amanhã – verifica que a transformação naquele Estado foi enorme depois que encontraram petróleo lá. Investiram R\$6 bilhões em dois anos, e, como conseqüência, a economia está fluindo, tudo está indo muito bem.

Mas perdemos o leilão de agora. Quando será o próximo? Estamos pressionando. Espero que os próximos representantes continuem a manter a pressão para que o leilão ocorra no curto prazo.

A exploração de petróleo na costa nordestina é mais profunda, pois a rocha é mais dura. Mas se faz necessária essa pesquisa porque, se do lado de lá, na África, tem petróleo em quantidade, do lado de cá também tem que ter uma vez que a rocha é a mesma, o continente era um só.

Estou vendo que o Senador Heráclito quer usar da palavra.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Ney Suassuna, parabênzo V. Ex^a pela coragem do seu pronunciamento. Mas não tenho vocação para agir como censor. Quem seria eu para censurá-lo? Queria apenas alertar V. Ex^a sobre o risco de ser desautorizado pelos seus colegas da Base do Governo, no caso, pelo PT, que, de repente, passaram a combater privatização, e leilão é privatização. V. Ex^a não faça isso, pois estará indo de encontro ao PT, contra aquele pessoal que chama multinacional de truste, que é contrário à privatização. Talvez por isso esses leilões estejam sendo adiados. V. Ex^a cometeu outro crime ao dizer que tem gás na África. O meu medo é que o Lula queira puxar o gás da África para cá, como quis fazer na Venezuela.

Não coloque idéia na cabeça dele, que ele promete! V. Ex^a se lembra que ele disse que ia trazer o gás da Venezuela? Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a foi muito feliz ao se lembrar da história econômica do Nordeste.

Não queira ver como me deu nostalgia quando falou da carnaúba, que, durante muitos anos, foi a base da economia do meu Piauí. Fez uma verdadeira peregrinação sobre as regiões do Nordeste e os seus produtos, que o tempo se encarregou de acabar, por substituição por outros produtos mais modernos, de outras fontes, ou porque o interesse comercial já deixou de ser prioritário. Mas a minha grande esperança, embora em posição divergente, foi quando o Nordeste produziu uma pérola, vinda ali de Garanhuns, e fez dela Presidente da República. Pensei, Senadora Heloísa Helena, que íamos viver quatro anos de fausto e de riqueza. A Paraíba, com gás e petróleo; o Piauí, com as promessas todas feitas: a transposição do São Francisco, o sertão virando mar, a refinaria, os metrô, todo mundo com dentadura na boca. Não ia haver mais banguela, porque, outro dia, ele disse que atendeu 500 mil brasileiros por telefone. É uma tecnologia nova, que, tenho certeza, será vendida. Só o que vamos ganhar de **royalties** por essa tecnologia de atendimento moderno será fantástico. Infelizmente, nada disso aconteceu, e os primeiros quatro anos passaram.

Daí por que a comparação entre o que promete o Alckmin e o que promete o Lula não ter cabimento. Alckmin se credenciou como um Governador paulista, de pé no chão, e que realizou uma obra fantástica, daquelas que você vê, não obras virtuais. Aliás, eu acho que esse João Santana é um gênio! Pode ser até ele esteja... Senadora Heloísa Helena, no calendário chinês tem um ano que é o do galo. O galo é aquela avezinha, objeto de estimação de outro marqueteiro. Eu tenho a impressão que tem um galo expirando porque, plasticamente, é perfeito. Evidentemente que a linha é a mesma de todas as campanhas feitas: serve para a campanha do Maluf, como serve para a campanha do Lula. A linha é a mesma, só que entre o que promete e a realidade vai uma diferença muito grande. Aliás, o Lula dispensa **teleprompter**; o texto, como nós vimos no debate, ele lê com muita perfeição, o que mostra a evolução; ruim é quando sai do texto. Aquela história de ele querer acabar com a Avenida Paulista porque o Alckmin só tinha os olhos para ela e se esquecer que a Avenida Paulista é habita por nordestinos, por nortistas, por sulistas, que ali é terra sem dono, mostra um pouco o que se passa pela cabeça dele. Mas uma coisa está me conformando, eles estão começando, Senador Mozarildo Cavalcanti, a trabalhar para dentro, o programa está começando para dentro. Semana a passada, Senadora Heloísa Helena, eu comecei a ouvir aquela música que diz “deixa o homem trabalhar”, “deixa o homem trabalhar”.

Ontem eu descobri o que é. Aquilo é um recado ao José Dirceu, ao Palocci, ao rapaz da cueca, àqueles todos que criaram constrangimento para que na eventualidade de um segundo turno não repitam aquilo e

que ele possa trabalhar. Como Lula não assume nada e a culpa sempre é dos outros, ele vai botar a culpa nesses que atrapalharam e aí ele está tentando passar para mim, para V. Ex^a e para o Brasil que, se esse pessoal não atrapalhar, ele vai trabalhar. Cabe ao povo brasileiro acreditar ou não. Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Fico exultante sempre com o bom humor de V. Ex^a, mas concordo com a saudade da nossa carnaúba. Também na nossa Paraíba a carnaúba era importante, como era a oiticica. Só concordo com isso. Quanto ao restante, fico até preocupado, porque hoje e amanhã são os dois últimos dias para se usar esse discurso. Na próxima semana nós teremos, com certeza...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Vai ver que fica feliz com as obras feitas na Paraíba, no quarto ano, pelo Governo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voltando à nossa preocupação do Nordeste, nós temos milhões de nordestinos que precisam ter empregos. Precisamos realmente da Sudene. E fiquei feliz ao ver que os dois candidatos colocaram na sua pauta a preocupação com a revitalização da Sudene.

Eu queria alertar para alguns itens que também são importantes. Por exemplo: nós temos a facilidade de pesca. Isso é uma coisa incrível. A Paraíba, naquele cantinho, está muito perto das águas profundas, onde há peixe como o atum.

O grande celeiro de pesca, Senadora Heloísa, era Santa Catarina, mas um navio, quando sai para pescar naquelas águas, só faz três pescarias por ano. Quando saem, na Paraíba, fazem quatro, porque economizam tempo. Mas, lamentavelmente, não soubemos regulamentar bem essa área de pesca.

Os navios estrangeiros que foram autorizados a pescar para exportar e foram para Pernambuco exauriram o mercado, deixaram várias dívidas e não cumpriram a legislação. Depois foram para a Paraíba, de onde seguiram para o Rio Grande do Norte, passaram pelo Ceará e agora estão na Nicarágua. Temos de prestar atenção nessas pessoas que estão se dedicando a um ramo tão importante como o da pesca, em que não é preciso plantar pasto porque o peixe está no mar. Contudo, não fizemos uma legislação e somos parcialmente responsáveis. Essa é uma área de grande importância para o Nordeste. Teremos de fazer a legislação e cuidar disso.

Está vindo o biodiesel, que poderá ser uma nova riqueza para o Nordeste e para o mundo, principalmente quando as pesquisas e as estatísticas demonstram que o planeta está entrando em uma onda de esquentamento, em uma situação de irreversibilidade em seu

desgaste, motivo por que precisamos cuidar de uma economia mais sustentável.

Há o problema do turismo, e o Nordeste é um grande celeiro de turismo. Há também o minério. Todavia, temos de corrigir algumas coisas. Um exemplo disso é a cana-de-açúcar. Não podemos competir com o Sul porque, como disse, lá são usadas máquinas que se equivalem à força de setenta trabalhadores, enquanto no Nordeste o trabalho é manual. Havia um diferencial de R\$5,00 por tonelada pago para a nossa região que foi cortado pelo último Ministro. Isso significa que ficamos sem condições de concorrência e que as nossas usinas e a área de plantio da cana-de-açúcar vão declinar. O mesmo ocorre com as indústrias.

A indústria do milho, por exemplo. Para se fazer o nosso cuscuz, o nosso pão de cada dia no interior do Nordeste, para cada saca [de milho] havia um desconto de R\$5,00, se fosse para ração animal – e continua havendo –, mas não para ração humana. (Risos.)

Nossa candidata à Presidência da República, com certeza, devia ter lembrado isso para dar mais uma alertada e dizer que é diferente. Quando se trata de ração para animal, há um desconto na saca do milho, mas, quando é para ser humano, não há esse desconto.

Aí, fica difícil concorrermos. De repente, começamos a encontrar, no mercado nordestino, cuscuz vindo do Sul.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Ney Suassuna, desculpe-me a ignorância. Quando se vende o milho, diz-se se é para bicho ou para gente?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não. Compra-se no Centro-Oeste ou no Sul. Quando se faz a guia, se for para uma indústria produzir alimentação animal, há o desconto; se for para alimentação humana, não há desconto. É incrível, mas é verdade. Eu já tinha feito um discurso...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quem confere depois?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Hoje estou meio apertado aqui. De um lado, um bate politicamente; do outro, a Presidência faz eco.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Vou lhe dizer por que V. Ex^a está apertado. O nordestino é, antes de tudo, um forte, como o sertanejo. Somos três nordestinos aqui.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É verdade.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quando V. Ex^a fala de Sudene, vamos e venhamos, temos de fazer **mea-culpa**. O projeto veio para cá em regime de urgência. O Presidente Lula o retirou, e nós aceitamos. V. Ex^a, Líder, e eu, Presidente de uma comissão, demos um crédito de confiança. Mas a culpa foi nossa. Nós não

soubemos pressionar, defender o Nordeste e preservar, principalmente, a imagem e a memória de Celso Furtado, que foi usado, de maneira leviana e criminoso, pelo Presidente da República, que o levou a Fortaleza, já com a saúde comprometida, para participar daquela farsa, iniciada na campanha passada, quando ele e alguns companheiros abraçaram o prédio da Sudene.

E olhe que para abraçar aquele prédio, construído na época do milagre brasileiro, Senadora Heloísa Helena, é preciso muita gente, mas ele conseguiu. Abraçou o prédio todinho; foi um abraço de urso. Infelizmente, somos culpados, mas o que se pode fazer? Vamos rezar para que o País crie juízo domingo. V. Ex^a sabe muito bem que o Brasil precisa crescer.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Precisa e, se Deus quiser, vai crescer.

Quero dizer a V. Ex^a que, quando fui Ministro da Integração Nacional a Sudam nem sequer estava implantada. Fiz sua implantação na marra. E consegui a última verba para pagar aqueles projetos. Muitos empresários do Nordeste entraram com dinheiro. Deviam receber a parcela do Governo, mas esse nunca pagou. Foi a última vez que conseguimos pagar alguma coisa àquela época. A partir de então, nunca mais se conseguiu um centavo...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quando a Sudam e a Sudene foram extintas, V. Ex^a era o Ministro?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não. O Ministro era Fernando Bezerra. Fui Ministro depois dele e do Senador do Mato Grosso. Eu fiz a implantação.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O que fez com que a Sudam fosse fechada àquela época? O que motivou o fechamento?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Foram os inúmeros escândalos na Sudam e na Sudene – na Sudam houve mais escândalos. O Presidente da República à época era Fernando Henrique Cardoso. Ele permitiu o fechamento, mas também permitiu a abertura da Sudam. Nós fizemos a abertura e conseguimos a última verba. A partir daí, não conseguimos verba nem sequer para a recuperação dos elevadores.

Pegar um elevador naquele prédio é um deus-nos-acuda. Hoje, aquele prédio é um retalho: cada repartição pública federal pegou um pedacinho. E até a manutenção está difícil. Mas esse não é o tema do meu discurso.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu até peço desculpas.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não, absolutamente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas eu louvo a grandeza do Presidente Lula, que, de vez em quando, é incorporado do espírito do Beato Salu, que perdoa

todo mundo. Está todo mundo junto. É perdão... Os pecadores de ontem são os salvadores da Pátria de hoje. E assim o Brasil vai. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu é que agradeço a V. Ex^a

Pois bem. Encerrando, nobre Senadora, eu espero que essas capacidades, essas relatividades que nos permitem uma certa vantagem sejam exploradas. Eu tenho muita esperança de que nós aumentemos o turismo; que tenhamos o biodiesel; que regulamentemos bem a área de pesca, que verifiquemos esse problema da cana-de-açúcar, esse problema da própria indústria porque nós não temos como concorrer com o Sul e o Sudeste – eu acabei de falar do problema da indústria alimentícia – porque é difícil. Até mesmo a área de algodão.

Vamos ver uma indústria, como a indústria de fiação e a indústria de confecção, como é o caso da Coteminas, que tem indústria gigantesca tanto no Rio Grande do Norte como na Paraíba. Mas já não temos tecnologia e precisamos receber o algodão de Mato Grosso. Até estamos criando uma tecnologia que possa combater o bicudo.

O pior não é isso; o pior é que a população perdeu até o *know-how*, já não sabe como *cuidar de uma* plantação de algodão. Esses são motivos que me trazem hoje à tribuna, Senador. Venho pedir que a nova leva de Senadores, principalmente os nordestinos – somos 27 nordestinos –, não deixe de olhar para essa área econômica, que é importante. No caso do meu Estado, eu citaria a mineração, a pesca, o petróleo, que são itens de suma importância para os próximos anos. Essa eram as considerações que eu queria fazer.

Agradeço a V. Ex^a e indago da Mesa se na próxima semana haverá sessão deliberativa, porque há um feriado bem no meio da semana.

A SRA. PRESIDENTE (P-SOL – AL) – Se dependesse de mim, até hoje a sessão seria deliberativa, Senador. Com certeza, na próxima semana... Como V. Ex^a está aqui essa semana, na próxima também estará...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas na próxima semana haverá sessão deliberativa?

A SRA. PRESIDENTE (P-SOL – AL) – Bom, se dependesse de mim, ...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Haveria?

A SRA. PRESIDENTE (P-SOL – AL) – ...haveria coisas melhores para o povo brasileiro e piores para os que têm a síndrome da “preguicite aguda” e não cumprem suas tarefas, mas a comunicação que a Dr^a Cláudia faz é a de que houve uma decisão da Mesa, que não tem a minha participação, ao contrário, tem o meu repúdio, no sentido de que haverá sessão deliberativa apenas no dia 7.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – No dia 7?

A SRA. PRESIDENTE(P-SOL – AL) – Mas, V.Ex^a participar...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E não haverá nenhuma...

A SRA. PRESIDENTE(P-SOL – AL) – ...talvez possibilite que na próxima semana haja, porque está ficando muito feio.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Virei na próxima semana, Senadora. Na terça-feira estarei aqui.

Outra pergunta, Presidente: alguma medida provisória está chegando à Mesa? Há notícias?

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agora não, mas se a Câmara conseguir votar alguma coisa hoje...

Há medida provisória para ser lida.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Há medida provisória para ser lida?

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Sim, há medida provisória para ser lida.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E ela terá que ser lida até o dia 7?

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Obrigatoriamente, deverá ser lida, porque está preparada para a leitura.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Agradeço as explicações de V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A não ser que haja alguma viagem interplanetária ou conchavo de liderança, sem a minha participação, que impeçam a leitura. Regimentalmente, constitucionalmente, portanto sob a égide da legislação em vigor no País e respeitando a ordem jurídica vigente, para agradar aos mediocres legalistas de plantão, que falam tanto na lei mas não deixam que ela seja cumprida, ela deverá ser lida, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senadora, quero agradecer a V. Ex^a...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pois não.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mais uma vez, nesse debate democrático, promovido aqui pela mais liberal de todas as Presidentes desta Casa...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu estava prolongando um pouco, Senador, para haver tempo de Ex^a voltar. Agora que V. Ex^a voltou e ela já me deu as informações...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a fez uma pergunta fantástica sobre as medidas provisórias, mas

o que me chamou a atenção foi o fato de o Governo, de maneira cínica e deslavada, ficar cobrando a discussão da LDO, quando se sabe que se ele mostrar a LDO, mostrará exatamente o que preparou para o Brasil no próximo ano. E, por incrível que pareça, Senador Ney Suassuna, V. Ex^a está licenciado como Líder, mas o nosso “sansão”, representante das Minas Gerais, Líder substituto, que não se encontra no País no momento, deve estar a par do assunto, a LDO diminui recursos do Bolsa-Família, aumenta impostos, aliás, com a mesma violência com que eles estão adiando a elucidação de crimes no qual a corriola está envolvida, eles estão também adiando a real discussão da LDO. Tenho certeza de que se V. Ex^a estivesse no exercício, líder republicano como é, jamais permitiria isso. O Brasil não pode deixar de ser prioridade para que a prioridade seja um simples interesse eleitoreiro.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Quero agradecer à Presidência, dizendo que vou deslocar-me para o meu Estado hoje, mas vou levar na minha retina as duas lembranças: a lembrança da minha Presidente feliz e sorridente, como nunca a tinha visto antes, e a lembrança do meu amigo Heráclito Fortes, como nunca, esgrimando, enquanto pode, às vésperas da eleição.

Alea jacta est – a sorte está lançada. Na próxima semana, nós nos encontraremos aqui sob a égide de uma nova ordem.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL. AL) – Infelizmente não. Senador Ney Suassuna, é claro que compartilho inteiramente com as preocupações de V. Ex^a em relação à Região Nordeste, que é tão importante, com um gigantesco potencial de águas agricultáveis, de recursos hídricos, com tecnologia e conhecimento que poderiam ser disponibilizados... É uma conversa fiada dizer que o semi-árido, o clima, a falta de chuva no Nordeste... Mentira. No Nordeste chove o suficiente, existe tecnologia a ser disponibilizada para projetos de irrigação com pouca água, com grande impacto social, que dinamiza a economia local, gera emprego, gera renda. Só discordo da generalização de que todos nós temos, igualmente, culpa em relação à ausência de alternativas para o Nordeste. Eu tenho culpa zero. Essa conversa não aceito. Eu tenho muitas culpas na vida, mas, com certeza, ausência, omissão e cumplicidade com essa ausência de respeito dos Governos Federais para com o Nordeste, essa culpa eu não tenho.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloisa Helena, quero agradecer a V. Ex^a esse

crédito de confiança que me dá ao me conceder um tempo infinito. Sabe V. Ex^a que se eu for cumprir à risca sua disposição, nós viraríamos a noite, mostrando os erros, os fracassos e a má-fé deste Governo. Como eu não quero me cansar nem cansá-la e tampouco cansar os nossos queridos ouvintes da TV Senado ...

A SRA. PRESIDENTE (Heloisa Helena. P-SOL – AL) – Quanto a mim, cansaço não haverá.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Tenho certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Heloisa Helena. P-SOL – AL) – Desculpe-me por interromper V. Ex^a. Eu não suporto que alguém quando assume a Presidência fique interrompendo o orador. Eu só quero dizer que, até para minimizar o efeito muito feio para o aprimoramento da democracia representativa de uma casa vazia... Há os que praticam o esporte do vagabundismo; outros, o da síndrome da “preguicite aguda”; há outros que, por motivos nobres, não podem vir, mas pelo menos que a presença dos que aqui estão trabalhando, cumprindo suas obrigações, possa até minimizar o efeito muito dramático para a sociedade de ver uma Casa vazia em função do processo eleitoral.

Portanto, tem V. Ex^a o tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Em primeiro lugar, quero pedir desculpas aos oradores que falarão depois de mim e pedir-lhes que tenham um pouco de paciência.

Em segundo lugar, digo que hoje me sinto como me sentia na Câmara assistindo bravamente ao Deputado Fernando Gabeira, Líder dele mesmo, que, com o ideal firme e a convicção forte, atravessou quatro anos como Líder dele mesmo, do PV. Consegui fazer a travessia e foi consagrado como Deputado Federal no Rio de Janeiro. O mais importante é que, tal qual V. Ex^a, não teve a necessidade e nem se deixou ser forçado a trair as suas convicções nem tampouco mudar o seu pensamento.

Senadora Heloísa Helena, eu peguei a carona do nosso Líder Ney Suassuna para exatamente chamar a atenção para a LDO. Quem não quer discuti-la não é a Oposição. Quem não quer votá-la não é a Oposição. A Oposição não tem número. Agora o PT mostrou força lá na Câmara, Senadora Heloísa Helena, juntando Parlamentares para absolver os sanguessugas. Por que não tem número para votar a peça mais importante que nós temos? A lei mais importante para o Congresso, depois da Constituição, é claro, é o Orçamento. Faz isso exatamente porque tudo que o Sr. Lula está dizendo em praça pública com relação ao Orçamento vai de encontro ao que a LDO traz. Ela penaliza, inclusive, o Bolsa- Família, cortando gastos.

Ontem, o Mantega reconheceu, pela primeira vez, que o Governo aumentou juros, como se a sensibilidade do bolso do brasileiro não fosse suficiente para ver o que vem acontecendo.

Senadora Heloísa Helena, a certeza da blindagem e o messianismo do candidato à reeleição chegou a tal ponto – e eu quero chamar a atenção do povo brasileiro para este fato –, que, no último debate, no SBT, ele disse que se tivéssemos uma crise no setor alimento, uma necessidade de aumentar, se o mercado aumentasse o preço, ele resolvia numa canetada, importando alimentos.

Senadora Heloísa Helena, é não ter a menor noção do que é a consequência, meu caro Senador Suassuna, do que uma atitude ou um gesto dessa natureza traria para o Brasil; o Brasil que ele se vangloria de que aumentou as exportações de alimentos.

Hoje mesmo o seu pirotécnico programa eleitoral mostra isso. A importação seria o quê? Vindita? Ou para ajudar o Fidel Castro em alguma demanda que tenha de produto?

É uma coisa inaceitável que seja dito, que seja pensado em se fazer. Agora, não tenho nenhuma dúvida de que vamos ter, Senador Ney Suassuna, caso aconteça um desastre nas urnas, domingo, quatro anos com tentativa desbragada de autoritarismo neste País. E disso não resta nenhuma dúvida, pela própria maneira como vem se comportando o Presidente e pelos sinais que vem dando.

A ex-Deputada Marta Suplicy, ex-prefeita de São Paulo, acusa a Oposição de terceiro turno, como se terceiro turno não fosse o que ela ainda hoje vive por não ter absorvido uma derrota eleitoral que teve na cidade de São Paulo para o Serra. E são essas as pessoas que estão se preparando para dialogar com a Oposição. Se for para trazer Suplicy para dialogar, prefiro o outro, o original, o que se elegeu Senador porque tem diálogo nas ruas. Esse sabe conversar, é paciente, é humilde.

O Senador Mozarildo falou aqui sobre a Polícia Federal. Quero dizer que, na medida em que aquela corporação pode, ela tem sido justa, correta e republicana. A deformação da Polícia Federal vem das ordens superiores, vem do Ministro da Justiça e vem da manipulação de fatos que acontecem. Senador Ney Suassuna, invade-se no Estado do Pará o apartamento em um hotel em que está um Senador da República.

Não quero nem discutir a situação da imunidade, porque acho que ela até não serve para essas coisas, desde que haja uma suspeita grave. Mas uma busca e apreensão aleatória, dentro de um hotel, não se pode fazer em apartamento nem de um Senador da República nem de cidadão algum, porque, a partir do momento em que ele está ali hospedado e registrado numa ficha

a que a polícia tem acesso, aquela área passa a ser residência provisória e, portanto, tem de ser respeitada. Revista aleatória em hotel não pode existir. A polícia deve esperar até seis horas em ponto e bater em um hotel de Marabá, com vários apartamentos, mas ir exatamente ao apartamento de um Senador, sob uma outra alegação falsa de que há um jornal apócrifo, quando, na realidade, é um jornalista – quero até pedir socorro aqui –, de sobrenome Brasiliense, que me parece ter ligações com a imprensa em Brasília que está lá.

Chamo a atenção para esse fato, Senador Suassuna, porque lá atrás, em 2002, fui vítima de uma ação desse tipo, por denúncia do PT, na cidade de Barreiras, onde um juiz, extrapolando suas funções, fez comigo algo semelhante, também por ter recebido denúncia anônima de um militante do PT. Lá, nesse caso, com um agravante: o juiz, por meio de ligações familiares, tinha interesse pessoal na eleição que beneficiava o candidato do PT.

É um fato que se repete. Aliás, o PT repete tudo: repete dossiê, repete assalto a cofres e repete esse tipo de comportamento.

O que me chama a atenção, Senador Ney Suassuna e Senadora Heloísa Helena, é que a agilidade que Polícia teve nesse caso de infração à lei eleitoral, a rapidez com que agiu não foi a mesma com que deveria ter agido no Estado do Pará para prender os que deram prejuízos na famosa Cooperativa Nova Amafrutas, da qual um dos dirigentes era o Sr. Lorenzetti, tão famoso no Brasil hoje por suas articulações nas cercanias do Gabinete do Presidente e por sua especialidade em fazer churrasco. Espero que tudo isso não seja uma jogada de **marketing** para, no futuro, ele montar uma empresa “Churrascarias Lorenzetti”. Ele vai partir de um nome famoso. O dono do chuveiro de mesmo nome escreveu para nós, no Senado, muito magoado com o uso daquela marca, que já entra com o registro para evitar esse tipo de apropriação.

E o PT, como sempre, tenta justificar, da maneira mais interessante possível. Hoje, Senadora Heloísa Helena, um jornal diz o seguinte: “O Lorenzetti não tinha nada a ver com esse fato. O Lorenzetti apenas entrou para fazer a captação de recursos internacionais para a Amafrutas”. É preciso que o PT mostre o dinheiro captado, as correspondências trocadas com qualquer investidor estrangeiro e, se tudo isso for verdade, qual a experiência anterior do Sr. Lorenzetti nessa questão, porque o que se sabe é que, anteriormente a ele ter sido indicado diretor do Banco de Santa Catarina, a sua convivência com banco era apenas num banco de praça num local pitoresco lá em Florianópolis e que ficou famoso por ser o local daquela famosa “novembrada”, onde o Presidente Figueiredo e César Cals envolveram-se numa questão. É uma espécie de boca maldita

de Curitiba ou da “rádio calçada” lá de Teresina e que a modernidade hoje transformou em “senadinho”, que é o centro das conversas, geralmente versando sobre fatos da vida alheia, onde o Sr. Lorenzetti, lá em Florianópolis, era um especialista. Saiu do banco da praça para o Banco de Santa Catarina; do Banco de Santa Catarina para gerir ONGs; e das ONGs para a Amafrutas. E não se apura isso. Fica-se apenas aguardando o que e quem. Foram R\$20 milhões tirados de recursos para pequenas empresas, enquanto os agricultores do Pará precisavam desse tipo de recurso e não foram atendidos. E o Sr. Lorenzetti chega de “pára-quedas”, associa-se à Amafrutas e dá esse prejuízo.

V. Ex^a falou do biodiesel, Senador Ney Suassuna. Concordo com V. Ex^a em gênero, número e grau. Só precisa escolher a matriz. Que não se leve para outros Estados a experiência levada para o meu Piauí, a da mamona. O prejuízo está lá. É preciso que o Governo diga quanto gastou, como gastou, quanto adiantou e por que adiantou ao grupo empresarial que instalou esse mirabolante projeto. A Polícia Federal, aliás, o juiz que deu a ordem de busca e apreensão para esse panfleto ou jornal – sei lá o que foi – deveria tomar a mesma atitude para dar busca e apreensão ao dinheiro suprimido do povo do Pará nessa experiência famigerada da Amafrutas.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ouço, com o maior prazer, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a fala, nobre Senador Heráclito, do insucesso da mamona no Piauí. Não foi produzido?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Fracasso.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – A que se deveu a baixa produtividade?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ao preço. O empresário induziu os agricultores ao plantio, jogou o preço lá embaixo, o que não compensa. E deu um fungo na mamona. Foi uma arapuca.

Aliás, a arapuca é uma prática desse Governo. O Governo do Lula comprometeu-se em restabelecer o Correio Aéreo Nacional. Fez no Acre uma festa que, entre aviões, helicópteros e rega-bofe – não afirmo, não quero ser leviano –, durou dois dias. Não sei se o Lorenzetti foi o churrasqueiro oficial na época, mas vou perguntar ao Senador Tião Viana na segunda-feira. E escolheram a cidade de Manoel Urbano. Minha gente do Acre, por que estou lembrando desse nome? Pela quantidade de e-mails que recebo do Acre, de pessoas revoltadas com isso. E nunca mais aconteceu vôo.

Aliás, tem sido assim. Vai para o Amazonas, fala no gasoduto, inaugura um pingão de solda e fica por

isso mesmo. Promete o linhão de Tucuruí. Deu circuito, fica por isso.

Senador Ney Suassuna, que bom seria se o próximo governo não fizesse plano nem projeto para os próximos quatro anos, se se encarregasse de cumprir as promessas do Presidente Lula feitas no atual Governo. Ele já estaria com a agenda de trabalho cheia, e este País realmente iria ver obras como nunca.

Aliás, antes de dar o aparte, quero lembrar aqui um episódio pelo qual lutamos muito nessa discussão. V. Ex^a se lembra de que, há um ano e meio – a Senadora Heloísa Helena, com certeza, lembra-se disso –, protestei, no dia da aprovação do Orçamento, porque, às 15 horas, chega uma mensagem do Governo, incluindo a liberação de R\$2,8 bilhões – acho que o número era esse – para obras de infra-estrutura, produto de um acordo do Governo brasileiro com o FMI. V. Ex^a deve lembrar-se bem disso. Para estranheza nossa, esses recursos todos eram para tapa-buraco. Não havia nada de estrada nova. Pois bem, às 15 horas. Aí veio aquele espírito republicano, misturado com a vontade de chegar em casa na noite de Natal – “Vota, vota, vota, porque é bom para o Brasil, é a salvação do Brasil!” No dia seguinte, o Governo mandou o plano, e até hoje estamos esperando. Quanto é que foi gasto do dinheiro desse acordo? O que foi cumprido? É incrível!

Senador Suassuna, não me lembro se V. Ex^a já estava...

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Esse dinheiro era para a BR-101. Em três áreas, Rio Grande Norte, Paraíba e Pernambuco, foram iniciadas as obras de duplicação da BR-101. Creio que foi...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, não foi com esse recurso. Tivemos até uma discussão aqui...

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Porque o Piauí não estava e a Paraíba estava.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, não foi isso. V. Ex^a conseguiu uma emenda para uma estrada que liga Pernambuco ao Rio Grande do Norte, e nós discutimos aqui sobre a origem desse recurso.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Que era do Fundo Monetário.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu até defendi a tese de que, se fosse do FMI, o dinheiro teria obrigatoriamente que ser gasto, porque havia um prazo determinado.

Não sei se a obra foi feita ou não, mas, mesmo assim, o Governo brasileiro descumpriu. Até porque era um acordo de dez milhões para aliviar o superávit primário – acordo muito interessante para economia brasileira –, e não foi feito.

Recentemente, Senador Ney Suassuna, vivemos aqui um problema de última hora: o Governo querendo aprovar R\$23 bilhões para a Transpetro. Veja bem!

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – São R\$5 bilhões para os navios da Transpetro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Perdão, são R\$5 bilhões para gastos em 23 anos.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – BNDES, era aumento de limite de crédito.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-Sol – AL) – Para os navios de uma empresa privada, que vai ganhar muito dinheiro com isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Exato! E o que vamos ver? A alegação, Senadora Heloísa Helena, de que era para fortalecer a Marinha Mercante. Ora, a Marinha Mercante que se fortalece é a dos pequenos barcos, feitos na Amazônia, no Pará, para transportar a classe de pouca renda e evitar os acidentes constantes que acontecem, principalmente na região da Amazônia, nas vias líquidas do Centro-Oeste brasileiro. Para navio desse porte, com o capital e o prestígio que possui, a Petrobras conseguiria lá fora empréstimos mais vantajosos, sem onerar nem sacrificar a Marinha Mercante brasileira, pela qual o Presidente tanto se vangloria de ter feito mundos e fundos no seu Governo.

Aliás, Senadora Heloísa Helena, a pressa era algo injustificável, porque menos de 10% seriam gastos neste ano. Era dar uma garantia de longo prazo para um *pool* de empresas. Confesso que nem sei quais são as empresas envolvidas; fico até com medo de o Lorenzetti, um homem de muitos instrumentos, estar por trás dessas empresas, ser um dos articuladores. Como ele é captador internacional, minha preocupação é essa. As coisas não são claras.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a conviveu com o PT durante muitos anos. Tenho certeza de que, nas discussões, V. Ex^a nunca viu o PT fazer um seminário, por exemplo, de como arrecadar dinheiro de maneira incorreta, de como instituir caixa dois sem deixar rastro. Como é que essa gente aprendeu com tanta rapidez em tão pouco tempo? O que mais irrita é o cinismo e a recorrência do mesmo fato. Senador Suassuna, no Piauí, há um ditado que diz que cachorro mordido de cobra corre com medo de lingüiça. Era de se esperar que, quando houve a primeira crise e o Presidente veio a todos nós pedir apoio à governabilidade, eles tivessem aprendido. Mas esse dossiê mostrou que não. Eles apenas tentaram sofisticar os seus métodos.

Senadora Heloísa Helena, ainda vamos discutir muito aqui sobre gastos de campanha, sobre campanhas milionárias feitas nos Estados. O Nordeste faminto conviveu com campanhas milionárias de candidatos que, num passado recente, faziam cotas, vendiam

bottom e distribuíam retratinhos modestos, em preto e branco, com fotografias desbotadas e descoloridas. Hoje todos aderiram à modernidade. Ainda vamos ouvir falar muito.

Senador Suassuna, lembro-me de que fui acusado por um Deputado Estadual do Piauí, que era Presidente do PT, de ter feito uma eleição para o Senado cara. Foi cara, mas a minha não tinha caixa dois, e o deputado que me acusou elegeu-se deputado estadual no Piauí gastando R\$20 mil, sendo que, nas suas declarações, constavam 52 camisetas.

Vou ficar só nesse item para não chegar ao resto. Depois que o escândalo do caixa dois estourou, vimos qual era o milagre dessa gente de fazer eleição tão barata.

Ouçó, com o maior prazer, o aparte do Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Preocupe-me quando V. Ex^a falou sobre o problema da mamona porque estamos fazendo um programa intensivo de plantação de mamona em todo o Nordeste. Gostaria que V. Ex^a aprofundasse as informações, não agora, não aqui, mas em uma próxima semana. Peço a V. Ex^a que traga o assunto à baila para que não incorramos, de novo, nesse erro que já ocorreu no Piauí, como V. Ex^a acabou de descrever.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Ney Suassuna, sei que V. Ex^a é um homem que, a vida toda, lutou na iniciativa privada e que conseguiu ter sucesso. V. Ex^a é um homem de gosto fino. Mas me permita fazer-lhe um convite. Sei que V. Ex^a só aceita viagens para lugares em que se carimba passaporte. Não é o caso do Piauí. Mas convido V. Ex^a para irmos ao Piauí ver como está a situação.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Irei com muito prazer e muita honra na certeza de encontrar áreas desenvolvidas no Piauí, Estado que tem crescido muito e se desenvolvido em uma velocidade até surpreendente em relação ao restante do Nordeste.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O crescimento do Piauí é um pouco diferente daquele que o PT anuncia. Mas o Estado está crescendo, graças à iniciativa de empresários corajosos, arrojados e ao momento brasileiro, que é favorável.

Imagine V. Ex^a o Piauí com um Governador do mesmo partido do Presidente da República e um Presidente da República com compromissos com o Nordeste! Estaríamos vivendo outra situação.

Senadora Heloísa Helena, com a permissão do Senador Ney Suassuna, quero falar sobre pesquisa. O Dr. Ulysses Guimarães, em 1989, disse – já falei sobre isso aqui, mas vou repetir – que os institutos de pesquisa transformam margem de erro em margem de lucro. E

os fatos mostram isso. Basta termos o cuidado de examinar os erros cometidos pelos institutos, no primeiro turno, nas eleições para Governador, para Senador e para Presidente de República, e veremos o caso clássico da eleição para o Senado em São Paulo, que ajudou a salvar nosso querido amigo Senador Eduardo Suplicy. Os institutos divulgavam uma diferença de vinte ou trinta pontos, mas foi de apenas um dígito. E a situação da Bahia? Davam vitória de um candidato em primeiro turno, mas o vitorioso foi outro. Se examinarmos o que ocorreu em todo o Brasil, comprovaremos isso.

O que temos visto na campanha atual são os presidentes de institutos, que geralmente optavam por ter postura discreta, irem descaradamente aos programas de televisão como torcedores, como participantes partidários.

Quantos dirigentes de institutos deram como irreversível a vitória do Sr. Lula no primeiro turno? O mesmo está sendo feito, agora, quando se vê que a realidade brasileira é outra. V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, foi vítima, no primeiro turno, de imputarem-lhe palavras sobre atitudes que tomaria, se eleita Presidente da República, as quais não lhe passaram pela cabeça. Eu estava em Maceió, Senador Ney Suassuna, e uma senhora me mostrou um panfleto apócrifo atribuído ao Geraldo Alckmin dizendo que, se eleito, como médico, legalizaria a eutanásia. Coitada! Ela, como católica...

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL. *Fora do microfone.*) – Imagine o que fizeram comigo!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois é isso, ela estava revoltada.

Quanto a essa questão, Senador Ney Suassuna, da privatização, que o Governo tanto combate, não se vê um ato do Governo de reestatização. E houve até uma grande oportunidade. Quando a MCI, detentora das ações da Embratel, teve dificuldades e fechou, o Governo podia ter reassumido o controle e não o fez. Agora, o Governo precisa explicar por que a Embratel foi parar nas mãos de um empresário mexicano, chamado Carlos Slim Helú, proprietário da Telmex. Aliás, o Sr. Roberto Jefferson deu declarações, publicadas no Jornal do Brasil, de que parte daquele volume de dinheiro que aqui chegou tinha origem na Telmex. Mas esse pessoal é esperto. Hoje já se lê uma notícia em que a Telmex anuncia que está tendo prejuízo no Brasil. É uma defesa prévia.

Senador Ney Suassuna, V. Ex^a falou sobre transposição.

O Lula, que falou durante quatro anos na transposição do São Francisco, não fez um metro de irrigação no semi-árido nordestino, compreendido naquele Projeto

Pontal, em Petrolina, e Canaã, em Juazeiro, salvo engano. Todos os Presidentes anteriores fizeram algo.

O clássico, Senadora Heloísa Helena, da intenção do Senhor Presidente foram exatamente dois discursos proferidos por ele: um em Natal, fazendo a apologia da transposição e dizendo que não fazia aquilo porque os ricos não queriam; e o seguinte, em Aracaju, dizendo ao Déda que a transposição era impossível, porque não havia água para isso. Durma-se com esse barulho!

O “Senhor Salvador da Amazônia”, fora onerar PIS e Cofins, prejudicando a Zona Franca e os industriais daquela região, de concreto, nada fez.

Penso, minha cara Senadora, meu caro Senador, que alguma coisa precisa ser modificada com relação à lei eleitoral. O primeiro ponto é acabar com o excesso de proteção que o “marqueteiro” dá ao candidato, porque o candidato consegue, com a genialidade do “marqueteiro”, esconder a sua cabeça. O custo disso ninguém sabe. E quando estoura uma crise, descobre-se que há dinheiro lá fora pago de maneira que só Deus sabe como e o candidato, imaculado, assume a Presidência da República. Aliás, temos o exemplo de um primeiro desastre que veio de onde vem a Senadora Heloísa Helena.

O candidato tem que ter obrigação, porque vai dirigir um Estado ou um País, de se submeter a debate, à mesa-redonda, da qual participe a sociedade organizada, da qual participe a imprensa... Essa pirotecnia dos programas eleitorais termina transformando o horário gratuito no que há de mais caro numa campanha eleitoral, porque os “marqueteiros” passam a ser os tutores dos candidatos, que, temendo erro de campanha, erro de estratégia, erro de *marketing*, transformam-se em verdadeiras criancinhas nas mãos de babá. Sabe V. Ex^a – a história nos mostra – que algumas babás, inclusive, induzem medicação às crianças de que cuidam para lhes diminuïrem o trabalho. O trauma se vê depois.

O que acontece é isso. Temos que ter transparência nesse processo eleitoral, para não continuarmos, Senador Ney Suassuna, vivendo esse engodo.

Encerro minhas palavras dizendo que tive uma feliz experiência nesta campanha, percorrendo o Brasil de ponta a ponta, indicado que fui pelo meu partido para coordenar a campanha de Geraldo Alckmin. Aprendi, na convivência, a admirar uma figura altamente bem-criada, de bons propósitos e, acima de tudo, de um profundo respeito pelo patrimônio público. Alckmin, produto de uma escola de homens públicos capitaneada por Mário Covas, governou São Paulo e não teve seu nome envolvido em escândalos; homem de hábitos simples, de patrimônio, aliás, menor do que o do candidato trabalhador. Se pegarmos as declarações de renda do Alckmin e do Lula,

veremos que o patrimônio do Alckmin é menor, embora tenha sido médico e Deputado por longo tempo.

O Lula tem uma aposentadoria de R\$ 4.600,00, que, tendo-se por base a aposentadoria do trabalhador brasileiro, não é pequena, mas, evidentemente, não é suficiente se comparado ao nosso candidato Alckmin.

Tirando isso de lado, o que eu queria dizer é que poucas vezes este País viu um candidato com garra, com juventude e com disposição para enfrentar as diferenças sociais aliadas a uma bagagem administrativa de experiência como Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Vice-Governador e Governador de São Paulo.

Mas esta campanha, Senadora Heloísa Helena, trouxe alguns pontos positivos, principalmente no primeiro turno. Por dever de justiça, faço questão de citar a candidatura de V. Ex^a e a de Cristovam Buarque. Para mim, essas duas candidaturas simbolizam um fato muito importante no momento que vivemos: que nem todos dizem amém.

V. Ex^{as} são pessoas que nasceram na história de um partido em que acreditaram, uma história baseada em luta e, acima de tudo, em moralidade. Durante longos anos, o partido prometeu ao País varrer da nossa história vários erros, vários pecados, principalmente o maior de todos: a corrupção.

Porém, ao assumir o poder, jogou-se de lado toda uma trajetória, transformando em passado a luta de muitos que acreditaram em um projeto e deram alguns anos de suas vidas a ele.

Senadora Heloísa Helena, teremos nós o prazer da convivência com V. Ex^a por mais alguns meses. Mas fique absolutamente certa de que, estando onde estiver, V. Ex^a vai sair maior do que entrou nesta Casa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a pela generosidade das palavras, Senador Heráclito.

Sabem todos como foi preciosa para mim esta campanha eleitoral. Combati o bom combate, estou de cabeça erguida, de consciência tranqüila. Não roubei, não fingi que não via quando roubavam, fazendo parte da roubalheira. Não fui cúmplice de nenhuma gangue partidária e de nenhum bando político. Não traí a minha classe de origem. Não enriqueci na política. Portanto, estou bastante cansada, mas muito feliz, de consciência tranqüila e de cabeça erguida porque combati o bom combate.

Espero que aquela parte da classe política brasileira que não o tem seja capaz de ter vergonha na cara e amor no coração. Espero que haja sabedoria e iluminação para que as pessoas possam votar pelo que é melhor para o Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação

de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2006**, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, que *autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias*.

Ao Projeto foram apresentadas duas emendas, que passo a ler.

São lidas as seguintes:

EMENDA Nº 1 – PLEN

Apresentada ao Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2006, que “autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias”.

Dê-se ao parágrafo único do art. 2º do PLS 278/2006 – que autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias, a seguinte redação:

“Art. 2º

Parágrafo único. Não serão aprovadas loterias com características semelhantes aos produtos lotéricos explorados pela Caixa Econômica Federal, ressalvadas as competências já reservadas aos Estados no Decreto-Lei nº 204/67.”

.....

Justificação

O Decreto-Lei nº 204/67, já reservava aos Estados e Distrito Federal a competência para exploração das chamadas loterias de bilhetes. Sendo este projeto uma iniciativa com a finalidade de revitalizar as loterias estaduais, deve acrescentar competências e não suprimi-las. Exemplificativamente, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais já exploram modalidades lotéricas de bilhetes. Esta emenda visa manter a coerência do projeto.

Sala da Comissão, – Senador **Gilberto Mestrinho**.

EMENDA Nº 2 – PLEN

Apresentada ao Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2006, que “autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias”.

Acrescente-se ao art. 3º do PLS nº 278/2006 os seguintes parágrafos:

Art. 3º – (...)

§ 1º Para efeitos desta lei, considera-se produto da arrecadação a receita bruta de vendas, deduzida da premiação os impostos diretamente incidentes sobre ela.

§ 2º Para a modalidade lotérica bingo, o regulamento poderá estabelecer percentual distinto do previsto no **caput** deste artigo, considerando-se o giro de apostas.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal deverão prestar contas dos recursos aplicados de acordo com o disposto no **caput** deste artigo junto à Caixa Econômica Federal.

Justificação

O parágrafo 1º destina-se a aclarar o real sentido de produto da arrecadação, uma vez que na atividade lotérica, pela sua natureza, a premiação oferecida ao apostador não se constitui receita do órgão promotor.

O relatório final da CPI recomendou a regularização da modalidade lotérica denominada bingo, visando à exploração pelos Estados e Distrito Federal. Nesse sentido, importante que se excepcione daquele percentual, esta modalidade, vez que pelas características do jogo de bingo – com alto giro de apostas – a receita da entidade promotora deverá ser considerada pelo saldo final entre os ganhos e perdas a cada entrada, ou ainda pelo estabelecimento de uma tarifa única na aquisição do crédito;

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2006. – Senador **Leomar Quintanilha**.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – As emendas, juntadas ao processado da referida matéria, vão ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, abusando da paciência de V. Exª, eu gostaria de pedir a transcrição, nos Anais da Casa, de um artigo de Lourenço Cazarré intitulado “Cleptopeleguismo: criação brasileira”. Ele descreve exatamente o que é isso.

Diz ele:

(A expressão “sem similar na história mundial” fica por conta do grande líder do novo regime, um cidadão que – segundo a oposição – sofre de facúndia mitomegalômana, doença contagiosa que, pelo que se sabe, irradiou-se para toda a América Latina a partir de Caracas.)

Segue:

A agremiação surgiu no início dos anos 80, no ABC paulista, com um nome de fantasia: Partido dos Trabalhadores. Um dos companheiros fundadores, detalhista, queria um nome mais extenso para a nova agremiação: Partido dos Trabalhadores Bem Remunerados,

alegando que a sigla só tinha apoio na nata dos operários de então: os metalúrgicos.

E por aí vai.

Eu gostaria que V. Ex^a permitisse a transcrição nos Anais da Casa do texto que ora solicito.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM SEU DISCURSO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Cleptopeleguismo: criação brasileira

Lourenço Cazarré

Tenho um amigo que, quando jovem, alimentou uma profunda simpatia pelo comunismo, mas deixou de admirá-lo alguns anos depois de ter tomado conhecimento do assassinato de dezenas de milhares de vítimas inocentes. Quando perguntei por que havia demorado tanto a se decidir pelo rompimento, ele me respondeu que um sujeito progressista não muda suas idéias por pouca coisa.

Depois, já mais espiritualizado, esse amigo caiu de amores pelo regime criado pelos aiatolás. Mas se decepcionou quando as mulheres foram obrigadas a usar aquelas roupas horríveis: não gostou do corte e menos ainda das cores, escuras, que fazem as coitadas suar um bocado.

Sua terceira grande desilusão política veio na época em que passou a flertar seriamente com a direita. Quando o Bush venceu a eleição (fraudada, é verdade), esse amigo achou que os americanos iriam invadir a China e a Rússia, ao mesmo tempo, só pra mostrar que são cáubois machos. Mas como eles se contentaram com o Afeganistão e o Iraque, o cara se desiludiu. Lembro que, certa vez, eu disse a ele que o Bush não sabe organizar frases com três palavras, mas ele alegou que um sujeito para administrar os Estados Unidos só tem que conseguir ler um gibi do Mickey. E isso o Bush alcança, jurou.

Pois bem, depois de perder o interesse pelo comunismo, pela teocracia e pela caubocracia, meu amigo ficou meio sem rumo ideológico. Achava que havia visto tudo em política e que nenhum outro regime seria capaz de surpreendê-lo positivamente. Mas, dia desses, eu o encontrei muito entusiasmado, exultante.

Aos gritos, ele me disse que o Brasil, a nação mais criativa da terra, conseguiu inventar um novo e surpreendente regime político, capaz de amalgamar, num governo coeso, dois grupos aparentemente opostos: jovens sindicalistas pobres de esquerda treinados em administrar as gordas contas dos mais ricos sindicados do país e velhos coronéis de direita, donatários de feitorias no Nordeste, mestres em fazer riqueza em estados miseráveis.

Trata-se do cleptopeleguismo, me disse ele, um sistema político sem similar na história mundial.

(A expressão "sem similar na história mundial" fica por conta do grande líder do novo regime, um cidadão que – segundo a oposição – sofre de facúndia mito-megalômana, doença contagiosa que, pelo que se sabe, irradia-se para toda a América Latina a partir de Caracas.)

Vejamos a argumentação desse meu amigo:

O cleptopeleguismo sustenta-se, obviamente, numa grande agremiação política: o Partido do Dinheiro Vivo (PDV). Sigla partidária que execra os banqueiros, o PDV quita todos seus compromissos em cash porque, programaticamente, é contra pagar CPMF.

A agremiação surgiu no início dos anos 80, no ABC paulista, com um nome de fantasia: Partido dos Trabalhadores. Um dos companheiros fundadores, detalhista, queria um nome mais extenso para a nova agremiação: Partido dos Trabalhadores Bem Remunerados, alegando que a sigla só tinha apoio na nata dos operários de então: os metalúrgicos. Para não ser chamado de traidor, fez uma ressalva: disse

que as montadoras pagavam bem não por serem generosas, mas porque, com o mercado nacional fechado para importações, podiam vender aqui carroças a preços estratosféricos. O detalhista foi voto vencido.

Passaram-se os anos, o partido cresceu e o cricri voltou a incomodar. Queria mudar o nome da agremiação para Partido dos Trabalhadores no Serviço Público. Alegou que esse seria o nome ideal já que, então, a quase totalidade dos militantes vinha das repartições. Era inegável, acrescentou ele, que os funcionários eram os únicos que podiam entrar nas greves promovidas mensalmente pelo partido sem correrem o risco de serem demitidos. De novo, o detalhista perdeu a parada. Coerente com o faro dos seus fundadores, o partido destacou-se por ganhar eleições para sindicatos. Qualquer sindicato. Sabiam os militantes, treinados pelos fundadores, que mesmo o menor dos sindicatos sempre tem, digamos, fundos. Mais uma vez o detalhista tentou abrir a boca, mas a sua boca foi fechada. Parece que com obturações de chumbo.

Nos anos 90, o partido não parava de avançar em todo o país e o cleptopeleguismo se estruturava rapidamente. Ganhando prefeituras do Estado de São Paulo, os dirigentes partidários especializaram-se no estudo dos intrincados mecanismos financeiros que azeitam os sistemas de coleta de lixo e de transportes urbanos. Menos sofisticados, os militantes gaúchos se interessaram mais pelo jogo do bicho. Em nível nacional, ainda na oposição, os quadros do partido, sempre buscando uma áurea eficiência, adestraram-se na administração dos gordos recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador.

No poder, a partir de 2003, a liderança do partido pode pôr em prática, no âmbito nacional, seu longo aprendizado. Com uma sólida maioria, cunhada em torno de um peculiar sistema de financiamento público da bancada governista no legislativo, sempre em grana viva, o cleptopeleguismo soube implantar, sem retoques, o corajoso programa econômico que herdara dos antecessores, bem como aprofundar os programas sociais (que também recebeu de herança), mas com o nome alterado e sem as contrapartidas, porque esse negócio de cobrar retribuição das pessoas pobres é coisa de elitistas.

Agora, na véspera da eleição, o cleptopeleguismo enfrenta uma grande batalha ideológica contra seus mais tradicionais adversários. O PDV, que sempre lutou programaticamente contra a privatização, hoje se empenha por ela também pragmaticamente. Os anos de poder ensinaram aos militantes do partido que as empresas estatais devem ser defendidas daqueles que pretendem vendê-las. Alegam os pedevistas que as estatais podem render mais se tiverem recursos fartos para publicidade e licitações.

E concluiu esse meu amigo: se tivesse que encontrar uma definição mais exata para o cleptopelego, eu diria é todo aquele cidadão que mostra o seu mais desinteressado apego às empresas estatais, sem levar em conta, jamais, que elas têm à sua disposição milhares de cargos de confiança regiadamente remunerados.

() Jornalista e, principalmente, ficcionista, mora em Brasília*

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Antero Paes de Barros, Almeida Lima, Juvêncio da Fonseca, Flexa Ribeiro, Marcos Guerra e a Sr^a Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, os factóides em série, o uso recorrente da mentira, “arrogância truculenta” – expressão cunhada por Arnaldo Jabor – marcam a atual campanha do Partido dos Trabalhadores.

Quanto tempo desperdiçado pelo candidato Geraldo Alckmin para desmentir os boatos disseminados de forma orquestrada pelo Partido dos Trabalhadores: da privatização à extinção de programas sociais.

No último debate promovido pela TV Record, o candidato Geraldo Alckmin alertou sobre o risco de uma escalada dos preços dos alimentos.

O candidato à reeleição, após desdenhar da avaliação feita por Geraldo Alckmin, afirmou que recorrerá à importação de alimentos para combater eventuais aumentos.

A Confederação Nacional da Agricultura – CNA – ratificou por intermédio de seu superintendente técnico, Ricardo Cotta – a avaliação do candidato Geraldo Alckmin feita durante o debate da TV.

Segundo a CNA os preços dos alimentos vão subir! A elevação deverá ocorrer de forma mais significativa nos derivados do trigo, como o pãozinho, o macarrão e as massas, além do arroz e da carne bovina.

Todos os levantamentos feitos pela CNA apontam uma tendência de elevação continuada dos preços.

Atenção. Em junho passado, os preços agrícolas atingiram o menor nível dos últimos 50 anos. Agora os dados mostram uma reversão acentuada dessa trajetória.

Um conjunto de fatores contribuiu para a redução dos preços agropecuários nos últimos anos. A questão do câmbio valorizado somado a crise de rentabilidade que desestimulou novos investimentos, sem falar que os

produtores enfrentaram também problemas sanitários, compõem o cenário trágico da agropecuária.

Nesse contexto gostaria de mencionar um dado sobre o Paraná. Desde o início da crise na agricultura, em 2004, chega a 39% a perda de faturamento do produtor paranaense nas três principais culturas do estado – soja, milho e trigo.

Enquanto há dois anos o faturamento médio por hectare era de R\$1.407,01, está reduzido a R\$859,00 – uma diminuição de R\$547,15/ha (39%). O cálculo é da economista da federação da agricultura do Estado do Paraná (Faep), Gilda Bozza.

Nestes dois anos, no caso específico da soja, 76% da perda de faturamento é resultado da queda de preços; 20% da queda de produção e 4% da redução de área.

Entre 2004 e 2006 houve uma redução expressiva nos preços dos produtos agrícolas: a cotação da soja recuou 36,5%, o milho caiu 25,8% e o trigo 22,1%. a produção de soja, milho e trigo, em igual período, caiu de 24,39 milhões de toneladas para 21,93, equivalente a uma perda de produção de 2,46 milhões de toneladas (-10%).

Dimensão da crise na agricultura foi escamoteada pelo candidato à reeleição ao longo da campanha eleitoral !!!

Segundo um estudo da organização para cooperação e desenvolvimento econômico – OCDE –, o produtor brasileiro, ao contrário da maior parte dos agricultores do mundo, não tem praticamente nenhum tipo de apoio governamental para minimizar os riscos e oscilações que a atividade permeia.

O estudo da OCDE destaca que o apoio ao produtor brasileiro, medido pelo conceito de PSE – estimativa de apoio ao produtor – corresponde a apenas 3% do valor bruto das receitas com a comercialização agropecuária. Esse percentual é um dos mais baixos do mundo. a china concede 8% de apoio a sua agropecuária, estados unidos 17%, Canadá 22%, enquanto na união Européia o índice chega a 30% de apoio a seus agricultores.

A maior parte do pequeno apoio concedido aos agricultores brasileiros é repassada na forma de transferência via crédito rural, com taxa de juros ainda extremamente elevada se comparada a outros países. a OCDE ressalta que apenas 23% da necessidade de recursos para o plantio da safra são fornecidos pelo sistema financeiro e, mesmo assim,

parcela significativa do crédito é concedida com taxa de juros livres.

Uma agenda de crescimento econômico, bem como uma avaliação realista da crise vivida pela agricultura no Brasil só foi realmente apresentada pelo candidato Geraldo Alckmin nessa campanha.

O choque de gestão proposto por Alckmin teria início com a implantação de um governo sério e que não toleraria a corrupção.

Atenção: segundo estudo feito pelo coordenador da escola de economia de São Paulo, da fundação Getúlio Vargas, Marcos Fernandes, a perda da produtividade provocada por fraudes públicas no Brasil atinge a casa de US\$3,5 bilhões por ano (R\$7,5 bilhões).

Como reivindicam as mais credenciadas lideranças empresarias, o Brasil precisa de um crescimento chinês, ancorado no investimento em infra-estrutura, para produzir pib maiores entre 8% e 10% a cada ano.

O Brasil ficou para trás nos últimos anos! Não foram criadas nem as condições internas para atrair o investimento.

Esse respeito um estudo do Banco Mundial atribuiu uma nota baixíssima ao Brasil em requisitos como qualidade regulatória, eficácia das leis e das ações do governo.

De zero a 100, segundo critérios estabelecidos pelo Banco Mundial, Botsuana tem um governo mais eficaz que o Brasil – 75 contra 55. o mesmo acontece com a questão da qualidade regulatória – 71 contra 55.

No que se refere ao crescimento econômico, pelo segundo ano consecutivo, o produto interno bruto do Brasil só deve crescer mais que o do Haiti entre os países da América Latina.

Segundo **ranking** de 19 países preparado pela consultoria Austin Rating a partir de dados do FMI, da Cepal e do Banco Central, se em 2006 o Brasil crescer 3% como prevêem em média as mais de cem instituições financeiras consultadas para a elaboração do boletim Focus, só o Haiti, que continua em guerra civil, terá uma alta menor do pib, de 2,3%.

Nesse cenário, o Brasil vai empatar com o Equador, que também crescerá 3%, e ficará atrás de países como Paraguai (3,5%), El Salvador (3,5%), Costa Rica (3,7%) e Bolívia (4,1%).

Os juros estratosféricos, ainda são o principal entrave para a economia brasileira, segundo especialistas.

Para o professor do Instituto de Economia da Unicamp, Márcio Pochmann, para “salvar a década” e o Brasil crescer entre 5% e 6% ao ano o próximo presidente terá obrigatoriamente que enfrentar o problema dos juros.

Dados: o juro real no Brasil é de 9,3% ao ano, o juro real mais elevado do mundo !!!.

A Turquia, economia incipiente se comparada à brasileira, pratica juros reais de 6,2%. é a segunda maior taxa do planeta.

Um patamar de juro real estratosférico como esse – 9,3% ao ano – transforma investimentos em perigosa aventura, semeando insegurança e ameaçando a economia, como destacou o Presidente da Fiesp, Paulo Skaf.

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer o registro da matéria intitulada “Vice da OAB acusa Lula de desestimular a PF”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 28 de setembro de 2006.

A matéria destaca que para o vice-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Aristóteles Atheniense, o Presidente Lula erra ao dizer que ninguém é suspeito antes de esgotada a investigação porque desestimula a Polícia Federal.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Vice da OAB acusa Lula de desestimular a PF

Para Atheniense, presidente erra ao dizer que ninguém é suspeito antes de esgotada a apuração

Rodrigo Perelra

O vice-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Aristoteles Atheniense, disse ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "desestimula" a Polícia Federal ao fazer declarações de que ninguém pode ser responsabilizado por infrações até que todos os recursos estejam esgotados.

"A Polícia Federal tem feito um trabalho primoroso, usado estratégia, técnica e inteligência para investigar", avaliou Atheniense. "Mas o presidente da República, ao afirmar seguidas vezes que ninguém pode ser responsabilizado até o último recurso na Justiça, leva à conclusão de que todo esforço da Polícia Federal não tem valor algum."

Ontem por exemplo, Lula desqualificou a ordem de prisão de seis petistas envolvidos com o dossiê Vedoin, dizendo ver "uma jogada política neste pedaço aí". Para o vice-presidente da OAB, Lula de fato deu condições de funcionamento à PF, mas o discurso de que a instituição nunca teve tanta liberdade para investigar fica esvaaziado quando o presidente sai

em defesa de seus homens de confiança implicados em escândalos. "O policial se sente numa situação muito difícil, porque para ele já há elementos suficientes para alguém ser indiciado. E vem o presidente da República e só falta dizer que o indiciamento não significa nada."

Atheniense usou a queda dos ex-ministros José Dirceu e Antonio Palocci e do ex-tesoureiro

do PT Delúbio Soares como exemplos da estratégia presidencial de tentar proteger comitês. "É um alheamento completo. A gente tem a impressão de que o gabinete do presidente ficaria a quilômetros e quilômetros de seus auxiliares", ironizou.

Para o advogado, o presidente quer a PF investigando conforme as conveniências. "A pro-

va de que não há interesse em investigações) é o caso do Antero (apreendido com petistas) e dependesse da PF, ele não apresentaria esse dinheiro, não grafado, filmado, feito todo para ser feito", disse.

O vice-presidente da OAB criticou o argumento de que o dinheiro não foi usado para a causa da eleição. "O presidente é ansioso por saber o que aconteceu. Isso iria na verdade para o eleitor, aumentar o entendimento na hora de votar", disse. E completou: "É importante que a pessoa anterior tenha esclarecido se há uso em benefício da Eleitoral". *

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "Céu sem despesas", publicada no **Jornal do Brasil** em sua edição de 30 de agosto do corrente.

A matéria mostra que o programa de governo do presidente-candidato Luiz Inácio Lula da Silva não faz menção aos escândalos de corrupção que foram uma constante em todo o seu governo. A matéria mostra, também, que grande parte das promessas da campanha de Lula, em 2002, não foram cumpridas.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CÉU SEM DESPESAS

Documento evita falar em corrupção

Ao tentar fazer um balanço sobre os quase quatro anos de mandato do presidente-candidato Lula, o programa de governo não faz menção direta aos escândalos de corrupção. Na reunião mais próxima, o documento afirma que falta autoridade moral à oposição para fazer críticas ou falar sobre ética.

“Como podem falar em ética e valores da privatária que enriqueceu parte das estatais em negócios marcados por graves denúncias de irregularidades?” questiona o documento que

analisa a regra da campanha de Lula e escolhe a sigla de seu partido, o PT. A legenda só aparece na contracapa do caderno.

As críticas aos oito anos de governo Fernando Henrique precedem o enunciado de propostas e ocupam oito das 39 páginas do programa. Segundo o coordenador do programa, Marco Aurélio Garcia, os comentários tiveram a função de mostrar os desafios encontrados pelo governo Lula em 2003 e justificar eventuais medidas impopulares adotadas no mandato.

– O combate à sonegação e a geração de empregos cumprirá o papel de reduzir o déficit previdenciário - acredita o presidente do PT, Ricardo Berzoini.

O texto tampouco menciona a reforma tributária. (K.C.)

44 Embora sejamos chamados de assembleístas, foi isso o que fizemos

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente e candidato

Discurso forçado e popular

Lula na Casoratti

SÃO PAULO. O presidente-candidato Luiz Inácio Lula da Silva fez esforço para demonstrar que governa para maioria do povo e ressaltou a “multi-representatividade” das forças sociais e políticas presentes ao lançamento do programa para eventual segundo mandato.

Esse tom vai na mesma direção da proposta defendida nos últimos dias por aliados do presidente, de construir um governo de coalizão no período

2003-2006 para facilitar as reformas multilaterais necessárias ao desenvolvimento do país.

Sem citar metas, Lula falou das diretrizes gerais — e nada polêmicas — do programa de governo sob o “guarda-chuva” do crescimento com distribuição de renda. Lula evidenciou o “momento bom” do país.

Lula acrescentou que foi no seu governo que os reitores, negros e sem-teto pisaram no Palácio do Planalto.

– Embora sejamos chamados de assembleístas, foi isso o que fizemos e pretendemos fazer muito mais – enfatizou.

Do início ao fim, o candidato-presidente listou exemplos de abertura de seu governo para reivindicações de todos os segmentos econômicos e sociais.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Será possível que ninguém se toca?”, de autoria do jornalista Arnaldo Jabor, publicado no jornal **O Globo** em sua edição de 17 de outubro do corrente.

O autor, em seu artigo, trata da possibilidade de reeleição do presidente Lula e afirma que “As conquistas da redemocratização estão ameaçadas pelo projeto petista de poder”.

Para Jabor, a reeleição de Lula “nos levará a um retrocesso político trágico. Em pouco tempo, podemos ter a volta da inflação, caos político, ruptura institucio-

nal – tudo na contramão das necessidades de modernização do país”.

Sr. Presidente, requiero que o artigo de autoria do jornalista Arnaldo Jabor seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Estamos vivendo um momento histórico delicadíssimo. As conquistas da redemocratização estão ameaçadas pelo projeto petista de poder. A agenda óbvia para melhorar o Brasil é um consenso entre grandes cientistas sociais. Vários prêmios Nobel concordam com nossos pontos essenciais de reforma política e administrativa, que fariam o país decolar. Mas os despreparados sindicalistas e ex-comunas ignorantes têm um programa que nos levará a um retrocesso político trágico. Em pouco tempo, podemos ter a volta da inflação, caos político, ruptura institucional — tudo na contramão das necessidades de modernização do país. Eles prometem medidas que nos jogarão de volta aos anos 50 ou para trás, pelo viés burro de um "socialismo" degradado num populismo estatizante; o lulismo. Enquanto isso, os cidadãos que comeram e estudaram, intelectuais e artistas cultos, os que bebem nos bares e lêem jornal ficam quietos. O Brasil está sendo empurrado para o buraco, e ninguém se toca?

O que vai acontecer com esse populismo-voluntarista-estatizante é óbvio, previsível, e bê-á-bá em ciência política. "Sempre foi assim..." — se consolam.

Mas não. "Nunca antes", um partido montou um esquema secreto de "desapropriação" do Estado, para fundar um "outro Estado". O ladrão tradicional roubava em causa própria e se escondia pelos cantos. Os ladrões deste governo roubam de testa erguida, como em uma "ação revolucionária". Fingem-se de democratas para apodrecer a democracia por dentro.

Lula topa tudo para ser reeleito. Ele usa os bons resultados da economia do governo FHC para fingir que governou. Com cínico descaro, ousa dizer que "estabilizou" a economia, quando o PT tudo fez para acabar com o real, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, contra tudo que agora apregoa como atos seus.

Se eleito, as chamadas "forças populares", que ocupam os 30 mil postos no Estado aparelhado, vão permanecer nas "boquinhos", através de providências burocráticas de legitimação.

As Agências Reguladoras serão assassinaadas. Os sinais estão claros, com várias delas abandonadas e com notícias de que o PMDB já quer diretorias.

O Banco Central perderá qualquer possibilidade de autonomia, como já rosnam os membros do "Comitê Central" do lulismo. A era Meirelles-Palocci será queimada, velho desejo de Dirceu e camaradas.

ARNALDO JABOR

Será possível que ninguém se toca?

Assistimos à desmoralização das conquistas da democracia

Qualquer privatização essencial, como a do IRB, por exemplo, será esquecida.

A reforma da Previdência "não é necessária" — dizem eles — pois os "neoliberais exageraram muito sobre sua crise", não havendo nenhum "rombo" no orçamento.

A Lei de Responsabilidade Fiscal será aos poucos desmoralizada por medidas atenuantes.

Os gastos públicos aumentarão, pois, como afirmam, "as despesas de custeio não diminuirão para não prejudicar o funcionamento da máquina pública". Nossa maior doença — o Estado canceroso — será ignorada.

Voltará a obsessão do "controle" sobre a mídia e a cultura, como aconteceu no início do primeiro tempo. Haverá, claro, a obstinada tentativa de desmanchar os escândalos do chamado "mensalão", desde os dólares na cueca até a morte de Celso Daniel e Toninho do PT, como já insinuam, dizendo que são "meias verdades e mentiras, sobre supostos crimes sem comprovação...".

Leis "chatas" serão ignoradas, como Lula já faz com a lei que proíbe reforma agrária em terras invadidas ilegalmente, "esquecendo-a" de propósito. Quanto ao MST, o governo quer mantê-los unidos e fiéis, como uma espécie de "gar-

da pretoriana", a vanguarda revolucionária dos "alotolás petistas", caso a crise política se agrave. Não duvidem, eles serão os pedões de Lula.

Outro dia, no debate, quando o Alckmin contestou Lula ao vivo, ouviu-se um "ohhhh!..." escandalizado entre eleitores, como se o Alckmin tivesse cometido um sacrilégio. Alckmin apenas atacou a intocabilidade do operário "puro" e tratou-o como um cidadão como nós, ignorando a aura de "ungido de Deus" de Lula, que os fanáticos intelectuais lhe pespegaram. Reagiram como diante de uma heresia, como se Alckmin tivesse negado a virgindade de Nossa Senhora. Eu lhe perguntar: "De onde veio o dinheiro?"

Agora, sem argumentos diante dos escândalos inegáveis, os lulistas só agem pela Fé. Lula sempre se disse "igual" a nós ou ao "povo", mas sempre do alto de uma "superioridade", como se ele estivesse "fora da política", como se a origem: pobre e a ignorância lhe concedessem uma sabedoria maior. Agressão é o silêncio cínico que ele mantém, desmoralizando as instituições pela defesa obstinada da mentira. Mas os militantes imaginários que se acham "amantes do povo" pensam que Lula não precisa dizer a verdade: basta parecer. Alguns até reconhecem os crimes: "mesmo assim", votarão nele. Muitos tem medo de serem chamados de reacionários ou carretas. Há também os "latifundários intelectuais": acadêmicos e pensadores se agarram em seus feudos e não ousam mudá-lo. Uns são benjaminianos; outros, marxistas; outros, hegelianos, gurus que justificam seus salários e status acadêmico e, por isso, não podem "esquecer um pouco o que escreveram" para agir. Mudar é traír, para ortodoxos. Ninguém tem peito de admitir a evidência inevitável de que só um "choque de capitalismo" destruiria nossa paralisia estatal, burocrática e patrimonialista, pois o mito da "revolução sagrada" é muito forte entre nós. Se há uma coisa que une esquerda e direita, é o ódio à democracia (Bobbio).

Os intelectuais dissimulados votarão em Lula de novo e dizem que "sempre foi assim" porque, no duro, eles acham que o lulo-dirceusismo estava certo, sim, e que o PT e sua quadrilha fizeram bem em assaltar o Estado para um "fim revolucionário".

Vou guardar este artigo como um registro em cartório. Não é uma profecia; é o óbvio, banal, previsível. Um dia, tirá-lo-ei do bolso e sofrerei a torta vingança de declarar: "Agora não adianta chorar sobre o chopinho derramado... Eu não disse?..."

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “TCU bloqueia repasse de R\$6,35mi ao Piauí às vésperas da eleição”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** do dia 13 de setembro do corrente.

A matéria destaca que, novamente, foram detectadas irregularidades pelo Tribunal de Contas da União nas transferências de recursos federais a Estados e municípios. As transferências irregulares já somam R\$17,2 milhões. O Estado governado pelo petista e

candidato à reeleição Wellington Dias, o Piauí, responde por 86% do total liberado pela União.

Sr. Presidente, requiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TCU bloqueia repasse de R\$ 6,35 mi ao Piauí às vésperas da eleição

Irregularidades detectadas pelo tribunal nas transferências de recursos federais a Estados e municípios já somam R\$ 17.2 mi

O Piauí, Estado governado pelo petista Wellington Dias, candidato à reeleição, responde por 86% do total liberado pela União

MARTASALOMON
DASUNIVERSALDEBRASILIA

O TCU (Tribunal de Contas da União) determinou ontem o bloqueio de mais R\$ 6,35 milhões repassados pelo governo federal ao Estado do Piauí em suposta afronta à legislação eleitoral. Essa é a terceira cautelar concedida pelo tribunal contra repasses de recursos da União a Estados e municípios.

As irregularidades detectadas somam até aqui R\$ 17,2 milhões, e o Estado governado pelo petista Wellington Dias, candidato à reeleição, responde por 86% do total liberado. A assessoria de imprensa do governo do Piauí disse que o Estado ainda não foi informado oficialmente sobre a decisão do TCU.

A lei eleitoral (número 9.504, de 1997) só autoriza a transferência de recursos da União a Estados e municípios nos três meses que antecedem as eleições para obras iniciadas anteriormente, serviços em andamento ou situações emergenciais. O descumprimento dessa regra pode levar à perda do registro ou do diploma do candidato beneficiado.

Na cautelar concedida ontem, o ministro Guilherme Palmeira, presidente do TCU, acata a análise da equipe técnica do tribunal de que o dinheiro repassado teria como objetivo “o início de obras no período eleitoral”, sem que estivesse comprovada situação de emergência ou de calamidade pública. Contrariaria assim as restrições impostas pela legislação.

A cautelar determina que a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) deixe de fazer novos repasses e impede que o Piauí gaste o dinheiro repassado em 21 e 22 de agosto aos cofres do Estado.

Como no caso das duas cautelares concedidas anteriormente, cópia da decisão seguiu para o Ministério Público Eleitoral para a “adoção de providências cabíveis”. Caberá ao procurador decidir se levará ou não o caso ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

O TCU já havia detectado irregularidades no repasse de dinheiro da União para a compra de ambulâncias no Piauí e de tratores, chamados de “patruilhas mecânicas”, em 17 prefeituras de 11 Estados. Poderão ser objeto de novas cautelares transferências no valor de R\$ 50 milhões em que os técnicos do tribunal constataram indícios de irregularidades, ainda sob investigação.

O TCU fiscaliza não só o repasse irregular de recursos públicos no período eleitoral como outras vedações impostas pela legislação, como propaganda próxima a repartição pública, uso de bens ou servidores públicos em campanhas.

Colaborou JOÃO CARLOS MAGALHÃES, da Agência Folha

[+] PIAUÍ: PETISTA LIDERA DISPUTA SEGUNDO IBOPE

O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), possui 46% dos votos no Estado, segundo última pesquisa Ibope, divulgada em 15 de agosto. O senador Mão Santa (PMDB) tem 33%. Realizada entre 12 e 14 de agosto, a pesquisa foi registrada no TRE-PI sob nº 14280/2006.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Presidente comprou governador de MT”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 16 de outubro de 2006.

A matéria destaca que o vice-governador eleito de São Paulo, Alberto Goldman afirma que o Presidente Lula, na reta final da campanha, “comprou” o governador de Mato Grosso com financiamento a produtores rurais do estado, em troca de apoio político e votos.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Alberto Goldman, vice-governador eleito de São Paulo

‘Presidente comprou governador de MT’

Ele diz que petista não é o candidato dos pobres, mas das elites, e o acusa de usar o poder “sem escrúpulos”

Silvia Amorim

O vice-governador eleito de São Paulo, Alberto Goldman, que, ao lado do governador eleito José Serra, comanda uma onda de mobilização no Estado para ampliar a votação do tucano Geraldo Alckmin, diz que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não é o representante dos pobres, mas das “elites empresariais que mais lucraram” à custa daquela parcela do povo. Em entrevista ao Estado, Goldman acusa Lula de falta de escrúpulos na reta final de campanha: “Ele compra um governador de Mato Grosso (Blairo Maggi, do PPS) através de financiamento a produtores rurais a duas sema-

nas da eleição, introduz quase 3 milhões de famílias no Bolsa-Família a 90 dias da eleição... Ele não tem promessas, são pura mentira, enganção, mistificação.” Para Goldman, a vitória de Alckmin depende de tranqüilidade e sangue frio.

A duas semanas da eleição, o candidato Geraldo Alckmin, embora tenha adotado um discurso mais ofensivo, ainda não conseguiu melhorar seu desempenho nas pesquisas de intenção de voto. A estratégia está equivocada?

Não. É a única possível. Temos de cobrá-los das coisas erradas e fazer com que isso chegue à população menos esclarecida, que é onde Lula ganha de forma avassaladora. A estratégia está correta: é cobrar e tentar fazer com que ele também perca votos entre a parcela da população economicamente ativa mais esclarecida. É o que fizemos no primeiro turno. Não diz o ditado “água

mole em pedra dura tanto bate até que fura”? Tem de ficar tranqüilo e ter sangue frio. Ao contrário do que diz, Lula é o candidato do voto conservador, daquele que não quer arriscar perder o Bolsa-Família.

Alckmin deve manter o tom mais agressivo?

O Geraldo tem de fazer exatamente como vem fazendo: apresentar pontos essenciais do programa de governo e não deixar de levantar questões que são preliminares, como a ética. Nenhum governo pode justificar uma ação administrativa se não estiver apoiado numa conduta ética acima de qualquer suspeita.

O sr. quer dizer que, numa eventual vitória de Lula, ele não conseguirá governar?

Acho que não há dúvida de que não se pode comparar uma eleição há quatro anos, quando ele tinha absoluta respeitabilidade, inclusive da oposição, com a situação atual. É indiscutível que, se ele for eleito – e eu espero que não –, ele começaria um mandato de forma extremamente debilitada. Acho que ele tem uma mácula fundamental nesse governo. Foi responsável por uma série de operações irregulares, ilegais e criminosas. Portanto, não teria credibilidade e respeitabilidade necessárias para começar um novo governo.

Qual a postura do PSDB num eventual segundo mandato de Lula?

Prefiro não discutir isso. Prefiro dizer que essa situação que se criou os levará a serem oposição. O que temos de fazer agora é cobrar respostas para todos os erros do governo, destacar o conjunto de mentiras que ele informa à população todos os dias. É um cidadão que não tem vergonha de mentir descaradamente. Isso não pode criar nenhuma condição de um relacionamento político saudável entre nós.

A que o sr. atribui a ausência de Lula no próximo debate?

Ele escolhe sempre as coisas que lhe convêm. No primeiro

turno ele disse, de forma provocativa, que a onça ia beber água. Não sei que água a onça bebeu, talvez aquela que passarinho não bebe. Ele age sempre de forma provocativa. Alguém que é o presidente da República e candidato à reeleição e usa sem escrúpulos o poder não pode ter a respeitabilidade. Ele compra um governador de Mato Grosso através de financiamento a produtores rurais a duas semanas da eleição, introduz quase 3 milhões de famílias no Bolsa-Família a 90 dias da eleição... Não tem promessas, são pura mentira, enganção, mistificação.

Ele diz que o País está dividido e ele representa os pobres.

Ele é o candidato das elites empresariais que mais ganharam nestes quatro anos. É o candidato das elites sindicais que deixam os sindicatos para ocupar cargos públicos, da elite da burocracia estatal. O fato de dar bolsa com recursos públicos não o torna o candidato dos pobres. Não nos vangloriamos de botar 1 milhão de famílias no Bolsa-Família, mas vamos nos vangloriar no dia em que tirarmos 1 milhão e demais emprego a elas.

Completo um mês a investigação do caso do dossiê Vedoin. Uma resposta sobre a origem do dinheiro apreendido com petistas vem antes da eleição?

Pelo jeito eles não estão querendo que venha antes das eleições. Mais grave será se essa resposta vier depois e mostrar algum tipo de envolvimento dele ou das pessoas próximas. Temos ter uma crise institucional. O povo tem de saber antes para não ser enganado. ●

O SR MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “PF afasta delegado e faz intervenção branca para controlar investigações”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** de 22 de setembro do corrente.

A reportagem destaca que a Polícia Federal tentou abafar o caso do dossiê após descobrir o envolvimento de petistas no escândalo da compra de um falso dossiê contra candidatos do PSDB.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PF afasta delegado e faz intervenção branca para controlar investigações

Orientação é restringir acesso a informações e concentrar apuração em policiais de confiança do diretor do órgão

O delegado Edmilson Pereira Bruno, que prendeu petista e ex-policia em São Paulo e fez a apreensão do dinheiro, está fora do caso

ILLIAN CRISTOFOLETTI
O REPORTAGEM/OLGA

A Polícia Federal tentou abafar o caso do dossiê após descobrir o envolvimento de petistas no escândalo. Em São Paulo, onde um ex-agente da PF foi preso, a orientação era restringir ao máximo o acesso a informações e concentrar a investigação nas mãos de policiais de confiança do diretor-executivo da PF, delegado Zulmar Pimentel, 55, segundo homem na hierarquia do órgão.

Segundo a **Folha** apurou, o delegado Edmilson Pereira Bruno, que estava de plantão na madrugada de sexta-feira e prendeu o petista Valdebran Padilha, foi afastado do caso.

Durante a operação, o delegado prendeu ainda o ex-agente da PF Gedimar Passos — que negociava o dossiê com Padilha, no hotel Ibis —, apreendeu R\$ 1,7 milhão e colheu os primeiros depoimentos.

Na segunda-feira, Bruno foi afastado. No lugar dele foram acionados policiais ligados ao superintendente em exercício da PF em São Paulo, Severino Alexandre, indicado para a diretoria executiva do órgão pelo diretor-executivo Pimentel.

Como o superintendente em exercício, a **Folha** apurou que o policial preso também fazia parte do grupo de agentes que gozavam da confiança do diretor-executivo — a PF de Brasília não confirmou a informação.

Por orientação do superintendente em exercício, todos os delegados e agentes foram proibidos de falar sobre o caso. Também foi vetada a divulgação de imagens do dinheiro apreendido no hotel.

As fitas de vídeo gravadas pelo circuito interno do Ibis, segundo um funcionário do hotel, haviam sido prometidas ao delegado Bruno, que deveria retirá-las na segunda-feira. Por determinação do superintendente em exercício, o material foi lacrado e encaminhado diretamente para ele.

Uma das situações consideradas “estranhas” por agentes da PF, que pediram para que seus nomes não fossem divulgados, foi o depoimento de Freud Godoy, ex-assessor especial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O superintendente em exercício determinou que Godoy fosse ouvido na segunda-feira por uma delegada assistente dele, considerada “novata” na profissão. O normal, dizem, seria Bruno ter assumido o interrogatório já que ele ouviu os

presos e é delegado de classe especial, último grau na polícia.

A **Folha** tentou entrar em contato ontem com o delegado Bruno e com o superintendente em exercício. O primeiro, segundo a assessoria da PF, não tinha autorização para falar com a imprensa. Precisava da aprovação de Alexandre.

A reportagem telefonou cinco vezes para o gabinete do superintendente Alexandre. As secretárias informaram que transmitiriam o recado, mas que ele dificilmente fala com jornalistas. Localizado por telefone, Bruno se negou a falar. A PF em Brasília foi informada sobre o teor da reportagem, mas não retornou as ligações.

Renata Lo Prete O pêndulo de Lula

ROTEIRO se repete toda vez que petistas são apanhados em flagrante delito. Somos entupidos de relatos palacianos segundo os quais Lula estaria “muito irritado”, “furioso” até, com o acontecido. No caso da montagem e compra de informações contra os tucanos, quer ver a Polícia Federal “colocar algemas” nos responsáveis.

Motivo para irritação de fato existe. Se mais não fosse, o presidente perdeu seu churrasqueiro oficial e ainda teve de enfrentar uma bateria de perguntas embaraçosas ontem no “Bom Dia Brasil”.

A questão, no entanto, é saber se Lula ficaria aborrecido caso a operação — em suas palavras “abominável” e “imoral” — tivesse transcorrido em sigilo e ao final dado certo. Claro que não.

Ainda que integrantes da campanha de Aloizio Mercadante estejam enrolados até o pescoço no episódio, não pára em pé o raciocínio de que “apenas o PT de São Paulo” teria a lucrar com a eventual desmoralização de José Serra.

Não que Lula perca o sono com a perspectiva de vitória tucana no Estado. Pretende mesmo se beneficiar da rivalidade entre Serra e Aécio Neves no jogo de 2010. Mas infinitamente melhor seria uma oposição de espinha quebrada. Foi o que os compradores do dossiê e da entrevista de Luiz Antônio Vedoim à “IstoÉ” tentaram providenciar.

A crônica oficialosa do humor presidencial ajuda Lula porque lhe dá a oportunidade de ser e não ser PT ao sabor de sua conveniência. No auge da crise de mensalão, ele não era. Passado o pior da tormenta, foi voltando a ser. Mais recentemente, com a campanha em céu de brigadeiro, já se permitia afagar em público os cadafés.

Agora, retoma as queixas e procura se mostrar apartado “desses meninos” — como se referiu, no “Bom Dia”, aos operadores do dossiê, alguns dos quais lhe são fiéis desde sempre e acima de tudo.

Brta-se, óbvio, de uma mistificação. Põe Lula quantos palavrões bem entender, em seu DNA está escrito PT-SP. Não há dissociação possível.

A outra mistificação consiste em qualificar os homens do dossiê como “trapalhões” — o problema, fica implícito, é que “fizeram tudo errado” — e não como os golpistas que na verdade são.

O tratamento condescendente cumprirá a função de facilitar a recondução “desses meninos” a suas funções, tanto subterrâneas como na churrasqueira, quando a poeira baixar e o pêndulo de Lula se mover novamente.

Num ambiente em que o jornalista responsável pela entrevista de Vedoim declara sem corar que “da minha assinatura para trás, não sei o que aconteceu”, não faltaram ingênuos para comprar essa farsa, nem espertos interessados em vendê-la.

A ORIGEM DO DINHEIRO

De onde veio o valor apreendido pela Polícia Federal na última sexta-feira



OS DÓLARES

O fato de as notas ainda estarem presas em cintas douradas de papel com a inscrição da casa da moeda norte-americana indica que o dinheiro foi sacado em um banco nos EUA



OS REAIS

Segundo a PF, a quantia foi sacada em agências do BankBoston e do Bradesco em São Paulo e no Rio. Gedimar disse ao depor que parte do dinheiro foi entregue a ele por a guém chamado "Expedito"



O SACADOR
RECOLHEU
R\$ 1,7
milhão

no total para
comprar o dossiê
elaborado pelos
Vedoin

COM GEDIMAR

US\$ 139 mil

R\$ 410 mil

O ex-agente da PF deveria
receber os documentos e
pagar o restante a Valdebran

COM VALDEBRAN

R\$ 1 milhão

O petista, que levaria o dinheiro
aos Vedoin, recebeu o valor

DOSSIÊ ELABORADO POR CUIABÁ

O QUE AINDA NÃO FOI RESPONDIDO

Sobre os dólares

>> Em que banco doé EUA teria sido sacado o total em dólares?

>> A Polícia Federal já tem essa informação?

Sobre os reais

>> Em contas de quais pessoas estava o dinheiro sacado no Bradesco, Safra e BankBoston?

Sobre a PF

>> Por que não mostrou, como de costume, imagens das notas apreendidas?

>> Por que não esperou o caso se desentolar para prender os envolvidos em SP em flagrante?

>> A PF recebeu ordens para não agir do mesmo modo como sempre age?

Sobre o sacador

>> Quem recolheu o dinheiro nos bancos?

>> Há uma outra pessoa que recebeu o montante e o repassou para Gedimar? Ou foi a mesma que arrecadou nos bancos e repassou?

>> Essa pessoa é Expedito Veloso, ex-diretor do Banco do Brasil?

Sobre o dossiê

>> A PF revelou todo o conteúdo do dossiê ou ainda há alguma coisa a ser mostrada?

>> C dossiê compromete o PT e, por isso, o partido também estava interessado em comprá-lo, para calar Vedoin?

Sobre o destino final do dinheiro

>> O dinheiro iria para as mãos de quem? Apenas para Vedoin, que tentou vender as informações?

>> Parte do dinheiro estaria destinado para negociar com as revistas citadas no caso?

Dossiê tinha dados contra PT, diz suspeito

DA REPORTEAGEM LOCAL

Foi para tirar de circulação um calhamaço com cerca de 2.000 páginas com denúncias contra vários partidos, principalmente contra o PT, que petistas estariam dispostos a pagar R\$ 2 milhões para Luiz Vedoin, chefe dos sanguessugas.

A afirmação foi feita pelo ex-policial federal Gedimar Pereira Passos, preso na sexta-feira negociando o dossiê. Os documentos, disse ele, desapareceram.

"A família Vedoin se dispôs a vender ao PT informações graves que envolvem não só políticos de outros partidos, mas também políticos do próprio PT", disse Passos, que estaria a serviço do PT.

Segundo o ex-policial, o dossiê abordava casos "graves", que não se limitavam ao esquema dos sanguessugas. Os papéis, disse, faziam parte do "pacote" vendido por Vedoin.

Passos afirmou também, segundo a polícia, que viu o calhamaço durante uma reunião em Cuiabá (MT). Disse que, na quinta-feira, quando se encontrou no hotel com o emissário dos Vedoin, Valdebran Padilha, os papéis não estavam com ele.

A PF está buscando o documento citado pelo ex-agente. (L.C)

Governo tem meio rápido para saber nomes de sacadores

RUBENS VALENTE
DA REPORTAGEM LOCAL

O governo federal tem condições de identificar, em curto espaço de tempo, de quais contas bancárias vieram os cerca de R\$ 1,16 milhão em espécie usados por integrantes da campanha à reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para tentar adquirir um dossiê contra tucanos na semana passada.

Segundo a *Folha* revelou ontem, a partir de fontes da Polícia Federal, os investigadores suspeitam que parte dos saques ocorreu em agências bancárias de Duque de Caxias (RJ) e do bairro de Campo Grande, no Rio de Janeiro.

Definidas as cidades e as regiões, o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, pode esclarecer se houve movimentações bancárias suspeitas nos dias que antecederam a quinta-feira da semana passada, quando aconteceu a última entrega de dinheiro, em um hotel da capital paulista.

Saques foram em SP e no Rio em dois bancos

DA SUPLENTE DE BRASÍLIA

A Polícia Federal descobriu que os reais usados pelos petistas para comprar o dossiê contra tucanos foram sacados em dois bancos

—Bradesco e Boston— e não em três. No caso do Safra, o dinheiro envolto em cinta da instituição estava emprestado ao Bradesco.

Inicialmente, a PF investigava nas três instituições a origem do saque de R\$ 1 milhão apreendido com Geditmar Passos e Valdebran Padilha. O dinheiro seria enviado para os Vedoim em Cuiabá como pagamento pelo dossiê e pela entrevista à revista *"Isto É"* na semana passada.

Ao investigar as operações nos três bancos, a PF apurou que o dinheiro envolto em cinta do Banco Safra estava, na realidade, na tesouraria do Bradesco. É comum bancos trocarem dinheiro entre si para compensações.

A Polícia Federal já sabe que os saques foram realizados em agências dos dois bancos em São Paulo, nos bairros da Barra Funda e da Lapa, e no Rio de Janeiro (Duque de Caxias e Campo Grande).

As informações chegam ao mesmo tempo ao Banco Central, onde seu Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros mantém um "Sistema Alerta".

Pela carta-circular 3.098, de 11 de junho de 2003, que trata do combate à lavagem de di-

nhheiro, não só os saques acima de R\$ 100 mil devem ser comunicados pelos bancos ao Coaf, mas também os provisionamentos para saques. Ainda que

os sacadores tenham feito inúmeras operações com valores abaixo de R\$ 100 mil, o provisionamento do dinheiro revelaria as operações.

Os bancos devem enviar a comunicação na mesma data da operação. A informação chega pela internet ao Coaf e ao BC (Banco Central) pelo formulário padrão PCAF-500, criado em 2001 por uma circular do BC. Nele são narrados nome do correntista, número da conta, o enquadramento legal e o motivo alegado ao banco pelo correntista no ato da operação.

As comunicações são feitas pelo próprio gerente do banco.

No final da tarde de ontem, o Ministério da Fazenda se recusou, por meio de sua assessoria de comunicação, a informar se houve ou não comunicações de operações bancárias consideradas atípicas (depósitos, saques e provisionamentos acima de R\$ 100 mil em dinheiro ou movimentações incompatíveis com patrimônio ou renda do correntista) nos dias anteriores à compra desastrada do dossiê e nas cidades apontadas

extra-oficialmente pela PF.

"Quando o Coaf identifica qualquer comunicação atípica, encaminha para os órgãos públicos. As informações são protegidas por sigilo bancário", limitou-se a informar a pasta.

Os órgãos citados pela assessoria do ministério são a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e a Câmara de Valores Mobiliários, entre outros.

O órgão do governo que fiscaliza o sistema bancário está nas mãos de um funcionário nomeado pelo então ministro Antonio Palocci (Fazenda), Antônio Gustavo Rodrigues.

O presidente do Coaf foi o responsável por acionar a Polícia Federal para averiguar suposta movimentação irregular na conta do caseiro Francenildo Costa —testemunha da CPI dos Bingos que revelou as visitas de Palocci a uma casa mantida por lobistas em Brasília—, logo após ele ter tido sua conta bancária invadida, no início do ano. Contudo, segundo concluiu a PF, não havia irregularidade nos R\$ 25 mil depositados na conta do caseiro.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^s e Srs Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada "Imagens de TV manipuladas", publicada pelo jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 23 de setembro de 2006.

A reportagem destaca que o programa eleitoral do PT, manipulou imagens da presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 61ª Assembléia das Nações Unidas, onde Lula é supostamente aplaudido de pé pelos chefes de estado presentes à Assembléia. Na verdade os aplausos mostrados no programa elei-

toral do Partido dos Trabalhadores, eram na verdade dirigidos ao presidente da ONU, Kofi Anam.

Por fim, Sr Presidente, requero que a matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

IMAGENS DE TV MANIPULADAS

SANDRO LIMA

DA EQUIPE DO CORREIO

O programa eleitoral do PT manipulou imagens da presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 61ª Assembleia das Nações Unidas, segundo o prefeito do Rio, César Maia (PFL). No programa eleitoral veiculado esta semana, aparecem imagens de Lula discursando, seguidas de aplausos entusiasmados da platéia, formada por chanceleres e chefes de estado. Mas, de acordo com Maia, os aplausos foram para o secretário-geral da ONU, Kofi Annan. Segundo o prefeito, nem o ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, se levantou para aplaudir Lula. A produtora do publicitário João Santana, responsável pelo programa, foi procurada pelo Correio, mas não se pronunciou sobre o caso.

César Maia postou em seu ex-blog trechos de dois vídeos: o do programa eleitoral do PT e o do site da ONU. Ambos na parte em que Lula discursa. Segundo o prefeito, o site da ONU deixa claro que o discurso de Lula não teve a mesma acolhida calorosa do que a mostrada no horário eleitoral. No discurso, na última terça-feira, Lula pediu que os países ricos lutem contra a pobreza e direcionem mais recursos para os países em desenvolvimento. Para César Maia, houve montagem para mostrar um prestígio internacional de que o presidente não goza mais. Não foi a primeira vez que o programa eleitoral de Lula mostrou cenas que não correspondem à realidade. Há duas semanas, apresentou como realizações do governo atual obras inacabadas e projetos que ainda não saíram do papel, como os metrô de Salvador, de Fortaleza, do Recife e de Belo Horizonte, a refinaria de Pernambuco e a Ferrovia Transnordestina.

O candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin, chamou algumas das obras apresentadas de virtuais. A refinaria de Pernambuco, fruto de uma parceria entre a Petrobras e a estatal petrolífera venezuelana PDVSA, será construída em 44 meses, entrando em funcionamento apenas em 2011, ou seja, após o próximo mandato presidencial. O

metrô de Fortaleza, mostrado no horário eleitoral de Lula, também não foi concluído. Desde junho passado, quando foi anunciada a liberação de R\$ 35,59 milhões – 10% do total orçado para 2006 – para o metrô de Fortaleza, às vésperas do começo da campanha eleitoral, apenas R\$ 12 milhões foram repassados para a empresa que toca as obras. Os valores representam menos de 13% dos R\$ 370 milhões previstos.

Propaganda oficial

Não só no horário eleitoral, mas também na propaganda oficial houve manipulação de informações e imagens. Em março de 2004, o governo foi obrigado a suspender uma campanha do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

As imagens do anúncio do Pronaf foram feitas numa propriedade rural em Cotia, na Região Metropolitana de São Paulo, do empresário rural Mário Ribeiro. Os personagens mostrados eram, na verdade, funcionários da fazenda e não beneficiários do programa. Na ocasião, o governo reconheceu que foram utilizados “elementos ficcionais” na propaganda do Pronaf e que, por isso, determinou a imediata retirada do ar da campanha. O governo determinou ainda a refilmagem com imagens que correspondam à realidade do Pronaf. A agência de Duda Mendonça, responsável pela produção do material, disse

que houve erro, mas não mentira, pois foram divulgados dados reais sobre o Pronaf.

No mesmo ano, a propaganda do Bolsa Família deu números errados sobre os valores pagos às famílias no Bolsa Escola. Na ocasião, a Secretaria de Comunicação classificou o erro de lamentável, mas considerou legítimo o uso de imagens fictícias para representar realidade. No texto da propaganda, o locutor diz que as famílias antes recebiam no máximo R\$ 25. Na verdade, essa era a média dos pagamentos. O valor máximo era de R\$ 45. As campanhas são da agência de Duda Mendonça, que foi notificada pela Secom. O órgão decidiu examinar a campanha publicitária peças, por ter recebido informações de que a propaganda do Bolsa Família também teria problemas com as imagens usadas.

VIRTUAL

44 meses

é o tempo que ainda falta para o governo inaugurar obra apresentada no programa de TV

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 39 minutos.)

(OS Nº 15665/2006)

Ata da 175ª Sessão Não Deliberativa, em 27 de outubro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Heráclito Fortes e Arthur Virgílio

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passa-se fato estranho no País, porque os jornais noticiam o que seria uma ampla vantagem do Presidente Lula na sua luta pela reeleição contra o candidato da coligação PSDB/PFL, Geraldo Alckmin, que é dado pelos proprietários dos institutos de pesquisa Vox Populi e Ibope como inviabilizado neste segundo turno da eleição.

Ao mesmo tempo, um rápido lançar de olhos sobre o noticiário exhibe o que, a meu ver, é uma clara demonstração de fragilidade do Governo que aí está.

O jornal **O Globo** começa estampando o que tem sido a tônica deste Governo, a mistura da corrupção com a mentira: “Lula lança programa para estradas, com privatização”. Concordo com isso, é correto, é uma medida administrativa justa, mas ele passou a campanha inteira, o segundo turno inteiro tentando criminalizar a figura das privatizações, como se elas fossem danosas para a economia nacional – está privatizando estradas.

Logo embaixo diz: “Laranja diz que deu R\$250 mil a Lacerda”. O Sr. Hamilton Lacerda recebe R\$250 mil de um “laranja” para comprar o tal dossiê, que, forjado e falso, visava a incriminar o candidato do PSDB que venceu a eleição no primeiro turno em São Paulo, José Serra.

Mas, ainda no **O Globo**, tem: “Plano do PT prevê privatização. Programa de Lula para transportes diz que fará concessão de rodovias à iniciativa privada”. Aí o jornal mostra o que ele disse sobre privatizações e as suas contradições. É uma contradição ambulante, sobretudo no campo da ética.

Há uma declaração do Presidente Fernando Henrique: “Lula privatiza, mas mente”. E diz o ex-Presidente: “Agora mesmo, na Amazônia, o que fizeram? Concessão de terras”.

Embaixo tem um primor de declaração de cinismo, que é o Sr. Marco Aurélio Garcia, coordenador da campanha de Lula, dizendo o seguinte: No 2º turno, “decidimos fazer uma campanha de esquerda”.

Alguém é de direita ou de esquerda, se quisermos ficar nessa definição que, para mim, está velha, mas que um dos meus autores preferidos, que é Norberto Bobbio, insistia em dizer que não havia falecido essa definição entre esquerda e direita. Digamos que Bobbio esteja certo e que exista ainda a figura da esquerda e da direita ou do centro ou do que mais seja: ou se é de direita ou se é de esquerda. Não se faz uma campanha de direita no primeiro turno e uma campanha de esquerda no segundo turno, a não ser quando se é cínico, a não ser quando não se tem apego nenhum a verdade, à coerência, à limpeza política.

Então, diz Marco Aurélio Garcia que, no segundo turno, resolveram fazer uma campanha de esquerda. Se tivesse um terceiro turno, talvez fizessem uma campanha de costas; se houvesse um quarto turno, fariam uma de centro; num quinto turno, fariam uma de rebola; num sexto turno, uma de carambola; num sétimo turno, fariam uma de bola. E aí eles iriam, de incoerência em incoerência, procurando engodar, embair a opinião pública.

Vejo aqui o jornal **Folha de S. Paulo** de hoje, Sr. Presidente. Veja bem: se é verdade, se os institutos têm razão, e Lula vence as eleições, espero que isso seja confirmado ou não na pesquisa verdadeira, que é a das urnas, que se estarão abrindo aos olhos da Nação a partir das cinco da tarde do próximo domingo. Mas aqui temos o Presidente com uma cara assim aparvalhada, rindo não sei de quê, enfim, e a manchete “Casa de câmbio admite o uso de laranja”, ou seja, o cerco está se fechando contra esse Governo que está cada dia mais enalacrado nessa fraude do dossiê.

Não adianta, desculpe-me o nosso criminalista preferido lá do Governo, Márcio Thomaz Bastos: “Casa de Câmbio admite uso de “laranja”; “Polícia Federal indicia donos da Vicatur por irregularidades na venda de dólares que podem ter sido usados no caso do dossiê”. Lá vem de novo a figura do Sr. Hamilton Lacerda e de toda aquela quadrilha petista que fez isso, essa compra do dossiê, fajuta, enfim.

Ainda na **Folha**, Sr. Presidente: “Polícia Federal investiga em Minas padeiro que disse ter levado R\$250 mil a petista”. A padaria mais rentável do mundo é essa padaria do PT. “Casa de câmbio de Santa Catarina entrega à Polícia Federal operações”; “Polícia Federal indicia donos de casa de câmbio por uso de ‘laranja’”.

Aí nós temos o jornal **O Estado de S. Paulo**. Vamos seguir aqui. A manchete diz: “Lula teria 23 milhões de votos de vantagem” e traz uma declaração de Geraldo Alckmin dizendo que “Lula foi tolerante com a corrupção” – uma declaração muito boazinha do meu candidato, porque ele foi mais do que tolerante com a corrupção. Ele foi praticamente o mentor de toda ela.

Embaixo dessa suposta vantagem de Lula, se diz: “PF indicia donos de casa de câmbio”, ou seja, supostamente – se isso é verdade –, estaria sendo reeleito um Presidente que, no dia seguinte, tem que prestar contas à Justiça, conforme ainda vou demonstrar ao longo deste discurso.

Vamos agora para o **Jornal do Brasil**. A manchete do **Jornal do Brasil** está antológica, Sr. Presidente Heráclito Fortes, porque diz assim: “Pesquisas: Lula aumenta favoritismo sobre Alckmin”. A manchete está antológica. Quero parabenizar o **Jornal do Brasil** por esta manchete: “Céu de brigadeiro em semana de laranjas” Ou seja, pesquisas favorabilíssimas ao Presidente. E o cerco se apertando contra o Governo a partir do desmascaramento dos laranjas que eles utilizaram. Estamos vendo que ou as pesquisas serão desmentidas pelas urnas ou estamos vendo o sintoma da crise, com muita clareza, a explodir logo a seguir. Aí vem Lula tentando rachar o Partido Verde, com o Deputado José Sarney Filho muito grato pelo apoio que o Lula presta à sua irmã, Senadora Roseana, e o Gabeira dizendo que de jeito algum, que levar o Partido Verde para apoiar Lula seria uma punhalada nos eleitores desse Partido.

O jornal **Correio Braziliense** tem também matéria extremamente relevante na primeira página. O jornal dá uma notícia menor, de que “Lula mantém dianteira” nas pesquisas; tem o Osvaldo Bargas, que é outro petista desses enrolados – o que mais tem por lá –, nova suspeita, e a manchete é: “O ‘laranja’ de R\$250 mil”. É o cidadão que levou o dinheiro para o Sr. Hamilton Lacerda para comprar o dossiê falso. Depois, ele reconheceu quem era Hamilton Lacerda quando o viu exposto no horário nobre das televisões.

Nas páginas de dentro do **Correio Braziliense** tem: “R\$250 mil do dossiê saíram de Minas”. E olhe que lá tem gente especializada, que já foi denunciada por nós desta tribuna, em forjar dossiês. Ali tem um cidadão... Como é o nome daquela figura, meu Deus? Eu tenho o condão de esquecer coisa ruim; é uma coisa boa, que me faz feliz; por isso é que eu cheguei a

esta idade sem ter úlceras, sem ter nada. Mas há um sujeito que é especializado em fabricar dossiês; fabrica em série, fabrica ao gosto dos fregueses; não sei se ele está envolvido nisso ou não.

Então, passemos para o **Valor Econômico**. O jornal fala apenas nas eleições nos Estados, e, na sua capa, não se trata de escândalos. Fala nas vantagens de Lula nas pesquisas e se esqueceu da corrupção. Está aqui uma lembrança de que Delúbio vive em regime de reclusão voluntária. Claro, ele não foi punido por nada, também não foi preso, ninguém se lembrou de ir à sua casa. O Senador Flexa Ribeiro sofreu um constrangimento brutal outro dia, quando a Polícia Federal foi lá por ordem sei lá de quem; expuseram o Senador a um constrangimento como se ele fosse responsável por uma publicação apócrifa que estaria rolando lá na eleição do Pará. Mas, o Delúbio, ninguém se lembrou de mandar vistoriar a casa dele, ver o computador dele, nada disso. Então, ele está em regime de reclusão voluntária. É claro! Não tem quem o puna. É impune. Está lá porque quer. Se ganhar a eleição, daqui a pouco volta. Não duvido nem que volte a ser tesoureiro do PT.

Então, vamos lá, à **Gazeta Mercantil**. Também é um jornal específico para economia.

Agora vamos ver o **Estado de Minas**: “Empresário mineiro bancou parte da compra do dossiê”. Aqui está o **Estado de Minas**. Exibe o mesmo cidadão, o laranja que passou o dinheiro para o Sr. Hamilton Lacerda, e esse dinheiro foi parte do total usado para se comprar o tal dossiê falso.

Chamo atenção, Sr. Presidente, para este fato: estamos às vésperas de um pleito, as pesquisas apontam o favoritismo para o Presidente Lula. V. Ex.^a há pouco me dizia da fé inquebrantável que tem na vitória de Geraldo Alckmin. Eu não quero mais fazer prognóstico qualquer, quero esperar o dia da eleição. Para mim, eleição é um fato normal. Anormal é o Lula, mas eleição é um fato normal. O resultado que vier eu respeitarei, porque o povo, quando erra, arranja um jeito de dar dois passos adiante na próxima etapa, e o povo tem o direito de escrever o seu próprio processo histórico. Ninguém pode escrever a história do povo por ele. Ele pode escrever a sua própria história e só ele. Então, ele vai decidir como achar melhor. O que o povo decidir, a isso eu me curvarei.

Mas volto a dizer: o cerco está se fechando. Não tem nada que se diga assim: agora vamos passar uma esponja. Não tem esponja nenhuma. No dia seguinte tem crise, se acontecer mesmo essa vitória do Presidente Lula. Se Lula perde, fica respondendo aos milhares de processos dele na Justiça e – nesses problemas públicos que ele criou – ele terá problemas pessoais. Se ele se mantiver Presidente, esses problemas públicos que ele criou que poderiam virar problemas pes-

soais serão problemas da Nação inteira, porque ele é o nome da crise. Lula é o nome da crise: Luiz Inácio Lula “Crise” da Silva.

“Empresário mineiro bancou parte da compra do dossiê”, aqui está essa imoralidade.

Jornal do Commercio de Pernambuco, deixe-me ver do que trata. Na primeira página, ainda está muito local.

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que já fiz a minha advertência. Vou pedir que se insiram nos Anais só esses títulos e subtítulos. Fiz questão de estar aqui hoje sem dormir, peguei um avião antes de ir ao Rio, porque, junto com V. Ex^a, acompanharei o Geraldo Alckmin no debate. Fiz questão de passar por aqui, porque para mim é simbólico marcar, hoje, às vésperas de uma decisão, de novo, esta advertência para o povo brasileiro.

Há uma notícia, Sr. Presidente, com a qual precisamente quero encerrar este pronunciamento. Eu destaco matéria publicada na coluna de hoje do jornalista Cláudio Humberto sobre as cartilhas pagas pela Secom, cartilhas que, todos nós sabemos, não foram confeccionadas.

Simplesmente alguém embolsou R\$12,5 milhões. Este é o fato: ninguém confeccionou cartilha nenhuma. Eis aí mais um escândalo no Governo Lula, esse triste personagem que sempre insiste em dizer que não viu nada e que de nada sabe. Como sempre, no final, acabam achando mais um boi de piranha qualquer para assumir a autoria de mais um crime, de mais outro crime contra a Administração Pública. Nesse caso, o bode expiatório da vez é o PT, ou seja, o Partido do Presidente Lula foi escolhido para ser o bode expiatório, porque teriam sido entregues as cartilhas na sede do PT, de onde sumiram.

O TCU, porém, não concordou com essa argumentação e, portanto, não concordou com as justificativas inconsistentes apresentadas pelo Governo. Assim, o assunto vai rendendo, a verdade sobre a corrupção na Secom vai aparecendo, e, mais uma vez, a verdade sobre a corrupção se aproxima do Presidente Lula e do seu gabinete no Palácio do Planalto.

Dessa vez, por meio de uma ação popular protocolada na Justiça Federal por um cidadão brasileiro, o advogado Vinícius Rodrigues Bijos, fica demonstrada que a Justiça brasileira não faltou com a sua responsabilidade, porque o juiz Marcos Augusto de Sousa determinou a citação do Presidente Lula e de mais outras pessoas e empresas, entre elas Duda Mendonça, pelo desvio de mais de R\$12 milhões.

Leio nas pesquisas que o Presidente Lula estaria obtendo uma eleição. Isso é o que dizem os jornais. Ao mesmo tempo, o cerco se fecha contra o chantagista do dossiê. Ao mesmo tempo, ele é citado como réu em

uma ação popular que investiga sumiço no dinheiro das cartilhas. Deve ser daí – estou agora me dando ao direito de especular –, dessa avalanche de dinheiro desviado, que estão surgindo os laranjas que hoje povoam, lamentavelmente, as manchetes dos jornais brasileiros.

Mas, na verdade, Sr. Presidente, para acomodar todo esse dinheiro desviado, creio que não bastam laranjas. O Governo teria de realizar uma obra de cunho eminentemente prático, que seria construir um pomar, um laranjal, algo assim. Não é, com um laranja aqui e outro acolá, que eles vão conseguir dar conta de tanta corrupção e de tanto desmando. Um pomar, talvez, e com o cuidado de não exportar esses laranjas, porque teremos problemas diplomáticos se começarmos a exportar gente desse tipo para países amigos, que são nossos tradicionais clientes, compradores das laranjas produzidas no Brasil.

Leio, então, a nota do jornalista Cláudio Humberto, cujo título é “Cartilhas: Lula é réu em ação popular”:

O juiz Marcos Augusto de Sousa, da 2ª Vara Federal, de Brasília, determinou nesta quinta-feira a citação do presidente Lula e de mais 20 pessoas e empresas acusadas, em ação popular, pelo desvio de R\$ 12,5 milhões das cartilhas da Secretaria de Comunicação que nem sequer teriam sido impressas. A citação será feita por Oficial de Justiça ou por cartas precatórias, dependendo do caso. O autor é Vinícius Rodrigues Bijos e o advogado é seu pai, Jairo Rodrigues Bijos, residentes em Taguatinga (DF). A ação popular pede também a “declaração de nulidade de ato lesivo ao patrimônio”, revogação e anulação de ato administrativo e a nulidade dos contratos referentes às tais cartilhas.

Além de Lula, são processados na Justiça Federal os ex-Ministros Luiz Gushiken (Secom), e mais 12 funcionários do Governo Lula, as agências de propaganda Matisse e Duda Mendonça, as empresas Web Editora Ltda., a Editora Gráficos Burti Ltda., Pancrom Indústria Gráfica Ltda, Kriativa [e essa criativa é criativa mesmo, porque é com “k”; não é com “c”, é com “k”; é uma coisa impressionante; é uma laranjada com “k”, acabou] Gráfica e Editora Ltda., Takano Editora Gráfica Ltda., além de Cid Marques Faria.

É aquela máxima do Governo Lula, Sr. Presidente: um escândalo novo aparecendo para abafar o anterior. Tem sido essa a tônica lamentável. Não se esgota a figura do escândalo. Os escândalos ficam sempre pendentes e insolúveis. Vem um novo e, aí, a opinião pública, que termina anestesiada, levada de roldão por esse caudal de corrupção, começa a se concentrar no escândalo novo.

Eu quero chamar a atenção da Nação para um fato: a maioria dos mensaleiros candidatos, Sr. Presidente, se elegeram. Quem não se elegeram? Os que protagonizaram o escândalo dos sanguessugas. Os dos sanguessugas não se elegeram, por uma razão simples: foi o escândalo mais recente, o escândalo que, ainda, está na lembrança das pessoas. Os envolvidos nos escândalos mais velhos – no Governo Lula, escândalo velho é escândalo ocorrido há seis meses – passaram tranqüilamente. Isso dá a todos a impressão de que, de fato, isto aqui seria uma cloaca, que ninguém prestaria. Não tenho dúvida nenhuma de que isso tenha facilitado os passos do Presidente. Muita gente diz assim: “Ninguém presta, ninguém presta”, e vota em quem esta aí, como se isto aqui fosse uma cloaca, como se não houvesse a separação entre as pessoas corretas e as pessoas incorretas, que existem e convivem em qualquer ambiente de trabalho.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir que os Anais da Casa acolhessem o resumo que vem da Seção Judiciária do Distrito Federal, com a consulta processual. Consta o número do processo, a classe, a Vara, o nome do juiz, que é o Dr. Marcos Augusto de Sousa, que parabenizo pela firmeza com que age, a data da autuação, a distribuição e o objeto da petição, que é a “declaração de nulidade de ato lesivo ao patrimônio” – Lei 4.717/65 –, revogação e anulação de ato administrativo, atos administrativos e por aí afora.

Observação: ele decreta a nulidade dos Contratos nº 551. Enfim, em outras palavras, condena o Governo Lula por ter embolsado o dinheiro das cartilhas, para sermos bem claros e sermos curtos e grossos. Aqui vem todo o histórico do processo.

O que me constrange, Sr. Presidente, é que sou de uma época em que, na minha casa, com respeito, diziam: “O Ministro Fulano passou por aqui hoje”. O Ministro era uma pessoa de uma seriedade enorme. Havia certa majestade, não é? Eram pessoas ilustres realmente. Ocorre-me o nome de Santiago Dantas, de Evandro Lins e Silva, de Gustavo Capanema. Esses nomes povoaram a minha infância. Hoje, se alguém perguntar ao Presidente Lula o nome dos Ministros dele, eu duvido que ele saiba. São tantos que nem ele os conhece.

Vou ler os nomes dos citados como réus nessa ação popular, e V. Ex^ª, Sr. Presidente, clarividente como é e dotado de inteligência privilegiada, vai entender. Na lista de nomes citados nessa ação popular, consta o de Luiz Gushiken, que já foi Ministro, deixou de ser, já voltou a ser e deixou de ser, já foi marechal, foi soldado. Parece que agora está como cabo no Palácio do Planalto. O autor da ação é Vinícius Rodrigues de Bijos.

Sr. Presidente Heráclito Fortes, veja o que me choca: vem o nome de Luiz Gushiken, o do autor da ação... Os nomes vão sendo citados. O terceiro nome é de um

cidadão chamado Luiz Inácio Lula da Silva, réu, misturado com Marcus Vinícius Di Flora. Depois vêm Jafete Abrahão; depois vem Luiz Antonio Moreti; depois, Expedido Carlos Barsotti; depois vem Sílvia Sardinha Ferro; depois vem Gabriela Santoro de Castro; depois, Elizabete Pereira da Rosa; depois, Maria Elisa Cesarino Mendes Coelho; depois, Lúcia Maria Mendes; depois, Alexandre Antunes Vieira; depois vem uma empresa, Matisse Comunicação de Marketing Ltda.; depois, Web Editora; depois, Editora Gráficos Burti Ltda.; depois, a Pancrom Indústria Gráfica Ltda.; depois, Duda Mendonça & Associados Propaganda Ltda.; depois, Cid Marques Faria e, depois, o advogado Dr. Jairo Rodrigues Bijos, pai e advogado do Sr. Vinícius Rodrigues Bijos.

Quero chamar a atenção para o fato de que se banalizou de tal forma o poder neste País, banalizou-se de tal forma a corrupção, o desmando, o desrespeito à coisa pública que o nome do Presidente da República vem citado aqui como três de uma lista que tem uns vinte: Luiz Gushiken, Luiz Inácio Lula da Silva, Marcus Vinícius di Flora, Jafete não sei de quê, Luiz Antônio Moreti, Carlos Barsotti, Sílvia Sardinha.

Prefiro aguardar o dia da eleição, Sr. Presidente, e reiterar que o povo brasileiro é dono do seu destino. Há uma expressão muito usada – e usada de maneira autoritária – que eu não aceito, eu a repudio. E todos nós que, em algum momento, já lançamos mão dessa expressão, devemos meditar sobre ela e recuar dela, até pelo conteúdo autoritário de que ele se reveste. É quando alguém que se julga melhor do que o povo, se julga fora do povo, diz assim: cada povo tem o governo que merece. Essa expressão, para mim, é quase fascista, autoritária. Não é assim. O povo tem o governo que merece, sim, mas não é pejorativo, ou seja: eu, iluminado, sei votar, e o povo, coitado, não sabe votar. Não é assim. O povo sabe votar muito bem e faz parte do seu aprendizado histórico acertar e errar em eleições. Então, o povo tem o direito de escolher quem ele queira, porque as conseqüências são arcadas por ele mesmo.

Esse processo é de um profundo conteúdo dialético, cria antítese aos próprios erros que possa estar cometendo. Em seguida, ele acerta. O povo vai vivendo as suas epopéias, vai vivendo seus desafios. Então, quando o povo acerta, ele consegue determinado avanço; quando ele erra, num primeiro momento pode ter um retrocesso, mas pode ser que, em seguida, ele recomponha isso de modo a obter avanços até mais rápidos no seu passo histórico seguinte.

Então, eu repudio esta expressão “o povo não sabe votar” e, mais ainda, esta outra expressão, aquela coisa soberba, arrogante de quem supostamente se acha dono de todos os títulos, de toda a cultura do mundo: cada povo tem o governo que merece. Eu não encho a boca para dizer essas coisas. Eu, pura e

simplesmente, respeito a decisão popular. Respeito e respeitarei sempre a manifestação do povo.

Evidentemente que meu dever de Parlamentar é o tempo inteiro denunciar irregularidades. Neste momento, antevéspera de uma eleição que vai decidir por quatro anos os rumos do País, quero dizer que não me ocorre outro momento da história republicana brasileira que tenha sido coberto de tanto opróbrio, de tanta ignomínia, de tanta desonestidade, de tanta falsidade, de tanto desrespeito à coisa pública, de tanta bandalheira, de tanta vulgarização do poder, a ponto de ter aqui o próprio Presidente da República citado como se fosse um qualquer. Onde está a majestade do cargo? O cidadão – vejam como a democracia brasileira é bonita e como ela amadureceu! –, Sr. Vinícius Rodrigues Bijos, contrata seu filho como advogado, Jairo Rodrigues Bijos, fazem uma ação popular contra o Presidente, essa ação encontra provimento na decisão corajosa do Juiz Marcos Augusto de Sousa. Aqui há um monte de gente citada: empresas, pessoas, algumas são figurinhas já conhecidas – o Gushiken eu conheço, conheço o Marcus di Flora de nome, outros são desconhecidos. E lá está o nome de quem no meio dessa confusão toda? O nome de Sua Excelência o Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, envolvido como um qualquer, sob uma acusação de desvio de R\$12.500,00 de cartilhas que não foram confeccionadas e que, quem sabe, não seja daí, também, o dinheiro abastecedor desses “laranjas” que foram lá comprar o tal dossiê.

Eu tenho uma notícia, e com isso encerro, de que na revista **Época**, que circulará, há uma matéria referente a que também teriam comprado o dossiê fraudado para tentar incriminar o Senador Antero de Barros, homem de bem, como o País reconhece. Portanto, essas mentiras de pernas curtas – todas elas têm pernas curtas – vão caindo por terra, umas após as outras.

Eu estou ansioso por ter mais detalhes desse caso – e o Senador Heráclito Fortes certamente falará sobre isso –, mas, por ora, encerro dizendo que aguardo com muita reverência, com muito respeito o pronunciamento popular. Porém, ressalto a dicotomia publicada na imprensa entre o que seria um momento bom para o Presidente, vantagem nas pesquisas – se as pesquisas estiverem certas, ele seria, provavelmente, vencedor da eleição – e, ao mesmo tempo, junto da notícia de que ele tem vantagem nas pesquisas, mais escândalos, mais corrupção, a ponto de eu repetir: o nome dele era Luiz Inácio da Silva, aí ele acabou acrescentando Lula. Ficou Luiz Inácio Lula da Silva. Eu queria agora fazer outra sugestão: Luiz Inácio Lula “Crise” da Silva, porque ele é uma fonte permanente de crise. Está aqui com seu nome arrolado no meio de alguns desconhecidos, não ilustres, como réu de

uma ação de desvio de dinheiro público referente a tais cartilhas que não foram confeccionadas.

Muito bem. Então, no *site* da revista **Época** está o seguinte:

Na avaliação do Planalto, Berzoini sabia. O título é:

Vedoins foram indicados por políticos de Mato Grosso

Na avaliação do Planalto, Berzoini sabia que seus assessores Osvaldo Bargas e Jorge Lorenzetti (...)

Fico impressionado. Osvaldo Bargas! De repente, eu tive de conviver com esse tipo de gente aqui, sou obrigado a ler o nome de Osvaldo Bargas e Jorge Lorenzetti, Turcão. Tudo isto entrou na nossa vida, Senador Heráclito: o Turcão, o Barcelona – eu pensei que Barcelona era só o time de futebol, mas não –, tem aquele doleiro, tudo isso veio como contribuição para a história brasileira deste Governo apodrecido que aí está.

Mas, muito bem, vamos continuar a leitura:

Na avaliação do Planalto, Berzoini sabia que seus assessores Osvaldo Bargas e Jorge Lorenzetti negociavam o dossiê com a família Vedoim desde o início de agosto. Eles foram aos Vedoim levados por políticos de Mato Grosso, depois que Vedoim acusou o Senador tucano Antero Paes de Barros de envolvimento no esquema de superfaturamento de ambulâncias.

Segundo as informações governistas, o depoimento dos Vedoim contra Antero teria custado R\$2,5 milhões.

Nossa Senhora!

Desde o início, portanto, o PT sabia que as informações dos Vedoim não saíam de graça.

E aqui para nós: com uma quadrilha dessas, eles queriam de graça? Queriam agora virar gigolôs dos Vedoim? Eles tinham de pagar mesmo. Se estão envolvidos nisso até o talo, como diz na minha terra, eles tinham mesmo era que embarcar e aprofundar o pé nessa lama.

Mas, prossigo na leitura, Sr. Presidente:

Na primeira conversa com o então Diretor do Banco do Brasil, Expedito Veloso (...)

Significou a privatização do Banco do Brasil para o crime. Olha o Banco do Brasil privatizado no Governo Lula. Isso é privatização, diferentemente da exitosa privatização da telefonia, que deveria ter sido defendida até com muito mais garra na nossa campanha, nesta campanha que está se encerrando.

Privatizaram a Caixa Econômica Federal, quando violentaram o caseiro Francenildo e lhe quebraram o si-

gilo para ocultar crimes; privatizaram os Correios e por isso houve uma CPI; privatizaram, no Governo Lula, a Petrobras, haja vista a gorjeta do Land Rover para o Sr. Sílvio Pereira; privatizaram o Banco do Brasil no escândalo Visanet; privatizaram o Banco do Brasil, quando colocaram lá este cidadão Veloso, essa figura de péssimos bofes, envolvendo-se em compras de dossiês.

Mas, muito bem. Prossigo:

Na primeira conversa com o então diretor do Banco do Brasil, Expedito Veloso, e o ex-Secretário do Ministério do Trabalho, Osvaldo Bargas, os Vedoim pediram R\$20 milhões e foram baixando até chegar a R\$2 milhões.

Quer dizer, foi um negócio de bazar mesmo. Começaram com vinte, foram fazendo a conta, e o preço julgado justo pelas duas partes ilustres, pelo PT do Berzoini e pelo Vedoim, ficou em R\$2 milhões. O PT deve ter dito a ele: olhe, não quero ser explorado, vamos fazer um negócio de pessoas direitas, não me explore. Ai, o outro: não, mas, em compensação, tenho muito que te dar. Eu posso arruinar a reputação de inimigos de vocês. Vinte, dezoito, dez, dois... bateram o martelo em dois milhões. Devem ter apertado as mãos. Acordo de cavalheiros, apertam as mãos. No fio do bigode, homens de palavra, homens de honra.

Também prometeram que a família não seria “perseguida” num eventual segundo Governo Lula.

Quer dizer, não perseguir a família Vedoim significa não metê-la na cadeia. E, a meu ver, ela merece toda ser metida na cadeia, a família Vedoin.

Então, segundo tradução de dois Ministros ouvidos por **Época**, tratar-se-ia de uma promessa de interferência nos inquéritos policiais contra a família. A assessoria minha deu uma vacilada aqui, porque não está com “g”, está “família”. Seria melhor “*famiglia*”, que se pronuncia família do mesmo jeito, mesmo no italiano, mas é muito mais mafioso e se escreve com “g”, *famiglia*, significando *Cosa Nostra*.

Quando a negociação chegou aos R\$2 milhões, segundo a apuração paralela do Planalto – quer dizer, apuração paralela do Planalto, o negócio está interessante –, Berzoini foi avisado e autorizou o recolhimento do dinheiro, incluindo o que havia sido recebido por fora. Dois Ministros e um coordenador da campanha de Lula que relataram a apuração paralela à **Época** reclamaram da dificuldade de obter detalhes da transação.

Incrível! Olha a falta de consideração com os dois Ministros! Dois Ministros e um coordenador da campanha queriam saber notícia dessa transação, mas colocaram-nos de fora. Isso é desprestigiar pes-

soas ilustres. Não têm consideração. Esse mundo de hoje está assim muito atravessado. Minha avó Luíza da Conceição, coitada, se fosse viva, hoje não toleraria isso; ela diria: “Meu Deus do céu, não respeitam mais as pessoas”.

Dizem que, depois de terem contratado advogados, os principais envolvidos passaram a se preocupar mais em não serem processados do que em ajudar a esclarecer o episódio.

Há divergências no Planalto sobre qual a participação de figuras relevantes do Governo. O Sr. Hamilton Lacerda foi quem levou as malas de dinheiro para o pagamento aos Vedoim. Os Ministros ouvidos por **Época** acreditam que haja figuras relevantíssimas com ciência desse episódio todo.

E fico por aqui. Essa é uma matéria do Thomas Traumann.

E encerro, Sr. Presidente, chamando a atenção de novo para o fato de que está arranhado o Poder neste País. Uma ação popular por desvio de dinheiro público mistura o nome do Presidente da República a alpinistas, a aproveitadores, a pessoas que estão espreitando neste e em qualquer Governo, se puderem, e levam à parada o nome do Presidente da República misturado ali como um dos possíveis responsáveis pelo desvio de dinheiro público referente a cartilhas não confeccionadas, porém pagas com o dinheiro do povo, Sr. Presidente.

Que Deus ilumine os brasileiros! Que Deus os leve a tomar a decisão mais sábia que lhes possa ocorrer no próximo domingo! Que Deus ilumine a todos nós!

Ressalto que, para mim, não há retrocesso no regime democrático brasileiro. Seja qual for o resultado, a democracia brasileira se consolida, porque ela vive de percalços e de avanços; os percalços são contornados por avanços, e quem tem de viver os percalços e fazer os seus próprios avanços é o povo brasileiro.

Portanto, é com muita fé na capacidade do povo brasileiro de escrever a sua própria história que volto a dizer que tenho certeza de que Deus a todos vai nos iluminar nessa decisão tão relevante que tomaremos no dia 29 próximo, domingo, data decisiva do segundo turno dessa eleição presidencial, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Processo:	2006.34.00.029248-0
Classe:	7200 - AÇÃO POPULAR
Vara:	2ª VARA FEDERAL
Juiz:	MARCOS AUGUSTO DE SOUSA
Data de Autuação:	20/09/2006
Distribuição:	2 - DISTRIBUICAO AUTOMATICA (20/09/2006)
Nº de volumes:	
Objeto da Petição:	1030111 - DECLARAÇÃO DE NULIDADES DE ATO LESIVO AO PATRIMÔNIO/ LEI 4.717/65 - REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO - ATOS ADMINISTRATIVOS - ADMINISTRATIVO
Observação:	DECRETAR A NULIDADE DOS CONTRATOS NºS 51/2003 E 52/2003 / REQUISICAO DE COPIAS DOS AUTOS DOS PROCESSOS TC 017.951/2005-5 E TC 012.614/2005-2 DO TCU
Localização:	SA - SALA AUDIENCIA AG.ASSINATURA

Movimentação

Data	Cod	Descrição	Complemento
26/10/2006 14:58:31	128	CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO / AGUARDANDO ATO	
26/10/2006 14:58:28	135	CITACAO POR OFICIAL MANDADO REMETIDO CENTRAL	
26/10/2006 14:58:25	135	CITACAO POR OFICIAL MANDADO EXPEDIDO	
25/10/2006 12:49:22	135	CITACAO POR OFICIAL AGUARDANDO EXPEDICAO MANDADO	
09/10/2006 10:54:21	154	DEVOLVIDOS C/ DESPACHO	
05/10/2006 16:02:11	137	CONCLUSOS PARA DESPACHO	
04/10/2006 17:26:34	210	PETICAO / OFICIO / DOCUMENTO: RECEBIDA(O) EM SECRETARIA	4114 MPF PEDE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO DO FEITO E CITACAO DOS REUS
03/10/2006 18:00:00	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	
29/09/2006 10:59:32	126	CARGA: RETIRADOS MPF	INTERESSADO:RONAN TELEFONE:3313-5532 DATA DEVOLUÇÃO:11/10/2006 QTDE FOLHAS:42
26/09/2006 17:22:10	185	INTIMACAO / NOTIFICACAO / VISTA ORDENADA MPF	
26/09/2006 17:21:52	154	DEVOLVIDOS C/ DESPACHO	
22/09/2006 17:21:28	137	CONCLUSOS PARA DECISAO	
21/09/2006 14:27:22	170	INICIAL AUTUADA	
21/09/2006 14:27:18	218	RECEBIDOS EM SECRETARIA	
21/09/2006 14:12:40	223	REMETIDOS VARA PELA DISTRIBUICAO	
20/09/2006 17:09:58	2	DISTRIBUICAO AUTOMATICA	

Partes

Tipo	Nome
REQDO	UNIAO FEDERAL
	LUIZ GUSHIKEN
	VINICIUS RODRIGUES BIJOS
	LUIZ INACIO LULA DA SILVA
	MARCUS VINICIUS DI FLORA
REQDO	JAFETE ABRAHAO
REQDO	LUIZ ANTONIO MORETI
REQDO	EXPEDITO CARLOS BARSOTTI
REQDO	SILVIA SARDINHA FERRO
REQDO	GABRIELA SANTORO DE CASTRO
REQDO	ELISABETE PEREIRA DA ROSA
REQDO	MARIA ELISA CESARINO MENDES COELHO
REQDO	LUCIA MARIA MENDES
REQDO	ALEXANDRE ANTUNES VIEIRA
REQDO	MATISSE COMUNICACAO DE MARKETING LTDA
REQDO	WEB EDITORA LTDA
REQDO	EDITORIA GRAFICOS BURTI LTDA
REQDO	PANCROM INDUSTRIA GRAFICA LTDA
REQDO	KRIATIVA GRAFICA E EDITORA LTDA
REQDO	TAKANO EDITORA GRAFICA LTDA
REQDO	DUDA MENDONCA & ASSOCIADOS PROPAGANDA LTDA
REQDO.	CID MARQUES FARIA
Adv	JAIRO RODRIGUES BIJOS

Emitido pelo site processual-df.trf1.gov.br em 27/10/2006 às 09:01:37
 Consulta respondida em 0.059 segundos

Original Ilegível

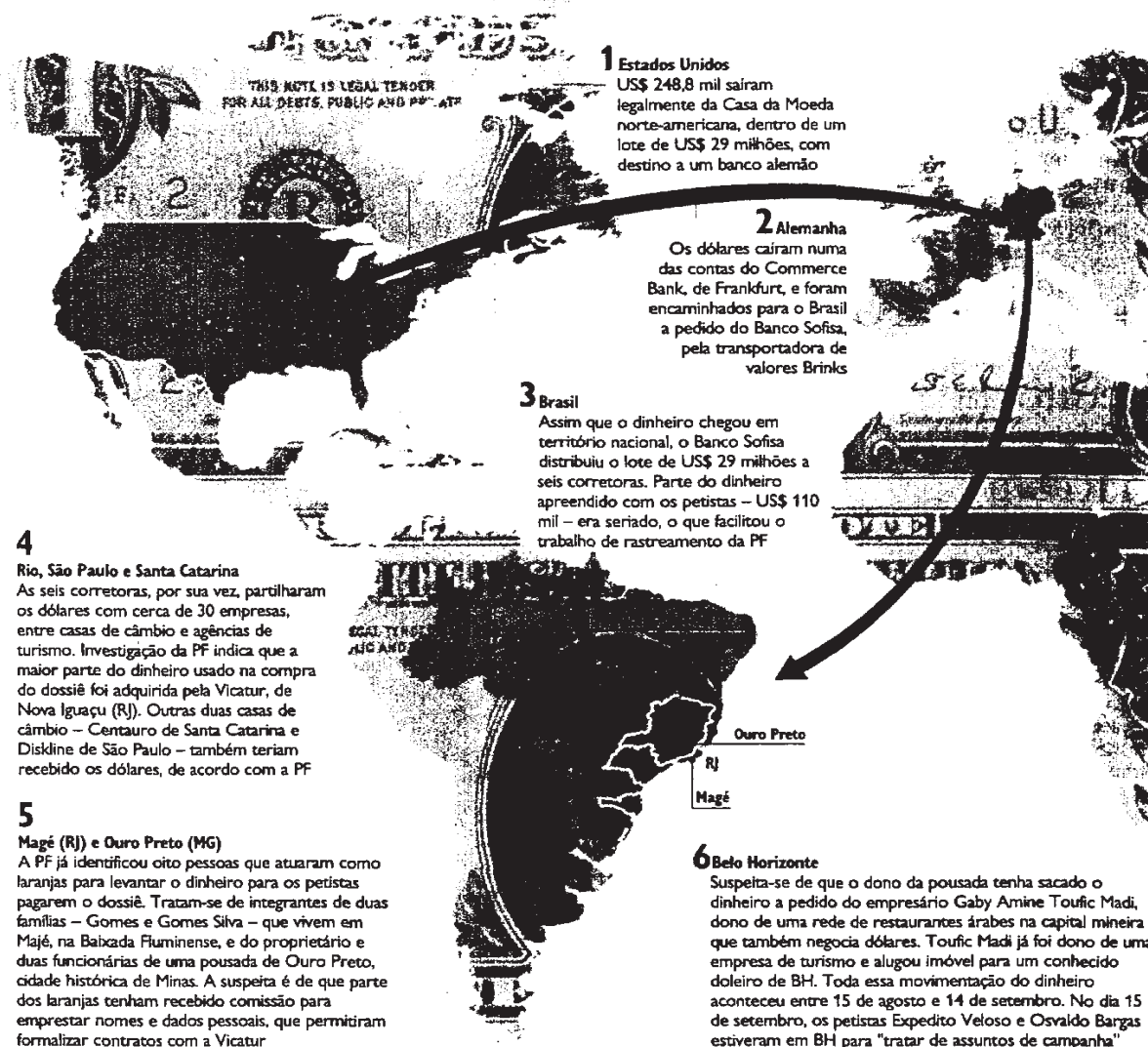
JORNAL	DIA/MES/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PAGINA:
CORREIO BRAZILIENSE	27 out. 06	Política	1º	3

GABY TOUFIC MADI, QUE ATUA EM BELO HORIZONTE, É SUSPEITO DE ENVOLVIMENTO NAS NEGOCIAÇÕES PARA COMPRA DO DOSSIÊ

POLÍCIA INVESTIGA DOLEIRO EM MINAS

O CAMINHO DOS DÓLARES

Por onde passou parte do dinheiro usado para a compra do dossiê



O GLOBO

IRINEU MARINHO (1876-1925)

RIO DE JANEIRO, SEXTA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 2006 • ANO LXXXII • Nº 26.744

ROBERTO MARINHO (1904-2003)

Lula lança programa para estradas, com privatização

Proposta, anunciada ontem, contraria discursos do candidato e do PT

Laranja diz que deu R\$ 250 mil a petista em SP

Em depoimento à PF, Agnaldo Henrique de Lima, funcionário de uma empresa de eventos em Pouso Alegre (MG), disse que entregou R\$ 250 mil em dinheiro ao petista Hamilton Lacerda, ex-asses-

sor do senador Aloizio Mercadante, no Hotel Ibis, em São Paulo. O dinheiro foi depositado na conta bancária de Agnaldo a pedido de seu patrão, Luiz Armando Ramos, e depois levado a São Paulo. A PF

indiciou os donos da casa de câmbio Vicatur pelo uso de laranjas para sacar dólares. **Página 13**

JORNAL FOLHA DE S. PAULO	DIA/MES/ANO: 27 out. 06	EDITORIA: Brasil	CADERNO: Internet	PÁGINA:
------------------------------------	-----------------------------------	----------------------------	-----------------------------	----------------

PF indicia donos de casa de câmbio por uso de "laranja"

Proprietários teriam pago R\$ 3.000 a intermediários na venda de US\$ 44,3 mil

Polícia tomou depoimentos de quatro pessoas em Minas Gerais e suspeita que parte do dinheiro pode ter vindo de um esquema no Estado

ADRIANO CEOLIN
ANDRÉA MICHAEL
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Casa de câmbio de SC entrega à PF operações

DA AGÊNCIA FOLHA

FOLHA DE S. PAULO

SEXTA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 2006

SEXTA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 2006

SEXTA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 2006

Casa de câmbio admite uso de laranja

PF indiciou donos da Vicatur por irregularidade na venda de dólares que podem ter sido usados no caso dossiê

A Polícia Federal indiciou ontem os donos de uma casa de câmbio, a Vicatur, localizada em Curitiba, e os intermediários que teriam pago R\$ 3.000 a cada um para fazer a operação de venda de US\$ 44,3 mil.

A polícia suspeita que parte dos US\$ 44,3 mil saíram por meio de laranjas para financiar a campanha de Luiz Armando Ramos, ex-assessor do senador Aloizio Mercadante, em São Paulo.

Os donos da Vicatur, Adriano Ceolin e Andréa Michael, foram indiciados por irregularidade na venda de dólares que podem ter sido usados no caso dossiê.

A Vicatur entregou à PF todas as operações realizadas em outubro de 2006.

JORNAL O GLOBO	DIA/MÊS/ANO: 27 out. 06	EDITORIA: País	CADERNO: A	PÁGINA: 153/16
--------------------------	----------------------------	-------------------	---------------	-------------------

CNBB: 'O país está corroído pelos escândalos'

JORNAL O GLOBO	DIA/MÊS/ANO: 27 out. 06	EDITORIA: País	CADERNO: A	PÁGINA: 13
--------------------------	----------------------------	-------------------	---------------	---------------

Laranja diz que entregou R\$ 250 mil a Lacerda

Funcionário de empresa de eventos admite que foi a São Paulo entregar parte do dinheiro apreendido com petistas

Jailton de Carvalho

Recepcionista diz que foi ameaçada

JORNAL O GLOBO	DIA/MÊS/ANO: 27 out. 06	EDITORIA: País	CADERNO: A	PÁGINA: 39/4
--------------------------	----------------------------	-------------------	---------------	-----------------

FH: Lula privatiza, mas mente

'Agora mesmo, na Amazônia, o que fizeram? Concessão de terras'

JORNAL O GLOBO	DIA/MÊS/ANO: 27 out. 06	EDITORIA: País	CADERNO: A	PÁGINA: 3
--------------------------	----------------------------	-------------------	---------------	--------------

Plano do PT prevê privatização

Programa de Lula para transportes diz que fará concessão de rodovias à iniciativa privada

Tatiana Farah e Flávio Freire
SÃO PAULO

O QUE LULA JÁ DISSE SOBRE PRIVATIZAÇÕES

• EM ENTREVISTA AO GLOBO EM 11 DE OUTUBRO: "Eu não teria privatizado a Vale (do Rio Doce) e nem as teles (...). Não teria e não vou privatizar nenhuma"

• EM COMÍCIO NO RS EM 21 DE OUTUBRO: "Quando a gente fala que eles podem privatizar a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, eles ficam nervosos e nos chamam de terroristas. Mas quem foi que passou oito anos privatizando tudo?"

• NO DEBATE DO SBT, EM 19 DE OUTUBRO: "Tudo foi privatizado. A dívida aumentou. O Brasil quase quebrou. Porque tanto o

PSDB fez a nível nacional quanto ele (Alckmin) a nível local"

• NO PRIMEIRO COMÍCIO DO SEGUNDO TURNO, EM 12 DE OUTUBRO: "Querem vender o restante das coisas que não venderam no passado, porque eles nunca trabalharam e agora querem vender o que tem. Eles querem dividir o país entre pobres e ricos."

JORNAL FOLHA DE S. PAULO	DIA/MÊS/ANO: 27 out. 06	EDITORIA: Brasil	CADERNO: Internet	PÁGINA:
---	-----------------------------------	----------------------------	-----------------------------	----------------

ELEIÇÕES 2006 / CRISE DO DOSSIÊ

PF investiga em Minas padeiro que diz ter levado R\$ 250 mil a petista

Em entrevista a jornalistas de Pouso Alegre, Aguinaldo Delino disse que entregou dinheiro a Hamilton Lacerda

Ouvido ontem por policiais, padeiro disse em gravação que parte dos recursos passou por sua conta, mas não apresentou extratos

Edição das 21h

O ESTADO DE S. PAULO

JULIO MESQUITA
(1991-1997)
FRETOR
RUY MESQUITA

SP, RJ, MG, BR e SC: R\$ 2,50. Demais Estados: ver tabela na página 62.

27 de outubro de 2006 - ANO 127, Nº 43282 www.estado.com.br

Lula tem 23 milhões de votos de vantagem

Projeção é feita a partir de pesquisa Ibope, na qual candidatos mantiveram índices

Lula foi tolerante com corrupção, diz Alckmin

PF indicia donos de casa de câmbio

JORNAL O ESTADO DE S. PAULO	DIA/MÊS/ANO: 27 out. 06	EDITORIA: NACIONAL	CADERNO: A	PÁGINA: 11/12
--	-----------------------------------	------------------------------	----------------------	-------------------------

PF indicia donos da Vicatur por dois crimes

Sócios são acusados de fraude na venda de dólares para o dossiê

Vannildo Mendes
BRASÍLIA

JORNAL O ESTADO DE S. PAULO	DIA/MÊS/ANO: 27 out. 06	EDITORIA: NACIONAL	CADERNO: A	PÁGINA: 12A/13
--	-----------------------------------	------------------------------	----------------------	--------------------------

Sócia da corretora é parente de laranjas

Família de **Luiz da Silva**, funcionário licenciado dos Correios, diz que tentou omitir informação por medo

Alexandre Rodrigues
Felipe Werneck
Raquel Massote

Maior parte do grupo mora em Magé, cidade pobre da Baixada

JORNAL DO BRASIL

SEXTA-FEIRA

www.jb.com.br

ANO 116 • Nº 202 • RIO DE JANEIRO, 27 DE OUTUBRO DE 2006 • SEGUNDA EDIÇÃO

DESDE 1891

PESQUISAS ■ Lula aumenta favoritismo sobre Alckmin

Céu de brigadeiro em semana de laranjas

Enquanto investigações sobre o dossiê forjado pela máfia dos sanguessugas avançam pela Baixada e identificam laranjas usados para a lavagem dos dólares, o presidente-candidato Lula amplia a diferença sobre o tucano Geraldo Alckmin. A dois dias do segundo turno, tem a preferência de 69,6 milhões de eleitores, segundo os números do Ibope. Os dois estão separados por 27,6 milhões de votantes. **Foto** = A2 e A3

JORNAL	DIA/MES/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PAGINA:
CORREIO BRAZILIENSE	27 out. 06	Política	1º	2

EX-PRODUTOR DE EVENTOS DE POUSO ALEGRE, NO SUL DO ESTADO, DIZ QUE FOI USADO POR SEU PATRÃO PARA LAVAR PARTE DO DINHEIRO DOS PETISTAS

RS\$ 250 MIL DO DOSSIÊ SAÍRAM DE MINAS

PATRICIA RENNÓ
DO ESTADO DE MINAS

CORREIO BRAZILIENSE

EXEMPLAR DE ASSINATURA
 VENDA FORMAL
 Número 1.962
 R\$ 2,10 (2 páginas)

CONDOMÍNIO IMPRINTA DA CCEA BRASIL 1962 ANS CHATEAUBRIANT

O 'LARANJA' DE R\$ 250 MIL

Aginaldo Henrique Lima (foto), ex-produtor de eventos morador de Pouso Alegre, no sul de Minas, disse ontem à Polícia Federal que foi usado como "laranja" pelo patrão para levar R\$ 250 mil aos petistas que iam comprar o dossiê contra Serra. À época, o dono de uma produtora de eventos teria dito que a quantia se destinava ao pagamento de dívidas da empresa. Em 14 de setembro, ele viajou a São Paulo e entregou o dinheiro a Hamilton Lacerda, então assessor de Mercadante. Até esse momento, Lima contou à PF que não sabia de quem se tratava. Afirmou que o reconheceu depois, ao ver Lacerda na TV apontado como suspeito de ter levado mala com os R\$ 1,7 milhão apreendidos pela PF com os dois petistas no dia seguinte à sua viagem. Agentes federais foram a Pouso Alegre atrás de pistas que possam confirmar o depoimento de Lima.

TEMA DO DIA PÁGINAS 4 E 5

BARGAS: NOVA SUSPEITA

Um dos alvos de uma investigação petista, Osvaldo Bargas é acusado de pagar a ele o preço de uma propina quando era secretário de Relações do Trabalho em Sindicatos, para conseguir registro de uma empresa que contribuiu com uma espécie de propina. O nome propina a ele? afirma sindicalista

TEMA DO DIA PÁGINAS 5

LULA MANTÉM DIANTEIRA

Manutenção das pesquisas divulgadas ontem em fim de semana presidente mantém vantagem acima de 20 pontos percentuais sobre o líder. Pela sondagem do Ibope, ele tem 62% dos votos válidos. Oito em dez, 80%. Na da CNT: Sem voto, o placar é 15,2% x 16,8%. Na da Voz Popular, 61% x 38%.

TEMA DO DIA PÁGINAS 5

JORNAL	DIA/MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
CORREIO BRAZILIENSE	27 out. 06	Política	1º	4

POLÍCIA FEDERAL INDICIA RIBAS SOARES E SIRLEY DA SILVA. TAMBÉM INVESTIGA CASAS DE CÂMBIO EM SÃO PAULO E EM FLORIANÓPOLIS

FOCO NOS DONOS DA VICATUR

MARCELO ROCHA

DA EQUIPE DO CORREIO

JORNAL	DIA/MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
CORREIO BRAZILIENSE	27 out. 06	Política	1º	5

SINDICALISTA AFIRMA TER ENTREGUE PACOTE COM R\$ 20 MIL EM DINHEIRO PARA FAZER ANDAR CONCESSÃO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO

"PAGUEI PROPINA AO BARGAS"

UGO BRAGA

ENVIADO ESPECIAL

Valor

ECONÔMICO

As reclusões de
Delúbio e Nagashi

Caio Junqueira e Cristiano Agostini
De São Paulo e Brasília, Paulista

JORNAL Valor ECONÔMICO	DIA/MÊS/ANO: 27 out. 06	EDITORIA: BRASIL	CADERNO: A	PÁGINA: 16
-------------------------------------	----------------------------	---------------------	---------------	---------------

Eleições Personagens-chave do PT e do governo tucano, abatidos no início da campanha eleitoral, recolhem-se
Delúbio vive em regime de reclusão voluntária

Caio Junqueira
De São Paulo

ESTADO DE MINAS

BELO HORIZONTE, SEXTA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 2006

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Empresário mineiro bancou parte da compra do dossiê

O ex-produtor de eventos Agnaldo Henrique Lima, que após ontem à Polícia Federal, em Varginha, no Sul de Minas, disse ter sido usado como laranja para levar R\$ 250 mil a São Paulo, para Hamilton Lacerda, ex-assessor do senador Aloizio Mercadante (PT) e acusado de ser um dos articuladores da compra do dossiê contra tucanos. Lima afirmou que levou o dinheiro juntamente com seu patrão, o proprietário da SR Produções e Eventos na vizinha

Pouso Alegre, Luiz Armando Silvestre Ramos E que só depois reconheceu Hamilton Lacerda, ao vê-lo na TV. Disse ainda que a SR realizava eventos para prefeituras da região e que, no pagamento de um deles, a nota foi superfaturada. A PF e o Ministério Público constataram que os dólares para o dossiê saíram de diferentes casas de câmbio e de alguns doleiros de Minas e do Rio. Os donos da Vicatur Câmbio e Turismo, a principal empresa já identi-

cada, foram indiciados ontem. O doleiro Gaby Armine Toufic Madi, de BH, é um dos suspeitos de abastecer de dólares os petistas que tentaram comprar o dossiê. Ele tem ligações com Gerson Cotta, dono de uma pousada em Ouro Preto, que adquiriu US\$ 50 mil da Vicatur. Cotta seria laranja de Madi, preso no início do ano, acusado de comandar contrabando internacional de diamantes

O empregado Agnaldo revelou como foi a entrega do dinheiro em São Paulo

Ex-secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, Osvaldo Bargas um dos envolvidos na tentativa de compra do dossiê, enfrenta nova e grave acusação: a de cobrar propina para liberar o registro para funcionamento legal de sindicatos recém-criados

Enquanto os dois candidatos se preparavam para o último debate na TV, hoje, três pesquisas confirmaram a larga vantagem do presidente Lula (PT) sobre Geraldo Alckmin (PSDB). Nos votos válidos, Lula vence com 63,2% a 32,8% (CNT/Sensus), 62% a 38% (Boji) e 61% a 39% (Vox Populi).

O Sr. Heráclito Fortes deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Virgílio. PSDB – AM) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Heráclito Fortes.

Parodiando a Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a dispõe do tempo que julgar necessário para o seu pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a corre risco, mas procurarei ser breve.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Arthur Virgílio tem a capacidade de fazer com que o orador seguinte ao seu pronunciamento mude o seu raciocínio e entre exatamente no gancho do que ele falou.

Senador Arthur Virgílio, ao final do seu pronunciamento, V. Ex^a repercutiu uma matéria anunciada pela revista Época para o fim de semana, que é da maior gravidade.

Ontem, já a altas hora da noite, tive a oportunidade de conversar com pessoas que conhecem um pouco dessa negociação do dossiê que V. Ex^a acaba de mencionar. Mas eu quero deixar bem claro que, segundo o raciocínio de quem está bem informado sobre o assunto, o dossiê valeria R\$20 milhões se os Vedoins conseguissem implicar, além dos candidatos de São Paulo, mais uma série de outros candidatos, que seriam prejudicados em suas postulações, beneficiando o Partido do Governo. Daí por que, como no jogo do blefe – não sei como aqui em Brasília é chamado, mas, lá no Piauí, chama-se porrinha –, a cada reunião que acontecia, os articuladores e os compradores do dossiê iam baixando o preço.

Evidentemente, além dos candidatos a governo de Estado e dos candidatos majoritários ao Senado, constavam da lista do Palácio do Planalto várias outras figuras, o que, inclusive, me leva a supor, Senador Arthur Virgílio, que V. Ex^a, eu e todos os que combatem o Governo estivéssemos na mira desses ensandecidos, aloprados.

Aliás, há cerca de dois meses, conversando com pessoas da minha assessoria, eu disse que tinha informação de que estavam preparando esta molecagem; como diria o Serra, esta baixaria. Mas, Senador Arthur Virgílio, eu não tinha a menor idéia do seu tamanho, da sua profundidade nem tampouco do cinismo e do descaramento de que as pessoas ditas ligadas ao núcleo duro do poder fossem capazes.

Sabe V. Ex^a por que o tiro saiu pela culatra, Senador Arthur Virgílio? Porque a equipe de São Paulo, já preocupada com a briga de poder no even-

tual segundo mandato do Sr. Lula, começou a pinçar nomes do seu próprio partido, da sua própria base. Daí por que – e vamos ver esses fatos esclarecidos muito em breve – a briga descambou para, além de atingir os adversários, pegar de raspão os aliados do já famoso fogo amigo, que a imperícia americana tornou tão clássico, tão falado na recente Guerra do Iraque. Ou seja, a bomba atirada no seu próprio quintal.

Por exemplo, na medida em que o dossiê contra o candidato do PFL a governador de Pernambuco não foi entregue, baixou-se o preço; na medida em que dossiês envolvendo Minas Gerais e o candidato vitorioso não tinham consistência, o preço foi baixando; e assim por diante. Fez-se isso de maneira criminosa, com requintes de estarrecer qualquer um.

Senador Arthur Virgílio, o que mais me impressiona neste Governo é a capacidade de repetir os mesmos erros. V. Ex^a chegou a esta Casa – nós chegamos praticamente juntos – em 1982, conviveu com governos anteriores e posteriores à nossa chegada, uns a favor e outros contra, e tenho certeza de que nunca lhe tinha passado pela cabeça nenhum envolvimento de autoridades brasileiras com remessas ou transferências de recursos para países estrangeiros, a não ser aquele famoso caso do Delfim no tal Relatório Saraiva – e que até hoje ninguém provou. Mais recentemente, no caso do Governo Collor, falava-se na figura do Sr. PC Farias. Mas, Senador Arthur Virgílio, em um governo que nós pensávamos ser blindado para corrupção e atitudes do gênero, os fatos escancararam-se de tal maneira que vale a pena relembrar alguns.

Aliás, V. Ex^a foi protagonista, talvez, do ato inaugural, quando, na CPI do Banestado, nessa catilinária de sempre, o governo, àquela época virgem de corrupção – mas já se sabia, nas entrelinhas, que desejoso de ser possuído –, começou a resvalar nas questões e conviver com o crime.

V. Ex^a se lembra muito bem de que, em determinado momento, quando se tentava imputar a pessoas do governo passado remessas de recurso para o exterior, que não existiam, em casos clássicos, de pessoas que tinham filho estudando fora, que mandavam US\$10 mil, US\$15 mil, e que foram investigados pela CPI, V. Ex^a trouxe à baila uma CC5 – até então, os puritanos do PT diziam que era crime possuir essas contas –, que pegou o Presidente do Banco do Brasil e o Presidente do Banco Central. V. Ex^a se lembra disso, com certeza.

Evidentemente, não estou aqui dizendo que nenhum dos dois tivesse cometido crime, mas foi o primeiro indício concreto da prática do Partido dos

Trabalhadores com esse tipo de movimentação financeira.

Depois, tivemos aquela denúncia de recursos que teriam vindo para cá, mandados pelo Kadhafi. Comenta-se de um diálogo que tiveram numa tenda, naquela visita do Presidente Lula ao Kadhafi.

Surgiu também a acusação de que o Chávez, numa crise, exatamente na crise do Banestado, teria chegado aqui para ajudar o seu amigo Lula, que já o tinha ajudado em crise anterior, dando-lhe apoio.

Posteriormente, vem o caso da Telmex, que incorporou para o seu vasto cardápio de empresas a Embratel, que estava numa situação delicada porque a compradora anterior, a MCI, americana, havia falido. Nessa falência, o governo teve a grande oportunidade, Senador Arthur Virgílio, de usar a empresa Embratel como um espelho, mostrar ao Brasil e ao mundo que a privatização era um erro e colocar o Lorenzetti, o Delúbio ou quem quisesse para presidir a Embratel. Mas, não; vendeu-a para o Sr. Carlos Slim. E o governo não explicou em que condições, como foi renegociado junto ao BNDES o débito – com um deságio que até hoje causa curiosidade, Senador José Jorge, aos que vivem no mercado –, as circunstâncias e por que privilegiar esse empresário em detrimento dos empresários brasileiros.

Em seguida, surgiram suspeitas de remessas de recursos para cá feitas pelo Banco Espírito Santo, já em CPI mais recente.

Depois, a esposa, em litígio com o marido – ex-deputado, que renunciou e agora retorna –, dá detalhes claros de recursos que teriam vindo de Taiwan para a campanha do então candidato a Presidente Lula, com o compromisso do restabelecimento das relações diplomáticas posteriormente. Irritado, o encarregado dos negócios daquele País aqui cobrava insistentemente o cumprimento do acordo.

Após isso, Senador José Jorge, surgiram acusações de operações consideradas suspeitas envolvendo o Citibank e autoridades importantes do governo brasileiro. Semana passada, vazou uma informação. No Brasil, o Citibank não teme convocação do Congresso, não teme o Senado. O Senador Antonio Carlos Magalhães já fez convite ao presidente da empresa no Brasil para prestar esclarecimentos, mas ele não deu a mínima, porque se considera superior. No entanto, nos Estados Unidos, esse banco, que é useiro e vezeiro em países pelo mundo afora de atitudes não republicanas, antecipou-se e comunicou à Corte norte-americana e às autoridades fiscalizadoras de seus negócios que, possivelmente, no Brasil, um dirigente seu – que já teria sido afas-

tado – teria praticado atos de corrupção envolvendo autoridades importantes do País.

Denúncia feita e uma defesa preventiva.

Vemos agora, Senador Arthur Virgílio, o caso da compra desse dossiê. Nem quero falar naquele famoso dinheiro que veio de Cuba, não sei de onde, e que circulou pelo Brasil naquele avião bimotor. O transportador, primeiro, disse que levava rum de Cuba, depois, que era uísque.

Estou vendo jovens nas galerias. Sabemos quanto custa uma garrafa de uísque. Num avião, não se carregariam quatro garrafas de uísque daqui para São Paulo.

O Sr. José Jorge (PFL – PE. *Fora do microfone.*) – Quatro caixas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Era melhor comprar o uísque. Nem se compara o preço do litro do combustível ao do uísque. Lembro-me de que era Johnnie Walker, selo vermelho. Está aí. Nada é apurado. E a certeza da impunidade faz com que as pessoas sintam segurança para repetir os fatos.

Aliás, o Sr. Gushiken, de quem V. Ex^a falou, foi citado pela primeira vez no caso Waldomiro. V. Ex^a se lembra disso; foi bem no início do governo, quando todos eram vestais. Aí, provou-se que a sociedade dele com Waldomiro ocorria em um encontro de meditação. Eles se reuniam num local afastado de Brasília para meditar.

Nunca se explicou essa sociedade e sobre o que eles meditavam. Espero até que o que se vê no Brasil hoje não seja fruto desse excesso de meditação inicial.

Mas a repetição dos erros é que nos revolta e choca, Senador Arthur Virgílio. A coluna do jornalista Cláudio Humberto traz um artigo intitulado “PF busca avião do dossiê em São Paulo”, que diz o seguinte:

A Polícia Federal segue nova pista do roteiro do US\$249 mil do dossiê anti-Serra: após despistar o Cindacta – aliás, despistar o Cindacta é coisa de traficante; daí por que foi criado o Cindacta, exatamente para rastrear quem carrega droga, contrabando – de Brasília com falsa decolagem de Parati – evitando multa por usar aeroporto interdito –, o Cessna 210, que saiu de Nova Iguaçu com a turma da grana do dossiê, teria pousado rapidamente em Atibaia (SP), no estilo conhecido pelos pilotos como “tocar e arremeter”, para decolar, oficialmente, então, rumo ao Campo de Marte, em São Paulo, com o ex-assessor petista Hamilton Lacerda, o diretor da Vicatur Turismo, Fernando Ribas, e

o assessor de governo cujo nome ainda não foi confirmado. Voltou, então, a Atibaia e não Maricá, litoral fluminense, onde estaria trancado num hangar, que a PF vigia – preste atenção, Senador Arthur Virgílio, aonde chegam os requintes do crime – desde ontem com um carro estacionado. O Cessna seria de conhecido advogado de traficantes, que depôs na CPI do Narcotráfico. Piloto de táxi-aéreo, consultado pela coluna, diz que aeroportos municipais, fora da fronteira seca, que é vigiada pelo Sivam, são território livre para criminosos com táticas de despiste. Em algumas dessas pistas, diz ele, “quem vigia o aeroporto é a bomba de combustível”.

Esse assunto vem sendo tratado há uma semana, e não se procura um esclarecimento. Para se invadir o apartamento de um hotel, no Pará, onde um Senador da República dormia, Senador Arthur Virgílio, espera-se o amanhecer, às seis horas da manhã, e, através de uma busca e apreensão aleatória, comete-se o crime de invasão de um hotel onde a pessoa está hospedada e, por força de lei, identificada em uma ficha que ela, obrigatoriamente, preenche e que é remetida à Polícia.

É estarrecedor o que se vê no Brasil hoje. V. Ex^a disse muito bem: essa proximidade do Sr. Lula com essas pessoas nos leva à perspectiva sombria do que nos aguarda neste País caso se consume, no domingo, sua vitória nas urnas.

Não sei, Senador Arthur Virgílio, se V. Ex^a deu ênfase a outra matéria que os jornais todos divulgam sobre o amigo do Presidente que embolsou um suborno no Ministério do Trabalho. Dou-lhe um doce se V. Ex^a adivinhar o nome dele. É exatamente o Sr. Osvaldo Bargas, que recebeu um pedágio, conforme o depoimento, de R\$20 mil para dar uma certidão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a arrogância e a precipitação com que alguns próceres do PT tratam, neste momento, a sucessão presidencial é de dar tristeza. A falta de humildade é alguma coisa nunca vista neste País.

Senador José Jorge, V. Ex^a é um homem da Educação. Pois imagine, Senador, que o Presidente não está reeleito e a distribuição de cargos já está sendo feita pelo Brasil afora, com brigas terríveis.

Ontem, pegaram o ex-Deputado Jaques Wagner, eleito Governador da Bahia, e já começaram a denunciá-lo nos jornais, a desacreditá-lo, por uma suposta indicação que ele teria feito do atual Presidente da Petrobras como Ministro da Fazenda. Tenho certeza de que, num gesto de gratidão e por conhecer a competência do Presidente da Petrobras,

o Sr. Jaques Wagner poderia até ter dado a sugestão, sem, no entanto, a necessidade das famosas plantações de nota por companheiros no já conhecido fogo amigo.

O Piauí estampa, com estardalhaço, o Governador Wellington Dias já anunciando que o Deputado Federal eleito Antonio José Medeiros será o próximo Ministro da Educação.

Tenho o maior respeito pelo Dr. José Medeiros – eu o separei da grande maioria dos errantes petistas –, mas considero um desrespeito a esse Ministro da Educação... Como é mesmo o nome do atual Ministro da Educação, Sr. Presidente? Ah, Fernando Haddad! Peço desculpas, mas é tanto ministro novo, tanta troca de ministro, que fica difícil nos lembrarmos. Considero um desrespeito trocar o atual ministro antecipadamente, até porque isso desestimula o atual ministro. Mas acho que, se o Lula fizer isso, será por remorso pelo que fez com o Piauí no Governo passado. V. Ex^{as} se lembram da minha luta. Indicaram lá um rapaz para assumir a Codevasf, e ele passou oito meses esperando que a discussão ideológica das pessoas da cúpula, naquele tempo o núcleo duro, cujo comandante era o Dirceu, permitisse a sua indicação. Ele foi indicado, mas seis meses depois Ciro Gomes o tirou de lá e colocou quem queria. Durante os seis meses em que esteve lá, mostrou ser uma pessoa boa. Não é má pessoa, não, tem virtudes. O Guedes foi sacado e em seu lugar foi colocada uma pessoa da confiança do Ciro Gomes.

Quero, desde já, parabenizar o Antonio José Medeiros. O Governador Wellington, que ganhou no primeiro turno, mostra prestígio no Governo. Mostra também força, por ter tido a solidariedade efetiva da Ministra Dilma e do Ministro Silas Rondeau nas questões práticas e objetivas da sua campanha. Ele não cometeria a leviandade de deixar vazar uma notícia inverídica, porque exporia seu companheiro, e tampouco permitiria que esse fato viesse à tona.

Caso haja resultado adverso para nosso candidato, o primeiro ministro escolhido para o próximo governo, felizmente, vem do Piauí. Pela primeira vez, Senador José Jorge... Fico feliz.

Espero que ele esteja à altura de fazer pela educação o que no atual Governo, fora Cristovam Buarque, que foi demitido por telefone, nenhum conseguiu fazer. Outro foi substituído para assumir a coordenação política. Trocou-se a educação do Brasil pelas crises do Palácio do Planalto, consideradas mais importantes e mais prioritárias do que a educação brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero finalizar, agradecendo a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, a tolerância e a paciência.

Senador José Jorge, encerrando esta minha participação na tribuna antes do resultado final, quero dizer que foi muito bom, Senador Arthur Virgílio, termos visto, ao longo desta campanha, a distinção de presença em palanques. De um lado, Senador Arthur Virgílio, o que víamos? O Presidente da República, com Genoio, com Zé Rocha, com aquele rapaz da cueca lá do Ceará que foi eleito Deputado.

Vocês ainda se lembram do nome daquele rapaz da cueca? É Guimarães, né? É? Não, Zé Airton é outro ladrão. Não vamos confundir, não. São tantos. É outro. Esse é aquele dos sanguessugas. Ou será que é outro?

José Guimarães! Eu estou recebendo ajuda das universitárias. José Guimarães. É. José Guimarães.

Vamos lembrar mais quem subia nos palanques do Lula nessa campanha? Os absolvidos, os que ele combatia no passado, João Paulo Cunha, Delfim. Mais uma ajuda: o Delfim é daqueles que ele combatia, chamava de torturador, mas agora resolveu reconciliar e abraçá-lo.

No nosso palanque, tínhamos a oportunidade de conviver com Fernando Henrique Cardoso, com V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, com o Senador José Jorge, com Tasso, com Jorge Bornhausen, com homens com quem se pode até divergir por posições políticas, mas contra eles nada se pode dizer com relação à administração, à conduta moral e ao seu comportamento na administração pública.

As alianças do Presidente feitas Brasil afora seriam de causar vergonha ao Betinho ou ao Henfil, se voltassem à terra – todos aqueles que foram combatidos, que foram perseguidos até pelo PT. Um exemplo clássico é o Sr. Paulo Maluf. Quanto o Maluf penou Brasil afora por conta da sanha petista! Hoje trocam elogios e gentilezas.

O Sr. Fernando Collor será nosso companheiro a partir do ano que vem. Aliás, eu não sabia, Senador Arthur Virgílio, que o futuro Senador Fernando Collor foi anistiado pela Justiça e vai ter direito às prerrogativas de ex-Presidente da República, treze anos depois.

Acho eu que foi uma decisão da Justiça diante do que vê agora, porque o Sr. Fernando Collor passa a ser réu primário diante do que se está vendo e acontecendo no Brasil neste momento. O Sr. Fernando Collor foi massacrado, perseguido pelo PT de maneira impiedosa, e agora já se tratam de maneira elogiosa. O Presidente Lula disse, inclusi-

ve, que ele será um grande Senador, e espero que o seja. Esta Casa precisa de bons Senadores, até para vigiar e fiscalizar o Governo nos seus erros e nos seus acertos.

Portanto, Sr. Presidente, a minha esperança é que o dinheiro de Taiwan, o dinheiro da Telmex, do Chávez, do Kadafi, do Banco Espírito Santo, do Citibank, enfim, toda essa enxurrada de denúncias contra Lula e seus companheiros um dia chegue a ter esclarecimento de maneira que satisfaça a curiosidade e a indignação de muitos brasileiros.

O livro de Eclesiastes é muito sábio quando diz que, mais cedo ou mais tarde, a virtude triunfa sempre, e tudo que é feito na escuridão um dia vem à clara. Espero e espero também que, no futuro, não haja mais perseguições como a que foi feita a um conterrâneo que eu não conhecia, mas que passei a admirar.

Trata-se do caseiro Josenildo, que teve seu sigilo bancário, de maneira criminosa, aberto pela Caixa Econômica, numa operação que envergonhou o Brasil. De maneira despudorada e desavergonhada, o mesmo Governo repetiu a atitude agora, no episódio do dossiê do Mato Grosso, do dossiê Hotel Ibis. Um diretor do Banco do Brasil, que jamais poderia fazê-lo, por ser de uma área sensível, de uma área em que o diretor tem alguns acessos, comandou, juntamente com o churrasqueiro, essa operação que envergonha a todos.

Mas, como não sou radical, Senador Arthur Virgílio, vou encerrar minhas palavras, desejando ao Senhor cidadão Luiz Inácio Lula da Silva parabéns pelo aniversário de hoje, 61 anos, já comemorado de maneira festiva na porta do Alvorada, segundo a imprensa, eivado de “puxa-sacos”, com um bolo de dez quilos. Espero que esse bolo seja bem digerido.

Aliás, parabenizo também o Presidente Lula pela sua sabedoria, por ter recebido no Palácio, semana passada, catadores de lixo. Ele tem de ter a solidariedade e a compreensão dos catadores de lixo, porque a tarefa dele até o dia 31, de fazer limpeza na sujeira existente no Palácio, do seu Governo, é grande. Só espero que esses humildes brasileiros que trabalharão, evidentemente, na catação dessa porcaria toda sejam mais fiéis a ele do que foram os amigos de 30 anos e que não denunciem o que estão vendo e o que vão ver na faxina a ser feita.

Lamento que os catadores de lixo tenham sido escolhidos a dedo pelo Palácio e não tenham sido trazidos os catadores do meu Piauí, do seu Amazonas, os catadores que convivem com a verdadeira miséria dos lixões. V. Ex^a, como ex-Prefeito de Manaus, sabe o que é isso, pois convivem com a verdadeira miséria

ria das cidades pobres. Pena que tenha feito apenas uma solenidade com os catadores de elite.

De qualquer maneira, parablenizo o Presidente Lula e desejo-lhe que, nos seus 62 anos, come-more do mesmo jeito o seu aniversário, mas em melhores companhias, pois já viu, Senador Arthur Virgílio, que pagou um preço muito alto com os seus companheiros de caminhada inicial. Se fecharmos os olhos e fizermos um passeio pela geografia do Palácio, veremos que todos saíram – aliás, quase todos, restam dois – ou por generosidade, ou por medo do Presidente Lula.

Generosidade, não teria eu a dimensão de avaliar o porquê; medo, sim. Quem sabe os que permanecem lá, apesar de todas as denúncias, tenham mais lixo sob as suas gavetas contra este atual Governo e contra as verdades do passado que sequer os catadores inocentes têm capacidade de removê-los e jogá-los num lixão simbolizando restos de um passado que a Nação não quer voltar a viver.

Muito obrigado.

O Sr. Arthur Virgílio deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Com a palavra, pela Liderança do PSDB, o terceiro orador inscrito, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de remar-car, de um modo muito tranqüilo, porém claramente afirmativo, a questão que terá de se desenrolar logo após a definição da eleição.

Subi a esta tribuna, dias atrás, dizendo que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva estaria já com uma minuta de Medida Provisória, que, se transformada em lei, – e a minha Bancada do Amazonas está aqui precisamente para não permitir que isso aconteça – esvaziaria completamente o Pólo Ele-troeletrônico da Zona Franca de Manaus. Houve tentativas de desmentido. Chegaram a dizer, aqui, exatamente de maneira meio aloprada, que a minuta era apócrifa – e eu dei o número do Aviso Ministerial. Saiu do Gabinete do Ministro Furlan, no dia 6 de outubro, a minuta. Depois, eu trouxe um recorte da **Folha Online**, com o Ministro Luiz Fernando Fur-lan dizendo que havia enviado a minuta da Medida Provisória para a Casa Civil.

Em longo pronunciamento, eu disse, primeiro, que a Medida Provisória em si não é ruim – ruim é ela liquidar com o Pólo Industrial de Manaus –, mas que ela pode abrir uma grande frente tecnológica,

tratando da questão dos semicondutores e tratando da questão da TV digital. Eu disse que não aceita-va que o Amazonas ficasse excluído disso e aqui sugeri algumas medidas bem práticas. Uma delas é que se fizesse um parágrafo de adendo ao art. 3º da Medida Provisória, ainda em minuta, para se deixar bem claro que tevês de plasma e cristal líquido só poderiam ser incentivadas nos limites da Zona Franca de Manaus.

Isso salvaguardaria, por um bom tempo, o pólo mais importante do parque industrial amazonense, que é precisamente o de televisores. E disse que o Amazonas espera fazer parte, até porque se pre-parou tecnologicamente para isso, do processo de produção da TV digital no Brasil.

Tentaram desmentir. Em alguns casos, até per-dendo a educação. Mas o fato é que estamos às vésperas de uma decisão presidencial, e estou aqui de novo dizendo que existe a Medida Provisória em minuta e que vamos ter de discuti-la, até porque ela não nasceu do nada. Ela é coerente com infor-mações passadas à imprensa seguidas vezes pelo Ministro Hélio Costa e é, de fato, uma ameaça ao pólo industrial de Manaus.

O Presidente Lula foi ao meu Estado cercado de muito oba oba, com a capacidade de ser escor-regadio, que lhe é peculiar, e com o modo leviano de se expressar, o que também é característica dele, e nada disse. E o clima de oba oba não permitiu que ninguém lhe perguntasse nada de específico ou ob-jetivo sobre esse tema.

O Governador Geraldo Alckmin e V. Ex^a, Sr. Pre-sidente, e o Senador José Jorge, estiveram com ele em Manaus, onde lhe perguntaram tudo. Ele respon-deu com muita clareza, dizendo que tevê de plasma, de cristal líquido, só em Manaus; que Manaus não ficaria de fora do esforço brasileiro pela inserção do País na tecnologia de produção de tevê digital.

Foi muito claro, foi claro como água! Fez o com-promisso, assinou-o objetivamente, numa reunião muito exitosa. E eu me dei por muito satisfeito. As urnas se manifestarão como ela quiseram se mani-festar, mas estou satisfeito porque deixei comprovado que aqui eu não pratiquei nenhuma leviandade. Eu trouxe uma denúncia muito séria que interessa ao meu Estado, sim, e vamos aguardar o resultado das urnas. Depois, eu voltarei à tribuna porque eu não tenho nenhuma razão para ficar me desdizendo – eu vou continuar me dizendo e não me desdizendo.

Mas olhe, eu estou aqui com uma matéria aqui dos jornalistas Samy Adghirni e Claudio Dantas Se-queira, da equipe do **Correio**, com a colaboração do

repórter Sandro Lima, que mostra como está exacerbado o clima de campanha eleitoral no Governo.

A eleição foi feita para ser vivida e vivida com intensidade; ela não foi feita para paralisar o País. Eu tenho relações pessoais muito boas com o Chanceler Celso Amorim, mas considero que ele pratica uma demasia quando vira cabo eleitoral do Presidente Lula. Eu nunca vi um chanceler fazer isso; em toda a minha vida, eu nunca vi. Eu nunca vi um chanceler em comício. Aliás, eu tento olhar o Hermes Lima e não consigo vê-lo com um santinho na mão. Eu tento olhar Saraiva Guerreiro, eu tento imaginar Affonso Arinos de Mello Franco. Ou seja, houve um rebaixamento, sim, aí. Eu quero chamar a atenção do meu prezado amigo Ministro Celso Amorim para o fato de que não lhe cabia bancar o cabo eleitoral nessa eleição.

Mas muito bem. Então, vou passar a denúncia aqui, porque denúncia tem que ser passada mesmo:

Tensão e um clima de abandono têm marcado a rotina do Ministério das Relações Exteriores nestas vésperas de eleição. Os problemas vão além dos casos de roubos relatados pelo Correio na edição de ontem e envolvem queixas de assédio moral, agressões físicas e até lutas partidárias decorrentes da explícita participação do chanceler Celso Amorim e outros membros da cúpula do Itamaraty na campanha de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A administração do ministério é responsabilidade do secretário-geral, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que tem tido pouco tempo para manter a ordem na casa. Além de se dedicar às habituais palestras sobre política externa e a divulgar seu último livro, Samuel também resolveu aparecer nos comícios presidenciais.

Recentemente, estive em Valparaíso de Goiás com Lula. Dias depois, proibiu que diplomatas subordinados fossem a uma comemoração em que estaria presente um senador tucano. Amorim, por sua vez, participou de pelo menos meia dúzia de comícios...

Aí, pulo para outra etapa da matéria:

Na expectativa do resultado do segundo turno de domingo, decisões importantes foram suspensas. Representantes estrangeiros [Pasmé, Sr. Presidente] – como o novo embaixador norte-americano, Clifford Sobel

– não conseguem um horário na agenda de Lula para entregar suas credenciais.

Considero isso uma verdadeira aberração. Isso é “cucarachar” demais o Brasil. O embaixador do principal País do mundo, o embaixador americano, não consegue espaço na agenda do Presidente Lula para entregar suas credenciais. Isso não se aplicaria ao representante, como embaixador, do menos relevante dos países.

Afinal de contas, diplomacia é arte de se procurarem estabelecer boas relações entre os povos, mas chega a ser pouco inteligente o Embaixador Clifford Sobel não ter, ainda, sido recebido pelo Presidente da República para entregar suas credenciais.

Então: “... brasileiros designados para postos no exterior são impedidos de partir, mesmo quando sua presença é urgente e necessária. É o caso, por exemplo, da Bolívia.” E olha que nos pediram aqui para provar, eu demonstrei – como sempre, com a boa vontade que não me falta – em relação à minha ex-casa, que é o Itamaraty – eu sou diplomata de carreira – que ajudei aqui a aprovar a matéria dos embaixadores todos pendentes a toque de caixa.

Continuando:

As duras negociações sobre o novo contrato da Petrobras ocorrem à revelia do Embaixador Frederico César de Araújo, designado para o posto há mais de um mês. Depois de ter que adiar sua ida para La Paz por duas vezes, César de Araújo foi informado nesta semana que só assumirá suas funções em 15 de novembro. Problema semelhante vive o Embaixador Valim Guerreiro, que deveria estar no comando da nova missão brasileira na Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena.

Leio outra parte relevante da matéria.

Enquanto isso, Guerreiro perambula por Brasília e visita o Itamaraty vez ou outra para rever os amigos. Outros que estão nesta lista são os embaixadores Sérgio Moreira Lima, indicado para Oslo (Noruega) e Pedro Motta, para Telavive (Israel).

Todos, nomes aqui aprovados pela boa vontade e pelos votos da Oposição brasileira:

Agressão.

No “vácuo” do poder se sucedem ocorrências antes impensáveis, considerando a tradição de respeito e discrição de diplomatas e funcionários do Ministério.

Dia 18 de outubro, uma reunião entre oficiais de chancelaria e diplomatas, para discutir questões salariais, acabou em agressão física. Lina Malard Quick, de 46 anos, oficial de chancelaria, registrou queixa por agressão contra o Ministro Alfredo Leoni, chefe da Coordenação Geral de Modernização (Cmor). Ele justificava o recente reajuste na remuneração dos assistentes de chancelaria que servem no exterior, e foi contestado por Malard Quick.

‘Ele ficou histérico, me puxou com força pelo braço e me empurrou duas vezes contra a porta’, disse ao Correio. Segundo a funcionária, ‘todos ficaram estupefatos, pois até aí a reunião corria muito tranquilamente’. Testemunhas confirmaram a cena à reportagem. Em depoimento à Delegacia da Mulher, Leoni negou a versão. ‘Ela não estava bem e teve uma explosão de raiva’, afirmou. As associações de classe – dos diplomatas (ADB) e dos oficiais de chancelaria (Asof) – tomaram partido na briga. O pano de fundo do desentendimento foi um recente reajuste na remuneração dos assistentes de chancelaria, categoria de base das carreiras do Itamaraty, cujos salários no exterior passaram a ser, para os funcionários mais antigos, equivalentes ou maiores do que os dos oficiais de chancelaria em início de carreira.

As reclamações também se multiplicam entre funcionários da Agência Brasileira de Cooperação que criticam o novo chefe do órgão, o embaixador Luiz Henrique Pereira da Fonseca. [Segundo a matéria], ‘Ele impôs um regime ditatorial lá. Sete funcionários já choraram por causa de suas agressões verbais. Isso é assédio moral e vamos procurar nossos direitos’, disse um dos funcionários, que pediu anonimato, temendo represálias.

Primeiro, se é para buscar direitos, o funcionário não tem que temer ninguém nem se esconder atrás do anonimato. O que dará segurança ao funcionário ameaçado é precisamente assumir, com seu nome, com seu CPF e com sua identidade, a denúncia com clareza, porque isso não pode acontecer no Itamaraty.

Não deve acontecer em lugar algum e não pode acontecer no Itamaraty.

Muito bem, Sr. Presidente. Aguardo que se manifeste o Itamaraty. Volto a reafirmar minha amizade pessoal pelo Ministro Celso Amorim, mas não posso deixar de registrar algo de tamanha gravidade.

Finalmente, Sr. Presidente, registro que essas empresas operadoras de câmbio e turismo que estão

no noticiário de hoje por envolvimento na operação de compra do falso dossiê já tiveram seus sigilos bancários quebrados no passado por meio da CPI do Banestado.

Quem pediu a quebra do sigilo da Vicatur e Diskline foi o PT, por intermédio do Deputado José Mentor, que era Relator da CPMI do Banestado.

Essa iniciativa foi para investigar irregularidades cometidas por essas empresas ou haveria outra motivação qualquer? É uma pergunta que está no ar, que agora se justifica e que deve ser muito bem explicada pelo Deputado, e que deve ser muito bem investigada pela imprensa brasileira.

As empresas envolvidas nesse escândalo do dossiê, ao entrarem nessa desastrosa operação, prestaram serviço ao PT por terem recebido algum tipo de benefício ou proteção na CPMI do Banestado? É outra pergunta que coloco para que percebamos que não é fato eleitoral com resultado assim ou assado que vai desviar as pessoas do seu próprio rumo. Não vai desviar.

Minha presença e as presenças dos Senadores José Jorge e Heráclito Fortes têm um símbolo: o de mostrar que, para nós, eleição é um fato corriqueiro e normal e que a democracia se fortalece com a sucessão desse fato corriqueiro e normal que é a eleição. Portanto, estamos aqui a cuidar do País, a cuidar de assuntos de interesse do País. Não tem nada que parar. O Brasil tem de andar, tem de continuar.

Muito bem, Sr. Presidente. Volto a perguntar: As empresas envolvidas no escândalo atual do dossiê, ao entrarem nessa desastrosa operação, elas teriam, porventura, prestado um serviço ao PT por alguma possível proteção recebida ao longo daquela tumultuada e polêmica CPMI do Banestado? Esse assunto, repito, não pode ser detido. Essa investigação não pode parar. Estou pedindo que o sigilo dessas empresas seja encaminhado à CPMI, que está em curso, a chamada CPMI das sanguessugas, onde está sendo investigado o episódio do falso dossiê.

Sr. Presidente, pedindo a Deus que ilumine o povo brasileiro, eu me congratulo com a Nação brasileira pelo fato eleitoral em si mesmo, pelo fato de nós estarmos vivendo plena redemocratização a partir da eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989; a sucessão constitucional normal de Collor para Itamar e da eleição direta em duas eleições, em 1994 e em 1998, em primeiro turno, de Fernando Henrique Cardoso, e a eleição direta em disputa renhida em dois turnos de Lula contra Serra e, agora, uma nova disputa em dois turnos envolvendo o mesmo Lula e desta vez o Governador Geraldo Alckmin.

Eu parabeno a todos nós e a Nação brasileira por estarmos, desde a redemocratização, conseguindo manter esse ritmo de consolidação da democracia. Ela é imperfeita, o processo exige uma reforma política muito radical, ainda há a figura do abuso do poder econômico, da compra de votos, dos mandatos de menos legitimidade; ainda existe tudo isso.

Mas é essencial que nós compreendamos que o Brasil está avançando no seu processo histórico, no seu processo político. E se denunciar corrupção é uma obrigação a ser cumprida por brasileiros decentes que têm assento nesta Casa, é uma enorme conquista termos a democracia brasileira se afirmando e se aperfeiçoando com tantas e tão seguidas eleições presidenciais.

Que, daqui para frente, a verdade das urnas seja cada vez mais cristalina; que, daqui para frente, como sempre, o único senhor do destino do povo, ou seja, o próprio povo, decida livremente sempre o que ele quer para si próprio e, portanto, para o seu País, Sr. Presidente.

Que Deus nos ilumine!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Eduardo Azeredo enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o §2º, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para registrar o excelente artigo do ex-Embaixador do Brasil nos EUA e na Grã-Bretanha, Rubens Barbosa, intitulado “Alckmin e as Negociações Comerciais”, veiculado no jornal **O Globo**, edição de 24 de outubro de 2006.

Na matéria, o Exmº Sr. Embaixador faz uma análise da política externa proposta no programa de governo do candidato Geraldo Alckmin, em contraposição à adotada pelo atual Governo. Barbosa ressalta que a fragilidade da política externa de Lula faz com que o Brasil experimente um momento de extrema delicadeza frente ao mercado internacional.

Segundo ele, a principal prioridade do governo do PT é a Rodada Multilateral de Doha, “que se encontra em grandes dificuldades para ser concluída de maneira satisfatória para os interesses do agrobusiness e da indústria nacionais”, comprometendo uma estratégia adotada pelo Brasil, desde 1990, de estabelecer relações comerciais externas em três

níveis: multilateral, regional e bilateral, com resultados sempre positivos.

O Mercosul está praticamente paralisado, do ponto de vista institucional, e os acordos com o Grupo Andino não têm sido aprofundados, o que compromete inclusive a integração da América do Sul. Também não se observam os devidos esforços para a consolidação do Mercosul com a União Européia. O desinteresse demonstrado pelo Governo Federal acabou por suspender as negociações com a Alca. Enfim, o Brasil tem tido uma acanhada pífia no cenário de comércio internacional.

Em síntese, as principais ações a serem desenvolvidas serão:

contribuir para o avanço e conclusão das negociações da Rodada de Doha ;

concluir as negociações do acordo bilateral do Mercosul com a União Européia;

promover reflexão sobre o Mercosul para melhor defender o interesse nacional;

rever a proposta de criação da ALCA, reconhecendo as atuais dificuldades de forma a retomar a negociação hemisférica;

ampliar o relacionamento bilateral com o Japão, EUA e União Européia, resguardando sempre os interesses nacionais;

propor aprofundamento dos acordos bilaterais com os países membros da Aladi;

ampliar o comércio com os países em desenvolvimento (Sul-Sul);

criar iniciativas para melhor aproveitar as oportunidades de exportação para China, defendendo a indústria brasileira da competição chinesa;

reduzir consideravelmente a burocracia na área de comércio exterior.

Cabe ainda salientar que o excelente artigo mereceu destaque na imprensa internacional, em matéria do jornal **Le Monde**. Nela, o diário francês reconhece que o programa de governo de Alckmin apresenta importantes correções de rumo em relação à atual política de comércio.

Sr. Presidente, por enriquecermos a nossa história nacional em momento marcante da nossa vida, requeiro a V. Exª o registro do artigo nos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O GLOBO 24/10/2006, p. 7

Alckmin e as negociações comerciais

RUBENS BARBOSA

A exemplo do que ocorre na política externa, a estratégia de negociações comerciais multilaterais, regionais e bilaterais incluída no programa de governo de Geraldo Alckmin apresenta importantes correções de rumo e marcadas diferenças em relação às políticas do governo Lula.

Desde meados dos anos 90, o governo brasileiro desenvolve, no setor externo, uma estratégia de negociação comercial que se desdobra simultaneamente em três níveis: multilateral, regional e bilateral.

O governo Lula introduziu uma nova ênfase ao privilegiar também negociações com os países que representam mercados não-tradicionais (Sul-Sul) com o objetivo declarado de mudar a geografia comercial do mundo e desviar o eixo do comércio brasileiro dos EUA e da UE.

O programa de governo de Lula ressalta que as relações Sul-Sul, com especial ênfase ao relacionamento com os países da África, deverão ser mantidas.

A principal prioridade do governo é a Rodada Multilateral de Doha que se encontra em grandes dificuldades para ser concluída de maneira rápida e satisfatória para os interesses do agronegócio e da indústria nacional.

Os acordos comerciais firmados pe-

lo Mercosul produziram muito pouco resultado para o Brasil, visto que o surto das exportações brasileiras é resultado basicamente do crescimento da economia mundial, especialmente dos EUA e da China, e do aumento recorde dos preços das commodities.

Os acordos comerciais firmados a partir do ponto de vista institucional e integrando a América do Sul enfrentam grandes desafios. O acordo do Mercosul com o Grupo Andino é pouco profundo e gera reduzida ampliação de mercado. Os entendimentos entre o Mercosul e a União Européia estão caminhando lentamente, não se prevendo a conclusão do acordo de comércio antes da conclusão da Rodada de Doha. As negociações no âmbito da Alca estão suspensas, com poucas possibilidades de serem retomadas, por desinteresse do Brasil e, sobretudo agora, dos EUA.

As negociações comerciais — segundo se lê no programa de governo — serão dirigidas de forma pragmática, deixando de lado a retórica e a politização, com vistas a defender os legítimos interesses das empresas e, portanto, dos trabalhadores brasileiros.

A revisão, em parceria com o setor privado, da estratégia de negociação

comercial deverá se concentrar, em especial, nas seguintes ações:

1. Contribuir para o avanço e a conclusão das negociações multilaterais da Rodada de Doha, em bases equilibradas;

2. Concluir as negociações do acordo bilateral do Mercosul com a União Européia;

3. Promover ampla reflexão sobre o Mercosul e, se for o caso, o reexame do seu funcionamento, com vistas a melhor defender o interesse nacional;

4. Em termos de negociação hemisférica, atuar pela retomada das negociações, reconhecendo a dificuldade de levar adiante a proposta de criação da Alca nos termos em que está apresentada hoje;

5. Intensificar as relações com os centros mais dinâmicos da economia global Restabelecer a prioridade das relações com os países desenvolvidos. Nesse contexto, serão buscadas formas de ampliar o relacionamento bilateral com a União Européia, o Japão e os EUA, resguardando sempre as possíveis convergências e a defesa de nossos interesses, em especial na área econômica e comercial;

6. Propor o aprofundamento dos

acordos bilaterais de comércio com todos os países membros da Aladi;

7. Explorar mercados não-tradicionais e a ampliação do comércio com os países em desenvolvimento (comércio Sul-Sul), tendo presente que essa estratégia deve ser complementar ao esforço de maior aproximação dos mercados maiores.

8. Criar iniciativas mais agressivas para melhor aproveitar as oportunidades de exportação para a China, e defender de forma mais eficiente os setores industriais brasileiros ameaçados pela competição nem sempre leal das empresas chinesas.

Para apoiar a nova estratégia, o programa prevê o fortalecimento da promoção comercial com a atuação integrada da Apex com empresas e representações diplomáticas no exterior.

No tocante ao processo decisório na área de comércio exterior, para reduzir a burocracia (23 ministérios e 10 agências, como Banco Central e Receita Federal) e levar adiante a nova estratégia de negociação comercial, o programa de governo de Alckmin se refere à necessidade da consolidação dos cerca de 3.900 atos normativos e do fortalecimento e da desburocratização da Camex, órgão colegiado responsável pela coordenação governamental das ações no setor externo.

RUBENS BARBOSA é consultor e foi embaixador nos EUA e na Grã-Bretanha.

As negociações serão dirigidas de forma pragmática, sem retórica nem politização

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 58 minutos.)

Ata da 176ª Sessão Não Deliberativa, em 30 de outubro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana e Roberto Saturnino

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Mensagens que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- Nº 232, de 2006 (nº 909/2006, na origem), de 26 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2006 (nº 5.819/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que dispõe sobre as atividades de apoio ao Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.364, de 26 de outubro de 2006; e
- Nº 233, de 2006 (nº 910/2006, na origem), de 26 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2006 (nº 6.612/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que dispõe sobre a remuneração dos membros do Conselho Nacional de Justiça, sancionado e transformado na Lei nº 11.365, de 26 de outubro de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados, que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2006 (Nº 855/2003, na Casa de Origem)

Altera a redação do § 2º do art. 40 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei disciplina a retirada dos autos do cartório ou secretaria pelos procuradores para a obtenção de cópias na hipótese de prazo comum às partes.

Art. 2º O § 2º do art. 40 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40.

2º Sendo comum às partes o prazo, só em conjunto ou mediante prévio ajuste por petição nos autos, poderia os seus procuradores retirar os autos, ressalvada a obtenção de cópias para a qual cada procurador poderá retirá-los pelo prazo de 1 (uma) hora independentemente de ajuste.”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 855, DE 2003

Acrescenta o inciso IV ao artigo 40 do Código de Processo Civil. Outorga aos advogados direito de carga dos autos nos prazos comuns para extração de cópias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescenta o inciso IV ao artigo 40 da Lei 5.869 de 11-1-1973, com a seguinte redação:

“Art. 40. O advogado tem direito de:

- I –
- II –
- III –

IV – Retirar o processo de cartório, nos prazos comuns, pelo tempo de (uma) hora, para extração de cópias.

Art. 2º Esta lei entre em vigor a partir de sua publicação.

Justificação

O direito à ampla defesa constitui-se garantia constitucional irrenunciável.

Para o bom exercício de sua profissão, o advogado, muitas vezes, necessita fazer carga do processo para simples extração de cópias para estudos, a chamada “carga rápida”, o que muitas vezes tem sido obstaculizado ou dificultado na hipótese de prazo comum.

Tanto é verdade que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do Provimento nº 34/2001, proibiu a “carga rápida” nas hipóteses de prazo comum, criando um expediente moroso para a obtenção de cópias através do próprio fórum e com custo exacerbado.

Esse expediente dificulta o exercício de defesa, diminuindo o prazo do advogado de se manifestar.

Sala das sessões, 29 de abril de 2003. – Deputado **Carlos Sampaio**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 5.869, DE 11 JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

Art. 40. O advogado tem direito de:

I – examinar, em cartório de justiça e secretaria de tribunal, autos de qualquer processo, salvo o disposto no art. 155;

II – requerer, como procurador, vista dos autos de qualquer processo pelo prazo de 5 (cinco) dias;

III – retirar os autos do cartório ou secretaria, pelo prazo legal, sempre que lhe competir falar neles por determinação do juiz, nos casos previstos em lei.

§ 1º Ao receber os autos, o advogado assinará carga no livro competente.

§ 2º Sendo comum às partes o prazo, só em conjunto ou mediante prévio ajuste por petição nos autos poderão os seus procuradores retirar os autos.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2006

(Nº 4.732/2004, Na Casa de Origem)

Dá nova redação ao art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 896.

b) derem ao mesmo dispositivo de lei estadual, de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal prolator da decisão recorrida, interpretação divergente na forma da alínea **a** do **caput** deste artigo;

§ 6º Não cabe recurso de revista das decisões proferidas nas causas de valor inferior a 60 (sessenta) salários mínimos.

§ 7º Configurada divergência entre tribunais regionais do trabalho na interpretação de regulamento de empresa, de sentença normativa ou de convenção ou acordo coletivo, a parte interessada poderá suscitar perante a Seção de Dissídios Individuais incidente de uniformização de jurisprudência, facultada a reclamação para preservar a autoridade da decisão proferida.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.732, DE 2004

Dá nova redação ao art. 898 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 896.

b) derem ao mesmo dispositivo de lei estadual, de observância obrigatória em área

territorial que exceda a jurisdição do Tribunal prolator da decisão recorrida, interpretação divergente na forma da alínea **a**;

§ 6º Não cabe recurso de revista das decisões proferidas nas causas de valor inferior a sessenta salários mínimos.

§ 7º Configurada divergência entre tribunais regionais do trabalho na interpretação de regulamento de empresa, de sentença normativa ou de convenção ou acordo coletivo, a parte interessada poderá suscitar perante a Seção de Dissídios Individuais, incidente de uniformização de jurisprudência, facultada a reclamação para preservar a autoridade da decisão proferida.” (NR)

Art 2º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Brasília,

MENSAGEM

(Nº 873, de 2004, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Dá nova redação ao art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”.

Brasília, 15 de Dezembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 199-MJ

Brasília, 10 de dezembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à superior deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que “Dá nova redação ao art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”.

2. A iniciativa do Projeto de Lei é do Tribunal Superior do Trabalho, que encaminhou a este Ministério proposta de alteração do art. 896 da CLT, visando conferir celeridade e efetividade na prestação jurisdicional do trabalho.

3. A proposta confere redação à alínea **b** do **caput** do art. 896 para restringir o recurso de revista para uniformização de jurisprudência aos casos em que a lei estadual ultrapasse os limites jurisdicionais de um determinado Tribunal Regional do Trabalho.

4. Quanto às demais fontes normativas, hoje previstas na alínea **b** do art. 896 (convenção e acor-

do coletivo, sentença normativa ou regulamento de empresa), criou-se no § 7º um incidente direto de uniformização de jurisprudência, a ser examinado pela Seção de Dissídios Individuais, facultando-se à parte o uso da reclamação para preservar a autoridade da decisão proferida.

5. Por fim, o § 6º cria uma alçada de sessenta salários mínimos para habilitar a interposição do recurso de revista, ao mesmo tempo em que se veda a sua interposição das decisões proferidas sob o rito sumaríssimo.

6. Estas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter a anexa proposta ao elevado descortino de Vossa Excelência, acreditando que, se aceita, estará contribuindo para a efetivação das medidas que se fazem necessárias para conferir celeridade ao ritos do processo trabalhista.

Respeitosamente, – **Márcio Thomaz Bastos**,
Ministro de Estado da Justiça.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

.....
DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

.....
Art. 896. Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando: (*Redação dada pela Lei nº 9.756, de 17-12-1998*)

a) derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou a Súmula de Jurisprudência Uniforme dessa Corte; (*Redação dada pela Lei nº 9.756, de 17-12-1998*)

b) derem ao mesmo dispositivo de lei estadual, Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo, sentença normativa ou regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional prolator da decisão recorrida, interpretação divergente, na forma da alínea **a**; (*Redação dada pela Lei nº 9.756, de 17-12-1998*)

c) proferidas com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal. (*Redação dada pela Lei nº 9.756, de 17-12-1998*)

§ 1º O Recurso de Revista, dotado de efeito apenas devolutivo, será apresentado ao Presidente do Tribunal recorrido, que poderá recebê-lo ou denegá-lo, fundamentando, em qualquer caso, a decisão. *(Redação dada pela Lei nº 9.756, de 17-12-1998)*

§ 2º Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal. *(Redação dada pela Lei nº 9.756, de 17-12-1998)*

§ 3º Os Tribunais Regionais do Trabalho procederão, obrigatoriamente, à uniformização de sua jurisprudência, nos termos do Livro I, Título IX, Capítulo I do CPC, não servindo a súmula respectiva para ensejar a admissibilidade do Recurso de Revista quando contrariar Súmula da Jurisprudência Uniforme do Tribunal Superior do Trabalho. *(Redação dada pela Lei nº 9.756, de 17-12-1998)*

§ 4º A divergência apta a ensejar o Recurso de Revista deve ser atual, não se considerando como tal a ultrapassada por súmula, ou superada por iterativa e notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho. *(Alterado pela Lei nº 9.756, de 17-12-1998)*

§ 5º Estando a decisão recorrida em consonância com enunciado da Súmula da Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, poderá o Ministro Relator, indicando-o, negar seguimento ao Recurso de Revista, aos Embargos, ou ao Agravo de Instrumento. Será denegado seguimento ao Recurso nas hipóteses de intempestividade, deserção, falta de alçada e ilegitimidade de representação, cabendo a interposição de Agravo. *(Redação dada pela Lei nº 7.701, de 21-12-1988)*

§ 6º Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta da Constituição da República. *(Incluído pela Lei nº 9.957, de 12-1-2000)*

Art. 896-A Atenção: *(Vide Medida Provisória nº 2.226, de 4-9-2001)*

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Os Projetos que acabam de ser lidos vão às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência comuncia o recebimento, do Tribunal de Contas da União, dos seguintes avisos:

Nº 50, de 2006 do Congresso Nacional (nº 1.815-SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 1.891, de 2006-TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente à auditoria realizada na Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, em atendimento ao Acórdão 2.308/2005-Plenário, com o objetivo de verificar as obras do Novo Aeroporto de Florianópolis (TC nº 005.612/2006-6).

Nº 51, de 2006, do Congresso Nacional (nº 1.826-SGT-TCU/2006, na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 1.932, de 2006-TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes à auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários na BR-230 no Estado do Pará. (TC nº 007.191/2005-3).

Os avisos retornam a Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Iscalização.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa, Pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.175, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.

Relator: Senador **Romero Jucá**

Relator **ad hoc**: Senador **Mão Santa**

I – Relatório

De autoria do Deputado Sandes Júnior, o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006, destina-se a denominar “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” o trecho da rodovia BR-174 entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela. A iniciativa pretende homenagear o jornalista e advogado Alfredo Nasser, Ministro da Justiça do gabinete parlamentarista do então primeiro-ministro Tancredo Neves. Ao relatar a extensa e profícua vida pública de Alfredo Nasser, o autor considera justa e oportuna a homenagem proposta. Examinado em três Comissões da Câmara dos Deputados – de Viação e Transportes; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça

e Cidadania –, o projeto mereceu de todos unânime aprovação. A matéria veio então ao Senado no último dia 28 de março.

II – Análise

Como informa a justificção do projeto, Alfredo Nasser nasceu em Caiapônia, Goiás, em 1907, e faleceu em Brasília, em 1965. Bacharelou-se em Direito aos vinte anos, mas iniciou sua vida profissional como jornalista do jornal **Folha de S. Paulo**, na capital paulista. Poucos anos depois, elegeu-se deputado estadual em Goiás, tendo tomado parte na Assembléia Constituinte do Estado e integrado a Aliança Libertadora Nacional, organização política de âmbito nacional, oficialmente fundada em 1935 com o objetivo de combater o fascismo e o imperialismo.

Com o advento do Estado Novo, afastou-se do jornalismo para não se submeter à censura do historicamente conhecido DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda daquele regime de exceção, passando a dedicar-se à advocacia no Rio de Janeiro. Após a redemocratização de 1946, elegeu-se senador por seu Estado natal, reunindo as oposições em apoio ao seu nome. No exercício desse mandato, com apenas quarenta anos de idade, foi o relator do Plano Salte, considerado a primeira iniciativa de planejamento econômico no Brasil, cuja sigla advinha de seus temas principais: saúde, alimentação, transporte e energia.

Em 1949, exerceu o cargo de vice-presidente do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, entidade constituída com o objetivo de defender o monopólio estatal da exploração do petróleo e de outras jazidas minerais no País, tendo integrado, até 1954, ano do suicídio de Getúlio Vargas, o Conselho Nacional de Economia.

Em 1958, voltou ao Congresso Nacional como deputado federal, tendo apoiado, na posição de defensor da interiorização do desenvolvimento nacional, a transferência da Capital para Brasília. Como Ministro da Justiça no curto período parlamentarista chefiado por Tancredo Neves, de 1961 a 1962, deu os primeiros passos no sentido da criação da Polícia Federal. Ao retornar em seguida à Câmara dos Deputados, faleceu em 1965, em pleno exercício do mandato parlamentar.

Justificado no mérito, o projeto sob exame encontra abrigo constitucional, cumulativamente, no art. 22, XI, no tocante à reserva de competência legisla-

tiva da União, e nos arts. 48 e 61, da Lei Maior, relativamente ao âmbito da iniciativa parlamentar para a proposição de leis.

Do mesmo modo, guarda consonância com as exigências da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, para a denominação de vias do Plano Nacional de Viação (PNV), que admite expressamente a possibilidade de que, ao lado da nomenclatura oficial do PNV, trecho de via possa ter a designação supletiva de “nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação”.

Ocorre, contudo que, segundo informações obtidas perante o Departamento de Planejamento do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), nos trechos em que a BR-174 coincide com outras rodovias já são aplicadas outras denominações oficiais. A BR-364, por exemplo, no trajeto entre as cidades de Comodoro-MT e Vilhena – RO, cujo traçado coincide com a BR-174, é oficialmente denominada Rodovia Presidente Juscelino. De outra parte, desde o entroncamento próximo a Manicoré-AM até Manaus-AM, percurso coincidente com a BR-319, a BR-174 é denominada Rodovia Álvaro Maia.

Assim, com vistas a evitar sobreposição de denominações, deve-se limitar o alcance da proposição. Nesse sentido, formulamos emenda com o propósito de restringir a denominação proposta ao trecho da BR-174 que perpassa o Estado de Mato Grosso, entre as cidades de Cáceres e Comodoro.

III – Voto

Não vislumbro inconstitucionalidade na proposição em pauta, disposta em boa técnica legislativa, salvo pela necessidade de reduzir seu alcance. No mérito, adoto os argumentos do autor e me associo à justa homenagem proposta. Voto, assim, pela aprovação do PLC nº 27, de 2006, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1-CE

Substitua-se, na ementa e no art. 1º respectivamente, as expressões “entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela” e “entre a cidade de Cáceres, no Estado de Mato Grosso, e a fronteira com a Venezuela, no Estado de Roraima” pela seguinte: “entre as cidades de Cáceres e Comodoro, no Estado de Mato Grosso”.

Sala da Comissão, 17 de outubro de 2006

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 027/06 NA REUNIÃO DE 17/10/06
OS SENHORES SENADORES:

PRÉSIDENTE EVENTUAL:

Roberto Saturnino *Senador Roberto Saturnino*

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	RELATOR:
	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

LEGISLAÇÃO CITADA**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

.....
 Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....
 XI – trânsito e transporte:

SEÇÃO II**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão:

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II: 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

SUBSEÇÃO III**Das Leis**

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979

Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As estações terminais, obras de arte ou trechos de via do Sistema Nacional de Transporte terão a denominação das Localidades em que se encontrem, cruzem ou interliguem, consoante a nomenclatura estabelecida pelo Plano Nacional de Viação.

Parágrafo único. Na execução do disposto neste artigo será ouvido, previamente, em cada caso, o órgão administrativo competente.

Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecida no artigo anterior, uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade.

Art. 3º São mantidas as denominações de estações terminais, obras de arte e trechos de via aprovadas por lei.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, estabelecendo, inclusive, o início de sua execução.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.
– **JOÃO BAPTISTA DE FIGUEIREDO**, Presidente da República – **Eliseu Resende**.

PARECER Nº 1.176, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que institui o Dia Nacional do Pesquisador.

Relator: Senador **Flávio Arns**

I – Relatório

O projeto em pauta, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, foi distribuído, em caráter terminativo, à Comissão de Educação.

A proposição institui o Dia Nacional do Pesquisador, a ser comemorando anualmente no dia 8 de julho.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

II – Análise

O projeto assinala a importância crescente do papel da pesquisa, do desenvolvimento tecnológico e da inovação para o desenvolvimento do País. Lembra que esta é uma característica dos tempos atuais que chegam a ser classificados como a “era do conhecimento”. Destaca que, por isso, seria oportuno criar uma data nacional para homenagear os pesquisadores e para que também sirva de um dia de reflexão sobre as contribuições e as necessidades da pesquisa brasileira.

A justificativa do projeto de lei também informa que o dia 8 de julho foi o escolhido como data nacional do pesquisador, em função de esse ter sido o dia em que foi fundada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entidade que congrega os mais expressivos pesquisadores brasileiros de todas as áreas do conhecimento.

Do ponto de vista de sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, nada há a reparar. Quanto ao mérito, louve-se a iniciativa do Senador Eduardo Azeredo.

III – Voto

Em razão do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2006.

Sala da Comissão, 10 de outubro de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 173 / 06 NA REUNIÃO DE 10 / 10 / 06
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Sen: Wellington Salgado de Oliveira

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZÉREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI <i>Roberto Cavalcanti</i>	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- VAGO
RELATOR:	
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 173 106

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA	X				ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO				
JUVENCIO DA FONSECA					SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÁO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI	X				LUIZ OTAVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO IUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: ~ ABS: ~ AUTOR: ~ PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 10 / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Educação

PARECER Nº 1.177, DE 2006**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2006 (nº 4.526/2004, na origem), que institui o Dia Nacional do Notário e do Registrador.**

Relator: Senador **Marcos Guerra**

I – Relatório

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 73, de 2006, que, se aprovado, institui o Dia Nacional do Notário e do Registrador.

O projeto foi apresentado, em 25 de novembro de 2004, pelo ilustre Deputado Alex Canziani. Na Casa de origem, era identificado como Projeto de Lei (PL) nº 4.526, de 2004, havendo sido remetido ao Senado Federal em 20 de junho do corrente ano.

O art. 1º da proposição tem por objetivo instituir o Dia Nacional do Notário e do Registrador, a ser comemorado anualmente no dia 18 de novembro.

O art. 2º, por fim, determina o início da vigência da lei na data de sua publicação.

Não foram oferecidas emendas.

II – Análise

O PLC nº 73, de 2006, não apresenta vício de regimentalidade. Com efeito, nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno desta Casa (RISF), cabe à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem sobre normas gerais de educação, cultura, ensino, desportos e, mais especificamente, sobre aquelas que digam respeito à instituição de datas comemorativas.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLC nº 73, de 2006, tendo em vista que a União possui competência concorrente para legislar sobre educação, cultura, ensino e desporto, a teor do disposto no art. 24, inciso IX, da Constituição Federal (CF), bem como por não ter sido vulnerada cláusula pétrea alguma. Ademais, a matéria se insere no âmbito das

atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o **caput** do art. 48 da Carta Magna, sendo livre a iniciativa parlamentar.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico e iii) possui o atributo da generalidade.

No tocante ao mérito, entendemos louvável a iniciativa consubstanciada no PLC nº 73, de 2006, pois presta homenagem aos profissionais do direito que, dotados de fé pública, se dedicam à relevante e imprescindível atividade notarial e registral.

Serviços notariais e de registro, especificação do gênero “serviço de registros públicos”, são definidos pela Lei nº 8.935, de 1994, como os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.

No desempenho de tais atividades encontram-se os tabeliães de notas, de protesto de títulos, os tabeliães e oficiais de registro de contratos marítimos, os oficiais de registro de títulos, e documentos, das pessoas jurídicas, do registro civil das pessoas naturais, de interdições, tutelas e de distribuição.

Vê-se que todas as etapas da vida civil, do nascimento da pessoa física até o óbito, do registro da pessoa jurídica até a sua extinção, passando pela aquisição de bens imóveis, pelo protesto de títulos destinado à preservação do crédito, pela celebração de contratos e pela lavratura de testamentos, transitam pelos serviços notariais e registrais, titularizados por profissionais de cuja atuação depende não apenas a segurança, mas também, e sobretudo, a confiabilidade dos negócios jurídicos diuturnamente realizados.

III – Voto

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2006.

Sala da Comissão, 10 de outubro de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 073 / 06 NA REUNIÃO DE 10 / 10 / 06
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Wellington Salgado de Oliveira

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
RELATOR:	
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON-FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALÓZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- VAGO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.....
IX – educação, cultura, ensino e desporto;
.....

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, ispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....
LEI Nº 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994

Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios)

.....
PARECER Nº 1.178, DE 2006

Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2003, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera o art. 49 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com o objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural os arrendatários de terras, os parceiros, os consórcios e os condomínios de produtores rurais, bem como os quilombolas.

Relator: Senador **Flávio Arns**.

I – Relatório

Por designação do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), cabe-me relatar, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 265, de 2003, de autoria do ilustre Senador Tasso Jereissati, que altera o art 49 da Lei nº 81171, de 17 de janeiro de 1991, com o objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural os arrendatários de terras, os parceiros, os consórcios e os condomínios de produtores rurais, bem como os quilombolas.

O PLS em análise compõe-se de dois artigos. O primeiro determina que o art. 49, da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a nova redação, para alcançar os objetivos ora apontados.

O segundo artigo determina que a Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Não foram oferecidas emendas.

No Senado Federal, o Projeto foi distribuído, inicialmente, para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que não chegou a se pronunciar sobre a matéria. Com a criação da CRA, por intermédio da Resolução nº 1, de 2005, o Senhor Presidente do Senado Federal, com base no inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), redistribuiu o presente PLC para análise desta Comissão.

II – Análise

Em conformidade com os arts. 91, I, e 104-B, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), incumbe a esta Comissão, em decisão terminativa, a apreciação da matéria quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito.

No tocante à constitucionalidade, estão respeitados os requisitos referentes à competência legislativa da União (art. 22 da Constituição Federal – CF); às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, **caput**, CF); e iniciativa (art. 61 **caput**, CF).

Relativamente à juridicidade, assevera-se que o arrendamento e a parceria rural são contratos agrários típicos, regidos por leis de ordem pública, onde a vontade das partes é limitada pela imposição legal. No Brasil são tratados, respectivamente, pelos arts. 95 e 96 do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 1964) e regulamentados pelo Decreto nº 59.566, de 1966.

Ainda sobre a legislação vigente para arrendamentos e parcerias, citamos a Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 agosto de 2001, que modificou o art. 14 do Estatuto da Terra, permitindo “a instituição dos condomínios e dos consórcios agrários, formados por agrupamentos de pessoas físicas ou jurídicas, constituídos por sociedades por cotas, com o objetivo de exercer atividade agropecuária, extrativista vegetal, silvicultural, artesanal e agroindustrial”.

Ademais, a proposição está vazada na técnica legislativa ditada pelas Leis Complementares nºs 95, de 26 de fevereiro de 1998, e 107, de 26 de abril de 2001, e atende a todos os dispositivos regimentais.

De acordo com a justificação do Projeto de Lei em análise, “a vantagem dessa nova instituição jurídica é permitir, principalmente aos pequenos agricultores, a ampliação da escala de produção, o aumento do poder de barganha na compra de insumos agrícolas e na venda da produção, além da facilitação na obtenção de crédito rural”.

Entretanto, apesar da ampla legislação vigente, o arrendamento rural ainda não é um instrumento amplamente utilizado no Brasil. A razão para essa limitação está na insegurança inerente aos arrendamentos

e às parcerias, devido, em grande parte, aos contratos informais estabelecidos entre as partes.

Sobre os problemas que limitam a expansão dos contratos de arrendamento, a coordenadora da Bolsa de Arrendamento e Parcerias, que tem atendido gratuitamente uma média de 12 produtores rurais por dia, inclusive agricultores dos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, e foi responsável por um salto no plantio de soja da região: de 20 mil hectares, em 2002, para 45 mil este ano e 100 mil na safra de 2004, segundo a edição jornal **O Estado de São Paulo**, de 20 de agosto de 2003, explicou que um dos motivos pelos quais os proprietários não se sentem encorajados a arrendar suas terras por mais tempo é justamente o pavor de perdê-las para sem-terras que reivindicuem sua posse.

Os arrendatários, por sua vez, são prejudicados pelos contratos de aluguel de curto prazo, que inviabilizam investimentos, bem como pela incerteza dos contratos informais, muito comuns no meio rural.

Assim, "torna-se necessária a criação de mecanismos de incentivo à formalização dos contratos agrários.

Um desses mecanismos seria justamente o reconhecimento dos arrendatários e parceiros que possuam contrato agrário formalizado, para serem beneficiários do Sistema Nacional de Crédito Rural".

Ainda, segundo o autor da proposição, a inclusão das comunidades indígenas e das remanescentes de quilombos, dentre os beneficiados pelo PLS nº 265, de 2003, constituem uma forma de fazer justiça. Lembra ainda, na justificção, que resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), que regulamentam o crédito rural, já os consideram como beneficiários.

Do exposto, concluímos que, também no mérito, a proposta em análise, ao objetivar a formalização dos contratos agrários para obtenção de crédito, será de grande valor para a agricultura brasileira.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 265, de 2003, na forma em que se apresenta.

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 265, DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 4/10/2006 OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	VALDIR RAUPP - PRES. EM EXERCÍCIO
RELATOR:	[Assinatura]
LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
LÚCIA VÂNIA	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
FLEXA RIBEIRO	2- ÁLVARO DIAS
SÉRGIO GUERRA	3- LEONEL PAVAN
JONAS PINHEIRO	4- EDISON LOBÃO
DEMÓSTENES TORRES	5- ROSEANA SARNEY
HERACLITO FORTES	6- RODOLPHO TOURINHO
PMDB	
RAMEZ TEBET	1- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
PEDRO SIMON	2- ROMERO JUCÁ
LEOMAR QUINTANILHA	3- AMIR LANDO
VAGO	4- MÃO SANTA
MAGUITO VILELA	5- VALDIR RAUPP
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PL/PT/PSB)	
FLÁVIO ARNS	1- SERYS SLHESSARENKO
AELTON FREITAS	2- VAGO
SIBÁ MACHADO	3- MAGNO MALTA
ANA JÚLIA CAREPA	4- SÉRGIO ZAMBIASI
JOÃO RIBEIRO	5- MARCELO CRIVELLA - PMR
PDT	
OSMAR DIAS	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 265, DE 2003

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LÚCIA VÂNIA					1- JUVÊNIO DA FONSECA	X			
FLEXA RIBEIRO	X				2- ALVARO DIAS				
SÉRGIO GUERRA					3- LEONEL PAVAN				
JONAS PINHEIRO	X				4- EDISON LOBÃO				
DEMÓSTENES TORRES					5- ROSEANA SARNEY				
HERÁCLITO FORTES	X				6- RODOLPHO TOURINHO				
TITULARES - PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET					1- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X			
PEDRO SIMON					2- ROMERO JUCÁ				
LEOMAR QUINTANILHA - PC do B	X				3- AMIR LANDO				
VAGO					4- MÃO SANTA	X			
MAGUITO VILELA					5- VALDIR RAUPP				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PL/PT/PSB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PL/PT/PSB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS	X				1- SERYS SLHESARENKO				
AELTON FREITAS					2- ANTONIO JOÃO				
SIBÁ MACHADO	X				3- MAGNO MALTA				
ANA JÚLIA CAREPA					4- SÉRGIO ZAMBIASI				
JOÃO RIBEIRO					5- MARCELO CRIVELLA - PMR				
TITULAR - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM: 9 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1
 SALA DAS REUNIÕES, EM 4/10/2006
 Senador VALDIR RAUPP
 Presidente, em exercício

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (§8º, art. 132, do RISF)

Of. Nº 187/2006-CRA

Brasília, 10 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia 4 próximo passado, o Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2003, que “altera o artigo 49 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com o objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural os arrendatários de terras, os parceiros, os consórcios e os condomínios de produtores rurais, bem como os quilombolas”, de autoria do Senador Tasso Jereissati.

Atenciosamente, – Senador **Valdir Raupp**, Presidente, em exercício da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

II – desapropriação;

III – requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;

IV – águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

V – serviço postal;

VI – sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;

VII – política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;

VIII – comércio exterior e interestadual;

IX – diretrizes da política nacional de transportes;

X – regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;

XI – trânsito e transporte;

XII – jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;

XIII – nacionalidade, cidadania e naturalização;

XIV – populações indígenas;

XV – emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;

XVI – organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

XVII – organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes;

XVIII – sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais;

XIX – sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;

XX – sistemas de consórcios e sorteios;

XXI – normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;

XXII – competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;

XXIII – seguridade social;

XXIV – diretrizes e bases da educação nacional;

XXV – registros públicos;

XXVI – atividades nucleares de qualquer natureza;

XXVII – normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III; (Redação dada pela Emenda constitucional nº 19, de 1998);

XXVIII – defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;

XXIX – propaganda comercial.

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

SUBSEÇÃO III

Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do

Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964

Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

**SEÇÃO II
Das Terras Particulares**

Art. 14. O Poder Público facilitará e prestigiará a criação e a expansão de empresas rurais de pessoas físicas e jurídicas que tenham por finalidade o racional desenvolvimento extrativo agrícola, pecuário ou agro-industrial. Também promoverá a ampliação do sistema cooperativo e organização daquelas empresas, em companhias que objetivem a democratização do capital. (Vide Medida Provisória nº 2.183-56, de 24-8-2001)

**SEÇÃO II
Do Arrendamento Rural**

Art. 95. Quanto ao arrendamento rural, observar-se-ão os seguintes princípios:

I – os prazos de arrendamento terminarão sempre depois de ultimada a colheita, inclusive a de plantas forrageiras temporárias cultiváveis. No caso de retardamento da colheita por motivo de força maior, considerar-se-ão esses prazos prorrogados nas mesmas condições, até sua ultimação;

II – presume-se feito, no prazo mínimo de três anos, o arrendamento por tempo indeterminado, observada a regra do item anterior;

III – o arrendatário que iniciar qualquer cultura cujos frutos não possam ser colhidos antes de terminado o prazo de arrendamento deverá ajustar previamente com o locador do solo a forma pela qual serão eles repartidos;

IV – em igualdade de condições com estranhos, o arrendatário terá preferência à renovação do arrendamento, devendo o proprietário, até seis meses antes do vencimento do contrato, fazer-lhe a competente notificação das propostas existentes. Não se verificando a notificação, o contrato considera-se automaticamente renovado, desde que o locatário, nos trinta dias seguintes, não manifeste sua desistência ou formule nova proposta, tudo mediante simples registro

de suas declarações no competente Registro de Títulos e Documentos;

V – os direitos assegurados no inciso anterior não prevalecerão se, no prazo de seis meses antes do vencimento do contrato, o proprietário, por via de notificação, declarar sua intenção de retomar o imóvel para explorá-lo diretamente ou através de descendente seu;

VI – sem expresse consentimento do proprietário é vedado o subarrendamento;

VII – poderá ser acertada, entre o proprietário e arrendatário, cláusula que permita a substituição de área arrendada por outra equivalente no mesmo imóvel rural, desde que respeitadas as condições de arrendamento e os direitos do arrendatário;

VIII – o arrendatário, ao termo do contrato, tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, será indenizado das benfeitorias voluptuárias quando autorizadas pelo locador do solo. Enquanto o arrendatário não seja indenizado das benfeitorias necessárias e úteis, poderá permanecer no imóvel, no uso e gozo das vantagens por ele oferecidas, nos termos do contrato de arrendamento e nas disposições do inciso I;

IX – constando do contrato de arrendamento animais de cria, de corte ou de trabalho, cuja forma de restituição não tenha sido expressamente regulada, o arrendatário é obrigado, findo ou rescindido o contrato, a restitui-los em igual número, espécie e valor;

X – o arrendatário não responderá por qualquer deterioração ou prejuízo a que não tiver dado causa;

XI – na regulamentação desta Lei, serão complementadas as seguintes condições que, obrigatoriamente, constarão dos contratos de arrendamento:

a) limites dos preços de aluguel e formas de pagamento em dinheiro ou no seu equivalente em produtos colhidos;

b) prazos mínimos de locação e limites de vigência para os vários tipos de atividades agrícolas;

c) bases para as renovações convencionadas;

d) formas de extinção ou rescisão;

e) direito e formas de indenização ajustadas quanto às benfeitorias realizadas;

XII – o preço do arrendamento, sob qualquer forma de pagamento, não poderá ser superior a quinze por cento do valor cadastral do imóvel, incluídas as benfeitorias que entrarem na composição do contrato, salvo se o arrendamento for parcial e recair apenas em glebas selecionadas para fins de exploração intensiva de alta rentabilidade, caso em que o preço poderá ir até o limite de trinta por cento;

XIII – a todo aquele que ocupar, sob qualquer forma de arrendamento, por mais de cinco anos, um

imóvel rural desapropriado, em área prioritária de reforma agrária, é assegurado o direito preferencial de acesso à terra. (Vetado.)

SEÇÃO III

Da Parceria Agrícola, Pecuária, Agroindustrial e Extrativa

Art. 96. Na parceria agrícola, pecuária, agroindustrial e extrativa, observar-se-ão os seguintes princípios:

I – o prazo dos contratos de parceria, desde que não convençionados pelas partes, será no mínimo de três anos, assegurado ao parceiro o direito à conclusão da colheita, pendente, observada a norma constante do inciso I, do artigo 95;

II – expirado o prazo, se o proprietário não quiser explorar diretamente a terra por conta própria, o parceiro em igualdade de condições com estranhos, terá preferência para firmar novo contrato de parceria;

III – as despesas com o tratamento e criação dos animais, não havendo acordo em contrário, correrão por conta do parceiro tratador e criador;

IV – o proprietário assegurará ao parceiro que residir no imóvel rural, e para atender ao uso exclusivo da família deste, casa de moradia higiênica e área suficiente para horta e criação de animais de pequeno porte;

V – no regulamento desta lei, serão complementadas, conforme o caso, as seguintes condições, que constarão, obrigatoriamente, dos contratos de parceria agrícola, pecuária, agroindustrial ou extrativa:

a) quota-limite do proprietário na participação dos frutos, segundo a natureza de atividade agropecuária e facilidades oferecidas ao parceiro;

b) prazos mínimos de duração e os limites de vigência segundo os vários tipos de atividade agrícola;

c) bases para as renovações convençionadas;

d) formas de extinção ou rescisão;

e) direitos e obrigações quanto às indenizações por benfeitorias levantadas com consentimento do proprietário e aos danos substanciais causados pelo parceiro, por práticas predatórias na área de exploração ou nas benfeitorias, nos equipamentos, ferramentas e implementos agrícolas a ele cedidos;

f) direito e oportunidade de dispor sobre os frutos repartidos;

VI – na participação dos frutos da parceria, a quota do proprietário não poderá ser superior a:

a) dez por cento, quando concorrer apenas com a terra nua;

b) vinte por cento, quando concorrer com a terra preparada e moradia;

c) trinta por cento, caso concorra com o conjunto básico de benfeitorias, constituído especialmente de casa de moradia, galpões, cercas, valas ou currais, conforme o caso;

d) cinquenta por cento, caso concorra com a terra preparada e o conjunto básico de benfeitorias enumeradas na alínea c e mais o fornecimento de máquinas e implementos agrícolas, para atender aos tratos culturais, bem como as sementes e animais de tração e, no caso de parceria pecuária, com animais de cria em proporção superior a cinquenta por cento do número total de cabeças objeto de parceria;

e) setenta e cinco por cento, nas zonas de pecuária ultra-extensiva em que forem os animais de cria em proporção superior a vinte e cinco por cento do rebanho e onde se adotem a meação de leite e a comissão mínima de cinco por cento por animal vendido;

f) o proprietário poderá sempre cobrar do parceiro, pelo seu preço de custo, o valor de fertilizantes e inseticidas fornecidos no percentual que corresponder à participação deste, em qualquer das modalidades previstas nas alíneas anteriores;

g) nos casos não previstos nas alíneas anteriores, a quota adicional do proprietário será fixada com base em percentagem máxima de dez por cento do valor das benfeitorias ou dos bens postos à disposição do parceiro;

VII – aplicam-se à parceria agrícola, pecuária, agropecuária, agroindustrial ou extrativa as normas pertinentes ao arrendamento rural, no que couber, bem como as regras do contrato de sociedade, no que não estiver regulado pela presente lei.

Parágrafo único. Os contratos que prevejam o pagamento do trabalhador, parte em dinheiro e parte percentual na lavoura cultivada, ou gado tratado, são considerados simples locação de serviço, regulada pela legislação trabalhista, sempre que a direção dos trabalhos seja de inteira e exclusiva responsabilidade do proprietário, locatário do serviço a quem cabe todo o risco, assegurando-se ao locador, pelo menos, a percepção do salário-mínimo no cômputo das duas parcelas.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabe-

lece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI COMPLEMENTAR Nº 107,
DE 26 DE ABRIL DE 2001

Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

DECRETO Nº 59.566,
DE 14 DE NOVEMBRO DE 1966.

Regulamenta as Seções I, II e III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, o Capítulo III da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.183-56,
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

DESPACHO

PLS Nº 265, DE 2003

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2005, que “*Cria no Senado Federal a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, altera a denominação e atribuições de comissões permanentes e dá outras providências*”, e a comunicação desta Presidência feita ao Plenário na sessão de 3 de março de 2005.

DECIDO

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente projeto de lei às comissões de CRA; cabendo a decisão terminativa, à CRA, nos termos do inciso I do art. 49 do Regimento Interno.

Senado Federal, 29 de março de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Flávio Arns**

I – Relatório

Por designação do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, cabe-me relatar, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 265, de 2003, de autoria do ilustre Senador Tasso Jereissati, que altera o art. 49 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com o objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural os arrendatários de terras, os parceiros, os consórcios e os condomínios de produtores rurais, bem como os quilombolas.

O PLS em análise compõe-se de dois artigos. O primeiro determina que o art. 49, da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passe a vigorar com a nova redação, para alcançar os objetivos ora apontados.

O segundo artigo determina que a Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Não foram oferecidas emendas.

No Senado Federal, o Projeto foi distribuído, inicialmente, para a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, que não chegou a se pronunciar sobre a matéria. Com a criação da ClTA, por intermédio da Resolução nº 1, de 2005, o Senhor Presidente do Senado Federal, com base no inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, redistribuiu o presente PLS para análise desta Comissão.

II – Análise

Em conformidade com os arts. 91, I, e 104-13, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), incumbe a esta Comissão, em decisão terminativa, a apreciação da matéria quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito.

No tocante à constitucionalidade, estão respeitados os requisitos referentes à competência legislativa da União (art. 22 da Constituição Federal – CF); às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, **caput**, CF); e à iniciativa (art. 61, **caput**, CF).

Relativamente à juridicidade, assevera-se que o arrendamento e a parceria rural são contratos agrários típicos, regidos por leis de ordem pública, em que a vontade das partes é limitada pela imposição legal. No Brasil são tratados, respectivamente, pelos arts. 95 e 96 do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 1964) e regulamentados pelo Decreto nº 59.566, de 1966.

Ainda sobre a legislação vigente para arrendamentos e parcerias, citamos a Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 agosto de 2001, que modificou o art. 14 do Estatuto da Terra, permitindo “a instituição dos condomínios e dos consórcios agrários, formados por

agrupamentos de pessoas físicas ou jurídicas, constituídos por sociedades por cotas, com o objetivo de exercer atividade agropecuária, extrativista vegetal, silvicultural, artesanal e agroindustrial”.

Ademais, a proposição está vazada na técnica legislativa ditada pelas Leis Complementares nºs 95, de 26 de fevereiro de 1998, e 107, de 26 de abril de 2001, e atende a todos os dispositivos regimentais.

De acordo com a justificação do Projeto de Lei em análise, “a vantagem dessa nova instituição jurídica é permitir, principalmente aos pequenos agricultores, a ampliação da escala de produção, o aumento do poder de barganha na compra de insumos agrícolas e na venda da produção, além da facilitação na obtenção de crédito rural”.

Entretanto, apesar da ampla legislação vigente, o arrendamento rural ainda não é um instrumento amplamente utilizado no Brasil. A razão para essa limitação está na insegurança inerente aos arrendamentos e às parcerias, devido, em grande parte, aos contratos informais estabelecidos entre as partes.

Os arrendatários, por sua vez, são prejudicados pelos contratos de aluguel de curto prazo, que inviabilizam investimentos, bem como pela incerteza dos contratos informais, muito comuns no meio rural.

Assim, “toma-se necessária a criação de mecanismos de incentivo à formalização dos contratos agrários. Um desses mecanismos seria justamente o reconhecimento dos arrendatários e parceiros que possuam contrato agrário formalizado, para serem beneficiários do Sistema Nacional de Crédito Rural”.

Ainda, segundo o autor da proposição, a inclusão das comunidades indígenas e das remanescentes de quilombos, dentre os beneficiados pelo PLS nº 265, de 2003, constituem uma forma de fazer justiça. Lembra ainda, na justificação, que resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), que regulamentam o crédito rural, já os consideram como beneficiários.

Do exposto, concluímos que, também no mérito, á proposta em análise, ao objetivar a formalização dos contratos agrários para obtenção de crédito, será de grande valor para a agricultura brasileira.

Neste contexto, no entanto, entendemos que seria fundamental incluir no PLS previsão para que prestadores de serviços essenciais para atividade agropecuária e outros agentes que desenvolvam atividades correlatas sejam considerados beneficiários para fins de concessão de crédito rural.

Atualmente, a terceirização de atividades na agropecuária tem sido preponderante para as principais commodities, como se nota nas atividades de preparo

do solo, reflorestamento e colheitas. Esse padrão se mostra mais eficiente quanto maior é o grau de profissionalização dos serviços contratados.

Por outro lado, com a escassez de oportunidade e com o elevado custo da terra, sobretudo no sul do País, o crédito rural de investimento e a estruturação de negócios voltados para prestação desses serviços terceirizados poderão abrir oportunidade para que os filhos de agricultores familiares possam dispor das condições adequadas para se habilitarem a essa nova modalidade de emprego que crescerá ainda mais nos próximos anos.

Assim, com a disponibilização de crédito adequado, a partir da aprovação da emenda que ora apresentamos, e com um sistema organizado de capacitação, poder-se-ia garantir desenvolvimento sustentado para comunidades rurais, evitando, destarte, que os jovens, preparados para lida na agropecuária, abandonem as propriedades rurais e sigam para os grandes centros urbanos à procura de empregos e melhores condições de sobrevivência.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 265, de 2003, com a seguinte emenda que apresento.

EMENDA Nº – CRA

Dê-se ao inciso VI do art. 49 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, nos termos do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2003, a seguinte redação:

“Art. 49.

 VI –

e) prestação de serviços essenciais para as atividades agropecuárias.” (NR)

Sala da Comissão, – **Flávio Arns**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Vem à Comissão de Assuntos Econômicos, para apreciação em caráter definitivo, o Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2003, de autoria do Senador Tasso Jereissati O referido projeto altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com o objetivo de incluir como beneficiários do crédito rural “os arrendatários de terras, os parceiros, os consórcios e os condomínios de produtores rurais, bem como os quilombolas”.

O PLS em análise compõe-se de dois artigos. O primeiro determina que o art. 49, da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 49. O crédito rural terá como beneficiários:

-
- I – produtores rurais;
 - II – extrativistas não predatórios;
 - III – quilombolas e indígenas assistidos por instituições competentes;
 - IV – pessoas físicas que exerçam atividade rural por meio de arrendamento ou parceria, com contrato agrário formalizado, nos termos da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;
 - V – consórcios e condomínios agrários de que trata o § 1º do art. 14, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;
 - VI – pessoas físicas ou jurídicas que, embora não conceituadas como produtores rurais, se dediquem às seguintes atividades vinculadas ao setor:
 - a) produção de mudas ou sementes básicas, fiscalizadas ou certificadas;
 - b) produção de sêmen para inseminação artificial e embriões;
 - c) atividades de pesca artesanal e aquicultura para fins comerciais;
 - d) atividades florestais e pesqueiras.
- (NR)

O segundo artigo determina que a lei entrará em vigor na data de sua publicação. Não foram oferecidas emendas.

II – Análise

O arrendamento e a parceria rural são contratos agrários típicos, regidos por leis de ordem pública, onde a vontade das partes é limitada pela imposição legal. No Brasil são tratados, respectivamente, pelos arts. 95 e 96 do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64) e regulamentados pelo Decreto nº 59.566, de 1966.

Ainda sobre a legislação vigente para arrendamentos e parcerias, citamos a Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 agosto de 2001, que modificou o art. 14 do Estatuto da Terra, permitindo “a instituição dos condomínios e dos consórcios agrários, formados por agrupamentos de pessoas físicas ou jurídicas, constituídos por sociedades por cotas, com o objetivo de exercer atividade agropecuária, extrativista vegetal, silvicultural, artesanal e agroindustrial”.

De acordo com a justificação do projeto de lei em análise, “a vantagem dessa nova instituição jurídica é permitir, principalmente aos pequenos agricultores, a ampliação da escala de produção, o aumento do poder de barganha na compra de insumos agrícolas e na venda da produção, além da facilitação na obtenção de crédito rural”.

Entretanto, apesar da ampla legislação vigente, o arrendamento rural ainda não é um instrumento amplamente utilizado no Brasil. A razão para essa limitação está na insegurança inerente aos arrendamentos e às parcerias, devido, em grande parte, aos contratos informais estabelecidos entre as partes.

Notícia divulgada pelo jornal **O Estado de São Paulo**, em 20 de agosto do corrente ano, informa da existência da Bolsa de Arrendamento e Parcerias, criada naquele estado em março do ano passado, e “responsável por um salto no plantio de soja da região: de 20 mil hectares, em 2002, para 45 mil este ano e 100 mil na safra de 2004. Ela também tem mediado contratos de algodão, amendoim, cana e eucalipto”. Patrocinada por comerciantes de produtos agrícolas, a Bolsa tem atendido gratuitamente uma média de 12 produtores rurais por dia, inclusive agricultores do Paraná e Rio Grande do Sul.

Sobre os problemas que limitam a expansão dos contratos de arrendamento, a coordenadora da Bolsa, Anna Cláudia Berno, explica “que um dos motivos pelos quais os proprietários não se sentem encorajados a arrendar suas terras por mais tempo é justamente o pavor de perdê-las para sem-terra que reivindicuem sua posse”. Por sua vez os arrendatários são prejudicados pelos contratos de aluguel de curto prazo, que inviabilizam investimentos, bem como pela incerteza dos contratos informais, muito comuns no meio rural.

Assim, “toma-se necessária a criação de mecanismos de incentivo à formalização dos contratos agrários. Um desses mecanismos seria justamente o reconhecimento dos arrendatários e parceiros que possuam contrato agrário formalizado, para serem beneficiários do Sistema Nacional de Crédito Rural”.

Ainda segundo ao autor da proposição, a inclusão das comunidades indígenas e das remanescentes de quilombos (quilombolas), dentre os beneficiados pelo PLS nº 265, de 2003, constituem uma forma de fazer justiça. Lembra ainda, na justificação, que resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), que regulamentam o crédito rural, já os consideram como beneficiários.

Do exposto, concluímos que a proposta em análise, ao estimular a formalização dos contratos agrários

para obtenção de crédito, será de grande valor para a agricultura brasileira.

III – Voto

Em vista do exposto, nosso voto é pela aprovação do PLS nº 265, de 2003, na forma em que se apresenta.

Sala da comissão, **Eduardo Azeredo**, Relator.

PARECER Nº 1.179, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer prazo até o último dia útil do ano em que é entregue a declaração de ajuste para a restituição de Imposto de Renda Pessoa Física pago a maior; e sobre o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2004, de autoria do Senador Pedro Simon, que fixa prazo para restituição do Imposto sobre a Renda e Proventos descontado na fonte, e da outras providências. (Tramitando em conjunto nos termos do Requerimento nº 512, de 2005.)

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Vêm a exame desta Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa, os projetos de lei acima epigrafados, ambos dispendo sobre a fixação de prazo para a restituição do Imposto de Renda da Pessoa Física, pago a maior. O PLS nº 41, de 2004, prevê o prazo até o último dia útil do mês de dezembro do ano fixado para a entrega da declaração de rendimentos; o de nº 131, de 2004, o de 60 dias após a entrega da respectiva declaração. Referem-se também a encargos financeiros, como adiante se verá.

O PLS nº 41, de 2004, foi inicialmente distribuído ao nobre Senador João Alberto Souza, que ofertou relatório pela aprovação, em forma de substitutivo; subsequentemente foi redistribuído ao eminente Senador Delcídio Amaral, que, igualmente, apresentou relatório pela aprovação, nos mesmos termos da manifestação anterior. Quanto ao PLS nº 131, de 2004, subscrevi relatório pela aprovação, também com substitutivo.

Em face da tramitação das duas proposições versando matéria udêntica, foi solicitada a devida anexação, pelo Requerimento nº 512, de 2005, conforme prevê o art. 258 do Regimento Interno.

Em ambas as proposições observa-se a nítida preocupação de seus autores quanto à injustiça que

a legislação do Imposto de Renda impõe aos contribuintes por ocasião da apresentação da declaração de ajuste anual.

Enquanto a Lei nº 9.250, de 26 de novembro de 1995, em seu art. 13, parágrafo único, prevê que o saldo do imposto a pagar deverá ser quitado até o último dia útil do mês fixado para a entrega da declaração de rendimentos, é silente quanto ao prazo para a devolução de valores pagos a maior pelos contribuintes.

Por outras palavras, se o contribuinte pagar o imposto devido até o último dia útil do mês fixado para a entrega da declaração de rendimentos, *tollitur quaestio*. Se fica inadimplente, está sujeito a pagar juros de mora e multa de mora. Já o contribuinte que tem direito a restituição, só pode contar com juros de mora.

Assim, o que se pretende, afinal, é estabelecer o mesmo tratamento, tanto para aqueles que têm diferença de imposto a pagar, quanto para os que têm direito a restituição, senão quanto ao mesmo prazo, pelo menos no que diz respeito aos encargos financeiros decorrentes da mora.

II – Análise

Preliminarmente, cabe esclarecer que a matéria guarda conformidade com os parâmetros constitucionais relativos à iniciativa, que é geral (art. 61, **caput**), eis que a competência privativa do Presidente da República, em matéria tributária, só se verifica em relação aos Territórios (art. 61, § 1º, II, **b**); e o Congresso Nacional é competente para legislar sobre o tema, com fundamento no inciso I do art. 48, combinado com o art. 153, inciso III, todos da Constituição Federal. Também não se trata de matéria que esteja sujeita às restrições do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Não há injuridicidade a ser apontada, porquanto a iniciativa tem pertinência com a idéia nuclear de justiça, de equilíbrio, de harmonia, de coerência, de adequação de seus termos com o contexto jurídico pátrio; e o pequeno senão de natureza regimental, referente às alterações das leis a que alude o inciso V do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998, que se observa em uma das proposições, será facilmente superado no substitutivo que terá de ser formulado ao final deste relatório.

Quanto ao mérito, concordo plenamente com o objetivo almejado, que é o de dar tratamento isonômico entre o Fisco e o contribuinte do Imposto de Renda das pessoas físicas.

No que concerne ao contribuinte, o art. 16 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995 (com a alteração dada pelo art. 62 da Lei nº 9.430, de 26 de dezembro de 1996), dispõe:

Art. 16. O valor da restituição do Imposto sobre a Renda da pessoa física, apurado em declaração de rendimentos, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao previsto para a entrega tempestiva da declaração de rendimentos até o mês anterior ao da liberação da restituição e de um por cento no mês em que o recurso for colocado no banco à disposição do contribuinte.

Quanto ao Fisco, observa-se o seguinte.

O art. 953 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, estabelece:

Art. 953. Em relação a fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 1995, os créditos tributários da União não pagos até a data do vencimento serão acrescidos de juros de mora equivalentes à variação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao vencimento do prazo até o mês anterior ao do pagamento (Lei nº 8.981, de 1995, art. 84, inciso I, e § 1º, Lei nº 9.065, de 1995, art. 13, e Lei nº 9.430, de 1996, art. 61, § 3º).

§ 1º No mês em que o débito for pago, os juros de mora serão de um por cento (Lei nº 8.981, de 1995, art. 84, § 2º, e Lei nº 9.430, de 1996, art. 61, § 3º).

Por sua vez, a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, estabelece:

Art. 61. Os débitos para com a União, decorrentes de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, cujos fatos geradores ocorrerem a partir de 1º de janeiro de 1997, não pagos nos prazos previstos na legislação específica, serão acrescidos de multa de mora, calculada à taxa de trinta e três centésimos por cento, por dia de atraso.

§ 1º A multa de que trata este artigo será calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento do tributo ou da contribuição até o dia em que ocorrer o seu pagamento.

§ 2º O percentual de multa a ser aplicado fica limitado a vinte por cento.

Da transcrição dessas regras normativas ressalta a gritante injustiça existente. Em relação ao Fisco, há prazo para o pagamento do imposto devido. Para o Fisco há juros de mora e multa de mora, quando o contribuinte fica inadimplente. Para o contribuinte não há prazo para a restituição; para o contribuinte, apenas juros de mora.

É justamente essa assimetria jurídica que os dignos autores das proposições em análise pretendem mitigar, com justa razão, porque, no dizer de John Rawls, em *Uma Teoria da Justiça*, no capítulo denominado ‘Justiça como Equidade’ (Ed. Martins Fontes, 2000, p. 3), “A justiça é a primeira virtude das instituições sociais, como a verdade o é dos sistemas de pensamento. Embora elegante e econômica, uma teoria deve ser rejeitada ou revisitada se não é verdadeira; da mesma forma leis e instituições, por mais eficientes e bem organizadas que sejam, devem ser reformadas ou abolidas se são injustas”.

III – Voto

Assim sendo, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2004, nos termos do seguinte substitutivo, ficando prejudicado o PLS nº 131, de 2004.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41 (SUBSTITUTIVO), DE 2004

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas e dá outras providências, para fixar prazo e encargos financeiros relativos ao valor a restituir do Imposto de Renda das pessoas físicas pago a maior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 13 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido dos §§ 2º, 3º, 4º e 5º, transformando em § 1º o seu atual parágrafo único.

Art. 13.
.....

§ 2º Quando negativo, o valor do imposto recolhido a maior deverá ser restituído até o último dia útil do mês de dezembro do ano fixado para a entrega da declaração de rendimentos.

§ 3º O prazo do § 2º é impreterível, não se lhe podendo opor a existência de procedimento fiscal tendente a apurar a exatidão da

declaração com vistas à homologação como justificativa para o seu não cumprimento, o que não impede o lançamento posterior pelo Fisco de eventuais diferenças verificadas.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no art. 16, o valor da restituição efetuada após o vencimento do prazo do § 2º será acrescido de juros de trinta e três centésimos por cento por dia de atraso, limitados a vinte por cento.

§ 5º O disposto nos §§ 3º e 4º não se aplica às restituições decorrentes de processos que estão sob investigação e de declarações entregues ou retificadas após o prazo a que se refere o **caput** do art. 7º ou sua prorrogação nos termos do § 3º do mesmo artigo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir 1º de janeiro do exercício subsequente.

Sala da Comissão, 5 de setembro de 2006.

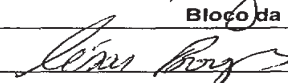

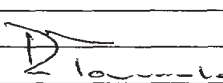
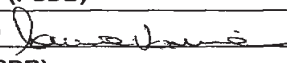
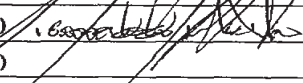
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 131, DE 2004, QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 41, DE 2004
TERMINATIVOS

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 05 10 2006. OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):


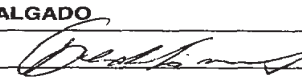
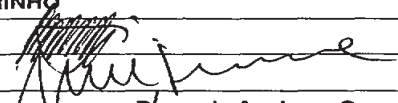
PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

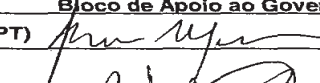
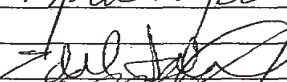
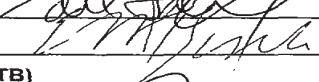
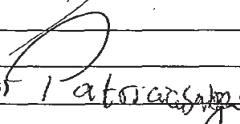
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL) 	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL) 
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL) 	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
HUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB) 	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB) 
FASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2- GEOVANI BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA 	4-PEDRO SIMON 
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
BERTO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP 	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT) 	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT) 	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT) 	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB) 	7-SERYS SLHESARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

* Vaga cedida pelo PMDB.

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emenda nº 01-CAE (Substitutivo) apresentada ao PLS nº 41, de 2004, que tramita em conjunto com o PLS nº 131, de 2004.

TITULARES - Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÉSAR BORGES (PFL)	X				JOSÉ AGRIPINO (PFL)				
EDISON LOBAO (PFL)					ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)				
JONAS PINHEIRO (PFL)					HERÁCLITO FORTES (PFL)	X			
JORGE BORNHAUSEN (PFL)					DEMÓSTENES TORRES (PFL)				
RODOLPHO TOURINHO (PFL) AUTOR		X			JOSÉ JORGE (PFL)				
ROMEU TUMA (PFL)					ROSEANA SARNEY (PFL)				
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)					JÓÃO BATISTA MOTA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				ÁLVARO DIAS (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	X				LEONEL PAVAN (PSDB)				
SERGIO GUERRA (PSDB)					FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			
TASSO JEREISSATI (PSDB)					JÓÃO TENÓRIO (PSDB)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET					ROMERO JUCA				
LUÍZ OTÁVIO					GEOVANI BORGES				
GARIBALDI ALVES FILHO					WELLINGTON SALGADO				
MÃO SANTA	X				PEDRO SIMON (AUTOR)		X		
SERGIO CABRAL					VAGO				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
VALDIR RAUPP	X				ALMEIDA LIMA				
NEY SUASSUNA	X				LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	X				ANTÔNIO JOÃO (PTB)				
ANA JULIA CAREPA (PT)					AELTON FREITAS (PL)				
IDELEI SALVATTI (PT)	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)				
EDUARDO SUPLÍCY (PT)	X				ROBERTO SATURNINO (PT)				
FERNANDO BEZERRA (PTB)					FLAVIO ARNS (PT)				
JOÃO RIBEIRO (PL)					SIBA MACHADO (PT)				
PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)	X				SERY SLSHESARENKO (PT)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				

TOTAL 15 SIM 12 NÃO 2 PREJ 0 AUTOR 2 ABS 0 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 /05 /06.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)
* VAGA CEDIDA PELO PMDB

Atualizada em 02/08/06


Senador Luiz Otávio
Presidente

EMENDA Nº 1-CAE
(SUBSTITUTIVO) OFERECIDA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, DE 2004

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas e dá outras providências, para fixar prazo e encargos financeiros relativos ao valor a restituir do Imposto de Renda das pessoas físicas pago a maior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 13 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido dos §§ 2º, 3º, 4º e 5º transformado em § 1º o seu atual parágrafo único.

Art. 13.

§ 2º Quando negativo, o valor do imposto recolhido a maior deverá ser restituído até o último dia útil do mês de dezembro do ano fixado para a entrega da declaração de rendimentos.

§ 3º O prazo do § 2º é impreterível, não se lhe podendo opor a existência de procedimento fiscal tendente a apurar a exatidão da declaração com vistas à homologação como justificativa para o seu não-cumprimento, o que não impede o lançamento posterior pelo Fisco de eventuais diferenças verificadas.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no art. 16, o valor da restituição efetuada após o vencimento do prazo do § 2º será acrescido de juros de trinta e três centésimos por cento por dia de atraso, limitados a vinte por cento.

§ 5º O disposto nos §§ 3º e 4º não se aplica às restituições decorrentes de processos que estão sob investigação e de declarações entregues ou retificadas após o prazo a que se refere o **caput** do art. 7º ou sua prorrogação nos termos do § 3º do mesmo artigo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro do exercício subsequente.

Sala da Comissão, 5 de setembro de 2006. – **Luiz Otávio**, Presidente – **Eduardo Azeredo**, Relator.

Ofício nº 259-CAE/2006

Brasília, 3 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Em conformidade com o § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa

Excelência que, nos termos do art. 284 do RISF, em reunião realizada no dia 3-10-2006, a Emenda nº I-CAE (Substitutivo) oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2004, que “acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer prazo até o último dia útil do ano em que é entregue a declaração de ajuste para a restituição de Imposto de Renda Pessoa Física pago a maior”, tramitando em conjunto com o PLS nº 131, de 2004, foi dada como definitivamente adotada.

Respeitosamente, – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

.....
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....
§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

.....
b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

.....
Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

.....
III – renda e proventos de qualquer natureza;

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas e dá outras providências.

.....
 Art. 16. O valor da restituição do Imposto de Renda da pessoa física, apurado em declaração de rendimentos, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data prevista para a entrega da declaração de rendimentos até o mês anterior ao da liberação da restituição e de 1% no mês em que o recurso for colocado no banco à disposição do contribuinte. (Vide Lei nº 9.430, de 1996)

LEI Nº 9.065, DE 20 DE JUNHO DE 1995

Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

.....
 Art. 13. A partir de 1º de abril de 1995, os juros de que tratam a alínea **c** do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994, com a redação dada pelo art. 6º da Lei nº 8.850, de 28 de janeiro de 1994, e pelo art. 90 da Lei nº 8.981, de 1995, o art. 84, inciso I, e o art. 91, parágrafo único, alínea **a.2.** da Lei nº 8.981, de 1995, serão equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente.

LEI Nº 8.981, DE 20 DE JANEIRO DE 1995

Altera a legislação tributária Federal e dá outras providências.

.....
 Art. 84. Os tributos e contribuições sociais arrecadados pela Secretaria da Receita Federal, cujos fatos geradores vierem a ocorrer a partir de 1º de janeiro de 1995, não pagos nos prazos previstos na legislação tributária serão acrescidos de:

I – juros de mora, equivalentes à taxa média mensal de captação do Tesouro Nacional relativa à Dívida Mobiliária Federal Interna; (Vide Lei nº 9.065, de 1995).

§ 1º Os juros de mora incidirão a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento, e a multa

de mora, a partir do primeiro dia após o vencimento do débito.

§ 2º O percentual dos juros de mora relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado será de 1%.

LEI Nº 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996

Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.

.....
 Art. 61. Os débitos para com a União, decorrentes de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, cujos fatos geradores ocorrerem a partir de 1º de janeiro de 1997, não pagos nos prazos previstos na legislação específica, serão acrescidos de multa de mora, calculada à taxa de trinta e três centésimos por cento, por dia de atraso.

§ 3º Sobre os débitos a que se refere este artigo incidirão juros de mora calculados à taxa a que se refere o § 3º do art. 5º, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao vencimento do prazo até o mês anterior ao do pagamento e de um por cento no mês de pagamento. (Vide Lei nº 9.716, de 1998)

Art. 62. Os juros a que se referem o inciso III do art. 14 e o art. 16. ambos da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, serão calculados à taxa a que se refere o § 3º do art. 5º, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao previsto para a entrega tempestiva da declaração de rendimentos.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
 DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
 Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I – excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II – a lei não conterà matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

III – o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva;

IV – o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

DECRETO Nº 3.000, DE 26 DE MARÇO DE 1999

Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

Art. 953. Em relação a fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 1995, os créditos tributários da União não pagos até a data do vencimento serão acrescidos de juros de mora equivalentes à variação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao vencimento do prazo até o mês anterior ao do pagamento (Lei nº 8.981, de 1995, art. 84, inciso I, e § 1º, Lei nº 9.065, de 1995, art. 13, e Lei nº 9.430, de 1996, art. 61, § 3º).

DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO SOUZA

RELATÓRIO

Relator: Senador **João Roberto Souza**

I – Relatório

É submetido à apreciação terminativa desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2004, que “acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer prazo até o último dia útil do ano em que é entregue a declaração de ajuste para a restituição de Imposto de Renda Pessoa Física pago a maior”.

A proposição sob exame, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, compõe-se de três artigos:

O art. 1º dá nova redação ao art. 13 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, o qual passa a vigorar acrescido dos §§ 2º e 3º, na forma a seguir, transformando o seu atual parágrafo único em § 1º.

Art. 13.

§ 2º Quando negativo, o valor do imposto recolhido a maior deverá ser restituído até o último dia útil do mês de dezembro do ano fixado para a entrega da declaração de rendimentos.

§ 3º O prazo do § 2º é impreterível, não se lhe podendo opor a existência de procedimento fiscal tendente a apurar a exatidão da declaração com vistas a homologação como justificativa para o seu não cumprimento, o que

não impede o lançamento posterior pelo Fisco de eventuais diferenças verificadas. (NR)

O art. 2º acrescenta à Lei nº 9.250, de 1995, o seguinte art. 13-A:

Art. 13-A. No caso de mora, o valor a ser restituído, nos termos desta Lei, será acrescido de juros à razão de um por cento ao mês ou fração, calculados sobre o valor corrigido.

O art. 3º contém cláusula de vigência imediata.

II – Análise

Não há reparos a fazer quanto à constitucionalidade do PLS nº 41, de 2004.

É legítima a iniciativa do processo legislativo por qualquer membro do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, no presente caso, pois a iniciativa privativa do Presidente da República em matéria tributária circunscreve-se àquela de interesse dos Territórios (art. 61, § 10, II, **b**, da Lei Básica).

Também não há óbices constitucionais quanto à atribuição do Congresso Nacional para dispor sobre matéria de competência da União, relativa ao sistema tributário (art. 48, I, da Constituição), no âmbito do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza (art. 153, III, da Constituição).

No tocante à juridicidade, cabe observar que o PLS nº 41, de 2004, não concede ou amplia incentivos ou benefícios de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, hipótese em que ele deveria estar acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a, pelo menos, uma das condições de que tratam os incisos I e II do **caput** do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Assim como a juridicidade, a regimentalidade e a técnica legislativa da proposição não suscitam restrições.

Quanto ao mérito, concordamos inteiramente com o objetivo visado pela proposição, qual seja o de tratar isonomicamente ao contribuinte do imposto de renda das pessoas físicas.

A Lei nº 9.250, de 1995, dispõe que o saldo em reais do imposto de renda, apurado pela pessoa física em sua declaração de rendimentos percebidos no ano-calendário, se positivo, deverá ser pago até o último dia útil do mês fixado para a entrega da aludida declaração, ou, se negativo, restituído (art. 13).

No entanto, a Lei nº 9.250, de 1995, é omissa com relação ao prazo para a Fazenda Nacional efetuar a restituição, limitando-se a estabelecer, em seu art. 16, que o “valor da restituição do imposto de

renda da pessoa física, apurado em declaração de rendimentos, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data prevista para a entrega da declaração de rendimentos até o mês anterior ao da liberação da restituição e de 1% no mês em que o recurso for colocado no banco à disposição do contribuinte”.

A mesma taxa Selic é aplicada, acumulada mensalmente, no cálculo dos juros acrescidos em caso de parcelamento (até 6 quotas iguais, mensais e sucessivas) do pagamento do saldo positivo do imposto de renda (art. 14).

Como se vê, no cálculo dos juros relativos ao pagamento parcelado do saldo positivo do imposto, ou à restituição do saldo negativo, há isonomia de tratamento.

Onde há dessimetria que precisa correção é na questão do prazo para o pagamento ou a restituição do imposto de renda. Mas além de fixar prazo para que a Fazenda Nacional restitua o saldo negativo do itnpostó, o legislador precisa adotar medidas desestimuladoras da inobservância desse prazo.

Quando o contribuinte não paga o imposto de renda até o vencimento do prazo, o valor do principal é acrescido de multa de mora de 0,33% por dia de atraso, e de juros de mora equivalentes à taxa Selic, acumulada mensalmente, até o mês anterior aodo pagamento e de 1% no mês do pagamento.

A proposição sob análise determina que, em caso de mora da Fazenda Nacional, a restituição será acrescida de juros de 1% ao mês ou fração, calculados sobre o valor corrigido.

Tendo em vista que foi totalmente extinta a correção monetária dos débitos referentes a tributos federais pagos com atraso (art. 30 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995), não cabe restabelecê-la unilateralmente para as restituições do imposto de renda das pessoas físicas.

A nosso ver, a melhor solução é a de tratar da mesma forma a mora do contribuinte e a da Fazenda Nacional.

Com esse objetivo e o de excluir do âmbito do projeto os contribuintes que não entregarem tempestivamente as suas declarações de ajuste anual, oferecemos emenda substitutiva.

III – Voto

Em face do acima exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2004, nos termos do seguinte

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 41 (SUBSTITUTIVO), DE 2004**

Estabelece prazo e regras para a restituição do Imposto de Renda das pessoas físicas pago a mais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 13 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido dos §§ 2º, 3º, 4º e 5º, transformado em § 1º o seu atual parágrafo único.

Art. 13.

§ 2º Quando negativo, o valor do imposto recolhido a maior deverá ser restituído até o último dia útil do mês de dezembro do ano fixado para a entrega da declaração de rendimentos.

§ 3º O prazo do § 2º é impreterível, não se lhe podendo opor a existência de procedimento fiscal tendente a apurar a exatidão da declaração com vistas a homologação como justificativa para o seu não cumprimento, o que não impede o lançamento posterior pelo Fisco de eventuais diferenças verificadas.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no art. 16, o valor da restituição efetuada após o vencimento do prazo do § 2º será acrescido de juros de 0,33% por dia de atraso.

§ 5º O disposto nos §§ 3º e 4º não se aplica às restituições decorrentes de declarações entregues após o prazo a que se refere o **caput** do art. 7º ou sua prorrogação nos termos do § 3º do mesmo artigo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor a partir do primeiro exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

Sala da Comissão, – **João Alberto Souza**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador Delcídio Amaral

I – Relatório

É submetido à apreciação terminativa desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2004, que “acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer prazo até o último dia útil do ano em que é entregue a declaração de ajuste para a restituição de Imposto de Renda Pessoa Física pago a maior”.

A proposição sob exame, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, compõe-se de três artigos:

O art. 1º dá nova redação ao art. 13 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, o qual passa a vigorar acrescido dos §§ 2º e 3º, na forma a seguir, transformando o seu atual parágrafo único em § 1º.

Art. 13.

§ 2º Quando negativo, o valor do imposto recolhido a maior deverá ser restituído até o último dia útil do mês de dezembro do ano fixado para a entrega da declaração de rendimentos.

§ 3º O prazo do 2º é impreterível, não se lhe podendo opor a existência de procedimento fiscal tendente a apurar a exatidão da declaração com vistas à homologação como justificativa para o seu não cumprimento, o que não impede o lançamento posterior pelo Fisco de eventuais diferenças verificadas. (NR)

O art. 2º acrescenta à Lei nº 9.250, de 1995, o seguinte art. 13-A:

Art. 13-A. No caso de mora, o valor a ser restituído, nos termos desta Lei será acrescido de juros à razão de um por cento ao mês ou fração, calculados sobre o valor corrigido.

O art. 3º contém cláusula de vigência imediata.

II – Análise

Não há reparos a fazer quanto à constitucionalidade do PLS nº 41, de 2004.

É legítima a iniciativa do processo legislativo por qualquer membro do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, no presente caso, pois a iniciativa privativa do Presidente da República em matéria tributária circunscreve-se àquela de interesse dos Territórios (art. 61, § 1º, II, **b**, da Lei Básica).

Também não há óbices constitucionais quanto à atribuição do Congresso Nacional para dispor sobre matéria de competência da União, relativa ao sistema tributário (art. 48, I, da Constituição), no âmbito do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza (art. 153, III, da Constituição).

No tocante à juridicidade, cabe observar que o PLS nº 41, de 2004, não concede ou amplia incentivos ou benefícios de natureza tributária que acarretam renúncia de receita, hipótese em que ele deveria estar acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a, pelo menos, uma das condições de que tratam os incisos I e II do **caput** do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Assim como a juridicidade, a regimentalidade e a técnica legislativa da proposição não suscitam restrições.

Quanto ao mérito, concordamos inteiramente com o objetivo visado pela proposição, qual seja o de tratar isonomicamente o contribuinte do imposto de renda das pessoas físicas.

A Lei nº 9.250, de 1995, dispõe que o saldo em reais do imposto de renda, apurado pela pessoa física em sua declaração de rendimentos percebidos no ano-calendário, se positivo, deverá ser pago até o último dia útil do mês fixado para a entrega da aludida declaração, ou, se negativo, restituído (art. 13).

No entanto, a Lei nº 9.250, de 1995, é omissa com relação ao prazo para a Fazenda Nacional efetuar a restituição, limitando-se a estabelecer, em seu art. 16, que o “valor da restituição do imposto de renda da pessoa física, apurado em declaração de rendimentos, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data prevista para a entrega da declaração de rendimentos até o mês anterior ao da liberação da restituição e de 1% no mês em que o recurso for colocado no banco à disposição do contribuinte”.

A mesma taxa Selic é aplicada, acumulada mensalmente, no cálculo dos juros acrescidos em caso de parcelamento (até seis quotas iguais, mensais e sucessivas) do pagamento do saldo positivo do imposto de renda (art. 14).

Como se vê, no cálculo dos juros relativos ao pagamento parcelado do saldo positivo do imposto, ou à restituição do saldo negativo, há isonomia de tratamento.

Onde há dessimetria que necessita correção é na questão do prazo para o pagamento ou a restituição do imposto de renda. Mas além de fixar prazo para que a Fazenda Nacional restitua o saldo negativo do imposto, o legislador precisa adotar medidas desestimuladoras da inobservância desse prazo.

Quando o contribuinte não paga o imposto de renda até o vencimento do prazo, o valor do principal é acrescido de multa de mora de 0,33% por dia de atraso, limitada a 20%, e de juros de mora equivalentes à taxa Selic, acumulada mensalmente, até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês do pagamento.

A proposição sob análise determina que, em caso de mora da Fazenda Nacional, a restituição será acrescida de juros de 1% ao mês ou fração, calculados sobre o valor corrigido.

Tendo em vista que foi totalmente extinta a correção monetária dos débitos referentes a tributos fe-

derais pagos com atraso (art. 30 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995), não cabe restabelecê-la unilateralmente para as restituições do imposto de renda das pessoas físicas.

A nosso ver, a melhor solução é a de tratar da mesma forma a mora do contribuinte e a da Fazenda Nacional.

Com esse objetivo e o de excluir do âmbito do projeto os contribuintes que não entregarem tempestivamente as suas declarações de ajuste anual, oferecemos emenda substitutiva.

III – Voto

Em face do acima exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2004, nos termos do seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41 (SUBSTITUTIVO), DE 2004

Estabelece prazo e regras para a restituição do imposto de renda das pessoas físicas pago a mais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 13 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido dos §§ 2º, 3º, 4º e 5º, transformado em § 1º o seu atual parágrafo único.

Art. 13.
.....

§ 2º Quando negativo, o valor do imposto recolhido a maior deverá ser restituído até o último dia útil do mês de dezembro do ano fixado para a entrega da declaração de rendimentos.

§ 3º O prazo do § 2º é impreterível, não se lhe podendo opor a existência de procedimento fiscal tendente a apurar a exatidão da declaração com vistas à homologação como justificativa para o seu não cumprimento, o que não impede o lançamento posterior pelo Fisco de eventuais diferenças verificadas.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no art. 16, o valor da restituição efetuada após o vencimento do prazo do § 2º será acrescido de juros de 0,33% por dia de atraso, limitados a 20%.

§ 5º O disposto nos §§ 3º e 4º não se aplica às restituições decorrentes de declarações entregues após o prazo a que se refere o **caput** do art. 7º ou sua prorrogação nos termos do § 3º do mesmo artigo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor a partir do primeiro exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

Sala da Comissão, – **Delcídio Amaral**, Relator.

VOTO EM SEPARADO

(Vencido)

Autor Senador **Eduardo Suplicy**

I – Relatório

Encontra-se nesta Comissão, para análise e decisão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2004, de autoria do Senador Rodolfo Tourinho que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer prazo até o último dia útil do ano em que é entregue a declaração de ajuste para a restituição de Imposto de Renda Pessoa Física pago a maior; e o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2004, de autoria do Senador Pedro Simon, que fixa prazo para restituição do Imposto sobre a Renda e Proventos descontado na fonte, e dá outras providências.

A proposição do Senador Pedro Simon foi apreciada inicialmente pelos Senadores João Alberto Souza e Delcídio Amaral. Esses pareceres estão anexados ao processado.

Em virtude da tramitação das duas proposições abordando o mesmo tema, o Senador Delcídio Amaral solicitou a tramitação em conjunta dos dois projetos pelo Requerimento nº 512 de 2005, que foi aprovado pelo Plenário do Senado Federal em 12 de maio de 2005.

Os dois projetos de lei do Senado Federal têm o objetivo de reduzir às possíveis injustiças que a legislação do Imposto de Renda impõe aos contribuintes no momento da apresentação da declaração anual dos rendimentos. O objetivo é dar um tratamento isonômico entre os contribuintes, seja os que têm diferença de imposto a pagar, quanto aos que têm direito a restituição desse tributo.

O projeto do Senador Simon prevê que a restituição do imposto pago a maior deverá ser devolvido 60 dias após a entrega da declaração. Caso isso não ocorra sobre o montante a ser restituído incidirá juros de mora de 1% ao mês ou fração. Por fim, o índice de reajuste desses montantes terá como base o mesmo índice utilizado para a atualização dos créditos da União.

Por sua vez, a proposição do Senador Torinho em seu art. 1º dá nova redação ao art. 13 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas, acrescentando-lhe os §§ 2º, 3º, 4º e 5º.

O § 2º estipula que o pagamento de restituições apuradas no ajuste anual seja efetuado até o último dia útil de dezembro do exercício de entrega da declaração;

O § 3º que estabelece que o prazo previsto no § 2º é impreterível, mesmo para os contribuintes em situação irregular, e que eventuais diferenças verificadas poderão ser posteriormente lançadas pelo fisco.

O § 4º cria uma penalidade para a Fazenda Pública, de 0,33% ao dia de atraso, sem limite, além dos juros Selic já incidentes sobre a restituição, no caso de não pagamento da restituição no prazo estipulado.

O § 5º excetua das regras estabelecidas as declarações entregues intempestivamente.

As proposições foram analisadas pelo Senador Eduardo Azeredo que proferiu voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2004, na forma de um substitutivo, e pela prejudicialidade do PLS nº 131, de 2004.

O substitutivo apresentado pelo Senador Azeredo em seu art. 1º afirma que o art. 13 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescida dos §§ 2º, 3º, 4º e 5º transformada em § 1º o seu atual parágrafo único. Através do seguinte texto:

Art. 13.

.....

§ 2º Quando negativo, o valor do imposto recolhido a maior deverá ser restituído até o último dia útil do mês de dezembro do ano fixado para a entrega da declaração de rendimentos.

§ 3º O prazo do § 2º é impreterível, não se lhe podendo opor a existência de procedimento fiscal tendente a apurar a exatidão da declaração com vistas à homologação como justificativa para o seu não cumprimento, o que não impede o lançamento posterior pelo Fisco de eventuais diferenças verificadas.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no art. 16, o valor da restituição efetuada após o vencimento do prazo do § 2º será acrescida de juros de trinta e três centésimos por cento por dia de atraso, limitados a vinte por cento.

§ 5º O disposto nos §§ 3º e 4º não se aplica às restituições decorrentes de declarações entregues após o prazo a que se refere o **caput** do art. 7º ou sua prorrogação nos termos do § 3º do mesmo artigo.

II – Análise

Analisando as proposições à luz do ordenamento jurídico-constitucional em vigor, não vislumbramos óbice à sua normal tramitação. A técnica legislativa não

merece reparos, estando de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela de nº 107, de 2001.

Em relação ao mérito, estou de acordo com os objetivos almejados dos Senadores Pedro Simon e Rodolfo Tourinho, que é de promover o tratamento isonômico entre o Fisco e os contribuintes do Imposto de Renda das pessoas físicas. No entanto, a Secretaria da Receita Federal órgão subordinado ao Ministério da Fazenda enviou-me Nota Técnica com as seguintes ponderações acerca do PLS nº 41 de 2004, de autoria do Senador Tourinho e do substitutivo apresentado pelo Senador Azeredo:

1. Atualmente, todos os contribuintes que apuram restituição e cujas declarações não apresentem indícios de irregularidade já têm as restituições liberadas dentro do próprio exercício de entrega da declaração. No exercício de 2004, por exemplo, cerca de 93% dos contribuintes que apuraram imposto a restituir na declaração de ajuste anual, receberam os valores dentro do próprio exercício;

2. A experiência técnica tem mostrado que milhares de declarações (cerca de 7% do universo de declarações entregues com imposto a restituir) são entregues com indícios de irregularidade ou evidente, intuito de fraude, e o atendimento individual dispensado a este percentual de declarações está muito acima da capacidade de trabalho da SRF no prazo em que se pretende estipular, o que fatalmente obrigaria o pagamento de restituições sob suspeita de fraude, sem prévia análise. Assim, mesmo prevendo a possibilidade de futuro lançamento de ofício de diferenças apuradas, sabe-se na prática que os valores restituídos indevidamente dificilmente são recuperados no curto prazo, considerando que o contribuinte possui as vias administrativa e judicial para recorrer dos lançamentos efetuados, protelando, assim, por vários anos o pagamento da restituição indevidamente recebida;

3. A proposta de remunerar com multa de 0,33% ao dia os valores restituídos após o ano de entrega da declaração não é compatível com os fatos ocorridos atualmente. Se considerar-se que o contribuinte tem 5 (cinco) anos para retificar sua declaração, defronta-se com a existência de declarações com direito a restituição retificadas após o respectivo exercício de entrega, passando assim a Fazenda Pública a dever multa sobre parcelas que não conhece e, obviamente, não poderia restituir. Ressalte-se que somente no exercício de 2004 foram retificadas, após o prazo fixado para a entrega da declaração, mais de 300.000 declarações referentes a esse exercício. Também não há ressalvas para limitar a multa proposta, que foi estipulada à razão de 0,33% ao dia, O que se pretendeu fazer foi uma analogia com

a multa de mora atualmente aplicada sobre os débitos pagos após o prazo de vencimento. No entanto, a multa de mora é limitada a 20%, mas para a penalidade prevista não há limites, o que poderá ocasionar grandes prejuízos aos cofres públicos.

Diante dessas informações verifica-se que os objetivos das proposições já estão contemplados pela Administração Tributária. Os interesses do contribuinte são preservados no processamento das declarações dos rendimentos anuais das pessoas físicas.

III – Voto

Pelas razões expostas, voto pela prejudicialidade do PLS nº 41, de 2004 e do PLS nº 131, de 2004, e proponho o seguinte projeto de lei.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2006

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas e dá outras providências, para fixar prazo e encargos financeiros relativos ao valor a restituir do Imposto de Renda das pessoas físicas pago a maior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 13 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido dos § 2º, transformando em § 1º o seu atual parágrafo único.

Art. 13.

.....

§ 2º Quando negativo, o valor do imposto recolhido a maior deverá ser restituído até o último dia útil do mês de dezembro do ano seguinte fixado para a entrega da declaração de rendimentos, quando se implementar procedimento fiscal com o objetivo de apurar a exatidão da declaração.

Sala da Comissão, 5 de setembro de 2006. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Encontra-se em exame neste colegiado, para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 131, de 2004, que fixa em sessenta dias o prazo para a restituição do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas (IRPF) pago a maior pelo contribuinte, conforme apurado na respectiva declaração anual de rendimentos.

A proposição, de autoria do eminente Senador Pedro Simon, foi apresentada em 13 de maio do corrente, e, no mesmo dia, encaminhada a esta Comissão.

O objetivo do projeto é estabelecer uma data-limite para a restituição do IRPF, quando adiantado pelo contribuinte ou recolhido na fonte em montante que excede o legalmente devido. O projeto prevê a incidência de juros remuneratórios equivalentes ao índice que atualiza os créditos da União desde o primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao ano-base até que se esgote prazo de restituição. Decorrido este, caso não seja pago ao contribuinte o saldo devidamente atualizado, sobre ele incidirão juros adicionais, de caráter moratório, de um por cento ao mês ou fração.

Na justificação alega-se que, nos países desenvolvidos, o valor do imposto pago a maior é restituído imediatamente após a entrega da declaração, e que os sessenta dias previstos no projeto são mais do que suficientes para o Fisco proceder à restituição.

Além disso, a incerteza quanto à data de recebimento cria dificuldades para aqueles que desejam dispor prontamente de seus recursos, pois a prática de adiantá-los junto ao sistema financeiro pode resultar em constrangimento, se a Receita Federal vier a atrasar a restituição devida.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – Análise

O PLS nº 131, de 2004, insere-se na competência legislativa da União, conforme o art. 24, I, da Constituição Federal, e pode ser objeto de iniciativa parlamentar, segundo o art. 48, I, da mesma Carta. Ele não ofende a legislação vigente, em particular a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – a Lei de Responsabilidade Fiscal –, e está de acordo com o estabelecido no art. 91, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que inclui os projetos de lei ordinária de autoria de Senador entre aqueles para os quais se admite decisão terminativa nas comissões.

O projeto visa remover da legislação relativa ao IRPF uma dupla injustiça.

Pelas regras vigentes, muitos contribuintes são obrigados, às vezes, durante um ano inteiro, a recolher IRPF em valor maior que o devido, com a promessa de que será devolvido após apresentarem a declaração anual de ajuste. Contudo, mesmo depois da sua entrega, os recursos permanecem retidos, por prazo indefinido e, o que é pior, sujeitos a uma remuneração inferior ao custo de um empréstimo bancário. A demora na restituição e a diferença de taxas são prejudiciais ao contribuinte, que, sendo credor de uma dívida sem

liquidez do Tesouro, não tem outra opção senão a de amargar, calado, essa perda financeira.

Em outras palavras, o contribuinte que recolheu em dia o imposto devido vê seus recursos retidos pela autoridade fazendária, que nega acesso ao que lhe pertence por direito. Esse expediente espúrio nada mais é do que um empréstimo compulsório disfarçado, que afronta as exigências do art. 148 da Constituição Federal. Combatê-lo significa avançar na defesa dos direitos básicos do contribuinte, protegendo-o de abusos da autoridade fazendária.

Pode-se alegar que essa medida criaria problemas para a atividade fiscalizadora e para o combate à sonegação, já que as restituições, em geral, se efetuam após a conferência das informações constantes da declaração. No entanto, a restituição, em si, nada implica quanto a continuidade do processo de fiscalização, que pode seguir seu curso independentemente de ser devolvido o valor pago em excesso. Caso seja apurada irregularidade ou ilícito tributário, as sanções ao contribuinte podem ser aplicadas após a restituição.

A exigência de juro moratório adicional, da ordem de um por cento ao mês ou fração, conforme previsto no projeto, é duplamente justificável. Primeiro, porque constitui sanção à autoridade fiscal que tarda em restituir o imposto devido. Segundo, porque a SELIC remunera a aplicação, livre e voluntária, mediada por mecanismos de mercado, enquanto a retenção do imposto a restituir é uma exorbitância fiscal, que o contribuinte tem de aceitar, nada podendo fazer contra ela.

Em que pese o mérito do projeto, algumas alterações são necessárias para adequá-lo às exigências da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, modificada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

O art. 7º, IV, da Lei Complementar nº 95, de 1998, veda que um mesmo assunto seja disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a posterior se destinar a complementar a lei considerada básica e a esta se referir expressamente. O art. 12, III, determina que a alteração seja feita, sempre que possível, por meio de acréscimo ou substituição de dispositivo no próprio texto da lei a ser modificada. Segundo esses comandos, seria mais adequado inserir as novas regras relativas à restituição do referido imposto na própria Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, do que criar novo diploma legal, independente e desvinculado daquele já existente.

Além disso, a Lei Complementar nº 95, de 1998, estabelece, no art. 9º, que a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas. O PLS nº 131, de 2004, em

sua redação atual, anula tacitamente parte do **caput** do art. 16 da Lei nº 9.250, de 1995.

Portanto será necessário colocar o comando legal na sua adequada posição, qual seja, no art. 16 da Lei nº 9.250, de 1995, alterando explicitamente sua redação, mediante substitutivo que apresentamos no final deste parecer.

Uma inovação do substitutivo consiste em fixar a data de entrega da declaração como data-base para a contagem do prazo de restituição. A vantagem dessa regra, diferentemente da contida no projeto, é incentivar o contribuinte a apresentar sua declaração tão logo lhe seja possível, de modo a não sacrificar a remuneração de seus recursos. Essa medida certamente contribuirá para evitar o acúmulo de declarações entregues à última hora e facilitará o trabalho da Receita Federal.

Quanto à vigência da lei, esclarecemos que só produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício subsequente ao da sua aprovação, para evitar que a União seja obrigada a pagar multas relativas ao exercício em que o presente projeto estiver em discussão.

III – Voto

Em virtude do exposto, nosso voto é favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2004, na forma do seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131 (SUBSTITUTIVO), DE 2004

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para fixar prazo e juros relativos ao valor a restituir do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas retido na fonte ou pago antecipadamente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 16 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. O valor da restituição do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas, apurado em declaração de rendimentos, será pago integralmente em até sessenta dias após a data de sua entrega.

§ 1º O valor da restituição será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data de entrega da declaração de rendimentos até o mês anterior ao da liberação da restituição, e de juros de um por cento no mês em que o

recurso for colocado no banco à disposição do contribuinte.

§ 2º Caso a restituição ocorra posteriormente ao prazo fixado no **caput**, serão adicionados aos juros previstos no § 1º juros de mora de um por cento ao mês ou fração. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente.

Sala da Comissão, – **Eduardo Azeredo**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Os Pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, Ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

Of. nº CE/120/2006

Brasília, 10 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Eduardo Azeredo que, “Institui o Dia Nacional do Pesquisador.”

Atenciosamente, – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação.

Of. nº 187/2006-CRA

Brasília, 10 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia 4 próximo passado, o Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2003, que “altera o artigo 49 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com o objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural os arrendatários de terras, os parceiros, os consórcios e os condomínios de produtores rurais, bem como os quilombolas”, de autoria do Senador Tasso Jereissati.

Atenciosamente, – Senador **Valdir Raupp**, Presidente em exercício, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Ofício nº 259-CAE/2006

Brasília, 3 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Em conformidade com o § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 284 do R.I.S.F., em reunião realizada no dia 3-10-06, a Emenda nº 1-CAE (Substitutivo) oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2004, que “acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer prazo até o último dia útil do ano em que é entregue a declaração de ajuste para a restituição de Imposto de Renda Pessoa Física pago a maior”, tramitando em conjunto com o PLS nº 131, de 2004, foi dada como definitivamente adotada.

Respeitosamente, – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Os Ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2006**, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 1.175 e 1.177, de 2006**, da Comissão de Educação, sobre as seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006** (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela ; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2006** (nº 4.526/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Notário e do Registrador.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Nos termos do art. 91, § 2º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 265, de 2003; e nº 41, de 2004** (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2004), cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa, Requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.075, DE 2006

Requeiro, nos termos da lei, Voto de Aplauso para a Estatal Eletrosul que irá receber, no próximo dia 26, pelo segundo ano consecutivo, o prêmio de melhor empresa do setor de energia elétrica do país, concedido pela Revista **Isto É Dinheiro**. A avaliação, feita pela consultoria Trevisan, levou em conta índices financeiros, inovação, responsabilidade social, meio ambiente e recursos humanos.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2006. – Senadora **Ideli Salvatti**.

(*À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Ofício nº 45/2006 – GLDBAG-CSCOM

Brasília, 30 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Fátima Cleide, como titular, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento 77, de 2006-CN para apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que passa a compor a referida Comissão como suplente, em substituição a Senadora Ana Júlia Carepa.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exª, protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Será feita a substituição solicitada.

Há oradores inscritos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, levando em conta que acabamos de sair de uma refrega eleitoral muito intensa e muito mobilizadora da opinião nacional, para dar tempo a outros colegas de Senado chegarem a esta Casa, antes de falar como orador inscrito, quando comentarei a eleição, e também como Líder, gostaria de dizer que estou encaminhando três requerimentos à Casa.

O primeiro é um voto de aplauso à Prof. Maria Helena Machado pelo trabalho feito com base nas pesquisas realizadas na Amazônia pelo filósofo norte-americano William James, estudioso que popularizou o termo pragmatismo. Ela é PhD da USP. Fez um trabalho absolutamente extraordinário sobre esse filósofo que, entre 1842 e 1910, viajou pela Amazônia subindo o rio Solimões e registrou o resultado de seu trabalho no arquivo da Universidade de Harvard.

O outro requerimento é um voto de aplauso ao novo ídolo do automobilismo brasileiro, Felipe Massa, por sua vitória no autódromo de Interlagos no último grande prêmio do circuito de Fórmula 1.

O terceiro é um voto de pesar por uma querida amiga da minha mãe, a Sr^a Ruth Silvina de Oliveira, falecida recentemente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM.) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos minutos de que disponho, volto, com a maior serenidade, para cobrar, agora e abertamente, a discussão sobre aquela minuta de medida provisória, que – insisto – era e é verdadeira. Ela existe e não é um fantasma, uma assombração, uma visagem.

Ela foi enviada no dia 6 de outubro de 2006 pelo Ministro Luiz Fernando Furlan, que o confirmou a uma jornalista da **Folha Online**. O que está escrito naquela minuta de medida provisória é eminentemente danoso ao futuro do Pólo Industrial de Manaus, praticamente eliminando a sobrevivência do pólo de eletroeletrônicos.

Veja V. Ex^a que a eleição acabou e que eu não tenho o que defender – meu candidato disputou e perdeu a eleição. Isso é da democracia. Estou apenas insistindo que fui verdadeiro naquela tribuna e que estou sendo verdadeiro agora, de novo. Não estou querendo desculpas, não estou arranjando desculpas. Por outro lado, deploro que façamos uma política em que alguns sempre acham que têm de justificar os malfeitos dos seus companheiros.

Quero saber agora qual é o futuro do pólo de eletroeletrônicos. Quero saber se a TV digital fica ou não no Amazonas. Quero saber se a produção de algumas partes dos semicondutores – eu não acredito que o todo seja produzido no Brasil, até porque isso custa US\$3 bilhões, e não temos escala para ter uma fábrica completa de semicondutores no Brasil; a Ásia tem, nós não temos – irá para o meu Estado. Quero saber se vamos conseguir ressalvar, na medida provisória, até para permitirmos que ela se converta em lei, a TV de LCD, de cristal líquido, e a TV de plasma. É essencial que elas, como evolução tecnológica, sejam consideradas sempre como bens não de informática. Fora disso, teremos desemprego no Amazonas, percalços e problemas.

Sr. Presidente, Senador Tião Viana, V. Ex^a foi uma das pessoas do Governo que, com a elegância e a lucidez de sempre, se prontificou na hora em abrir uma discussão sensata sobre a questão. Estou pronto para a discussão, porque a medida provisória existe. Não quer dizer que ela vai virar lei, até porque estamos aqui para impedir que isso aconteça, se porventura visar a perpetrar esse atentado contra o emprego e contra o futuro tecnológico e econômico do meu Estado.

Serenamente, um dia após a eleição, estou aqui insistindo em que falei a verdade daquela tribuna, como digo a verdade desta, como digo a verdade na minha vida. Quero saber como está isso e espero sinceramente que haja disposição do Governo para dialogar, levando em conta que, apesar das pressões todas que possa estar sofrendo, apenas no Amazonas fabricou-se televisão. O Amazonas poupou a importação e, portanto, todos esses dólares correspondentes à importação que deixou de ocorrer.

Durante décadas, só o Amazonas produziu televisores. Na hora em que aparece a inovação digital, em que aparece a inovação tecnológica, querem – ou supostamente querem – deixar o pólo analógico para o meu Estado e, portanto, o passado para o meu Estado; o futuro indo para outras regiões. Como compensação, ficaria o tal Set Top Box, aquela caixinha que transforma a TV analógica em digital, que é um mercado que vai perdurar por até dez anos, mas minguará de cinco a dez anos. Ele tem uma certa vitalidade até cinco anos. Depois de cinco anos, não haverá mais ninguém que queira converter uma TV analógica em digital. Todos vão querer a digital em si mesma.

Isso é um paliativo, e o Amazonas precisa desenvolver as suas outras potencialidades todas. Mas, por enquanto, o que ele tem mesmo é o Pólo Industrial da Zona Franca de Manaus; por enquanto, o que ele tem mesmo é aquilo que a minuta de medida provisória

que li e resumi da tribuna ameaça dele retirar, que é a vitalidade do seu pólo eletroeletrônico.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de – e se for o caso já subo à tribuna para comentar o resultado da eleição – lembrar aquele debate e dizer que está na hora de uma conversa, sim, porque, passada essa hora de eleição, que é de ressaca para uns e de júbilo natural para outros – com certeza, agora, os amazonenses haverão de raciocinar com mais frieza –, fica faltando a explicação devida ao povo do Amazonas. Quero saber se vai ou não vai haver a consumação dessa ameaça a um pólo industrial tão relevante e vital como o de Manaus.

Diria que, se o Estado tal que ambiciona a TV digital não a tiver, ele já vem vivendo sem a TV digital há muitos anos. O Estado a, b ou z, nenhum deles tem problemas porque não tem a TV, porque nunca fabricou TV. Fabrica-se TV no Amazonas. O Amazonas é que passaria a não fabricar mais TV alguma, até porque a TV analógica sumiria do mapa, e a TV digital deixaria de ser dele. E, se as condições forem iguais para o Amazonas e outros Estados, perderemos para os Estados localmente mais bem aquinhoados, aqueles que possam dispor em seus serviços de uma infra-estrutura de logística de transporte melhor, por exemplo.

Meu Estado é que perderia. Sei o quanto vale aquele pólo dinâmico com os investimentos que têm sido feitos em tecnologia, em laboratório, em pesquisa no Instituto Nokia, por exemplo, no Instituto Genius, no Instituto da Fundação Paulo Feitosa, com alguns registros relevantes. Não nego que outros Estados possam pesquisar – e eu quero um País em que se pesquise muito mesmo. Mas o fato é que alguns ambicionam a TV, mas apenas um perde se ficar sem a TV; os demais, no máximo, ficam sem a TV que já não tinham. O meu deixa de ter a TV que tinha.

Peço agora essa resposta, com muita tranqüilidade, após as eleições. Quando falava ali, eu estava incomodado, porque eles diziam: “Puxa vida, ele quer virar o jogo no Estado dele”. Não! Se eu pudesse, viraria. Tentei, não consegui. Mas tentei pelas vias normais. Hoje não há jogo nenhum para virar. E se existe alguém que é avesso a 3º turno, 5º turno, 8º turno, sou eu. Quero apenas a verdade. E quero que agora a Casa Civil se manifeste com decência, com clareza, a respeito do que para mim é uma ameaça real para o Pólo Industrial de Manaus, Sr. Presidente.

No momento em que V. Ex^a achar que está na minha hora, irei à tribuna para comentar o resultado eleitoral.

Como Líder, era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, que usou da palavra dos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

Quanto aos requerimentos apresentados, a Mesa se pronunciará na forma do Regimento, com absoluta sensibilidade ao manifestado por V. Ex^a. Quanto à preocupação reafirmada de V. Ex^a sobre eventual medida provisória envolvendo risco à Zona Franca de Manaus, ou Pólo Industrial do Amazonas, em razão da TV digital, a Mesa esclarece que hoje mesmo encaminhará, por meio da 1ª Secretária, à Ministra-Chefe do Gabinete Civil, ao Ministro das Relações Institucionais, ao Ministro Furlan, cópia do pronunciamento em que V. Ex^a solicita uma breve manifestação de esclarecimento sobre seu pronunciamento, sua condição de Senador e Líder do PSDB e sobre a própria Mesa.

Entendo que V. Ex^a vive entrincheirado na defesa do Pólo Industrial do Amazonas, como todos os Senadores da Região, numa justa causa sócio-ambiental em defesa do conhecimento amazônico.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa, Requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.076, DE 2006

Requer Voto de Aplauso à Professora Maria Helena P. T. Machado, pelo seu trabalho acerca das pesquisas realizadas na Amazônia pelo Filósofo norte-americano William James, o estudioso que popularizou o termo pragmatismo.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Professora Maria Helena P. T. Machado, PhD da USP, pelo seu trabalho acerca das pesquisas realizadas na Amazônia pelo Filósofo William James, que, entre 1842 e 1910, viajou pela Amazônia, subindo o Rio Solimões e registrou o resultado de seu trabalho no Arquivo da Universidade de Harvard. A Professora acaba de publicar livro bilíngüe sobre essa experiência de James, o americano que popularizou o termo pragmatismo. O livro é intitulado **Brazil Through the Eyes of William James**.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Professora, na USP e à Reitoria da Universidade.

Justificação

O livro **Brazil Through the of William James**, será lançado no dia 16 de novembro próximo na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Como o

nome diz, é a visão do Filósofo norte-americano sobre o Brasil. E só vem à luz pela dedicação de uma professora da USP, a Doutora Maria Helena P.T. Machado. Ela é, pois, merecedora do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.077, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no Rio de Janeiro, em 19 de outubro 2006, da Senhora Ruth Silvina de Oliveira.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no Rio de Janeiro, em 19 de outubro de 2006, da Senhora Ruth Silvina de Oliveira.

Requeiro, mais, que este voto seja levado ao conhecimento dos familiares da Sr^a Ruth Silvina de Oliveira, especialmente a suas duas irmãs, Cybele Maria da Cunha Oliveira e Aleth Fernanda Oliveira de Andrade.

Justificação

Pessoa do nosso maior aconchego familiar, a Sr^a Ruth Silvina de Oliveira, professora amazonense aposentada, morreu em outubro de 2006 e deixou um vazio entre todos que a conheceram e com ela viveram. Dona Ruth foi professora de Trabalhos Manuais no Amazonas e, mais recentemente, aposentada, passou a residir no Rio de Janeiro. Em muito religiosa e faleceu no momento em que, com algumas amigas, rezava o Terço. O Voto de Pesar que requeiro é, pois, um preito de homenagem à ilustre Senhora.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Está inscrito agora o Senador Papaléo Paes; a seguir, a Senadora Ideli, o Senador Arthur Virgílio; posteriormente, o Senador Heráclito e eu mesmo, Senador Tião Viana.

O Senador Suplicy acaba de fazer a sua inscrição.

O Senador Papaléo Paes tem a palavra por até 20 minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito ontem com mais de 60% dos votos válidos do Brasil. O PSDB recebe a mensagem das urnas e permanece no seu papel de oposição responsável e fiscalizadora dos atos do Governo Federal.

Governar, Sr. Presidente, é um misto de arte e ciência, de emoção e racionalidade, de pensamento e ação. Governar é a capacidade de satisfazer os requisitos técnicos da ciência da Administração, ao mesmo tempo em que se sonha e se concebe o futuro.

Governar é, pois, ser capaz de conjugar os anseios da alma e os objetivos da mente na construção de um projeto para um povo e um país.

Tudo isso pode ser sintetizado em uma expressão chamada Agenda Nacional. Mas essa tem um algo de mágica porque, no Brasil, ao mesmo tempo em que é promessa, é desejo e, infelizmente, areia que repetidamente nos escorre pelos dedos das mãos.

Há quanto tempo, Srs. Senadores, ouvimos a cantilena – lembrando a nossa querida Senadora Heloísa Helena – de que somos o país do futuro, a terra das maravilhas, o lugar das oportunidades? Claro que há décadas, há séculos, seguramente.

Apesar de repentes de brilho e de lampejos de triunfo, deixamos quase sempre escapar a chance de agarrar o sucesso. Durante certo tempo, especialmente no período que vai do pós-guerra até 1980, havia a impressão de que finalmente tínhamos encontrado o rumo do desenvolvimento e do progresso.

Hoje, mais de um quarto de século desde o último ano de crescimento significativo de nosso País, estamos enredados em um novelo sem fim de problemas sociais e econômicos.

Neste momento em que estamos prestes a presenciar o início de mais um mandato presidencial, é mais do que chegada a hora de levar a cabo ações que recoloquem o Brasil nos trilhos do desenvolvimento. Chega de paliativos, discursos ociosos ou remendos aqui e acolá! É preciso agir!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a revista **Exame** de 11 de outubro último apresenta importante subsídio ao debate acerca do desenvolvimento nacional. Intitulada “Duas visões, um só desafio”, apresenta a idéia básica de que certas medidas são obrigatórias para transformar o País em uma economia moderna e pujante.

Em primeiro lugar, a revista nos alerta para o fato de que não existem soluções miraculosas. Não existe um ungido, um escolhido que vai, por meio de ações espetaculares, resolver os nossos problemas da noite para o dia.

Em segundo lugar, esses quatro anos de Governo Lula, apesar das inúmeras críticas que lhe são devidas, deixaram como resultado palpável o fato de que existem determinados consensos econômicos a serem seguidos, caso da estabilidade econômica e do regime de inflação baixa, ações sempre defendidas pelo PSDB.

Apesar disso, há problemas que carecem de urgente resolução. Como aponta a revista, “ao longo dos anos, o ato de fazer negócios no Brasil tornou-se uma tarefa hercúlea, dada a quantidade de obstáculos diários – materializados na forma de uma burocracia infernal, de uma carga de impostos insana, de uma legislação obsoleta”.

Em paralelo, existem reformas estruturais, como a previdenciária, a trabalhista, a educacional, entre outras, que, apesar de serem fundamentais para criar um ambiente institucional que assegure o crescimento, ainda não foram devidamente enfrentadas. Se o País se desenvolve hoje, não é graças ao Governo, mas apesar dele. Se o País cresce, é graças aos milhares de brasileiros que acordam cedo e trabalham duramente, faça chuva ou faça sol.

De qualquer forma, para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tomará posse no dia 1º de janeiro de 2007 para mais um mandato de quatro anos, haverá tarefas gigantescas a serem realizadas.

Na opinião de trinta especialistas ouvidos pela revista **Exame**, existem oito medidas que devem ser tomadas. Vejamos um pouco sobre cada uma delas.

Em primeiro lugar, o fortalecimento das agências reguladoras. O Governo Federal não pode deixá-las à mingua, como tem feito desde 2003. Além disso, deve pautar, como feito durante o Governo Fernando Henrique, as nomeações de diretores por critérios técnicos, e não por apadrinhamento político.

Em segundo lugar, fechar contratos de parcerias público-privadas. Apesar do esforço levado a cabo pelo Congresso Nacional, o Governo Federal não realizou nenhuma PPP, parceria público-privada. Considerando-se a precariedade da infra-estrutura no Brasil, são importantes instrumentos para eliminar gargalos nos transportes, no setor elétrico ou nas telecomunicações, por exemplo.

Em terceiro lugar, implementar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Dessa forma, haverá redução da burocracia no recolhimento de impostos e na abertura de empresas, o que aumentará o mercado formal.

Em quarto lugar, facilitar a abertura de empresas. Hoje, no Estado de São Paulo, leva-se, em média, 152 dias para a abertura de um negócio. Há desestímulo maior do que esse para o empreendedor?

Em quinto lugar, equilibrar as contas da Previdência Social. Com contas em ordem nesse campo, há espaço para a redução de juros e de impostos, dizem os economistas.

Em sexto lugar, retomar o processo de concessão de estradas. Avalia-se que nove mil quilômetros podem ser repassados à iniciativa privada, como já foi feito pelo Governo Federal até 2000 e por diversos governos estaduais. Além disso, estudos comprovam que a maioria das boas estradas brasileiras é administrada por empresas privadas.

Em sétimo lugar, modernizar a administração aduaneira. Isso significa criar unidades que reúnam todos os órgãos envolvidos no comércio exterior, a fim de tornar mais ágeis os trâmites de mercadorias destinadas ao mercado externo.

Em oitavo lugar, reforçar a vigilância sanitária no País. Um exemplo é a criação de barreiras entre os Estados, a fim de evitar que focos locais se espalhem e levem ao embargo da venda de animais ao exterior.

Em suma, essas são algumas medidas importantes para tornar o ambiente de negócios mais dinâmico no Brasil. Hoje o Estado é lento, pesado, e mais atrapalha do que ajuda na criação de empresas e empregos. Não basta, porém, torná-lo mais leve. É preciso transformá-lo em uma máquina “azeitada” para ajudar o empresário brasileiro a criar negócios e empregos.

Espero, Sr. Presidente, que a partir de 1º de janeiro de 2007 sejamos capazes de dar início a um novo ciclo de desenvolvimento. Isso não é apenas o meu sonho, mas o de milhares de brasileiros que todos os dias lutam pela construção de um Brasil melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a, Senador Papaléo Paes.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti por até 20 minutos. A seguir, ao Senador Arthur Virgílio.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, presentes a esta sessão do Senado da República, nesta segunda-feira, depois de termos vivenciado mais um processo eleitoral que dignifica o povo brasileiro, as instituições brasileiras e que faz com que cada um de nós tenha a possibilidade de, com o resultado das urnas, tirar as lições, a reflexão e o aprendizado necessários para que possamos cada vez mais avançar naquilo que a urna nos aponta de forma tão contundente, Senador Tião Viana.

Estou vindo de São Paulo, onde participei ontem à noite do acompanhamento da apuração. Estive na Avenida Paulista, juntamente com o Presidente Lula, uma boa parte dos seus atuais Ministros, Governadores

eleitos, Lideranças dos diversos Partidos, que estavam comemorando o resultado eleitoral.

Lá na Paulista, apreciando toda aquela significativa presença dos militantes dos Partidos, principalmente do PT, que conduziram a campanha neste segundo turno, fiquei meditando sobre algumas questões. Há dia bom de a gente viver. Ontem, acho que foi um dia bom de o Brasil viver. Um dia em que, efetivamente, consagrou-se e consolidou-se algo que está estampado na camiseta com que fiz questão de vir ao plenário hoje porque ela resume o que aconteceu: a vitória do Brasil, o que acompanhamos ontem, com os votos vindos de todos os cantos deste País, numa vitória do Presidente Lula, o terceiro presidente mais votado do mundo, pois obteve 58,258 milhões de votos, quase 61% dos votos válidos, portanto, numa votação extremamente significativa, representativa e indiscutível. Somente duas pessoas obtiveram mais votos que o Presidente Lula. Em 2004, o general Susilo Yudhoyono, que se reelegeu Presidente da Indonésia, obteve 67 milhões de votos; e George Bush, na sua última campanha para reeleição nos Estados Unidos, obteve 62 milhões de votos. Portanto, é uma votação que nos orgulha, e não poderia deixar de ser assim. Mas ela tem o significado de ser uma vitória do Brasil. E quando, lá na Paulista, ontem... Para mim era até estranho estar comemorando exatamente na Avenida Paulista, uma espécie de divisor de águas da campanha, na qual, em vários momentos, o Presidente Lula, exemplificando a diferença entre os dois projetos e as duas candidaturas, colocou um projeto que pensa exatamente o Brasil, que pensa 190 milhões de brasileiros, que tem como prioridade atender a esses brasileiros. Em alguns momentos, o próprio Presidente Lula utilizou a Paulista como exemplo de algo indiscutivelmente importante, mas que simbolizava uma parcela do Brasil.

Eu estava ali, na Avenida Paulista, comemorando a vitória, que tenho a convicção de ser do Brasil, como está estampado nesta camiseta. É por ter esse entendimento de que a vitória é exatamente desta grandiosidade do nosso País, dessa diferença que está presente em cada canto deste País grande, extenso, complexo, desigual e injusto, que nas urnas se mostrou de forma contundente, depois de um processo e de um período extremamente interessante, porque – não sei se V. Ex^a, Senador Tião Viana, teve a oportunidade de ler o **Estado** de ontem, que fala desse assunto –, depois da ditadura, esta é a primeira eleição que realizamos no Brasil sem crise econômica. Todos os macroindicadores são absolutamente positivos, tranquilos, sinalizando a perspectiva concreta de dar continuidade ao processo de crescimento com distribuição de renda.

A vitória nas urnas vem dessa carga de votos, dessa imensidão de complexidade que se denomina povo brasileiro. Ontem, eu estava na Paulista participando das comemorações, emocionada e com a convicção de que a urna disse de forma inequívoca que o Brasil tem paulistas, tem a Paulista, até se orgulha dos paulistas e da Paulista que tem, mas o Brasil é muito mais. Foi talvez o entendimento das ações do Governo Lula, que visavam ao combate à desigualdade, e das políticas adotadas para a diminuição da injustiça social e o aumento da inclusão social, exatamente essa marca, que fez com que o povo brasileiro desse ao Presidente Lula esta vitória.

A urna vai merecer de todos nós reflexão, ponderações. Nós do PT teremos de aprender muito com o resultado dela. A montagem do próximo Governo também terá de levar em consideração o que a urna nos disse, e isso acho que vale para todos.

O Presidente Lula, ontem, no seu primeiro pronunciamento à imprensa, falou de forma muito contundente que, terminada a eleição, não há mais adversário; terminada a eleição, o adversário é a injustiça social. Esse é o principal adversário, e, portanto, todos que tiverem esse entendimento e quiserem somar-se a nós serão bem-vindos.

Eu tive a oportunidade de, ao longo dessa campanha, fazer muita reflexão e trazer à tribuna alguns temas que me preocupavam. Falei, na segunda-feira anterior à eleição, do preconceito que estava perpassando o processo eleitoral, do acirramento dos ânimos e até da instigação da animosidade entre as pessoas, entre os militantes das duas campanhas. Depois daquele episódio lamentável no Rio de Janeiro, em que uma militante acabou, num embate corporal, perdendo um pedaço do dedo, fiquei refletindo assim: a marca dos votos e do resultado dessa eleição está exatamente calcada no combate à desigualdade, e talvez as pessoas ainda possam não ter se dado conta – e nessa eleição o preconceito se manifestou de modo muito forte... Não lembro, nos meus 54 anos, Senador Tião Viana, de ter visto episódios nos quais as manifestações eram, em muitos momentos, fermentadas pelo preconceito.

As coisas estão correlacionadas, porque o Governo enfrentou a situação com as políticas de combate à desigualdade seja por meio da transferência de renda, seja pela recuperação do salário mínimo, seja pelos acordos salariais acima da inflação, seja pelas políticas de inclusão e de ampliação do crédito para as faixas da população de menor poder aquisitivo, seja pela retomada da construção civil e do saneamento, seja pelas políticas mais importantes e necessárias para a inclusão social, como a adotada no caso do ProUni,

que atendeu parcelas da população jovem, que viu no ProUni a possibilidade de, por meio da educação universitária, alçar segmentos sociais diferenciados, acima daquilo que a sua situação atual estabelece. Foi exatamente esse combate à desigualdade que nesta eleição – disso não tenho nenhuma dúvida – deu a vitória contundente ao Presidente Lula. Ele mesmo teve oportunidade de dizer que, apesar dos vários ataques e enfrentamentos com que ele teve de lidar ao longo desses quase dois anos, a mudança no cotidiano, a melhoria na vida das pessoas, era incontestável.

Por mais que falassem do seu Governo, era incontestável que as pessoas vivem melhor, as pessoas têm mais oportunidades, e a situação delas passou por modificações concretas, palpáveis e indiscutíveis.

Tudo isso sustentou a vitória do Presidente Lula com esses 58,258 milhões de votos em todos os cantos do Brasil, mas também trouxe para a cena política o preconceito, que se nutre exatamente das diferenças e das desigualdades: “sou melhor porque eu sou branca e você é negro; sou melhor porque sou homem e você é mulher; sou melhor porque eu sou rico e você é pobre; sou melhor porque eu sou paulista e você é nordestino; sou melhor porque sou uma pessoa sã e você é portador de uma deficiência”.

O preconceito se baseia nas diferenças. Ele protagoniza nas diferenças exatamente esse fermento para a animosidade e o ódio. Por isso, nessa eleição a urna refletiu o reconhecimento do combate à desigualdade, e nas ruas houve tantas manifestações preconceituosas. Temos a grande tarefa de tirar das urnas todas as lições tanto para o Governo como para a Oposição, a lição necessária para que não desperdicemos as oportunidades que estão colocadas no sentido de permitir que o País alcance o **status** de nação desenvolvida e não em desenvolvimento, **status** de nação justa, e não de nação injusta, de nação que dá oportunidade a todos, e não a poucos ou a alguns. Aí nossas tarefas serão muito grandes.

Ao longo desses quase quatro anos, aprendi a conviver com a contundência da Oposição neste Senado da República e sei que teremos de ter toda a paciência do mundo para reconstruir pontes que foram destruídas. Tenho a convicção de que, com o resultado das urnas, também está colocado o desejo da ampla maioria dos Estados que elegeram Governadores alinhados com o projeto nacional encabeçado pelo Presidente Lula. Portanto, esta sinergia entre o Governo Federal e a ampla maioria dos governos estaduais irão nos dar as condições para enfrentar esses desafios com mais tranquilidade.

Tenho a certeza também de que a aproximação com vários partidos, propiciada pelo segundo turno,

permitirá consolidar, para o segundo mandato, uma estrutura de governabilidade baseada na coalizão partidária. Isso, com certeza, dar-nos-á uma condição melhor para desenvolver, com mais transparência e solidez, os programas e as metas que o País espera depois de um processo eleitoral como o que vivenciamos no dia de hoje.

Não posso deixar de manifestar minha felicidade com o resultado das urnas, Senador Tião Viana. Também não posso deixar de estar neste Plenário do Senado, onde a correlação de forças foi sempre muito débil e delicada para o Governo – talvez não se modifique muito no próximo período.

Com humildade, digo que precisamos restabelecer as pontes e as tratativas, para que possamos governar sem desmerecer, sem desqualificar e sem diminuir todos os que participaram desse processo eleitoral, porque se submeteram ao resultado das urnas. O resultado está aí. Portanto, o respeito deve ser restabelecido a partir do resultado, o respeito que nós, que temos a tarefa de governar o País por mais quatro anos, deveremos ter para com todos aqueles que participaram democraticamente desse processo e que têm a tarefa não menor, nem mais fácil, de fiscalizar e manter o Governo permanentemente sob a ótica da regra democrática legal e da convivência entre os diferentes.

Talvez a maior marca e o maior desafio do País seja lidar com os diferentes, propiciando a todos a oportunidade de serem incluídos e respeitados a partir do que cada um é, como é e da forma como foi constituído e se desenvolveu, dando oportunidade para que o nosso País evolua no sentido de ser a grande nação que todos nós queremos e desejamos. Todos nós temos a obrigação de corresponder pelo que a urna nos colocou como desafio. Por isso, a vitória é do Brasil, a vitória é do povo brasileiro. Que tenhamos a capacidade de estar à altura deste grande povo, que nos coloca esse desafio para os próximos quatro anos.

Volto à tribuna, Senador Tião Viana, de sangue doce. Não há nem terceiro, nem quarto, nem quinto turno. O que há é o desafio de fazer o melhor para o povo brasileiro.

Muito obrigada.

O PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço à nobre Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, que falará como orador inscrito por vinte minutos. A seguir, falará o Senador Heráclito Fortes e, posteriormente, o Senador Tião Viana.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entendo que eleição legítima nos seus resultados não se discute, aceita-se. Entendo, do mesmo modo, que a eleição dá certas ordens àqueles que se filiam às correntes políticas existentes em determinado país.

Por exemplo, na medida em que o Presidente Lula é reeleito, leio com nitidez que a ele incumbe governar – e governar de maneira aperfeiçoada – o País. Àqueles que pensam como eu, a nós nos incumbe fiscalizá-lo, tomar conta de seu Governo, fazer oposição, porque essa é a outra metade, a cara-metade da democracia. Uma parte é o Governo; a outra, a necessária Oposição no regime democrático. E Oposição dura, Oposição indormida, oposição que anuncia que o voto dá o direito de alguém governar, mas não anistia corrupto, não elimina deslizos que possam ter ocorrido ou estar ocorrendo, que estejam em tramitação judicial ou congressional.

Outro dia, Sr. Presidente, observei com certo pasmo uma declaração de um prezado colega de Parlamento, o Ministro Jaques Wagner, referindo-se a mim mesmo. Disse que, porque eu havia perdido a eleição no meu Estado, não poderia falar – algo assim. Fiz a correção na hora, mas me espanta porque tenho muito apego à idéia da liberdade que deve ser exercida por todos e por cada um. Ora, se eu tivesse vencido, falaria como Governo. Como perdi, falo como Oposição. Agora, não pode é o Ministro Jaques Wagner decepar a minha língua. Isso não pode e não cabe.

Eu diria mais: a minha língua é “indecepável”.

O Ministro Jaques Wagner é que talvez não tenha seguido as melhores regras da ética política, depois de uma derrota eleitoral como a que sofreu na eleição de 2002, de ter, a partir daí, aceito o Ministério. Isso é que talvez não coubesse.

Então, entendo que, se queremos conferir legitimidade efetiva a uma manifestação cristalina como essa das urnas, que garantiu a reeleição do Presidente Lula, é fundamental que as partes se elevem ao maior e melhor respeito pelo País. E não é de bom-tom que se imagine que resultado de eleição ou anistia corrupção, ou silencia a voz de quem não foi aquinhado de maneira expressiva pelas urnas.

Sr. Presidente, para mim, é muito claro que as urnas expressaram um recado o qual não devemos olvidar, nem o Presidente Lula nem nós das oposições. Eu já disse – e essa é a tese que advogarei e advogo dentro do meu Partido – que o fato de o Presidente Lula ter sido reeleito não faz com que investigações parem, CPIs sejam abafadas ou delitos sejam esquecidos; mas isso me diz, com toda clareza, que não é democrático lutar por terceiro turno, por quarto turno, por demandas judiciais; pura e simplesmente aceito

um fato: o Presidente Lula derrotou a facção à qual eu pertencço. Fui derrotado.

É saudável, do ponto de vista da democracia, que nós exercitemos a perspectiva de que o povo decidiu escrever este momento da sua história de um jeito que não me cabe questionar. Não me filio à corrente elitista que diz que o povo não sabe votar, ou que o povo tem o Governo que merece, até porque isso revelaria a idéia de que haveria eleitores de primeira classe e eleitores de segunda classe. Dou um valor tão grande ao eleitor beneficiário do Bolsa-Família, porque isso faz parte do nosso estágio atual da democracia brasileira, quanto a um PhD da USP. Os votos valem do mesmo jeito. Lutei muito para reimplantar no Brasil o voto universal, secreto e direto. Cada voto vale um voto. Portanto, não tenho que questionar, Senador Tião Viana, o resultado das urnas.

Recado para o Presidente Lula: Sua Excelência precisa, antes de mais nada, efetivamente, descer do palanque. Ontem eu o via do caminho do aeroporto até a confraternização com a militância que apoiou Geraldo Alckmin em São Paulo, de maneira bastante lúcida, abordar a questão brasileira, dizendo-se disposto a discutir as reformas necessárias para se pensar em crescimento mais avançado, em sustentação do crescimento brasileiro. Mas parece que, já na Avenida Paulista, ele teve uma recaída com essa história atoleimada de que o andar de baixo venceu o andar de cima. E não estou aqui discutindo ascensorista nem elevador; estou discutindo o Brasil. Então, não há andar de baixo derrotando andar de cima; o que existe é o processo democrático se desenrolando e o dever do Presidente de, como Líder, reafirmado como Líder da Nação, saber ter a generosidade e a nobreza de encarnar a esperança que 58 milhões de brasileiros depositaram na conta política de Sua Excelência. Essa história de andar de cima e andar de baixo divide o País; não o une. Do mesmo modo, não nos cabe questionar, eu repito, o resultado das urnas. Então, não espere do PSDB nada parecido com questionamento de um resultado que veio, porque era o resultado que nessa quadra histórica o povo queria oferecer à Nação.

O Presidente Lula precisa, a meu ver, tomar medidas graves. Sua Excelência entra sem utopia, Sua Excelência entra sem tempo ou carência. Ninguém vai lhe dar tempo e ninguém vai lhe dar carência. Sua Excelência entra precisando agir, Sua Excelência entra, a meu ver, precisando compor um ministério de alto nível, Sua Excelência entra precisando, de uma vez por todas, dizer que sabe das coisas e nunca mais repetir que não sabe o que se passa no seu governo. O Presidente precisa, com muita nitidez, falar a verdade para a Nação, não permitir que pratiquem corrupção

no seu governo, não apadrinhar as pessoas que porventura caíram em tantos delitos, passou a campanha dizendo que puniu. Tenho o jornal **O Globo** de hoje e o vejo aqui dando um tapinha tão carinhoso na face do Ministro Palocci, vejo aqui a solenidade e o respeito com que se despediu do Ministério o Ministro José Dirceu. O Presidente não puniu ninguém. O Presidente se omitiu nesse episódio inteiro. O Presidente sabia de tudo, sim, eu insisto nisso. Quero colocar uma pedra em muita coisa, mas não posso deixar de cobrar esses fatos relevantes para a compreensão da história brasileira e para que nós possamos dar passos seguros daqui para frente. O Presidente entra sem utopia. O Presidente, a meu ver, cometeu algo de grave na campanha. O que mais lamentei foi o Presidente ter, Senador Tião Viana, a clara compreensão de que a lógica da política econômica dele, se tivesse com essa cabeça sido ele Presidente em 95, dificilmente ele não teria tido o mesmo gesto que teve o Presidente Fernando Henrique de privatizar o sistema telefônico brasileiro. Eu digo isso até como elogio ao Presidente Lula. Ele visava ao eleitorado da Senadora Heloísa Helena e aí mediocrizou o debate com a história das privatizações. Confesso que o meu candidato não se defendeu da maneira mais lúcida, de maneira pronta. E, de repente, nós deixamos de computar o fato inequívoco que hoje temos na privatizada Vale do Rio Doce, a segunda maior mineradora do mundo; que nós temos hoje cem milhões de aparelhos celulares e antes tínhamos telefones como bens registráveis em declarações de Imposto de Renda; temos uma economia com muito maior dose de competitividade sistêmica. Isso se deveu a reformas estruturais que o Presidente Lula e seu partido combateram no Governo passado e que hoje dão frutos, sem dúvida alguma, frutos que inclusive, foram muito bem aproveitados eleitoralmente pelo Presidente.

O Presidente precisa enfrentar, Senador Tião Viana, a questão dos gastos públicos, que há onze anos crescem acima do PIB. Quando o Presidente diz que basta crescer 5%, primeiro, Sua Excelência não pode ter a garantia de que o Brasil cresça sem inflação 5% durante não sei quanto tempo. Acredito até que o Brasil não cresce 5%. Se não fizer mais reformas estruturais, fica patinando, um ano pode crescer 5%, mas no outro vai para 2%. Vai depender sempre da conjuntura internacional, e Sua Excelência chegou a dizer que o Brasil precisa não depender da conjuntura internacional. Isso é negar o peso da globalização sobre a vida das pessoas. Quero sepultar o episódio da eleição, mas o Presidente precisa enfrentar para valer a questão dos gastos públicos.

E aí, Senador Tião Viana, meu prezado amigo – já lhe concedo um aparte –, eu temo algumas coisas. O Presidente precisa fazer reformas que vão colocar nas ruas, contra as reformas que Sua Excelência haveria de propor, setores aos quais Sua Excelência agradou ao puxar para baixo o debate, por exemplo, sobre a privatização.

O Presidente “esquerdizou” o seu discurso na fase final da campanha, visando os votos. E Sua Excelência vai ter que contrariar essas pessoas – e logo – porque eu prevejo um leque – e abro parênteses – crescer a 5% é o ideal. Então, parece que, crescendo 5%, não precisa conter gasto público. Mas, se não contiver gasto público, não cresce 5%. Se não fizer reformas profundas na estrutura social e econômica do País, não cresce 5%. Fica sempre vôo de galinha. Fica sempre aquele vôo interrompido: voa um pouquinho e cai, a não ser que se queira crescer desvairadamente por alguns anos com prejuízos para o controle da inflação. E julgo essencial o controle da inflação rígido, estrito, para se chegar aos bons “portos” do crescimento sustentável. Vejo hoje uma discussão que até me inquieta: volta aquela história, para mim estapafúrdia, dos desenvolvimentistas contra os monetaristas.

E se há alguém – claro que há o assistencialismo do Bolsa-Família – que garantiu a vitória do Presidente Lula, Senador Tião Viana, parece-me que foi precisamente o Banco Central, porque, com a inflação baixa, controlada, conseguiu baratear o custo de vida para as camadas mais pobres da população. Não foram aqueles que, por eles, tinham deixado galopar a inflação ou, no dizer do meu prezado amigo, Ministro Tarso Genro, já está na hora de não nos preocuparmos tão neuroticamente com a inflação. Eu digo: meu prezado Tarso, o Brasil nunca vai poder deixar de se preocupar neuroticamente com a inflação, porque se esta retorna vai desabar todo esse patrimônio de estabilidade construído ao longo desses últimos 14 anos. Isso significaria não pensarmos em crescimento ou juros baixos ao longo do tempo.

É um sofisma, portanto, dizer que se houver crescimento não é preciso cortar gastos. É preciso cortar gastos, sim! É preciso avançar nos supérfluos, é preciso fazer aquilo que é o mandamento de qualquer gestor responsável: poupar no custeio para que sobre para os investimentos.

Eu falei do risco que vejo em o Presidente, tentando agradar a todos, ter de escolher agora a quem vai desagradar, porque, Sr. Senador Tião Viana, vejo as políticas assistencialistas, que eu chamaria de compensatórias necessárias, em um País que tem as taxas de miserabilidade que acometem o Brasil, como necessárias, repito. Mas é preciso definirmos,

primeiro, que não sejam eleitoreiras; segundo, que elas tenham entrada e saída, que nós não olhemos o povo mais pobre como uma clientela, mas como entidades a serem emancipadas, ou seja, que estabeleçamos um tempo, oito, dez, catorze anos, ao fim do qual não haveria ninguém mais precisando dessas políticas compensatórias. Até porque os países desenvolvidos não precisam de políticas compensatórias e muito menos precisam de formar clientelas. Ou seja, preocupa-me muito a falta de foco e a falta de porta de saída para a porta de entrada. Parece que quanto mais gente entrando melhor; o que não é verdade, porque acaba entrando gente que não precisa. O resultado é que nós vimos ênfase demasiada à política assistencialista e vimos o orçamento minguar em verbas para saúde e educação.

Não vamos libertar aqueles que são os mais necessitados neste País se não dermos a eles aquilo de que precisam acima de tudo. No primeiro momento, o prato para ele comer, porque não se pode deixar morrer de fome, é verdade. Mas sempre, desde o primeiro momento, fazendo investimento maciço em educação, a começar pela melhoria da qualidade daquilo que foi universalizado no outro governo, que é o ensino fundamental.

Senador Tião Viana, entendo que está na hora de se enxugar o tamanho do governo que aí está. São 34 Ministérios, e já foram 37. Não é uma boa racionalidade, a meu ver.

Está na hora de o Governo acordar para o fato de que, vivendo sob um mundo que não é tão benfazejo, embora não seja catastrófico – nada parecido com as dez, onze ou doze crises sistêmicas que acometeram o Governo passado, mas o mundo não é mais mágico, já não é mais tão virtuoso –, a economia americana, para alguns pessimistas, poderá entrar em recessão; para outros, ela poderá, na melhor das hipóteses, ter taxas de crescimento medíocres.

É preciso o Presidente acordar para o fato de que sua concepção é equivocada em relação à regulação dos mercados. As agências reguladoras têm de ser trabalhadas como a expressão do Estado, a expressão do consumidor, e não como uma entidade de submissão aos governos ou aos ministérios. Os ministros passam, os governos também. O Estado brasileiro fica, e o consumidor também.

Ou seja, é preciso marcos regulatórios que atraiam investimentos para evitarmos a crise que se avizinha no fornecimento de energia para a economia e para a vida dos brasileiros. São necessários marcos regulatórios que façam o Brasil voltar às primeiras posições no campo da atração de capitais estrangeiros que venham para ficar. Eu me ressinto disso.

É preciso discutirmos com a sociedade como vamos chegar a um acordo sobre a questão do licenciamento ambiental, porque em determinado momento se quer fazer o trabalho, e o próprio Governo, às vezes, tem sido vítima disso. E não se chega a um acordo, porque a obra é interrompida, a licitação é suspensa. Nós tínhamos que, de uma vez por todas, envolvendo o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Desenvolvimento, o Ministério Público, definir o que se pode fazer e o que se tem de fazer no campo do licenciamento ambiental, para que nós não tenhamos percalços.

Eu vou voltar a citar o setor energético, Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino, como algo que é uma preocupação para qualquer brasileiro que consiga enxergar além do ano em vigor.

E mais, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não vejo má-vontade. Já disse que não vamos deter nenhuma investigação; não vamos passar a mão em nenhum gesto de corrupção. Alguns dizem: Mas guerra indormida, o que seria isso? Boicote ao Governo? Eu não o farei. Boicote ao Governo eu não quero. Advogo que não aconteça boicote ao Governo e tenho certeza de que o meu Partido, unanimemente, haverá de pensar do mesmo modo, porque seria boicotar o País e fazer uma revanche contra o eleitor, que optou, livre e soberanamente, não ser a nossa vez de retornar ao poder, mas a de manter o Presidente Lula. Acabou! Tenho de curvar-me a essa verdade democrática, sob pena de não ser o democrata que tanto me esforço para ser e aperfeiçoar dentro de mim, do meu coração e da minha alma.

Agora, a conversa não pode ser de cooptação. Apesar de todas as crises e de toda a temperatura *caliente* que vivemos neste Senado e neste Congresso, ao longo dos primeiros quatro anos do Presidente Lula, a conversa, a meu ver, deve dar-se basicamente pela iniciativa do Governo de tratar com respeito as Oposições.

O Presidente Lula deveria parar com essa história de que “nunca se fez, pela primeira vez na história do País” e deveria ser generoso. Cabe ao derrotado ser altivo, e ao vitorioso, ser generoso; cabe ao derrotado ser grande, e ao vitorioso, ser grande também, talvez mais ainda.

Entendo que o segundo passo é o Presidente dizer em torno de que quer discutir com as Oposições – não precisa nem a discussão física. Por exemplo, se o Presidente me disser que precisa fazer uma reforma política, estou de acordo e trabalharei junto com a minha Bancada e meu Partido para votarmos uma reforma política ampla.

Sr. Presidente, peço tolerância a V. Ex^a porque quero completar o meu pensamento. Pretendo que este discurso sirva para balizarmos uma conversa que vai se iniciar na bancada de Senadores do PSDB.

A reforma política só sai em 2007 ou em 2011. Ela não sai em 2008, nem em 2009, por razões eleitorais e pré-eleitorais. Não sai em 2010 também por razões eleitorais. Se não sair em 2007, sai em 2011; se não sair em 2011, só sai em 2015. Ou seja, não podemos ter uma economia que, bem ou mal, se moderniza e, ao mesmo tempo, estamentos políticos tão atrasados e que ainda significam termos um voto popular talvez menos cristalino do que a nossa democracia ainda poderia oferecer ao País.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em seguida, Senador Eduardo Suplicy. Assim que concluir, concederei o aparte a V. Ex^a e também ao Senador Tião Viana, com muita honra.

Do mesmo modo – para mim, uma está para a política como a outra está para a economia –, vejo que a reforma tributária, aquilo que for possível dela, ou se a faz no primeiro ano do governo – e esse governo tem a vantagem de ter sido reeleito de maneira tão consagrada no voto e tem a desvantagem de estar continuando e, portanto, não ter tempo nem carência, ter que simplesmente sair jogando porque já está com a bola rolando em campo –, ou não se a faz antes de 2011, ou antes de 2015, porque só o primeiro ano de um governo é que permite força política e possibilidade de entendimento para se votar matérias que contrariam interesses.

Então, proponho que a reforma política seja feita da maneira mais radical, colocando as coisas mais duras para um prazo mais longo. E, quanto à reforma tributária, também. Aquilo que for consenso entra em vigor já; aquilo que não for consenso, mas que tem que ser, entraria em vigor daqui a tantos anos, de modo que tiremos do horizonte dos perdedores de curto prazo aquilo que os machuca no curto prazo, para que possamos mostrar que, com a reforma tributária, com o aumento da competitividade da economia, vamos ter ganhos para todos os Estados, esquecendo aquele que pode perder no primeiro momento, porque ele vai ganhar no segundo momento, com toda certeza.

É preciso se falar sobre isso com coragem: nós não podemos continuar convivendo com o déficit da Previdência como ele está, temos que enfrentar a questão previdenciária, temos que enfrentar a questão do debate sobre a Previdência, regulamentando o que já foi aprovado e vendo o que é necessário fazer para se estancar um déficit que impede, sim, que o

Brasil tenha juros mais baixos e impede, sim, que o Brasil tenha a capacidade de pensar em crescimento de taxas altas, por longo período. Para mim, esta é a verdade muito nítida.

Parece-me que é da iniciativa de um governo que venha efetivamente para se congraçar com a Nação, porque o Governo saiu arranhado do ponto de vista ético, vitorioso na eleição. Essa dicotomia só se resolve agora com um governo impecável, feito pelo Presidente Lula. E este governo impecável vai exigir dele muito mais do que o primeiro governo lhe possa ter cobrado.

Temos a reforma trabalhista, que tentamos no Governo passado. O Partido do Presidente Lula não permitiu a aprovação.

Desta vez, não se tentou. Falou-se muito, e era um escapismo a tal reforma sindical. Eu não gostava da formatação da reforma sindical, mas da reforma trabalhista, sim; ferindo alguns interesses, sim, mas modernizando a relação de contratação e de demissão. Que fique mais fácil demitir e mais fácil contratar pra podermos desonerar a folha de pagamento das empresas e podermos pensar em redução substantiva do custo País.

Ainda, Sr. Presidente, está nas nossas mãos – e temos que dirimir as dúvidas – uma reforma importante, que visa ao emprego, que gera renda. Eu sonho com micro e pequenas empresas que possam virar exportadoras, como nos Estados Unidos, que possam avançar tecnologicamente. O grande mal de a microempresa ficar no fundo quintal, clandestina, não é só o fato de ela sonegar – obrigatoriamente, ela tem que sonegar –, é o fato de que ela não avança tecnologicamente; ela se esclerosa, ela deixa de ser vigorosa como uma pequena ou micro empresa americana, que inclusive faz parte nobre da pauta de exportações, ou da vida exportadora daquele País.

A Lei Geral das Micro e Pequenas empresas precisa ser arredondada por nós. Parece-me que essa é uma proposta que caberia vir de um Governo que quisesse efetivamente falar para a Nação.

Sr. Presidente, vejo que temos uma reforma administrativa. A burocracia é terrível, a burocracia afugenta o investimento. E temos ainda uma série de outras medidas e de outras reformas. Temos que ver a DRU, temos que ver a forma de se votar o Orçamento. O Orçamento, do jeito como é votado, é um chamariz para a corrupção. Advogo aquela tese proposta pelo Senador Sérgio Guerra, segundo a qual deveríamos extinguir a Comissão Mista de Orçamento, jogar para as comissões temáticas das duas Casas seus respectivos temas – saúde, educação, etc. – e, no final, haveria uma comissão de sistematização.

A exemplo do que ocorrera na Constituinte, essa comissão de sistematização, com muito mais facilidade e com muito menos dispêndio de tempo, apresentaria a versão final para ser aprovada.

Volto a dizer: a eleição já passou. Eu teria votado a LDO antes das eleições e a voto amanhã, desde que se retire – ou se chegue a uma fórmula aceitável – aquele artigo que, ao meu ver, abastarda o poder do Congresso, que não pode admitir que entre em vigor um Orçamento sem que ele tenha sido crivado pelo voto, pela anuência dos Srs. Congressistas.

Portanto, Sr. Presidente, entendo que o Presidente Lula precisa dar um grande exemplo. Não é mais fingir que puniu, é punir. Não é mais fingir que investigou, é investigar. É mostrar, com clareza, tolerância zero com a corrupção. É compreender que nós ficaremos na nossa trincheira.

Imagino que esses pontos todos podem virar pontos de acordo entre nós se forem pontos adotados corajosamente pelo Governo. Não vamos ficar fazendo o jogo de atrapalhar o Governo para, depois, talvez, pegarmos uma casa que não seja a mais arrumada, para eventualmente nós próprios a governarmos. Acredito profundamente na alternância do poder, e, como não tenho má intenção com o poder, para mim tanto faz estar na Oposição – eu me oponho - ou no governo - aí eu governo; tanto faz. Não existe essa obsessão de fazer as coisas andarem mal para o País para que elas andem bem para a minha grei política.

Concedo um aparte ao Senador Tião Viana e, em seguida, ao Senador Eduardo Suplicy. Depois encerro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Só peço aos apartes que sejam breves, porque o orador já ultrapassou muito o seu tempo.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Meu caro Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a faz um pronunciamento de enorme importância para a vida partidária brasileira e para o Congresso Nacional, em uma hora de pós-eleição, em que o Brasil vive ainda a emoção do resultado eleitoral e o reconhecimento da vitória do Presidente Lula da forma como ocorreu. V. Ex^a, ao mesmo tempo, chama ao debate o Senado Federal, em termos de partidos políticos, e antevê que horizonte haverá na convergência política que devemos estabelecer daqui por diante, para definir como se dará a relação entre Presidência da República, como instituição, e Congresso Nacional, entre Governo e Congresso Nacional, e entre Congresso Nacional e seus partidos políticos – como estarão estabelecidos em termos de regras de procedimento. V. Ex^a está sendo absolutamente claro e age com a sinceridade e a coragem que lhe são peculiares em não deixar dúvidas quanto ao que está

estabelecendo em seu debate e em seu diálogo com o Senado Federal nesta hora. Pessoalmente, penso que o que nos levou a passar por momentos difíceis na eleição foi a entrada num canal de maniqueísmo muito intenso de todos os lados. Nós do Governo queríamos o mesmo resultado, seguramente, que muitos membros da Oposição em termos de elucidação de fatos, mas ficávamos acanhados de dizê-lo porque qualquer palavra significava uma apropriação de um discurso que fosse para destronar do espaço de poder quem estava legitimado pela opinião pública. A Oposição, por sua vez, sentia, às vezes, dificuldades em reconhecer avanços na vida política brasileira na gestão do Governo. Assim, esse debate excessivamente maniqueísta tirou a riqueza de um projeto de nação que é ser justo, e não bom ou ruim. O mesmo para os partidos políticos. Infelizmente, fomos prisioneiros, ficamos encarcerados em um debate maniqueísta que prejudicou, não tenho dúvida, a pressa de modificação dos indicadores deste País. Penso que o Governo e a Oposição têm a oportunidade de se libertar desse sentimento, dessa defesa exagerada que fazem, como se todas as virtudes estivessem do seu lado. V. Ex^a é muito claro: o Governo não pode reconhecer e aceitar erros. Ontem o Presidente Lula respondeu, em tese, ao que V. Ex^a disse. Com toda grandeza e humildade, no momento da vitória, alertou os dirigentes do meu Partido, o PT, dizendo que eles não têm o direito de errar perante a sociedade brasileira. Com isso, ele não excluiu a história virtuosa de um Partido que nasceu no movimento sindical, no movimento estudantil e operário brasileiro, dentro da formação moral da Igreja Católica nas Comunidades Eclesiais de Base. Assim, ele preservou a história, mas advertiu sobre os acontecimentos que estamos vivendo, que causam dificuldades a todos nós do PT, mas não diminuem a nossa história e a nossa determinação de ajudar a construir este País. Por outro lado, V. Ex^a estabelece um horizonte que devemos compreender. O Governo não pode mais manter o tipo de relação política que teve com o Congresso Nacional – não falo apenas do Governo Lula, mas de um vício de décadas, em que as virtudes são relegadas e as relações fisiológicas da vida política ganham importância. V. Ex^a foi claríssimo. Tenho esse mesmo entendimento. Penso que os ministros erram permanentemente, pelo menos a maioria deles, na relação que estabelecem com o Congresso, e que a Presidência da República se distanciou de um ciclo virtuoso de relacionamento com os partidos e com os grandes líderes da Oposição nesta Casa. Ao mesmo tempo, os partidos se apequenaram, quando ficaram numa relação destrutiva. Encerro, Senador Arthur Virgílio, lembrando o debate com o candida-

to Geraldo Alckmin. Houve um belo momento ontem, no reconhecimento da derrota com grandeza – e não poderia ser o contrário, porque alguém que teve quase 40 milhões de votos não pode se sentir pequeno numa disputa por um projeto de Nação. Ao mesmo tempo, vi os momentos difíceis da campanha. Quando ele veio com o debate da privatização da Amazônia, estava exagerando na interpretação daquele problema. V. Ex^a, que tinha tudo para ser sempre aquele que queria desgastar o Governo, suscitou, em debate no Congresso Nacional, a dúvida justa e a responsabilidade política e social que tínhamos em um projeto que destinava 3% das terras amazônicas...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Lá no debate, foi a primeira vez, nos últimos quatro anos, que o Presidente Lula falou bem de mim.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – E de maneira respeitosa, enaltecendo a grandeza que V. Ex^a teve. O tempo não permitiu que o Presidente tornasse público seu respeito ao pronunciamento de V. Ex^a sobre esse tema aqui, ponderação que, aliás, ouvi da Ministra Marina Silva. Então, quero dizer que V. Ex^a estende a mão ao respeito e não abre mão da cobrança da moralidade que devem ter as instituições, Congresso Nacional, governo e partidos políticos. Creio que a Base do Governo tem de ter o mesmo desprendimento e o mesmo altruísmo de V. Ex^a, sem querer acobertar nenhum erro de ninguém, mas considerando que o maniqueísmo – o mal e o bem – é menor que o justo no debate que devemos estabelecer. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Perfeitamente, Senador Tião Viana.

O Professor Marco Aurélio Garcia foi injusto ao dizer que, em algum momento, a Oposição tentou desestabilizar o Presidente Lula – e V. Ex^a é consciente de que não. O Presidente Lula esteve à nossa mercê, para começarmos ou não um processo de *impeachment* contra ele, mas optamos por não fazer isso, até sob muitas críticas de setores que queriam radicalizar naquele momento.

Por outro lado, é verdade que fiscalizar e tentar impedir a corrupção é dever nosso, e faremos isso. Misturar não precisa. É termos uma pauta, de preferência proposta pelo Presidente, que seja discutida no Congresso e em qualquer foro, para que possamos fazer o papel avançar. Nosso papel é fiscalizar o Governo. Portanto, a questão ética não pode ser relegada ou relegada a segundo plano, e a questão administrativa do País, a questão do crescimento da economia não compete apenas ao Governo. Compete a uma Oposição consciente e conseqüente fazer a sua parte e o seu jogo.

Agradeço-lhe, de coração, pelo aparte que não me surpreende e que só o engrandece no meu conceito.

Antes de encerrar o discurso, concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, considero muito importante o balanço que V. Ex^a faz da campanha eleitoral, da disputa extremamente democrática havida. Saúdo o povo brasileiro por ter vivido uma fase importantíssima da sua história, sobretudo com o que aconteceu no primeiro e no segundo turnos, quando tivemos a oportunidade de ver os dois candidatos, Geraldo Alckmin e Luiz Inácio Lula da Silva, debatendo quatro vezes, nos principais meios de comunicação, num nível elevado. Cumprimento Geraldo Alckmin por ter, ontem, telefonado ao Presidente Lula logo que ficou estampado o resultado da eleição, num gesto elegante de respeito para com seu adversário, o que já mostra um passo muito significativo do que poderá caracterizar a relação entre o Presidente Lula e a Oposição. Tenho a convicção de que o Presidente, a partir das experiências do primeiro turno, vai realizar algumas modificações importantes na direção do seu relacionamento com o Congresso, que foi o tema da palavra de V. Ex^a aqui hoje. Ontem, ele já deu um primeiro sinal quando mencionou que estaria disposto a realizar entrevistas coletivas mais amígdas, já tendo iniciado ontem com essa nova decisão, que acredito será muito positiva. Espero também que ele proceda assim também no diálogo com os Congressistas. Foi importante ele ter mencionado, ontem, que estará aberto a esse diálogo, sem restrição a qualquer membro do Congresso Nacional e da Oposição. Então, penso que é alvissareiro que vamos iniciar uma nova fase, mas avalio como importante que V. Ex^a, como Líder do PSDB, procure estar atento a qualquer desvio de procedimento com uma atitude que se prenuncia como construtiva no diálogo com o Governo do Presidente Lula no mandato que vai se iniciar. Para concluir, com relação à reforma política, talvez possamos avançar nessa direção – há certo consenso sobre alguns dos principais pontos – até mesmo neste período, ainda antes do próximo ano legislativo. Penso que há alguns pontos da reforma política que o Congresso Nacional está pronto para votar. Talvez possamos fazer isso em novembro e dezembro. Meus cumprimentos à maneira como V. Ex^a está fazendo a análise das eleições.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, tempo para encerrar com duas mensagens.

Primeiro, agradeço ao Senador Suplicy pelo aparte e digo que, quando o Presidente, mostrando o desejo de se reciclar, se dispõe a prestar entrevistas coletivas

à imprensa periodicamente, ele nada mais faz do que romper com um deslize à própria ética pública, porque ética não é só não roubar dinheiro público; ética é, por exemplo, prestar contas, por meio da imprensa, para a Nação, o mais possível em entrevistas coletivas. É pouco ético não debater com a Nação. Dá a impressão de algo que estaria sendo escondido ou, como ele gosta muito de dizer, varrido para debaixo do tapete. Então, fico feliz em saber que, daqui para frente, ele se confrontará com a imprensa, e tomara que sejam abertas e rasgadas suas oportunidades de diálogo com a imprensa.

Eu gostaria de encerrar, Sr. Presidente, dizendo que tenho muito orgulho da participação do meu Partido nesta eleição. Eu gostaria de ressaltar o papel e o valor do candidato à Vice-Presidente da República, Senador José Jorge, de Pernambuco, que foi bravo, solidário e correto o tempo inteiro.

Gostaria de dizer da honra que tive de marchar ao lado do Governador Geraldo Alckmin nesta empreitada, até por que eu o vi, nos momentos das mais inóspitas pesquisas eleitorais, altaneiro, corajoso, transmitindo otimismo e mostrando as verdadeiras qualidades de um verdadeiro líder. O tempo inteiro, mesmo sabendo que não ganharia mais a eleição, passava para os seus comandados a idéia de que era possível virar. E isso sem mistificações, isso com realismo, exercitando aquilo que aprendi a ver nele como a qualidade de um verdadeiro líder.

Alckmin tem, a partir dos quase 40 milhões votos que obteve, um futuro – jovem como ainda é – a perder de vista, no seu Estado, no seu País, no seu Partido.

E eu aprendi, conhecendo-o e privando com ele mais de perto, a reconhecer um brasileiro de valor, que tomou um verdadeiro banho de País, um verdadeiro banho de Brasil. Ele mergulhou profundamente e na prática nos problemas que ele conhecia e diagnosticava muito bem na teoria.

Portanto, desejo ao Presidente Lula que faça o governo de que o Brasil precisa. Eu lhe desejo, de coração, felicidades, sem um pinga de rancor dentro de mim, até porque essa figura não convive com a minha alma, e desejo ao Governador Alckmin que ele prossiga na sua vida pública como o homem de valor preparado que o Brasil aprendeu a respeitar.

Falando a ele sobre o meu Estado, onde ele levou, no número, uma verdadeira surra eleitoral, eu disse: “Geraldo, não sei em que as suas visitas e as suas aparições no Amazonas servirão para reverter votos. Tenho certeza de que você ganhou muito em conceito; não sei o quanto em voto, mas em conceito, sim. Ou seja, você prestou um grande serviço ao seu Partido no Estado, rompendo preconceitos, demons-

trando que você não era inimigo de Zona Franca coisa alguma, e você se submeteu ao julgamento do povo do Amazonas, como ao julgamento do povo brasileiro, de maneira altaneira, de maneira altiva.”

Assim, saí desta eleição tendo a sensação de que meu Partido foi vitorioso quando fez uma bancada expressiva de Senadores, uma bancada expressiva de Deputados, quando fortaleceu seus laços com os seus aliados, a começar pelo Partido da Frente Liberal e pelo Partido Popular Socialista. E saiu vitorioso quando elegeu Governadores que dirigirão 51% do PIB nacional, saiu vitorioso quando obteve quase 40 milhões de votos, indo ao segundo turno de uma eleição presidencial, e saiu vitorioso quando projeta para o Brasil uma figura da grandeza humana, da grandeza intelectual e da grandeza pessoal do Governador Geraldo Alckmin.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, percorri, nos últimos meses, o Brasil acompanhando esta extraordinária figura de homem público que é Geraldo Alckmin. Fomos a algumas cidades duas, três e até quatro vezes. Participamos de caminhadas, carreatas, debates. O que quero dizer a esta Casa é que, nesta campanha, tive a oportunidade de, ao participar da coordenação da candidatura de Geraldo Alckmin, conviver com um dos mais extraordinários homens públicos que o Brasil possui. Íntegro, inimigo feroz de jogadas ou de truques eleitorais que pudessem propiciar vantagens eleitorais. Geraldo Alckmin apresentou-se ao Brasil como um Governador que teve a oportunidade de fazer uma administração moderna, arrojada e, acima de tudo, íntegra no Estado de São Paulo.

O resultado das urnas de ontem não nos leva a nenhuma outra atitude a não ser a do acatamento. Eu, que, a cada quatro anos, nos últimos trinta anos, me submeto periodicamente ao exercício democrático das urnas, Senador Saturnino, tenho que a receber como uma decisão soberana e irrecorrível.

Meu caro Senador Mão Santa, falo isso em nome pessoal, estritamente pessoal, para que não alimente, nem sequer de perto, pronunciamentos que já tivemos

a oportunidade de ouvir aqui hoje com relação a temporadas extra-urnas ou terceiro turno.

Não é da índole da Oposição brasileira esse tipo de comportamento.

Eu sou, por formação, Parlamentar, exclusivamente Parlamentar e acho que o exercício exclusivo da nossa tarefa é amplo e quase infinito nas dimensões desta Casa, mas deve se encerrar aí.

A Casa tem a prerrogativa de, quando necessário, instalar CPIs, mas com atuação que se limita às suas extremidades. Recorrência a outros mecanismos não faz parte nem do meu desejo, nem tampouco, Senador Saturnino, é o que o povo brasileiro espera neste momento.

Tive a oportunidade de, durante todo esse período, debater e combater a candidatura adversária à do meu Partido e da minha coligação, com a convicção de que defendia o melhor para o meu País, de que o meu candidato apresentava as melhores propostas. Por isso, o fiz com toda a minha força e, repito, com toda a minha convicção.

O momento agora, disse bem o Senador Arthur Virgílio, é de avaliação. A Oposição brasileira comportou-se de maneira equilibrada nestes últimos quatro anos, como nunca se viu na história deste País. Nos momentos em que a própria Base do Governo questionava a política econômica e se dividia, apelando para a saída dos que faziam a política econômica no Governo, nós achamos melhor, por dever para com o Brasil, discutir mais profundamente esse episódio e adiar a agonia de um Ministro que posteriormente deixou o cargo não por questões ligadas à sua conduta como encarregado nº 1 do destino da economia brasileira.

O Presidente Lula ontem fez um discurso de pós-campanha, e quero confessar que deu ao povo brasileiro a tranqüilidade de que, passados os excessos do período eleitoral, tem como objetivo comandar um Governo que consiga recuperar o tempo perdido e, acima de tudo, recolocar o País num rumo de crescimento, que infelizmente não atingiu nos últimos quatro anos.

Senador Saturnino, tenho certeza de que Sua Excelência comandará pessoalmente entendimentos com a Oposição para o trato de uma agenda restrita ao interesse nacional e não terá muita dificuldade, o que não significa que não teremos árcios debates. O que não é possível é que se repitam os erros de um passado recente, em que uns tratavam de maneira republicana questões com setores da Oposição; e outros procuravam, por meio da cooptação, o aumento de Bancada ou de Bancadas – aumento que a história depois nos mostrou ser ilusório.

Senador Tião Viana, V. Ex^a, que me permitiu, na estréia desta Casa, tê-lo como Líder, foi um exemplo de conduta republicana no trato das questões. Se o Presidente Lula mantiver o desejo firme de dialogar com o Congresso e não lhe virar as costas, como fez nos últimos quatro anos – não só com os adversários, mas com os próprios companheiros de Base –, terá muito mais facilidades na condução desse processo. Eu não tenho disso nenhuma dúvida.

Tenho certeza de que, se verdadeira a sua inocência com relação aos fatos ocorridos nos últimos anos, ele será o primeiro a promover uma limpeza, afastando de vez, com o primeiro gesto, os aloprados que o cercam.

Seria muito bom que isso acontecesse, porque os aloprados, ao contrário, dão motivação, dão argumento e dão estímulo à Oposição. Eles só prejudicam os que o acompanham. Aí, é preciso que o Presidente escolha com muito cuidado, se verdadeira for a sua intenção de discutir de maneira republicana a condução dos destinos do País em nível de Congresso Nacional.

O Presidente Lula, Senador Roberto Saturnino, ao longo do mandato, teve um lance de grande sorte quando se livrou de José Dirceu. Não tenho nada pessoal contra o Dirceu, mas ele não era um Chefe da Casa Civil, mas, sim, um concorrente do Presidente da República. Por esse simples fato, o seu gabinete passou a ser um gerador de crise, porque havia os grupos que se instalaram no poder e que, muitas vezes, percorriam o caminho mais fácil do Gabinete Civil, mais acessível, onde os problemas eram resolvidos, poupando o Presidente não só de enfrentá-los, como, muitas vezes, segundo ele próprio diz, de tomar conhecimento do que acontecia.

Nota-se bem, e a história mostra que, após a substituição por uma técnica, no caso, a Ministra Dilma Rousseff, as coisas andaram melhor. Mas considero de fundamental importância que os dialogadores que virão para esta Casa não tenham manchas, máculas, não estejam respondendo a processos, não estejam sob suspeita de nenhuma natureza, seja do mensalão, seja do que for.

A partir do momento em que se colocar nesta Casa para dialogar pessoas envolvidas com algum tipo de processo ou de gestão naqueles fatos tristes desta legislatura que finda, Senador Tião Viana, vamos, infelizmente, começar tudo de novo.

Aliás, acho que o grande momento dos que rezam, dos que fazem profissão de fé e de humildade na vitória seria, de uma maneira espontânea, abrir mão de ambições até que os fatos se esclareçam. É preciso que as pessoas não defendam as convicções de um Governo com ataques, carregando ao lado a

mácula dos pecados cometidos e que esclarecidos não foram.

Acho eu que o Presidente Lula será, se verdadeiro for o sentido do que disse ontem, mais cauteloso nesse aspecto.

Afinal de contas, Senador Tião Viana, tivemos, num pequeno espaço de quatro anos, episódios que se repetiram e que mostram que houve um cochilo por parte da fiscalização central a respeito do que ocorria ao seu redor.

Quero dizer ao País que, em caráter pessoal, fico muito otimista com o que disse o Presidente Lula ontem. Espero que chegue à prática o seu discurso, que não foi um discurso de emoção pela vitória anunciada há poucas horas. Que seja, realmente, um discurso carregado de convicção de quem, durante quatro anos, recebeu a garantia de ter grande parcela do povo brasileiro ao seu lado, mas não tinha a mesma certeza de contar, de maneira tranqüila e segura, com os amigos que o acompanharam há tantos anos.

Senador Tião Viana, no resultado das urnas, o Brasil mostrou que pretende virar um ciclo importante da nossa história ao tirar do processo de mando no País, em diversas regiões, forças políticas que durante longo tempo se mantinham no poder por mérito, por voto, ou seja lá por que for, mas que se mantinham no poder em seus Estados, em suas regiões.

Tivemos, por desejo das urnas, esse reordenamento.

Quero, neste momento, como nordestino, dizer, do fundo do coração, que espero que esses fatos, pela primeira vez na história, tragam algum benefício concreto para o nosso Nordeste, que deixou de ser a economia forte, como foi no ciclo do açúcar, da carnaúba e do gado, para ser uma das regiões mais carentes do Brasil.

Espero que tudo aquilo que foi planejado, como a Transnordestina, o gasoduto, a recuperação das estradas e uma discussão concreta, profunda, dos destinos do rio São Francisco, seja tratado de maneira equilibrada e firme a partir de janeiro do ano que vem – não necessariamente uma transposição, que poderá ser uma consequência, mas que tem que ser iniciada pela sua revitalização.

Precisamos discutir, Senador Tião Viana, um equilíbrio tributário para esta Nação. Políticas compensatórias são necessárias, porque não adianta o fortalecimento de regiões em detrimento de outras, uma vez que não estaremos patrocinando o equilíbrio de riqueza neste País.

O Bolsa-Família, de inspiração no Governo passado e que tão bem foi continuado pelo atual Presidente, deve ser continuado, mas não como um programa de

dependência do homem ao benefício e, sim, como um processo de transição em que aquele benefício lhe é dado para que não lhe falte condições e a seus filhos de freqüentar escola, ter acesso à saúde e, acima de tudo, neste período, obter os meios de sobrevivência. Mas não como mecanismo de uma permanente dádiva do Estado, até porque estaríamos criando, com uma população crescente como a brasileira, em cerca de 10, 20 anos, uma nova previdência informal.

É preciso que tenhamos clareza e tranqüilidade para discutir questões dessa natureza agora, já sem o pavor das urnas, período em que as promessas são feitas e o seu cumprimento, geralmente, fica para depois, na base do “se der, deu”.

Senador Tião Viana, estamos e precisamos discutir a questão exatamente nos dias que antecedem a discussão de um orçamento que será fundamental para o País. Sabemos todos nós que não podemos evitar cortes de algumas despesas, remanejamento de outras e a otimização dos investimentos cujos recursos são parcos, para dotar de infra-estrutura este País. Fazendo assim, estaremos dando condições para que haja o breve retorno desse investimento e, quem sabe, o próprio Governo colha os seus frutos. Alguma coisa, Senador Tião Viana, tem de começar a ser feita.

Disse aqui – e V. Ex^a não estava – que me impressionei muito com o País que visitei, talvez, já pela quarta vez, em campanhas presidenciais. Disse a V. Ex^a certa vez que um dos Estados que me impressionou, pela surpresa, foi o Acre, que vi lá atrás sem nenhuma perspectiva. A capital tinha mau aspecto, mas vi o Estado completamente mudado, graças à continuidade administrativa de Presidentes da República que olharam para a região e que tiveram a preocupação de recuperar um Estado que foi, ao longo da história, vítima de injustiças.

Impressionei-me com o Estado do Pará, que hoje carece de muito pouca coisa para sobreviver. Não terem dado continuidade ao projeto das eclusas de Tucuruí, por exemplo, foi um desses erros – eclusas essas que tiveram seus recursos, diversas vezes, aprovados nesta Casa.

A terceira impressão excelente que trago dessa campanha é o Estado do Espírito Santo. Esse Estado, Senador Roberto Saturnino, seu vizinho, cresceu sobre a inspiração da privatização brasileira. Investimentos ali foram feitos, com a Siderúrgica de Tubarão e a Vale do Rio Doce.

A Vale do Rio do Doce saiu de uma posição acahçada, em que convivia com a má gestão e com o déficit, e, em seis anos, deu um salto, passando de um valor calculado de US\$11 bilhões para US\$70 bilhões, aumentando sua produção nacional e avançando, de

maneira corajosa, além fronteiras, para mostrar a garra e a força da mão-de-obra brasileira.

O que a Vale do Rio Doce pagou de impostos ou de dividendos ao Governo brasileiro já é três vezes mais do que o Governo recebeu no leilão. Se levarmos em conta o que o Governo brasileiro, em dez anos, teve de aportar para a Vale do Rio Doce, veremos que, definitivamente, não foi um mau negócio.

O Espírito Santo aliou a oportunidade geográfica de ter ali as instalações iniciais dessas duas empresas e, por meio de gestões competentes, recuperou-se. Essa foi a terceira grande surpresa que tive nos últimos quatro anos.

Na realidade, Senador Tião Viana, eu esperava ter tido surpresas agradáveis no meu Estado, o Piauí, pois promessas foram feitas. Minha esperança é de que todas sejam cumpridas nos próximos quatro anos, até porque o Presidente que prometeu o espetáculo do crescimento não pôde realizá-lo, tendo em vista o fato de o Governo ter-se envolvido com crise após crise, não por aspectos internacionais ou econômicos, mas pelas más companhias de que se cercou. Espero que não tenhamos a repetição desses fatos e que possamos, Senador Mão Santa, comemorar outra era para o Brasil.

Repudio – até me dá nojo – a discussão que se tenta travar aqui sobre discriminação de qualquer título: do homem a quem falta um dedo ou daquele que, por necessidades temporárias, precisa usar muleta – não é isso; do Estado pobre ser tripudiado pelo rico ou vice-versa. Para pensar bem este País, temos de pensar no seu todo e não somente em partes. O mesmo com o cidadão.

Aliás, Jânio Quadros, naqueles seus improvisos, certa vez, protestando contra frases dessa natureza, disse que aquilo era um erro até porque, se Deus quisesse que as coisas fossem diferentes no mundo, teria mandado à Terra alguns homens somente com bocas para comer e outros somente com mãos para trabalhar. Mas fez os homens iguais exatamente para que as oportunidades fossem dadas de maneira igual. Cabe a nós, representantes do povo no Congresso Nacional, contribuírmos para que esses caminhos e essas distâncias diminuam.

Por fim, Sr. Presidente, quero dar os parabéns aos Governadores de Estado que se elegeram no primeiro ou no segundo turno, tanto àqueles pelos quais eu torcia, ou por afeto, ou por amizade ou por questão partidária, quanto àqueles pelos quais eu não torcia por questões circunstanciais. Desejo que todos façam bons governos e que dêem o melhor de si pelos seus Estados e pela sua gente. Tenho certeza de que as-

sim estarão fazendo o que o Brasil precisa. E o Brasil precisa muito.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a, que me revigou aqui durante esses meses num debate pedagógico em que aprendi muito, pela sua experiência e, acima de tudo, pelo seu espírito público, sabendo compreender as circunstâncias dos debates. V. Ex^a mostra que é, acima de tudo, um Parlamentar por essência. E um Parlamentar pode ter todos os defeitos na vida, menos um: o de não gostar de debate, porque, por pior que seja, sempre nos traz lição. Espero que de lições boas o Brasil viva a partir de agora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Senador Heráclito, agradeço-lhe a referência e aproveito o ensejo para expressar o sentimento inteiramente recíproco de que os nossos debates foram efetivamente densos, oportunos e honestos. Com eles, aprendi mais do que V. Ex^a. Obrigado.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente desejo fazer uma justa saudação de reconhecimento aos Senadores Arthur Virgílio e Heráclito Fortes pelo pronunciamento elevado que fizeram nesta tarde, observando o cenário político que estamos vivendo, expondo suas responsabilidades sem abrir mão de suas convicções, de seu papel de Oposição ao Governo que hoje dirige o Brasil e que foi reeleito e, ao mesmo tempo, mantendo o campo civilizado de debate à altura da responsabilidade de homens públicos que apresentaram suas teses, suas críticas, suas observações do que ocorre na política hoje.

Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a foi um dos mais importantes escudeiros do Governo do Presidente Lula nesta Casa nesse momento difícil de eleição, em que a temperatura dos debates foi sempre muito elevada, e cumpriu também com muita grandeza e nobreza esse papel. Sem dúvida alguma, faz parte viva da memória de um partido que precisa de nova oportunidade para superar as suas falhas, as circunstâncias que levaram a uma impressão negativa da nossa história, que é tão bonita e sublime na vida democrática deste País.

Não consigo dissociar as minhas lembranças do nosso Partido, o PT, da origem no movimento sindical, no movimento operário brasileiro e no movimento estudantil. E naquele ginásio de São Bernardo do Campo com o operariado, no momento em que Lula cantava o Hino Nacional, eu olhava para um amanhã da Nação brasileira mais justo e mais verdadeiro. Construímos isso a muitas mãos, dos intelectuais aos operários da

mão calejada, ao camponês, o que, para nós, foi algo muito precioso. Por isso, tivemos força para enfrentar as dificuldades, os tormentos que essas crises políticas sucessivas trouxeram a todos.

Fiquei muito emocionado de ver ontem a grandeza do Presidente Lula, um homem de Estado, ao reconhecer a sua condição de Presidente reeleito com votos nunca alcançados na história democrática brasileira e na história mundial, em termos de votos. E, ao mesmo tempo, a sua humildade ao dizer que o tempo trouxe mais amadurecimento, capacidade de prevenção de erros do Governo que estará sob o seu comando, e a certeza de que os acertos poderão ser amplificados, intensamente tratados, para que este País corresponda à expectativa de toda a sociedade, de todos os partidos, de todas as instituições.

Então é um belo momento que estamos vivendo, ou seja, um horizonte de convergência da relação institucional entre os partidos políticos, entre as lideranças desta Casa, que sempre foram merecedoras do mais alto respeito na história democrática que nós construímos a partir da recuperação das liberdades democráticas do povo brasileiro. Agora temos a oportunidade de achar o ponto de equilíbrio, de achar a frequência adequada para uma relação de independência, de personalidade política, de responsabilidade social e, ao mesmo tempo, de compreensão do momento histórico no qual vivemos. O mais importante é que posamos nos libertar daquele ambiente de maniqueísmo intenso e voraz em que vivemos, onde quem defendia uma tese era do mal e quem a atacava era do bem ou vice-versa. Isso nunca fez bem a ninguém. Setores formadores de opinião chegaram a imaginar que o alimento único do cotidiano da sociedade brasileira seria a denúncia, a denúncia, a denúncia. O Brasil tem tido tantas experiências promissoras, tantas experiências que o engrandecem como Nação que deveríamos estar mais desarmados em termos de espírito político, em termos de aparição no grande debate com a sociedade. Mas, agora, vivemos essa oportunidade.

Se tivermos a humildade demonstrada ontem pelo Presidente Lula como uma regra de governo, como uma regra dos partidos políticos que o apóiam, eu não tenho dúvidas de que lograremos êxito no novo pacto de relação com a Oposição brasileira. Nessa hora é muito melhor que não se olhe para vencedores nem para vencidos, mas que se olhe para a nova geografia política e partidária que vive o País. Houve um realinhamento dos espaços de poder no Brasil, com a substituição, às vezes, da tradição política partidária em alguns Estados. Isso não deve ser motivo de ufanismo para ninguém, não deve entusiasmar a ponto de se perder a humildade, a serenidade e o compromisso

político. Eu vejo o realinhamento do PMDB, do nosso amigo Senador Mão Santa; do PSDB, do PT, do PFL, do PSB e dos partidos que fazem parte das grandes decisões da política brasileira. Esse novo desenho da geografia política do nosso País vai permitir um novo olhar para a relação institucional, para o debate e os compromissos que temos.

Temos agora, de imediato, o desafio de uma agenda mínima. O Senador Arthur Virgílio entrou, de maneira muito ampla, nesse debate e nesses desafios postos. Temos agora a Lei da Micro e Pequena Empresa, que é a afirmação de uma renúncia de R\$7 bilhões por parte da União, que implicará em alguma renúncia para o Brasil, mas isso terá um impacto extraordinário na vida previdenciária deste País, terá um impacto extraordinário ao colocar na legalidade, à luz do dia, a micro e a pequena empresa no Brasil. Os Estados têm a maturidade suficiente para tratar desse tema. Essa matéria, não tenho dúvida, irá impedir vícios que venham a se repetir, com Refis e mais Refis, como o esparadrapo que cobre a ferida de uma política tributária inadequada e injusta no Brasil.

A LDO ainda está pendente, assim como o Orçamento Geral da União, e observamos que essas duas instâncias do Congresso Nacional estão condenadas. A LDO merece um questionamento e uma revisão profunda; o Orçamento Geral da União, no seu modo de funcionar e no seu modo de seguir a regra do financiamento público, está condenado também. Cabe ao Congresso Nacional uma modificação autônoma em sintonia, em diálogo com o Governo Federal. O Presidente Lula, na sua condição de estadista, disse: eu assumo a responsabilidade de procurar todos os partidos políticos para estabelecer um canal de diálogo e de repactuação dos compromissos que temos entre Governo e partidos, Congresso Nacional e sociedade. Esse foi um gesto da maior grandeza que ele teve ontem, na hora da comemoração da sua vitória.

Esse debate está posto. Temos aí o desafio do suporte energético para o crescimento tão propalado, tão esperado dos 5%. Nós conseguimos uma integração da energia brasileira para compensação dos déficits agudos, que ameaçavam provocar apagões, mas temos o dever da expansão dos milhões e milhões de *watts* que vamos ter como suporte para o crescimento econômico brasileiro. Nós temos que garantir a superação das dificuldades da agricultura e do agronegócio brasileiro. Temos o dever de trabalhar de maneira muito mais elevada esses temas.

No que diz respeito à saúde, não temos como negar que saímos de um custo, para a União, de R\$28 bilhões, no Governo anterior, para R\$45 bilhões agora. Sabemos que não foi regulamentada a Emenda 29, que

é fundamental para a reordenação do financiamento do sistema de saúde brasileiro. Senão nós não vamos achar a equação que garanta a governabilidade de um sistema mais inteligente, mais aberto e com mais sintonia com a sociedade brasileira.

Hoje, Senador Mão Santa, este País tem programa para toda e qualquer doença que possa atingir dez, vinte mil pessoas por ano, mas para as doenças que mais matam no Brasil, as cardiovasculares, ainda não existe um programa de saúde pública no Ministério, porque estamos acanhados em uma política de cobrir as despesas e não temos a repactuação. A regulamentação da Emenda 29 será fundamental. Falta uma batalha sanitária que envolva um conceito de saneamento básico e funcionamento do aparelho de saúde que temos dentro do Município e do Estado.

Temos o dever do cumprimento de metas a curto, a médio e a longo prazo neste País, para sair do debate da crise de “a” ou “b”, de um hospital ou de outro. Estamos esperando esse debate.

Ontem o ex-Ministro Paulo Renato, falando sobre a educação, disse que o Governo atual foi mal nessa área porque a curva da repetência, que era de 17%, subiu para 18%. Ele disse que a culpa era de um governo que reprovava alunos, que os deixava numa situação de impasse, de pouco acesso à escola, quando sabemos que não é isso. Se o Governo quisesse trabalhar para receber elogio, bastaria não ter permitido que alguns alunos repetissem, mas há imposição de zelar pela qualidade do ensino, para que ela se torne mais adequada, mais justa, à altura do dever do Estado de oferecer à juventude brasileira o acesso ao conhecimento.

O Governo gerou seis mil oportunidades de contratação de professores, abriu as universidades federais, estendeu **campi** universitários, enfim, fez muito pela educação, mas ainda tem muito a fazer.

Então, é hora de debater os problemas brasileiros com a devida temperança, com o devido reconhecimento de todas as partes.

Estamos prontos para viver esse momento, ouvindo discursos como o do Senador Heráclito Fortes, o do Senador Arthur Virgílio e um discurso de reconhecimento das virtudes, como fez com muita grandeza a minha Líder, Senadora Ideli Salvatti.

Então, estou muito otimista com esse momento. A vitória do Presidente Lula sinaliza um grito de expectativa muito grande das regiões mais sofridas e abandonadas da história política brasileira, do financiamento público, do financiamento da sociedade, que são o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste. Houve um grito de expectativa de que as desigualdades regionais sejam parte, de fato, de uma diretriz sustentada do Governo

Federal. Temos a oportunidade de viver esse momento. Há um grito, apresentado pelos representantes de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio de Janeiro perante a sociedade e a opinião pública brasileira, anunciando um novo momento da vida nacional.

Então, este Governo, que começa completamente novo, renovado em si, terá grande oportunidade de fazer muito pelo País, se mantiver a serenidade e a humildade como grandes guias de uma nova etapa da vida institucional do País.

Eu tenho a melhor das expectativas, a maior confiança na grandeza e na autoridade que tem o Presidente Lula. Ontem, um jornalista de **O Estado de S. Paulo** me perguntou se foram vencedores aqueles que dissiparam o poder do partido de São Paulo e tornaram o partido representado em sua geografia mais plena no País, e eu respondi que não. Eu disse que quem ganhou foi Lula por Lula, com a força dos movimentos sociais. Hoje, o Presidente Lula tem a sustentação efetiva dos movimentos sociais. Pode fazer um extraordinário governo, mas não o fará se não tiver a sustentação da instituição partidária, tão viva e tão presente no Congresso Nacional.

Esse elo de equilíbrio e de uma nova relação da vida política brasileira, eu tenho a certeza de que ele está preparado para fazê-lo. E nós vamos saber ajudá-lo, com a humildade e a resignação que temos como apoiadores de um Governo que merece fazer muito mais pelo Brasil.

Concedo um aparte à minha Líder e admirável amiga, Senadora Ideli Salvatti, que tanto lutou e resistiu às adversidades do cotidiano da política de um Governo que foi minoritário no Senado e que enfrentou tantas crises difíceis.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Tião Viana, em primeiro lugar, estou positivamente surpreendida pelo clima desta segunda-feira. Quando eu estava me preparando para ir à tribuna, recebi várias recomendações: extravase a sua alegria porque é necessário fazê-lo, mas faça com a dignidade mantida e o nível de respeito necessário para que as pontes sejam restabelecidas. Fiquei recompensada pelos discursos que se seguiram, tanto do Senador Arthur Virgílio quanto do Senador Heráclito Fortes. Esperamos que aquele que acabou sendo o *slogan* que pegou na massa – “deixa o homem trabalhar” – também sirva para nós no sentido de que o Congresso e o Senado trabalhem em todos os aspectos que são da nossa competência, que é o da fiscalização e aprovação de matérias necessárias para o desenvolvimento. Fiquei extremamente feliz e satisfeita porque não deixaram de reproduzir as críticas e os questionamentos, mas, tanto no Senador Arthur Virgílio quanto no Senador

Heráclito Fortes, eu percebi disposição de trazer os temas que vão necessitar do aprofundamento e da dedicação para que atendamos ao apelo que veio das urnas, que é a exigência do trabalho. Que efetivamente aproveitemos o processo eleitoral para fazer com que o País avance, caminhe e vá efetivamente ao encontro do seu destino. E o destino do Brasil as urnas também apontam: é um destino de justiça social, de inclusão das parcelas significativas que, ao longo da História do Brasil, foram sendo excluídas social e culturalmente, ou de tantas formas, como infelizmente se nutrem a desigualdade e o preconceito no nosso País. Então, fico muito feliz com o clima político. Eu estava com muita vontade de comemorar, mas comemorar de forma respeitosa, tendo a responsabilidade que nos cabe, neste momento, de fazer com que tudo isso caminhe para o bem do povo brasileiro, até porque é ele que nos coloca aqui e é a ele que nós temos de prestar contas depois, quando nos submetermos... V. Ex^a se submeteu às urnas e saiu profundamente vitorioso. Eu, talvez, daqui a quatro anos, se sobreviver a tudo isso aqui, também me submeto às urnas. Mas acho que é essa a tarefa de todos nós. E estou gostando muito do clima sangue doce que está hoje no Senado da República. Espero que ele se prolongue. Estou bastante faceira e feliz com o clima.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a, que só engrandece o meu pronunciamento. V. Ex^a fala desse foco definitivo na vida, na condição de homem público, de dirigente partidário e de Presidente da República, que foi de o Presidente Lula ter para a luta social deste País, para os indicadores sociais – e isso é algo muito precioso para nós do PT. É justo que se questione também se o melhor caminho é uma política de proteção social do porte que tem o nosso Governo hoje. Saímos de um justo investimento, nessa área, de seis bilhões por ano no Governo do Presidente Fernando Henrique e avançamos para 23 bilhões. Isso poderia trazer um questionamento se outros caminhos não seriam mais adequados, mas me vêm logo os números, Sr. Presidente.

Está lá, no semi-árido nordestino, numa região de 11 Estados envolvidos: temos uma redução da subnutrição grave de 56% para 6%, em razão das políticas sociais. Então, quem olha uma criança subnutrida, que tem aquele olhar triste por não ter um jantar ou um copo de leite na mesa, entende a dimensão de um programa social como o do Governo do Presidente Lula.

É claro que queremos que o Brasil corra para o crescimento, mas esse processo de distribuição de inclusão social é um dos mais fantásticos fenômenos da vida social brasileira e das políticas públicas. Acho

que temos muito que aprender com isso e compreender melhor a dimensão desse tipo de ação.

Quando olho para o Uni, também na luta contra a discriminação, acolhendo pessoas excluídas, com mais de 250 mil vagas e abrindo a perspectiva de mais 300 mil vagas para jovens carentes nas universidades brasileiras, que jamais chegariam a uma universidade pública, pelas condições sociais que estavam vivendo de pouco acesso a uma boa formação preparatória do vestibular, fico muito entusiasmado e reconhecido pelo trabalho que tem o Governo do Presidente Lula e os seus Ministros.

Então, acredito que vivemos essa oportunidade. Não estamos, com isso, querendo dizer que estamos abrindo mão de uma apuração justa e correta, com a autoridade moral, de todo e qualquer desvio que tenha sido praticado e que esteja pendente. É mais do que necessário o compromisso da apuração justa. Agora, não devemos imaginar que só de denúncia, que só de confronto, como se um fosse o bem e o outro o mal, viverá o Parlamento brasileiro. Temos responsabilidades muito maiores do que esse duelo do bem contra o mal, que é um duelo pequeno, na verdade.

Antes de encerrar, concedo um aparte ao meu amigo, o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero saudar, Senador Tião Viana, o pronunciamento de V. Ex^a, analisando a vitória tão expressiva do Presidente Lula, ontem – praticamente 61% dos votos –, com 58 milhões de votos dos brasileiros, o que correspondeu à extraordinária empatia do Presidente Lula com o povo brasileiro. Quero também cumprimentar V. Ex^a e o Partido dos Trabalhadores no Acre, que conseguiu algo que V. Ex^a dizia para mim na semana passada, quando eu lhe perguntei a respeito do que tinha ocorrido, afinal, no Acre e V. Ex^a me disse que, muito provavelmente, o Presidente Lula ganharia, no segundo turno, no Acre. Certamente, isso se deveu ao esforço de V. Ex^a e do Governador Jorge Viana, assim como do Governador eleito, Binho Marques, e da Senadora e Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Então, cumprimento V. Ex^a por ter conseguido um resultado também positivo para o Presidente Lula no seu Estado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a, Senador Suplicy, que é merecedor de ampla oportunidade para contribuir com esse debate entre Governo e partidos políticos, de Oposição ou não. Sei que os temas economia, crescimento econômico e políticas sociais constituem um desafio que teremos para frente e sei da autoridade que tem V. Ex^a nesses campos.

Quando ouço V. Ex^a e vejo as análises desses temas da vida social brasileira, vem logo à minha

lembrança o Índice de Gini, que prova que estamos desconcentrando as riquezas no Brasil. Quando olho sete milhões de brasileiros saindo da pobreza e sendo incluídos como classe média, como isso me dá esperança no futuro deste País! É claro que isso não ocorrerá sem uma visão de economia muito mais ampla que envolva da microeconomia a todo o processo de financiamento dos organismos nacionais e internacionais, a todo o processo de expansão socioeconômica que o Brasil tanto espera do Governo e, sobretudo, da sociedade.

Sr. Presidente, encerro com muito respeito aos dirigentes políticos do Congresso Nacional. O Senador Aloízio Mercadante muito em breve estará ao nosso lado contribuindo, como Líder que é do Governo. Tenho certeza de que os Senadores da Oposição da grandeza dos Senadores Arthur Virgílio, Heráclito Fortes, Antonio Carlos Magalhães, Mão Santa, Alvaro Dias e todos que marcaram posições muito firmes e bem representadas estarão prontos para este novo momento da vida nacional, que é o início de um novo governo, o início de uma nova etapa das relações partidárias, da composição e da representação política no Congresso Nacional.

Só desejo muito êxito para todos nós neste momento de exigência da sociedade de uma nova regra de procedimentos e convivência institucional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino Braga, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero saudar aqui o extraordinário momento vivido pelo Brasil, em que tivemos uma eleição tranqüila, um comparecimento extraordinário nas urnas. Quero cumprimentar a Justiça Eleitoral por ter realizado um procedimento de apuração extremamente rápido e tranqüilo.

O Presidente Lula, ontem, ressaltou que, por volta das 21 horas, já estavam os resultados praticamente completos, de tal forma que pudemos ter um exemplo do desenvolvimento tecnológico brasileiro; mas, sobretudo, creio que o povo brasileiro pôde viver, nessas eleições, tanto no primeiro quanto no segundo turno, a possibilidade de escolher muito bem o seu Presidente da República, seja porque houve a realização de debates no primeiro turno, seja porque, no segundo turno, tivemos, entre 1º de outubro e 29 de outubro, a realização de quatro debates pelos meios de comunicação – a Bandeirantes, o SBT, a Record e a Rede Globo.

Foi positiva a decisão do Presidente de participar dos debates, o que deu um novo alento.

Em que pese os momentos tensos, em que ambos os candidatos, Geraldo Alckmin e Luiz Inácio Lula da Silva, se defrontaram com muita assertividade, de forma incisiva, nos primeiros momentos, sobretudo na TV Bandeirantes, avaliei que tinha Geraldo Alckmin sido um pouco ofensivo, quando se serviu de adjetivos que nem sempre eram os melhores, o que acabou não sendo bom para ele. Mas quero cumprimentá-lo pela maneira altiva como ontem cumprimentou o Presidente Lula, reconhecendo o resultado consagrador para a democracia brasileira, em que o Presidente Lula sagrou-se vencedor com cerca de 58 milhões de votos, 60,8% dos votos **versus** um resultado também importante que Geraldo Alckmin teve, com 39,2% dos votos, cerca de 37,5%.

Com esse resultado, que faz do Presidente Lula o Presidente eleito no sistema democrático de qualquer país do mundo com o maior número de eleitores, isso é algo alvissareiro.

Saúdo a atitude do Presidente Lula, ontem, no seu pronunciamento, quando se mostrou com a vontade de dialogar com todos os segmentos da Nação, com os principais líderes da Oposição, sem veto a qualquer dos senadores ou deputados federais. Acredito, portanto, Senador Mão Santa, Senador Heráclito Fortes, Senadores que aqui têm feito oposição ao Presidente Lula estarão, certamente, contribuindo com as suas proposições em diálogos diretos que o Presidente e seus ministros vão realizar.

É importante o Presidente Lula, à luz das experiências havidas nesse primeiro quadriênio, tomar algumas medidas, como a que anunciou ontem, de realizar mais entrevistas coletivas com a imprensa, prática que iniciou ontem mesmo, mas anunciando-a como algo regular que fará, diferentemente do primeiro mandato em que realizou poucas entrevistas coletivas. Também avalio importante que ele tenha um diálogo mais significativo com o Congresso Nacional, o que será muito positivo.

Sr. Presidente, quero informar que seguirei amanhã para a África do Sul, onde, nos dias 2, 3 e 4, participarei do XI Congresso da *Basic Income Earth Network* – *BIEN* ou Rede Mundial da Renda Básica, que terá a participação de economistas, sociológicos, cientistas sociais e filósofos dos cinco continentes e que, por três dias, discutirá o tema “O universalismo fortalece o desenvolvimento”.

Lá pronunciarei uma palestra sobre os obstáculos orçamentários e as dificuldades políticas para a instituição da renda básica de cidadania, mas, ao mesmo tempo, colocando a perspectiva da transição

do Programa Bolsa-Família para a renda básica de cidadania no Brasil.

Guy Standing – que, comigo, é também o *Co-Chair*, o Co-Presidente da Rede Mundial da Renda Básica – e eu enviamos uma carta ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que ele enviasse uma mensagem oficial ao XI Congresso Internacional da Rede Mundial da Renda Básica. Tendo o Presidente Lula encaminhado a mensagem, gostaria de lê-la, Sr. Presidente Roberto Saturnino.

Esta é a mensagem:

”Senhoras e senhores,

Dirijo-me aos participantes do XI Congresso Internacional da Rede Mundial da Renda Básica para saudá-los em meu nome, no do Governo e do povo brasileiro.

Considero da maior relevância a realização de encontros como este, pois eles discutem uma das questões que devem ser prioritárias na agenda dos governantes de todos os países: a eliminação total da fome e da miséria no planeta. É inadmissível que ainda subsista o flagelo da fome, considerados todos os recursos naturais de que dispomos e a produção alimentícia industrial no mundo. Por isso, são muito louváveis discussões com as que se travarão neste conclave, que por certo inspirarão dirigentes políticos a adotarem medidas que sintonizem com as resoluções de dele sairão.

Em toda a minha trajetória política, acompanhou-me a idéia fixa do direito que todos os cidadãos têm de fazer pelo menos três refeições diárias. Eu tomava por base o meu próprio País, o Brasil, onde havia grande contingente de habitantes desnutridos por não conseguirem se alimentar adequadamente ou simplesmente não conseguirem se alimentar sequer uma vez ao dia com regularidade. Isso não podia continuar, e atingir aquela meta foi um dos motores que impulsionaram minha luta obstinada para chegar à Presidência da República Federativa do Brasil.

Alçado ao poder pela vontade da ampla maioria do nosso povo, imediatamente lancei-me à tarefa de institucionalizar a garantia de renda mínima que possibilitasse às famílias poder se alimentar devidamente. Assim, finalmente, em janeiro de 2004, depois de aprovação pelo Parlamento brasileiro, aquela garantia passou a ter **status** legal com vigor a partir de 2005. Entretanto, não esperei pela oficialização da renda mínima: já no início da

nossa administração, em 2003, criamos o programa ‘Fome Zero’; na verdade, conjunto de programas que visavam melhorar a condição de vida das pessoas, especialmente dos milhões de necessitados. Um desses programas denominou-se ‘Bolsa-Família’, que pretendia proporcionar auxílio mensal em dinheiro para famílias pobres a fim de complementar-lhes a renda e assim garantir a seus membros alimentação apropriada e o atendimento às necessidades básicas. Esse benefício exigia algumas contrapartidas, como a presença das crianças na escola.

Passados quase quatro anos do funcionamento do ‘Bolsa-Família’, o que vemos, com muita alegria, é a redução dos níveis de miséria e a melhora da condição de vida das famílias, a ponto de milhares delas ascenderem à classe média. A renda mensal dos beneficiários do programa aumentou em 21%. É o que revela a pesquisa feita no final de 2005. O levantamento mostra que 61,7% dos adultos e 66% das crianças que participam do programa fazem três ou mais refeições todos os dias. Finalmente! Como não poderia deixar de ser, as famílias avaliaram positivamente o programa.

Estudos anteriores revelaram que o ‘Bolsa-Família’ tem impacto positivo também na renda dos municípios brasileiros. Segundo a pesquisa, em algumas localidades, o programa chega a representar mais de 40% do total da renda municipal. As economias das pequenas cidades foram dinamizadas, pois os produtos consumidos pelas famílias são adquiridos predominantemente no comércio local.

Não me considero totalmente satisfeito, porém. Há ainda muito que fazer para atingir a meta ambiciosa - que continuamos perseguindo - de erradicar a fome no Brasil. Contudo, entendo estarmos no caminho certo. Juntamente com outras ações governamentais e de organizações privadas que têm implementado projetos geradores de renda, acreditamos poder avançar ainda mais na direção do nosso objetivo final.

Desejo aos participantes deste encontro trabalhos muito produtivos, ao final dos quais certamente emergirão propostas que contribuirão efetivamente para a diminuição, a mais acentuada possível, da pobreza na Terra.

Recebam todos meu fraternal abraço”.

Quero agradecer ao Presidente Lula essa mensagem, que terei a honra de ler na Cidade do Cabo, por ocasião desse congresso.

Sr. Presidente, apresentei um requerimento, cuja justificativa eu gostaria de poder ler na tarde de hoje, referente aos 100 anos do vôo do 14-Bis, de Santos Dumont, mas creio que será mais apropriado aguardar os demais oradores para ler a matéria e tratar deste assunto na oportunidade devida, quando for lido o requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Mesa agradece a compreensão do Senador e concede a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Saturnino Braga, que preside esta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiros presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, pudemos fazer nossas as palavras do Apóstolo Paulo: “Percorri meus caminhos, guardei minha fé e combati o bom combate”.

Combatemos o bom combate nesta democracia que entendo ter sido a maior construção do povo. Todavia, a democracia, Senador Wellington Salgado de Oliveira, Líder do PMDB nesta Casa e representante da tradição política de Minas Gerais, tem duas pernas para poder andar e foi a maior conquista da humanidade. Quem é maioria vence, governa. E a minoria tem o dever e a obrigação de ser Oposição. Orgulhosamente, estamos nessa Oposição sem a qual a democracia entra em derrocada.

Bastaria dizer às brasileiras e aos brasileiros que, nesta Casa, de 180 anos, o maior Senador foi o baiano Rui Barbosa. Senador Wellington Salgado, em Minas tivemos grandes Senadores, mas o baiano Rui Barbosa – ali está o seu busto – teve 32 anos de Senado.

Senador Suplicy, tivemos a presença de Rui Barbosa na libertação dos escravos, na República e na primeira Constituição republicana, quase toda inspirada por ele. Mas, Senador Saturnino, nesses 32 anos, ele esteve com Deodoro e com Floriano. Quando percebeu que os militares, pais das Repúblicas, queriam ter uma continuação, ele disse: “Estou fora.” Foram oferecer-lhe, Senador Saturnino. Atentai bem! Esses que nunca antes haviam colocado esta Casa numa situação tão feia e tão ruim, em 180 anos.

Senador Saturnino, quero passar a V. Ex^a o pior momento desta campanha política. Todos os momentos em que acompanhei Geraldo Alckmin engrandeceram a mim e ao País. Ali está um homem de bem, um homem que seguiu a hierarquia do saber político,

um homem decente, ético. O pior momento foi quando, no comitê, me mostraram uma pesquisa sobre o povo brasileiro. Atentai bem! Senador Roberto Saturnino, quem é o responsável por isso? Só cinco por cento dos brasileiros – nas galerias há uns cem – acreditam no político brasileiro. Atentai à gravidade! Fiquei tão perplexo; deveria ter trazido a pesquisa. Li no comitê de Brasília: de 100 brasileiros, só cinco acreditam nos políticos. Pensam que são todos ladrões. De cem pessoas do povo, 95 pensam assim. Como é que se vai pinçar um aqui, outro acolá?

Nunca antes. E a Oposição está aqui para dar esse ensinamento de ética, de corrupção. Estão entendendo errado o jogo. Não somos só nós não. A democracia tem outras pernas, assim cai. Tem o Poder Executivo, que acabou de conquistar, pela segunda vez, o Presidente Lula, mas tem o Poder Judiciário.

Atentai bem! Senador Saturnino, V. Ex^a foi um dos mais ferozes opositores. Sei que V. Ex^a está com o Governo, mas V. Ex^a engrandeceu esta Casa e a República como homem de Oposição, assim como Rui Barbosa. Ele perdeu as eleições duas vezes.

Pergunto às brasileiras e aos brasileiros... Ó Suplicy, pode perguntar a qualquer criança, ninguém sabe o nome, esqueceram todos. Rui Barbosa não chegou à Presidência. Por duas vezes ele perdeu a eleição, mas não perdeu a vergonha e a dignidade. E ele, ó Senador Suplicy, deu um ensinamento ao PT: só há um caminho, a lei e a salvação. Então, esse jogo tem o negócio da lei e da salvação.

Nós estamos aqui na Oposição e vamos ser firmes como o apóstolo Paulo, que disse: “Combati o bom combate.” Não vamos permitir esse negócio de porque ganhou ficará na impunidade. Não, aqueles que tiveram culpa, aqueles, que são muitos, muitos como nunca dantes, roubaram e saquearam este País. Este Congresso só tem 5% de credibilidade. Eles têm que ser punidos. Atentai bem! Rui Barbosa foi e acabou com a brincadeira. A lei é o caminho e a salvação.

Está aí o Dr. Marco Aurélio. E acho que baixou o espírito de Rui Barbosa nele. Novo, cheio de vida, ele disse: “Não... Os processo continuam”.

Vi sacarem daqui um Senador porque diziam que ele gastou R\$20,00 numa eleição. Vi outros condenados porque deram remédios. Sacaram daqui o Capiberibe – atentai bem, Senador Saturnino Braga! Dizem que foram R\$20,00. E ele foi tirado, cassado.

Agora os processos continuam. A Oposição vai viver o que Rui Barbosa, o Patrono do Congresso, ensinou. Só há um caminho: a lei e a Justiça. Daqueles que foram contra a lei, daqueles que desrespeitaram a Justiça nós vamos exigir a punição.

Senador Saturnino, V. Ex^a, que foi um getulista entusiasmado, deve lembrar-se de que Getúlio Vargas, em 18 de agosto – ele morreu em 24 –, foi recebido em Minas, Estado do Senador Wellington Salgado, por Juscelino Kubitschek. Ele pernito lá, e o DIP – Departamento de Informação Pública –, que era a mídia, dizia que não tinha havido nada, que aquilo era história da Oposição.

No Congresso, Senador Heráclito Fortes, Afonso Arinos bradava: “É mentira o órfão? É mentira a viúva? É mentira esse mar de lama?” Esse discurso do opositor Afonso Arinos fez com que Getúlio reconhecesse que estava envolvido por um mar de lama, e ele achou a saída honrosa do suicídio. Com toda certeza, ele está no céu, porque foi um homem bom, trabalhador, correto, justo. Creio que somos julgados por toda uma vida e não por instantes.

Senador Saturnino, somos Oposição e queremos dizer aqui que temos a nossa missão. Essa Oposição deve fazer renascer neste País, Senador Wellington Salgado, a ética, a decência, a dignidade e as virtudes.

O chefe do meu Partido, Ulysses, amigo íntimo do Senador Heráclito, dizia: “A corrupção é o cupim que destrói a democracia”.

Nós entendemos que a vitória, na democracia, é da maioria que governa. A maioria domina, respeitando a minoria, respeitando a Oposição. E é isso o que vamos fazer, cobrando da Oposição, fiscalizando.

Heráclito Fortes, quero que V. Ex^a se lembre do porto de Luís Correia, que foi prometido. Em quatro anos, nada! Quero que V. Ex^a se lembre de como enganaram Alberto Silva. Disseram que os trilhos iam funcionar, que o trem funcionaria em Teresina, Parnaíba e Luís Correia em sessenta dias. Aproveitaram-se da idade de Alberto Silva! Em sessenta dias, o trem estaria funcionando! Oh, Saturnino, não é assim... Nós temos que combater a mentira, a corrupção, a indignidade, a farsa. É isso.

Senador Heráclito, testemunhe para o Líder do PMDB, tenha a coragem daquele povo do **Libertas Quae Seras Tamem** e não deixe o seu Partido fugir da verdade. Nós ouvimos lá dizerem que vão construir cinco hidroelétricas no rio Parnaíba. Oh, Saturnino... Cinco hidroelétricas!

Senador Wellington Salgado, V. Ex^a é de Minas, onde começou a história da verdade, da liberdade, seguida pelos gaúchos, pelos farroupilhas, pelos piauienses na Batalha do Genipapo, expulsando os portugueses. Mas cinco hidrelétricas?

Ouvimos o Presidente da República dizer que iam fazer parceria com o prefeito para fazer funcionar o pronto-socorro municipal de Teresina. Senador Heráclito Fortes, ouvimos o Presidente da República, com um governador do PT, dizer que faria uma ponte em homenagem ao sesquicentenário de Teresina. Meu amigo Saturnino Braga, gostava mais de V. Ex^a na Oposição, brigando com Brossard – brigou por quem seria o líder da Oposição e do PMDB e dobrava os homens. Que tempo bom! Então, sou aquele... Baixou o espírito de Brossard, baixou o de Saturnino, de legalidade, de fidelidade à democracia. Mas ouvi o Presidente dizer que ia fazer a ponte, com o governador, com o prefeito. Senador Wellington Dias, ou melhor, Wellington Salgado – é que o assunto compete a ele, ao governador, com todo o respeito; foi até a divina providência me fez dizer o nome dele... Senador, Teresina passou dos 150 anos, fez 151, 152, 153, já está com 154 anos, e a ponte do sesquicentenário está lá, estamos com essa mentira.

ATranscerrado, a Transnordestina, os vôos internacionais, tudo... Não somos contra; esperamos e queremos apenas que se cumpra! Porque o Piauí... De uma coisa tenham certeza: não vão me comprar.

Senador Wellington Salgado, atentai bem! Ontem, vi o Jefferson. É do seu Estado o Roberto Jefferson, não é? Ele falou em uma entrevista algo que temos de aproveitar. Ele deu uma grande contribuição. Ele já foi ao Piauí, à minha cidade, quando era aliado do PT, fazer campanha contra mim e contra meu filho, mas ele disse uma verdade. Senador Wellington, V. Ex^a tem uma destinação: esse grande Partido. E V. Ex^a pode unir, é um dos poucos que pode unir. É difícil... Quando éramos 22, chegamos a somar aqui, e havia dez que queriam derrubar o Suassuna. Mas V. Ex^a pode unir todos. Atentai bem ao que disse Roberto Jefferson. Ele disse, Senador Saturnino, que a malandragem começa nessa troca de Partido. Senador Suplicy, Roberto Jefferson disse que a malandragem aqui começa nesse negócio de troca de Partido. Quando um sujeito vai trocar de partido, ele já recebe – ele disse – R\$300 mil à vista e, depois, não sei quantos DAS. Essas coisas têm de acabar. Temos de tirar esse conceito do povo brasileiro, pois só 5% dos brasileiros acreditam que os políticos são honrados e decentes.

Por essa mesma pesquisa, Senador Eduardo Suplicy, somente 30% dos brasileiros acreditam no Poder Judiciário. Que vergonha! Eu não fiquei tão complexo porque sou médico e o povo brasileiro, nessa

pesquisa, foi reconhecedor e generoso com a classe médica, dando-lhe alta credibilidade. De 100 brasileiros e brasileiras, 95 acham que todo o político é ladrão. Quem é o culpado por isso? A impunidade. Reconhecer que o meu adversário, que o Lula ganhou do nosso extraordinário homem de bem, símbolo das virtudes, da hierarquia do saber, isso nós reconhecemos, pois a urna o consagrou, mas afastar a nossa luta contra a impunidade, jamais! Aqueles 40 bandidos indiciados, as más companhias... Não tem razão de ser.

Ó Deus, feche este Congresso, pois é melhor do que permanecermos com esse conceito perante o povo brasileiro. De cada 100 brasileiros, 95 não acreditam nos políticos. E não foi para isso que V. Ex^a, Senador Roberto Saturnino, assumiu a presidência. Tantos anos de luta, de vida, de “getulismo”, como Prefeito do Rio de Janeiro, de debates com o Brossard para fazer renascer a democracia... Tanta luta para, orgulhosamente, poder dizer aos seus filhos, à sua esposa, aos seus netos que foi um político. Hoje, V. Ex^a não pode dizer isso, porque somente cinco em cada cem brasileiros acreditam nos políticos. É disso que não vamos abrir mão.

Mas quero prestar aqui minha contribuição. Eu queria que o Tião Viana estivesse aqui, mas vejo a Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti.

Senadora Ideli, sobre a verdade, não aprendi que a mentira repetida várias vezes se torna verdade com o Duda Mendonça, mas com Goebbels, chefe da propaganda de Hitler. E aprendi com o caboclo do Piauí que é mais fácil, Heráclito, tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade. E a verdade sobre saúde está aqui.

Eu queria passar este artigo ao Tião Viana, que até poderia ser o Ministro da Saúde, pois é um homem com virtudes, que tem sensibilidade política, tem saber médico. Nada melhor do que isso, Senador Roberto Saturnino. É um trabalho elaborado por José Aristodemo Pinotti, 71 anos, um dos homens mais respeitados da ciência médica.

Senador Wellington Salgado de Oliveira, fui ao Rio de Janeiro representando esta Casa para ver a entidade mais antiga de ciências médicas na área de saúde outorgar o maior título ao Pinotti. Então, ele é reconhecido nacionalmente como um dos maiores luminares da Medicina.

Está aqui uma análise que quero ler para contribuir naquilo que entendemos. Senador Eduardo Suplicy, mais importante do que o seu Bolsa-Família é o saber.

A Organização Mundial de Saúde diz que saúde não é apenas ausência de enfermidade, mas o mais completo bem-estar físico, mental e social. Daí aceitarmos que temos obrigação de combater a miséria e a fome. Entendeu, Senador Eduardo Suplicy? Bem-estar social é combater a miséria e a fome. É o que prega a Organização Mundial de Saúde. Daí muitos médicos entrarem na política, porque estão promovendo a saúde quando buscam a melhoria social.

Ouçam o que diz José Aristodemo Pinotti, que é médico e Deputado Federal. Ouçam com frieza sua análise. Ele é da Oposição, é uma contribuição da Oposição que trago aqui ao Governo que vai se iniciar.

Com a troca de três ministros em quatro anos, a saúde se tornou caótica. Faltam acesso e acolhimento nos hospitais públicos, superlotados, e nos postos de saúde, nos quais não há atenção primária com resolutividade e universalidade.

O sistema se recentralizou na contramão da história, os hospitais federais e os filantrópicos foram abandonados, o financiamento é precário, faltam remédios e a Lei de Patentes, que destruiu a indústria farmoquímica brasileira, não continuou a ser redirecionada. O quadro é assimétrico, mas prevalente em todo o país.

Os resultados são visíveis. Nossa mortalidade infantil é 30% maior que a dos países com a mesma renda **per capita**; a mortalidade materna é 20 vezes a de Portugal; morrem 5.000 mulheres todos os anos de câncer de colo uterino – doença já controlada nos países que se preocupam com a saúde; a dengue se tornou endêmica e é aceita como tal.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador, peço apenas um minuto para concluir esta grande contribuição desse homem da saúde laureado pela sociedade do Rio de Janeiro, que V. Ex^a representa com grandeza.

Há mais.

O SUS se tornou uma caricatura grotesca do que está na Constituição. Seus usuários estão descontentes, mas não reagem. Para eles, saúde é entendida como favor, não como direito. A classe média, que tem poder de controle social, foi expulsa pelo mau atendimento

e hoje freqüenta, com sacrifício, os planos de saúde, cujo órgão gestor (ANS) se preocupa só com a saúde financeira das operadoras. A Medida Provisória nº 148/03, que regulamentou o setor, é uma caixa de maldades contra médicos, hospitais e usuários, particularmente os idosos, pois as prestações crescem tanto que eles se vêem obrigados a abandonar os planos, pagos por longos anos.

A situação é dramática. Entretanto, bastariam poucos movimentos – corajosos e certos –, recompondo a política nacional de saúde, para darmos um salto de modernidade, eficiência e solidariedade.

O primeiro é a organização, em todo o país, de uma atenção primária multiprofissional (...)

Com sua aplicação nos centros de saúde, será possível prevenir, rotineiramente, a maioria das doenças, e resolver, nesse nível, 85% dos problemas, desonerando hospitais e prontos-socorros.

Ele diz que, na década de 90, o modelo foi criado no hospital Pérola Byington, em São Paulo.

Outra providência é radicalizar a descentralização par os municípios, que, a partir da década de 80, ficaram com a responsabilidade da saúde, mas foram afastados das instâncias técnicas e desfinanciados. Recebiam da União 80% do que gastavam, e hoje recebem apenas 20%.

É o Pinotti quem está dizendo.

Aplicar recursos da ponta rende mais. Os Prefeitos conhecem a sua realidade, fazem o que é preciso com simplicidade e têm ajuda da comunidade. A descentralização coloca o usuário próximo do gestor, permitindo sua participação crítica, que aprimora continuamente o sistema.

O terceiro movimento é moralizar o relacionamento público-privado e acabar com o “teto” de faturamento do SUS nos hospitais públicos e nos bons filantrópicos, que devem ser considerados como públicos.

V. Ex^a, do Rio de Janeiro, sabe do caos em que se encontram os hospitais públicos, Santas Casas e instituições universitárias.

Não tem sentido um hospital universitário trabalhar com limite de atendimentos. O limite deve ser a sua capacidade instalada. É necessário também subordinar a ANS ao Conselho Nacional de Saúde.

Por fim, a questão do financiamento. Em 2005, o País usou R\$136 bilhões (42% do seu Orçamento) para pagar juros da dívida. Aplicou na saúde muito menos – R\$36 milhões –, o equivalente a apenas 2,5% do PIB. É claro que a solução depende de uma política econômica menos submissa aos interesses do capital. Entretanto, algumas mudanças possíveis ajudariam, e muito, a avançar: acabar com o calote de R\$1 bilhão/ano (acórdão nº 1.146, de 2006, do TCU) que os planos de saúde aplicam no SUS; vincular recursos da CPMF à saúde e cumprir a Emenda Constitucional nº 29.

Estamos acabando, Sr. Presidente.

Com isso, em pouco tempo, teríamos 5% do PIB em saúde. Na maioria dos países que a têm como prioridade, o percentual é de 10%.

Na saúde, a distância entre o que sabemos, podemos e devemos fazer e aquilo que se tem feito é abismal. Cobrir essas distâncias significa oferecer saúde digna à população. Esse é o grande desafio, mas é também a grande oportunidade do próximo governo.

Essa é a nossa contribuição ao próximo Governo do Lula.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.078, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplauso pela passagem dos cem anos do vôo do 14 Bis, bem como, pela inestimável contribuição dada por Santos Dumont ao desenvolvimento da ciência e da aviação em especial.

Justificação

Um sonho não tem preço nem medida. Teve um brasileiro que voou mais alto porque realizou seu sonho. Ao levantar seu 14-Bis no campo de Bagatelle,

em Paris, cem anos atrás, o mineiro Alberto Santos Dumont realizava, também, um antigo sonho próprio da humanidade. Voar, manobrar no ar, dirigir e dominar o vento. Ter a elegância de um pássaro. A mesma que ele ostentava em sua vida em Paris em plena “belle époque”, no final do século 19 e começo do 20.

Cinco anos antes, em 1901, ele já havia contornado a Torre Eiffel com um balão dirigível em forma de charuto, o “Baladeuse”, ou “Carro Aéreo”, ou “Número 6”, simplesmente. Esse foi o grande recorde do que podemos chamar de navegação aérea até então.

Mas avião não é balão. O biplano 14-Bis – que recebeu esse nome porque o modelo anterior, igualzinho, ainda tinha acoplado um balão sobre ele, foi o primeiro biplano a ter autonomia de vôo, apenas com seu motor. Foi o primeiro vôo de uma máquina mais pesada que o ar. Pela façanha, Santos Dumont recebeu o prêmio Archdeacon.

Alberto Santos Dumont nasceu na fazenda de seus pais, o francês Henrique Dumont, e a brasileira Francisca de Paula Santos. Desde menino se interessava por máquinas e cresceu admirando o que era novidade. Aos 18 anos, em 1891, foi para Paris e lá encantou-se com o que viu.

O mundo fervilhava. Paris era a capital que todos queiram conhecer. A exposição de 1889, em comemoração ao centenário da Revolução, mostrou muitas inovações. O progresso criava conforto, como os encanamentos para água e aquecimento nas casas, o telégrafo, o transporte urbano, a máquina de escrever, as bicicletas e logo depois os primeiros carros – na verdade carruagens motorizadas.

Santos Dumont ficou encantado com o progresso. Mas queria mais. Subiu os 1671 degraus da Torre Eiffel e viu os balões pelo céu. Viajou neles uma infinidade de vezes, e imaginava como poderia dirigilos. Isso é que era importante. Ir e voltar voando para qualquer lugar, vencer o cento e não depender dele.

Montou o que ficou conhecido como o primeiro hangar do mundo. Na verdade era uma grande oficina, onde tinha o cuidado de usar materiais leves e fortes ao mesmo tempo, como a seda e o bambu. Fez inúmeras tentativas. Viu o Número 1 partir-se ao meio, bateu em árvores, caiu com o Número 6 que lhe dera tanta glória na baía de Montecarlo, em Mônaco, entre outras coisas.

Freqüentava os melhores lugares, era amigo de artistas e intelectuais, mas estava em sua oficina todos os dias, atrás do seu grande sonho. Foi quando perce-

beu que não dava para dirigir suas máquinas no ar e olhar o relógio ao mesmo tempo. Naquela época, todos os relógios eram de bolso, presos com uma corrente ao colete. Santos Dumont pediu então ao seu amigo Cartier, joalheiro da alta sociedade parisiense, que lhe criasse um relógio de pulso, para que não se atrapalhasse no vôo. Foi aí que surgiu o “Santos” – e estava criado o relógio de pulso, como usamos até hoje.

No outro lado do mundo, entretanto, uma dupla de irmãos, Oliver e Wilbur Wright, tentavam fazer a mesma coisa. Em 1908 conseguiram voar por mais de duas horas.

Santos Dumont nessa época sofria algumas frustrações com seus novos modelos, mas acertou com o Número 20, que chamou de “Demoiselle”. Com ele, em 1909 levou cinco minutos e meio para percorrer oito quilômetros – o que dá quase 90 quilômetros por hora. Bateu recorde de altitude ao atingir 196 metros do solo nesse ano, ao voar 16 quilômetros em 18 minutos.

Enquanto os americanos vendiam sua invenção para o Ministério da Guerra dos Estados Unidos, cobrando 25 mil dólares por máquina, Santos Dumont autorizou ao fabricante de automóveis Clement Bayard que reproduzisse suas máquinas. Foram fabricadas 300. Cada uma custava 1.250 dólares – ou 5% do que cobravam os americanos.

No ano seguinte, após um acidente grave com seu Demoiselle, Santos Dumont demonstrava esgotamento psíquico. Sofria vertigens e entrou em depressão.

A Primeira Guerra Mundial levou embora os sonhos e trouxe uma realidade sem volta: a aviação se aperfeiçoava com a guerra e sua paixão e seu invento serviam também para matar. Ele se sentia culpado por isso.

De volta ao Brasil, ganhou do governo brasileiro uma casa em Petrópolis, no Morro do Encanto. Chamou-a de “A Encantada”. Foi ali que construiu a famosa escada de meios degraus, onde sempre se começava a subir com o pé direito. Voltou à Europa algumas vezes, passou a ter problemas de saúde cada vez mais sérios, internou-se na França e na Suíça.

Em 1932, a aviação comercial crescia e mostrava ao mundo todo que voar era possível, sim. E que, voando, o homem poderia ir cada vez mais longe – como fazemos agora. Mas Santos Dumont, mais uma vez, passa a ter problemas de depressão por saber que, na reação ao Movimento Constitucionalista, aviões estavam sendo usados por brasileiros para atacar outros

brasileiros. A doença avança e lhe tira forças. Fala-se em esclerose múltipla, na verdade nunca confirmada.

O sofrimento era grande. Num quarto de hotel no Guarujá, no litoral de São Paulo, ainda em 1932, comete o suicídio, enforcando-se com sua própria gravata. Foi uma comoção nacional.

Seu coração foi embalsamado e até hoje está exposto no Museu Aeroespacial do Rio de Janeiro – junto com uma outra de suas invenções que os cariocas, particularmente, mais apreciam: a asa delta.

E toda vez que a gente entrar num avião, seja para cruzar o Brasil, seja para atravessar o oceano, é bom lembrar que tudo isso começou com um sonho e só se tornou realidade pela persistência do sonhador.

Quero também registrar um cumprimento ao jornal **O Estado de São Paulo**, pela publicação, no último dia 23 do suplemento especial sobre Santos Dumont, com artigos de Solicito ainda a transcrição da íntegra do Suplemento nos anais da casa.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2006. –
Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy – Tião Viana – Mão Santa.**

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para justificar seu requerimento.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os Senadores Wellington Salgado e Heráclito Fortes expressaram também a vontade de assinar o requerimento. Fico honrado. Agradeço à Secretaria da Mesa se puder levar o requerimento até ambos a fim de que possam assiná-lo.

Um sonho não tem preço nem medida. Houve um brasileiro que voou mais alto porque realizou seu sonho. Ao levantar seu 14 Bis no Campo de Bagatelle, em Paris, exatamente em 23 de outubro de 1906, 100 anos atrás, o mineiro Alberto Santos Dumont realizava também o antigo sonho, próprio da humanidade: voar, manobrar no ar, dirigir e dominar o vento, ter a elegância de um pássaro – a mesma que ele ostentava em sua vida em Paris, em plena *belle époque*, no final do século XIX e começo do século XX.

Cinco anos antes, em 1901, ele já havia contornado a Torre Eiffel com um balão dirigível em forma de charuto, o Baladeuse, ou Carro Aéreo, ou Número 6, simplesmente. Esse foi o grande recorde do que podemos chamar de navegação aérea até então.

Mas avião não é balão. O biplano 14-Bis, que recebeu esse nome porque o modelo anterior, igualzinho, ainda tinha acoplado um balão sobre ele, foi o

primeiro biplano a ter autonomia de vôo apenas com seu motor. Foi o primeiro vôo de uma máquina mais pesada que o ar. Pela façanha, Santos Dumont recebeu o prêmio Archdeacon.

Alberto Santos Dumont nasceu na fazenda de seus pais, o francês Henrique Dumont e a brasileira Francisca de Paula Santos. Desde menino, interessava-se por máquinas e cresceu admirando o que era novidade. Aos 18 anos, em 1891, foi a Paris e lá encantou-se com o que viu. Na sua infância e adolescência, era um grande admirador do escritor Júlio Verne, que fez com que ele se interessasse tanto pela aviação.

O mundo fervilhava. Paris era a capital que todos queriam conhecer. A exposição de 1889, em comemoração ao centenário da Revolução, mostrou muitas inovações. O progresso criava conforto, como os encanamentos para água e aquecimento nas casas, o telégrafo, o transporte urbano, a máquina de escrever, as bicicletas e, logo depois, os primeiros carros, na verdade, carruagens motorizadas.

Santos Dumont ficou encantado com o progresso, mas queria mais. Ele subiu os 1.671 degraus da Torre Eiffel e viu os balões pelo céu. Ele viajou neles uma infinidade de vezes e imaginava como poderia dirigi-los. Isto era o importante: ir e voltar voando para qualquer lugar, vencer o vento e não depender dele.

Ele montou o que ficou conhecido como o primeiro hangar do mundo que, na verdade, era uma grande oficina onde tinha o cuidado de usar materiais leves e fortes ao mesmo tempo, como a seda e o bambu. Ele fez inúmeras tentativas: viu o Número 1 se partir ao meio, bateu em árvores, caiu com o Número 6 que lhe dera tanta glória na Baía de Montecarlo, em Mônaco, entre outras coisas.

Freqüentava os melhores lugares, era amigo de artistas e de intelectuais, mas estava em sua oficina todos os dias, atrás de seu grande sonho. Foi quando percebeu que não dava para dirigir suas máquinas no ar e olhar o relógio ao mesmo tempo. Naquela época, todos os relógios eram de bolso, presos com uma corrente ao colete. Santos Dumont pediu, então, ao seu amigo Cartier, joalheiro da alta sociedade parisiense, que lhe criasse um relógio de pulso para que não se atrapalhasse no vôo. Foi aí que surgiu o “Santos” – e estava criado o relógio de pulso, como usamos até hoje.

No outro lado do mundo, entretanto, uma dupla de irmãos, Oliver e Wilbur Wright, tentava fazer a mes-

ma coisa. Em 1808, eles conseguiram voar por mais de duas horas.

Santos Dumont, nessa mesma época, sofria algumas frustrações com seus novos modelos, mas acertou com o Número 20, que chamou de Demoiselle.

Com ele, em 1909, levou 5,5 minutos para percorrer 8 km, o que dá quase 90 km/h. Bateu recorde de altitude ao atingir 196 m do solo nesse ano, ao voar 16 km em 18 minutos.

Enquanto os americanos vendiam sua invenção para o Ministério da Guerra dos Estados Unidos, cobrando US\$ 25 mil por máquina, Santos Dumont autorizou ao fabricante de automóveis Clement-Bayard que reproduzisse suas máquinas. Foram fabricadas 300. Cada uma custava US\$ 1,25 mil ou 5% do que cobravam os americanos.

No ano seguinte, após um acidente grave com seu Deimoselle, Santos Dumont demonstrava esgotamento psíquico. Sofria vertigens e entrou em depressão.

A Primeira Guerra Mundial levou embora os sonhos e trouxe uma realidade sem volta: a aviação se aperfeiçoava com a guerra; sua paixão e seu invento serviam também para matar. Ele se sentia culpado por isso.

De volta ao Brasil, ganhou do Governo brasileiro uma casa em Petrópolis, no Morro do Encanto. Chamou-a de “A Encantada”. Foi ali que construiu a famosa escada de meios degraus, onde sempre se começava a subir com o pé direito. Voltou à Europa algumas vezes, passou a ter problemas de saúde cada vez mais sérios, internou-se na França e na Suíça.

Em 1932, a aviação comercial crescia e mostrava ao mundo todo que voar era possível, sim, e que, voando, o homem poderia ir cada vez mais longe, como fazemos agora. Mas Santos Dumont, mais uma vez, passa a ter problemas de depressão por saber que, na reação ao Movimento Constitucionalista, aviões estavam sendo usados por brasileiros para atacar outros brasileiros. A doença avança e tira-lhe as forças. Fala-se em esclerose múltipla, na verdade nunca confirmada.

O sofrimento era grande. Num quarto de hotel no Guarujá, no litoral de São Paulo, ainda em 1932, comete o suicídio, enforcando-se com sua própria gravata. Foi uma comoção nacional.

Seu coração foi embalsamado e até hoje está exposto no Museu Aeroespacial do Rio de Janeiro – junto com outra de suas invenções que os cariocas particularmente mais apreciam: a asa delta.

E toda vez que a gente entrar num avião, seja para cruzar o Brasil, seja para atravessar o oceano, é bom lembrar que tudo isso começou com um sonho que só se tornou realidade pela persistência do sonhador.

Quero também registrar um cumprimento ao jornal **O Estado de S. Paulo** pela publicação, no último dia 23, do suplemento especial sobre Santos Dumont com os artigos de Daniel Piza, Guto Lacaz e outros. Requeiro, Sr. Presidente, a transcrição na íntegra do suplemento nos Anais da Casa.

Considero da maior relevância que mais e mais brasileiros, sobretudo os jovens, possam conhecer a extraordinária vida de Santos Dumont, a sua contribuição. Ele foi homenageado também por Marcos Pontes quando do vôo desse astronauta no início deste ano, que levou para o espaço alguns pertences de Santos Dumont.

Santos Dumont constitui um estímulo formidável a todos aqueles que se interessam pelo desenvolvimento da ciência por tanto ter acreditado que poderia atingir aquele sonho tão importante.

Quero fazer um registro sobre o artigo que Daniel Piza escreve sobre Santos Dumont, o principal texto nesse suplemento do jornal **O Estado de S. Paulo**, num trecho sobre os concorrentes americanos:

“O futuro estava mais próximo daquilo que dois inventores americanos, os irmãos Orville e Wilbur Wright, vinham fazendo em segredo desde 17 de dezembro de 1903. Nas cercanias de Kitty Hawk, Carolina do Norte, seu avião Flyer atingiu a distância de 258 metros em 59 segundos. Embora mais lento e menos divulgado do que seria o vôo do 14 bis três anos depois, e embora ajudado por um trilho, o invento dos Wright se revelou de um *design* mais eficiente, com meios de controle lateral que permitiam maior estabilidade aerodinâmica. Os americanos estavam mais interessados em patentear e lucrar com sua criação do que em registrar recordes. Tanto que já em 1909 venderam seus aviões para o Ministério da Guerra de seu país a US\$25 mil cada um.

Santos-Dumont, que nesse período colecionava frustrações com seus inventos nº 15 a nº 19, não gostou do que viu no verão de 1908: o primeiro vôo público na Europa do Flyer, que ficou no ar por 2 horas e 18 minutos. Wilbur Wright, ainda que desprovido da sofisticação cosmopolita de Santos-Dumont, passou a ser o herói da vez: dominava a atenção da classe rica de Paris, era assunto em todos os jornais e até lançou a moda de usar boné. Santos-Dumont, em suas

memórias, se queixaria da “ingratidão” daqueles que até pouco tempo antes o “cobriam de glória”. Mas não desistiu de inventar.

O sucesso do Demoiselle chamou de novo a atenção para “le petit Santos” – assim chamado por sua baixa estatura pelos franceses, que pronunciavam “Santô”. Em setembro de 1909, ele subiu em sua máquina e foi visitar um amigo em Buc, a oito quilômetros de Paris. Levou cinco minutos e meio, o que significa uma velocidade aproximada de 90 km/h – ao que consta, a maior já atingida até então por um humanoíde em cruzeiro pelos ares. Alguns dias depois, voou para o castelo d’Aion, a 18 quilômetros, em 16 minutos; como se não bastasse, chegou a uma altitude de 196 metros – também recorde. Com autorização de Santos-Dumont, o avião passaria a ser fabricado por Clement-Bayard, produtor de carros; foram 300 unidades a US\$1.250 cada.

Mas a retomada da glória pouco durou, dando lugar a tormentos que o perseguiriam até o fim da vida. Em janeiro de 1910, sofreu grave acidente com sua Demoiselle. Não se sabem os detalhes, apenas que faltou pouco para que morresse. Foi seu último vôo. Visões duplas e vertigens poderosas o impediram de seguir a carreira. Pouco tempo depois, ouviu do médico que tinha esclerose múltipla. Tampouco existe certeza de que essa era sua doença; de qualquer modo, o esgotamento psíquico era claro. Seu contato com o céu agora se resumiria a observá-lo pelo telescópio.”

Quero, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, prestar uma homenagem especial a Santos Dumont quanto à sua preocupação de que a sua invenção, que o seu espírito científico, aquilo que foi a sua maior contribuição, não fosse utilizada para fins bélicos. Uma das principais razões da sua tristeza, da sua depressão, foi a utilização do avião para a guerra, seja durante a Primeira Grande Guerra, seja quando, aqui, brasileiros usaram aviões para matar brasileiros; enfim, até hoje, ainda vivemos situações de guerra, simplesmente inadequadas.

Quero fazer um registro agora, Sr. Presidente, pois o Senador Heráclito Fortes acaba de dar uma notícia difícil para todos aqueles que admiramos o Prof. Fábio Comparato, que, durante reunião da OAB em Salvador, com juristas e advogados, teve um problema de saúde e está hospitalizado. Trata-se de uma isquemia, segundo me informou o Senador Heráclito

Fortes. Quero aqui expressar o desejo de todos nós, Senadores, de pronto restabelecimento deste extraordinário jurista, Fábio Konder Comparato, que tem dado enorme contribuição à ciência jurídica, inclusive para projetos que muitos de nós temos debatido, discutido e apresentado. Eu próprio, juntamente com o Senador Pedro Simon e outros, apresentei projeto de lei no sentido de aperfeiçoar as iniciativas populares, o referendo, o plebiscito, à luz dos ensinamentos do Prof. Fábio Comparato, para estender ao povo brasileiro o direito de realizar referendos e plebiscitos. Da mesma forma, um projeto de lei para possibilitar que, em meio ao mandato, possa o povo fazer o chamado *recall*, confirmando ou não o mandato seja de um chefe do Executivo, seja de parlamentares, antes mesmo da conclusão do mandato, à luz da experiência de outros países.

Gostaria de registrar, Sr. Presidente, que há poucos dias o painel da **Folha** e o editorial da **Folha de S.Paulo** registrou uma preocupação com respeito a um projeto de reforma de autonomia da Polícia Federal, que o Senador Valmir Amaral apresentou, dizendo que contava com diversas assinaturas, como as da Senadora Ideli Salvatti, minha própria e outros. Quero aqui dizer que essa assinatura foi com o sentido de apoiar a iniciativa para que ela seja objeto de debate. Inclusive na justificativa apresentada pelo Senador Valmir Amaral está uma citação do Prof. Fábio Konder Comparato. Eu conversei com ele, porque ele tem objeções a essa proposição. Ele é a favor da criação de uma Polícia Judiciária; disse que, juntamente com a OAB e diversas organizações jurídicas, enviaria essa sugestão para que pudéssemos apresentá-la no Senado na forma de projeto de lei.

Espero que o Professor Fábio Konder Comparato, em breve, possa contribuir de maneira completa para essa nova iniciativa.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

100 ANOS DO 14 BIS

Em 23 de outubro de 1906, Alberto Santos-Dumont realizou diante de uma multidão reunida no Campo de Bagatelle, Paris, a primeira exibição pública de um vôo de uma máquina mais pesada que o ar. Veja como foi e conheça a trajetória do inventor

A difícil busca da leveza

Veja Especial

Daniel Piza

Paris, 1891. Santos-Dumont, 18 anos, chega à capital francesa e fica encantado com “a grandeza e o progresso”. Sobe por elevador ao topo da recém-construída Torre Eiffel, um prodígio da engenharia, uma estrutura esguia de metal pesado com 300 metros de altura. Na rua, carros a motor. No ar, balões também motorizados. Era como se o mundo imaginado por Julio Verne que Alberto lia na infância tivesse começado a se tornar realidade. Levaria seis anos para ele voar num desses balões. E apenas mais um para ele construir seu próprio, o Brasil - um balão de hidrogênio em forma de pêra com o qual ascenderia aos céus em mais de 200 oportunidades. E que já trazia uma inovação técnica: o revestimento era feito de seda japonesa, tão leve que parecia um origami da Belle Époque.

Paris, 1906. Dia 23 de outubro. Santos-Dumont, 33 anos, acorda cedo, caminha até o hangar, abre a porta - um sistema de corrediça que ele mesmo inventou - e deixa o sol iluminar seu avião, o 14 bis, também chamado de Ave de Rapina, com o qual pretende dar uma rasante de ousadia e elegância sobre a cidade-luz. O 14 bis tem asas arqueadas para cima, como as das águias, compostas de diedros de seda em traves de bambu - madeira que tinha a combinação de leveza e resistência adequadas - e fixadas por cordas de piano, em vez dos pesados cabos de aço. O franzino aeronauta, com pouco mais de 1,50 metro, senta ao comando. Tenta decolar várias vezes. Às 16h45, enfim o avião se levanta a 3 metros do solo e percorre os 25 metros exigidos para ganhar o Prêmio Archdeacon. Era a primeira exibição pública de um vôo de uma máquina mais pesada que o ar. Glória nas alturas.

Guarujá, 1932. Santos-Dumont, sem voar há 22 anos, se aborrece ao ouvir notícias da reação ao Movimento Constitucionalista de São Paulo, em que aviões de guerra são usados na “luta entre irmãos”. Está em depressão, frágil, atormentado, barba por fazer. A esclerose cada dia o afeta mais. Não usa mais ternos, já não lança modas. O ar pesa sobre sua cabeça. Antes famoso por seu estilo dândi de se vestir - com seu chapéu panamá, usado com as abas para baixo, e suas gravatas vermelhas, que esvoaçavam enquanto ele pilotava suas invenções sobre o Rio Sena -, ele se fecha no quarto de hotel, apanha uma das gravatas e comete suicídio. Deve ter pensado alguns minutos em sua mãe, que também se matara quando ele tinha 28 anos.

A vida de Santos-Dumont foi sempre essa busca de leveza - seda, bambu, música, paz - que nem sempre superou a realidade. O progresso era sua fantasia. Quando se desfez, sua carreira perdeu o rumo. Mas naqueles 12 anos de contínua invenção, do balão Brasil à aeronave Nº 20, Demoiselle, a mãe dos ultraleves, ele havia construído uma obra única. Havia perseguido e realizado o sonho de permitir que o homem manobrasse caminho pelo ar, como o “carro aéreo” que batizou liricamente de Baladeuse. Havia circundado a Torre Eiffel em 19 de outubro de 1901 com o dirigível Nº 6, em formato de charuto, que queimou todos os recordes da navegação aérea. Havia desenhado coreografias também com monoplanos, biplanos e hidroplanos. Dançar elegantemente com o vento era a obsessão com que acordava e dormia.

Santos-Dumont encarava tudo como uma aventura - mas com a séria missão de dar à humanidade uma liberdade inédita, ansiada pelo menos desde os antigos gregos. Seu pensamento era, no entanto, mais individual, “esportivo”, do que coletivo ou industrial. Ele queria que cada pessoa tivesse a possibilidade de usar ou ter uma aeronave para se deslocar no cotidiano. Não por acaso a Demoiselle, a “libélula” ou “senhorita”, foi sua maior criação do ponto de vista da posteridade - o projeto mais próximo da perfeição criado por ele. Era com ela que Alberto, que gostava de assinar Santos=Dumont para acentuar sua dupla nacionalidade (igualmente brasileiro e francês), ia de casa até o restaurante - onde jantava com nobres e artistas - e do restaurante até os Champs-Élysées, exibindo glamour e otimismo.

INFÂNCIA

Raros, afinal, podem dizer que realizaram sonhos de infância como ele. Nascido em Cabangu, hoje Palmira, em Minas Gerais, ele cresceu na fazenda de seu pai em Ribeirão Preto (SP), onde passava horas lendo Verne e admirando os mecanismos das modernas máquinas de triturar café, e estudou em Campinas numa escola de significativo nome, Culto à Ciência. A mãe era brasileira, Francisca de Paula Santos, e o pai francês, Henrique Dumont. Muito rico, Dumont - que morreria em 1902 - decidiu mandar o filho para Paris quando chegou à maioridade. Sem isso, a paixão infanto-juvenil de Alberto por motores e balões talvez não tivesse ido muito mais longe. No mundo todo havia uma febre pela navegação aérea, mas a capital francesa era o centro do mundo e concentrava grande número de aventureiros e inventores.

Quando fez seu primeiro vôo em balão com Alexis Machuron, em 1897, Santos-Dumont não ficou fascinado apenas com a diversão. Uma questão o deixou ansioso: como seria colocar um motor de combustão num balão de modo que este pudesse ser controlado? Seu prazer não era apenas voar; era controlar o vôo. E ele sabia que isso envolvia dificuldades de toda ordem - econômicas, intelectuais, físicas. Em cada uma de suas baladas aéreas havia muito risco e trabalho. Manobrar dirigíveis e aviões trazia possibilidade de incêndios e quedas - e Santos-Dumont viu seu Nº 1 dobrar ao meio depois do choque com o solo, bateu muitas vezes em árvores e caiu com o Nº 6 na Baía de Mônaco. Além disso, havia muita competição, tanto que em duas ocasiões o aviador brasileiro encontrou suas criações esfaqueadas por alguém na calada da noite.

Cada tentativa de vôo exigia coragem e esforço em doses incomuns. Pés, mãos e costas eram envolvidos no acionamento de alavancas e no equilíbrio do peso total. O próprio vôo de cem anos atrás, no 14 bis, não saiu como planejado, apesar do prêmio. A estabilidade lateral da aeronave - que tem leme e estabilizadores à frente, o que até hoje leva muita gente a pensar que se trata da popa - se mostrou prejudicada logo depois da decolagem. Ela chacoalhou muito e Santos-Dumont precisou desligar o motor para fazer o pouso, que aconteceu bruscamente.

Mesmo assim, não sem razão, ele ficou exultante com os primeiros resultados daquele dia histórico. “A sensação é maravilhosa”, disse. “Senti como se estivesse num balão impulsionado por uma força oculta” - uma declaração que ecoa o positivismo de sua formação escolar. Em sua crença, bastariam algumas modificações para que conseguisse voar quilômetros. Em 12 de novembro daquele 1906, ele voaria 220 metros em 21 minutos e 2 segundos - conforme registrado em seu relógio de pulso Cartier, feito sob encomenda para o dândi brasileiro. O 14 bis, porém, só voaria mais uma vez, por distâncias menores. Seu biplano estava longe do design ideal.

CONCORRÊNCIA

O futuro estava mais próximo daquilo que dois inventores americanos, os irmãos Orville e Wilbur Wright, vinham fazendo em segredo desde 17 de dezembro de 1903. Nas cercanias de Kitty Hawk, Carolina do Norte, seu avião Flyer atingiu a distância de 258 metros em 59 segundos. Embora mais lento e menos divulgado do que seria o vôo do 14 bis três anos depois, e embora ajudado por um trilho, o invento dos Wright se revelou de um design mais eficiente, com meios de controle lateral que permitiam maior estabilidade aerodinâmica. Os americanos estavam mais interessados em patentear e lucrar com sua criação do que em registrar recordes. Tanto que já em 1909 venderam seus aviões para o Ministério da Guerra de seu país, a US\$ 25 mil cada um.

Santos-Dumont, que nesse período colecionava frustrações com seus inventos N° 15 a N° 19, não gostou do que viu no verão de 1908: o primeiro vôo público na Europa do Flyer, que ficou no ar por 2 horas e 18 minutos. Wilbur Wright, ainda que desprovido da sofisticação cosmopolita de Santos-Dumont, passou a ser o herói da vez: dominava a atenção da classe rica de Paris, era assunto em todos os jornais e até lançou a moda de usar boné. Santos-Dumont, em suas memórias, se queixaria da “ingratidão” daqueles que até pouco tempo antes o “cobriam de glória”. Mas não desistiu de inventar.

O sucesso do Demoiselle chamou de novo a atenção para “le petit Santos” - assim chamado por sua baixa estatura pelo franceses, que pronunciavam “Santô”. Em setembro de 1909, ele subiu em sua máquina e foi visitar um amigo em Buc, a oito quilômetros de Paris. Levou cinco minutos e meio, o que significa uma velocidade aproximada de 90 km/h - ao que consta, a maior já atingida até então por um humanoíde em cruzeiro pelos ares. Alguns dias depois, voou para o castelo d’Aion, a 18 quilômetros, em 16 minutos; como se não bastasse, chegou a uma altitude de 196 metros - também recorde. Com autorização de Santos-Dumont, o avião passaria a ser fabricado por Clement-Bayard, produtor de carros: foram 300 unidades. O preço de cada uma? US\$ 1.250.

Mas a retomada da glória pouco durou, dando lugar a tormentos que o perseguiriam até o fim da vida. Em janeiro de 1910, sofreu grave acidente com sua Demoiselle. Não se sabem os detalhes, apenas que faltou pouco para que morresse. Foi seu último vôo. Visões duplas e vertigens poderosas o impediram de seguir a carreira. Pouco tempo depois, ouviu do médico que tinha esclerose múltipla. Tampouco existe certeza de que essa era sua doença; de qualquer modo, o esgotamento psíquico era claro. Seu contato com o céu agora se resumiria a observá-lo pelo telescópio.

CULPA

Depois de alguns anos recluso no litoral francês, em Bénerville, Santos-Dumont viveu mais uma decepção. Com o estouro em 1914 da 1ª Guerra Mundial, que levaria embora seu adorado mundo da Belle Époque, sua casa foi revistada. Suspeita? Seu telescópio era de fabricação alemã, e os vizinhos desconfiavam que Santos-Dumont transmitisse informações para o inimigo. A polícia pediu desculpas, mas ele ficou tão aborrecido que queimou todos os seus documentos, incluindo projetos e cartas importantes. Mais deprimente ainda era ver os aviões usados para guerra em vez de transporte e esporte. Numa frase com sua típica mistura de esnobismo e autocrítica, em 1915, comparou o fato ao uso de uma faca, que pode servir para cortar queijo gruyère e também para matar. “Fui tolo em ter pensado só no queijo.”

É curioso como Santos-Dumont reagiu a isso, confirmando seu temperamento melindroso e melancólico. Era como se fosse o culpado pela guerra - quando nem mesmo eram seus aviões que estavam sendo usados. No máximo, poderia ser acusado de ter se envolvido na utopia de fazer o homem voar, ao lado de dezenas de outros inventores mundo afora, sem pensar nas conseqüências do ato. Mas tanta auto-acusação não fazia sentido. À imagem oficial de que teria entrado em depressão ao ver o uso violento de sua invenção, é preciso somar outros fatores, como a doença, o fato de ter sido ultrapassado por concorrentes, o desfecho daqueles anos dourados de Paris. E lembrar que ele não é “o” pai da aviação, mas um dos pais.

Raros seriam seus momentos de serenidade depois disso. Em 1918, ganhou do governo brasileiro uma casa em Petrópolis, no Morro do Encanto, que batizou de A Encantada. Já pelo nome sugeria o refúgio da realidade. Do lado de dentro, algumas de suas invenções mais despretensiosas, como os banquinhos altos para jantares que dessem a sensação de estar no ar, a escada com degraus para subir com o pé direito e o sistema de baldes com água fria e quente para os banhos, reforçavam a sensação de um ambiente de Alice no País das Maravilhas. Santos-Dumont tinha também uma propriedade em sua cidade natal, onde cultivava orquídeas, e um casarão nos Campos Elisios - os de São Paulo.

Passava cada vez mais tempo no Brasil, mas de vez em quando ia à Europa para participar de movimentos fracassados pela desmilitarização das aeronaves. A partir dos anos 20, começou a ir também para se internar em clínicas de repouso na Suíça e na França. De vez em quando ainda tentava fazer uma invenção. Tentou, por exemplo, combinar motor e esqui para subir as montanhas de St. Moritz, invento que batizou de Transformador Marciano. Mas já não tinha forças para atividades físicas e preferia usar o tempo lendo livros de poesia.

Sobre sua vida amorosa, pouco se sabe. Quis casar com a filha de um amigo, Janine, mas o pai - seu ex-colaborador, Gabriel Voisin - alegou a diferença de idade, 36 anos, para afastar a idéia. Afora arroubos de paixão e pedidos de casamento, como o que também teria feito à mecenas do modernismo Yolanda Penteado, nunca teve relacionamento duradouro com ninguém.

Ingênuo e genial, sentia a solidão cada dia mais insuportável. Ao se matar, aos 59 anos, conseguiu que a guerra entre tropas federais e paulistas fosse suspensa por três dias, em luto oficial decretado por Getúlio Vargas. Adoraria saber que conquistou outro hiato de leveza nas sombras do progresso.

Biografia

Alberto Santos-Dumont nasceu no dia 20 de julho de 1873 no sítio Cabangu, no Distrito de Palmira, em Barbacena, MG. Filho de Henrique Dumont, engenheiro civil de obras públicas e mais tarde cafeicultor em Ribeirão Preto, SP, e de Francisca Santos Dumont, filha de tradicional família portuguesa vinda para o Brasil com D. João em 1808.

O pai Henrique, de ascendência francesa, teve papel fundamental na trajetória do filho Alberto, pois percebendo nele o fascínio pelas máquinas – que existiam em grande quantidade na fazenda Andreúva – direcionou os estudos do rapaz para a mecânica, a física, a química e a eletricidade, não fazendo questão que ele se formasse em engenharia, como foi o caso dos outros filhos.

Em 1891, Alberto contando 18 anos, emancipado pelo pai, foi para Paris completar os estudos e perseguir o seu sonho de voar, surgido aos 15 anos com a visão, nos céus de São Paulo, de um balão livre (balões livres são aqueles que fazem sua ascensão sem possuir nenhum tipo de dirigibilidade, ficando ao sabor das correntes aéreas). Ao chegar em Paris, Alberto se admira com os motores de combustão interna a petróleo que começavam a aparecer impulsionando os primeiros automóveis e compra um para si, esquadrinhando todo o seu funcionamento. Logo estava promovendo e disputando as primeiras corridas de automóveis em Paris.

Com a morte do pai um ano depois, o jovem Alberto sofre um duro golpe emocional, mas as palavras do velho Henrique não foram esquecidas. Alberto continua os estudos e não se deixa levar pelos encantos perigosos da Cidade-Luz.

Em 1897 Alberto, já conhecido como Santos-Dumont pelos próximos, faz seu primeiro vôo num balão livre alugado. Um ano depois projeta e constrói, com a ajuda de operários e construtores de balões franceses, seu primeiro balão livre, o "Brasil", homenageando sua pátria. Logo em seguida, associando os leves motores de combustão interna a petróleo a seus leves balões e construindo engenhosos lemes, Santos-Dumont inventa os balões dirigíveis: Balão 1, Balão 2, Balão 3, Balão 4, Balão 5, Balão 6, que se sucedem em prêmios no Aeroclube de França e sucesso na imprensa européia, imprensa norte-americana e no Brasil. O inventor agora é o centro das atenções, despertando o interesse militar para seus balões.

Em 1905, na platéia de uma corrida de lanchas num quente verão em Cote D'Azur, Santos-Dumont avista uma potente lancha com motor Antoinette de 24 HP, e começa aí a planejar o mais-pesado-que-o-ar. Aproveitado o sucesso dos planadores e em especial o planador cubo de Hargraves, o inventor constrói o primeiro avião, o 14 bis, com o motor Antoinette, usando o balão nº 14 para testes de estabilidade. Já em 7 de setembro de 1906 o 14 Bis deu um primeiro salto no ar, mas faltou potência. Em 23 de outubro, com motor Antoinette de 50 HP, o 14 Bis voou, decolando, mantendo-se no ar por uma distância de 60 metros, a três metros de altura e aterrisou. Era o primeiro vôo homologado do mais-pesado-que-o-ar, para uma multidão de testemunhas eufóricas no campo de Bagatelle. Toda a imprensa francesa no dia seguinte louvou o fato histórico. Era o triunfo de um obstinado brasileiro e a conquista do prêmio Archdeacon oferecido pelo Aeroclube de França. O dinheiro do prêmio foi distribuído para seus operários e os pobres de Paris, como era o costume do inventor.

Santos-Dumont recebeu diversas homenagens por toda a Europa, nos EUA e América Latina, em especial no Brasil, onde foi recebido com festas e euforia. Seus projetos foram aperfeiçoados por outros aviadores e projetistas, já que ele não os patenteava e não desejava adquirir bens materiais com suas invenções, mas idealizava dotar a Humanidade com meios de facilitar as comunicações, desgostando-se com o uso agressivo que o avião teve na I Guerra Mundial. Ainda projetando, vemos Santos-Dumont construir o avião nº19 e nº20, conhecido como Demoiselle, com grande sucesso.

Em 1909, cansado e com a saúde já abalada por tantos perigos – afinal era projetista, financiador, construtor e piloto de testes de suas aeronaves – Santos-Dumont resolve deixar de lado os projetos aeronáuticos, recebendo, até a sua morte, em 23 de julho de 1932, muitas e merecidas homenagens no Brasil e no exterior, recebendo o justo epíteto de "o Pai da Aviação".

Imagens do acervo Santos-Dumont

A exposição virtual do Acervo Santos-Dumont idealizada pelo Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica – CENDOC - apresenta imagens do acervo, cujas origens se dividem em documentos pessoais do Pai da Aviação, dentro do período de 1899 a 1903, no tempo em que esteve na França, e em outros documentos acrescentados pelo Tenente-Brigadeiro-do-Ar Néilson Freire Lavenère-Wanderley, Patrono do Correio Aéreo Nacional.

O exaustivo trabalho de compilação do arquivo pelo Ten Brig Ar Lavenère-Wanderley durou três anos e todo o cuidado está estampado no tipo de suporte utilizado para fabricação dos álbuns: papel para compor as páginas internas, couro e tintas douradas para as lombadas. Todos eram materiais importados, comprados pessoalmente da Europa.

O Ten Brig Ar Lavenère-Wanderley, ao empreender o trabalho de reunião do arquivo, contribuiu para trazer um novo aporte sobre a vida de Santos-Dumont, e foi sujeito do ato político de recriar a história, permitindo que hoje a sociedade possa ter o direito de conhecer mais sobre aquele que foi e sempre será orgulho da Nação. Seu esforço de coleta e organização dos documentos encontra-se documentado nas primeiras páginas do volume 1, sob o título "Os recortes de jornais guardados por Alberto Santos-Dumont".

A exposição objetiva destacar o significado da disponibilização do acervo doado ao CENDOC através da seleção de imagens dos documentos reunidos no volume 1, o contexto histórico vivido, seus feitos aeronáuticos, o sucesso de seus inventos na imprensa européia e norte-americana, suas raízes culturais, a descoberta da dirigibilidade dos balões, seus primeiros vôos, os acidentes sofridos, as investigações científicas na área da engenharia mecânica e sua imagem veiculada no mundo.

Essa não é a primeira Home Page criada sobre Santos-Dumont, mas o que a diferencia das demais é o que motivou a sua elaboração: mostrar o acervo pessoal de Santos-Dumont e informar sobre a doação de um acervo que há muito necessitava de uma divulgação à altura de sua importância. Essa doação possui um significado especial para o CENDOC, pois, além de pertencer ao Patrono da Aviação Brasileira, é o primeiro conjunto documental que não foi gerado pela própria Instituição, permitindo ao CENDOC cumprir sua missão: preservar para documentar.

A preservação do acervo envolve o desenvolvimento de métodos e procedimentos de conservação, restauração e descrição, cujo trabalho foi realizado através da parceria com o Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST. Dessa forma, não poderia faltar a informação sobre cada etapa do processo de conservação técnica e um histórico da doação do acervo, divulgando o trabalho de conservação empreendido para salvaguarda de fontes fotográficas, iconográficas e textuais doadas.

Esse acervo, doado ao Comando da Aeronáutica, e sob a custódia do Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica, está sendo preparado para, em curto prazo, ser disponibilizado a toda comunidade como fonte de novos estudos e pesquisas. O processo de doação ocorre graças à ação de Sra. Sophia Helena Dodsworth Wanderley, sobrinha-neta de Santos-Dumont e viúva do Ten Brig Ar Lavenère-Wanderley. O Comando da Aeronáutica ganha, dessa forma, um importante patrimônio que consolidará sua memória cultural e que impulsionará sua própria história. A imagem grandiosa de Santos-Dumont atravessa gerações e a responsabilidade pela sua disseminação é de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Mesa se associa, Senador Eduardo Suplicy, ao sentimento expressado por V. Ex^a e encaminhará o requerimento de sua autoria nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Alvaro Dias, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Marcos Guerra, Flexa Ribeiro, Juvêncio da Fonseca e Antero Paes de Barros enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “PF pedirá a quebra do sigilo telefônico de cinco petistas”, publicada no jornal

PF pedirá a quebra do sigilo telefônico de cinco petistas

Polícia requisita ao Coaf informações sobre saques em quatro bancos para tentar identificar origem de dinheiro apreendido

No final de semana, equipe iniciou a análise dos vídeos do hotel onde aconteceu a venda do dossiê para saber se há outros envolvidos

LEONARDO SOUZA
ENVIADO ESPECIAL A CUIABÁ
HUDSON CORRÊA
DA AGÊNCIA FOLHA EM CUIABÁ

A Polícia Federal solicitará a quebra do sigilo telefônico de pelo menos cinco petistas envolvidos no escândalo do dossiê contra tucanos: Jorge Lorenzetti, Oswaldo Bargas, Expedito Afonso Veloso, Gedimar Pereira Passos e Valdebran Padilha da Silva. Se na análise das ligações surgir o número do ex-secretário da Presidência Freud Godoy, a quebra do sigilo de seu telefone também poderá ser solicitada.

A PF já requisitou ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) informações sobre saques que podem estar relacionados à compra do dossiê a quatro diferentes bancos. A equipe que investiga o caso espera que o órgão já forneça alguns dados hoje mesmo.

Após os depoimentos de Lorenzetti, Bargas e Expedito, na sexta-feira passada, em Brasília, a PF decidiu delimitar o pe-

dido de informações ao Coaf. Requisitou os saques considerados suspeitos acima de R\$ 10 mil e todos acima de R\$ 100 mil entre o último dia de agosto e o dia 14 deste mês, data em que a PF confirmou que os petistas já dispunham do dinheiro para a compra do dossiê.

Nos lares do dinheiro apreendido havia a identificação do Bradesco e do BankBoston, mas a PF entendeu ser necessário incluir mais duas novas instituições na pesquisa. A PF estabeleceu também que as informações sobre os saques sejam restringidas a um determinado número de cidades. Já se sabe que São Paulo e Rio estão incluídas, mas os demais municípios e os nomes das duas novas instituições financeiras, no entanto, estão sendo mantidos em segredo.

No final de semana, a equipe da PF encarregada do caso começou a analisar as imagens de vídeo captadas pelo sistema interno de TV do hotel em São Paulo onde Gedimar e Valdebran fecharam a venda do dossiê. A PF espera poder identificar outras pessoas do partido que também teriam participado da negociação.

Os policiais analisaram também as chamadas telefônicas feitas e recebidas no hotel onde

os dois estavam hospedados. Já identificaram dezenas de ligações realizadas, por exemplo, entre Expedito e Gedimar entre os dias 12 e 14.

Expedito foi enviado a Cuiabá para receber o material que compunha o dossiê. A partir de escutas feitas no período logo anterior à entrega dos documentos, sabe-se que ele se encontrou com Luiz Antonio Veldoin, chefe da máfia das ambulâncias. Em São Paulo, Gedimar ficou encarregado de repassar o dinheiro a Valdebran.

Entre os potenciais alvos nas quebras dos sigilos telefônicos, a PF procura localizar eventuais chamadas entre Bargas e o presidente do PT, Ricardo Berzoini, no dia em que o acerto foi selado. Na semana passada, a revista “Época” divulgou que jornalistas do veículo foram procurados por Bargas e Lorenzetti, oferecendo um dossiê contra os tucanos. Os dois disseram que Berzoini sabia da conversa.

Berzoini admitiu que os jornalistas da revista haviam sido procurados por seus subordinados, mas negou que subordinação haveria dinheiro na negociação. O episódio resultou na saída de Berzoini do comando da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição.

Folha de S. Paulo em sua edição de 25 de setembro do corrente.

A matéria destaca que a Polícia Federal requisitou ao Coaf informações sobre saques em quatro bancos para tentar identificar a origem do dinheiro apreendido com assessores do alto escalão do PT, que seria usado para a compra de um falso dossiê contra candidatos tucanos.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Petistas fizeram consulta sobre custo de avião

DO ENVIADO ESPECIAL A CUIABÁ DA AGÊNCIA FOLHA EM CUIABÁ

O petista Valdebran Padilha da Silva levaria o dinheiro da venda do dossiê contra o tucano José Serra a Cuiabá (MT) num avião alugado, segundo investigações da Polícia Federal.

A partir de um dos números identificados pela PF na quebra do sigilo telefônico do hotel onde Valdebran e o também petista Gedimar Pereira Passos negociavam o dossiê, em São Paulo, a **Folha** localizou uma das empresas de táxi-aéreo consultadas por membros do partido.

Sócio da MF Aviação, de Campo Grande (MS), Eduardo Zanchetti disse à reportagem que duas semanas atrás uma mulher ligou para sua empresa, requisitando orçamento para o fretamento de um avião. A aeronave seria usada para buscar uma pessoa em São Paulo e levá-la para Cuiabá (MT).

Segundo Zanchetti, a mulher, uma secretária particular, deixou o telefone de um homem para que ele passasse o preço e as condições da aeronave.

O empresário disse não se lembrar do nome nem do telefone do sujeito com o qual tratara, mas recordou-se que ele se apresentou como sendo do PT. Zanchetti disse também que o preço seria R\$ 15 mil, mas que a pessoa não fechou o aluguel por considerar o avião lento e pequeno. Questionado se o interlocutor se chamava Valdebran Padilha da Silva, Zanchetti afirmou que não, pois só ouviu fala — nome dele pela TV.

DO ENVIADO ESPECIAL A FLORIANÓPOLIS

Mais do que o churrasqueiro das festas petistas, Jorge Lorenzetti, suspeito de participar da compra do dossiê contra tucanos, aparece como sócio do presidente Lula e de Aloizio Mercadante numa ONG de São Paulo fundada em 1989.

Pelo site da Receita a entidade, a RCT (Rede de Comunicação dos Trabalhadores), continua ativa. Participam da ONG outros envolvidos no caso do dossiê: o presidente do PT, Ricardo Berzoini, e seu ex-secretário no Trabalho Oswaldo Bargas. No total, a lista de fundadores chega a 53 petistas e tem como secretário o atual ministro do Trabalho, Luiz Marinho, chefe da pasta que enviou recursos a outra ONG ligada a Lorenzetti, a Unitrabalho.

Lorenzetti é diretor administrativo do Besc (Banco do Estado de Santa Catarina), controlado pela União. Foi indicado ao cargo em 2005 por Lula, segundo a assessoria do banco. Ele está afastado desde agosto para atuar na campanha.

Conforme a **Folha** revelou em maio, a RCT também atua no mercado com o nome de TVT e trabalhou irregularmente na prefeitura de São José dos Campos, então do PT.

Mesmo sem contrato, vencido por outra empresa, a ONG participou de campanhas publicitárias. Não há registro de quanto a ONG levou dos R\$ 6 milhões repassados à Contexto, responsável pelo contrato.

Pela ata registrada em cartório, Lula sabia da atuação da ONG em São José dos Campos e tratou dela em reunião de 1º de julho de 1996. Bargas estava na reunião. (ROGÉRIO PAGNAN)

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Só metade dos pacotes já entrou em vigor”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 23 de setembro de 2006.

A reportagem destaca que das 18 medidas em vários setores anunciadas pelo governo, nos últimos dois meses e meio, apenas 8 saíram do papel.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a matéria passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR^a SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Só metade dos pacotes já entrou em vigor

Das 18 medidas em vários setores anunciadas pelo governo nos últimos dois meses e meio, apenas 8 saíram do papel

MEDIDAS INÓCUAS

Governo só cumpre metade das promessas

O QUE PROMETEU	O QUE ACONTECEU
<p>PACOTE DE CÂMBIO</p> <p>Contrato de câmbio simplificado</p> <p>Permissão para exportadores deixarem até 30% das receitas no exterior</p> <p>Regularização do “capital contaminado” das empresas</p> <p>Desistência de ações e muitas administrativas de “baixo valor”</p> <p>Pagamento das compras em lojas free shop em moeda nacional</p> <p>Dispensa contratos de câmbio para compras de moeda estrangeira com valor inferior a US\$ 3.000</p>	<p>✓ Cumprido</p> <p>✗ A Receita Federal ainda não regulamentou como será feita a declaração da conta no exterior</p> <p>✗ Não há nenhuma regra</p> <p>✗ O Banco Central não definiu o que é “baixo valor” e nem como se dará a desistência</p> <p>✓ Cumprido</p> <p>✓ Cumprido</p>
<p>PACOTE DE SPREAD</p> <p>Obrigatoriedade da conta salário a partir de 2007</p> <p>Redução da contribuição para o Fundo Garantidor de Crédito</p> <p>Criação do Cadastro Positivo</p> <p>Isonomia de IOF e CPMF na transferência de dívidas entre bancos</p> <p>Ampliação da Central de Risco de Crédito</p>	<p>✗ O governo resolveu a situação das novas contas, mas ainda está pendente a regra para os trabalhadores que já têm conta. Sem essa definição, prometida para até o fim do ano, a concorrência entre os bancos fica comprometida</p> <p>✓ Cumprido</p> <p>✗ A MP não foi publicada</p> <p>✗ A MP que suspenderá a tributação não saiu</p> <p>✗ Só estará completa no fim do ano que vem</p>
<p>PACOTE DE LULISMO</p> <p>Redução do IPI de produtos da construção civil</p> <p>Criação do crédito consignado para habitação</p> <p>Mais dinheiro para as construtoras</p> <p>Autorização para empréstimos com prestações fixas e sem correção pela TR, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação</p> <p>Portal na internet que com informações sobre imóveis à venda</p> <p>Recursos do BNDES para inovação e construção de moradia de trabalhadores</p> <p>Inclusão das construtoras na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas</p>	<p>✓ Cumprido</p> <p>✓ Cumprido</p> <p>✓ Cumprido</p> <p>✗ Falta uma resolução do Conselho Monetário Nacional determinando como será o cálculo da TR prefixada</p> <p>✗ A promessa é que fique pronto em cerca de 40 dias</p> <p>✓ Cumprido</p> <p>✗ A medida depende do Congresso. Além disso, esse artigo já fazia parte da lei antes do anúncio do pacote</p>

Fausto Faria

Demora na regulamentação das mudanças faz com que o ganho maior dos anúncios até agora seja mais político que econômico

LEANDRA PERES
DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

O ministro Guido Mantega (Fazenda) ocupou boa parte de seu tempo nos últimos dois meses e meio com a preparação e o anúncio de pacotes para estimular a economia. Somadas, foram 18 medidas distribuídas em três pacotes nos últimos 49 dias. Mas, apesar do empenho em demonstrar uma alta produção, a realidade é que a equipe econômica ainda não conseguiu tirar do papel as principais medidas anunciadas.

Das 18 novidades que integraram os últimos pacotes, apenas oito entraram em vigor. As outras dez não passam até agora de promessas. Entre as mudanças que estão na gaveta, há assuntos importantes como a permissão para que as empresas exportadoras deixem até 30% de sua receita em contas no exterior e a definição da taxa de juros dos empréstimos habitacionais prefixados.

Essa demora na regulamentação dos pacotes faz com que o ganho maior desses anúncios até agora seja mais político do que econômico. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por exemplo, não perdeu o anúncio do último pacote, direcionado à habitação. Seu programa no horário eleitoral gratuito no mesmo dia também tratou da questão da moradia.

Enquanto isso, os exportadores aguardam que a Receita Federal divulgue as regras para a declaração da conta e do uso do dinheiro que ficará no exterior. Além disso, querem saber com

detalhes o grau de acesso que o fisco terá às movimentações feitas fora do país.

Compasso de espera

“A orientação que estamos dando aos nossos clientes é para que esperem até a regulamentação completa”, diz o advogado Luiz Assis, do escritório Levy & Salomão.

Os bancos estão ainda mais conservadores. O Unibanco continua fazendo o registro das operações de câmbio segundo as regras da legislação anterior. O Itaú informa que nenhum cliente usou a prerrogativa de deixar os dólares fora do país.

O Banco do Brasil, líder no mercado de câmbio voltado a exportações, diz que as empresas estão em compasso de espera. “Há interesse das empresas em usar as novas regras. Mas estão aguardando”, explica o diretor de Comércio Exterior do BB, Nilo Panazzolo.

Das seis medidas do chamado pacote cambial, as únicas em vigor são a compra em reais nos free-shops dos aeroportos e a eliminação dos contratos de câmbio nas compras de moeda estrangeira de até US\$ 3.000.

Basta olhar os números do BC para ver que o pacote até agora teve impacto nulo. Os dados do câmbio de agosto, mês em que a medida entrou em vigor, mostram que os exportadores, em vez de reduzir o volume de dólares entrando no país, aumentaram. Eles trouxeram US\$ 12,379 bilhões para o país, 4,6% a mais do que em julho.

Não há uma só palavra do governo sobre o que devem fazer as empresas que transformaram empréstimos em moeda estrangeira em investimentos, mas não contabilizaram esses recursos. “Já tivemos consultas sobre a regularização do chamado capital contaminado, e a

única resposta que pudemos dar foi que ninguém sabe ainda o que vai acontecer”, diz o advogado Carlos Mamanna, do escritório Braga & Marafon.

Insegurança jurídica

A falta de regulamentação dos pacotes atinge também as medidas para reduzir os juros nos empréstimos bancários e para o setor de habitação. No primeiro caso, apenas a redução das contribuições dos bancos ao Fundo Garantidor de Crédito já está em vigor.

Outra medida que o governo aposta para estimular a concorrência e a queda do juro, que é a facilidade para que o trabalhador mude de banco, só entra em vigor em 2007. Além disso, deixa de fora os funcionários de empresas que tenham convênios com bancos pagadores de suas folhas de pagamento.

Já no pacote habitacional, o governo editou uma medida provisória que muda os principais pontos da legislação. O problema é que ficou para depois a definição do juro a ser usado nos empréstimos com prestação fixa. Na prática, isso inviabiliza as novas operações.

Um outro ponto de dúvida nos pacotes é o uso de MPs para dar validade imediata aos poucos pontos que já foram regulamentados. Isso quer dizer que o governo terá que negociar com os parlamentares a aprovação das mudanças. Além disso, se não forem votadas em até 120 dias, as MPs perdem a validade.

É pouco provável que os parlamentares derrubem as medidas, mas isso não quer dizer que o governo, com sua base política desorganizada, não tenha que aceitar mudanças para viabilizar a aprovação.

Colaborou NEY HAYASHI DA CRUZ,
da Sucursal de Brasília

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “FH contra-ataca e diz que ‘bandido é na cadeia’”, publicada pelo jornal **O Globo** em sua edição de 30 de agosto do corrente.

A matéria repercute as declarações do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso respondendo ao ataque do presidente petista: “É preciso que ele se olhe no espelho e peça perdão a Deus pela besteira que está falando”.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FH contra-ataca e diz que ‘bandido é na cadeia’

‘É preciso que ele se olhe no espelho e peça perdão a Deus pela besteira que está falando’, afirma, sobre Lula

Flávio Freire

• SÃO PAULO. Ao rebater a acusação do presidente e candidato à reeleição pelo PT, Luiz Inácio Lula da Silva, de que seu governo generalizou a corrupção no país, o ex-presidente Fernando Henrique disse que as denúncias de corrupção no governo Lula empurraram o Brasil para o ponto mais baixo de sua história.

Fernando Henrique disse ainda que o Congresso foi criminoso ao absolver os mensaleiros, que lugar de ladrão é na cadeia e que não concorda com as declarações do presidente de que, neste momento, todos na política são iguais.

— Iguais, não. Eu não sou igual a ele (repetiu três vezes, sob aplausos). Queria ter sido igual a ele quando ele foi líder operário e eu o acompanhei na greve ainda no tempo da ditadura. Queria ter sido igual a ele naquele tempo, mas ele mudou e agora prega e faz tudo o que combateu — disse Fernando Henrique, durante discurso em almoço de adesão de empresários, artistas e esportistas à candidatura presidencial do tucano Geraldo Alckmin.

Mais críticas depois do discurso

Depois do discurso, já no estacionamento do Jockey Club, Fernando Henrique disse ao GLOBO que Lula não pode transferir para a oposição os problemas de sua gestão.

— Não fizemos essa corrupção do Estado através de nomeações partidárias. É preciso que ele se olhe no espelho e peça perdão a Deus pela besteira que está falando — disse.

Depois de chegar atrasado ao almoço, Fernando Henrique disse que não adianta culpar o sistema político pela falta de moral

dos parlamentares.

— Não adianta dizer que o sistema é culpado. O sistema tem muitos erros, mas moral é conduta, é pessoal, é individual. Moral não é sistema, quem falha tem que ser punido como pessoa porque falhou — disse.

Ao disparar ataques à conduta de Lula sobre irregularidades cometidas por pessoas ligadas ao primeiro escalão, Fernando Henrique disse que Lula falha quando passa a mão na cabeça de políticos acusados de envolvimento em escândalos.

— Quando há desvio ou alguma coisa equivocada, ele passa a mão na cabeça e diz que o companheiro errou. O companheiro errou, não; o senhor errou porque não puniu o companheiro. Isso precisa ser dito e cobrado — disse ele.

O ex-presidente aproveitou o discurso para destacar que a candidatura tucana à Presidência precisa liquidar a diferença nas pesquisas de opinião pública em relação a Lula. Fernando Henrique incitou o público que se dizia indignado com as denúncias de corrupção do governo a “botar fogo no palheiro”.

— O povo também está indignado e precisamos despertar essa indignação. É fogo no palheiro. É isso que nós precisamos. Muitas vezes me tolho por já ter sido presidente e por não estar em funções públicas diretas. Me tolho de dizer as palavras que precisam ser ditas: ladrão é na cadeia — disse Fernando Henrique, criticando ainda os que tentam transferir ao sistema político as irregularidades cometidas na administração pública.

O ex-presidente disse que “Alckmin é uma pessoa que não precisa não ter caráter para chegar perto do povo”.

— Não precisa ser macunático para dizer que é popular. Pode-se ser popular mantendo a decência. ■

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Dossiê Vedoin foi decisivo para a queda”, publicada pelo jornal **O Estado de São Paulo** de 02 de outubro do corrente.

A matéria destaca que a reeleição do Presidente Lula estava ganha até que surgiu o escândalo da compra de um falso dossiê contra candidatos tucanos.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste

pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Dossiê Vedoin foi decisivo para queda

‘Eleição estava ganha não fosse esse incidente’, lamenta Carvalho

Expedito Filho
Wilson Costa
Vanico Ciccarini

No meio do caminho da reeleição, havia um dossiê. O escândalo envolvendo a tentativa de compra, por petistas, de documentos e de uma entrevista do empresário Luiz Antônio Vedoin, dono da Planam e chefe da máfia das ambulâncias superfaturadas, supostamente comprometedoras para os tucanos, atingia a candidatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição e acabou bilando o PSDB. A avaliação é do próprio romancista da campanha do PT, que ontem avaliava que os prejuízos sofridos por Lula nos últimos dias foram enormes.

“O que ca para se salvar com clareza é que houve um prejuízo. Essa eleição estava ganha, não fosse esse incidente”, avaliou um dos auxiliares mais próximos do presidente, o chefe de gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho. Em contraste com o discurso de Lula ao votar, de confiança na vitória no primeiro turno, ele admitiu que a “crise final do dossiê” pós-emissão e reeleição. Na sexta-feira, houve o vazamento das fotos do dinheiro que supostamente seria usado por petistas para comprar o material. O PT recorreu à Justiça, mas foi frus-

trada a tentativa de impedir a divulgação das imagens.

Há duas semanas, a campanha era cada como iliquidada. Lula tinha folga de cerca de 5 pontos a frente da soma dos adversários. Geraldo Alcântara (PSDB) parecia estagnado. Entre os dias 14 e 15, a Polícia Federal deteve Vedoin, o ex-policista federal Gedimar Passos e o petista Valdebran Padilha. Na operação, foram apreendidos R\$ 1,75 milhão. Passos e Padilha eram ligados ao chamado “grupo de inteligência” da campanha do PT, que fazia o jogo pesado contra adversários.

A crise cresceu quando Gedimar acusou o jurista da Presidência Freud Godoy, antigo seguidor do presidente, de ter dado a ordem para o pagamento. Freud perdeu o cargo, assim como outros suspeitos: o ex-diretor do Banco do Brasil, Expedito Veloso; o ex-secretário do Ministério do Trabalho, Osvaldo Bargas; o ex-coordenador de comunicação da campanha de Alcizio Mercadante ao governo paulista, Hamilton Lacerda; e Jorge Lorenzetti, churrascoeiro do Lula, ex-diretor do Banco do Estado de Santa Catarina e suposto mentor da operação.

Também o presidente do PT, Ricardo Berzoini, foi atingido. Ele foi demitido de cargo de coordenador de campanha por

O escândalo que abalou Lula

Em maio, a PF desmontou quadrilha que desviava verba pública por meio da apresentação de emendas parlamentares para a compra de ambulâncias e equipamentos hospitalares. O caso ficou conhecido como máfia dos sanguessugas. Quem chefiava o esquema era a família Vedoin, também envolvida no dossiê

OS AUTORES

• **Luiz Antônio Vedoin** e seu pai, **Darci**, foram os autores do dossiê que poria tucanos sob suspeita de envolvimento na máfia dos sanguessugas. Foram presos no dia 14 de setembro, em Curitiba

O PORTADOR

• Tio de Luiz Antônio, **Paulo Roberto Trevisan** tinha ficado encarregado de levar até São Paulo o material contra tucanos e entregá-lo aos petistas. Foi preso também no dia 14, em Curitiba, antes de embarcar para cumprir sua tarefa

OS COMPARTADORES

• **Valdebran Padilha** e **Gedimar Passos** receberam o dossiê, em SP. Ambos foram presos com o R\$ 1,75 ml do pagamento do material, no dia 15

O INTERMEDIÁRIO 2

• **Hamilton Lacerda**, coordenador da campanha de Mercadante, teria levado o R\$ 1,75 ml aos petistas. Admitiu que falou com a JSTSE. Saiu do cargo

O INTERMEDIÁRIO 1

• O então assessor da Presidência, **Freud Godoy**, é suspeito de ter se reunido com Valdebran e Gedimar para tratar da negociação. Saiu do cargo

O ENVIADO

• **Expedito Afonso Veloso**, então diretor do Banco do Brasil (mas em férias para atuar na campanha), foi a Curitiba para reunir dados para o dossiê Vedoin. Foi exonerado pelo do cargo

O MANDANTE

• **Jorge Lorenzetti**, mais conhecido como o churrasqueiro favorito de Lula, assumiu responsabilidade na negociação, mas negou haver dinheiro. Reuniu-se com a Época para oferecer denúncias

O INTERMEDIÁRIO 3

• **Osvaldo Bargas**, ex-secretário do Ministério do Trabalho e elaborador do programa de governo de Lula para esta campanha, também foi à Época. afirmou que Berzoini sabia do encontro com a revista

COMPLICA PARA LULA

• **Ricardo Berzoini** admite ter subido da reunião com a revista. O fato aproxima o caso de Lula. O petista saiu da campanha

A PRESSÃO AUMENTA

A oposição ataca

• Lideranças do PSDB e do PFL entram com representação no TSE pedindo que apure a participação de Lula e de outros no caso. Requerem também ao tribunal a quebra do sigilo de Freud e demais envolvidos

O último debate

• Disposto a compenecer o debate – que seria o último, ca Giobbo –, **Lula** **desistiu** depois que o caso começou a chegar na Justiça perto de Flanato. Manteve o suspense até o último instante e foi criticado até pela emissora

Enfim, o dinheiro

• As fotos tiradas do R\$ 1,75 milhão são passadas à imprensa, e o PT entra com ação na Justiça para impedir a divulgação – o que foi negado. A atitude da PF de não mostrar as imagens logo que o caso estourou foi criticada

O quadro muda

• Pesquisas de intenção de voto divulgadas ao longo da semana e no sábado apontam para a probabilidade de um 2.º turno. Lula, favorito absoluto até então, amarga as consequências – e tralhadadas – do dossiê Vedoin

Lula e ainda teve de ouvi-lo, publicamente, chamar os responsáveis pelo caso de “alopradados”. A demissão de Berzoini foi uma tentativa de estancar a sangria de votos que já se anunciava em

pesquisas internas. Agora, sua permanência como presidente do PT está ameaçada. Ministros petistas já começam a articular a sua substituição. “O dossiê, é claro, gerou uma exposi-

ção negativa”, admitiu Berzoini, que nega que possa deixar a Presidência do PT.

Identificado como criador do grupo de inteligência – dissolvido pelo novo coordenador da

campanha, Marco Aurélio Garcia –, o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, pediu solução política para a situação dos petistas envolvidos. Ele não quer apuração interna para o caso.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA - (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “O ‘modus operandi’ da reeleição”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 12 de setembro deste ano.

O artigo trata da auditoria do Tribunal de Contas da União que pôs em dúvida a confecção e distribuição de material gráfico com propaganda institucional do governo Lula.

Segundo o editorial, o episódio serve para ilustrar “o esquema petista de poder, cuja desenvoltura não conhece limites”. Ainda segundo o editorial, “Difícil imaginar um símbolo mais definidor da promiscuidade

de entre uma esfera do setor público e a agremiação política a que pertencem os seus dirigentes”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O ‘modus operandi’ da reeleição

Graças ao zelo do Tribunal de Contas da União (TCU), a opinião pública tem uma nova oportunidade de ver de perto como o governo Lula lida com as leis e o dinheiro – em outras palavras, dada a natureza dos problemas levantados pela instituição, o *modus operandi*, ou m.o., como dizem os criminologistas, do esquema petista de poder, cuja desenvoltura não conhece limites. Em um caso, tudo leva a crer na existência de um escandaloso superfaturamento, além da ostensiva eliminação de fronteiras entre a administração federal e o PT. No outro, o delito em relação ao qual o TCU pediu “providências cabíveis” ao Ministério Público, é o desdém pela legislação eleitoral, que proíbe transferências voluntárias da União para os demais entes federativos – salvo exceções nitidamente caracterizadas – nos três meses anteriores aos pleitos nacionais.

Cada qual a seu modo, trata-se de dois episódios escabrosos. O primeiro veio à luz em outubro do ano passado, quando, a partir de uma auditoria, o TCU pôs em dúvida a confecção e distribuição de 2 milhões dos 5 milhões de exemplares de material de propaganda do governo, encomendado pela Secretaria de Comunicação do Planalto (Secom), então dirigida pelo ministro Luiz Gushiken. Pelo serviço, o órgão alegadamente pagou a duas agências de publicidade – uma delas a Duda Mendonça & Associados – R\$ 11 milhões. Alegadamente, porque o Tribunal não encontrou comprovantes do gasto. A perícia também considerou superfaturado o custo da operação. Em resposta ao TCU, revelou a revista *Veja*, a Secom alegou que o material foi, sim, confeccionado – e entregue diretamente pelas agências ao PT para ser distribuído.

Difícil imaginar um símbolo mais definidor da promiscuidade entre uma esfera do setor público e a agremiação política a que pertencem os seus dirigentes. Literalmente desde a posse do presidente Lula, o Estado nacional e o seu partido se tornaram peças sincronizadas de uma mesma engrenagem criada para manter o poder nas mãos dos seus atuais detentores. A seu ver, é apenas natural o aparato de comunicação do governo recorrer ao PT – que só falta ter uma sede na Esplanada dos Ministérios – para executar uma tarefa, como

a de distribuir material pago com dinheiro do contribuinte, ainda por cima superfaturado, como concluiu a auditoria do TCU. “Não é usual a administração pública contratar um serviço e a sua distribuição ser feita por uma entidade não pública, no caso, um partido”, comentou o procurador da República junto ao TCU, Lucas Furtado.

Não é admissível, devia ter dito, como fez o relator do processo no órgão, ministro Ubiratan Aguiar. *E é ilegal. Assim como é patente a ilegalidade dos repasses de verbas do Ministério da Saúde ao Piauí, não por acaso governado por um petista, para a compra de ambulâncias, e da Agricultura a 17 prefeituras de 11 Estados, para a compra de tratores, depois do prazo fatal de 30 de junho.*

(O ministério diz que a responsabilidade é da Caixa Econômica Federal.) Tanto que o TCU bloqueou a transferência de um total de R\$ 10,8 milhões – e apura possíveis irregularidades em outros repasses de vários ministérios, no valor de R\$ 55,2 milhões, noticiou a *Folha de S. Paulo*. Ao determinar o primeiro bloqueio, o ministro Valmir Campelo advertiu que “os recursos ilegalmente repassados poderão ser utilizados para fins eleitorais”.

De todo modo, se o Ministério Público, acionado pelo TCU, considerar que as transferências de fato configuram crime eleitoral e pedir abertura de processo contra o presidente junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ele só poderá sofrer alguma punição se ficar demonstrado que sabia que as verbas seriam liberadas. O retrospecto deve tranquilizá-lo: embora sejam veementes os indícios de que tinha conhecimento da compra sistemática de deputados para servir ao governo – com riqueza de detalhes, tanto o então deputado petebista Roberto Jefferson quanto o governador tucano de Goiás, Marconi Perillo, afirmaram tê-lo alertado da enormidade –, o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, aparentemente não conseguiu reunir elementos para citá-lo ao lado de 40 membros denunciados da “sofisticada organização criminosa” envolvida com o mensalão.

E assim se move, certa de que chegará lá, a máquina da reeleição de Lula. Afinal, quantos dos seus eleitores mudarão o voto por causa da simbiose entre o governo e o PT ou porque o governo transgrediu as regras eleitorais?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para solicitar que seja inserida nos Anais desta Casa a matéria intitulada “Mais uma tentativa de errar”, publicada pela revista **Exame** em sua edição de 13 de setembro do corrente ano.

A matéria trata da mais nova tentativa do governo Lula de interferir nos meios de comunicação. Até agora nada disso deu certo mas a idéia é continuar tentando. Segundo a matéria, “documento do PT divulgado pela *Folha de S. Paulo* revela que partido e governo continuam fascinados com o tema. Propõe-

se, ali, a criação de uma ‘Secretaria Especial de Democratização da Comunicação’, que teria a função de coordenar medidas ‘vigorosas’ para regular os meios de comunicação no Brasil”.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VidaReal

J.R. GUZZO

Mais uma tentativa de errar

Pela quarta vez em menos de quatro anos, sai das vizinhanças do governo um programa para interferir nos meios de comunicação. Até agora nada disso deu certo, mas a idéia é continuar tentando

QUANTO MAIS PASSA O TEMPO, MAIS UMA COISA VAI ficando certa: o governo parece ter incapacidade incurável de aprender com a experiência. É algo que se pode ver por toda parte, mas parece haver uma predileção especial em tentar o mesmo erro com as questões que envolvem a liberdade de expressão. Por mais fracassadas que tenham sido até agora suas tentativas de mexer no assunto, o PT simplesmente não se conforma: continua querendo inventar algum tipo de mecanismo para que o governo possa intervir nos meios de comunicação. Já tentou botar de pé uma repartição pública para se meter na produção audiovisual. Deu errado. Quis dar a um órgão sindical poderes para julgar o trabalho dos jornalistas e puni-los com penas de censura, multa ou cassação do registro profissional. Também deu errado. Mais recentemente, dessa vez no Senado, experimentou emplacar uma lei exigindo registro no Ministério do Trabalho para a prática de qual-

quer atividade ligada, mesmo de longe, à imprensa — uma aberração tão completa que o presidente da República acabou vetando-a. Agora, pela quarta vez em menos de quatro anos, um documento do PT divulgado pela *Folha de S. Paulo* revela que partido e governo continuam fascinados com o tema. Propõe-se, ali, a criação de uma “Secretaria Especial de Democratização da Comunicação”, que teria a função de coordenar medidas “vigorosas” para regular os meios de comunicação no Brasil. Entre elas, o recadastramento de licenças para TVs e rádios, com a cassação das que estejam em desacordo com uma nova “Lei Geral de Comunicação Eletrônica”, a criação de “conselhos populares” para decidir sobre novas licenças e a utilização de dinheiro de bancos estatais e de outros órgãos públicos para o lançamento de revistas e jornais “não vinculados aos grandes grupos de comunicação”. Em matéria de sanatório geral, é difícil fazer melhor que isso.

Como diz o deputado Delfim Netto em artigo na mesma *Folha de S. Paulo*, o Brasil tem um traço interessantíssimo: aqui as idéias velhas não morrem. São congeladas e reaparecem, de tempos em tempos, como uma espécie de ectoplasma em centro espírita. A observação do deputado não foi feita pensando no documento do PT, mas serve para descrever com muita propriedade o sonho recorrente, por parte de pessoas ligadas ao atual governo, de controlar os meios de comunicação por mecanismos operados pelo Palácio do Planalto. Mais do que do congelador, é coisa tirada da sepultura em que jazem as “democracias populares”, dentro da ilusão segundo a qual se podem eliminar realidades que incomodam por meio de atos administrativos — como é o caso da frustração do governo petista diante da imprensa. Só funciona em ditaduras, enquanto elas duram, mas esse fato não parece impressionar os autores da proposta, seja porque acreditam na volta dos mortos-vivos, seja porque acreditam na volta da ditadura. Em sua visão, o governo não considerou a comunicação “como tarefa politicamente estratégica” durante este mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva: quer fazer isso no segundo, caso chegue lá.

As recomendações do documento não foram incluídas no re-

cém-apresentado programa de ação de um próximo governo Lula e, mesmo que fossem, não seriam aprovadas no Congresso, por mais “base aliada” que se consiga eleger: aí, só um ato institucional resolve. Mas a questão não está em determinar se a proposta tem ou não tem viabilidade prática — cada um, afinal, é livre para propor o que quiser. Num país em que o presidente da Câmara dos Deputados defende um projeto de lei obrigando as padarias a misturar farinha de mandioca no pão, por que um grupo do PT não teria o direito de propor seu plano de “democratização” da imprensa? O problema com as idéias divulgadas pelo PT a respeito do tema está, simplesmente, em demonstrar mais uma vez o mundo mental em que vive o partido do governo, ou parte dele. Ali se pode ver o Brasil que os autores do documento gostariam de criar, caso pudessem.

A proposta de instituir a “Secretaria Especial de Democratização da Comunicação” vem embrulhada na

habitual linguagem benigna que se utiliza quando a intenção é ocultar os fatos com palavras. Fala-se, ali, da necessidade de haver mais “equilíbrio e proporção” nas notícias e opiniões que a mídia leva a público, dentro do objetivo virtuoso de “democratizar a comunicação” no Brasil. Segundo o documento petista, o país precisa ter “mecanismos legais que efetivamente coíbam a concentração de propriedade e de produção de conteúdos e o desequilíbrio concorrencial, garantindo a competitividade, a pluralidade, a diversidade e a concorrência”. Com isso estaria sendo atendida, segundo a proposta, uma condição essencial para “o aprofundamento da democracia no Brasil”. No papel, é tudo coisa finíssima. No mundo das realidades, não é nada disso. Na verdade, como comprova a experiência, é exatamente o contrário — a começar pela história de “aprofundar” a democracia, que acaba sempre mal. O verbo, no caso, funciona apenas no sentido de levar a democracia ao fundo do poço.

A realidade por trás dessa conversa toda é bem simples. Governo, quando se preocupa em “democratizar” a imprensa, não quer democratizar coisa nenhuma; quer, isso sim, mandar no que a imprensa publica. Governos não gostam de críticas, nem construtivas nem de qualquer outro gênero; gostam mesmo é de elogio. Imprensa equilibrada, democrática, plural, sensata, decente e por aí afora no rol das virtudes é imprensa que não fala mal do governo — nem quando expõe fatos, nem quando opina. O resto é conversa fiada em estado 100%

Governo gosta mesmo é de elogio. Tudo o mais é só conversa fiada

puro. Como alguém pode acreditar que haja boas intenções, ou um sincero desejo de aperfeiçoar a democracia no país, na idéia de criar “conselhos populares” para distribuir canais de televisão e frequências de rádio? Ou como é possível imaginar que jornais e revistas criados com dinheiro do Banco do Brasil sejam independentes do governo? É claro que não dá. Não é questão de má vontade com o presente governo, que, até justificadamente, sente-se aborrecido em apanhar da imprensa como vem apanhando, sobretudo ao longo do último ano. É que sistemas do tipo que o documento do PT propõe não podem dar certo em nenhum governo, seja ele qual for — de esquerda, de direita, liberal ou qualquer outra coisa. O fato é que não é possível, ao mesmo tempo, respeitar a liberdade dos meios de comunicação e criar um órgão público para cuidar, justamente, dos meios de comunicação. Ou se tem uma coisa ou se tem a outra. Nas democracias de verdade, só se tem a primeira.

O PT, e sabe-se lá quanta gente dentro da atual administração, não quer mexer nos meios de comunicação porque se converteu, de repente, aos princípios da livre concorrência. Seu objeto de desejo é conseguir, com o passe de mágica de uma repartição subordinada ao presidente da República, desenvolver o velho “esquema de apoio” na imprensa. De novo, não importa que haja uma contradição fundamental entre esse desejo e a realidade de um país que mantém em funcionamento os poderes legislativo e judiciário, por piores que sejam. A realidade é que se quer mexer em algo que não é para ser mexido — da mesma maneira que não se mexe na tabuada ou na prova dos nove para torná-las melhores ou, como diria o documento do PT, mais “democráticas”. Não é da conta do poder público se a imprensa é boa ou ruim: isso é da conta, exclusivamente, dos leitores, ouvintes e telespectadores, que quando não gostam do que lêem, ouvem ou vêem simplesmente vão embora. O único dever do governo em relação à imprensa é garantir que ela seja livre. Toda vez que pretende fazer algo além disso, o resultado é um desastre.

As manifestações que as autoridades têm feito sobre o assunto não são de animar. O presidente da República, por exemplo, vem dizendo que sua excelente posição nas pesquisas eleitorais demonstram que a imprensa está errada. Ou seja: a mídia erra, segundo esse tipo de raciocínio, não porque as notícias que dá são falsas, mas porque a grande maioria da população quer votar nele. Quer mesmo, segundo as pesquisas, mas e daí? A realidade não tem nenhuma obrigação de subordinar o que publica aos índices dos institutos de sondagem eleitoral — caso contrário, só acertaria falando bem de quem ganha e falando mal de quem perde. O eleitorado, por sua vez, não tem nenhuma obrigação de votar de acordo com aquilo que a imprensa diz; pode, aliás, nem tomar conhecimento do que os meios de comunicação publicam. Nem a mídia está certa ou errada por causa da direção do voto, nem o voto está certo ou errado por causa da direção da mídia. A liberdade não ganha nada quando se confundem essas coisas. ■

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/

PT – RJ) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/

PT – RJ) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 20 minutos.)

(OS:15696/21006)

Ata da 177ª Sessão Não Deliberativa, em 31 de outubro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência da Sra. Heloísa Helena

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 1.709/06/SGM/P

Brasília, 27 de outubro de 2006

Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 2.810/00, do Senado Federal (PDS nº 604/99, na origem), que “Dispõe sobre os limites da receita bruta anual e os percentuais aplicáveis à receita bruta mensal das empresas inscritas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples, de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.”.

Atenciosamente, – **Aldo Rebelo**, Presidente.

OF. Nº 1.710/06/SGM/P

Brasília, 27 de outubro de 2006

Assunto: comunica arquivamento de proposição.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 7.102/06, do Senado Federal (PLS nº 421/05, na origem), que “Inscreve o nome de Sepé Tiarajú no Livro dos Heróis da Pátria.”.

Atenciosamente – **Aldo Rebelo**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 1.754/06/SGM/P

Brasília, 30 de outubro de 2006

Assunto: Encaminhamento do processo de Medida Provisória – término do prazo de vigência.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins do disposto no art. 11, combinado com o parágrafo único do art. 14, da Resolução nº 1, de 2002-CN, o processado da Medida Provisória nº 303, de 2006, tendo em vista o término do prazo de vigência de 27 de outubro de 2006, nos termos do art. 62 da Constituição Federal.

Atenciosamente, – **Aldo Rebelo**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação e será cumprido o disposto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O processado do **Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2006**, proveniente da **Medida Provisória nº 303, 2006**, vai à Comissão Mista.

Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, DE 2006

Altera a Lei nº 9.263, de 12-1-1996, que trata do planejamento familiar, para tornar obrigatório o ensino de educação sexual, instituir o Dia do Planejamento Familiar reduzir a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica e revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges, na vigência de sociedade conjugal para a realização de esterilização cirúrgica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os artigos 5º e 1º da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 5º

§ 1º E obrigatória a educação sexual:

I – no ensino médio e fundamental dos estabelecimentos de ensino público e privado;

II – na instrução prestada aos militares das Forças Armadas submetidos ao serviço militar obrigatório, nas academias e demais cursos de formação militar, bem como de formação da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Ferroviária Federal.

§ 2º Fica instituído o Dia do Planejamento Familiar”, a ser comemorado anualmente no dia 12 de janeiro, com o objetivo de difundir a prática e os direitos reprodutivos da população.(NR)”

Art. 10.

I – em homens e mulheres com capacidade civil plena e maiores de dezoito anos de idade e, pelo menos, com dois filhos vivos, desde que observado o prazo mínimo de sessenta dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico, período no qual será propiciado à pessoa interessada acesso a serviço de regulação da fecundidade, incluindo aconselhamento por equipe multidisciplinar, visando a desencorajar a esterilização precoce; (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ressalvado o disposto nos incisos I e II, do § 1º, do seu artigo 5º, que entrará em vigência um ano após a data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o § 5º do art. 10 da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996.

Justificação

As alterações que propomos à Lei do Planejamento Familiar objetivam instituir medidas que propiciem, mormente às camadas mais pobres da população, obter informações sobre planejamento familiar e atnpliação de seu acesso a essas ações.

Nesse sentido, pretendemos que a educação sexual se torne obrigatória no ensino fundamental e médio e na instrução prestada aos submetidos ao Serviço Militar Obrigatório e demais cursitas de instituições de formação militar e policial, providência esta imposta aos sistemas público e privado de ensino regular e às organizações militares.

Pretendemos instituir, também, um “Dia do Planejamento Familiar”, a ser comemorado anualmente

no dia da sanção da Lei de Planejamento Familiar – 12 de janeiro, visando à realização de eventos tendentes a difundir e estimular essa saudável prática.

Outra mudança proposta é a redução da idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica dos atuais vinte e cinco anos para os dezoito. O limite atual é incompatível com a realidade fática e o arcabouço jurídico assentado. Com efeito, é de dezoito anos a idade mínima exigida para a adoção de filhos, segundo o Código Civil. Esse Código, igualmente, reconhece no cidadão com dezoito anos de idade a maturidade e o discernimento completos, necessários à prática de todos os atos da vida civil, a saber:

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

.....

“Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

.....

Art. 1.618. Só a pessoa maior de dezoito anos pode adotar.”

Por fim, temos por abusiva a intervenção do Estado, de impor o consentimento do casal, na vigência de sociedade conjugal, para a esterilização voluntária de um ou de ambos. Assim entendemos porque a lei não impõe, como não poderia impor, que do estabelecimento do consórcio conjugal decorra necessária procriação. Além disso, há que se respeitar a decisão individual de ter ou de limitar o número de filhos.

É imprescindível ressaltar, a existência de expresso comando constitucional que veda ao Estado interferir na livre deliberação do casal sobre o planejamento familiar, inclusive de ter, limitar o número ou de não ter filhos, a saber:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....

“Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

.....

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

.....

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer for-

ma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.”

Por abundância, temos a reiteração, cota idêntica fórmula, dessa limitação à intervenção do Estado nos negócios de família também assentada no Código Civil (art. 1.565, § 2º, da Lei. nº 11.406/02).

Por outro lado, quando a esterilização objetiva a limitação do número de filhos, a exigência da outorga uxória se mostra discriminatória à entidade familiar, já que ao homem ou mulher solteiros a lei apenas exige idade mínima ou que o pretendente tenha pelo menos dois filhos vivos (Lei nº 9.293/96, art. 10, I). Assim, resulta que ante a recusa de autorização de um deles, face o comando legal atualmente em vigor, resta ao casal o risco de gravidezes indesejadas, situação agravada pelos insuficientes meios e informações contraceptivos disponibilizados pelo poder público.

Com efeito, pesquisa¹ realizada pela Universidade de Brasília, em 2004, analisando a qualidade da assistência à saúde da mulher oferecida pelo SUS – inclusive o acesso a ações de planejamento familiar –, evidenciou que apenas 20,1% dos municípios brasileiros mantinham ações de atenção à saúde da mulher: 18,2% ofereciam o conjunto de atividades considerado “atenção básica” e apenas 1,9% disponibilizavam o que o estudo classificava como “atenção semi-integral”.

A atenção aos casos de infertilidade não era oferecida por 72,9% dos municípios e a oferta de contraceptivos como os dispositivos intra-uterinos e o diafragma, por exemplo, era inexistente na maior parte das cidades.

Assim, em face dessas considerações, aguardamos o apoio dos nobres colegas a essa proposição cujo intuito é o aprimoramento da legislação que regulamenta o planejamento familiar em nosso País. Sala das Sessões, – Senador **Marcelo Crivela**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

“Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

¹ A pesquisa foi coordenada por Ana Maria Costa e, por meio de questionários, investigadas 627 secretarias municipais de saúde, entre outubro de 2003 e abril de 2004, em relação a informações sociodemográficas e administrativas do município; o grau de prioridade atribuída à atenção à saúde da mulher; a qualidade das atividades oferecidas e sua oferta.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.”

LEI Nº 11.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

“Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

Art. 1.565. Pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família.

§ 2º O planejamento familiar é de livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e financeiros para o exercício desse direito, vedado qualquer tipo de coerção por parte de instituições privadas ou públicas.

Art. 1.618. Só a pessoa maior de dezoito anos pode adotar.”

LEI Nº 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996

Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.

Art. 5º É dever do Estado, através do Sistema Único de Saúde, em associação, no que couber, às instâncias componentes do sistema educacional, promover condições e recursos informativos, educacionais, técnicos e científicos que assegurem o livre exercício do planejamento familiar.

Art. 10. Somente é permitida a esterilização voluntária nas seguintes situações:

I – em homens e mulheres com capacidade civil plena e maiores de vinte e cinco anos de idade ou, pelo menos, com dois filhos vivos, desde que observado o prazo mínimo de sessenta dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico, período no qual será propiciado à pessoa interessada acesso a serviço de regulação da fecundidade, incluindo aconselhamen-

to por equipe multidisciplinar, visando desencorajar a esterilização precoce;

.....
 5º Na vigência de sociedade conjugal, a esterilização depende do consentimento expresso de ambos os cônjuges.

(À Comissão de Educação e de Assuntos
 Sociais em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 285, DE 2006

Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa “Cantando as Diferenças”, destinado a promover a inclusão social de grupos discriminados e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, nos termos desta Lei, o Programa “Cantando as Diferenças”, com o fim de promover a inclusão social de grupos discriminados por etnia, raça, gênero, idade, livre opção sexual, pessoa com deficiência e condição social.

Art. 2º Para efeitos desta lei, o programa “Cantando as Diferenças” articula municípios e comunidades em ações de inclusão social, com base no disposto na legislação vigente e nos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Parágrafo único. As atividades a serem desenvolvidas no âmbito do programa incluem produção e divulgação de trabalhos e atividades relacionados com arte, cultura, educação, inserção laboral, defesa do meio ambiente e Direitos Humanos.

Art. 3º O Programa “Cantando as Diferenças” será implementado mediante convênios a serem celebrados entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será financiado com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, Fundo Nacional do Idoso e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e o Fundo Nacional da Criança e do Adolescente, Fundo Nacional.

§ 1º O programa mencionado no caput deste artigo será coordenado pelo Conselho Gestor do Cantando as Diferenças, composto por dois membros de cada fundo que custeia o programa e um presidente indicado pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

§ 2º Os critérios para a inclusão dos municípios e das instituições governamentais e não-governamentais no programa serão definidos pelo órgão gestor.

Art. 4º O poder executivo, nas três esferas de governo, assegurará a inclusão de temas transversais nos conteúdos curriculares nacionais abrangendo as

diferenças de gênero, raça, idade, livre opção sexual, pessoa com deficiência e inclusão social.

Art. 5º É instituído o Dia Nacional de Reflexão do “Cantando as Diferenças”, que será celebrado no dia 10 de agosto.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O programa “Cantando as Diferenças” objetiva promover uma ampla e gradual mudança no modo de enxergar as mais variadas diferenças de gênero, raça, idade, livre opção sexual, pessoa com deficiência, inclusão social e, meio ambiente ou seja, uma mudança de consciência e atitude.

Para alcançar este objetivo o programa propõe o trabalho conjunto da sociedade e do governo no âmbito municipal, abrangendo aspectos como educação, esportes, lazer, produção cultural e artística, para os grupos tradicionalmente discriminados por suas “diferenças” físicas, mentais, raciais, de idade e de gênero.

Embora existam no Brasil várias leis que, pelo menos teoricamente, protegem os grupos mais desfavorecidos e vulneráveis da sociedade, como por exemplo o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), ou Projetos de Lei como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Estatuto da Igualdade Racial, Estatuto da Mulher, Estatuto dos Povos Indígenas e leis do Meio Ambiente, a verdadeira inclusão social e política só é alcançada pela execução de políticas públicas capazes de envolver setores da sociedade e do governo em torno de objetivos comuns.

O projeto aqui proposto teve como origem a experiência vitoriosa realizada em vários municípios gaúchos, que permitiu dar vez e voz à grande maioria de seu povo, que por um motivo ou outro, sempre esteve à margem da participação política, das discussões acerca dos rumos de suas vidas.

Os primeiros passos deste projeto nasceram do espírito empreendedor do Centro de Integração Paulo Paim, que com pequenas idéias e atitudes encontrou na ULBRA – Universidade Luterana do Brasil um parceiro para a extensão e divulgação do projeto, o qual é visto e divulgado em todo o Estado do Rio Grande do Sul, em outros estados e até internacionalmente.

De acordo com documento da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Gravataí/RS, primeiro município a implementar o mencionado programa, a idéia é propor um outro olhar – saindo de um olhar de cuidado e assistencialismo para um olhar

de direitos, reconhecendo politicamente as diferenças individuais, culturais e sociais – na busca da inclusão da sociedade e do Estado para com todas as pessoas e suas culturas.

Como dito, o referido projeto já foi expandido para outros municípios do estado e desenvolve atividades como a participação de professores da rede municipal em cursos para atender alunos com deficiência, e a promoção de eventos culturais e esportivos.

A adoção de temas transversais abrangendo as diferenças de gênero, raça, idade, livre opção sexual, pessoa com deficiência e inclusão social, prevista no artigo 4º, permitirá que estes conteúdos possam permear todas as áreas do conhecimento, facilitando a compreensão e a importância de uma formação integral do ponto de vista ético e da pluralidade de expressões no âmbito educacional.

Tendo em vista que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a legislação correlata já prevêem a inclusão de temas transversais nos currículos educacionais, os temas propostos poderão ser perfeitamente recepcionados pelo ordenamento jurídico nacional.

O sucesso das atividades desenvolvidas pelo programa, realizadas mediante parcerias com várias entidades estaduais, públicas e privadas, nos vários municípios gaúchos, nos leva a crer que este programa pode ser implementado em outros municípios do Brasil.

Convém, ainda, para que possamos, anualmente, rememorar este projeto, buscando inspiração na data de 10 de agosto, nos remetendo à morte de Florestan Fernandes.

Florestan Fernandes, nascido em 22 de julho de 1920, já aos seis anos de idade se inseria na sociedade em busca da sobrevivência dentro de uma infância pobre e edificou, nos seus 75 anos de existência, uma revolução sociológica em nosso País.

Foi guerreiro na luta contra a desigualdade, lutou e influenciou as transformações sociais, firmou parcerias com mentes como Darcy Ribeiro (em defesa da educação), Betinho (na luta contra a fome), Chico Mendes (em defesa da natureza) e outros. Empregou seu vigor de idéias na consolidação de um novo projeto de sociedade, ajudando a recuperar algumas condições de existência, de vida e de trabalho do negro, índio, caboclo, deficiente, escravo, colono, seringueiro, do meio ambiente e outros.

Ao homenagearmos Florestan Fernandes com o Dia Nacional de Reflexão do Cantando as Diferenças, estamos homenageando também celebridades que marcaram história na luta contra a opressão, desigualdade e injustiça, que tombaram na construção de um mundo melhor para todos.

Daí porque a data de sua morte ser escolhida como marco para a reflexão deste grandioso projeto “Cantando as Diferenças” a ser implantado, acredito, muito em breve.

Assim, pedimos aos nobres pares a aprovação deste projeto de lei, elaborado com o sentido de proporcionar, a todos os grupos que tradicionalmente foram discriminados em nossa sociedade, a oportunidade de traduzir o disposto nas leis em ação, dando cidadania e dignidade a milhares de brasileiros em harmonia com o nosso ecossistema.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2006. – Ssenador **Paulo Paim**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Educação, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, DE 2006

Institui o dia Nacional de reflexão do “Cantando as Diferenças”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o Dia Nacional de reflexão do “Cantando as Diferenças”, que será celebrado no dia 10 de agosto.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O programa “Cantando as Diferenças” objetiva promover uma ampla e gradual mudança no modo de enxergar as mais variadas diferenças de gênero, raça, idade, livre opção sexual, pessoa com deficiência, inclusão social e, meio ambiente ou seja, uma mudança de consciência e atitude.

Para alcançar este objetivo o programa propõe o trabalho conjunto da sociedade e do governo no âmbito municipal, abrangendo aspectos como educação, esportes, lazer, produção cultural e artística, para os grupos tradicionalmente discriminados por suas “diferenças” físicas, mentais, raciais, de idade e de gênero.

Embora existam no Brasil várias leis que, pelo menos teoricamente, protegem os grupos mais desfavorecidos e vulneráveis da sociedade, como por exemplo o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), ou Projetos de Lei como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Estatuto da Igualdade Racial, Estatuto da Mulher, Estatuto dos Povos Indígenas e leis do Meio Ambiente, a verdadeira inclusão social e política só é alcançada pela

execução de políticas públicas capazes de envolver setores da sociedade e do governo em torno de objetivos comuns.

O projeto aqui proposto teve como origem a experiência vitoriosa realizada em vários municípios gaúchos, que permitiu dar vez e voz à grande maioria de seu povo, que por um motivo ou outro, sempre esteve à margem da participação política, das discussões acerca dos rumos de suas vidas.

Os primeiros passos deste projeto nasceram do espírito empreendedor do Centro de Integração Paulo Paim, que com pequenas idéias e atitudes encontrou na ULBRA – Universidade Luterana do Brasil um parceiro para a extensão e divulgação do projeto, o qual é visto e divulgado em todo o Estado do Rio Grande do Sul, em outros estados e até internacionalmente.

De acordo com documento da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Gravataí/RS, primeiro município a implementar o mencionado programa, a idéia é propor um outro olhar saindo de um olhar de cuidado e assistencialismo para um olhar de direitos, reconhecendo politicamente as diferenças individuais, culturais e sociais na busca da inclusão da sociedade e do Estado para com todas as pessoas e suas culturas.

Como dito, o referido projeto já foi expandido para outros municípios do estado e desenvolve atividades como a participação de professores da rede municipal em cursos para atender alunos com deficiência, e a promoção de eventos culturais e esportivos.

A adoção de temas transversais abrangendo as diferenças de gênero, raça, idade, livre opção sexual, pessoa com deficiência e inclusão social, prevista no artigo 4º, permitirá que estes conteúdos possam permear todas as áreas do conhecimento, facilitando a compreensão e a importância de uma formação integral do ponto de vista ético e da pluralidade de expressões no âmbito educacional.

Tendo em vista que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a legislação correlata já prevêem a inclusão de temas transversais nos currículos educacionais, os temas propostos poderão ser perfeitamente recepcionados pelo ordenamento jurídico nacional.

O sucesso das atividades desenvolvidas pelo programa, realizadas mediante parcerias com várias entidades estaduais, públicas e privadas, nos vários municípios gaúchos, nos leva a crer que este programa pode ser implementado em outros municípios do Brasil.

Convém, ainda, para que possamos, anualmente, rememorar este projeto buscando inspiração na data de 10 de agosto, nos remetendo à morte de Florestan Fernandes.

Florestan Fernandes, nascido em 22 de julho de 1920, já aos seis anos de idade se inseria na sociedade em busca da sobrevivência dentro de uma infância pobre e edificou, nos seus 75 anos de existência, uma revolução sociológica em nosso País.

Foi guerreiro na luta contra a desigualdade, lutou e influenciou as transformações sociais, firmou parcerias com mentes como Darcy Ribeiro (em defesa da educação), Betinho (na luta contra a fome), Chico Mendes (em defesa da natureza) e outros. Empregou seu vigor de idéias na consolidação de um novo projeto de sociedade, ajudando a recuperar algumas condições de existência, de vida e de trabalho do negro, índio, caboclo, deficiente, escravo, colono, seringueiro, do meio ambiente e outros.

Ao homenagearmos Florestan Fernandes com o Dia Nacional de Reflexão do Cantando as Diferenças, estamos homenageando também celebridades que marcaram história na luta contra a opressão, desigualdade e injustiça, que tombaram na construção de um mundo melhor para todos.

Daí porque a data de sua morte ser escolhida como marco para a reflexão deste grandioso projeto “Cantando as Diferenças” a ser implantado, acredito, muito em breve.

Assim, pedimos aos nobres pares a aprovação deste projeto de lei, elaborado com o sentido de proporcionar, a todos os grupos que tradicionalmente foram discriminados em nossa sociedade, a oportunidade de traduzir o disposto nas leis em ação, dando cidadania e dignidade a milhares de brasileiros em harmonia com o nosso ecossistema.

Sala das Sessões, 31 de Outubro de 2006, – Senador **Paulo Paim**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, DE 2006

Altera o Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre as sociedades de capitalização e dá outras providências, para vedar a cobrança de multas ou a retenção de quaisquer valores sobre o montante depositado por subscritores de títulos de capitalização na hipótese de resgate antecipado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se ao art. 3º do Decreto-Lei no 261, de 28 de fevereiro de 1967, o seguinte § 3º:

“Art. 3º.....
.....

§ 3º A regulamentação a ser definida pelos órgãos referidos neste Decreto-Lei deverá observar que é vedada às sociedades de capitalização a cobrança de qualquer multa ou penalidade, ou a retenção de quaisquer valores a qualquer título, sobre o montante capitalizado relativo às parcelas já pagas pelo subscritor de plano de capitalização na hipótese de resgate antecipado desses valores, sendo igualmente vedada a estipulação de prazos de carência para o resgate antecipado.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Na prática, as sociedades de capitalização previstas no Decreto-Lei nº 261, de 1967, se tornaram carteiras específicas dos grandes conglomerados bancários brasileiros e as operações com títulos de capitalização, uma das múltiplas formas de captação de recursos per-
tinentes aos depositantes dessas instituições.

Contudo, a remuneração líquida paga a esses depositantes tem sido inferior a das cadernetas de poupança, as quais, por sua vez, têm sido ainda menor que a remuneração média dos CDB. Em geral, a rentabilidade da poupança fica em torno de 65% da rentabilidade dos CDB, já descontados os percentuais relativos à tributação do imposto de renda.

Sendo assim, é inadmissível que os títulos de capitalização, a mais mal remunerada das formas de captação adotadas pelos bancos, ainda permitam às instituições financeiras abocanhar parte da suada poupança de seus titulares na eventualidade de esses, em caso de necessidade premente ou de algum evento imprevisto e grave, serem obrigados a interromper o plano de capitalização.

Acrescente-se a essas circunstâncias ruinosas para os poupadores o fato de que os títulos de capitalização têm como atrativo a possibilidade remota de que esses venham a ser contemplados com algum tipo de prêmio: um automóvel, uma soma em dinheiro ou um imóvel, por exemplo. Em função disso, é exatamente o poupador menos informado o mais propenso a ingressar nessa modalidade de aplicação financeira. Paradoxalmente, é a que apresenta a mais complexa engenharia financeira. A proposição que ora apresento elimina esse problema. Caberá às instituições que oferecem o produto balizar a sua rentabilidade de forma a

adequar o resultado atuaria relativo às novas condições aqui impostas ao nível de lucratividade que pretendem obter com o produto. Para o poupador, que é quem detém menor nível de informações e menor capacidade de compreender os complexos meandros do formato hoje vigente, tudo se tornará mais fácil. Ele saberá de antemão qual será a rentabilidade real que receberá, sem ter que se preocupar com uma incompreensível teia de possibilidades que associa, para cada tipo de saque antecipado e época um tipo diferente de penalidade. Tudo ficará mais transparente.

Caberá ao poupador, no novo modelo que resultará da alteração aqui proposta, medir a diferença de rentabilidade oferecida pelos títulos de capitalização e pelas demais alternativas do mercado financeiro e avaliar se os prêmios oferecidos e probabilidade de ser contemplado compensam, de fato, a perda de rentabilidade.

Como se vê, a proposição torna mais transparente a relação entre o agente financeiro e o poupador no momento da compra de um título de capitalização.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2006. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 261,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre as sociedades de capitalização e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Todas as operações das sociedades de capitalização ficam subordinadas às disposições do presente Decreto-lei.

Parágrafo único. Consideram-se sociedades de capitalização as que tiverem por objetivo fornecer ao público de acordo com planos aprovados pelo Governo Federal, a constituição de um capital mínimo perfeitamente determinado em cada plano e pago moeda corrente em um prazo máximo indicado no mesmo plano, a pessoa que possuir um título, segundo cláusulas e regras aprovadas e mencionadas no próprio título.

Art. 2º O Controle do Estado se exercerá pelos órgãos referidos neste Decreto-lei, no interesse dos portadores de títulos de capitalização, e objetivando:

I – Promover a expansão do mercado de capitalização e propiciar as condições operacionais necessárias à sua integração no progresso econômico e social do País.

II – Promover o aperfeiçoamento do sistema de capitalização e das sociedades que nêlo operam.

III – Preservar a liquidez e a solvência das sociedades de capitalização.

IV – Coordenar a política de capitalização com a política de investimentos do Governo Federal, observados os critérios estabelecidos para as políticas monetária, creditícia e fiscal, bem como as características a que devem obedecer as aplicações de cobertura das reservas técnicas.

Art. 3º Fica instituído o Sistema Nacional de Capitalização, regulado pelo presente Decreto-lei e constituído:

I – Do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

II – Da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

III – Das sociedades autorizadas a operar em capitalização.

§ 1º Compete privativamente ao CNSP fixar as diretrizes e normas da política de capitalização e regulamentar as operações das sociedades do ramo, relativamente às quais exercerá atribuições idênticas às estabelecidas para as sociedades de seguros, nos seguintes incisos do art. 32 do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966: I, II, III, IV, V, VI, IX, X, XI, XII, XIII.

§ 2º A Susep é o órgão executor da política de capitalização traçada pelo CNSP, cabendo-lhe fiscalizar a constituição, organização, funcionamento e operações das sociedades do ramo, relativamente às quais exercerá atribuições idênticas às estabelecidas para as sociedades de seguros, nas seguintes alíneas do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966: **a), b), c), d), h), i).**

Art. 4º As sociedades de capitalização estão sujeitas a disposições idênticas às estabelecidas nos seguintes artigos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e, quando for o caso, seus incisos, alíneas e parágrafos 7º, 25 a 31, 74 a 77, 84, 87 a 111, 113, 114, 116 a 121.

Art. 5º O presente Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se o Decreto nº 22.456, de 10 de fevereiro de 1933, os artigos 147 e 150 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 1460 da Independência e 790 da República.– **Humberto Castello Branco – Octavio Bulhões – Paulo Egydio Martins – Roberto Campos.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 28-2-1967.

(À Comissão de Assuntos Econômicos
– decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, DE 2006

Acrescenta o § 4º ao art. 118 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para explicitar que não constitui acumulação proibida a titularidade de dois cargos públicos, quando apenas um deles for remunerado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 118 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 118.

.....

§ 4º Não constitui acumulação proibida a titularidade de dois cargos públicos, quando apenas um deles for remunerado. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Sobre acumulação de cargos públicos, a Constituição Federal dispõe o seguinte:

Art. 37.

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (sublinhou-se)

.....

Não obstante o Texto Fundamental referir-se, claramente, a acumulação remunerada, existem divergências interpretativas sobre a possibilidade de se acumularem cargos públicos, licitamente, quando um deles não é remunerado, como no caso de servidor que obtém licença para o trato de interesses particulares e, enquanto licenciado, toma posse em outro cargo.

Ora, se a licença para trato de interesses particulares, acima citada como exemplo, é concedida sem vencimentos, como realmente o é, parece evidente: (i) que não há que se cogitar de compatibilidade de horário, porque o servidor está afastado do cargo do

qual está licenciado; (ii) que não aufere vencimento do cargo do qual está afastado legalmente. Logo, está o servidor livre para tratar de seus interesses, inclusive se preparando para prestar concursos públicos e, uma vez aprovado, assumir a titularidade de outro cargo. Tal possibilidade é da maior importância porque, não raro, o servidor não se adapta à nova função, principalmente quando tem que se deslocar para outra cidade, longe de parentes e amigos. Nessa hipótese, pode voltar ao seu antigo cargo, sem problemas.

Mas assim como há alvitres considerando proibida a acumulação mesmo quando um dos cargos não é remunerado, existem também os que pensam em sentido oposto.

Para Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros, 24ª ed., p. 195), “a proibição de acumular, sendo uma restrição de direito, não pode ser interpretada ampliativamente. Assim, como veda a acumulação remunerada, inexistem óbices constitucionais à acumulação de cargos, funções ou empregos do serviço público desde que o servidor seja remunerado apenas pelo exercício de uma das atividades acumuladas”.

No mesmo sentido a opinião de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, quando assevera que “é importante assinalar que a vedação só existe quando ambos os cargos, empregos ou funções forem remunerados” (Direito Administrativo, Editora Atlas, 13ª ed., São Paulo, 2001).

Opinião contrária, por exemplo, é a da Professora Cármen Lúcia Antunes Rocha, nos seus Princípios Constitucionais dos Servidores Públicos (Saraiva, 1999, p. 269), ao prelecionar que “licença não elimina, pois, a ocorrência da acumulação constitucionalmente proibida, pelo que jamais pode ser investido em cargo ou emprego público alguém que ocupe outro, em virtude do qual se dê a acumulação vedada”.

Também em sentido negativo se posiciona o Tribunal de Contas da União, que, a propósito, editou o seguinte verbete:

Sumula nº 246. O fato de o servidor licenciar-se, sem vencimentos, do cargo público ou emprego que exerça em órgão ou entidade da administração direta ou indireta não o habilita a tomar posse em outro cargo ou emprego público, sem incidir no exercício cumulativo vedado pelo artigo 37 da Constituição Federal, pois que o instituto da acumulação de cargos se dirige à titularidade de cargos, empregos e funções públicas, e não apenas à percepção de vantagens pecuniárias.

Aliás, na formulação da Súmula acima transcrita, o TCU cita o seguinte julgado do Supremo Tribunal Federal:

RE 180597/CE

Ementa: Servidor Público. Acumulação de dois Cargos de Enfermeiro. Art. 17, § 2º, Do Adct/88. Licença Para Trato De Interesses Particulares. 1 – O fato de o servidor encontrar-se licenciado para tratar de interesses particulares não descaracteriza o seu vínculo jurídico, já que a referida licença somente é concedida a critério da administração e pelo prazo fixado em lei, podendo, inclusive, ser interrompida, a qualquer tempo, no interesse do serviço ou a pedido do servidor. 2...

No mesmo diapasão, o RE 300220/CE, Relatora Mm. Ellen Gracie, cuja ementa é a seguinte:

Ementa: Servidor Público. Profissional de Saúde. Acumulação de Cargos. Art. 17, § 2º, do ADCT. O fato de o servidor se encontrar licenciado para tratar de interesses particulares não descaracteriza o seu vínculo jurídico, sendo lícita, portanto, a acumulação de dois cargos públicos, a par do art. 17, § 2º, do ADCT, que concedeu excepcionalmente esse direito aos profissionais de saúde que estavam em situação de acumulação à época da promulgação da Carta de 1988.

Como existe patente divergência interpretativa, optamos por apresentar o presente projeto, no sentido de aclarar o sentido e alcance da norma, em verdadeira interpretação autêntica, seguindo os ensinamentos de Carlos Maximiliano (Hermenêutica e Aplicação do Direito, Forense, 11ª ed., p. 97), do seguinte teor:

A interpretação é uma só. Entretanto se lhe atribuem várias denominações conforme o órgão de que procede; ou se origina em uma fonte jurídica, o que lhe dá força coativa; ou se apresenta como um produto livre da reflexão. Chama-se autêntica a interpretação, quando emana do próprio poder que fez o ato cujo sentido e alcance ela declara. (...) Opera-se a exegese autêntica, em regra, por meio de disposição geral, e, ainda que defeituosa, injusta, em desacordo com o verdadeiro espírito do texto primitivo, prevalece enquanto não a revoga o Poder Legislativo; é obrigatória, deve ser observada por autoridades e particulares.

Considerando, pois, de significativa importância do ponto de vista social, tomamos a iniciativa de apresentar o presente projeto, que, pelo seu alto sentido de justiça, por certo merecerá o devido acolhimento do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2006. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das Fundações Públicas Federais.

PUBLICAÇÃO CONSOLIDADA DA LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, DETERMINADA PELO ART. 13 DA LEI Nº 9.527, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO III
Da Acumulação**

Art. 118. Ressalvados os casos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

§ 2º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 3º Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10-12-97)

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL****PREÂMBULO**

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica

das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III – o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV – durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI – é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de Cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

XII – os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII – é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV – os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XV – o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

a) a de dois cargos de professor; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)

XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVIII – a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XX – depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

XXII – as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei

ou convênio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I – as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III – a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I – o prazo de duração do contrato;

II – os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III – a remuneração do pessoal.”

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, DE 2006

Considera a atividade profissional de motorista de táxi prejudicial à saúde para efeito da concessão de aposentadoria especial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Considera-se prejudicial à saúde, para efeito da concessão de aposentadoria especial, a atividade profissional de motorista de táxi.

Art. 2º A aposentadoria especial, calculada conforme o disposto no art. 57, § 1º, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, será concedida aos profissionais de que trata o art. 1º desta lei, desde que comprovem o exercício continuado dessa atividade por um período de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) anos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei propõe estender aos motoristas de táxi o direito à aposentadoria especial, considerando como prejudicial à saúde o exercício continuado dessa atividade por um período superior a 25 anos.

Conscientes do elevado conteúdo de justiça social subjacente a esta nossa proposição, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares para assegurar sua aprovação.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2006. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
 Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 1º A aposentadoria especial, observado o disposto no art. 33 desta Lei, consistirá numa renda mensal equivalente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes para análise.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência comunica ao Plenário que terminou ontem, dia 30 de outubro do corrente ano, o prazo, sem interposição de recurso, para que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2006-CN**, seja aprecia-

do pelo Plenário do Congresso Nacional, nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2003-CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004).

O Projeto vai à promulgação e será feita comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 37, de 2006** (nº 435/2006, na origem), de 26 do corrente, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de setembro de 2006, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O expediente, juntado ao processado do Aviso nº 10, de 2006, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 838/2006/GSLPR/CH

Brasília, 26 de outubro 2006

A Sua Excelência o Senhor
 Senador Renan Calheiros
 Presidente do Senado Federal
 CEP 70630-901 – Brasília – DF
 Assunto: Relatório de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Senhor Presidente,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência em resposta ao Ofício SF Nº 1738/2006, de 19 de setembro de 2006, versando sobre recomendação à Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, constante do Relatório Final nº 5, de 2006 CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, do Congresso Nacional, com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm pro-

movido ocupações de terra, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos proprietários de terra (que, segundo divulga, têm se organizado para impedir as ocupações, por vezes com violência).

2. Com relação ao assunto, levo ao conhecimento de Vossa Excelência que a Agência Brasileira de Inteligência – Abin mantém acompanhamento das denúncias apresentadas.

3. Por oportuno, informo a Vossa Excelência que será encaminhado um servidor da Abin para credenciamento perante o Congresso Nacional, com o intuito de recolher documentação em poder da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra.

Respeitosamente, – **Jorge Armando Felix**, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do **Requerimento nº 13, de 2003–CN**.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.079, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, seja consignado nos Anais do Senado da República voto de pesar pelo falecimento do radialista, jornalista, escritor e ex-Deputado Federal Enéas Machado de Assis, ocorrido dia 17 do corrente mês, na cidade de São Paulo. Requeiro também que o voto de pesar seja levado ao conhecimento da família do falecido, à presidência da Academia Paulista de Jornalismo, à instituição religiosa Perfect Liberty do Brasil.

Justificação

Figura exponencial dos nossos meios de comunicação, o Dr. Enéas Machado de Assis dedicou mais de seis décadas dos seus 93 anos de vida ao fortalecimento do rádio e televisão brasileiros.

Paulistano nascido em 1913, de família oriunda de Pindamonhangaba, Vale do Paraíba, Estado de São Paulo, formou-se em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco (USP) e, ainda universitário, tornou-se diretor de “broadcasting” da Rádio Cultura AM. Daí seguiu para a Rádio Bandeirantes, sempre atuando na direção artística.

Ao sair da faculdade, o Dr. Enéas dedicou-se a criar o Código Brasileiro de Radiodifusão, numa luta de anos, inclusive com mandato de Deputado Federal, o que lhe rendeu o epíteto de “Pai” daquele código. Também pertenceu aos Diários e Emissoras Associados, que representou na Associação das Emissoras do Estado de São Paulo (AESP). Era membro da Pró-TV – Associação dos Pioneiros da Televisão.

Lutou na Revolução Constitucionalista de 1932, e teve papel de destaque na organização de grandes manifestações populares que marcaram época, como, por exemplo, a festa do IV Centenário da Cidade de São Paulo, em 1954.

Era um dos pioneiros e fundadores da Associação Internacional de Radiodifusão (AIR), organização que representa mais de 16 mil emissoras privadas de rádio e televisão nas três Américas e Europa. Presidente de honra da entidade, representou o governo brasileiro nas reuniões da União Internacional de Telecomunicações (UIT).

Membro da Academia Paulista de Jornalismo, ocupava a cadeira nº 25 (antes reservada ao radialista Vicente Leporace e ao jornalista José Tavares de Miranda), e foi eleito Vice-Presidente da entidade. Desempenhava o cargo de Diretor de Divulgação da instituição religiosa Perfect Liberty do Brasil e participava da diretoria da Rede Capital de Comunicações.

Deixa publicado, entre outros, o livro “O Universo das Comunicações Humanas – Comunicações primitivas, imprensa, radiodifusão, a conquista do espaço”. Com 310 páginas divididas em três capítulos, a obra editada pela Lisa S/A, representou, nas palavras do autor, “uma justa e singela homenagem aos que tudo deram de si para que pudéssemos desfrutar das comunicações”. Nesse trabalho, o Dr. Enéas Machado de Assis conclui: “A minha luta é a luta dos homens que pugnam pela democracia na maior acepção da palavra e pela liberdade de expressão”.

Seu corpo foi sepultado no Cemitério da Consolação, em São Paulo.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2006. – Senador **Romeu Tuma**.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 724/GP

Brasília, 30 de outubro de 2006.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
Brasília-DF

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no § 16 do art. 63 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, encaminho a Vossa Excelência cópias da nota técnica e do parecer proferido pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o mérito das solicitações de créditos suplementares encaminhadas pelos Órgãos do Poder Judiciário da União.

Atenciosamente,



Ministra Ellen Gracie

Presidente do Conselho Nacional de Justiça

Assunto: Créditos Suplementares dependentes de autorização legislativa
Interessados: Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça do Trabalho.

PARECER

À vista do Relatório apresentado pelo Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, com fulcro no § 16 do artigo 63 da Lei nº. 11.178/05, LDO 2006, **aprovo** o mérito das solicitações de créditos suplementares encaminhadas pelos Órgãos do Poder Judiciário da União na forma discriminada abaixo:

	RS 1,00
Órgão	Suplementação
Supremo Tribunal Federal – STF	1.709.414
Superior Tribunal de Justiça – STJ	5.543.500
Justiça Federal – JF	13.728.770
Justiça Eleitoral – JE	6.451.285
Justiça do Trabalho – JT	24.433.390
Total	51.866.359

Brasília, 20 de outubro de 2006.



Ministra Ellen Gracie

Presidente

Assunto: Créditos suplementares encaminhados pelos órgãos do Poder Judiciário da União –
Outros Custeios e Capital.

Objetivo: subsidiar a elaboração do Parecer de Mérito do Conselho Nacional de Justiça.

Introdução

A presente Nota Técnica tem por objetivo subsidiar o Conselho Nacional de Justiça na elaboração do parecer de mérito de que trata o § 16 do artigo 63 da Lei n. 11.178/05, LDO-2006, o qual deverá acompanhar o projeto de lei relativo aos créditos adicionais dos órgãos do Poder Judiciário da União.

A abertura de créditos suplementares está prevista no artigo 4º da Lei n. 11.306, de 16 de maio de 2006 - Lei Orçamentária Anual - e disciplinada pela Portaria SOF n. 6, de 29 de maio de 2006, que estabelece procedimentos e prazos para as solicitações de alterações orçamentárias para este exercício, indicando, para tanto, os tipos de alterações orçamentárias pertinentes a cada crédito suplementar solicitado.

As solicitações encaminhadas pelos órgãos do Poder Judiciário da União para ajuste das programações constantes de seus respectivos orçamentos encontram-se detalhadas em tabelas anexas, com as respectivas finalidades e justificativas.



Quadro-Resumo de Solicitações de Créditos Suplementares por Projeto de Lei

Órgão: Supremo Tribunal Federal

I - Outros Custeios e Capital

Suplementação

Órgão/Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
10101	3234	Assist. Médica e Odont. aos Servid., Empregados e seus Dependentes	Custeio	909.414	A suplementação tem por objetivo o pagamento de despesas com serviços médicos, hospitalares, laboratoriais e odontológicos, cuja insuficiência se justifica em face do aumento de demanda por consultas, exames, internações e cirurgias, além do reajuste do contrato firmado com a empresa CASSI.
10102	3225	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação no PJ (E-Jus)	Invest.	120.000	O crédito visa a ajustar dotações das ações em tela, para adquirir scanner de produção e contratação de serviços de informática com vistas a iniciar a implantação do processo virtual no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.
10102	3225	Apreciação e Julgamento de Processos Discip.	Custeio	680.000	
TOTAL				1.709.414	

Cancelamento

Órgão/Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor
10101	3234	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Custeio	500.000
10102	3234	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Custeio	301.757
10102	3234	Assist. Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	Custeio	95.057
10102	3234	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Custeio	12.600
10102	3225	Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa no Poder Judiciário	Custeio	800.000
TOTAL				1.709.414

Suplementação

Órgão/ Unidade	Controle SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
11101	003263	Apreciação e Julgamento de Causas	Custeio	1.474.174	-Garantir o pagamento das despesas de natureza administrativa, assegurando a manutenção e conservação de imóveis sob a responsabilidade do órgão e a manutenção e desenvolvimento de aplicativos e serviços diversos de informática.
11101	003263	Capacitação de Recursos Humanos	Custeio	120.000	- Proporcionar ao quadro de integrantes do órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições.
11101	003263	Apreciação e Julgamento de Causas	Invest.	205.826	- Fazer frente às despesas com aquisição de equipamentos e materiais permanentes no corrente exercício.
11101	003323	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Custeio	1.630.000	- Garantir o adimplemento do benefício.
11101	003323	Assistência Médica e Odontológica a Serv. e Dependentes	Custeio	2.113.500	- Atenuar o corte imposto durante a tramitação do Projeto da LOA no Congresso Nacional e manter o equilíbrio dos contratos de assistência médica e odontológica (Lei 8.666/93, art. 5º, § 1º).
TOTAL				5.543.500	

Cancelamento

Órgão/ Unidade	Controle SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor
12000	003323	Implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	Invest.	3.743.500
TOTAL				3.743.500

Justificativa (síntese)**Controle 003263****Suplementação****Apreciação e Julgamento de Causas**

O valor previsto na Lei Orçamentária Anual para a atividade Apreciação e Julgamento de Causas é inferior ao necessário para atender as despesas, devido ao corte sofrido por essa ação no Congresso Nacional.

Capacitação de Recursos Humanos

A Lei Orçamentária Anual (11.306/06) alocou uma quantidade insuficiente de recursos para manter a crescente demanda por eventos de capacitação no Superior Tribunal de Justiça.

Controle 003323**Suplementação****Assistência Médica e Odontológica**

Os recursos alocados na atividade Assistência Médica e Odontológica apresentam-se insuficientes para atender as despesas desse subtítulo, devido ao corte sofrido no Congresso Nacional.

Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Os recursos alocados na atividade Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados apresentam-se insuficientes para garantir a efetiva prestação aos beneficiários.

Cancelamento**Implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados**

O remanejamento na dotação da ação “Implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados” é devido ao fato de o GDF ainda não ter finalizado o processo de aprovação do projeto arquitetônico, possibilitando disponibilizar recursos para o atendimento de outras necessidades e para a melhoria de atividades de apoio realizadas nesta Corte.

Suplementação

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3009	Construção do Ed. Sede da SJ em Juiz de Fora/MG	Invest.	1.513.002	Destina-se ao pagamento de despesas com custeio e investimento da Justiça Federal nas ações destinadas à recomposição de cortes orçamentários, objetiva atender também os acréscimos no corrente exercício superiores ao previsto na proposta orçamentária, além da demanda de investimentos.
		Construção do Ed. Sede da SJ em Uberaba/MG	Invest.	107.726	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Arapiraca/AL	Invest.	700.000	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Itabaiana/SE	Invest.	200.000	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Caxias do Sul/RS	Invest.	500.000	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Rio Grande/RS	Invest.	1.100.000	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Imperatriz/MA	Invest.	260.000	
		Construção do Ed. Sede da JF em Serra Talhada/PE	Invest.	50.000	
		Construção do Ed. II para a JF em Salvador/BA	Invest.	120.000	
		Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	1.760.724	
		Capacitação de Recursos Humanos	Custeio	117.318	
12.102		Julgamento de Causas	Custeio	1.000.000	
TOTAL				7.428.770	

Cancelamento

Órgão/Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3009	Julgamento de Causas	Custeio	1.605.826	O cancelamento decorre da reprogramação das prioridades referentes a diferentes ações da Justiça Federal em custeio e investimento.
		Julgamento de Causas	Invest.	50.000	
		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores	Custeio	400.000	
		Assistência Pré-Escolar	Custeio	957.042	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Florianópolis/SC	Invest.	1.600.000	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Belo Horizonte/MG	Invest.	2.000.728	
		Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Infomação – ISIG	Custeio	1.494.174	
12.106		Julgamento de Causas	Custeio	200.000	
12.104		Capacitação de Recursos Humanos	Custeio	921.000	
TOTAL				9.228.770	

Suplementação

Órgão/Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3007	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	6.300.000	Destina-se ao pagamento de despesas relativas ao programa de assistência jurídica a pessoas carentes com o pagamento de serviços aos defensores dativos/peritos no decorrer do presente exercício, em razão do aumento do acesso de cidadãos carentes à Justiça Federal e a instalação de novas varas e juizados especiais com conseqüente crescimento geométrico da demanda processual.
TOTAL				6.300.000	

Cancelamento

Órgão/Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3007	Sem fonte de cancelamento			
TOTAL					

Suplementação

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3289	Aquisição do Anexo I para a Justiça Federal em Belo Horizonte - MG (desapropriação)	Inv. Financ.	19.000.000	A abertura do crédito especial destina-se à aquisição do edifício Lucas Lopes (Líder Center) no valor de R\$ 19.500.000,00, edifício Moacyr Fioravanti no valor de R\$ 17.500.000,00 e edifício Terceiro Milênio no valor de R\$ 8.000.000,00, visando a abrigar as 32 varas federais, 5 juizados especiais federais, 2 turmas recursais e todos os serviços administrativos afins daquela unidade da federação que hoje gasta em torno de aproximadamente R\$ 2.360.000,00 (anuais), onerando sobremaneira o orçamento da Justiça Federal da 1ª Região, criando de certa forma dificuldade para a administração de toda a seccional de Minas Gerais.
		Aquisição do Anexo II para a Justiça Federal em Belo Horizonte - MG (desapropriação)		25.000.000	
		Aquisição do Anexo III para a Justiça Federal em Belo Horizonte - MG (desapropriação)		1.000.000	
TOTAL				45.000.000	

Cancelamento

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3289	Sem fonte de cancelamento			
TOTAL					

Suplementação

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.102	3003	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	55.000	Destina-se ao atendimento de despesas relativas ao programa de assistência jurídica a pessoas carentes com o pagamento de serviços aos defensores dativos/peritos no decorrer do exercício do TRF 1ª Região.
TOTAL				55.000	

Cancelamento

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3003	Julgamento de Causas	Custeio	55.000	
TOTAL				55.000	

Suplementação

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
JE	3345	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	Custeio	3.843.644	Assegurar aos servidores da Justiça Eleitoral o recebimento do benefício estabelecido na Lei nº 8.460/92, alterada pela Lei nº 9.527/97.
JE	3345	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores e Empregados	Custeio	265.042	Assegurar aos servidores da Justiça Eleitoral o recebimento do benefício estabelecido na Lei nº 8.069/90.
JE	3345	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	Custeio	88.188	Assegurar aos servidores da Justiça Eleitoral o recebimento do benefício estabelecido na Medida Provisória nº 2165-36/01 (vigência indeterminada).
JE	3345	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.	Custeio	631.633	Assegurar aos servidores da Justiça Eleitoral o recebimento do benefício estabelecido na Lei nº 8.112/90.
14125	3165	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	Custeio	20.858	Assegurar aos servidores da Justiça Eleitoral o recebimento do benefício estabelecido na Medida provisória nº 2165-36/01 (vigência indeterminada).
14104	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Itacoatiara	Invest.	55.879	Viabilizar a conclusão do cartório eleitoral no Município de Itacoatiara. Para adequação da obra ao valor consignado em 2005, houve a necessidade da supressão de alguns itens do projeto básico.

14105	3165	Construção de Cartórios Eleitorais, CAE, Depósito Armaz. UE – Munic. Cruz das Almas	Invest.	845.000	Possibilitar a construção de sede própria para o cartório, uma vez que os espaços cedidos são objeto de constantes solicitações de devolução por parte dos cedentes, gerando instabilidade no que se refere ao funcionamento dos serviços, bem como revelam-se insuficientes para o atendimento das necessidades da Justiça Eleitoral.
14105	3165	Construção de Cartórios Eleitorais, CAE, Depósito Armaz. UE – Munic. Guanambi	Invest.	845.000	Possibilitar a construção de sede própria para o cartório, que atualmente funciona nos fóruns da Justiça Comum.
14105	3165	Construção de Cartórios Eleitorais, CAE, Depósito Armaz. UE – Munic. Jequié	Invest.	845.000	Possibilitar a construção de sede própria para o cartório, uma vez que os espaços cedidos são objeto de constantes solicitações de devolução por parte dos cedentes, gerando instabilidade no que se refere ao funcionamento dos serviços, bem como revelam-se insuficientes para o atendimento das necessidades da Justiça Eleitoral.
14106	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Sobral	Invest.	70.000	Assegurar o pagamento de serviços executados extraordinariamente, tendo em vista a elevação imprevista do custo da obra no momento das fundações do prédio, por tratar-se de terreno sem estabilidade.
14109	3165	Construção de Imóvel p/ Cartórios Eleitorais e Armazenamento de UE – Munic. Valparaíso	Invest.	220.000	Viabilizar a conclusão da obra, com a execução de serviços que não puderam ser contratados em 2005 em razão das limitações orçamentárias.

14109	3165	Construção de Imóvel p/ Cartórios Eleitorais e Armazenamento de UE – Munic. Goiás	Invest.	185.000	Viabilizar a conclusão da obra, com a execução de serviços que não puderam ser contratados em 2005 em razão das limitações orçamentárias.
14109	3165	Construção de Imóvel p/ Cartórios Eleitorais e Armazenamento de UE – Munic. Caldas Novas	Invest.	150.000	Viabilizar a conclusão da obra, com a execução de serviços que não puderam ser contratados em 2005 em razão das limitações orçamentárias.
14113	3165	Aquisição de Imóvel para Cartório Eleitoral – Munic. Contagem	Inversão Financ.	1.500.000	Adquirir imóvel para abrigar cinco cartórios eleitorais que funcionam atualmente em prédio alugado. Anteriormente, tais cartórios funcionavam em edifício cedido pela Prefeitura, que solicitou a imediata devolução do imóvel.
14114	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Castanhal	Invest.	30.000	Viabilizar a modificação do sistema de abastecimento de água e de outras instalações.
14116	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Cambe	Invest.	2.950	Viabilizar a conclusão da obra, com a execução de serviços que não puderam ser contratados em 2005 em razão das limitações orçamentárias. Os recursos são necessários para cobrir despesas com grandes pantográficas, muros, ajardinamento.
14116	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Pato Branco	Invest.	20.000	Viabilizar a conclusão da obra, com a execução de serviços que não puderam ser contratados em 2005 em razão das limitações orçamentárias. Os recursos são necessários para cobrir despesas com grandes pantográficas, muros, ajardinamento.

14123	3165	Construção de Depósito para Armaz. UE – Munic. São José	Invest.	900.000	Possibilitar a construção de imóvel para armazenamento de urnas, com vistas a melhorar as condições de armazenamento das urnas eletrônicas, que encontram-se estocadas em local inapropriado.
14114	3194	Ampliação da Central de Atendimento ao Eleitor e Cartórios Eleitorais – Munic. Belém	Invest.	200.000	Possibilitar a execução de serviços complementares, tendo em vista que a dotação de 2006 é insuficiente para deixar a obra em estado de receber o acabamento final programado para 2007.
14116	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Arapongas	Invest.	121.896	Viabilizar a conclusão da obra, com a execução de serviços que não puderam ser contratados em razão das limitações orçamentárias. Há necessidade de reforçar a estrutura de concreto armado para suportar a altura das paredes, climatizar o ambiente com ar condicionado, construir pátio de estacionamento calçado.
14116	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Jaguaraiá	Invest.	122.050	Assegurar a contratação do projeto executivo de de arquitetura do fórum eleitoral, tendo em vista que os recursos consignados não são suficientes para atender à programação.
14117	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Petrolina	Invest.	40.000	Viabilizar a contratação do projeto executivo e de arquitetura do fórum eleitoral, tendo em vista que os recursos consignados não são suficientes para atender à programação.
14119	3194	Ampliação do Prédio para Armazenamento de UE no Rio de Janeiro	Invest.	500.000	Possibilitar a implementação da etapa de preparação de instalações dos elevadores, sistema de climatização a ser concluída em 2007.

14122	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Cerejeiras	Invest.	1.237	Assegurar o pagamento dos serviços programados que tiveram seus custos alterados.
14122	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Vilhena	Invest.	18.397	Assegurar o pagamento dos serviços programados que tiveram seus custos alterados.
14123	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. São José	Invest.	600.000	Viabilizar a contratação completa da obra, tendo em vista que, após o término dos projetos arquitetônicos, verificou-se uma estimativa de gastos além do previsto inicialmente.
14125	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Aquidabã	Invest.	10.000	Possibilitar a aquisição de terreno que não estava prevista, uma vez que havia promessa de doação do terreno pela Prefeitura.
14125	3194	Capacitação de Recursos Humanos	Custeio.	9.198	Complementar a dotação já autorizada, com vistas à ampliação dos programas de capacitação previstos para o exercício.
TOTAL				12.140.972	

Cancelamento

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor
14101	3345	Gestão e Administração do Programa	Custeio	3.976.533
14101	3165	Gestão e Administração do Programa	Custeio	3.803.593
14101	3165	Implantação da Rede de Alta Velocidade Via Satélite para JE	Invest.	544.105
14104	3165	Gestão e Administração do Programa	Invest.	55.879
14105	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Itabuna	Invest.	678.160
14109	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Goiânia	Invest.	123.237
14109	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic.	Invest.	431.763
14114	3165	Gestão e Administração do Programa	Invest.	30.000
14116	3165	Gestão e Administração do Programa	Custeio	22.950

14101	3194	Gestão e Administração do Programa	Custeio	1.695.920
14114	3194	Gestão e Administração do Programa	Invest.	200.000
14117	3194	Gestão e Administração do Programa	Custeio	40.000
14119	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Duque de Caxias	Invest.	500.000
14122	3194	Gestão e Administração do Programa	Custeio	19.634
14125	3194	Gestão e Administração do Programa	Custeio	19.198
TOTAL				12.140.972

Justificativa (síntese)

Nesta segunda revisão orçamentária de 2006, foi priorizada a suplementação de recursos para financiamento da ampliação das despesas com benefícios e a aquisição e construção de imóveis para cartórios eleitorais e depósitos de armazenamento de urnas, em observância ao planejamento orçamentário do exercício, cujos eixos principais, adicionalmente à realização das eleições gerais, são a ampliação da rede própria de atendimento e a melhoria das condições fiscais de trabalho dos servidores, a melhoria do desempenho funcional e a efetivação do quadro próprio.

A expansão das despesas de benefícios deve-se a provimento de cargos e funções criados nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais pela Lei nº 11.202, de 29 de novembro de 2005, e pela Lei nº 10.842/04, de 20 de fevereiro de 2004. Em relação ao mês de abril de 2005, mês-base de elaboração da proposta orçamentária 2006, a Justiça Eleitoral registrou cerca de 3.300 ingressos, o que acarretou a necessidade de recursos adicionais na ordem de R\$ 9,7 milhões, sendo que R\$ 4,9 milhões por ato próprio e R\$ 4,8 milhões por intermédio de projeto de lei.

A suplementação de recursos para obras faz-se igualmente necessária, tendo em vista evitar a interrupção do andamento dos serviços ou possibilitar a conclusão neste exercício. Por outro lado, foram remanejados recursos para novas construções de cartórios pela oportunidade que representa a disponibilização de terrenos pelas administrações municipais. Cumpre assinalar que os cartórios beneficiados funcionam atualmente em salas de fóruns e as novas instalações contribuirão para melhoria do atendimento à população. Foi ainda proposto o remanejamento de recursos para aquisição de imóvel para abrigar cinco cartórios eleitorais no Município de Contagem, no Estado de Minas Gerais, que atualmente funcionam em prédio alugado, em razão da devolução do imóvel antes ocupado à Prefeitura.

Quadro-Resumo de Solicitações de Créditos Suplementares por Projeto de Lei

Órgão: Justiça do Trabalho

I - Outros Custeios e Capital

Suplementação – Tipo 120

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
TRT 2. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	1.600.000	Reforço de Dotação
TRT 4. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed. Sedê da VT em Gravataí –R\$	Invest.	333.534	Conclusão de Etapas
TRT 4. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed. Sedê da VT em Lajeado-RS	Invest.	341.482	Conclusão de Etapas
TRT 5. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	1.000.000	Reforço de Dotação
			Invest.	1.580.130	
TRT 6. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	1.000.000	Reforço de Dotação
TRT 7. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	500.000	Reforço de Dotação
			Invest.	200.000	
TRT 8. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	350.000	Reforço de Dotação
			Invest.	250.000	
TRT 9. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	400.000	Reforço de Dotação
TRT 9. ^a Região	Controle SOF	Const. de Fórum Trabalhista em Londrina –PR	Invest.	1.279.000	Conclusão de Etapas
TRT 10. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	1.722.036	Reforço de Dotação
			Invest.	200.000	
TRT 11. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	650.000	Reforço de Dotação
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	54.000	Reforço de Dotação
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	96.000	Reforço de Dotação
TRT 13. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	524.000	Reforço de Dotação
			Invest.	1.000.000	
TRT 14. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	400.000	Reforço de Dotação
TRT 14. ^a Região	Controle SOF	Auxílio-Alimentação aos Serv. e Empregados	Custeio	5.000	Reforço de Dotação
TRT 14. ^a Região	Controle SOF	Construção do Edifício-Sede da VT em Cruzeiro do Sul – AC	Invest.	178.518	Conclusão
TRT 15. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	1.500.000	Reforço de Dotação
TRT 15. ^a Região	Controle SOF	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	600.000	Reforço de Dotação
TRT 16. ^a Região	Controle SOF	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	7.000	Reforço de Dotação
TRT 16. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	600.000	Reforço de Dotação
			Invest.	400.000	

TRT 17 ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	350.000	Reforço de Dotação
TRT 18. ^a Região	Controle SOF	Construção do Edifício-Sede da Justiça do Trabalho no Município de Catalão -GO	Invest.	316.690	Continuidade da Obra
TRT 18. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	800.000	Reforço de Dotação
TRT 19. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	750.000	Reforço de Dotação
TRT 19. ^a Região	Controle SOF	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	16.000	Reforço de Dotação
TRT 20 ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	159.726	Reforço de Dotação
			Invest.	740.274	
TRT 20. ^a Região	Controle SOF	Construção do TRT no Município de Aracaju - SE	Invest.	680.000	Conclusão
TRT 22 ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	600.000	Reforço de Dotação
TRT 23. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	3.000.000	Reforço de Dotação
TRT 24. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Invest.	250.000	Reforço de Dotação
TOTAL				24.433.390	

Cancelamento – Tipo 120

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor
TST	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	1.850.000
TRT 4 ^a Região	Controle SOF	Construção de Edifício de apoio ao TRE 4 ^a Região – Porto Alegre -RS	Invest.	333.534
TRT 5 ^a Região	Controle SOF	Construção do Edifício- Auxiliar do TRT 5 ^a Região em Salvador - BA	Invest.	1.580.130
TRT 10 ^a Região	Controle SOF	Construção de Fórum Trabalhista em Taguatinga - DF	Invest.	922.036
TRT 12 ^a Região	Controle SOF	Assistência Médica e Odontológica aos Serv., Empregados e seus Dependentes	Custeio	96.000
TRT 12 ^a Região	Controle SOF	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Custeio	54.000
TRT 13 ^a Região	Controle SOF	Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	Custeio	24.000
TRT 14 ^a Região	Controle SOF	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Custeio	5.000
TRT 17 ^a Região	Controle SOF	Construção do Edifício-Sede do TRT 17 ^a Região em Vitória-ES	Invest.	945.690
TOTAL				5.810.390

Quadro-Resumo de Solicitações de Créditos Especiais por Projeto de Lei

Órgão: Justiça do Trabalho

I - Outros Custeios e Capital

Suplementação - Crédito Especial – Tipo 200

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
TRT 4. ^a Região	Controle SOF	Construção do Prédio Anexo ao Fórum Trabalhista de São Leopoldo – RS	Invest.	150.000	Início de obra
TRT 8. ^a Região	Controle SOF	Ampliação do Ed. Sede do TRT da 8. ^a Região em Belém-PA	Invest.	300.000	Início de obra
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed. Sede da Vara do Trabalho em Xanxerê – SC	Invest.	600.000	Início de obra
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed.Sede da Vara do Trabalho em Fraiburgo – SC	Invest.	600.000	Início de obra
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Aquisição do Ed.Sede da Vara do Trabalho em Concórdia – SC	Inv. Financ.	550.000	Aquisição de Imóvel
TRT 22. ^a Região	Controle SOF	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Custeio	15.072	Benefício aos Servidores
TRT 21. ^a Região	Controle SOF	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	8.000	Assistência Jurídica Gratuita
TRT 23. ^a Região	Controle SOF	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	98.880	Assistência Jurídica Gratuita
TOTAL				2.321.960	

Cancelamento – Crédito Especial – Tipo 200

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor
TST	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Invest.	600.000
TRT 22. ^a Região	Controle SOF	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Custeio	15.072
TRT 4. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed. Apoio ao TRT da 4. ^a Região	Invest.	150.000
TRT 8. ^a Região	Controle SOF	Construção do Fórum Trabalhista em Ananindeua – PA	Invest.	300.000
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed. Sede da Vara do Trabalho em São Bento do Sul – SC	Invest.	500.000
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed. Sede da Vara do Trabalho em Concórdia – SC	Invest.	450.000

TRT 12ª Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Invest.	200.000
TRT 21ª Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	8.000
TOTAL				2.223.072

JUSTIFICATIVA (SÍNTESE)

120 Com Compensação

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região solicita remanejamento de **R\$ 333.534,00** entre as ações:

Ação (Projeto)	Suplementação	Cancelamento
103P – Construção do Ed. Sede da VT em Gravataí –RS	333.534	
1B32 – Construção do Ed. de Apoio ao TRT da 4ª Região.		(333.534)
Total	333.534	(333.534)

O remanejamento propõe reforçar a dotação consignada na ação “Construção do Ed. Sede da VT em Gravataí – RS” visando à continuidade do projeto. O TRT alega que os recursos consignados em 2006, para esta obra, são insuficientes.

O não atendimento da solicitação significará a descontinuidade e o atraso na conclusão da obra. O cancelamento da ação Construção de Ed. de Apoio ao TRT da 4ª Região não trará reflexos negativos, pois sua execução está abaixo do previsto para o exercício.

O Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região solicita remanejamento de **R\$ 1.580.130,00** entre as ações:

Ação	Suplementação	Cancelamento
4256 - Apreciação de Causas Trabalhistas – AC	1.580.130	
10Z1 – Construção do Ed. Auxiliar Judicial do TRT da 5ª Região em Salvador		(1.580.130)
Total	1.580.130	(1.580.130)

O remanejamento visa a reforçar a dotação consignada à ação AC para obras e reformas emergenciais no imóvel que abrigava as varas de Salvador para que possa abrigar a área administrativa do TRT, melhorando assim as condições de funcionamento do órgão e

mantendo a prestação jurisdicional em níveis satisfatórios. O não atendimento do pedido implicará inadimplemento das condições de funcionamento do órgão comprometendo o atendimento da população.

O cancelamento da ação Construção Edifício Auxiliar Judicial não trará impactos negativos importantes, uma vez que foi implementado o projeto de unificação dos procedimentos na execução judicial, deixando com leiloeiro oficial a responsabilidade de remoção e guarda dos bens penhorados.

O **Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região** solicita remanejamento de **R\$ 1.279.000,00** com oferecimento de recursos provenientes do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região entre as ações:

Ação	Suplementação	Cancelamento
11EX – Construção Fórum Trabalhista de Londrina – PR	1.279.000	
1B51 – Construção do Edifício-Sede do TRT da 17ª Região		(629.000)
Total	1.279.000	(629.000)

O remanejamento propõe reforçar a dotação consignada à ação *Construção do Fórum Trabalhista em Londrina*, justificando-se em virtude da urgente e necessária edificação do novo prédio do fórum, pois o atual encontra-se em condições precárias de funcionamento.

Após pedido formulado pelo TRT da 9ª Região, por meio do Ofício 493/2006, o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região ofereceu, em cancelamento, dotação do projeto “Construção do Edifício-Sede do TRT da 17ª Região” alegando que não haverá reflexos negativos na execução da programação prevista para a ação.

O **Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região** solicita remanejamento de **R\$ 922.036,00** entre as ações:

Ação	Suplementação		Cancelamento
	GD3	GD4	GD4
Apreciação de Causas Trabalhistas - AC	1.722.036	200.000	
Construção do Fórum Trab. em Taguatinga – DF			(922.036)
Total	1.722.036	200.000	(922.036)

O remanejamento propõe reforçar a **AC** para que se possa custear parte das despesas para reformar e adaptar o prédio que abrigará o Edifício-Sede do TRT, reformar e adaptar prédio para abrigar o Fórum de Brasília e aquisição de mobiliário para estes dois imóveis. O não atendimento impedirá a mudança da área administrativa para o edifício-sede, impossibilitando também a mudança do Fórum de Brasília para instalações mais adequadas.

O cancelamento não trará reflexos negativos, pois o projeto de Construção do Fórum Trabalhista em Taguatinga será adiado até que os procedimentos legais para a desafetação da área destinada à construção sejam concluídos.

O **Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região** solicita remanejamento de **R\$ 150.000,00** entre as ações:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Apreciação de Causas Trabalhistas – AC	54.000	
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – AJPC	96.000	
Auxílio-Transporte – AT		(54.000)
Assistência Médica e Odontológica – AMO		(96.000)
Total	150.000	(150.000)

O primeiro remanejamento propõe reforçar a dotação consignada à ação **AC** nas despesas com indenização de transporte, diárias, materiais de informática e outros serviços de terceiros para suprir as necessidades da ação. O Regional alega que o não atendimento do pleito acarretará descontinuidade dos serviços programados para o exercício.

Propõe-se, também, o remanejamento para aporte na ação **AJPC** fazendo com que o Regional consiga honrar suas despesas com honorários periciais, tradutores e intérpretes até o final do exercício.

O cancelamento não trará reflexos negativos na programação das ações Auxílio-Transporte e Assistência Médica e Odontológica, pois houve uma adequação orçamentária nestas atividades.

O **Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região** solicita remanejamento de **R\$ 24.000,00** entre as ações:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Apreciação de Causas Trabalhistas – AC	GND 3 524.000	
	GND 4 1.000.000	
Assistência Pré-Escolar – APE		(24.000)
Total		(24.000)

O remanejamento visa ao reforço do custeio do Tribunal na ação **AC** tendo em vista o reajuste da indenização de transporte e reajustes aplicados aos contratos firmado pelo TRT.

O não atendimento do pedido fará com que o Regional não cumpra os contratos de prestação de serviço e fornecedores.

O TRT informa que não haverá reflexo negativo na ação ora cancelada, face saldo orçamentário positivo na referida atividade.

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região solicita remanejamento de R\$ 5.000,00 entre as ações:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Auxílio-Alimentação – AA	5.000	
Auxílio-Transporte – AT		(5.000)
Total	5.000	(5.000)

O remanejamento visa ao reforço na ação Auxílio-Alimentação para pagamento de parte do passivo referente à reposição de descontos efetuados nos períodos de férias, recesso regimental e licença médica, nos exercícios de 2001 e 2002, conforme acórdão nº. 1324, do processo TRT ADM 02204/2001 e despacho no processo 523.2002.000.14.00-0.

O não atendimento implicará o não aproveitamento de recursos não utilizados na ação Auxílio-Transporte.

O Regional informa que não haverá reflexo negativo na ação ora cancelada, face à não execução orçamentária.

O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região solicita remanejamento de R\$ 316.690,00 com oferecimento de recursos provenientes do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região entre as ações:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Edifício-Sede de VT em Catalão-GO.	316.690	
1B51 – Construção do Edifício-Sede do TRT da 17ª Região		(316.690)
Total	316.690	(316.690)

O remanejamento propõe reforçar a dotação consignada à ação Construção do Edifício-Sede de VT em Catalão para que o regional conclua o projeto. O não atendimento do pedido provocará a paralisação da construção.

Após pedido formulado pelo TRT da 18ª Região, por meio do Ofício 205/2006, o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região ofereceu em cancelamento dotação do projeto “Construção do Edifício-Sede do TRT da 17ª Região” alegando que não haverá reflexos negativos na execução da programação prevista para a ação.

120 Sem Compensação

- Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região

O presente pedido de crédito suplementar visa a atender a Resolução CSJT n.º 10/2005, com reajuste da indenização de transporte dos oficiais de justiça de R\$ 538,00 para R\$ 1.344,97 por mês, para o pagamento entre os meses de janeiro e agosto de 2006, na ação Apreciação de Causas.

- Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região

O pedido de crédito visa a obter recursos necessários para a continuidade das obras de construção de edifício-sede da Varas Trabalhistas em Gravataí e Lajeado, tendo em vista que os recursos consignados em 2006 são insuficientes para manter o cronograma previsto.

	R\$ 1,00
PROJETO	VALOR
103P - Construção do Edifício-Sede da Vara de Trabalho em Gravataí-RS	333.534
119 – Construção do Edifício-Sede da Vara de Trabalho em Lajeado-RS	341.482
TOTAL	675.016

- Tribunal Regional do Trabalho da 5.ª Região

Segundo o TRT, a presente suplementação visa a assegurar o pagamento de despesas vitais ao funcionamento do órgão, possibilitando o cumprimento de contratos assumidos com a EBCT (novembro e dezembro), com a distribuidora de energia (novembro e dezembro) e com a Empresa Gráfica da Bahia (dívida de exercícios anteriores – mar a jun/99), no valor total de R\$ 1.000.000,00, na ação Apreciação de Causas – ACT.

- Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região

O pedido de crédito requerido destina-se à ação Apreciação de Causas – ACT, cuja suplementação visa a obter recursos necessários para ampliação dos serviços de vigilância armada e vigias nas instalações do TRT, bem como para assegurar o pagamento da indenização de transporte aos oficiais de Justiça, em cumprimento à Resolução CSJT 10/2005.

- Tribunal Regional do Trabalho da 7.ª Região

A suplementação requerida destina-se à ação Apreciação de Causas – ACT, no valor total de R\$ 700.000,00, sendo R\$ 500.000,00 para o GND 3 e R\$ 200.000,00 para o GND 4.

Segundo o TRT, a presente suplementação visa a assegurar a prorrogação do contrato de segurança armada nos edifícios desta Justiça Trabalhista, contemplar o reajuste ocorrido na indenização de transporte paga aos oficiais de justiça e possibilitar a aquisição de mobiliário para conclusão do projeto de mobiliários das varas trabalhistas em suas novas instalações.

- Tribunal Regional do Trabalho da 8.ª Região

A suplementação visa a possibilitar o cumprimento da Resolução CSJT n.º 10/2005, tendo em vista o reajuste da indenização de transporte devida aos oficiais de justiça e possibilitar o retorno de importantes itens de programação orçamentária (reforma de varas do trabalho), em virtude do corte na Proposta Orçamentária para 2006 durante a tramitação no Congresso Nacional.

- Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região

A solicitação de crédito objetiva a garantia de manutenção do órgão com despesas de água e esgoto, energia elétrica, correio, telecomunicações, em decorrência do reajuste das tarifas públicas, instalação de novas varas do trabalho com as respectivas ajudas de custo a juízes promovidos, aquisição de suprimentos de informática e mobiliário para a secretaria das turmas do TRT.

Outro pedido de crédito do Regional destina-se a suplementar o projeto “Construção do Fórum Trabalhista em Londrina – PR”, no valor de R\$ 1.279.000,00, que, segundo o Regional, justifica-se em virtude da urgente e necessária edificação do novo prédio do fórum, pois o atual encontra-se em condições precárias de funcionamento.

- Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região

De acordo com o TRT, o pedido de crédito visa a suplementar a ação Apreciação de Causas Trabalhistas – ACT, que obteve corte na Proposta Orçamentária para 2006 durante a tramitação no Congresso Nacional.

- Tribunal Regional do Trabalho da 15.ª Região

O TRT requer crédito suplementar nas seguintes ações:

	R\$ 1,00
AÇÃO	VALOR A SUPLEMENTAR
Apreciação de Causas – ACT	1.500.000
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – AJPC	600.000
TOTAL	2.100.000

De acordo com o Regional, a suplementação requerida para a ação ACT destina-se ao atendimento da Resolução CSJT n.º 10/2005, que elevou a indenização de transporte devida aos oficiais de justiça para R\$ 1.344,97.

A suplementação solicitada para AJPC destina-se a reforçar a dotação considerada insuficiente para atender a demanda de pessoas carentes pela assistência jurídica gratuita.

- Tribunal Regional do Trabalho da 16.ª Região

O crédito solicitado para ACT justifica-se em virtude da insuficiência orçamentária detectada decorrente do corte ocorrido na tramitação da Proposta Orçamentária para 2006, assim como pelo crescimento da estrutura física do tribunal com a instalação de mais 8 varas do trabalho. Portanto, a suplementação visa à aquisição de materiais para manutenção das unidades, tais como tonner para impressoras e de expediente em geral, reforma e adaptação nos gabinetes dos desembargadores, bem como para garantir o pagamento da indenização de transporte aos oficiais de justiça (Resolução CSJT n. 10/2005) e a ajuda de custo devida aos magistrados promovidos para presidir as novas varas do trabalho.

A suplementação requerida em AJPC deve-se ao aumento da demanda das pessoas carentes por assistência jurídica gratuita em razão da instalação das novas varas trabalhistas no interior e na capital do Maranhão.

- Tribunal Regional do Trabalho da 17.ª Região

Segundo o Tribunal, o pedido de crédito na ação Apreciação de Causas, no valor de R\$ 350.000,00, objetiva assegurar o pagamento de despesas com serviços de cabeamento da rede lógica dos edifícios Castelo Branco e Vitória Park, na cidade de Vitória-ES, não previstos à época da elaboração da proposta orçamentária do exercício de 2006.

- Tribunal Regional do Trabalho da 18.ª Região

O pedido de crédito do Tribunal Trabalhista da 18.ª Região na ação Apreciação de Causas – ACT, no valor de R\$ 800.000,00, visa a cobrir a insuficiência orçamentária decorrente do corte de 5,22% no GND 3 durante a tramitação da Proposta Orçamentária para 2006, no Congresso Nacional, bem como a garantir a repactuação dos atuais contratos de vigilância e segurança, de

limpeza e conservação e do acréscimo decorrente dos contratos de serviços para o funcionamento do novo edifício-sede do tribunal a partir de setembro de 2006: limpeza e conservação, copeiragem e recepcionistas e implantação do sistema de sonorização e vídeo.

- Tribunal Regional do Trabalho da 19.ª Região

De acordo com o TRT, a suplementação requerida em Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – AJPC, no valor de R\$ 16.000,00, deve-se a insuficiência orçamentária detectada para suprir o aumento da demanda.

De acordo com o TRT, a suplementação requerida para Apreciação de Causas – ACT, no valor de R\$ 750.000,00, destina-se a cobrir despesas com reajuste de contratos de serviços de limpeza, manutenção predial e vigilância; aumento do valor da indenização de transporte devida aos oficiais de justiça, em atendimento a Resolução CSJT n.º 10/2005, e aumento de despesas de energia decorrentes da climatização das salas de espera das varas do trabalho de Maceió.

- Tribunal Regional do Trabalho da 20.ª Região

O TRT realizou pedidos de créditos para complementar o projeto “Construção do Complexo do TRT da 20.ª Região” e a ação “Apreciação de Causas Trabalhistas – ACT”. A suplementação requerida para o projeto de construção do Complexo do TRT da 20.ª Região decorre de fatos supervenientes à Proposta Orçamentária de 2006, tais como o reajuste contratual da obra, de acréscimo de serviços de terraplanagem, alteração de composição de argamassa e contrapiso, implantação de rede de lançamento de drenagem de esgoto sanitário e águas pluviais, bem como do reflexo em taxas de fiscalização.

Segundo o Regional, o atendimento do pleito acarretará o término da obra no final do exercício corrente, possibilitando a imediata utilização dos edifícios para prestação dos serviços jurisdicionais.

- Tribunal Regional do Trabalho da 22.ª Região

Segundo o Regional, a suplementação para ACT, no valor de R\$ 600.000,00, destina-se a reforçar a dotação orçamentária insuficiente para cobrir despesas com suprimentos de informática, manutenção de novas varas trabalhistas, pagamento de ajuda de custo a magistrados, implementação da justiça itinerante e para adaptações necessárias a serem feitas no edifício-sede do TRT tendo em vista a facilitação do acesso dos jurisdicionados.

ψ

- Tribunal Regional do Trabalho da 23.ª Região

O TRT solicita crédito suplementar na ação Apreciação de Causas Trabalhistas – ACT, no valor de R\$ 3.000.000,00, haja vista insuficiência orçamentária detectada por aumentos de despesas de manutenção do órgão.

Segundo o Regional, esse aumento deve-se à mudança de sede do TRT para instalações maiores, à instalação de 13 novas varas do trabalho e de 19 varas itinerantes em funcionamento, o que importou no aumento da demanda por materiais e serviços em geral.

- Tribunal Regional do Trabalho da 24.ª Região

A suplementação visa a cobrir reforma de sistemas elétricos nas varas do trabalho do interior de Mato Grosso do Sul.

Justificativas Crédito Especial – 200 – Projetos

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região requer a inclusão na LOA 2006 do Projeto Construção do prédio anexo ao Fórum Trabalhista em São Leopoldo – RS, no valor total de R\$ 150.000,00, que não consta do PPA 2004-2007, oferecendo em contrapartida cancelamento:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Construção do prédio Anexo ao Fórum Trabalhista em São Leopoldo – RS	150.000	
Construção do Edifício de Apoio ao TRT 4ª Rg. Em Porto Alegre – RS		(150.000)
Total	150.000	(150.000)

O TRT informa que o pedido de crédito especial objetiva a aquisição de terreno para a construção de anexo ao Fórum de São Leopoldo. O não atendimento do pleito impossibilitará a ampliação do Fórum.

O Regional alega que não haverá repercussão negativa no cancelamento, pois a execução orçamentária da ação “Construção do Edifício Apoio ao TRT da 4ª Região” está abaixo do previsto para este exercício.

Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região solicita dotação de R\$ 300.000,00 para inclusão na LOA 2006 de projeto cadastrado no PPA 2004-2007, na revisão de 2006, com oferecimento de recursos em compensação:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Ampliação do Edifício Sede do TRT da 8ª Rg. Em Belém – PA	300.000	
Construção de Fórum Trabalhista em Ananindeua - PA		(300.000)
Total	300.000	(300.000)

O pedido se faz premente pois o governo estadual doou terreno para construção, possibilitando assim uma sensível melhora nas instalações físicas do “Edifício Sede do TRT da 8ª Região” e ampliando a sua capacidade de atendimento aos jurisdicionados.

O Regional informa que os reflexos negativos do cancelamento serão mínimos, tendo em vista que o valor cancelado corresponde a apenas 6,33% do total orçado para o projeto citado.

Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região solicita dotação de **R\$ 1.650.000,00** para inclusão na LOA 2006 de projeto cadastrado no PPA 2004-2007, na revisão de 2006, e de projeto não cadastrado no PPA 2004-2007 com oferecimento de recursos em compensação:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Aquisição de Imóvel para o Edifício-Sede da VT em Concórdia (*)	550.000	
Construção do Edifício-Sede de VT em Concórdia		(450.000)
Construção do Edifício-Sede da VT em Fraiburgo	600.000	
Construção do Edifício-Sede da VT em São Bento do Sul		(500.000)
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho TRT		(200.000)
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho TST		(500.000)
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – 12.ª Região (*)		
Construção do Edifício-Sede da VT em Xanxerê	600.000	
Total	1.650.000	(1.650.000)

(*) Solicitação de alteração do pedido de crédito para Aquisição do Ed. Sede da Vara do Trabalho em Concórdia com oferecimento adicional de recursos em compensação no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) do TRT da 12.ª Região, via Of.APO.CSJT.GP.N.º 037/2006, de 22 de setembro de 2006.

Na primeira solicitação o Regional informa que o pedido objetiva a aquisição de imóvel para abrigar a sede da Vara do Trabalho em Concórdia, oferecendo em cancelamento a dotação global da ação Construção de Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Concórdia. O Regional

alega que a construção ficou inviável, pois o terreno doado pelo município não tem condições técnicas para a referida construção. Como solução para este impasse o TRT optou por adquirir um imóvel, motivando assim, o seu pedido.

O Regional solicita, ainda, crédito para a Construção do Ed. Sede da Vara do Trabalho em Fraiburgo, motivado pela possibilidade de deixar de pagar aluguel e o recebimento em doação de um terreno, realizada pela Prefeitura do município. O cancelamento do projeto de Construção em São Bento do Sul está sendo pleiteado em razão da demora no processo legislativo para autorizar a doação de terreno, que fatalmente inviabilizará a construção.

Por fim, o Regional solicita alocação de recursos na ação Construção de Ed. sede da VT em Xanxerê, com oferecimento de recurso da ação Apreciação de Causas do TRT e do TST.

Ressaltamos que, inicialmente, o TST ofereceu R\$ 500.000,00 para o TRT da 12ª complementar a ação "Aquisição de Imóvel para o Edifício-Sede da VT em Concórdia", porém o TRT solicitou que a ação suplementada fosse "Construção do Edifício-Sede da VT em Xanxerê", no que foi atendido.

O TRT informa que o cancelamento na ação Apreciação de Causas não trará reflexos negativos, pois o Tribunal fez uma nova alocação nos valores destinados a essa atividade. O TST corrobora que o cancelamento na ação Apreciação de Causas não trará reflexos negativos.

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região solicita crédito especial no valor de **R\$ 8.000,00** para atividade não incluída na LOA 2006:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – AJPC	8.000	
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - AC		(8.000)
Total	8.000	(8.000)

A inclusão solicitada atende o objetivo de pagar honorários de perícias técnicas realizadas em processos trabalhistas.

Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região solicita crédito especial no valor de **R\$ 15.072,00** para a atividade não autorizada na LOA 2006.

Ação	Suplementação	Cancelamento
Auxílio Transporte – AT	15.072	
Auxílio Alimentação – AA		(15.072)
Total	15.072	(15.072)

A presente solicitação visa a compor a ação AT pois à época da elaboração do orçamento o Tribunal Regional não quantificou a ação na Proposta Orçamentária 2006.

O Regional informa que não haverá reflexos negativos no cancelamento.

Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região solicita crédito especial no valor de **R\$ 98.888,00** para atividade não incluída na LOA 2006:

Ação	Suplementação
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - AJPC	98.888
Total	98.888

A inclusão solicitada atende o objetivo de pagar honorários de perícias técnicas realizadas em processos trabalhistas.

O Tribunal informa que arrecadou com inscrições de Concurso da Magistratura o valor de **R\$ 98.888,00** e pleiteia utilizar o quantitativo para compor a dotação da ação AJPC.

Conclusão

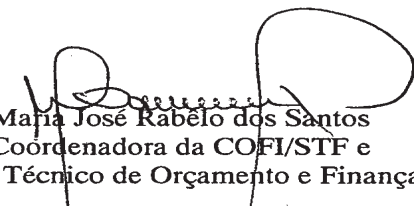
As solicitações de abertura de créditos suplementares dos Órgãos do Poder Judiciário visam a ajustar a programação orçamentária às reais necessidades indicadas pelas Unidades solicitantes e estão em conformidade com a legislação em vigor, a saber: Lei nº. 11.306/2005, LOA/2006 e Portaria SOF/MP nº. 6, de 29 de maio de 2006.

Os ajustes pretendidos pelos Órgãos possibilitarão a recomposição das programações insuficientes para atender as despesas de manutenção da máquina administrativa, benefícios assistenciais aos servidores e diversos investimentos para o aparelhamento de suas infra-estruturas, sendo:

Órgão	Valor
Supremo Tribunal Federal	1.709.414
Superior Tribunal de Justiça	5.543.500
Justiça Federal	58.783.770
Justiça Eleitoral	12.140.972
Justiça do Trabalho	26.755.350
Total	104.933.006

Os recursos compensatórios para o atendimento destas recomposições foram oferecidos pelos próprios Tribunais, no valor de R\$ 34.911.118,00. A diferença de R\$ 70.021.888,00 foi compensada com recursos oriundos do superávit financeiro.

Brasília, 19 de outubro de 2006.


 Maria José Rabelo dos Santos
 Coordenadora da COFI/STF e
 do Comitê Técnico de Orçamento e Finanças/CNJ

Conselho Nacional de Justiça

Senhora Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência as solicitações de créditos suplementares e especiais encaminhadas pelos Órgãos do Poder Judiciário da União para ajuste da programação orçamentária às reais necessidades indicadas pelas Unidades solicitantes, conforme a seguir demonstrado:

Órgão	Crédito Suplementar	Crédito Especial	Total
Supremo Tribunal Federal	1.709.414		1.709.414
Superior Tribunal de Justiça	5.543.500		5.543.500
Justiça Federal	13.728.770	45.055.000	58.783.770
Justiça Eleitoral	6.451.285	5.689.687	12.140.972
Justiça do Trabalho	24.433.390	2.321.960	26.755.350
Total			104.933.006

As proposições destinam-se a atender as seguintes finalidades:

I. Crédito Suplementar:

- **Supremo Tribunal Federal:** manutenção dos serviços de assistência médica e odontológica, até o final do corrente exercício, cujo aumento de gastos decorre de reajustes contratuais e do crescimento da demanda por consultas, exames e internações e implantação do processo virtual no Conselho Nacional de Justiça e contratação de serviços técnicos de informática.

- **Superior Tribunal de Justiça:** cumprimento dos compromissos com a prestação de serviços médicos e odontológicos, cujo aumento de despesas decorre de reajustes contratuais, e com o pagamento de auxílio-alimentação aos servidores e empregados; manutenção administrativa; desenvolvimento de aplicativos de serviços diversos de informática e capacitação de recursos humanos.

- **Justiça Federal:** prestação de assistência jurídica a pessoas carentes, capacitação de servidores e magistrados, continuação ou conclusão de obras de construção e ampliação de imóveis para a instalação de sedes e juizados especiais, em diversos municípios brasileiros, e manutenção administrativa.

- **Justiça Eleitoral:** complementação de recursos para assegurar o pagamento de benefícios assistenciais a servidores, cujo aumento de despesas decorre de reajuste do valor dos benefícios e da implementação das Leis nºs 10.842, de 20 de fevereiro de 2004 e 11.202, de 29 de novembro de 2005, que criam cargos e funções; continuação ou conclusão de diversas obras relativas a imóveis para o funcionamento de cartórios eleitorais e centrais de atendimento e para o armazenamento de urnas eletrônicas, abrangendo diversos municípios brasileiros e capacitação de servidores e magistrados.

- **Justiça do Trabalho:** manutenção e desenvolvimento das atividades de prestação jurisdicional; atualização do parque de informática e aquisição de equipamentos para varas do trabalho; atendimento à demanda de pessoas carentes pela assistência jurídica gratuita; continuidade e/ou conclusão de diversas obras de construção de edifícios-sede para a instalação de fóruns trabalhistas, varas do trabalho e outras unidades do órgão e pagamento de auxílio-alimentação a servidores e empregados.

II. Crédito Especial:

- **Justiça Federal:** o crédito permitirá a aquisição dos Anexos I, II e III para abrigar a Justiça Federal em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, bem como o acesso aos serviços de assistência jurídica a pessoas carentes no Distrito Federal, com o pagamento de defensores dativos e peritos do Tribunal Regional Federal - TRF da 1ª Região.

- **Justiça Eleitoral:** o crédito possibilitará ao Órgão melhorar a sua infra-estrutura imobiliária, dotando-a de espaço físico adequado para abrigar cartórios eleitorais, centrais de atendimento ao eleitor e armazenamento de urnas eletrônicas em municípios dos Estados do Amazonas, da Bahia, do Ceará, de Goiás, de Minas Gerais, do Pará, do Paraná e de Santa Catarina, bem como atender despesas com a concessão de auxílio-transporte aos servidores e empregados no Estado de Sergipe.

- **Justiça do Trabalho:** os recursos destinam-se à execução de obras de construção de Edifício-Anexo ao Fórum Trabalhista no Município de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul; à ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho - TRT da 8ª Região - Pará/Amapá, no Município de Belém, no Estado do Pará; às aquisições de Edifícios-Sede para as Varas do Trabalho de Concórdia, de Fraiburgo e de Xanxerê, no Estado de Santa Catarina; ao pagamento de honorários de perícias técnicas do TRT da 21ª - Rio Grande do Norte e 23ª Região - Mato Grosso, e à concessão de benefício auxílio-transporte aos servidores no TRT da 22ª Região - Piauí.

Brasília, 19 de outubro de 2006.


Sérgio Renato Tejada Garcia
Juiz Auxiliar da Presidência
Secretário-Geral

Ofício nº 726/GP

Brasília, 30 de outubro de 2006.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
Brasília-DF

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no § 16 do art. 63 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, encaminho a Vossa Excelência cópias da nota técnica e do parecer proferido pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o mérito das solicitações de créditos especiais encaminhadas pelos Órgãos do Poder Judiciário da União.

Atenciosamente,



Ministra Ellen Gracie
Presidente do Conselho Nacional de Justiça

Assunto: Créditos Especiais dependentes de autorização legislativa
Interessados: Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça do Trabalho.

PARECER

À vista do Relatório apresentado pelo Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, com fulcro no § 16 do artigo 63 da Lei nº. 11.178/05, LDO 2006, **aprovo** o mérito das solicitações de créditos especiais encaminhadas pelos Órgãos do Poder Judiciário da União na forma discriminada abaixo:

	R\$ 1,00
Órgão	Suplementação
Justiça Federal – JF	45.055.000
Justiça Eleitoral – JE	5.689.687
Justiça do Trabalho – JT	2.321.960
Total	53.066.647

Brasília, 20 de outubro de 2006.



Ministra Ellen Gracie
Presidente

Assunto: Créditos suplementares encaminhados pelos órgãos do Poder Judiciário da União –
Outros Custeios e Capital.

Objetivo: subsidiar a elaboração do Parecer de Mérito do Conselho Nacional de Justiça.

Introdução

A presente Nota Técnica tem por objetivo subsidiar o Conselho Nacional de Justiça na elaboração do parecer de mérito de que trata o § 16 do artigo 63 da Lei n. 11.178/05, LDO-2006, o qual deverá acompanhar o projeto de lei relativo aos créditos adicionais dos órgãos do Poder Judiciário da União.

A abertura de créditos suplementares está prevista no artigo 4º da Lei n. 11.306, de 16 de maio de 2006 - Lei Orçamentária Anual - e disciplinada pela Portaria SOF n. 6, de 29 de maio de 2006, que estabelece procedimentos e prazos para as solicitações de alterações orçamentárias para este exercício, indicando, para tanto, os tipos de alterações orçamentárias pertinentes a cada crédito suplementar solicitado.

As solicitações encaminhadas pelos órgãos do Poder Judiciário da União para ajuste das programações constantes de seus respectivos orçamentos encontram-se detalhadas em tabelas anexas, com as respectivas finalidades e justificativas.

Quadro-Resumo de Solicitações de Créditos Suplementares por Projeto de Lei

Órgão: Supremo Tribunal Federal

I - Outros Custeios e Capital

Suplementação

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
10101	3234	Assist. Médica e Odont. aos Servid., Empregados e seus Dependentes	Custeio	909.414	A suplementação tem por objetivo o pagamento de despesas com serviços médicos, hospitalares, laboratoriais e odontológicos, cuja insuficiência se justifica em face do aumento de demanda por consultas, exames, internações e cirurgias, além do reajuste do contrato firmado com a empresa CASSI.
10102	3225	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação no PJ (E-Jus)	Invest.	120.000	O crédito visa a ajustar dotações das ações em tela, para adquirir scanner de produção e contratação de serviços de informática com vistas a iniciar a implantação do processo virtual no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.
10102	3225	Apreciação e Julgamento de Processos Discip.	Custeio	680.000	
TOTAL				1.709.414	

Cancelamento

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor
10101	3234	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Custeio	500.000
10102	3234	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Custeio	301.757
10102	3234	Assist. Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	Custeio	95.057
10102	3234	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Custeio	12.600
10102	3225	Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa no Poder Judiciário	Custeio	800.000
TOTAL				1.709.414

Suplementação

Órgão/ Unidade	Controle SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
11101	003263	Apreciação e Julgamento de Causas	Custeio	1.474.174	-Garantir o pagamento das despesas de natureza administrativa, assegurando a manutenção e conservação de imóveis sob a responsabilidade do órgão e a manutenção e desenvolvimento de aplicativos e serviços diversos de informática.
11101	003263	Capacitação de Recursos Humanos	Custeio	120.000	- Proporcionar ao quadro de integrantes do órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições.
11101	003263	Apreciação e Julgamento de Causas	Invest.	205.826	- Fazer frente às despesas com aquisição de equipamentos e materiais permanentes no corrente exercício.
11101	003323	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Custeio	1.630.000	- Garantir o adimplemento do benefício.
11101	003323	Assistência Médica e Odontológica a Serv. e Dependentes	Custeio	2.113.500	- Atenuar o corte imposto durante a tramitação do Projeto da LOA no Congresso Nacional e manter o equilíbrio dos contratos de assistência médica e odontológica (Lei 8.666/93, art. 5º, § 1º).
		TOTAL		5.543.500	

Cancelamento

Órgão/ Unidade	Controle SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor
12000	003323	Implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	Invest.	3.743.500
TOTAL				3.743.500

Justificativa (síntese)Controle 003263**Suplementação****Apreciação e Julgamento de Causas**

O valor previsto na Lei Orçamentária Anual para a atividade Apreciação e Julgamento de Causas é inferior ao necessário para atender as despesas, devido ao corte sofrido por essa ação no Congresso Nacional.

Capacitação de Recursos Humanos

A Lei Orçamentária Anual (11.306/06) alocou uma quantidade insuficiente de recursos para manter a crescente demanda por eventos de capacitação no Superior Tribunal de Justiça.

Controle 003323**Suplementação****Assistência Médica e Odontológica**

Os recursos alocados na atividade Assistência Médica e Odontológica apresentam-se insuficientes para atender as despesas desse subtítulo, devido ao corte sofrido no Congresso Nacional.

Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Os recursos alocados na atividade Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados apresentam-se insuficientes para garantir a efetiva prestação aos beneficiários.

Cancelamento**Implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados**

O remanejamento na dotação da ação “Implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados” é devido ao fato de o GDF ainda não ter finalizado o processo de aprovação do projeto arquitetônico, possibilitando disponibilizar recursos para o atendimento de outras necessidades e para a melhoria de atividades de apoio realizadas nesta Corte.

Suplementação

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3009	Construção do Ed. Sede da SJ em Juiz de Fora/MG	Invest.	1.513.002	Destina-se ao pagamento de despesas com custeio e investimento da Justiça Federal nas ações destinadas à recomposição de cortes orçamentários, objetiva atender também os acréscimos contratuais no corrente exercício superiores ao previsto na proposta orçamentária, além da demanda de investimentos.
		Construção do Ed. Sede da SJ em Uberaba/MG	Invest.	107.726	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Arapiraca/AL	Invest.	700.000	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Itabaiana/SE	Invest.	200.000	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Caxias do Sul/RS	Invest.	500.000	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Rio Grande/RS	Invest.	1.100.000	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Imperatriz/MA	Invest.	260.000	
		Construção do Ed. Sede da JF em Serra Talhada/PE	Invest.	50.000	
		Construção do Ed. II para a JF em Salvador/BA	Invest.	120.000	
		Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	1.760.724	
		Capacitação de Recursos Humanos	Custeio	117.318	
12.102		Julgamento de Causas	Custeio	1.000.000	
TOTAL				7.428.770	

Cancelamento

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3009	Julgamento de Causas	Custeio	1.605.826	O cancelamento decorre da reprogramação das prioridades referentes a diferentes ações da Justiça Federal em custeio e investimento.
		Julgamento de Causas	Invest.	50.000	
		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores	Custeio	400.000	
		Assistência Pré-Escolar	Custeio	957.042	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Florianópolis/SC	Invest.	1.600.000	
		Construção do Ed. Sede da SJ em Belo Horizonte/MG	Invest.	2.000.728	
		Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação – ISIG	Custeio	1.494.174	
12.106		Julgamento de Causas	Custeio	200.000	
12.104		Capacitação de Recursos Humanos	Custeio	921.000	
TOTAL				9.228.770	

Suplementação

Órgão/ Unidade e	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3007	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	6.300.000	Destina-se ao pagamento de despesas relativas ao programa de assistência jurídica a pessoas carentes com o pagamento de serviços aos defensores dativos/peritos no decorrer do presente exercício, em razão do aumento do acesso de cidadãos carentes à Justiça Federal e a instalação de novas varas e juizados especiais com conseqüente crescimento geométrico da demanda processual.
TOTAL				6.300.000	

Cancelamento

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3007	Sem fonte de cancelamento			
TOTAL					

Suplementação

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3289	Aquisição do Anexo I para a Justiça Federal em Belo Horizonte - MG (desapropriação)	Inv. Financ.	19.000.000	A abertura do crédito especial destina-se à aquisição do edifício Lucas Lopes (Líder Center) no valor de R\$ 19.500.000,00, edifício Moacyr Fioravanti no valor de R\$ 17.500.000,00 e edifício Terceiro Milênio no valor de R\$ 8.000.000,00, visando a abrigar as 32 varas federais, 5 juizados especiais federais, 2 turmas recursais e todos os serviços administrativos afins daquela unidade da federação que hoje gasta em torno de aproximadamente R\$ 2.360.000,00 (anuais), onerando sobremaneira o orçamento da Justiça Federal da 1ª Região, criando de certa forma dificuldade para a administração de toda a seccional de Minas Gerais.
		Aquisição do Anexo II para a Justiça Federal em Belo Horizonte - MG (desapropriação)		25.000.000	
		Aquisição do Anexo III para a Justiça Federal em Belo Horizonte - MG (desapropriação)		1.000.000	
TOTAL				45.000.000	

Cancelamento

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3289	Sem fonte de cancelamento			
TOTAL					

Suplementação

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.102	3003	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	55.000	Destina-se ao atendimento de despesas relativas ao programa de assistência jurídica a pessoas carentes com o pagamento de serviços aos defensores dativos/peritos no decorrer do exercício do TRF 1ª Região.
TOTAL				55.000	

Cancelamento

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
12.101	3003	Julgamento de Causas	Custeio	55.000	
TOTAL				55.000	

Suplementação

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
JE	3345	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	Custeio	3.843.644	Assegurar aos servidores da Justiça Eleitoral o recebimento do benefício estabelecido na Lei nº 8.460/92, alterada pela Lei nº 9.527/97.
JE	3345	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores e Empregados	Custeio	265.042	Assegurar aos servidores da Justiça Eleitoral o recebimento do benefício estabelecido na Lei nº 8.069/90.
JE	3345	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	Custeio	88.188	Assegurar aos servidores da Justiça Eleitoral o recebimento do benefício estabelecido na Medida Provisória nº 2165-36/01 (vigência indeterminada).
JE	3345	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.	Custeio	631.633	Assegurar aos servidores da Justiça Eleitoral o recebimento do benefício estabelecido na Lei nº 8.112/90.
14125	3165	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	Custeio	20.858	Assegurar aos servidores da Justiça Eleitoral o recebimento do benefício estabelecido na Medida provisória nº 2165-36/01 (vigência indeterminada).
14104	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Itacoatiara	Invest.	55.879	Viabilizar a conclusão do cartório eleitoral no Município de Itacoatiara. Para adequação da obra ao valor consignado em 2005, houve a necessidade da supressão de alguns itens do projeto básico.

14105	3165	Construção de Cartórios Eleitorais, CAE, Depósito Armaz. UE – Munic. Cruz das Almas	Invest.	845.000	Possibilitar a construção de sede própria para o cartório, uma vez que os espaços cedidos são objeto de constantes solicitações de devolução por parte dos cedentes, gerando instabilidade no que se refere ao funcionamento dos serviços, bem como revelam-se insuficientes para o atendimento das necessidades da Justiça Eleitoral.
14105	3165	Construção de Cartórios Eleitorais, CAE, Depósito Armaz. UE – Munic. Guanambi	Invest.	845.000	Possibilitar a construção de sede própria para o cartório, que atualmente funciona nos fóruns da Justiça Comum.
14105	3165	Construção de Cartórios Eleitorais, CAE, Depósito Armaz. UE – Munic. Jequié	Invest.	845.000	Possibilitar a construção de sede própria para o cartório, uma vez que os espaços cedidos são objeto de constantes solicitações de devolução por parte dos cedentes, gerando instabilidade no que se refere ao funcionamento dos serviços, bem como revelam-se insuficientes para o atendimento das necessidades da Justiça Eleitoral.
14106	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Sobral	Invest.	70.000	Assegurar o pagamento de serviços executados extraordinariamente, tendo em vista a elevação imprevista do custo da obra no momento das fundações do prédio, por tratar-se de terreno sem estabilidade.
14109	3165	Construção de Imóvel p/ Cartórios Eleitorais e Armazenamento de UE – Munic. Valparaíso	Invest.	220.000	Viabilizar a conclusão da obra, com a execução de serviços que não puderam ser contratados em 2005 em razão das limitações orçamentárias.

14109	3165	Construção de Imóvel p/ Cartórios Eleitorais e Armazenamento de UE – Munic. Goiás	Invest.	185.000	Viabilizar a conclusão da obra, com a execução de serviços que não puderam ser contratados em 2005 em razão das limitações orçamentárias.
14109	3165	Construção de Imóvel p/ Cartórios Eleitorais e Armazenamento de UE – Munic. Caldas Novas	Invest.	150.000	Viabilizar a conclusão da obra, com a execução de serviços que não puderam ser contratados em 2005 em razão das limitações orçamentárias.
14113	3165	Aquisição de Imóvel para Cartório Eleitoral – Munic. Contagem	Inversão Financ.	1.500.000	Adquirir imóvel para abrigar cinco cartórios eleitorais que funcionam atualmente em prédio alugado. Anteriormente, tais cartórios funcionavam em edifício cedido pela Prefeitura, que solicitou a imediata devolução do imóvel.
14114	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Castanhal	Invest.	30.000	Viabilizar a modificação do sistema de abastecimento de água e de outras instalações.
14116	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Cambe	Invest.	2.950	Viabilizar a conclusão da obra, com a execução de serviços que não puderam ser contratados em 2005 em razão das limitações orçamentárias. Os recursos são necessários para cobrir despesas com grandes pantográficas, muros, ajardinamento.
14116	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Pato Branco	Invest.	20.000	Viabilizar a conclusão da obra, com a execução de serviços que não puderam ser contratados em 2005 em razão das limitações orçamentárias. Os recursos são necessários para cobrir despesas com grandes pantográficas, muros, ajardinamento.

14123	3165	Construção de Deposito para Armaz. UE – Munic. São José	Invest.	900.000	Possibilitar a construção de imóvel para armazenamento de urnas, com vistas a melhorar as condições de armazenamento das urnas eletrônicas, que encontram-se estocadas em local inapropriado.
14114	3194	Ampliação da Central de Atendimento ao Eleitor e Cartórios Eleitorais – Munic. Belém	Invest.	200.000	Possibilitar a execução de serviços complementares, tendo em vista que a dotação de 2006 é insuficiente para deixar a obra em estado de receber o acabamento final programado para 2007.
14116	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Arapongas	Invest.	121.896	Viabilizar a conclusão da obra, com a execução de serviços que não puderam ser contratados em razão das limitações orçamentárias. Há necessidade de reforçar a estrutura de concreto armado para suportar a altura das paredes, climatizar o ambiente com ar condicionado, construir pátio de estacionamento calçado.
14116	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Jaguariaíva	Invest.	122.050	Assegurar a contratação do projeto executivo de arquitetura do fórum eleitoral, tendo em vista que os recursos consignados não são suficientes para atender à programação.
14117	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Petrolina	Invest.	40.000	Viabilizar a contratação do projeto executivo e de arquitetura do fórum eleitoral, tendo em vista que os recursos consignados não são suficientes para atender à programação.
14119	3194	Ampliação do Prédio para Armazenamento de UE no Rio de Janeiro	Invest.	500.000	Possibilitar a implementação da etapa de preparação de instalações dos elevadores, sistema de climatização a ser concluída em 2007.

14122	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Cerejeiras	Invest.	1.237	Assegurar o pagamento dos serviços programados que tiverem seus custos alterados.
14122	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Vilhena	Invest.	18.397	Assegurar o pagamento dos serviços programados que tiverem seus custos alterados.
14123	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. São José	Invest.	600.000	Viabilizar a contratação completa da obra, tendo em vista que, após o término dos projetos arquitetônicos, verificou-se uma estimativa de gastos além do previsto inicialmente.
14125	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Aquidabã	Invest.	10.000	Possibilitar a aquisição de terreno que não estava prevista, uma vez que havia promessa de doação do terreno pela Prefeitura.
14125	3194	Capacitação de Recursos Humanos	Custeio.	9.198	Complementar a dotação já autorizada, com vistas à ampliação dos programas de capacitação previstos para o exercício.
TOTAL				12.140.972	

Cancelamento

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor
14101	3345	Gestão e Administração do Programa	Custeio	3.976.533
14101	3165	Gestão e Administração do Programa	Custeio	3.803.593
14101	3165	Implantação da Rede de Alta Velocidade Via Satélite para JE	Invest.	544.105
14104	3165	Gestão e Administração do Programa	Invest.	55.879
14105	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Itabuna	Invest.	678.160
14109	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Goiânia	Invest.	123.237
14109	3165	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic.	Invest.	431.763
14114	3165	Gestão e Administração do Programa	Invest.	30.000
14116	3165	Gestão e Administração do Programa	Custeio	22.950

14101	3194	Gestão e Administração do Programa	Custeio	1.695.920
14114	3194	Gestão e Administração do Programa	Invest.	200.000
14117	3194	Gestão e Administração do Programa	Custeio	40.000
14119	3194	Construção de Cartórios Eleitorais – Munic. Duque de Caxias	Invest.	500.000
14122	3194	Gestão e Administração do Programa	Custeio	19.634
14125	3194	Gestão e Administração do Programa	Custeio	19.198
TOTAL				12.140.972

Justificativa (síntese)

Nesta segunda revisão orçamentária de 2006, foi priorizada a suplementação de recursos para financiamento da ampliação das despesas com benefícios e a aquisição e construção de imóveis para cartórios eleitorais e depósitos de armazenamento de urnas, em observância ao planejamento orçamentário do exercício, cujos eixos principais, adicionalmente à realização das eleições gerais, são a ampliação da rede própria de atendimento e a melhoria das condições fiscais de trabalho dos servidores, a melhoria do desempenho funcional e a efetivação do quadro próprio.

A expansão das despesas de benefícios deve-se a provimento de cargos e funções criados nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais pela Lei nº 11.202, de 29 de novembro de 2005, e pela Lei nº 10.842/04, de 20 de fevereiro de 2004. Em relação ao mês de abril de 2005, mês-base de elaboração da proposta orçamentária 2006, a Justiça Eleitoral registrou cerca de 3.300 ingressos, o que acarretou a necessidade de recursos adicionais na ordem de R\$ 9,7 milhões, sendo que R\$ 4,9 milhões por ato próprio e R\$ 4,8 milhões por intermédio de projeto de lei.

A suplementação de recursos para obras faz-se igualmente necessária, tendo em vista evitar a interrupção do andamento dos serviços ou possibilitar a conclusão neste exercício. Por outro lado, foram remanejados recursos para novas construções de cartórios pela oportunidade que representa a disponibilização de terrenos pelas administrações municipais. Cumpre assinalar que os cartórios beneficiados funcionam atualmente em salas de fóruns e as novas instalações contribuirão para melhoria do atendimento à população. Foi ainda proposto o remanejamento de recursos para aquisição de imóvel para abrigar cinco cartórios eleitorais no Município de Contagem, no Estado de Minas Gerais, que atualmente funcionam em prédio alugado, em razão da devolução do imóvel antes ocupado à Prefeitura.

Quadro-Resumo de Solicitações de Créditos Suplementares por Projeto de Lei

Órgão: Justiça do Trabalho

I - Outros Custeios e Capital

Suplementação – Tipo 120

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
TRT 2. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	1.600.000	Reforço de Dotação
TRT 4. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed. Sede da VT em Gravataí –RS	Invest.	333.534	Conclusão de Etapas
TRT 4. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed. Sede da VT em Lajeado-RS	Invest.	341.482	Conclusão de Etapas
TRT 5. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	1.000.000	Reforço de Dotação
			Invest.	1.580.130	
TRT 6. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	1.000.000	Reforço de Dotação
TRT 7. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	500.000	Reforço de Dotação
			Invest.	200.000	
TRT 8. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	350.000	Reforço de Dotação
			Invest.	250.000	
TRT 9. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	400.000	Reforço de Dotação
TRT 9. ^a Região	Controle SOF	Const. de Fórum Trabalhista em Londrina –PR	Invest.	1.279.000	Conclusão de Etapas
TRT 10. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	1.722.036	Reforço de Dotação
			Invest.	200.000	
TRT 11. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	650.000	Reforço de Dotação
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	54.000	Reforço de Dotação
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	96.000	Reforço de Dotação
TRT 13. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	524.000	Reforço de Dotação
			Invest.	1.000.000	
TRT 14. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	400.000	Reforço de Dotação
TRT 14. ^a Região	Controle SOF	Auxílio-Alimentação aos Serv. e Empregados	Custeio	5.000	Reforço de Dotação
TRT 14. ^a Região	Controle SOF	Construção do Edifício-Sede da VT em Cruzeiro do Sul – AC	Invest.	178.518	Conclusão
TRT 15. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	1.500.000	Reforço de Dotação
TRT 15. ^a Região	Controle SOF	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	600.000	Reforço de Dotação
TRT 16. ^a Região	Controle SOF	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	7.000	Reforço de Dotação
TRT 16. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	600.000	Reforço de Dotação
			Invest.	400.000	

TRT 17 ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	350.000	Reforço de Dotação
TRT 18. ^a Região	Controle SOF	Construção do Edifício-Sede da Justiça do Trabalho no Município de Catalão -GO	Invest.	316.690	Continuidade da Obra
TRT 18. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	800.000	Reforço de Dotação
TRT 19. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	750.000	Reforço de Dotação
TRT 19. ^a Região	Controle SOF	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	16.000	Reforço de Dotação
TRT 20 ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	159.726	Reforço de Dotação
TRT 20. ^a Região	Controle SOF	Construção do TRT no Município de Aracaju - SE	Invest.	740.274	Conclusão
TRT 22 ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	600.000	Reforço de Dotação
TRT 23. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	3.000.000	Reforço de Dotação
TRT 24. ^a Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Invest.	250.000	Reforço de Dotação
TOTAL				24.433.390	

Cancelamento – Tipo 120

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor
TST	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	1.850.000
TRT 4 ^a Região	Controle SOF	Construção de Edifício de apoio ao TRE 4 ^a Região – Porto Alegre -RS	Invest.	333.534
TRT 5 ^a Região	Controle SOF	Construção do Edifício- Auxiliar do TRT 5 ^a Região em Salvador - BA	Invest.	1.580.130
TRT 10 ^a Região	Controle SOF	Construção de Fórum Trabalhista em Taguatinga - DF	Invest.	922.036
TRT 12 ^a Região	Controle SOF	Assistência Médica e Odontológica aos Serv., Empregados e seus Dependentes	Custeio	96.000
TRT 12 ^a Região	Controle SOF	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Custeio	54.000
TRT 13 ^a Região	Controle SOF	Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	Custeio	24.000
TRT 14 ^a Região	Controle SOF	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Custeio	5.000
TRT 17 ^a Região	Controle SOF	Construção do Edifício-Sede do TRT 17 ^a Região em Vitória-ES	Invest.	945.690
TOTAL				5.810.390

Quadro-Resumo de Solicitações de Créditos Especiais por Projeto de Lei

Órgão: Justiça do Trabalho

I - Outros Custeios e Capital

Suplementação - Crédito Especial – Tipo 200

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor	Finalidade/Amparo Legal
TRT 4. ^a Região	Controle SOF	Construção do Prédio Anexo ao Fórum Trabalhista de São Leopoldo – RS	Invest.	150.000	Início de obra
TRT 8. ^a Região	Controle SOF	Ampliação do Ed. Sede do TRT da 8. ^a Região em Belém-PA	Invest.	300.000	Início de obra
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed. Sede da Vara do Trabalho em Xanxerê – SC	Invest.	600.000	Início de obra
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed.Sede da Vara do Trabalho em Fraiburgo – SC	Invest.	600.000	Início de obra
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Aquisição do Ed.Sede da Vara do Trabalho em Concórdia – SC	Inv. Financ.	550.000	Aquisição de Imóvel
TRT 22. ^a Região	Controle SOF	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Custeio	15.072	Benefício aos Servidores
TRT 21. ^a Região	Controle SOF	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	8.000	Assistência Jurídica Gratuita
TRT 23. ^a Região	Controle SOF	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Custeio	98.880	Assistência Jurídica Gratuita
TOTAL				2.321.960	

Cancelamento – Crédito Especial – Tipo 200

Órgão/ Unidade	Cont. SIDOR	Ação	Grupo de Despesa	Valor
TST	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Invest.	600.000
TRT 22. ^a Região	Controle SOF	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Custeio	15.072
TRT 4. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed. Apoio ao TRT da 4. ^a Região	Invest.	150.000
TRT 8. ^a Região	Controle SOF	Construção do Fórum Trabalhista em Ananindeua – PA	Invest.	300.000
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed. Sede da Vara do Trabalho em São Bento do Sul – SC	Invest.	500.000
TRT 12. ^a Região	Controle SOF	Construção do Ed. Sede da Vara do Trabalho em Concórdia – SC	Invest.	450.000

TRT 12ª Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Invest.	200.000
TRT 21ª Região	Controle SOF	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	8.000
TOTAL				2.223.072

JUSTIFICATIVA (SÍNTESE)

120 Com Compensação

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região solicita remanejamento de **R\$ 333.534,00** entre as ações:

Ação (Projeto)	Suplementação	Cancelamento
103P – Construção do Ed. Sede da VT em Gravataí –RS	333.534	
1B32 – Construção do Ed. de Apoio ao TRT da 4ª Região.		(333.534)
Total	333.534	(333.534)

O remanejamento propõe reforçar a dotação consignada na ação “Construção do Ed. Sede da VT em Gravataí – RS” visando à continuidade do projeto. O TRT alega que os recursos consignados em 2006, para esta obra, são insuficientes.

O não atendimento da solicitação significará a descontinuidade e o atraso na conclusão da obra. O cancelamento da ação Construção de Ed. de Apoio ao TRT da 4ª Região não trará reflexos negativos, pois sua execução está abaixo do previsto para o exercício.

O Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região solicita remanejamento de **R\$ 1.580.130,00** entre as ações:

Ação	Suplementação	Cancelamento
4256 - Apreciação de Causas Trabalhistas – AC	1.580.130	
10Z1 – Construção do Ed. Auxiliar Judicial do TRT da 5ª Região em Salvador		(1.580.130)
Total	1.580.130	(1.580.130)

O remanejamento visa a reforçar a dotação consignada à ação AC para obras e reformas emergenciais no imóvel que abrigava as varas de Salvador para que possa abrigar a área administrativa do TRT, melhorando assim as condições de funcionamento do órgão e

mantendo a prestação jurisdicional em níveis satisfatórios. O não atendimento do pedido implicará inadimplemento das condições de funcionamento do órgão comprometendo o atendimento da população.

O cancelamento da ação Construção Edifício Auxiliar Judicial não trará impactos negativos importantes, uma vez que foi implementado o projeto de unificação dos procedimentos na execução judicial, deixando com leiloeiro oficial a responsabilidade de remoção e guarda dos bens penhorados.

O **Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região** solicita remanejamento de **R\$ 1.279.000,00** com oferecimento de recursos provenientes do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região entre as ações:

Ação	Suplementação	Cancelamento
11EX – Construção Fórum Trabalhista de Londrina – PR	1.279.000	
1B51 – Construção do Edifício-Sede do TRT da 17ª Região		(629.000)
Total	1.279.000	(629.000)

O remanejamento propõe reforçar a dotação consignada à ação *Construção do Fórum Trabalhista em Londrina*, justificando-se em virtude da urgente e necessária edificação do novo prédio do fórum, pois o atual encontra-se em condições precárias de funcionamento.

Após pedido formulado pelo TRT da 9ª Região, por meio do Ofício 493/2006, o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região ofereceu, em cancelamento, dotação do projeto “Construção do Edifício-Sede do TRT da 17ª Região” alegando que não haverá reflexos negativos na execução da programação prevista para a ação.

O **Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região** solicita remanejamento de **R\$ 922.036,00** entre as ações:

Ação	Suplementação		Cancelamento
	GD3	GD4	
Apreciação de Causas Trabalhistas - AC	1.722.036	200.000	
Construção do Fórum Trab. em Taguatinga – DF			(922.036)
Total	1.722.036	200.000	(922.036)

O remanejamento propõe reforçar a **AC** para que se possa custear parte das despesas para reformar e adaptar o prédio que abrigará o Edifício-Sede do TRT, reformar e adaptar prédio para abrigar o Fórum de Brasília e aquisição de mobiliário para estes dois imóveis. O não atendimento impedirá a mudança da área administrativa para o edifício-sede, impossibilitando também a mudança do Fórum de Brasília para instalações mais adequadas.

O cancelamento não trará reflexos negativos, pois o projeto de Construção do Fórum Trabalhista em Taguatinga será adiado até que os procedimentos legais para a desafetação da área destinada à construção sejam concluídos.

O **Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região** solicita remanejamento de **R\$ 150.000,00** entre as ações:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Apreciação de Causas Trabalhistas – AC	54.000	
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – AJPC	96.000	
Auxílio-Transporte – AT		(54.000)
Assistência Médica e Odontológica – AMO		(96.000)
Total	150.000	(150.000)

O primeiro remanejamento propõe reforçar a dotação consignada à ação **AC** nas despesas com indenização de transporte, diárias, materiais de informática e outros serviços de terceiros para suprir as necessidades da ação. O Regional alega que o não atendimento do pleito acarretará descontinuidade dos serviços programados para o exercício.

Propõe-se, também, o remanejamento para aporte na ação **AJPC** fazendo com que o Regional consiga honrar suas despesas com honorários periciais, tradutores e intérpretes até o final do exercício.

O cancelamento não trará reflexos negativos na programação das ações Auxílio-Transporte e Assistência Médica e Odontológica, pois houve uma adequação orçamentária nestas atividades.

O **Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região** solicita remanejamento de **R\$ 24.000,00** entre as ações:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Apreciação de Causas Trabalhistas – AC	GND 3 524.000 GND 4 1.000.000	
Assistência Pré-Escolar – APE		(24.000)
Total		(24.000)

O remanejamento visa ao reforço do custeio do Tribunal na ação *AC* tendo em vista o reajuste da indenização de transporte e reajustes aplicados aos contratos firmado pelo TRT.

O não atendimento do pedido fará com que o Regional não cumpra os contratos de prestação de serviço e fornecedores.

O TRT informa que não haverá reflexo negativo na ação ora cancelada, face saldo orçamentário positivo na referida atividade.

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região solicita remanejamento de R\$ 5.000,00 entre as ações:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Auxílio-Alimentação – AA	5.000	
Auxílio-Transporte – AT		(5.000)
Total	5.000	(5.000)

O remanejamento visa ao reforço na ação Auxílio-Alimentação para pagamento de parte do passivo referente à reposição de descontos efetuados nos períodos de férias, recesso regimental e licença médica, nos exercícios de 2001 e 2002, conforme acórdão nº. 1324, do processo TRT ADM 02204/2001 e despacho no processo 523.2002.000.14.00-0.

O não atendimento implicará o não aproveitamento de recursos não utilizados na ação Auxílio-Transporte.

O Regional informa que não haverá reflexo negativo na ação ora cancelada, face à não execução orçamentária.

O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região solicita remanejamento de R\$ 316.690,00 com oferecimento de recursos provenientes do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região entre as ações:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Edifício-Sede de VT em Catalão-GO.	316.690	
1B51 – Construção do Edifício-Sede do TRT da 17ª Região		(316.690)
Total	316.690	(316.690)

O remanejamento propõe reforçar a dotação consignada à ação Construção do Edifício-Sede de VT em Catalão para que o regional conclua o projeto. O não atendimento do pedido provocará a paralisação da construção.

Após pedido formulado pelo TRT da 18ª Região, por meio do Ofício 205/2006, o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região ofereceu em cancelamento dotação do projeto “Construção do Edifício-Sede do TRT da 17ª Região” alegando que não haverá reflexos negativos na execução da programação prevista para a ação.

120 Sem Compensação

- Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região

O presente pedido de crédito suplementar visa a atender a Resolução CSJT n.º 10/2005, com reajuste da indenização de transporte dos oficiais de justiça de R\$ 538,00 para R\$ 1.344,97 por mês, para o pagamento entre os meses de janeiro e agosto de 2006, na ação Apreciação de Causas.

- Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região

O pedido de crédito visa a obter recursos necessários para a continuidade das obras de construção de edifício-sede da Varas Trabalhistas em Gravataí e Lajeado, tendo em vista que os recursos consignados em 2006 são insuficientes para manter o cronograma previsto.

	RS 1,00
PROJETO	VALOR
103P - Construção do Edifício-Sede da Vara de Trabalho em Gravataí-RS	333.534
119 – Construção do Edifício-Sede da Vara de Trabalho em Lajeado-RS	341.482
TOTAL	675.016

- Tribunal Regional do Trabalho da 5.ª Região

Segundo o TRT, a presente suplementação visa a assegurar o pagamento de despesas vitais ao funcionamento do órgão, possibilitando o cumprimento de contratos assumidos com a EBCT (novembro e dezembro), com a distribuidora de energia (novembro e dezembro) e com a Empresa Gráfica da Bahia (dívida de exercícios anteriores – mar a jun/99), no valor total de R\$ 1.000.000,00, na ação Apreciação de Causas – ACT.

- Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região

O pedido de crédito requerido destina-se à ação Apreciação de Causas – ACT, cuja suplementação visa a obter recursos necessários para ampliação dos serviços de vigilância armada e vigias nas instalações do TRT, bem como para assegurar o pagamento da indenização de transporte aos oficiais de Justiça, em cumprimento à Resolução CSJT 10/2005.

- Tribunal Regional do Trabalho da 7.ª Região

A suplementação requerida destina-se à ação Apreciação de Causas – ACT, no valor total de R\$ 700.000,00, sendo R\$ 500.000,00 para o GND 3 e R\$ 200.000,00 para o GND 4.

Segundo o TRT, a presente suplementação visa a assegurar a prorrogação do contrato de segurança armada nos edifícios desta Justiça Trabalhista, contemplar o reajuste ocorrido na indenização de transporte paga aos oficiais de justiça e possibilitar a aquisição de mobiliário para conclusão do projeto de mobiliários das varas trabalhistas em suas novas instalações.

- Tribunal Regional do Trabalho da 8.ª Região

A suplementação visa a possibilitar o cumprimento da Resolução CSJT n.º 10/2005, tendo em vista o reajuste da indenização de transporte devida aos oficiais de justiça e possibilitar o retorno de importantes itens de programação orçamentária (reforma de varas do trabalho), em virtude do corte na Proposta Orçamentária para 2006 durante a tramitação no Congresso Nacional.

- Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região

A solicitação de crédito objetiva a garantia de manutenção do órgão com despesas de água e esgoto, energia elétrica, correio, telecomunicações, em decorrência do reajuste das tarifas públicas, instalação de novas varas do trabalho com as respectivas ajudas de custo a juízes promovidos, aquisição de suprimentos de informática e mobiliário para a secretaria das turmas do TRT.

Outro pedido de crédito do Regional destina-se a suplementar o projeto “Construção do Fórum Trabalhista em Londrina – PR”, no valor de R\$ 1.279.000,00, que, segundo o Regional, justifica-se em virtude da urgente e necessária edificação do novo prédio do fórum, pois o atual encontra-se em condições precárias de funcionamento.

- Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região

De acordo com o TRT, o pedido de crédito visa a suplementar a ação Apreciação de Causas Trabalhistas – ACT, que obteve corte na Proposta Orçamentária para 2006 durante a tramitação no Congresso Nacional.

- Tribunal Regional do Trabalho da 15.ª Região

O TRT requer crédito suplementar nas seguintes ações:

	R\$ 1,00
AÇÃO	VALOR A SUPLEMENTAR
Apreciação de Causas – ACT	1.500.000
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – AJPC	600.000
TOTAL	2.100.000

De acordo com o Regional, a suplementação requerida para a ação ACT destina-se ao atendimento da Resolução CSJT n.º 10/2005, que elevou a indenização de transporte devida aos oficiais de justiça para R\$ 1.344,97.

A suplementação solicitada para AJPC destina-se a reforçar a dotação considerada insuficiente para atender a demanda de pessoas carentes pela assistência jurídica gratuita.

- Tribunal Regional do Trabalho da 16.ª Região

O crédito solicitado para ACT justifica-se em virtude da insuficiência orçamentária detectada decorrente do corte ocorrido na tramitação da Proposta Orçamentária para 2006, assim como pelo crescimento da estrutura física do tribunal com a instalação de mais 8 varas do trabalho. Portanto, a suplementação visa à aquisição de materiais para manutenção das unidades, tais como tonner para impressoras e de expediente em geral, reforma e adaptação nos gabinetes dos desembargadores, bem como para garantir o pagamento da indenização de transporte aos oficiais de justiça (Resolução CSJT n. 10/2005) e a ajuda de custo devida aos magistrados promovidos para presidir as novas varas do trabalho.

A suplementação requerida em AJPC deve-se ao aumento da demanda das pessoas carentes por assistência jurídica gratuita em razão da instalação das novas varas trabalhistas no interior e na capital do Maranhão.

- Tribunal Regional do Trabalho da 17.ª Região

Segundo o Tribunal, o pedido de crédito na ação Apreciação de Causas, no valor de R\$ 350.000,00, objetiva assegurar o pagamento de despesas com serviços de cabeamento da rede lógica dos edifícios Castelo Branco e Vitória Park, na cidade de Vitória-ES, não previstos à época da elaboração da proposta orçamentária do exercício de 2006.

- Tribunal Regional do Trabalho da 18.ª Região

O pedido de crédito do Tribunal Trabalhista da 18.ª Região na ação Apreciação de Causas – ACT, no valor de R\$ 800.000,00, visa a cobrir a insuficiência orçamentária decorrente do corte de 5,22% no GND 3 durante a tramitação da Proposta Orçamentária para 2006, no Congresso Nacional, bem como a garantir a repactuação dos atuais contratos de vigilância e segurança, de

limpeza e conservação e do acréscimo decorrente dos contratos de serviços para o funcionamento do novo edifício-sede do tribunal a partir de setembro de 2006: limpeza e conservação, copeiragem e recepcionistas e implantação do sistema de sonorização e vídeo.

- Tribunal Regional do Trabalho da 19.ª Região

De acordo com o TRT, a suplementação requerida em Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – AJPC, no valor de R\$ 16.000,00, deve-se a insuficiência orçamentária detectada para suprir o aumento da demanda.

De acordo com o TRT, a suplementação requerida para Apreciação de Causas – ACT, no valor de R\$ 750.000,00, destina-se a cobrir despesas com reajuste de contratos de serviços de limpeza, manutenção predial e vigilância; aumento do valor da indenização de transporte devida aos oficiais de justiça, em atendimento a Resolução CSJT n.º 10/2005, e aumento de despesas de energia decorrentes da climatização das salas de espera das varas do trabalho de Maceió.

- Tribunal Regional do Trabalho da 20.ª Região

O TRT realizou pedidos de créditos para suplementar o projeto “Construção do Complexo do TRT da 20.ª Região” e a ação “Apreciação de Causas Trabalhistas – ACT”. A suplementação requerida para o projeto de construção do Complexo do TRT da 20.ª Região decorre de fatos supervenientes à Proposta Orçamentária de 2006, tais como o reajuste contratual da obra, de acréscimo de serviços de terraplanagem, alteração de composição de argamassa e contrapiso, implantação de rede de lançamento de drenagem de esgoto sanitário e águas pluviais, bem como do reflexo em taxas de fiscalização.

Segundo o Regional, o atendimento do pleito acarretará o término da obra no final do exercício corrente, possibilitando a imediata utilização dos edifícios para prestação dos serviços jurisdicionais.

- Tribunal Regional do Trabalho da 22.ª Região

Segundo o Regional, a suplementação para ACT, no valor de R\$ 600.000,00, destina-se a reforçar a dotação orçamentária insuficiente para cobrir despesas com suprimentos de informática, manutenção de novas varas trabalhistas, pagamento de ajuda de custo a magistrados, implementação da justiça itinerante e para adaptações necessárias a serem feitas no edifício-sede do TRT tendo em vista a facilitação do acesso dos jurisdicionados.

- Tribunal Regional do Trabalho da 23.ª Região

O TRT solicita crédito suplementar na ação Apreciação de Causas Trabalhistas – ACT, no valor de R\$ 3.000.000,00, haja vista insuficiência orçamentária detectada por aumentos de despesas de manutenção do órgão.

Segundo o Regional, esse aumento deve-se à mudança de sede do TRT para instalações maiores, à instalação de 13 novas varas do trabalho e de 19 varas itinerantes em funcionamento, o que importou no aumento da demanda por materiais e serviços em geral.

- Tribunal Regional do Trabalho da 24.ª Região

A suplementação visa a cobrir reforma de sistemas elétricos nas varas do trabalho do interior de Mato Grosso do Sul.

Justificativas Crédito Especial – 200 – Projetos

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região requer a inclusão na LOA 2006 do Projeto Construção do prédio anexo ao Fórum Trabalhista em São Leopoldo – RS, no valor total de R\$ 150.000,00, que não consta do PPA 2004-2007, oferecendo em contrapartida cancelamento:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Construção do prédio Anexo ao Fórum Trabalhista em São Leopoldo – RS	150.000	
Construção do Edifício de Apoio ao TRT 4ª Rg. Em Porto Alegre – RS		(150.000)
Total	150.000	(150.000)

O TRT informa que o pedido de crédito especial objetiva a aquisição de terreno para a construção de anexo ao Fórum de São Leopoldo. O não atendimento do pleito impossibilitará a ampliação do Fórum.

O Regional alega que não haverá repercussão negativa no cancelamento, pois a execução orçamentária da ação “Construção do Edifício Apoio ao TRT da 4ª Região” está abaixo do previsto para este exercício.

Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região solicita dotação de R\$ 300.000,00 para inclusão na LOA 2006 de projeto cadastrado no PPA 2004-2007, na revisão de 2006, com oferecimento de recursos em compensação:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Ampliação do Edifício Sede do TRT da 8ª Rg. Em Belém – PA	300.000	
Construção de Fórum Trabalhista em Ananindeua - PA		(300.000)
Total	300.000	(300.000)

O pedido se faz premente pois o governo estadual doou terreno para construção, possibilitando assim uma sensível melhora nas instalações físicas do “Edifício Sede do TRT da 8ª Região” e ampliando a sua capacidade de atendimento aos jurisdicionados.

O Regional informa que os reflexos negativos do cancelamento serão mínimos, tendo em vista que o valor cancelado corresponde a apenas 6,33% do total orçado para o projeto citado.

Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região solicita dotação de **R\$ 1.650.000,00** para inclusão na LOA 2006 de projeto cadastrado no PPA 2004-2007, na revisão de 2006, e de projeto não cadastrado no PPA 2004-2007 com oferecimento de recursos em compensação:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Aquisição de Imóvel para o Edifício-Sede da VT em Concórdia (*)	550.000	
Construção do Edifício-Sede de VT em Concórdia		(450.000)
Construção do Edifício-Sede da VT em Fraiburgo	600.000	
Construção do Edifício-Sede da VT em São Bento do Sul		(500.000)
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho TRT		(200.000)
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho TST		(500.000)
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – 12.ª Região (*)		
Construção do Edifício-Sede da VT em Xanxerê	600.000	
Total	1.650.000	(1.650.000)

(*) Solicitação de alteração do pedido de crédito para Aquisição do Ed. Sede da Vara do Trabalho em Concórdia com oferecimento adicional de recursos em compensação no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) do TRT da 12.ª Região, via Of.APO.CSJT.GP.N.º 037/2006, de 22 de setembro de 2006.

Na primeira solicitação o Regional informa que o pedido objetiva a aquisição de imóvel para abrigar a sede da Vara do Trabalho em Concórdia, oferecendo em cancelamento a dotação global da ação Construção de Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Concórdia. O Regional

alega que a construção ficou inviável, pois o terreno doado pelo município não tem condições técnicas para a referida construção. Como solução para este impasse o TRT optou por adquirir um imóvel, motivando assim, o seu pedido.

O Regional solicita, ainda, crédito para a Construção do Ed. Sede da Vara do Trabalho em Fraiburgo, motivado pela possibilidade de deixar de pagar aluguel e o recebimento em doação de um terreno, realizada pela Prefeitura do município. O cancelamento do projeto de Construção em São Bento do Sul está sendo pleiteado em razão da demora no processo legislativo para autorizar a doação de terreno, que fatalmente inviabilizará a construção.

Por fim, o Regional solicita alocação de recursos na ação Construção de Ed. sede da VT em Xanxerê, com oferecimento de recurso da ação Apreciação de Causas do TRT e do TST.

Ressaltamos que, inicialmente, o TST ofereceu R\$ 500.000,00 para o TRT da 12ª complementar a ação “Aquisição de Imóvel para o Edifício-Sede da VT em Concórdia”, porém o TRT solicitou que a ação suplementada fosse “Construção do Edifício-Sede da VT em Xanxerê”, no que foi atendido.

O TRT informa que o cancelamento na ação Apreciação de Causas não trará reflexos negativos, pois o Tribunal fez uma nova alocação nos valores destinados a essa atividade. O TST corrobora que o cancelamento na ação Apreciação de Causas não trará reflexos negativos.

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região solicita crédito especial no valor de **R\$ 8.000,00** para atividade não incluída na LOA 2006:

Ação	Suplementação	Cancelamento
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – AJPC	8.000	
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - AC		(8.000)
Total	8.000	(8.000)

A inclusão solicitada atende o objetivo de pagar honorários de perícias técnicas realizadas em processos trabalhistas.

Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região solicita crédito especial no valor de **R\$ 15.072,00** para a atividade não autorizada na LOA 2006.

Ação	Suplementação	Cancelamento
Auxílio Transporte – AT	15.072	
Auxílio Alimentação – AA		(15.072)
Total	15.072	(15.072)

A presente solicitação visa a compor a ação AT pois à época da elaboração do orçamento o Tribunal Regional não quantificou a ação na Proposta Orçamentária 2006.

O Regional informa que não haverá reflexos negativos no cancelamento.

Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região solicita crédito especial no valor de **R\$ 98.888,00** para atividade não incluída na LOA 2006:

Ação	Suplementação
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - AJPC	98.888
Total	98.888

A inclusão solicitada atende o objetivo de pagar honorários de perícias técnicas realizadas em processos trabalhistas.

O Tribunal informa que arrecadou com inscrições de Concurso da Magistratura o valor de **R\$ 98.888,00** e pleiteia utilizar o quantitativo para compor a dotação da ação AJPC.

Conclusão

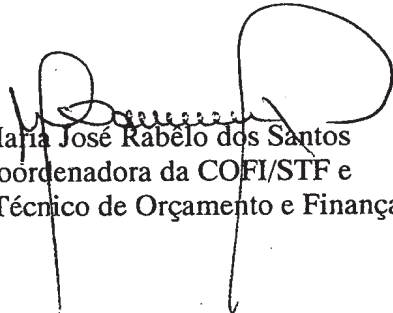
As solicitações de abertura de créditos suplementares dos Órgãos do Poder Judiciário visam a ajustar a programação orçamentária às reais necessidades indicadas pelas Unidades solicitantes e estão em conformidade com a legislação em vigor, a saber: Lei nº. 11.306/2005, LOA/2006 e Portaria SOF/MP nº. 6, de 29 de maio de 2006.

Os ajustes pretendidos pelos Órgãos possibilitarão a recomposição das programações insuficientes para atender as despesas de manutenção da máquina administrativa, benefícios assistenciais aos servidores e diversos investimentos para o aparelhamento de suas infra-estruturas, sendo:

Órgão	Valor
Supremo Tribunal Federal	1.709.414
Superior Tribunal de Justiça	5.543.500
Justiça Federal	58.783.770
Justiça Eleitoral	12.140.972
Justiça do Trabalho	26.755.350
Total	104.933.006

Os recursos compensatórios para o atendimento destas recomposições foram oferecidos pelos próprios Tribunais, no valor de R\$ 34.911.118,00. A diferença de R\$ 70.021.888,00 foi compensada com recursos oriundos do superávit financeiro.

Brasília, 19 de outubro de 2006.


Maria José Rabelo dos Santos
Coordenadora da COFI/STF e
do Comitê Técnico de Orçamento e Finanças/CNJ

Senhora Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência as solicitações de créditos suplementares e especiais encaminhadas pelos Órgãos do Poder Judiciário da União para ajuste da programação orçamentária às reais necessidades indicadas pelas Unidades solicitantes, conforme a seguir demonstrado:

Órgão	R\$ 1,00		
	Crédito Suplementar	Crédito Especial	Total
Supremo Tribunal Federal	1.709.414		1.709.414
Superior Tribunal de Justiça	5.543.500		5.543.500
Justiça Federal	13.728.770	45.055.000	58.783.770
Justiça Eleitoral	6.451.285	5.689.687	12.140.972
Justiça do Trabalho	24.433.390	2.321.960	26.755.350
Total			104.933.006

As proposições destinam-se a atender as seguintes finalidades:

I. Crédito Suplementar:

- **Supremo Tribunal Federal:** manutenção dos serviços de assistência médica e odontológica, até o final do corrente exercício, cujo aumento de gastos decorre de reajustes contratuais e do crescimento da demanda por consultas, exames e internações e implantação do processo virtual no Conselho Nacional de Justiça e contratação de serviços técnicos de informática.

- **Superior Tribunal de Justiça:** cumprimento dos compromissos com a prestação de serviços médicos e odontológicos, cujo aumento de despesas decorre de reajustes contratuais, e com o pagamento de auxílio-alimentação aos servidores e empregados; manutenção administrativa;

desenvolvimento de aplicativos de serviços diversos de informática e capacitação de recursos humanos.

- **Justiça Federal:** prestação de assistência jurídica a pessoas carentes, capacitação de servidores e magistrados, continuação ou conclusão de obras de construção e ampliação de imóveis para a instalação de sedes e juizados especiais, em diversos municípios brasileiros, e manutenção administrativa.

- **Justiça Eleitoral:** complementação de recursos para assegurar o pagamento de benefícios assistenciais a servidores, cujo aumento de despesas decorre de reajuste do valor dos benefícios e da implementação das Leis nºs 10.842, de 20 de fevereiro de 2004 e 11.202, de 29 de novembro de 2005, que criam cargos e funções; continuação ou conclusão de diversas obras relativas a imóveis para o funcionamento de cartórios eleitorais e centrais de atendimento e para o armazenamento de urnas eletrônicas, abrangendo diversos municípios brasileiros e capacitação de servidores e magistrados.

- **Justiça do Trabalho:** manutenção e desenvolvimento das atividades de prestação jurisdicional; atualização do parque de informática e aquisição de equipamentos para varas do trabalho; atendimento à demanda de pessoas carentes pela assistência jurídica gratuita; continuidade e/ou conclusão de diversas obras de construção de edifícios-sede para a instalação de fóruns trabalhistas, varas do trabalho e outras unidades do órgão e pagamento de auxílio-alimentação a servidores e empregados.

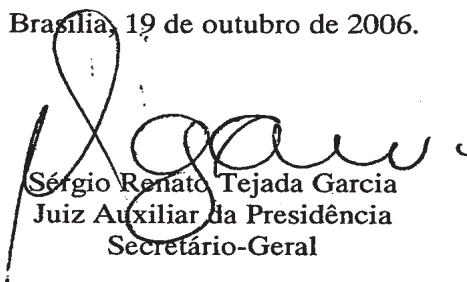
II. Crédito Especial:

- **Justiça Federal:** o crédito permitirá a aquisição dos Anexos I, II e III para abrigar a Justiça Federal em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, bem como o acesso aos serviços de assistência jurídica a pessoas carentes no Distrito Federal, com o pagamento de defensores dativos e peritos do Tribunal Regional Federal - TRF da 1ª Região.

- **Justiça Eleitoral:** o crédito possibilitará ao Órgão melhorar a sua infra-estrutura imobiliária, dotando-a de espaço físico adequado para abrigar cartórios eleitorais, centrais de atendimento ao eleitor e armazenamento de urnas eletrônicas em municípios dos Estados do Amazonas, da Bahia, do Ceará, de Goiás, de Minas Gerais, do Pará, do Paraná e de Santa Catarina, bem como atender despesas com a concessão de auxílio-transporte aos servidores e empregados no Estado de Sergipe.

- **Justiça do Trabalho:** os recursos destinam-se à execução de obras de construção de Edifício-Anexo ao Fórum Trabalhista no Município de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul; à ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho - TRT da 8ª Região - Pará/Amapá, no Município de Belém, no Estado do Pará; às aquisições de Edifícios-Sede para as Varas do Trabalho de Concórdia, de Fraiburgo e de Xanxerê, no Estado de Santa Catarina; ao pagamento de honorários de perícias técnicas do TRT da 21ª - Rio Grande do Norte e 23ª Região - Mato Grosso, e à concessão de benefício auxílio-transporte aos servidores no TRT da 22ª Região - Piauí.

Brasília, 19 de outubro de 2006.



Sérgio Renato Tejada Garcia
Juiz Auxiliar da Presidência
Secretário-Geral

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação e serão juntados ao processado dos **Projetos de Lei nºs 37 e 42, de 2006–CN**, e retornam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

EM nº 217 /2006 - MP

A Presidência determina a republicação dos avulsos dos referidos projetos para fazer constar os expedientes que acabam de serem lidos.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

Brasília, 11 de outubro de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de projeto de lei que abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 144.596.444,00 (cento e quarenta e quatro milhões, quinhentos e noventa e seis mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais), e dá outras providências, conforme demonstrado a seguir:

		R\$ 1,00
Órgão / Unidade	Suplementação	Origem dos Recursos
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		28.400.000
Ministério de Minas e Energia (Administração direta)		28.400.000
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	32.814.938	4.264.938
Ministério do Meio Ambiente (Administração Direta)	2.635.000	2.635.000
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	28.930.000	530.000
Agência Nacional de Águas - ANA	1.249.938	1.099.938

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	111.781.506	111.781.506
Ministério da Integração Nacional (Administração direta)	55.105.992	107.230.026
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	4.202.169	500.000
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	51.867.345	3.445.480
Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA	150.000	150.000
Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE	456.000	456.000
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005		150.000
Total	144.596.444	144.596.444

2. No âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o crédito proposto permitirá à Administração direta a consolidação da Política Nacional de Educação Ambiental; a formação de educadores ambientais e o apoio a projetos de gestão integrada; a avaliação da primeira fase e o planejamento da segunda fase do Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II). Ao IBAMA, a gestão de Unidades de Conservação; a manutenção de diversas unidades administrativas; o pagamento de auxílio-alimentação cujas despesas foram acrescidas no atual exercício em razão da contratação de 601 brigadistas e da variação do custo unitário devido a servidores removidos; e o desenvolvimento de ações junto a comunidades tradicionais. À ANA, o custeio de despesas administrativas; a aceleração do processo de cadastramento de usuários na Bacia Hidrográfica do São Francisco; a implementação da cobrança pelo uso de recursos da referida Bacia; e o fomento a projetos de recuperação e conservação de bacias.

3. Quanto ao Ministério da Integração Nacional, os recursos possibilitarão à Administração direta o pagamento dos auxílios pré-escolar e transporte, decorrente do acréscimo de 8 e 12 beneficiários, respectivamente; o desenvolvimento de ações complementares ao Projeto de Integração do Rio São Francisco; e o controle da erosão fluvial no Município de Conceição da Barra, no Estado do Espírito Santo. À CODEVASF, a realização de ações de revitalização do rio São Francisco. Ao DNOCS, a execução de obras na Barragem Piaus, no Estado do Piauí, e na Barragem Figueiredo, no Estado do Ceará; o pagamento de despesas contratuais decorrentes da Construção do Complexo Castanhão, no Estado do Ceará; o custeio da assistência médica aos seus servidores e dependentes, em virtude de majoração contratual; o pagamento de indenização devida ao Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado Araras Norte – DIPLAN; e o funcionamento de estações de Piscicultura na Região Nordeste. À ADA, o atendimento a despesas com assistência médica e odontológica aos servidores e seus dependentes em função de reajuste contratual. E, à ADENE, o seu custeio administrativo.

4. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 63, § 13, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 - LDO-2006, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$ 144.446.444,00 (cento e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização das programações suplementadas;

b) R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) referem-se à suplementação de despesas primárias com recursos de origem financeira, compensados pelo cancelamento de despesas primárias, constantes do Anexo III do Projeto de Lei ora encaminhado; e

c) o § 3º do art. 1º do Decreto nº 5.780, de 19 de maio de 2006, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

5. A presente solicitação será atendida com recursos oriundos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005 e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com as disposições do art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

6. Ressalto, por oportuno, que o crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, segundo os quais as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízos na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

7. É demonstrado no quadro anexo à presente Exposição de Motivos, em cumprimento ao disposto no art. 63, § 11, da LDO – 2006, o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005.

8. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,



PAULO BERNARDO SILVA

Ministro de Estado do

Planejamento, Orçamento e Gestão

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

(Art. 63, § 11, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005)

R\$1,00

Fonte 00: Recursos Ordinários do Tesouro

Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2005 (A)	40.121.260.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (B)	311.916.706
Créditos Extraordinários abertos (C)	2.561.676.512
Créditos Suplementares e Especiais (D)	35.304.876.601
- Abertos	35.015.049.544
- Em tramitação (1)	289.827.057
Outras modificações orçamentárias efetivadas (E)	705.347.888
Saldo F = (A-B-C-D-E)	1.237.442.293

(A) Portaria STN nº 297, de 29 de março de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2006.

(1) Inclui o valor do presente crédito em 10/10/2006

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do Projeto de Lei nº 32, de 2006-CN, e retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A Presidência determina a republicação do avulso do referido projeto para fazer constar o expediente que acaba de ser lido.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Há oradores inscritos.

Antes, porém, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Marcelo Crivella.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, solicito a V. Exª minha inscrição para falar como Líder do PRB, antes da Ordem do Dia. Aliás, digno-se a pedir isso ao nosso querido Carreiro, que é o Regimento vivo desta Casa. Há o Regimento em folhas e o Regimento vivo. Quero que me inscreva, Srª Presidente, antes da Ordem do Dia, como Líder do PRB, para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Pelo Regimento escrito e pelo Regimento da Casa, V. Exª pode ter a palavra agora, de imediato, se quiser.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Se o Senador Roberto Saturnino permitir...

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL

– AL) – Pelo Regimento escrito, tem a palavra o Líder de preferência. O Senador Roberto Saturnino, depois, será o primeiro inscrito.

Enquanto V. Ex^a se dirige à tribuna, Senador Marcelo Crivella, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr^a Presidente, seguindo sua orientação, vou conversar com um de nossos Senadores para ver se consigo fazer uma permuta. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL

– AL) – Excelente!

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Marcelo Crivella. Está inscrito, também, de ofício, o Senador Antonio Carlos Magalhães, para uma comunicação inadiável.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadoras, senhores telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado; senhoras e senhores assistentes presentes a este plenário, foi um dia em que o sol demorou a se pôr, foi um dia diferente, foi como se as horas plácidas de uma tarde de domingo não encontrassem em seu caminho, manso e vagaroso, os braços do crepúsculo, velho e cansado porteiro da noite, para lhe entregar a luz do dia e receber em troca as trevas da noite.

Brilhava um outro sol, semelhante ao sol do profeta Malaquias. Domingo, a noite se atrasou. No céu da Pátria e no coração dos brasileiros, brilhava o sol daquela esperança que venceu o medo e que, como esperança vitoriosa, se tornou perseverança. E de perseverança se fez confiança e contagiou 58 milhões de brasileiros.

Um discurso, Sr^a Presidente, proferido desta tribuna, por mais desprezioso que seja, traz o eco da voz de todos os ilustres Srs. Embaixadores da Federação, do Norte e do Sul, do passado e do presente, que aqui, neste local, com a alma em chamadas pelas ares da democracia, ou pela falta deles, protestaram suas razões diante do Congresso Nacional, dos Poderes da República, do povo desta Pátria brasileira, de nossa gente sofrida e valente, que, nas porfias da Nação, se substancia nesta tribuna de oração nas palavras dos líderes que escolheram representá-los e traduzir em leis sua vontade soberana.

Se a alma do povo não estiver presente nas palavras aqui proferidas, não há discurso. Se não há discurso, não há Parlamento; se não há Parlamento, não há democracia. E, se não há democracia, é o caos.

Hoje, porém, Sr^a Presidente, não faço o discurso da regra clássica, do orador que se dirige ao auditório na busca de um acordo e onde funcionam os mecanismos privilegiados da retórica: a persuasão e o convencimento.

Também, aqui, não está uma peça formal de felicitação ou de homenagem, de cuja raiz semântica do termo não gosto, já que representa a promessa de fidelidade do vassalo ao senhor feudal, o que não cabe aqui.

Hoje, não, Sr^a Presidente! Hoje ocupo esta tribuna para aplaudir. É um gesto simples de aplauso, como é simples a vida de quem eles aplaudem. Não é, portanto, um discurso como o dos senhores pais da Pátria que se imortalizaram nesta tribuna. É um debuxo canhestro, como diria o ilustre Senador do meu Estado Roberto Campos, com o qual pretendo traduzir, com as limitações de um aprendiz, o sentimento que contagiou a Nação no domingo em que a tarde demorou a cair.

Aplaudo o vencedor, mas sem esquecer de saudar a aguerrida Oposição, com os votos que cabem aos bravos, como V. Ex^a, que lutam, e lutam sempre, pois, como dizia Rui Barbosa, vale a pena lutar quando o dever se sobrepõe à confiança, e, em horas assim, a paixão pelo bem substitui com vantagem a garantia de vitória.

Hoje, Sr^a Presidente, passadas as eleições, não há mais vencedores e vencidos. Não há e nunca haverá uma pátria dividida, porque pátria, como na parábola de Salomão, que propôs dividir o filho vivo em duas bandas e dar metade a cada uma das mães que o choravam, sim, Sr^a Presidente, assim como o coração da mãe verdadeira, pátria não se divide.

Somos uma só Pátria brasileira, estamos unidos em torno da decisão de 58 milhões de pessoas que nos apontaram um rumo. Cabe-nos, a partir de agora, a cada um e a todos, com a nobreza da consciência democrática, legado maior de nossos antepassados, e com amor e ardor à Nação, que juramos defender e manter, construir o País com o equilíbrio dos Poderes e com os debates de boa-fé entre Governo e Oposição.

Ocupo, portanto, a tribuna desta Casa para aplaudir o brasileiro simples, o retirante nordestino, o Luiz

pernambucano, que é igual a muitos outros luízes, ou o João ou o José, como seu Vice, o mineiro José Alencar, mas que também podia ser do Nordeste, do Centro-Oeste, do Sul ou do Norte. Aplaudo-os. Eles foram reeleitos Presidente e Vice-Presidente do Brasil, nesse domingo, por mais de 58 milhões de nossos irmãos brasileiros.

Esse Luiz não foi eleito por se tratar de um gênio, de um santo, de um puro, mas de um homem simples, com nossas virtudes e defeitos, com erros e com acertos. É um homem que, na infância, passou fome, como muitas crianças brasileiras; que foi operário de chão de fábrica; que lutou a luta dos sindicatos, das categorias profissionais, em busca dos direitos do trabalhador brasileiro.

Esse Luiz de Pernambuco podia ser de São Paulo, do Amazonas, do Piauí. Esse Luiz do Brasil – deste Brasil que o coração arrebatado de Gilberto Freyre, perplexo, descobriu que, antes de Dom João VI, era muito mais africano e asiático do que europeu nas suas relações sociais e nos seus antagonismos – é também o Luiz do mundo, porque é parte do Brasil que recebeu da África a mestiçagem de bantus, de somalis, de etíopes, de árabes, de persas, de cingaleses, de javaneses, de chineses e de outros tantos que não sei, mas que, desde o início da era cristã, visitavam aquele continente, em especial minha querida Moçambique – onde vivi parte da minha vida – em busca do incenso, do marfim, das carapaças das tartarugas, dos chifres dos rinocerontes, das peles das panteras e do ouro – ouro do Zimbábue e ouro de Sofala, que os portugueses levaram para sua terra e deixaram de passagem no Brasil.

Portanto, Sr^a Presidente, falo de um Luiz que é também parte desse mundo, como todos nós, na gênese da Nação que somos e que jamais deixaremos de ser. Foi assim que Gilberto Freyre ditou a lição: “É urgente que se comece a ver o Brasil de fora para dentro e a ligá-lo ao resto do mundo”.

Aplaudo o Luiz que fez isto: que viu o Brasil de fora de sua perspectiva histórica e que uniu o País a este mundo que é tão nosso e que está tão perto do que fazemos, muitas vezes inconscientemente, como bater palmas diante de uma casa para chamar o dono, costume que herdamos dos nossos pais, e eles, dos indianos. São costumes que, como muitos outros que nos unem à África, à Índia e à China, andaram longe da pauta das políticas de relação exterior, que, por muito tempo, só enxergavam os grandes centros da Europa e da América do Norte.

Por isso, Sr^a Presidente, escolhi aplaudir – e aplaudir de pé – esse Luiz que integrou o Brasil a esse mundo de outrora, de China, de África e de Índia, que seu conterrâneo Gilberto Freyre, dotado dessa capacidade de explicar o presente por meio do passado, virtude que, ao que parece, Deus, com primazia, concedeu aos pernambucanos como eles, imortalizou depois de seu périplo às antigas colônias portuguesas, enxergando ali tantas coisas que hoje vemos aqui.

Aplaudo, e de pé, esse Luiz que acreditou que era possível, no mesmo País em que os bancos não quebram e em que empresas com papéis em bolsa obtêm lucratividade recorde, fazer também uma rede de amparo social para os carentes, com 192 programas, sobressaindo-se entre eles o Bolsa-Família, que alcança mais de 40 milhões de brasileiros. Que se distribua renda! Que se confira ao salário mínimo um valor que rompa, que rasgue e que arrebe a barreira de US\$100, que, por décadas, prevaleceu como intransponível e que é símbolo do nosso subdesenvolvimento e da desigualdade social!

Carlos Lacerda, também do meu Estado, dizia que a política econômica do Governo Castello Branco conseguia a perfeição, pois matava igualmente pobres e ricos: os pobres, de fome; e os ricos, de raiva. Talvez, nesse tempo fosse popular o adágio que diz: “Alegria de pobre dura pouco”. Hoje, Sr^a Presidente, a alegria dos pobres dura mais – e, certamente, durará mais quatro anos –, e a alegria dos ricos não se desvanece. Não se morre de fome nem de raiva. No Brasil, pela primeira vez em muitos anos, cresce – ainda que pouco – a economia sem crescer a inflação.

Aplaudimos, a Nação e eu, o Luiz do sertão, das ruas, do chão de fábrica; o Luiz do sindicato; o Luiz da liberdade; o Luiz Presidente. Aplaudo-o de pé, tendo no rosto ainda a luz do sol que, no domingo que anoitecia, continuava a brilhar no céu da Pátria e no coração dos brasileiros.

Vá em frente, Luiz, Presidente, que venceu as forças da calúnia que se manifestaram por setores da mídia e que tentaram deter a vontade do povo brasileiro, esses decapitadores ávidos em mergulhar a vida alheia no que elas têm de mais sagrado, que é a própria honra, para oferecerem à degradação pública seus homens de Estado, os que lutaram e que lutam para o engrandecimento da Pátria!

Sr^a Presidente, determinei à minha consciência não me deixar levar pelas mágoas e pelos ressentimentos, por mais justos que fossem, nem assumir

postura crítica, porque errei demais para gostar de criticar.

Cristo ensinava: “Todas as coisas cooperam para o bem dos que amam a Deus”. E amar a Deus é amar também o povo. Portanto, para quem ama o povo e por ele sofre, tudo passa e tudo coopera, até as calúnias.

O Chanceler Adnauer dizia que o maior dom que Deus pode conferir a um estadista é dar-lhe couro de elefante.

Ao Luiz do couro de elefante, que deu a outra face; ao Luiz pequeno, que se fez gigante; a ele, que conduziu a marcha dos humildes pela sua própria sobrevivência e que não se intimidou, mas que enfrentou os desafios que a história lhe cometeu com a bravura de quem vence a mentira com a verdade, o ódio com o amor e a disposição tempestuosa dos adversários com a paz; sim, a esse Luiz, que a tudo isso se sobrepôs e que venceu pela razão e pela fé, o aplauso de pé, as honras do coração deste aprendiz e, tenho certeza, desta Nação!

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino, por cessão do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, admirável Senadora Heloísa Helena, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, foi o dia dos pronunciamentos dos Líderes. A Líder Ideli, o Líder Arthur Virgílio, o Líder Heráclito Fortes, cada um fez sua apreciação sobre as eleições, o fato eleitoral.

Hoje é o dia dos Senadores mais simples. Acabei de ouvir um belo discurso, elevado, poético, do Senador Crivella, e quero fazer as minhas observações, com o espírito carregado de regozijo, essa é a verdade, porque o candidato que apoiei foi vitorioso, e largamente vitorioso, num segundo turno, que foi, sob todos os pontos de vista, extremamente importante e útil para o Brasil e a democracia brasileira.

Ao manifestar o meu regozijo, não quero, de forma alguma, reduzir em nada o valor do candidato adversário e de todos os que o apoiaram, porque tiveram uma importância muito grande. Aliás, nos debates que travamos no Senado, em nenhum momento deixei de reconhecer a importância deste embate político com a Oposição, em termos com os quais nem sempre concordávamos, mas que eram importantes para o conhecimento do povo, enfim, para que o eleitorado tivesse plena notícia do que se passava e do significa-

do das propostas de cada um dos candidatos. Assim é que quero manifestar o meu regozijo com o fenômeno democrático brasileiro.

O Brasil não é um País que tem uma tradição democrática de 100 anos, sequer de 50 anos. O Brasil a teve por 20 anos, de 1945 a 1964, depois a interrompeu e, agora, teve-a nos 20 anos mais recentes, mas não é um País que tenha uma tradição como a Inglaterra e os Estados Unidos, onde, enfim, praticase a democracia há séculos.

A democracia, para a sua realização plena, exige um tempo de prática, uma cultura política democrática, que só se consolida e se sedimenta com o passar do tempo. Mas eis que alguma coisa iluminou o povo, o eleitorado brasileiro. Percebo, e por isso manifesto o meu regozijo, que essa eleição, no segundo turno travado entre Lula e Alckmin, teve como resultado uma realização plena de manifestação democrática como antes não tinha ainda ocorrido em nosso País, na medida em que o povo mais simples, o povo trabalhador, o povo excluído mesmo do processo econômico e social, formou a sua opinião, e o fez tendo notícia de tudo que se passava e independentemente do pensamento das elites, da classe média, especialmente da mídia, que sempre influenciou muito a formação da opinião pública brasileira, principalmente do povo mais humilde.

Pois desta vez o que aconteceu foi que o povo se emancipou e formou a sua opinião, independentemente do que lia nos jornais, do que via na televisão, do que escutava nos rádios e do que, enfim, diziam aqueles que, ao longo da vida, aprendeu a respeitar como sendo pessoas de elite, de pensamento, de formação cultural mais elevada. O povo achou que era o momento de manifestar a sua opinião, a sua vontade em relação ao seu interesse próprio, sem ser iludido, sem que lhe fosse ocultada nenhuma face da informação. Tudo foi dito, até de forma exagerada em muitos momentos, e o povo, escutando tudo isso, lendo, conversando, discutindo e debatendo, fez a sua opção clara em favor do candidato que lhe era muito conhecido pela identidade na origem, e que, no exercício do poder, tinha correspondido a essa identidade com programas de natureza social muito importantes para a mudança do perfil de distribuição da riqueza e da renda na sociedade brasileira.

Isso me faz acreditar que, agora, pode-se dizer que a democracia se consolidou, enraizou-se definitivamente na sociedade brasileira, na vida política do País, o que é muito importante, porque a democracia é um valor por si mesma, e não um instrumento. É

claro que por meio dela também se obtém o melhor resultado em termos de bem-estar da sociedade, porém ela não é instrumento. Ela é valor em si mesma, porque é a participação do povo, é a realização do verdadeiro espírito republicano. Isto é, a vontade manifestada pelo povo é decidida por ele de uma forma absolutamente livre e implementada segundo essa vontade.

O Dia, que é o jornal mais lido do Rio de Janeiro, mas não é voltado para as elites e a classe média, é um jornal de tradição popular, estampou ontem, segunda-feira, a seguinte manchete: “O povo não é bobo e elege Lula de novo”. O que **O Dia** quis dizer com “O povo não é bobo e elege Lula de novo”? **O Dia** não quis atacar a Oposição, nem o candidato Alckmin. **O Dia** quis mostrar que a mídia, que é voltada para a classe média e as elites, fez tudo para derrubar a candidatura do Lula, mas não conseguiu derrubar o Lula no coração do povo e na preferência popular. O povo não se deixou iludir por toda a campanha midiática, feita de uma forma como há muito tempo não se via neste País, negativamente, voltada contra a candidatura Lula. O povo, assim mesmo, diz **O Dia**, não é bobo e soube formar sua opinião sem se deixar influenciar por essa mídia voltada para as elites e que sempre defendeu os interesses econômicos mais fortes do País, que alijavam, como continuam pretendendo fazer, o povo trabalhador da vida econômica e social.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Saturnino, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Já concedo um aparte a V. Ex^a.

Essa manchete é antológica e vai ficar, também, na história da imprensa brasileira como alguma coisa que reflete uma opinião que é do próprio povo. Trata-se de um jornal voltado para o povo, que refletiu o sentimento popular da segunda-feira, depois que o País despertou já com o novo Presidente, eleito num processo absolutamente democrático, num segundo turno que trouxe à tona tudo que era importante para a formação do julgamento popular.

Vitória da democracia brasileira, vitória da maioria do povo trabalhador, mas do sistema democrático, do regime democrático, da cultura democrática, formando, agora sim, uma tradição democrática que há de ter continuidade e de se perpetuar neste País.

Escuto, com muito prazer, o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Saturnino Braga, a minha admiração por V. Ex^a é extra-

ordinária. O que tenho a lamentar é que este Senado praticamente terá novembro, dezembro e ainda janeiro com a presença de V. Ex^a. E quis Deus estar presente também Heloísa Helena! Eu acho que vamos ficar mais pobres. V. Ex^a traduz muito e, atentai bem, V. Ex^a tem quase duas décadas aqui, que enriqueceram este Senado. E essa admiração é principalmente de quando V. Ex^a era muito jovem e enfrentou os canhões da ditadura aqui, os atos institucionais: V. Ex^a, Brossard, Mário Covas, Juscelino Kubitschek, cassado aqui humilhantemente. Mas, atentai bem, eu sei a emoção de V. Ex^a, está até na Bíblia: alegrai com as vitórias e chorai nos momentos tristes. Então, V. Ex^a está fugindo. A democracia não foi assim, a democracia foi o povo, é uma conquista do povo, mas porque tem um poder absoluto. E a sabedoria de um homem, de um jurista, Montesquieu, acabou com o “L’État c’est moi” e dividiu os poderes. Então, atentai bem: olhai os lírios do campo, não é assim a democracia. Lula mostrou que é simpático, que tem boa conversa, que tem muitos votos, mas a democracia ele não tem. A democracia foi bem dividida em três poderes: o Legislativo, o Judiciário e o Executivo – o do Lula, o que ele levou. A democracia é tudo. Mitterrand, que teve uma cultura ímpar, no seu último livro, quando já não falava – foi gravado –, deixou um ensinamento: fortalecer os outros poderes. Lula tem de respeitar o Judiciário. Lula tem de respeitar este Poder aqui, que não faz mais leis, é só medida provisória. Sucederam o Presidente, e o que veio aqui foi uma tempestade de medida provisória. Isso não é uma lei que fez nascer a democracia na divisão do poder. Há um poder fortalecido, mas quero advertir: Atentai bem, olhai a democracia americana. Richard Nixon também foi vitorioso, Heloísa Helena, em um segundo turno, vitória exuberante, e aí ele tombou diante dos outros dois Poderes. E tem de estar atento a isso. Sei que o Crivella foi poético, mas ainda faço aquela pergunta a S. Ex^a: “Dize-me com quem andas e dir-te-ei quem és”. Vi ontem um jovem do Ministério Público, autêntico, sensível, corajoso, firme, que, para não tumultuar o País, pediu a prisão de Palocci. Aí, sim, aí é que quero saber: se aquela conversa do Lula era tudo mentira, de colocar o lixo, de cortar na carne. Está aí o Palocci, está aí. Ontem, ouvimos a voz do Ministério Público. Então, Senador Saturnino, gostaria que, antes de V. Ex^a deixar esta Casa, que tanto engrandeceu pelo seu exemplo de nobreza, V. Ex^a não permitisse que aqueles incautos que sujaram esta Casa, que sujaram a democracia... Nós viemos do povo também, como Lula. Que V. Ex^a atentasse para o

impedimento desses que voltaram rindo, debochando do povo, da Justiça, da vergonha – foram todos eles reeleitos. Então, isso não foi vitória da democracia. A vitória da democracia será quando a Justiça – “Bem-aventurados os que têm fome e sede de Justiça...”, isso era o que o Senador Marcelo Crivella devia ter aprendido – predominar, quando for, como o sol, igual para todos e não quando a Polícia Federal prender alguns. Estão aí os 40 indiciados. Foi alguém preso? Estão todos aí soltos, fagueiros. Então, a democracia está abalada. Democracia foi aquela que viu um Presidente reeleito e se curvou diante do Poder Legislativo e do Judiciário, afastando Nixon.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Senador Mão Santa, V. Ex^a tem a sua opinião. Aliás, foi emitida aqui com muita frequência. V. Ex^a é um dos maiores freqüentadores desta tribuna. Então, V. Ex^a tem todo o direito de fazer as considerações que faz.

Eu só quero dizer o seguinte: que, quando V. Ex^a fala em justiça, a justiça quando é de Deus, muito bem, ela é acima dos mortais, dos seres humanos. Mas a justiça, na sociedade humana, é feita pelos homens. Nós temos de reconhecer a justiça feita pela maioria dos homens porque nenhum de nós é melhor do que o outro. Então, nenhum de nós é suficientemente sábio para dizer que o povo não sabe votar, que é bobo, tolo, inculto, porque esse é o espírito da República e da democracia. Então, há que respeitar e há que atribuir justiça à decisão, que foi a decisão do povo brasileiro. E é por isso que estou aqui manifestando o meu regozijo. A democracia não é feita pelo Lula, não; foi feita pelo povo brasileiro. E é isso que estou dizendo.

Agora, quero manifestar também o meu regozijo pelo destino do Brasil, na medida em que o que faltava à sociedade brasileira, à República brasileira, ou seja, a justiça social, que é o fundamento ético de toda nação, a distribuição equânime e justa do fruto do trabalho de todos, que antes era feita de uma maneira tão gritantemente injusta no Brasil. Enfim, todas essas desigualdades estruturais começam a ser reduzidas por uma prioridade do Governo Lula, que foi, aliás, a linha política que lhe deu a vitória consagrada, que é exatamente a prioridade na distribuição da renda por meio de quatro anos de programas sociais que trouxeram resultados concretos.

O perfil da distribuição de renda no Brasil está mudando. Essa vitória consagrada no segundo turno garante a continuidade desses programas. Mesmo que, daqui a quatro anos, seja eleito um Presidente

com uma linha política diferente, ele não terá mais condições de modificar essa trilha implantada, dada pela prioridade, pelo balizamento em relação à questão da justiça social.

A meu juízo, esta é mais importante até do que o crescimento. Já que se fala tanto em crescimento, também acho que é preciso crescer, mas se, para distribuir renda, for necessário que o crescimento não seja de 7%, mas de 5%, a minha opção é pelo crescimento de 5% desde que se mantenha a prioridade da justiça social, da igualdade mínima estrutural entre os brasileiros, porque essa é a grande vergonha nacional, vergonha histórica que vem desde o regime de escravidão e que se perpetuou de uma forma na medida em que o crescimento econômico do Brasil era sempre feito segundo aquela lei que dizia que, primeiro, deveria crescer o bolo para, depois, distribuir. O Governo Lula, nestes quatro anos, mostrou que não, que é possível crescer até de maneira mais modesta, mas enfrentando o problema da distribuição, da justiça social, da harmonização da sociedade brasileira, que não podia mais... E a continuidade desse processo de concentração ia tornar-se inviável, íamos ter fenômenos indescritíveis ou impensáveis de comoção social, porque não era possível continuar crescendo para, depois, distribuir o bolo. Era preciso enfrentar, desde logo, o problema da distribuição, e foi o que foi feito. E isso resultou na preferência popular inequívoca, reconhecendo isso, apesar de todo o tiroteio oposicionista.

De forma, Sr. Presidente, que, quando o Presidente Lula foi eleito há quatro anos e visitou o Senado, na primeira visita que fez, entreguei-lhe um envelope que continha uma carta. Até fui muito ironizado pelos colegas, que me disseram: “Que é isso, Saturnino, já está entregando um currículo?”. Mas não era um currículo, era uma carta dirigida ao Presidente Lula, em que eu manifestava minha confiança em que Sua Excelência, no exercício da Presidência, desenvolveria políticas que mudariam o País, a sociedade brasileira. E, mudando a sociedade brasileira, abriria um destino mais largo, uma perspectiva mais larga de realização de uma sociedade mais justa. E mais, na medida em que o Brasil mude profunda e socialmente, isso será um exemplo para induzir a mudança do mundo, da economia, do próprio relacionamento econômico mundial, que não pode continuar nesta linha do neoliberalismo, de tudo ao mercado, de “Deus mercado”, marginalizando países, nações, continentes inteiros, para

usufruto de um grupo de países cada vez mais ricos e poderosos militarmente.

De forma que reescrevo o que escrevi naquela carta, neste momento de reeleição, fortalecendo minha convicção, certo de que será muito difícil mudar. Mudar a sociedade é uma missão extremamente difícil, pois se encontram resistências muito fortes, poderosas, de poder econômico, midiático, enfim, institucionalizado. É muito difícil, mas acredito que o Presidente Lula, com apoio popular e dos partidos que estarão coligados na defesa do seu Governo, conseguirá manter essa prioridade, elevando a taxa de crescimento para um pouco mais do que foi na média dos quatros anos, mas nada de extraordinário, em termos de 7% ou 8%. A Argentina está crescendo muito, mas não está enfrentando o problema social, e a sociedade argentina já está reagindo a isso, o que mostra que não adianta pretender crescer muito, mas dentro daquele modelo que, primeiro, esperava o crescimento para, depois, distribuir. Não, a distribuição é imediata. Ela tem de ser imediata, junto com o crescimento, ainda que com um pouco de sacrifício das taxas respectivas de crescimento.

Mas era essa, Sr^a Presidente, a mensagem que eu queria deixar hoje, manifestando meu regozijo e também reconhecendo o valor dos adversários, especialmente do candidato Geraldo Alckmin, que se manteve de forma muito democrática e elevada em toda a campanha, e de todos os que o apoiaram neste Senado, no Congresso e na vida pública do País, de modo geral.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a. e concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, para uma comunicação inadiável.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Heloísa Helena, Sr^s e Srs. Senadores, as minhas primeiras palavras hoje são de protesto contra esta falta de ordem no Governo de os aviões de todos os aeroportos do País não terem horário para sair, por uma greve absurda, que não tem qualquer cabimento.

Há que se dizer – e é verdade – que os controladores de vôo ganham miseravelmente, não podem ganhar o que ganham. É uma tarefa extremamente difícil; o salário não pode ser de R\$1,6 mil para tanta responsabilidade em relação a tantas vidas.

Ah, Sr^a Presidente, os aeroportos do País estão paralisados, e os passageiros, passando os piores vexames. Não podem chegar ao destino na hora certa, porque seu vôo é incerto. É assim que está o Brasil de hoje: não se sabe como agir.

Fato semelhante aconteceu no Estados Unidos, no governo Reagan: vinte e quatro horas depois, todos estavam demitidos, e os aeroportos, funcionando normalmente, sem qualquer perturbação. No Brasil, o Ministro da Defesa – ah, o Ministro da Defesa, que conheço por sua “pressa” em agir – disse que, em 30 ou 60 dias, isso será resolvido. É inacreditável que isso seja afirmado por um Ministro de Estado.

Pergunto ao chefe da Aeronáutica, o Brigadeiro Bueno, se também concorda que precisa de 60 dias para resolver o problema dos controladores de vôo em nosso País.

Não, Sr^a Presidente! Não podemos ficar com um quadro como este, e, conseqüentemente, o Presidente do Congresso Nacional tem de zelar pelo povo brasileiro e pelos Parlamentares, que não podem chegar na hora certa a seu trabalho, como ocorreu hoje, inclusive, em que muitos não puderam freqüentar a CPI. Quem quiser terá de viajar de véspera, e pretendo fazer isso, porque o Governo já avisou que amanhã será pior. É o governo que avisa que será pior, e o povo que sofre as agruras de ficar no aeroporto, mendigando com as companhias aéreas uma oportunidade para ir ao seu destino, pagando as passagens que paga.

Esse, Sr^a Presidente, é o primeiro ponto que merece a nossa atenção. Pediria a V. Ex^a, que tem hábito de lutar, que fizesse chegar o protesto do Senado ou à Aeronáutica ou ao Ministério da Defesa, para que isso pare de acontecer.

Os serviços aéreos nacionais estão praticamente paralisados. As informações que ouvimos nas emissoras de televisão são de que cada dia será pior, e o Ministro da Defesa disse que se esperem 60 dias. Esse é o primeiro ponto, Sr^a Presidente; vamos para o segundo.

Vivemos numa democracia, e nela a eleição, quando válida, deve ser inquestionável. Portanto, não serei eu que virei defender desta tribuna *impeachment*, mas, se o povo nos colocou na Oposição, temos de ser Oposição.

O Presidente reeleito com promessas de mudanças já disse que não vai mudar nada na área econômica. Também, a indisciplina que existe no Governo – pediria a seus correligionários que chamassem sua atenção, porque isto não é bom para a economia – é dizer que a era Palocci já acabou.

Ora, meus senhores, quantas loas foram contadas em relação ao Ministro Palocci! Se o Ministro Palocci errou – e errou mesmo no caso Francenildo – e se teve erros no passado em Ribeirão Preto, é injusto dizer-se que ele não deu confiabilidade ao Governo enquanto esteve no posto. Conseqüentemente, atacá-lo hoje, quando está sendo, inclusive, processado, não é uma boa prova de caráter dos seus companheiros de ontem. Mas no PT tudo acontece.

Nós queremos mudanças e que elas não atinjam, se for o caso, o resultado eleitoral, o qual deve ser respeitado, assim como a justiça. O que quero dizer com isso é que a justiça tem obrigação, como também o Congresso, de apurar a participação de todos os suspeitos nos episódios que espantaram o País e envolveram grande parte do Governo Federal. Muda-se de Presidente no PT – não direi como se muda de roupa porque o PT prefere levar dólares na cueca – como se muda de roupa íntima.

Quantos passaram por lá? José Genoíno, Ricardo Berzoini e agora Marco Aurélio Garcia. Quem será o próximo? E nada se sabe. O Presidente nada tem a ver com isso porque acha que todos são muito bons, muito capazes e que prestaram grandes serviços ao Brasil. Não foi isso que ocorreu recentemente.

Que o Presidente ganhou no Brasil, ninguém discute. Que ganhou na Bahia, ninguém discute, inclusive fazendo o Governador – quem fez foi ele – e o Senador, mais ainda do que o Governador. O Senador não se elegeria Deputado Federal. Ele o elegeu Senador. Portanto, foi a força do Presidente, que eu reconheço.

Vamos ver, então, essas apurações. Nós, da Oposição, temos de cobrar. É nossa obrigação cobrar. É nossa obrigação ser vigilante, não golpista. Golpe, ninguém pense que se dá neste País, que está amadurecido democraticamente.

Uma coisa, entretanto, eu diria aos Srs. Senadores e, principalmente, aos Senadores do Governo: vamos perder, sem dúvida, uma combatente aqui no Senado – dela se pode divergir, e ela de mim muito diverge, mas é uma combatente. Enquanto não acabarmos ou modificarmos as medidas provisórias, é impossível o diálogo, de qualquer espécie, com o Governo.

As medidas provisórias emasculam o Poder Legislativo. As medidas provisórias terminam com a ação parlamentar. Será possível que então vai haver diálogo de Governo e Oposição com as medidas provisórias em vigor? Nada adianta, porque o Presidente da República vai legislar por todos nós. Nós vamos ganhar o dinheiro do povo, mas o Presidente é quem está legislando. Isso

tem de acabar. O problema de medidas provisórias é um acinte à Nação, e esse acinte à Nação deveria ser o primeiro ponto. Se querem conversar sobre reformas, a primeira reforma deveria ser em relação à medida provisória. Enquanto isso não ocorrer, o Parlamento não existe, e as discussões aqui serão inúteis.

Outro ponto que coloco, sem acreditar que tenha êxito, é o do Orçamento Impositivo – vejo que chega ao plenário o Senador Valdir Raupp. Se não puderem realizar totalmente o Orçamento Impositivo, que vejam quais são os assuntos que nele vão ficar. Isso será um ganho. Do contrário, teremos de ficar aqui lutando contra a votação da LDO e do Orçamento, e precisamos discuti-los. Depois dirão que o Congresso não deu Orçamento ao Governo. Não deu Orçamento ao Governo porque o Governo não cumpre o Orçamento! Queremos um mínimo de garantia de que o Governo cumprirá o Orçamento. Não queremos fazer emendas.

Hoje, dirigi-me a um Ministro de Estado. Fiz emendas para entidades culturais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Fundação Casa de Jorge Amado, o Museu Carlos Costa Pinto. Nenhuma foi paga e esses museus estão à míngua. Provavelmente fecharão as suas portas. Confesso que isso eu não gostaria de ver.

De modo que se quiserem fazer alguma discussão sobre o Orçamento e a LDO, venham trazendo algo para negociar com honestidade e com decência.

Não é justo, portanto, que o Senador Demóstenes Torres, no seu Estado, não tenha os seus municípios contemplados, e somente aqueles que se passam para o Governo, aqueles que bajulam o Presidente da República, os seus áulicos e, quando não áulicos, os que se vendem recebam as emendas do Orçamento.

Façamos uma frente em relação a este assunto. É um assunto para todos. Quantos me falaram que deveria ser nos Estados! Eu sempre disse que deveria ser. Agora mesmo vou ser oposição no Estado. É natural que isso aconteça. Agora, não pagar verba que as pessoas colocam no Orçamento, iludindo os municípios do interior, é um crime! E esse crime tem sido praticado.

Espero, com a advertência que fiz hoje ao ilustre Ministro, que pelo menos essas emendas culturais saiam. Se não saírem, virei outra vez protestar, porque isso não deve ser ordem do Ministro, deve ser uma ordem do Presidente da República.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, a História se repete. A Bahia nos mandou Rui Barbosa, ô, Sibá! Rui Barbosa teve a sua participação na libertação dos escravos, influenciando;

foi fundamental na criação da República: fez a primeira Constituição. Senador Antonio Carlos Magalhães, ele foi Governo com Thedoro, com Floriano, e, depois, não foi mais, mas, na Oposição, nos deu muito. Então, V. Ex^a está com esta destinação. Não há democracia sem Oposição, Oposição que conhece a História do País e que sabe que foi o povo quem fez a democracia, descrita por Abraham Lincoln, como o governo do povo, pelo povo e para o povo. Mas, à inteligência do povo, Montesquieu, como Demóstenes, dividiu esse poder. Aí está a essência. A eleição não traduz uma vitória da democracia, mas uma popularidade de Lula, dos votos que tem. A democracia é o fortalecimento dos três poderes, desse Legislativo que V. Ex^a representa tão bem, como Rui Barbosa; do Judiciário. Atentai bem! Está aí a democracia dos Estados Unidos: Richard Nixon – ô, Sibá – venceu as eleições. Richard Nixon foi uma retumbante vitória numérica, igual à de Lula, mas curvou-se à Justiça, curvou-se por pecado ao Poder Legislativo. Em pouco tempo, o povo pediu o afastamento dele, porque a democracia são os três. E, atentai bem: por pecado muito menor. Eram algumas gravações no partido adversário. Esses não são pecados veniais. São pecados mortais. Nós, então, estamos aqui na Oposição, que um baiano como V. Ex^a deixou escrito para que aprendamos: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto”.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Essas palavras que V. Ex^a pronuncia do maior dos brasileiros, Rui Barbosa, nunca foram tão atuais como agora. O gênio da nossa raça parece que profetizava os dias difíceis que nós estamos vivendo e salientava o valor que se dá ao triunfo das nulidades e à vergonha de o homem ser honesto no meio de tantos ladrões que, hoje, infestam o Governo da República.

De maneira que V. Ex^a tem toda a razão. Se querem diálogo com a Oposição, a primeira coisa é o respeito à Oposição. Respeitem-nos porque, do contrário, não haverá diálogo algum, e isso não é indo para Palácio e nem chamando alguém para o Palácio. Ninguém quer isso. Ao contrário, venham discutir aqui, que também é a Casa do povo, onde estão os Líderes de Governo e da Oposição, mas não nos vamos curvar ao que pensam esses que tiveram uma maioria significativa, evidentemente, do eleitorado. Essa vitória para a Presidência da República o encheu de vaidade, e essa vaidade o está prejudicando, porque

ele, que já queria mudar os rumos da sua política de ladroagem, já está mantendo quase toda ela. Hoje, ele acha que pode fazer tudo, quando ninguém pode tudo, já dizia o Papa João XXIII. Ninguém pode tudo, muito menos o Presidente Lula. Ele tem o direito, que o povo lhe deu, de governar. Ninguém deseja tirá-lo do poder, ninguém deseja golpe, mas quer que a Justiça apure todas as roubalheiras que aí existem. Isso não vai ficar, de jeito algum, sem apuração. E é melhor que a Justiça apure do que tenhamos de formar, neste Senado, outras CPIs, que não vão ser tão calmas quanto foram as anteriores.

Acho que é do meu dever pedir, já que as eleições terminaram, que votemos, e vamos votar. Toda medida séria, certa e digna do Governo terá o nosso apoio, mas medidas indignas, que não merecerem apoio do povo brasileiro, mais uma vez enganado, nós reagiremos, custe o que custar. Essa é a nossa decisão, essa é a nossa vontade, e não vamos recuar.

Já o Líder do meu Partido, hoje, fez uma declaração: “O PFL não quer papo com Lula”. O Senador José Agripino já declarou isso. Eu não diria tanto. Eu diria: não quer papo com o Governo, sobretudo nas coisas indignas que já foram praticadas nesta Casa pelo Governo. Que o Presidente da República tome um banho de moralidade, mude o seu estilo e aconselhe ao Governador da Bahia, que se elegeu, que não diga o que disse hoje e está no **Jornal do Brasil**. Peço a transcrição da coluna de Augusto Nunes, do **Jornal do Brasil**, na qual ele diz que mentir é o mesmo que rezar na Igreja do Senhor do Bonfim. Essa heresia, praticada por uma pessoa cuja raça não vou discriminar, porque também não tenho o direito de discriminar raças, não pode calar bem no povo baiano. Ele ofendeu aquele que na colina sagrada abençoa todos os brasileiros e todos os baianos. Por isso, lanço aqui o meu protesto. Mentir não é o mesmo que rezar no Bonfim. Mentir é a norma desse Governo, que já enganou o povo duas vezes, porque parece que esse povo às vezes fica anestesiado. Mesmo assim, a reação que haverá neste Senado, onde seremos maioria, há de mostrar que o Governo Lula não pode tudo. Pode apenas aquilo que o povo brasileiro, por nosso intermédio, permitir.

Muito obrigado, Ex^a.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Augusto Nunes

Coisas da Política

O protetor dos patifes

FILMES POLICIAIS AMERICANOS popularizaram a cena, reproduzida quase todas as noites por seriados da TV: O suspeito é informado por um detetive de que acaba de ser preso, por envolvimento em determinado delito. Então, ouve a leitura de alguns direitos fundamentais. Tem o direito de solicitar a assistência de um advogado. Se não tiver meios de provê-la, o Estado providenciará um defensor público.

Tem também o direito de permanecer calado. A partir daquele instante, adverte a voz da lei, tudo o que disser poderá ser usado contra ele. Em seguida, é conduzido à delegacia. Ali começará a enfrentar a hora da verdade, feita de interrogatórios severos e investigações implacáveis.

O direito ao silêncio é a prevalência da Justiça moderna sobre a lei do cão, a vitória da metodologia científica sobre a extração de confissões mediante violência. A leitura dos princípios civilizatórios acalma o detido e, simultaneamente, elimina a possibilidade de abusos por parte dos captores — pressões intimidatórias, ameaças coercitivas, qualquer tipo de manipulação do vasto instrumental do medo. O aparelho policial e o sistema judiciário aprenderam a perseguir a verdade sem o uso de métodos que tornam todos, bandidos e mocinhos, igualmente criminosos.

Se o berço esplêndido tivesse juízo, teria importado sem retoques a boa fórmula americana. O suspeito poderia permanecer calado para não complicar mais ainda a própria situação, e as coisas estariam de bom tamanho. Mas o Brasil é mais embaixo. O que é ruim pode ficar péssimo. O péssimo pode sempre piorar. E assim o Código de Processo Penal decidiu que um réu teria o direito de mentir sem sobressaltos.

E mentir mesmo durante as sessões do júri, porque tudo o que diz no tribunal um bandido brasileiro, até na presença do

Jacques Wagner não vê diferenças entre mentir e rezar na Igreja do Bonfim

juiz, é considerado peça de defesa. Nestes trépegos tropicais, réus não juram dizer a verdade com a mão sobre a Bíblia. Mentem como quisessem, sobre o que desejarem.

É o que acaba de lembrar ao país, com a fisionomia ra-

dante de um rábua em ascensão, o companheiro Jacques Wagner. "Ao réu é dado o direito de mentir", lembrou o governador eleito da Bahia ao sair em socorro de marginais de estimação. "Os réus petistas envolvidos nessa história do dossiê não são diferentes"; exemplificou. "Estão usando o direito garantido pela lei".

Juristas respeitáveis defendem há tempos a remoção desse tumor. Jacques Wagner reiterou o elogio do cinismo com a expressão beatífica que pretende exibir na primeira fila das procissões do Senhor do Bonfim. Segundo o novo vice-rei da Bahia, mentirosos companheiros podem frequentar sem medo a igreja mais famosa de Salvador. Mentir não é pecado. Não dá cadeia. Nem irrita divindades outrora inclementes com patifes de carteirinha.

Nenhum raio vingador, portanto, ameaça as cabeças de gente como Ricardo Berzoini ("Não tive nada a ver com essa história de dossiê") ou Jorge Lorenzetti ("Nunca falei em dinheiro"). Como a lei retroage em benefício do réu, o Código de Jacques será provavelmente invocado por Delúbio Soares ("Só usei dinheiro não contabilizado") ou Silvío Pereira ("Ganhei o Land-Rover por amizade"). E, claro, pelo presidente Lula ("Não vi, não sei, nem ouvi falar").

O chefe supremo tem ouvido com muita atenção o que pensa "esse galego que derrotou o ACM". Em homenagem à coe-terência, o presidente está convidado a suspender comentários lepreciativos sobre advogados de porta de cadeia.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por cessão da Senadora Ideli Salvatti, que está inscrita pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena; Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, cumprimento, na figura do Eliezer Pacheco, responsável pelo ensino técnico profissionalizante gaúcho no MEC, e do Ministro da Educação pelo evento que teremos no Auditório Ulysses Guimarães do Centro de Convenções, para debater o ensino técnico-profissionalizante em todo o País.

Fui convidado, Sr^a Presidente, para falar de um projeto que apresentei na Casa, chamado Fundep, um fundo que visa a fazer um investimento maior no ensino técnico do País. Esse projeto foi palco de debate dos profissionais que atuam nessa área em 25 Estados e foi aprovado por unanimidade.

O Senador Juvêncio da Fonseca, Relator do projeto, deu seu parecer, que foi aprovado na Comissão de Educação e foi enviado para a última Comissão onde será analisado. Se aprovado nos termos em que apresentei a esta Casa, poderemos ter em torno de R\$3,5 bilhões para investir no ensino técnico profissionalizante.

Sr^a Presidente, sou oriundo dessa área e creio que seja um sonho de todo brasileiro ter um dia neste País, no mínimo, uma escola técnica em cada cidade, por menor que ela seja. É claro que a escola será proporcional ao número de habitantes, ou seja, em uma cidade maior, poderemos ter mais de uma escola técnica que se dedique ao ensino chamado profissionalizante.

Estarei lá com outros painelistas para debater esse tema fundamental para a nossa juventude e até mesmo para aqueles homens e mulheres com mais de 40 anos, já que o projeto valoriza também o cidadão com mais de 40 anos, discriminado pela sua idade.

Por isso, Sr^a Presidente, mais uma vez, cumprimento Eliezer Pacheco pela iniciativa do evento e pela insistência dele para que todos os painelistas estejam no dia 6, num primeiro momento, às 14 horas e, depois, numa mesa especial, às 16 horas.

Sr^a Presidente, rapidamente, cumprimento V. Ex^a pela candidatura à Presidência da República. Poderia mencionar todos aqui, mas cito os dois Senadores da Casa: V. Ex^a e o Senador Cristovam Buarque.

Independentemente do acirramento do debate, normal no processo democrático – e é bom que se polarizem as idéias –, a cidadania e a democracia prevaleceram com a disputa em todo o País, no primeiro e no segundo turno.

Acompanhei o Presidente Lula nos três comícios de encerramento, nas cidades de Alvorada, de Canoas, berço da minha própria caminhada política, e de Caxias do Sul, onde nasci. Sem sombra de dúvida, o carinho do povo gaúcho foi demonstrado nesses três comícios.

No Estado, Sr^a Presidente, fiz campanha com muita alma, com muito coração, também para o companheiro Olívio Dutra, que não se elegeu, mas fez uma belíssima votação, chegando próximo aos 47%. Foi eleita a Deputada Federal Yeda Crusius, após três mandatos na Câmara. Portanto, o Rio Grande do Sul elegeu uma mulher para governar o Estado.

Prevaleceu a democracia, ao mesmo tempo em que reconheço a beleza do processo democrático. A vitória do Presidente Lula com mais de 60% dos votos foi uma demonstração da vontade do povo brasileiro. Reconheço também, de forma muito tranqüila, a vitória da Deputada Federal Yeda Crusius, que será a Governadora do povo gaúcho a partir do próximo ano.

Sr^a Presidente, além desse rápido enfoque do processo eleitoral, venho também à tribuna para fazer uma homenagem a um homem com o qual convivi e a quem aprendi a respeitar pelas suas convicções, suas idéias e por aquilo que pregou durante toda a sua vida. Foi para homenagear esse homem que apresentei na Casa, no dia de hoje, um projeto chamado “Cantando as Diferenças”. Já me perguntaram por que não seria “Falando as Diferenças”. O motivo é porque o canto é internacional, não tem limite, não tem fronteira. Então, apresentei o projeto “Cantando as Diferenças”, buscando a data da morte do nosso inesquecível Deputado Federal Florestan Fernandes, no dia 10 de agosto.

Florestan Fernandes, um homem sempre à frente do seu tempo, dedicou a sua vida ao combate ao preconceito por idade, por raça, por opção sexual, sempre defendeu as pessoas com deficiência, a inclusão social, o meio ambiente e procurou conscientizar os homens e as mulheres deste País.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a me dizia que Florestan Fernandes era um nome que tinha de ser cantado e contado em verso e em prosa neste País. Embora na justificativa de meu projeto eu tenha discorrido um pouco da vida e da história de Florestan Fernandes, V. Ex^a me lembrava que ele foi filho de uma lavadeira.

Esse homem que o País jamais vai esquecer nasceu no dia 22 de julho de 1920. Já aos seis anos

de idade, inseria-se na sociedade em busca da sobrevivência dentro de uma infância pobre e edificou, nos seus 75 anos de existência, uma revolução sociológica em nosso País.

Foi um guerreiro na luta contra a desigualdade, lutou e influenciou as transformações sociais, firmou parcerias com mentes como Darcy Ribeiro, na educação, com Betinho, na luta contra a fome, Chico Mendes, em defesa do meio ambiente, e tantos outros que lutaram por um mundo melhor para todos.

Florestan Fernandes empregou todo o seu vigor de idéias na consolidação de um novo projeto de sociedade, ajudando a recuperar condições de existência, de vida e de trabalho do negro, do índio, do caboclo, de deficientes, de colonos, de seringueiros, do meio ambiente, enfim, em todas as áreas.

Ao homenagearmos Florestan Fernandes com o Dia Nacional de reflexão do “Cantando as Diferenças” como 10 de agosto, estamos homenageando também todos aqueles que dedicaram a sua vida na construção de um mundo melhor para todos.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Saturnino, é sempre uma alegria ouvir o aparte de V. Ex^a. Mas, se V. Ex^a me permitir, convivi com Florestan Fernandes quando ele foi Deputado Federal Constituinte. Infelizmente, depois ele veio a falecer. Mas é daqueles homens do qual jamais esquecerei o convívio.

Por isso, antes de V. Ex^a fazer o seu aparte, quero também dizer que posso colocar no meu currículo a minha alegria de conviver com V. Ex^a, que, para nós, foi também um mestre, um homem firme, de posições claras e de um convívio amável, respeitoso, carinhoso, até mesmo com seus adversários, mas demonstrando sempre suas convicções.

Faço esta pequena homenagem, porque sei que V. Ex^a não concorreu ao Senado e não estará conosco no próximo ano. Mas, com certeza, dedicará ainda anos e anos, décadas e décadas da sua vida àquilo em que V. Ex^a sempre acreditou, que é a sua proposta de vida e de sociedade para todos.

Faço neste momento também uma homenagem a V. Ex^a.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Eu ia apartear-lo e a emoção de escutá-lo um pouco me desarma, mas não para aquilo que eu queria dizer a V. Ex^a. O mestre de nós todos foi, efetivamente, Florestan Fernandes, o mestre de todos os brasileiros que enxergam a necessidade de uma estruturação mais justa, mais eqüitativa, com abolição total de preconceitos da sociedade brasilei-

ra, muito marcada por desigualdades e preconceitos. E ele foi um mestre, um introdutor desse tema na Ciência Social brasileira e na política brasileira, porque ele foi político, foi um ator político e, por conseguinte, mestre de todos nós. Então, quando V. Ex^a apresenta um projeto para criar o dia da defesa do “Cantando as Diferenças” é de um simbolismo de extrema importância, porque Florestan Fernandes foi figura simbólica e é um símbolo para nós todos, porque foi mestre de nós todos. Então, quero cumprimentar V. Ex^a e agradecer as observações que fez a meu respeito, mas quero, sobretudo, dar-lhe os meus parabéns e o meu abraço fraternal por essa iniciativa tão importante que apresenta hoje.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Saturnino. É com alegria que o aparte de V. Ex^a estará contemplado no meu pronunciamento no dia em que vim à tribuna fazer uma homenagem a Florestan Fernandes e a todos os lutadores. Com alegria incluí V. Ex^a, porque falo com muita tranqüilidade que conheço a obra da sua vida. Por isso, é um momento bonito também para mim dialogar com V. Ex^a quando faço esta pequena homenagem tardia – eu já a devia ter feito há muito tempo – ao grande e inesquecível, ao mestre dos mestres Florestan Fernandes.

Senador Roberto Saturnino, apresento também um projeto de resolução – sei que indicativo – que espero seja aprovado na Casa, no sentido de que o Programa “Cantando as Diferenças” seja adotado em todo o País. E vai como uma sugestão – espero o referendo do Senado – para o próprio Presidente da República, ou seja, para o Executivo.

Apresentei o projeto antes do resultado das eleições. O nosso candidato foi vitorioso – todo mundo sabe. Aqui eu disse, quando me afastei por quinze ou vinte dias, que eu ia para o Estado fazer campanha para o Presidente Lula e para o meu candidato, Olívio Dutra. Então, esse projeto não tem cor partidária, não é dirigido a este ou àquele Presidente. Dirijo-o ao Executivo, na convicção de que é um projeto muito bem elaborado, não porque eu o apresentei, mas porque um grupo de intelectuais me ajudou a produzi-lo e foi premiado recentemente entre os trinta melhores projetos nessa área no País pelo MEC.

Recentemente, a Prefeitura de Gravataí foi modelo dessa proposta que germinou e cresceu no centro de integração de que faço parte em Canoas, e fomos convidados a apresentar o projeto na França. Quero homenagear a Secretária de Educação de Gravataí, que esteve naquele País apresentando o “Cantando as Diferenças”. Em novembro, projeto será exposto no Senado da República, numa iniciativa do nosso Presidente Renan Calheiros. O Santos Fagundes, que é

cego e coordenador do nosso Gabinete, aquele que articula o projeto no Rio Grande do Sul e em alguns outros Estados, estará também aqui, junto com a Secretária de Educação de Gravataí, para explicar a idéia do “Cantando as Diferenças” e por que esse projeto já é vitorioso em diversas prefeituras no Rio Grande do Sul, dos mais variados Partidos – PP, PFL, PT, inclusive Gravataí, que é a modelo, e PSDB. Todos entenderam o corte das diferenças, entenderam como é bom ter programas no Município voltados ao combate às discriminações de gênero, de raça, de idade, de sexo, de opção sexual e de meio ambiente.

Senadora Heloísa Helena, o motivo pelo qual esse projeto surge neste momento é que nós todos nos sentimos violentados, agredidos quando percebemos que, no nosso Rio Grande do Sul – e V. Ex^a conhece –, o nosso chamado rio dos Sinos, um rio em que nadei, pesquei, acampeei, até namorei, está morrendo de forma violenta. Quase que diariamente as televisões mostram milhares ou milhões de peixes tentando sobreviver, buscando um espaço para respirar, mas que acabam infelizmente morrendo. É um momento muito, muito doído para todos nós que temos um carinho especial por esse rio. Por isso, entendemos que, mais do que nunca, é preciso que os homens e as mulheres de bem deste País se preocupem com o meio ambiente.

Recebi uma citação de um chefe indígena que diz mais ou menos o seguinte:

No dia em que o homem perceber que cortou a última árvore, que acabou com a última floresta, no dia em que o homem perceber que matou o último pássaro, no dia em que o homem perceber que pescou o último peixe, no dia em que o homem perceber que matou o último rio, será tarde; ele terá matado a vida.

Faço essa citação em homenagem a todos aqueles que lutam pelo meio ambiente, àqueles que lutam pelo corte das diferenças, contra todo tipo de discriminação, buscando igualdade, liberdade e justiça. Florestan Fernandes era assim.

Senadora Heloísa Helena, um dia V. Ex^a citou uma frase dele. Pediria que, da Presidência, quebrando o protocolo, V. Ex^a repetisse a frase que ouviu de Florestan Fernandes.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Foi algo democrático e muito lindo. Ele disse que a maior dificuldade que teve ao longo da vida política, a tarefa mais difícil foi não trair sua classe de origem. Essa foi uma das coisas mais belas que ouvi ao longo da minha história de vida. E fiz questão de impregná-la

na minha alma e no meu coração em qualquer espaço por onde passei no mundo da política.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço a fala de V. Ex^a, que é uma homenagem ao inesquecível Florestan Fernandes.

Encerro, Sr^a Presidente, dizendo que acredito que esta Casa há de aprovar o dia 10 de agosto, quando se fará uma grande análise da nossa realidade. Insisti em falar da natureza, porque ela respeita as diferenças. Basta ver como convivem bem, no mesmo jardim, o cravo e a rosa e vários tipos de flores, assim como, na mesma floresta, vivem inúmeros tipos de árvores. A natureza é sábia. O homem precisa aprender muito com ela. Esperamos que, se aprovado, 10 de agosto seja um dia de muita reflexão sobre a vida, não só sobre o homem, mas também sobre a Mãe Natureza.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr^a Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2006

Institui o Dia Nacional de reflexão do “Cantando as Diferenças”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o Dia Nacional de reflexão do “Cantando as Diferenças”, que será celebrado no dia 10 de agosto.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O programa “Cantando as Diferenças” objetiva *promover uma ampla e gradual mudança no modo de enxergar as mais variadas diferenças de gênero, raça, idade, livre opção sexual, pessoa com deficiência, inclusão social e, meio ambiente ou seja, uma mudança de consciência e atitude.*

Para alcançar este objetivo o programa propõe o trabalho conjunto da sociedade e do governo no âmbito municipal, abrangendo aspectos como educação, esportes, lazer, produção cultural e artística, para os grupos tradicionalmente discriminados por suas “diferenças” físicas, mentais, raciais, de idade e de gênero.

Embora existam no Brasil várias leis que, pelo menos teoricamente, protegem os grupos mais desfavorecidos e vulneráveis da sociedade, como por exemplo o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 10 de outubro de 2003) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), ou Projetos de Lei como o Estatuto da Pessoa com Deficiência,

Estatuto da Igualdade Racial, Estatuto da Mulher, Estatuto dos povos Indígenas e leis do Meio Ambiente, a verdadeira inclusão social e política só é alcançada pela execução de políticas públicas capazes de envolver setores da sociedade e do governo em torno de objetivos comuns.

O projeto aqui proposto teve como origem a experiência vitoriosa realizada em vários municípios gaúchos, que permitiu dar *vez e voz à grande maioria de seu povo, que por um motivo ou outro, sempre esteve à margem da participação política, das discussões acerca dos rumos de suas vidas.*

Os primeiros passos deste projeto nasceram do espírito empreendedor do Centro de Integração Paulo Paim, que com pequenas idéias e atitudes encontrou na ULBRA – Universidade Luterana do Brasil um parceiro para a extensão e divulgação do projeto, o qual é visto e divulgado em todo o Estado do Rio Grande do Sul, em outros estados e até internacionalmente.

De acordo com documento da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Gravataí/RS, primeiro município a implementar o mencionado programa, a idéia é *propor um outro olhar saindo de um olhar de cuidado e assistencialismo para um olhar de direitos, reconhecendo politicamente as diferenças individuais, culturais e sociais – na busca da inclusão da sociedade e do Estado para com todas as pessoas e suas culturas.*

Como dito, o referido projeto já foi expandido para outros municípios do estado e desenvolve atividades como a participação de professores da rede municipal em cursos para atender alunos com deficiência, e a promoção de eventos culturais e esportivos.

A adoção de temas transversais abrangendo as diferenças de gênero, raça, idade, livre opção sexual, pessoa com deficiência e inclusão social, prevista no artigo 4º, permitirá que estes conteúdos possam permeiar todas as áreas do conhecimento, facilitando a compreensão e a importância de uma formação integral do ponto de vista ético e da pluralidade de expressões no âmbito educacional.

Tendo em vista que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a legislação correlata já prevêem a inclusão de temas transversais nos currículos educacionais, os temas propostos poderão ser perfeitamente recepcionados pelo ordenamento jurídico nacional.

O sucesso das atividades desenvolvidas pelo programa, realizadas mediante parcerias com várias entidades estaduais, públicas e privadas, nos vários municípios gaúchos, nos leva a crer que este programa pode ser implementado em outros municípios do Brasil.

Convém, ainda, para que possamos, anualmente, rememorar este projeto buscando inspiração na data de 10 de agosto, nos remetendo à morte de FLORESTAN FERNANDES.

Florestan Fernandes, nascido em 22 de julho de 1920, já aos seis anos de idade se inseria na sociedade em busca da sobrevivência dentro de uma infância pobre e edificou, nos seus 75 anos de existência, uma revolução sociológica em nosso País.

Foi guerreiro na luta contra a desigualdade, lutou e influenciou as transformações sociais, firmou parcerias com mentes como Darcy Ribeiro, Betinho (na luta contra a fome), Chico Mendes (em defesa da natureza) e outros. Empregou seu vigor de idéias na consolidação de um novo projeto de sociedade, ajudando a recuperar algumas condições de existência, de vida e de trabalho do negro, índio, caboclo, deficiente, escravo, colono, seringueiro, do meio ambiente e outros.

Ao homenagearmos Florestan Fernandes com o Dia Nacional de Reflexão do Cantando as Diferenças, estamos homenageando também celebridades que marcaram história na luta contra a opressão, desigualdade e injustiça, que tombaram na construção de um mundo melhor para todos.

Daí por que a data de sua morte ser escolhida como marco para a reflexão deste grandioso projeto “Cantando as Diferenças” a ser implantado, acredito, muito em breve.

Assim, pedimos aos nobres pares a aprovação deste projeto de lei, elaborado com o sentido de proporcionar, a todos os grupos que tradicionalmente foram discriminados em nossa sociedade, a oportunidade de traduzir o disposto nas leis em ação, dando cidadania e dignidade a milhares de brasileiros em harmonia com o nosso ecossistema.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos.

.....
LEI Nº 10.741, DE 12 DE OUTUBRO DE 2003

Mensagem de veto

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Vigência

O Presidente da República,
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº DE 2006

Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa “Cantando as Diferenças”, destinado a promover a inclusão social de grupos discriminados e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, nos termos desta Lei, o Programa “Cantando as Diferenças”, com o fim de promover a inclusão social de grupos discriminados por etnia, raça, gênero, idade, livre opção sexual, pessoa com deficiência e condição social.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, o programa “Cantando as Diferenças” articula municípios e comunidades em ações de inclusão social, com base no disposto na legislação vigente e nos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Parágrafo único. As atividades a serem desenvolvidas no âmbito do programa incluem produção e divulgação de trabalhos e atividades relacionados com arte, cultura, educação, inserção laboral e Direitos Humanos.

Art. 3º O Programa “Cantando as Diferenças” será implementado mediante convênios a serem celebrados entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será financiado com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), Fundo Nacional do Idoso e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Fundo Nacional da Criança e do Adolescente, Fundo Nacional.

§ 1º O programa mencionado no **caput** deste artigo será coordenado pelo Conselho Gestor do Cantando as Diferenças, composto por dois membros de cada fundo que custeia o programa e um presidente indicado pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

§ 2º Os critérios para a inclusão dos municípios e das instituições governamentais e não-governamentais no programa serão definidos pelo órgão gestor.

Art. 4º O Poder Executivo, nas três esferas de governo, assegurará a inclusão de temas transversais nos conteúdos curriculares nacionais abrangendo as diferenças de gênero, raça, idade, livre opção sexual, pessoa com deficiência e inclusão social.

Art. 5º É instituído o Dia Nacional de reflexão do “Cantando as Diferenças”, que será celebrado no dia 10 de agosto.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O programa “Cantando as Diferenças” objetiva *promover uma ampla e gradual mudança no modo de enxergar as mais variadas diferenças de gênero, raça, idade, livre opção sexual, pessoa com deficiência, inclusão social e, meio ambiente ou seja, uma mudança de consciência e atitude.*

Para alcançar este objetivo o programa propõe o trabalho conjunto da sociedade e do governo no âmbito municipal, abrangendo aspectos como educação, esportes, lazer, produção cultural e artística, para os grupos tradicionalmente discriminados por suas “diferenças” físicas, mentais, raciais, de idade e de gênero.

Embora existam no Brasil várias leis que, pelo menos teoricamente, protegem os grupos mais desfavorecidos e vulneráveis da sociedade, como por exemplo o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), ou Projetos de Lei como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Estatuto da Igualdade Racial, Estatuto da Mulher, Estatuto dos Povos Indígenas e leis do Meio Ambiente, a verdadeira inclusão social e política só é alcançada pela execução de políticas públicas capazes desenvolver setores da sociedade e do governo em torno de objetivos comuns.

O projeto aqui proposto teve como origem a experiência vitoriosa realizada em vários municípios gaúchos, que permitiu dar *vez e voz à grande maioria de seu povo, que por um motivo ou outro, sempre esteve à margem da participação política, das discussões acerca dos rumos de suas vidas.*

Os primeiros passos deste projeto nasceram do espírito empreendedor do Centro de Integração Paulo Paim, que com pequenas idéias e atitudes encontrou na ULBRA – Universidade Luterana do Brasil um parceiro para a extensão e divulgação do projeto, o qual é visto e divulgado em todo o Estado do Rio Grande do Sul, em outros estados e até internacionalmente.

De acordo com documento da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Gravataí/RS, primeiro município a implementar o mencionado programa, a idéia é *propor um outro olhar – saindo de um olhar de cuidado e assistencialismo para um olhar de direitos, reconhecendo politicamente as diferenças individuais, culturais e sociais – na busca da inclusão da sociedade e do Estado para com todas as pessoas e suas culturas.*

Como dito, o referido projeto já foi expandido para outros municípios do estado e desenvolve atividades como a participação de professores da rede municipal em cursos para atender alunos com deficiência, e a promoção de eventos culturais e esportivos.

A adoção de temas transversais abrangendo as diferenças de gênero, raça, idade, livre opção sexual, pessoa com deficiência e inclusão social, prevista no artigo 4º, permitirá que estes conteúdos possam permeiar todas as áreas do conhecimento, facilitando a compreensão e a importância de uma formação integral do ponto de vista ético e da pluralidade de expressões no âmbito educacional.

Tendo em vista que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a legislação correlata já prevêem a inclusão de temas transversais nos currículos educacionais, os temas propostos poderão ser perfeitamente recepcionados pelo ordenamento jurídico nacional.

O sucesso das atividades desenvolvidas pelo programa, realizadas mediante parcerias com várias entidades estaduais, públicas e privadas, nos vários municípios gaúchos, nos leva a crer que este programa pode ser implementado em outros municípios do Brasil.

Convém, ainda, para que possamos, anualmente, rememorar este projeto, buscando inspiração na data de 10 de agosto, nos remetendo à morte de FLORESTAN FERNANDES.

Florestan Fernandes, nascido em 22 de julho de 1920, já aos seis anos de idade se inseria na sociedade em busca da sobrevivência dentro de uma infância pobre e edificou, nos seus 75 anos de existência, uma revolução sociológica em nosso País.

Foi guerreiro na luta contra a desigualdade, lutou e influenciou as transformações sociais, firmou parcerias com mentes como Darcy Ribeiro, Betinho (na luta contra a fome), Chico Mendes (em defesa da natureza) e outros. Empregou seu vigor de idéias na consolidação de um novo projeto de sociedade, ajudando a recuperar algumas condições de existência, de vida e de trabalho do negro, índio, caboclo, deficiente, escravo, colono, seringueiro, do meio ambiente e outros.

Ao homenagearmos Florestan Fernandes com o Dia Nacional de Reflexão do Cantando as Diferenças, estamos homenageando também celebridades que marcaram história na luta contra a opressão, desigualdade e injustiça, que tombaram na construção de um mundo melhor para todos.

Daí por que a data de sua morte ser escolhida como marco para a reflexão deste grandioso projeto “Cantando as Diferenças” a ser implantado, acredito, muito em breve.

Assim, pedimos aos nobres pares a aprovação deste projeto de lei, elaborado com o sentido de proporcionar, a todos os grupos que tradicionalmente foram discriminados em nossa sociedade, a oportunidade de traduzir o disposto nas leis em ação, dando cidadania e dignidade a milhares de brasileiros em harmonia com o nosso ecossistema.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

LEI Nº 10.741, DE 12 DE OUTUBRO DE 2003

Mensagem de veto

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Violência

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Paim, saudando-o com entusiasmo.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, pela Liderança, e, depois, ao Senador Mão Santa, como orador inscrito.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem, fiz um pronunciamento que tem uma falha imperdoável. Eu não gostaria de comentar isso, sem antes ter tido a oportunidade de, pelo menos por telefone, parabenizar a Senadora Ana Júlia Carepa, nossa companheira de Bancada, pela sua vitória no Pará. S. Exª muito nos orgulha. Tive a oportunidade de falar com S. Exª no final da tarde de ontem. Então, faço questão absoluta de deixar aqui consignado o orgulho que S. Exª deixa a todos nós da Bancada do PT no Senado e, com certeza, aos eleitores e à população do Estado que tão bem representa no Senado da República.

Volto à tribuna também para falar ainda sobre algumas questões relativas ao resultado eleitoral, porque penso que as urnas, como eu disse ontem, têm de nos levar à reflexão, têm de nos dar a linha por onde vamos caminhar agora, no próximo período, e o que vai

balizar nossa postura, nossa posição, tanto dos que darão sustentação ao segundo mandato do Presidente Lula quanto daqueles que dignamente vão cumprir a tarefa da Oposição. Já tive a oportunidade, inclusive, de registrar a importância, em qualquer democracia que se preze, em qualquer democracia que leve a sério sua Constituição, do trabalho da Oposição.

Tenho acompanhado, de forma muito atenta, os pronunciamentos das diversas Lideranças que têm sido realizados neste Senado Federal e quero dizer que teremos possibilidade, sim, de debater, de discutir e de pactuar propostas e votações, como já fizemos em outras ocasiões aqui, no Senado da República, no interesse do País. Portanto, acolho um clima menos aquecido neste pós-eleitoral de forma extremamente positiva. Acho isso positivo. É o que é responsável por parte de todos.

Mas, como eu trouxe à tribuna, no dia de ontem, alguns dados e alguns elementos que nos balizam a respeito do resultado das eleições, eu gostaria de deixá-los registrados aqui. Antes da vitória do Presidente Lula no segundo turno, havia uma discussão a respeito da questão de haver dois brasis ou um Brasil dividido, de haver centros urbanos e centros rurais, uma espécie de dualidade.

Gostaria de fazer alguns registros. O primeiro é o de que a vitória do Presidente Lula no segundo turno se deu em todas as faixas de tamanho de Municípios, ou seja, em Municípios de até cinco mil eleitores, em que o Presidente Lula obteve 59% dos votos; em Municípios de cinco mil a vinte mil eleitores, com 63% dos votos; em Municípios de vinte mil a cinquenta mil eleitores, com 62% dos votos; em Municípios de cinquenta mil a duzentos mil eleitores, com 59% dos votos; em Municípios de duzentos mil a um milhão de eleitores, com 60% dos votos; e em Municípios de mais de um milhão de eleitores, com 58% dos votos. Portanto, em Municípios de todos os tamanhos, abrangendo todas as regiões e bases econômicas, a vitória do Presidente foi bastante significativa. Isso desmonta um pouco o argumento da divisão em dois brasis, com duas situações contraditórias, em que haveria a eleição em determinada parte do Brasil e não em outra.

O resultado também foi bastante gratificante para nós, porque, com exceção de uma única Região, a Região Sul, do primeiro para o segundo turno, o Presidente conseguiu vencer em todas. E, mesmo na Região Sul, houve uma diminuição significativa da diferença entre os votos dados ao Governador Geraldo Alckmin e os votos dados ao Presidente Lula no segundo turno.

E houve algumas vitórias. Fico imaginando o Senador Roberto Saturnino, pois, no Rio de Janeiro, a modificação foi significativa: o Presidente Lula subiu

vinte pontos. Em Minas, também houve um aumento significativo: de 50% contra 40%, no primeiro turno, para 65% a 34%. Mesmo em São Paulo, onde a situação mais “pegou” em termos de polarização, o Presidente Lula subiu dez pontos percentuais. O resultado, no Ceará, foi de 83% a 17%; na Bahia, de 78% a 21%; no Centro-Oeste – onde a questão do agronegócio estava muito forte e onde também houve uma virada, com o Presidente Lula, inclusive, ganhando no segundo turno –, de 52% a 47%. A votação mais expressiva foi no Estado do Amazonas: de 86% a 13%.

Portanto, a vitória trouxe esses números e merece não apenas nossa alegria, mas também nossa reflexão, porque traz embutidas algumas questões que precisarão de nossa atenção e de nosso cuidado, para que avaliemos bem o significado do que a urna nos sinaliza.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ouço, com muito prazer, o Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Somente quero observar como foi boa a realização do segundo turno. Nós, evidentemente, preferíamos que ele tivesse vencido no primeiro turno, mas, depois de concretizados os resultados, apareceu esse crescimento do primeiro turno para o segundo turno. E por quê? Porque o debate foi mais esclarecedor no segundo turno. Os grandes temas nacionais vieram à tona nos debates do segundo turno. No primeiro turno, o povo ainda ficou influenciado por aquela denúncia monocórdia, mas, do primeiro para o segundo turno, o debate apareceu. Os problemas da Nação foram discutidos. Como foi esclarecedora, positiva e importante para a democracia brasileira a realização de segundo turno e essa vitória consagradora!

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço-lhe, Senador Saturnino. Tenho essa mesma convicção. Isso foi salutar para nós do PT, para o próprio Presidente Lula, mas foi muito mais salutar para o País, porque as diferenças tiveram oportunidade de ficar bastante consignadas, elas ficaram visíveis, palpáveis para a ampla maioria.

O divisor de águas – já tive oportunidade de dizer – desta eleição foi: para quem se governa? O Governo está voltado para quem? Quem é o objeto das ações e das políticas adotadas?

É por isso que acho que a resposta veio muito forte e muito firme por parte da ampla maioria da população, com 61% dos votos, em Municípios de todos os tamanhos, em todas as Regiões do País, em todas as faixas de renda. Mesmo aqueles que têm renda significativamente – infelizmente, no Brasil, ainda é assim

– superior à da ampla maioria da população, as pessoas que têm a clareza do significado da injustiça social reinante, sabem que não é possível haver democracia ou um país desenvolvido, integrando as nações desenvolvidas, se não se combate a injustiça. Ou seja, as mazelas decorrentes da injustiça social afetam toda a população e colocam o País, a Nação, a soberania da Nação e a convivência entre os cidadãos no território nacional sob uma ótica de insegurança.

Por isso, fico um pouco preocupada, hoje, acompanhando a imprensa, que já mudou de pauta. Há notícias de Ministro sendo demitido ou questionado se vai permanecer ou não. Indaga-se se vai haver corte de gasto, se haverá demissão, se houve “Era Palocci” ou não.

Da mesma forma como a urna sinalizou, de forma muito contundente, essa posição de para quem se governa neste País, penso que também a urna sinaliza a obrigatoriedade de termos os encaminhamentos do que foi apresentado como proposta, o que, neste segundo mandato, representa combinar aquilo que tivemos capacidade de construir para dar segurança econômica, segurança estrutural ao País, ou seja, o ajuste fiscal do País, o controle da inflação, a questão da soberania, a questão das reservas, a questão da implementação e da garantia das ações para promover a recuperação da renda e a criação dos empregos.

A população está muito atenta, porque deu esse segundo mandato em cima de uma proposta muito clara: crescer, distribuindo renda, com educação de qualidade. Essas foram as três questões apresentadas pelo Presidente Lula.

O Presidente Lula, na entrevista coletiva concedida logo após a declaração do Tribunal Superior Eleitoral, disse que temos de trabalhar para que, imediatamente, no ano que vem, além das metas de inflação e de ajuste fiscal, haja metas de crescimento, ou seja, para que possamos crescer 5%.

É por isso que não posso deixar de saudar o entendimento de vários Líderes da Oposição, que, tanto ontem quanto hoje, estão sinalizando no sentido de cumprir com sua tarefa de Oposição, que é a de fiscalizar e de cobrar, mas também de contribuir para que possamos aprovar matérias que darão condições ao País de crescer 5%, de fazer o ajuste fiscal e de alcançar as metas de inflação. Fazer o País crescer 5%, creio, é uma meta bastante plausível, pelo que construímos ao longo do primeiro mandato do Presidente Lula.

Portanto, mais uma vez, estou saudando este clima, que espero que perdure, a fim de que, já na semana que vem, em que haverá sessões deliberativas, possamos encaminhar a votação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que é importantíssima, porque

desonera e reduz a carga tributária desse setor, facilita a vida, induz e agiliza o processo de formalização das empresas e dos empregos.

Portanto, nada mais justo do que, na semana que vem, de forma concreta, poderemos apreciar, votar e aprovar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas não só apenas como uma declaração de busca de composição para os temas que interessam ao País e à maioria do povo brasileiro, mas também como uma demonstração concreta de que existe respeito entre todas as Lideranças do Senado da República. Ao mesmo tempo, agimos no sentido de contribuir para o desenvolvimento, para o crescimento do nosso País e para a busca da meta de crescimento, que é o sonho de todos nós, principalmente como ocorreu no primeiro mandato do Presidente Lula: crescimento com distribuição de renda.

Agradeço à Sr^a Presidente pela gentileza do tempo a mais que me concedeu.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, como orador inscrito. Antes, porém, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, eu gostaria que V. Ex^a me permitisse fazer um registro sobre um assunto relevante. Peço, inclusive, a atenção da Líder Ideli Salvatti e a do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Senadora Ideli, acabo de receber um telefonema do Senador Tasso, que me comunica ter sido avisado por diretores da revista **Veja** que alguns jornalistas que participaram da matéria intitulada “Operação Abafa”, na tarde de hoje, passaram por constrangimentos nas dependências da Polícia Federal em São Paulo. A empresa solicitou assistência de advogados para dar apoio jurídico aos jornalistas, mas isso não foi permitido. Os investigadores insistiram, forçaram a jornalista a prestar esclarecimentos sobre as fontes que geraram a matéria. E ela, alegando segredo de justiça, direito consagrado que a Constituição lhe assegura, negou-se a dar informações. O Senador Tasso já entrou em contato com o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

Senadora Heloísa Helena, quero fazer este registro e lançar um protesto em relação a esse acontecimento.

Eu gostaria que o Governo, o mais rápido possível, prestasse os esclarecimentos cabíveis. Não podemos conviver com esse tipo de atitude.

Faço este registro na certeza de que a imprensa brasileira será respeitada e que os episódios de ontem, que envolveram jornalistas não só da **Veja**, como também da **Folha de S. Paulo** e da Rede Globo, tenham sido iniciativa exclusiva de militantes partidários ainda no calor da emoção, e não um trabalho preparado adrede.

Lanço este protesto no momento em que aproveito para chamar a atenção dos representantes do Brasil da sociedade Jornalistas sem Fronteiras, para que fiquem atentos a esse tipo de comportamento.

Continuo achando que o Presidente Lula também não sabe e não sabia desse episódio, mas que providências serão tomadas, sob pena de, em menos de 24 horas depois de fazer aquele discurso de conciliação, Sua Excelência jogar por terra tudo o que disse ao povo brasileiro ontem.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de dizer ao Senador Heráclito Fortes que vou buscar, junto ao Ministro Márcio Thomaz Bastos, todos os esclarecimentos a respeito, para que eu possa transmiti-los ao Plenário. Não sei se vou ser bem sucedida, porque o Ministro Márcio Thomaz Bastos vai representar o Presidente em um evento que ocorrerá na Bahia hoje. É um evento internacional, e ele havia previsto deslocar-se para lá a partir das 15 horas. Com toda a conturbação que está havendo nos nossos aeroportos, talvez eu ainda consiga falar com ele. Vou empenhar-me, com certeza, porque esse assunto é extremamente delicado.

Da mesma forma que devemos preservar, com absoluto empenho, o direito de a imprensa se manifestar de modo soberano, democrático, livre, eu já tive oportunidade, Senador Heráclito, de me reportar desta tribuna, em alguns momentos, ao longo destes últimos dois anos, a determinadas reportagens que foram feitas sem que as fontes, os documentos estivessem explicitados; sem que estivessem, de forma efetiva, sido identificados, até para subsidiar aquelas matérias, que ocuparam várias páginas.

No entanto, é claro que esse questionamento, que também é legítimo, a respeito da seriedade e da responsabilidade com as quais os órgãos de comunicação devem se portar ao elaborar suas reportagens não pode acobertar ou colocar em dúvida o comportamento respeitoso que todas as instâncias devem ter. No caso, no seio da Polícia Federal, naquela reportagem

sobre a operação abafa, sabemos que houve muita controvérsia. Tanto que o delegado que representa a Associação dos Delegados manifestou-se de forma contundente, dizendo que não havia operação abafa, que a Polícia Federal estava atuando de forma séria e responsável, como sempre.

Então, eu apenas gostaria de deixar registrado que, assim que eu conseguir essas informações, terei o maior prazer em comunicá-las ao Plenário.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr^a Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Concedo a palavra V. Ex^a, de acordo com o art. 14.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, eu gostaria apenas de dizer que o fato é mais grave do que se imagina, a partir do momento em que a Liderança do Partido dos Trabalhadores tenta justificar o ato. E isso porque não questioneei o teor da matéria. Apenas mencionei o fato de se terem colocado os repórteres sob movimentação limitada, cerceando-lhes o direito de ir e vir, e a maneira como os fatos aconteceram.

Creio que tudo isso é de uma gravidade que nem sei como justificar, mas, a partir do momento em que a Liderança do Partido dos Trabalhadores tenta justificar essa atitude, quero crer que esse assunto não é surpresa e que o episódio é bem mais grave do que imaginamos.

Alguns integrantes desse Partido passaram por vexames e constrangimentos em busca de caminhos para a liberdade de imprensa, em busca de caminhos para o reencontro do País com a liberdade. E a imprensa brasileira teve um papel fundamental e predominante nesse feito. Portanto, não é aceitável que esse Partido esqueça tudo isso e justifique atitudes arbitrárias – e nem quero chegar a dizer que isso ocorreu por ordem ou por determinação de quem quer que seja.

O fato é que a violência não se justifica.

A imprensa brasileira tem um código a ser respeitado. Existe a Lei de Imprensa, que coloca penalidades e responsabilidades sobre aqueles que infringem essa legislação. Daí por que o melhor caminho é o da Justiça e não o das salas fechadas da Polícia Federal, para, usando a prerrogativa que o poder lhes confere, fazer esse tipo de abordagem, sem sequer dar o direito de defesa por intermédio de um advogado, assegurado por lei.

É muito triste ouvir-se no dia de hoje, em que se prega de norte a sul o início de uma era de conciliação, uma justificativa como essa, que é, nada mais, nada

menos, a manifestação de um desejo autoritário e apenas o início do que, pelo que se prevê, vem por aí.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Nos termos do art. 14 do Regimento Interno, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

Com isso, a palavra já terá sido concedida a V. Ex^a, pelo art. 14, por duas vezes no dia de hoje.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Peço a palavra pela ordem, Sr^a Presidente, se for possível.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é a primeira, nem a segunda, nem a terceira vez que preciso me utilizar do expediente do art. 14, porque a vontade de distorcer ou de colocar na minha boca o que eu não falei e, na minha alma, a intenção que eu não tive repete-se à exaustão.

Eu disse, de forma muito clara: não sei o que aconteceu, vou buscar as informações junto à autoridade máxima na questão referente à Polícia Federal para prestar os esclarecimentos aqui, na tribuna do Senado.

Repudio o que está sendo anunciado, se tiver acontecido, porque devemos respeitar a legislação e o direito da imprensa. Apenas exemplifiquei que, diferentemente de apenas determinadas questões serem levantadas aqui, na tribuna do Senado, eu já tive a oportunidade de abordar assuntos que tenho o direito, como cidadã brasileira e Senadora, de questionar, com relação a determinadas reportagens que geram situações que também fogem do espírito democrático que deve nortear todas as instituições do nosso País.

Quero dizer mais: com relação a reportagens da revista **Veja**, já tive oportunidade de vir à tribuna para registrar editorial de, nada mais, nada menos, **O Estado de S. Paulo**, que criticou profundamente uma das reportagens da **Veja**. Inúmeros e ilustres jornalistas, não eu, questionaram a matéria, pois não havia fonte, documentação ou embasamento para se produzir a reportagem denominada “Operação Abafa”.

Portanto, devemos fazer a crítica, caso tenha ocorrido o que foi anunciado, e, de pronto, dispus-me a buscar e a trazer as informações, mas não podemos anular ou deixar esmorecer qualquer tipo de questionamento que devemos fazer, até porque a imprensa deve ser livre, mas está passível de receber críticas quando entendermos que cometeu algum tipo de ato abusivo no exercício de sua liberdade.

Portanto, quero deixar bem claro o que eu disse, para que, mais uma vez, não seja colocado na minha

boca o que não falei e, na minha alma, a intenção que não tive.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Rui é sempre figura citada: “Com a lei, pela lei, dentro da lei, porque fora da lei não há salvação”. Rui afirma isso porque acredita que o primado da lei prevalece sobre a violência, e, infelizmente, isso não está acontecendo.

Ainda ontem, durante o desembarque do Senhor Presidente da República, não somente a **Veja** era agredida, como também a TV Globo, por militantes do Partido que estavam lá preparados para isso, como sempre.

Hoje, a coisa é mais grave. Na medida em que estão incomunicáveis esses jornalistas da **Veja**, cabe uma ação imediata do Senado Federal junto ao Ministro Márcio Thomaz Bastos, que tem o dever de mandar na Polícia Federal – se não manda, não poderia ser Ministro. Conheço o Ministro Thomaz Bastos e dele sou amigo, mas não posso admitir que silencie diante de tal violência.

Essa violência, Sr^a Presidente, já vem de longe, porque a direção da Petrobras telefonou para a **Veja** dizendo que jamais aquela revista teria uma matéria paga do Governo ou da Petrobras. Conseqüentemente, é algo premeditado, é algo que está acontecendo não por acaso, mas porque o Governo está autorizando.

A Polícia Federal, que é tão zelosa no cumprimento dos seus deveres, não poderia permitir esse cerceamento que está havendo com os jornalistas da **Veja**.

Devemos mandar o nosso protesto agora. Não sei se V. Ex^a pode fazê-lo, mas, se puder, que faça chegar ao Diretor da Polícia Federal, já que o Ministro está viajando, o protesto desta Casa em relação a essa violência que se dá na cidade de São Paulo contra os repórteres da revista **Veja**, que é uma das mais importantes – é a terceira ou quarta – do mundo. Conseqüentemente, não pode ficar à vontade de qualquer beleguim a serviço da desordem que quer predominar na Polícia Federal.

A Polícia Federal já é um antro de luta, onde grupos os mais diversos lutam. Ela já pecou e já foi pega pecando. É, portanto, uma obrigação nossa defender que isso não aconteça, e eu pediria ao Senador Romeu Tuma, que foi da Polícia Federal e é amigo do Sr. Paulo Lacerda, que telefonasse para São Paulo para não permitir que aconteça com a **Veja** o que está acon-

tecendo: o cerceamento da liberdade dos seus repórteres, numa sala praticamente de prisão, para serem ouvidos em São Paulo.

Eu quero lançar o meu protesto, o protesto do Senado, e pedir à Presidente do Senado do momento que officie ao Sr. Paulo Lacerda para que não permita que a lei seja subjugada pela vontade de qualquer beleguim, de qualquer policial.

Obrigado a V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

O pronunciamento de V. Ex^a, do Senador Heráclito Fortes e da Senadora Ideli Salvatti serão imediatamente encaminhados ao Ministro da Justiça e ao Diretor da Polícia Federal.

O Senador Romeu Tuma, atendendo ao apelo de V. Ex^a, também já está se comunicando, porque, se fato como esse aconteceu, é realmente inaceitável, abominável.

Nem sempre eu defendo a imprensa. Processo jornalistas e a imprensa quando entender que fui atacada na minha honra e na minha dignidade de mulher e mãe de família, mas é evidente que fatos gravíssimos como a utilização do aparelho de Estado como mecanismo de repressão política de um outro setor, realmente, inaceitáveis.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem Sem revisão do orador.) – Quero apenas solicitar que V. Ex^a atenda a minha solicitação e envie cópias para a sociedade Repórteres sem Fronteiras.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Enquanto o Senador Mão Santa vai à tribuna – S. Ex^a aguarda pacientemente, pois foi o primeiro que chegou na Casa, juntamente com alguns de nós –, concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma para o esclarecimento que se faz necessário devido ao apelo feito pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Senador Mão Santa é o próximo inscrito, pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, fiquei um pouco surpreso e angustiado com a notícia que o Senador Antonio Carlos Magalhães passou. Eu estava ausente, em reunião do Partido, e já pedi ao Dr. Cavalheiro, que é um delegado que trabalha conosco na Casa, para subir imediatamente a fim de nos comunicarmos com o Paulo Lacerda.

Eu acho que é inconstitucional qualquer pressão sobre qualquer jornalista que seja obrigado a confessar a fonte. Ele não tem obrigação legal. Qualquer um de nós – não precisa ser delegado de polícia – sabe que o repórter tem a proteção da lei para não abrir as fontes de que se serve, senão ele perderia, sem dúvida nenhuma, toda a capacidade de imprensa investigativa e de busca de informações de pessoas que as passam e não querem ser identificadas.

Então, se realmente isso aconteceu, passa a ser um crime, Senador Antonio Carlos Magalhães. Eu acredito que o Paulo Lacerda não concordará com isso, pelo que o conheço, e também o Dr. Geraldo, que é o Superintendente em São Paulo.

Darei conhecimento, Senador Heráclito Fortes, do pronunciamento de V. Ex^a aqui.

Obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a. O pronunciamento de V. Ex^a também será encaminhado.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, nosso querido Senador Mão Santa, que, pacientemente, está aqui esperando para fazer seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, que preside esta sessão de 31 de outubro; Senadoras e Senadores aqui presentes nesta Casa; brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Sibá, entendo ser a democracia uma das mais brilhantes conquistas da História da Humanidade. Ela é velha. Talvez essa conquista tenha começado, Senadora Heloísa Helena, lá na Grécia, quando um filósofo, discípulo de Sócrates e de Platão, Aristóteles, disse: “O homem é um animal político...”, um animal sociável. E esse animal político, vivendo em sociedade, buscando formas de governo, com a sua coragem, juntou-se na forma de povo. Senador Paulo Paim, esse povo, nas ruas, gritou: “liberdade, igualdade e fraternidade”. Caíram todos os poderosos que governavam, que eram os reis.

Senador Heráclito Fortes, hoje, temos de entender que o anseio por liberdade, igualdade e fraternidade, que fez nascer a democracia – governo do povo, pelo povo e para o povo –, tem um fator muito importante que nos faz entender as eleições no Brasil.

Senador Sibá Machado, o grito e o anseio do povo é por liberdade, por igualdade e por fraternidade. Essa liberdade, necessidade pela qual os repórteres da **Veja** hoje clamam, estamos perdendo.

Mas há mais uma premência nos dias de hoje. Para entender isso, estudando os resultados das eleições, lembro que o Senador Wellington Salgado tem de entender que essa não foi uma vitória da democracia. A ignorância é audaciosa.

A eleição faz parte da democracia, mas esta é muito mais complexa. Ela nasceu do povo.

Venceu eleição? Venceu. Teve mais votos do que o adversário, o que, talvez, tenha sido resultado, digamos, de uma simpatia, de uma fluência de palavras, de convencimento.

Eleições para a democracia estão muito distantes. Ela faz parte, mas a democracia surgiu e foi aperfeiçoada pelo animal político, representando o direito, representando aquele que diz que Cristo – “Bem-aventurados os que têm fome e sede justiça!” – dividiu o poder. Senador Paulo Paim, deixou de ser o absolutismo. Os reis seriam um deus na terra. Deus seria o rei do céu. Para acabar aquilo, houve a divisão do poder, com Montesquieu.

A democracia passa por esses três Poderes. Não temos nada a comemorar. Foi uma eleição. Ganhou? Ganhou. Teve mais votos. Mas a democracia...

Senador Paulo Paim, atentai bem! Mitterrand perdeu várias vezes, Senador Wellington Salgado de Oliveira – aprenda! –, mas, com sua sabedoria, depois de 14 anos governando a França, nos seus últimos instantes de vida, vítima de câncer, deixou escrita uma mensagem aos governantes: prestigiar, fortalecer os outros Poderes. Essa, sim, é uma mensagem de contribuição à democracia. V. Ex^a entendeu, Senador Paulo Paim? Mitterrand deixou a mensagem: fortalecer os outros Poderes.

Não houve vitória de democracia! Ó, Lula, acorde, aprenda! Aí não há quem lhe ensine, mas aqui há. O Senado Federal é para isso, são os pais da Pátria. Não houve vitória de democracia. Que democracia é essa? Um Poder mais desmoralizado, mais humilhado, mais avacalhado do que este não existe! São mensaleiros, mensalão, Deputados vendendo emenda, trocando, ganhando dinheiro. Nessa democracia, não temos nada a comemorar! Essa democracia, Heloísa Helena, envergonha-nos! Todos votaram com as cuecas sujas de dólares! Todos estão aí, nessa podridão de Congresso! Que democracia é essa, sem um Poder Legislativo? Que leis foram feitas aqui? Que leis foram feitas, inspiradas naquelas que Deus ditou a Moisés? Nada! Houve medidas provisórias. O Poder Executivo engoliu este, desmoralizou este, avacalhou-o, comprou-o com mensalões. A democracia nunca esteve

tão debilitada, Senador Paulo Paim, tão desmoralizada, tão avacalhada!

A democracia somos todos nós, eleição é um segmento. Atentai bem, brasileiras e brasileiros!

Senador Wellington Salgado, aprenda, meu Líder do PMDB: os Estados Unidos dão exemplo.

Senador Antonio Carlos Magalhães, e os repórteres da **Veja?** *Watergate*, tudo começou com a liberdade da imprensa, Senadora Heloísa Helena. Os repórteres, depois de uma eleição mais estrondosa do que essa...

Richard Nixon foi o Presidente que mais expandiu as relações internacionais dos Estados Unidos. Foi ele que entrou na Rússia e que aproximou os Estados Unidos da China comunista. Reeleito foi Richard Nixon, em uma vitória muito, muito mais retumbante que a do Lula.

Se somarem os votos... Atentai bem! Senadora Heloísa Helena, peço auxílio a V. Ex^a. Quantos eleitores há no Brasil?

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Cento e vinte e cinco milhões, novecentos e treze mil, quatrocentos e setenta e nove.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – São cento e vinte e cinco milhões! São cento e vinte e seis milhões! O Lula teve 57 milhões de votos, menos da metade. Ou não foram, ou votaram em branco, ou neutralizaram o voto. Muito mais da metade está insatisfeita com a vergonha da democracia neste País. É matemático. Se ele teve mais voto do que Alckmin? Teve. Votei em Alckmin? Votei. E votei bem. Posso dizer que estou como o Apóstolo Paulo: percorri meus caminhos, guardei minha fé e combati o bom combate. V. Ex^a pode rezar isso toda noite, Senadora Heloísa Helena.

São 127 milhões de eleitores. Ele teve o voto de 57 milhões. Os outros não foram; anularam o voto; desistiram; votaram contra. É uma maioria muito maior.

Atentai às coisas! Isto é democracia! É insatisfação e descrença! Atentai bem!

Nisso, os Estados Unidos diferem, Senadora Heloísa Helena. Os repórteres também foram pressionados, mas continuaram, porque o grito foi de liberdade, de igualdade e de fraternidade. Com liberdade profissional, eles mostraram que o vitorioso Richard Nixon, o maior presidente da época da internacionalização dos Estados Unidos, não era tão grande, pois tinha usado meios indevidos para vencer. E os repórteres, com liberdade, continuaram seu trabalho.

Senador Paulo Paim, antes de Nixon, a democracia era vitoriosa; e é vitoriosa. Senadora Heloísa Helena, os Senadores daquela Casa têm moral, que nós não temos. É um Congresso que votou a favor de todos que fizeram falcatrua!

Senador Paulo Paim, vi sair daqui um Senador honrado, decente e digno, Luiz Pontes, para ser candidato a Deputado Estadual, como tinha sido no seu Ceará. Perdeu, porque era digno, honrado e decente. Passou quatro anos como secretário, e o homem da cueca ganhou. O homem da cueca ganhou! Essa é a vitória da democracia? A ignorância é audaciosa! Isso é vitória da democracia? A ignorância é audaciosa!

Nessa eleição, ele teve mais voto, mas isso é a vergonha da democracia. O Senador honrado perdeu; o da cueca está laureado. A democracia tem de melhorar aqui, tem de dar força ao Poder Judiciário.

Há uma pesquisa aí. Vocês não querem pesquisa? Lula estava com 20 pontos. Por que não publicam? Há uma pesquisa que vi no escritório do Alckmin. Atentai bem, Senador Paulo Paim! Senador Paim, é melhor mesmo ouvir o telefone, porque V. Ex^a vai envergonhar-se. De cem brasileiros, só cinco acreditam nos políticos. Essa é a credibilidade. De cada cem brasileiros, Senador Heráclito Fortes, só cinco acreditam nos políticos! De cada cem brasileiros, cinco! Essa é a descrença. Se há descrença nos políticos, a democracia não tem nada a festejar. Não é uma vitória da democracia, mas uma vergonha.

E o Poder Judiciário? Está um pouco melhor: 30% das brasileiras e dos brasileiros acreditam nele. No meu entender e no de Rui Barbosa, deveriam ser 100%, todos nós deveríamos nele acreditar, mas só 30% dos brasileiros nele acreditam. É o outro Poder que faz parte da democracia.

Então, não é uma vitória da democracia. Foi uma eleição. Ninguém contesta os números, mas o que queremos é interpretar melhor todo esse resultado.

Senador Antonio Carlos Magalhães, eu me curvo ao intelectual José Pastore – **O Estado de S. Paulo** publicou –, que interpreta os fatos e os acontecimentos: “A força da desigualdade”.

Senador Sibá Machado, atentai bem para o raciocínio de José Pastore, professor da USP, renomado, laureado, autor de livros, vitorioso homem público deste País: “A força da desigualdade”. Atentai bem para a explicação. Olhe como ele explica, de forma diferente, o resultado. Eu me curvo. Liberdade, igualdade e fraternidade, mas temos de entender que aquele foi o grito lá na França, em 1789. O grito agora é outro: sobrevivência! Não adianta ser livre e não sobreviver,

pela fome, pelo pauperismo, pela miséria. Atentai bem, Senador Sibá Machado!

Ele, então, diz:

A força da desigualdade

[...]

Quem deu a vitória a Lula foi a brutal desigualdade que impera neste país. Basta dizer que, enquanto os 10% mais ricos ficam com 40% da renda, os 10% mais pobres ficam com apenas 1%.

Os 10% mais pobres – são 19 milhões, quase 20 milhões – ficam com apenas 1% da riqueza. Esta foi a vitória do Lula: a desigualdade. A sobrevivência é mais importante do que aquele grito “liberdade, igualdade e fraternidade”. Os 10% mais pobres, quase 20 milhões, têm 1% da riqueza; os 10% mais ricos, 40%. Então, foi um grito de sobrevivência.

Continua o artigo:

Esse é um caldo de cultura propício para o sucesso de qualquer candidato que, com boa pontaria, direcione programas assistencialistas para os pobres e remediados. Com base no tripé desigualdade, assistencialismo e propaganda, somado a noticiários favoráveis, Lula captou o interesse dos que precisam comer, se vestir e se divertir.

[...]

Ou seja, as transferências de renda promovidas por Lula tiveram um colossal sucesso eleitoral junto a dois terços dos eleitores. Depois de garantir Bolsa-Família, aumento salarial por decreto (salário mínimo), [...]

Isso se deve muito ao combativo companheiro Paulo Paim. Paulo Paim, V. Ex^a é citado; essas vitórias do salário mínimo se devem sobretudo ao Congresso, sob a liderança de Paulo Paim; quando aqui começamos – e não foi em vão –, o Senado se engrandeceu; Paim levantava a bandeira de US\$100.00 para o mínimo, que era de US\$70.00; e lutamos, e melhorou – isso nós reconhecemos; mas todos nós estávamos acompanhando, lutando e dando força a Paim; esta é uma explicação da vitória de Lula, que tem que lhe agradecer, Paim; foi a sua luta e a sua bravura, e nós o apoiamos em todos os instantes.

Continua o artigo:

[...]

tratamento bucal gratuito, antecipação do 13º pra os aposentados, vagas nas universidades e inúmeras outras concessões que

contentam as famílias de vida apertada. Lula acenou com ganhos ainda maiores em um futuro mandato.

Ele ainda deu esperança de que isso melhoraria.

Mas, Senador Geraldo Mesquita Júnior, o trabalho é tão objetivo que o professor José Pastore oferece um gráfico: “Renda familiar e satisfação no Brasil”. Eu aprendi, Sibá. É muito interessante. Ô homem competente! Esse devia ser convidado, como Norberto Bobbio, a ser Senador vitalício. A Itália convida os luminares a serem.

Ele fez um gráfico, relacionando a renda familiar mensal com a porcentagem de satisfação. Menos de um salário mínimo, de 1 a 2, de 2 a 5, e de 5 a 10 salários. E mostra que a satisfação de vida de cada um depende... O mais pobre quer ter o mínimo, o essencial para viver: o poder comer, o poder habitar, o poder se transportar. Então, à medida que ele ganha mais, até 10 salários, a satisfação vai aumentando. A felicidade vai aumentando com o dinheiro.

Mas o importante é que, quando ganha demais, a infelicidade chega. Você vê muitos ricos tristes, muitos ricos se suicidarem. E José Pastore demonstra, porque então a felicidade não depende mais de coisas; depende da família, da esposa, dos filhos e da sociedade. Muitos deles, ricos, têm muito salário, mas esses fatores é que lhe dariam a felicidade. Aí a felicidade dele cai. Depois de 10 salários mínimos, ele demonstra que há uma queda, porque os bens necessários para sobreviver ele já tinha adquirido. Outros bens, das relações humanas, familiares,... Então, ele despenca na sua destinação, que é a busca da felicidade.

Mas vamos à conclusão – ô Sibá, como seria bom V. Ex^a levar até o Presidente eleito este artigo:

O populismo passa por quatro fases [atentai bem]. Na primeira, a da glória, as benesses trazem a vitória esperada. [Foi agora, as benesses deram o dinheiro, houve aquelas conquistas de sobrevivência, e veio, Wellington Salgado, a glória; a glória e as benesses trazem a vitória esperada!] Na segunda, começa-se a duvidar da estratégia porque o déficit aumenta, os investimentos caem e os empregos não aparecem.

Aí não aparece o emprego; fica aquela esmola. E o Luiz Gonzaga, lá no Nordeste, já dizia que esmola não é bom, pois humilha o cidadão ou o vicia. Fagner,

em uma muleta de Gonzaguinha, diz que o homem é um guerreiro, mas que:

Um homem se humilha
Se castram seu sonho
Seu sonho é sua vida
E a vida é trabalho
E sem o seu trabalho
Um homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata

Então, não havendo investimento, ele demonstra que não vai ter esse emprego sonhado que o dignifica. Diz o artigo:

Na terceira, vêm os primeiros sinais do colapso com elevação da inflação ou chegada da recessão – a menos que se estatize [para dar esses empregos]. Na quarta, volta a necessidade de se utilizar políticas duras para reequilibrar as finanças públicas, com decepção popular e mudança do governo.

E assim ele analisa toda a história do mundo onde foi adotada essa política assistencialista. Essa é a verdade, Wellington Salgado. O autor cita vários que adotaram essa política assistencialista-populista. E, no fim, José Pastore diz:

Resta saber se, contrariando a História, suas políticas conseguirão garantir os investimentos para se chegar ao emprego e ao desenvolvimento. Quem viver verá.

É isso que ele passou com tanta clarividência sobre o que pensamos, achamos e entendemos, Senador Sibá Machado.

Senador Sibá, a vida nos ofereceu e foi longo e sinuoso chegarmos aqui, com um pé no estudo e o outro pé no trabalho, guardando sempre os valores da virtude, da honradez, da dignidade. Essas são as minhas crenças.

Atentai bem! É o que eu antevejo. Sei que foi atendido o primeiro grito hoje: antes da liberdade, a sobrevivência. Foi atendida. Mas está na hora, Sibá! No meu Piauí, 50,09% da população recebe a Bolsa-Família. Passou essa fase da sobrevivência; isso tem que ser aperfeiçoado. É um milhão e meio, a metade da população. Vamos pensar que isso fosse reduzido para 500 mil, mas empregos de verdade.

E estamos aqui é para ensinar. Tenho a experiência de prefeito, de Governador de Estado e de homem que trabalhou como médico-cirurgião que está

fazendo 40 anos de profissão. Se o Governo descentralizasse isso aos prefeitos, aos líderes que conhecem as necessidades, e cada um deles orientasse para uma capacitação profissional e desse àqueles uma profissão, de jardineiro, vigias de grupos escolares, merendeiros e guardas, todos eles se sentiriam com a dignidade do trabalho; isso com os mesmos recursos.

O trabalho edifica. O próprio Deus inspirou os homens a escreverem: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. Essa é uma mensagem divina para que os governantes propiciem trabalho. Esse é o caminho. Então, aperfeiçoar, dar uma capacitação, dar um aproveitamento para que eles possam ter uma profissão, e o Estado possa ter investimentos. Essas são as nossas palavras.

Sibá, V. Ex^a que é o quarto Senador do Piauí, que emprestamos para o Acre. Esta Casa possui três outros: Alberto Silva, Heráclito Fortes e Mão Santa. O Dr. Alberto Silva foi atraído pelo Governo, porque lhe prometeram que iam voltar os trilhos lá no Piauí. Ele era engenheiro ferroviário. Enganaram Alberto Silva, dizendo que, em 60 dias, haveria estrada de ferro. Então, passarei ao Sibá, para que leve ao Presidente eleito, muito votado no Piauí – o Governador também é do seu Partido –, as reivindicações do povo do Piauí. Primeiro, atender o compromisso que assumiu com Alberto Silva.

Sibá, eles disseram que a estrada de ferro ia funcionar. E o Alberto, com sua boa índole, acreditou. Tuma, ele é engenheiro da ferrovia e foi o primeiro da Estrada de Ferro Central. Anunciaram para 60 dias. Já vamos para 600 dias, e nenhum trilho foi reconstruído, e o trem de Alberto...

O Porto de Luís Correia, Tuma, US\$10 milhões. Com o dinheiro das cuecas, do “mensalão” e do dossiê, dava para terminar o Porto de Luís Correia, no Piauí. Dez milhões de dólares, o modelo, reduzindo.

Os tabuleiros litorâneos e Guadalupe parados. A Ponte era do Sesquicentenário. Sibá e Efraim, o Presidente da República foi lá e disse que a ponte comemoraria os 150 anos de Teresina. Está lá o esqueleto, Heloísa Helena. Teresina já fez 151 anos, 152 anos, 153 anos, 154 anos e tem só o esqueleto da ponte, Sibá. Heráclito fez uma em cem dias; eu fiz em 90 dias no mesmo rio.

É isso o que queremos: reivindicar do hospital universitário. Aquela nossa choradeira... Até a Trindade, a estrela do PT que foi para o céu, chorou e morreu, reivindicando! E somente funciona um débil ambulatório, nada do hospital universitário! Eu ouvi, por tantas

vezes, o Presidente da República prometer ao Piauí, que acreditou.

E o pronto-socorro de Teresina? Senador Heráclito Fortes, em que ano V. Ex^a foi Prefeito de Teresina?

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Em 1989.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quando eu era Prefeito de Parnaíba.

O Senador Heráclito Fortes começou esse pronto-socorro em 1989. Senador Sibá Machado, eu vi, desde o primeiro dia, o Lula dizer que ia terminar o pronto-socorro começado pelo Senador Heráclito Fortes em 1989. Está lá. Vi o Lula prometer ao Piauí a conclusão, em parceria. São dezessete anos desde o começo, e são quatro anos de Lula prometendo terminar o pronto-socorro.

E a Universidade do Delta? Ele foi lá e nada, Heráclito. Só promessas!

Prometeram cinco hidrelétricas, Wellington Salgado, de Minas Gerais da verdade, do **“Libertas quae sera tamen”**. Prometeram cinco! Eu quero ao menos uma. Terminem uma! Terminem a hidrelétrica que tem lá, a Hidrelétrica de Guadalupe, façam a conclusão da sua fase final.

E os dois aeroportos internacionais? Antigamente, pelo menos, havia avião nacional. Não existe mais. Não tem mais esses aviões internacionais de Parnaíba e São Raimundo Nonato. Nem os pequenos existem mais, nem mesmo a estrada do cerrado.

Então, essas são as nossas reivindicações, lembrando ao Presidente da República que a gratidão é a mãe de todas as virtudes; que é feio mentir, é feio prometer e não cumprir.

Piauí, terra querida, filha do sol do Equador. Na luta, seu filho é o primeiro que chega. Pertencem-lhe, Piauí, nossas vidas, nossos sonhos e nossos amores.

Em nome do Piauí, paz ao Presidente da República! A essas Lideranças que estão aqui clamo as reivindicações do nosso povo.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti e, em seguida, ao próximo orador inscrito.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Agradeço a V. Ex^a, Sr^a Presidente.

Conforme havia me comprometido, busquei entrar em contato com o Ministro Márcio Thomaz Bastos, que já estava no vôo. Iniciei a conversa, mas a ligação caiu e, portanto, não foi possível obter as informações do Ministro. Em seguida, tive a oportunidade de falar

por telefone, com o Dr. Paulo Lacerda, que me deu as seguintes informações: há um inquérito aberto na Polícia Federal para investigar se houve ou não algum crime praticado por alguém daquela instituição, com relação ao que foi publicado na reportagem da revista **Veja** a respeito de uma reunião fora do horário, fora da legalidade da revista **Veja** a respeito de uma reunião fora do horário, fora da legalidade, entre o Sr. Gedimar e o Sr. Freud.

Então, o inquérito que está aberto na Polícia Federal não é um inquérito para investigar jornalista não. É um inquérito para investigar se houve algum crime praticado, algum desvio de conduta de algum policial federal no episódio relatado na reportagem. Portanto, o inquérito tem como objetivo investigar os procedimentos da própria Polícia Federal, de pessoas que estão trabalhando na Polícia Federal.

Para corroborar com esse inquérito, solicitou-se o testemunho de três jornalistas da **Veja**, que foram os responsáveis pela reportagem. Estavam acompanhando o depoimento o Ministério Público, na pessoa de uma procuradora, e também o advogado da revista **Veja**. A primeira a prestar depoimento foi a jornalista que respondeu a todas as perguntas. Respondeu o que quis, não sofrendo, segundo a informação do Dr. Paulo Lacerda, qualquer tipo de constrangimento.

O delegado que promoveu o questionamento acompanhou a jornalista até a saída. No corredor, ela tentou conversar com o segundo jornalista que ia entrar para depor, o que não é permitido em depoimentos, até para que não haja contaminação ou combinação do que será apresentado no depoimento.

Quando a jornalista tentou conversar com o segundo jornalista que ia depor, o delegado a advertiu de que não poderia conversar com ele antes do depoimento. Assim, a conversa não existiu. A jornalista saiu, e o segundo jornalista entrou para prestar depoimento. Isso é o que o Dr. Paulo Lacerda me informou do ocorrido.

Portanto, como não tenho nenhum motivo para duvidar da palavra do Dr. Paulo Lacerda, faço questão absoluta de apresentar esse relato aqui no Plenário, conforme havia me comprometido.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora Ideli, queria só confirmar que o Paulo Lacerda...

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Tem a palavra V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, e, depois, o Senador Heráclito, quando a Senadora concluir, com o aparte do Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – O Dr. Paulo Lacerda realmente deu essas informações. O Dr. Geraldo, Superintendente de São Paulo, procurou saber e confirma esse depoimento da Senadora, que o recebeu do Paulo Lacerda. Ele se dispôs, se necessário for, mandar um fax para cá, dando todos os dados necessários. Realmente houve esse encontro na saída do local do depoimento. Eles garantem que ela foi acompanhada pelo advogado da **Veja** e também pela representante do Ministério Público, uma procuradora, que acompanhou o depoimento. E na saída, ao cruzar com o outro depoente, ela tentou falar com ele, mas foi aconselhada pelo delegado que não o fizesse, sob pena de trazer prejuízo aos dois depoimentos e dificuldade na conclusão do inquérito, que foi aberto em razão da denúncia feita pela **Veja**, para apurar se houve ou não encontro clandestino entre o policial aposentado e o Freud. Então não sei se é isso que o Paulo comunicou.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Era isso, Sr^a Presidente. Acho que duas fontes. Quem sou eu? Mas o próprio...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – A fonte é uma só.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É a fonte é uma só.

Mas o próprio Senador Romeu Tuma, que é uma das nossas principais autoridades quando se trata de Polícia Federal.

É importante prestar os esclarecimentos, deixando bem consignado porque houve a reportagem – não quero mais tecer nenhum comentário a respeito dela. A reportagem provocou a abertura de um inquérito que vai investigar se houve ou não algum ato delituoso com relação a comportamento de delegados ou de servidores da Polícia Federal

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – É de policiais.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É de policiais.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Teriam facilitado o encontro clandestino ou dentro do xadrez, ou fora dele porque se noticiou que foi durante a madrugada. É isso que está sendo apurado por ordem da diretoria-geral para saber se houve comprometimento da atividade funcional de desrespeito à própria Instituição.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Era isso.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^{as} e ao Senador Heráclito também sobre o tema. Sabem todos que, conforme registrado anteriormente, todos os pronunciamentos

feitos hoje irão para o Ministério da Justiça e para a Polícia Federal.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a.

Senadora Ideli, V. Ex^a, que há pouco disse que eu costumava distorcer as suas palavras, acaba de afirmar que o inquérito era para apurar delitos na Polícia envolvendo delegados e pessoas ligadas à Polícia. Foi isso que ouvi? É isso que está registrado nos Anais? Qual era a finalidade do inquérito?

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Sr^a Presidente, V. Ex^a me autoriza?

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Pois não, Senadora.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – A revista **Veja** publicou uma reportagem em que se diz que nas dependências da Polícia Federal houve um encontro de uma pessoa que foi retirada da cela para conversar – o Gedimar, se não me falha a memória – com o Freud. Isso é uma ilegalidade. Isso não pode acontecer! Se houve esse encontro indevido, ilegal, algum dos funcionários, delegados, sei lá quem a reportagem colocou como tendo sido o patrocinador desse encontro indevido, é isso que está sob investigação. Ou seja, se ocorreram ou não ocorreram procedimentos indevidos ou ilegais de funcionários da Polícia Federal, de delegados ou funcionários da Polícia Federal na promoção desse encontro. É esse o objeto do inquérito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a os esclarecimentos. Vou ficar com a consciência tranqüila de que não estou interpretando mal. Veja bem, a investigação é contra a Polícia Federal, mas quem presta o depoimento e passa por situações vexatórias na Polícia são exatamente os jornalistas da matéria.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Ele foi aberto por causa da reportagem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas então eles deveriam ir lá como testemunhas. A testemunha não é proibida de falar com ninguém. O cerceamento de conversar com quem quiser no corredor é arbitrário.

Eu queria apenas, Senadora Heloísa Helena, transcrever matéria da coluna do *blog* do Ricardo Noblat que já traz o assunto, Senadora Ideli.

Diz: “Delegado da PF tenta intimidar jornalista da **Veja**”. Traz o assunto, conta como aconteceu e diz aqui o seguinte, Senadora Ideli:

Uma vez na sede da Polícia Federal – e está se referindo a jornalistas –, foram intimidados por um

delegado que atende pelo nome de Moisés. Ele abriu a conversa com os jornalistas dizendo que a reportagem sobre o encontro de Freud com Gedimar foi uma “falácia”. Foi quando ouviu de Juliana Duabili a seguinte pergunta:

– se é uma falácia por que a Polícia Federal abriu inquérito para apurar o vazamento de informações sobre o encontro?

O delegado passou a dirigir perguntas aos jornalistas que nada tinham a ver com o verdadeiro motivo que o levou a intimá-los. Quis saber [atentai bem, como diria Mão Santa] por que a revista **Veja** publicou a reportagem. Ora, é um direito de qualquer órgão da imprensa divulgar matérias que tenham sido motivo de apuração dos seus repórteres...

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Por que quis.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Perguntou quem pagava por ela, a matéria. Perguntou pelo nome do editor da revista – no expediente consta; perguntou se o editor era ligado a algum grupo político.

Quando um dos repórteres reclamou que estava ali por duas horas, o delegado respondeu:

Está achando muito? Seu chefe vai ficar aqui por quatro horas.

O texto está no *blog* do jornalista Ricardo Noblat. Trago este assunto com a tranqüilidade de quem defendeu a Polícia Federal aqui no calor da campanha.

A Polícia Federal tem vocação para ser uma polícia republicana e o nosso protesto é exatamente pelo fato de em alguns casos estar sendo usada de maneira indevida.

Outra informação que se deve prestar é que os jornalistas começaram a ter um tratamento diferenciado quando o Senador Tasso Jereissati foi acionado – informação que me foi passada pelo próprio Senador – e telefonou para o Ministro da Justiça. É evidente que o teor da conversa entre os dois somente o Senador Tasso ou o Ministro podem revelar.

Agora, Senadora Heloísa Helena, quero que se junte a isso uma matéria da **Veja on line** que tem o seguinte título: “Após agressão a jornalista, petista Garcia ataca mídia” Então não é uma coincidência, é uma linha de ação que o Governo está usando e traz aqui exatamente uma irritação mostrada pelo Garcia ao ser questionado pela imprensa ontem sobre o valerioduto. Ele queria que a imprensa colocasse que não há nenhuma evidência acerca do valerioduto e que a imprensa tem que prestar contas à Nação por

essa injustiça que cometeu com os anjinhos do Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Recebi agora uma cópia do relatório que o delegado que fez a oitava encaminhou ao substituto superintendente relatando os fatos e nomeando as pessoas que participaram. Pediria, se V. Ex^a concordar, para encaminhar à Mesa com cópia para V. Ex^a,...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu agradeceria.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – ...só com um detalhe que eu queria atentar: temos que analisar o fato que gerou a necessidade do inquérito. Se V. Ex^a lembra, o policial aposentado que foi trabalhar no setor de inteligência do Partido para as eleições acusou o Freud de ter participado de toda a estrutura. No dia seguinte ele desmentiu por escrito, e aí surgiu a possibilidade de, depois da acareação ele ter conversado em particular com o Genival. Por isto a polícia não poderia deixar de abrir o inquérito, porque a acusação era bastante grave, bastante grave. Nós queremos saber a verdade e V. Ex^a também.

A Sra. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Se investiga está errado, se não investiga está errado...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Tem que investigar. O relatório aqui explica.

Sr^a Presidente, vou encaminhar à Mesa pedindo cópias.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Romeu Tuma, apenas para colaborar. Há o depoimento do delegado que foi afastado por conta do episódio das fotografias?

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Não, não. Aqui só tem o relatório.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a sabe que esse delegado já foi absolvido de um crime.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – O Bruno.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Bruno, não é?

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Bruno.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E o delegado envolvido nesse episódio já deu o depoimento?

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Não, ele não tem... Não tem nada...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Porque, veja bem. Os repórteres apenas denunciaram um fato. Se é um inquérito tem que se apurar o que aconteceu nas dependências da Polícia Federal. É o primeiro grande passo.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Eu não tenho conhecimento do teor do inquérito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Aí, caberia até uma acareação do jornalista.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Nós estamos discutindo um fato. Eu não sei qual é o conteúdo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas o delegado abordar um jornalista querendo saber o preço da matéria, quem pagou, qual a ligação partidária...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Isso já é acusação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A questão é essa. Entendeu, Senador Tuma?

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – É acusação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A questão é essa. Eu fico preocupado, porque a Senadora Ideli Salvatti assume a questão como se a culpa fosse dela. Ora, se o Presidente da República não sabe das coisas, isso não pode ir para V. Ex^a. Esse é um fato grave. Sei que V. Ex^a é amante da liberdade de imprensa e não pode, nem de longe, concordar com um fato dessa natureza, pois é grave. Junte-se a isso as declarações do Sr. Garcia, que será o homem mais poderoso do próximo Governo, junto com o Tarso Genro, que já está tirando Ministro. Esse pessoal está começando a mostrar uma linha de tratamento autoritário com a imprensa brasileira.

Portanto, estou pedindo a V. Ex^a o registro dessa minha questão de ordem nos Anais da Casa, com a anexação dessa matéria da **Veja on line** sobre o comportamento do Sr. Garcia. Fica feito o registro. E eu digo isso com muita pena, porque estamos discutindo essa questão menos de 24 depois de o Presidente dizer que o próximo Governo dele seria dedicado à imprensa, a quem ele abriria as portas, que daria mais entrevistas, que teria outro tipo de relacionamento. Imagine se o novo relacionamento for à base de coação e de intimidação? Será muito negativo para o País.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VEJA on-line: Após agressão a jornalista, petista Garcia ataca mídia

Imprensa

Após agressão a jornalista, petista Garcia ataca mídia

31 de Outubro de 2006

OUTRAS NOTÍCIAS

Seni H. Fortes

DOCUMENTO A QUE SE REFERE.

Poucas horas depois de um grupo de militantes do PT agredir jornalistas diante do Palácio da Alvorada, o presidente interino do PT, Marco Aurélio Garcia, criticou a imprensa, pedindo uma "auto-reflexão" dos jornalistas sobre a cobertura da campanha. Garcia criticou a agressão aos repórteres e defendeu a liberdade de imprensa, mas afirmou que a mídia deveria "ser avaliada".

Garcia mostrou irritação ao ser questionado sobre o escândalo do "valerioduto" - mesmo admitindo os crimes de seu partido, ao reconhecer que houve esquema irregular de financiamento de campanha, disse que "não houve" mensalão, e que a imprensa precisa dizer isso à população. "Não há nenhuma evidência, e essa é uma das dívidas que parte da imprensa tem com a opinião pública."

Ao falar sobre a cobertura eleitoral, Garcia disse que "a imprensa deve ser avaliada sobre seu desempenho. Caberá em primeiro lugar aos jornalistas fazerem uma auto-reflexão sobre o papel que eles tiveram na campanha eleitoral". O presidente do PT diz que parte da imprensa tem opinião semelhante, mas garantiu que a "autocrítica" vai ser espontânea. "Não é tarefa do governo."

Agressões - Na segunda, militantes petistas reunidos para receber o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fizeram coros contra a imprensa - como a principal revista do país, VEJA, a TV de maior audiência, Rede Globo, e o jornal de maior tiragem, *Folha de S. Paulo* - e agrediram repórteres que acompanhavam o evento. "Vamos fechar todos os jornais", gritava um dos militantes.

Na chegada de Lula, uma militante bateu com uma bandeira na cabeça de um repórter. Outro jornalista foi cercado. Funcionários da TV Globo tiveram de se trancar em um caminhão da emissora. Garcia disse que o PT condena agressões a jornalistas. "Nós não compartilharemos de forma nenhuma com essas práticas. Muitas vezes nós divergimos com a imprensa, mas não negamos seu papel."

31/10/2006 : 16:22

Delegado da PF tenta intimidar jornalistas da VEJA

Estão de volta à redação da revista VEJA em São Paulo os três jornalistas intimados a depor em inquérito aberto pela Polícia Federal para apurar o vazamento de informações sobre o encontro clandestino de Freud Godoy, ex-assessor de segurança de Lula, com Gedimar Passos, preso com parte do dinheiro arrecadado pelo PT para comprar à Máfia dos Sanguessugas o dossiê contra políticos do PSDB.

Júlia Duailibi, Camila Pereira e Marcelo Carneiro foram os autores de duas reportagens publicadas pela VEJA: uma sobre as fotos do dinheiro do dossiê distribuídas à imprensa pelo delegado Edmilson Bruno; e a outra sobre a reunião de Freud com Gedimar quando esse ainda estava detido na sede paulista da Polícia Federal. Intimados a depor a respeito, compareceram acompanhados de advogados da Editora Abril.

Uma vez na sede paulista da Polícia Federal, foram claramente intimidados por um delegado que atende pelo nome de Moisés. Ele abriu a conversa com os jornalistas dizendo que a reportagem sobre o encontro de Freud com Gedimar era "uma falácia". Foi quando ouviu de Júlia Duailibi:

- Se é uma falácia por que a Polícia Federal abriu inquérito para apurar o vazamento de informações sobre o encontro?

O delegado passou a dirigir perguntas aos jornalistas que nada tinham a ver com o verdadeiro motivo que o levou a intimá-los. Quis saber por que a revista publicou a reportagem. Perguntou sobre quem pagara por ela. Perguntou pelo nome do editor da revista. Perguntou se o editor era ligado a algum grupo político.

Quando um dos repórteres reclamou que já estava ali por duas horas, o delegado respondeu:

- Está achando muito? Seu chefe vai ficar aqui por quatro horas.

Os advogados dos jornalistas foram proibidos de se manifestar. E as poucas observações que conseguiram fazer diante de perguntas e de respostas não foram levadas em conta.

Enviada por: Ricardo Noblat

◆ g COMENTÁRIOS ◆ COMENTE ◆ INDIQUE ESTA MENSAGEM

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Consulto o Senador Romeu Tuma se V. Ex^a solicitou a transcrição do documento, para que possamos encaminhar o pedido.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Primeiro, Senador Heráclito Fortes, eu queria dizer que os jornais de hoje foram bastante contundentes sobre a postura de militantes, que, ao receber o Presidente, agrediram alguns membros da imprensa.

Claro, o atual Presidente em exercício do Partido tentou dizer que realmente era incoseqüente, mas que

fazia um apelo à imprensa no sentido de não desvirtuar a verdade. Quer dizer, essa é a manifestação.

Eu pedi que realmente esse documento fosse encaminhado à Mesa, com cópia ao Senador Heráclito Fortes, para que S. Ex^a pudesse equacionar o que apresentou aqui, e também ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que pediu uma cópia do relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^as.

Todos os pronunciamentos serão encaminhados, conforme solicitado, ao Ministro da Justiça e à Polícia Federal, de acordo com o Regimento.

Com a palavra o Senador Heráclito, rapidamente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Remeterei uma cópia das que V. Ex^a me enviar para o Senador Tasso Jereissati, porque foi S. Ex^a que me relatou os fatos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Tem a palavra o Senador Bornhausen, por permuta com o Senador Sibá Machado.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Heloísa Helena, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço inicialmente a gentileza do Senador Sibá Machado em permitir essa permuta na escalação de oradores aqui inscritos.

Assomo à tribuna do Senado para, na condição de Presidente do Partido da Frente Liberal, inicialmente ler a nota oficial que a Comissão Executiva Nacional, por unanimidade, acaba de aprovar em sua reunião desta tarde:

O Partido da Frente Liberal acata e respeita a decisão do povo que, através do voto, elegeu quem exercerá o poder em seu nome.

A democracia brasileira é uma conquista para a qual muito contribuiu o PFL, por intermédio da Aliança Democrática, que ensejou a Constituição de 1988.

Cabe, agora, tanto aos vitoriosos, a quem foram conferidas as responsabilidades do exercício do poder nos limites da Constituição, das leis e da ética, quanto aos que constituem a Oposição, tarefa que o PFL continuará a desempenhar, fiscalizando e denunciando com vigor e determinação os equívocos e erros do governo e propondo caminhos que levem o País a crescer no plano social, econômico e da consolidação dos direitos fundamentais da cidadania. Para tal fim, o nosso Partido se valerá das tribunas populares, da imprensa e das prerrogativas e atribuições que lhe cabem nas Casas do Congresso Nacional.

Aos Governador Geraldo Alckmin e Senador José Jorge, nossos candidatos, respectivamente, a Presidente e Vice-Presidente da República, o PFL tributa o seu reconhecimento pelo desempenho, competência e coragem ao levar a todos os brasileiros seu programa de governo.

Aos eleitores e eleitoras e, especialmente aos filiados ao PFL, a reafirmação do nosso propósito de continuar a construir um partido moderno, capaz de vocalizar as aspirações de nosso povo e assegurar a todos acesso às

conquistas de desenvolvimento da paz social e da dignidade.

Essa, Sr^{as} e Srs. Senadores, é a posição do meu Partido.

Há os que perdem e se rendem, desonrados; há os que perdem e aderem, covardes, indignos da causa que defenderam; há os que perdem, reconhecem realisticamente que perderam e se recolhem ao seu território, com humildade e altivez, para a indispensável autocrítica, a necessária reflexão e, principalmente, a sua própria reorganização e reestruturação de idéias e programas.

O PFL não se rende, não adere e, sem ressentimentos, respira e reassume o seu papel. Essa é a única atitude digna de partidos que disputam eleições democráticas.

Eleições democráticas não constituem nem de longe uma guerra cruenta, que gera luto e ódio. São um torneio de cidadãos que propõem, são ouvidos e, recusados, preparam-se para a próxima refrega – daqui a quatro anos – quando tentarão, de novo, ver aceitas e experimentadas suas ideologias, propostas e programas.

Considero que a primeira providência de um partido, contados os votos, deve ser uma declaração de reconhecimento e respeito à decisão popular. Os processos eleitorais em andamento devem, no “Estado de Direito” em que vivemos, ser decididos pela Justiça Eleitoral, não nos cabendo politizá-los. O povo decidiu soberanamente usando um direito que é exclusivamente seu – escolher o Presidente da República. Sei que esta é uma manifestação desnecessária, mas nunca se deve perder chances de enfatizar que a democracia é o bem civilizatório mais importante conquistado por uma sociedade, e sem eleições livres e periódicas não há democracia.

A segunda providência deve ser crítica: como se posicionar com relação ao novo governo?

O clima propiciatório sugere a magnanimidade do vencedor. A mão generosa que é estendida mediante interlocuções grandiloqüentes pode representar sincera oferta de parceria – quando há afinidades políticas ou ideológicas – ou então apenas um golpe enganador, o canto das sereias da Odisséia. Nesse momento, a salvação está na lição homérica da resistência preventiva. Tapam-se os ouvidos com a cera da experiência, pois esses convites à aliança visam simplesmente a cooptação; sugerem que haverá partilha do poder quando apenas procuram abrir caminho para que surjam com suas malas waldomiros, delúbios, e marcos valérios.

A Oposição tem que ser uma usina de sonhos, estimuladora de projetos, uma central de pensamento

estratégico que ultrapasse a guerrilha de oportunidades e se constitua, aos olhos do povo brasileiro, não uma alegoria de escola de samba para impressionar na campanha eleitoral, que até vence eleições, como acabamos de ver, mas como uma proposta consistente de felicidade, antes que o desenvolvimento, emprego, educação, saúde se tornem utopias inatingíveis, como fatalmente se tornarão, dada a irresponsabilidade cruel com que esses temas são considerados.

Os homens de pouca fé transformam as graças em ressaca, mas para quem tem compromissos democráticos, fim de eleição é apenas um começo de jornada.

Não posso deixar de fazer um registro muito especial, dirigido à maioria dos eleitores de Santa Catarina, a quem envio meu caloroso abraço. Os resultados do meu Estado, dando expressiva vitória, nos dois turnos, ao candidato Geraldo Alckmin, ao candidato a Governador Luiz Henrique da Silveira, que o apoiou com correção e lealdade, cuja candidatura mereceu, pelo excelente resultado do seu Governo, a devida recondução, e a Raimundo Colombo, Senador que teve mais do que o dobro de votos da candidata do PT, mostram que os catarinenses souberam escolher.

O PFL, podem estar certos, brasileiros e brasileiras, continuará lutando pela liberdade, pelo desenvolvimento, pela democracia. O lugar da Oposição é no Congresso Nacional. Aqui esperamos as propostas, aqui vamos discuti-las, aprová-las ou não, aprimorá-las, mas não daremos, em momento algum, qualquer passo em direção ao Palácio do Planalto. Estaremos firmes e permanentes em uma Oposição rigorosa e fiscalizadora.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, em permuta com o Senador Jorge Bornhausen. V. Ex^a tem a palavra pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena, que preside a sessão neste momento.

Sr^{as} e Srs. Senadores, desde segunda-feira, ouvi os pronunciamentos feitos na tribuna do Senado, fazendo considerações de ambas as partes sobre o resultado do processo eleitoral deste ano, mais precisamente o resultado das eleições à Presidência da República.

Quero aqui tecer também alguns comentários, muitos deles com base em pronunciamentos que fiz

na semana passada, sobre o que considero importante, para repetir, em todos os momentos em que tivermos oportunidade, que a democracia brasileira é um projeto em construção permanente e, na sua experiência de 117 anos da República Federativa do Brasil, sofreu muitos percalços, muitas dificuldades, enfrentou momentos muitos difíceis, com muitas turbulências.

Mas eis que, mais uma vez, por força constitucional, fomos chamados a comparecer às urnas e, no momento do segundo turno, o Brasil comparece e disponibiliza mais de 58 milhões de votos ao Presidente Lula, para exercer um segundo mandato de Presidente da República.

Quero parabenizar e agradecer o trabalho de todos. Acho que essa obra foi tocada a muitas mãos. Não podemos caracterizar apenas uma pessoa que possa ser vista como herói pelo sucesso de uma eleição. O próprio Presidente Lula agiu muito bem para a condução da sua reeleição. Estendo esse abraço fraterno à militância de todos os partidos que compuseram e ajudaram na obtenção dos resultados no primeiro e no segundo turnos.

Parabenizo também os novos eleitos para as Assembléias Legislativas, os Governadores e as bancadas da Câmara e do Senado Federal.

Sr^a Presidente, tenho como critério na minha vida jamais ter o extremo da alegria ou da tristeza. Sempre acho que, mesmo na vitória ou na derrota, o que cabe a nós é uma reflexão. Seja porque perdeu ou porque ganhou, é preciso pensar em como avançar e para onde avançar.

Para os próximos quatro anos, com a responsabilidade que recai sobre os eleitos e, especialmente, sobre o Presidente Lula, vejo claramente que a governabilidade requer uma agenda para o Brasil.

Por mais que tenha sido interpretado de forma diferente, o convite do Presidente da República ao diálogo é no sentido de valorizar as pessoas que pensam o Brasil e fazem política. Não importa sua forma de pensar e agir; não importa a concordância ou a discordância sobre determinados cenários e pontos de vista. Mas é preciso considerar que o avanço do País requer a participação de todos nós.

Nessa agenda proposta pelo Presidente da República, seria muito importante que todas as pessoas pudessem dar sugestões sobre ela. Certamente, o Presidente vai propor aquilo que considera mais importante. Porém, todos deveriam também fazer sua contraproposta. Esse ponto de vista é sobre o que seria a Agenda Brasil. É preciso que a Oposição também faça suas sugestões de como seria melhor para o Brasil,

não apenas para os próximos quatro anos, mas para as próximas duas décadas.

Tenho falado aqui e já ouvi de muitos outros colegas Senadores a palavra “concertação”. A discussão da concertação ainda é muito incipiente, embrionária, no debate que fazemos aqui, mas a considero de extrema importância, até mais que por força da cláusula de barreira. Os partidos políticos que já concorreram a essas eleições tinham conhecimento dela.

Por mais que ela, para alguns, possa parecer injusta – a verdade é que deve ser considerada assim também –, é um ponto de partida para direcionar o comportamento dos partidos políticos: estruturas de pensamento, de ideologia e de filosofia, pensando o mundo, a sociedade brasileira e, principalmente, a nossa comunidade nos mais distantes rincões do nosso País.

O diálogo entre as forças é fundamental. A democracia nada mais é que a correlação de forças entre pessoas, grupos políticos e agremiações de todas as naturezas. Essa correlação de forças determina a qualidade da democracia de uma comunidade ou de um país inteiro.

Como pensar o longo prazo do Brasil?

Como pensar a questão da paz e do desenvolvimento no mundo, especialmente no nosso País?

Além do mais, eu acredito que um dos principais pontos dessa concertação é a nossa política externa. Desde 7 de setembro de 1822, com o grito da Independência de D. Pedro I, no Igarapé do Ipiranga, na cidade de São Paulo, está simbolizado o papel do nosso País na questão internacional. Vejo aí um dos pontos cruciais dessa concertação.

Para avançar dentro do nosso País, Sr^a Presidente, para avançar na nossa democracia, considero muito importante distribuir o conhecimento. É impossível pensar um país democrático se não democratizarmos o conhecimento – diga-se de passagem, a ciência e a tecnologia. Precisamos revigorar as nossas universidades e os nossos centros de pesquisa para que eles avancem ainda mais.

Durante um grande período da Guerra Fria, nosso País dominado, durante tantos anos, pela dependência tecnológica de países mais avançados. É preciso ampliar a capacidade produtiva do Brasil, aumentar nossas riquezas e, principalmente, crescer em distribuição, promover inclusão dos excluídos em tudo: no ensino, na economia e, sobretudo, na política.

Faço aqui uma ressalva: a participação das mulheres nestas eleições deixou a desejar, pois ficou abaixo da média das eleições anteriores. Das 19.100 candidaturas homologadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, a participação de mulheres foi inferior a 14% e,

conseqüentemente, menos mulheres foram eleitas. Na oportunidade, Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena, parabeno V. Ex^a como mulher candidata à Presidência da República, considerando o aspecto da democracia brasileira. É preciso, Sr^a Presidente, buscar o equilíbrio cada vez maior entre as instituições, quer públicas, quer privadas, definindo esse papel do nosso País no mundo.

Quanto ao Partido dos Trabalhadores, faz-se necessária uma avaliação de alguém que aprendeu desde muito cedo a gostar desta sigla partidária. Não me pude filiar ao PT desde o momento de sua fundação, porque o lugar onde eu morava, nos rincões do interior do Estado do Pará, não me permitia que o fizesse. Contudo, desde que tive essa oportunidade, em 1986, registrei minha filiação. Hoje, tendo em vista os acontecimentos na política nacional e os que envolvem o meu Partido, por governar um número significativo de Municípios, tendo praticamente dobrado a sua presença em Governos Estaduais, faço uma saudação objetiva a Jaques Wagner, Governador eleito do Estado da Bahia, a Marcelo Déda, Governador do Estado de Sergipe, a Binho Marques, Governador eleito do Estado do Acre, a Ana Júlia Carepa, Governadora eleita do Estado do Pará, e a Wellington Dias, Governador do Estado do Piauí. Que também sobre as suas mãos caia uma fatia considerável de responsabilidade pela governabilidade do nosso País.

Então, o nosso partido precisa de nova reflexão. Penso que está na hora de um congresso nacional para pensar que o mundo não está paralisado.

No momento em que foi fundado o Partido dos Trabalhadores, o País vivia o calor da guerra fria, as emoções de um final de ditadura militar, uma busca de redemocratização, a luta pelas Diretas Já e por tanto movimentos sociais. Hoje queremos um país cada vez mais sólido na sua democracia. Portanto, cabem alguns pensamentos inovadores no que diz respeito ao mundo atual e, especialmente, às questões internas do Brasil.

Naquele momento, o PT procurou avançar o máximo na sua democracia interna. Criamos no estatuto o direito à tendência, Sr^a Presidente. Queríamos a tendência porque não gostaríamos que, dentro do PT, nascesse o personalismo, aquelas pessoas que pudessem ser consideradas donas do Partido. Então, foi permitido o direito de tendência. Buscamos também como forma de decisão o instituto das prévias. Tantas coisas boas foram criadas dentro do nosso Partido para garantir a nossa democracia interna.

Mas, neste momento em que estamos vivendo uma possível substituição de uma presidência nacio-

nal do PT, quero mencionar alguns dados para serem consideradas.

Considero muito importante observar um militante como Olívio Dutra, que, no meu ponto de vista, está preparadíssimo para assumir uma missão dessa natureza. Se houver a substituição de Marco Aurélio Garcia na presidência do Partido, gostaria de sugerir o nome do nosso companheiro que tão brilhantemente unificou o PT do Rio Grande do Sul, foi para o segundo turno das eleições e colocou o Partido novamente em evidência naquele Estado. Ele foi um excelente Ministro de Estado do Presidente Lula. No meu entendimento, é uma pessoa que está preparadíssima para ser presidente do nosso Partido no período que vai até as próximas eleições, no início de 2008.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ouço, com atenção, o Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Sibá Machado, quero cumprimentar V. Ex^a por ter lembrado dessa figura histórica, inatacável, competente que é o nosso ex-Deputado Federal, ex-Prefeito da capital, ex-Governador do Estado, ex-Ministro da cidade Olívio Dutra. Se alguém pensa que Olívio Dutra foi derrotado no Estado, é exatamente o contrário, ele saiu vitorioso. Havia uma diferença de quase vinte pontos, e Olívio Dutra, com seu carisma, com a sua história, com a sua luta, com a forma de fazer política, chegou aos 47 pontos, bem próximo de vencer as eleições no Estado. Encerro este meu pequeno aparte dizendo que seria muito bom para o PT se Olívio Dutra fosse o Presidente Nacional do Partido, o que teria meu total aval. Faço uma lembrança de uma composição do cantor cubano Pablo Milanês, que diz numa parte daquela canção Iolanda: “Se alguma vez me sentir derrotado, estarei renunciando a ver o sol de cada manhã.” Claro que ele diz isso em espanhol, e eu traduzi. Então, Olívio não foi derrotado, nunca se sentiu derrotado; ele é um vitorioso de cada momento desses. A experiência do embate, do bom combate, como ele diz, faz com que ele cresça muito mais, assim como as idéias que ele defende, embasadas na história do Partido que ele fundou. Por isso, parabéns a V. Ex^a por fazer neste momento a citação do nome de Olívio Dutra para presidente do Partido. V. Ex^a está fazendo uma homenagem aos históricos, àqueles que escreveram essa história bonita que foi consagrada com a reeleição do Presidente Lula nesse momento histórico. Parabéns a V. Ex^a. Vamos torcer para que a sua indicação se consolide junto à Direção Nacional e Olívio Dutra seja nosso presidente do Partido.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Paim. Hoje haverá a reunião da Executiva Nacional, e parece-me que um dos pontos a ser tratado será este.

Tomo agora o aparte de V. Ex^a e faço aqui a consideração de que, na minha opinião, Olívio Dutra representa aqueles que foram os fundadores, ou seja, os que estão ligados à história do Partido, mas também tem um pé na chamada etapa seguinte, que é o momento que estamos vivendo, o momento da modernidade. Hoje o PT está no governo do Brasil, portanto precisa de uma pessoa, no meu entendimento, que esteja com o olhar voltado à história, com respeito à militância daquele momento, a tudo que defendemos naquele momento, mas também sabendo dos reais desafios que vivemos hoje no Governo Federal.

Então, quero aqui fazer essas considerações. Realmente é algo que faço de coração. Não ouvi isso de ninguém; estou fazendo de cunho próprio. Quero ver se podemos considerar isso como um fator a ser pensado. Quem sabe poderemos emitir uma opinião como essa para os fóruns de decisão do PT. Certamente não é a Executiva que iria decidir isso. Com certeza teremos uma instância maior que a Executiva Nacional para colocar lá a nossa opinião.

Agradeço a V. Ex^a o aparte.

Encerrando, Sr^a Presidente, quero dizer que o Presidente Lula acaba de receber as saudações de quase todos os chefes de Estado do mundo por causa da sua reeleição à Presidência do nosso País. Digo a V. Ex^a, com toda a tranquilidade, que, quando o Presidente anuncia que quer o diálogo, isso é um fato, isso é verdadeiro. Ele pretende dialogar com todas as pessoas, sem pensar, em qualquer momento, em cooptação. Acredito que ninguém nesta Casa, na Câmara ou em qualquer instância do nosso País quer se submeter a esse tipo de papel. O que se procura aqui é um diálogo em prol de uma construção mais acelerada do nosso País. Todas as pessoas que fazem política no Brasil têm, no nosso entendimento, a obrigação de prestar esse ato cívico de ajudar com suas propostas, com seus ideais.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes para uma comunicação inadiável.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs Senadores, é emocionante para a Casa ver esse diálogo franco e republicano entre os Senadores Tião Viana e Renan Calheiros. Fico feliz

em ver que esses dois jovens Senadores procuram o entendimento visando única e exclusivamente o futuro do País. Aliás, o Senador Tião Viana voltará a ter um papel muito importante nesta Casa, uma vez que é uma ilha em termos de disposição sincera, franca e aberta para a arte do diálogo.

Sr. Presidente Renan Calheiros, há pouco, trouxemos a esta Casa, a pedido do Senador Tasso Jereissati, episódio que envolveu jornalistas da revista **Veja** em São Paulo.

Tive, ao longo de toda essa campanha, a preocupação de não atribuir culpa. Muito ao contrário, sempre defendi a atuação da Polícia Federal por ser formada por profissionais que dedicam uma vida toda ao exercício de suas tarefas.

Infelizmente, os erros cometidos não saíram da instituição. Saíram, durante toda a campanha – é bom que se diga –, dos superiores, que não estão naquele organismo. Sempre que o Palácio e o Ministério da Justiça tentaram interferir nas ações da Polícia Federal, o resultado não foi o melhor de todos.

É lamentável esse triste episódio que me foi relatado pelo Senador Tasso, que recebeu as informações da alta direção da própria revista.

É lamentável porque ele ocorre ainda na ressaça de uma eleição em que o eleito se elege com vinte milhões de votos a mais e dá declarações de que irá mudar o seu comportamento no segundo governo, especialmente no que se refere ao seu relacionamento com a imprensa, o que é um ponto positivo, Senador Paulo Paim, porque é um reconhecimento de que o relacionamento não foi bom no primeiro governo, o que todos sabemos.

A entrevista coletiva do Presidente Lula no primeiro mandato foi polêmica. Ela foi dada a uma jornalista francesa nos jardins de uma residência em Paris, embora a jornalista fosse de origem brasileira, num desprestígio à categoria. Depois, tivemos episódios como a expulsão do jornalista Larry Rohter, aquele americano que tanta polêmica causou, tivemos a tentativa de modificação da Lei de Imprensa e outros episódios lamentáveis.

É evidente que todos nós homens públicos temos um verdadeiro rosário de queixas do comportamento de determinados órgãos de imprensa ou, especificamente, de determinados jornalistas. Mas não se justifica, em nenhum dos casos, o cerceamento da liberdade ao exercício da profissão de quem quer que seja.

Sabemos, Senador, que, pelo País afora, instalam-se verdadeiras arapucas que recebem o nome que se quiser dar: *sites*, *blogs*, seja lá o que for. São arapucas montadas por picaretas, por jornalistas que fracassaram ou que perderam a credibilidade e que

montam essas arapucas para viver única e exclusivamente “mamando nas tetas” dos governos.

Mas esse não é o caso da convivência que nós temos na Capital Federal. Em Brasília, temos uma imprensa livre e, acima de tudo, independente sob todos os aspectos. Nós temos os *blogs*, os *sites*, nós temos, aqui, informativos – no Brasil todo, Senadora Heloísa Helena – que prestam a nós, políticos, através de informações privilegiadas, um inestimável serviço.

Esse episódio é triste porque veio exatamente casar com declarações ressentidas, no momento de vitória, do coordenador da campanha a Presidente pelo Partido dos Trabalhadores, Sr. Marco Aurélio Garcia, que, ontem, culpou a imprensa por dificuldade de campanha, como se os fatos que a imprensa divulgou não tivessem sido divulgados por dever de obrigação profissional. O ressentimento, especialmente com determinados órgãos da imprensa, fez com que alguns militantes, movidos pela emoção, partissem, inclusive com violência física, para repórteres de televisão e de jornais que ali se encontravam. Mas o mau exemplo é assim mesmo. Quando não se corta o mal pela raiz, quando não se punem os que atentam contra liberdades, dá-se oportunidade a que outros assim procedam.

De forma que quero apenas lamentar esse triste episódio, Senadora Heloísa Helena, na esperança de que esses fatos sejam esclarecidos. O Senador Tuma já nos trouxe, inclusive, uma nota do delegado a respeito da matéria. Mas é preciso que essa questão seja esclarecida de maneira mais profunda e que esse fato não traga mais novos constrangimentos à imprensa brasileira, que tem, na realidade, obrigação de divulgá-los.

Na certeza de que teremos, de uma vez por todas, encerrado esse caso – sem que com isso se pare com a apuração –, acho que é fundamental, até para a própria tranquilidade e segurança do Governo que vai se iniciar, em novo mandato, a partir de janeiro, que esses assuntos estejam todos esclarecidos até lá e que nada seja varrido para baixo do tapete.

Feitos estes esclarecimentos, agradeço a V. Ex^a, Sr^a Presidente, pela oportunidade que me dá, na certeza de que o grande sustentáculo da democracia é, sem dúvida, a imprensa livre e temos que preservar e zelar pela que temos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Nobre Senadora Heloisa Helena, que preside esta sessão e representa o Estado das Alagoas no Senado Federal, Sr^{as} e Srs. Senadores, as mais antigas e consolidadas democracias representativas reconhecem os grupos de interesses entre as várias forças presentes e atuantes no processo político. Entre esses grupos, como se sabe, estão hoje as organizações não-governamentais, os sindicatos, os órgãos de classes empresariais, além, obviamente, de uma pletera de outras instituições que se organizam para a defesa de seus respectivos interesses.

É lógico que, dentro desse quadro, se insere também o instituto do *lobby*.

Os lobistas, de modo especial, desempenham papel relevante junto às Casas do Congresso Nacional, mais uma vez postulando o reconhecimento dos seus interesses. Quando me refiro a interesses, Sr^a Presidente, quero me referir, é óbvio, a interesses legítimos, portanto, corretos. A palavra *lobby*, como se sabe, é de origem inglesa e nem sempre foi bem compreendida, o que demonstra a importância de regulamentar adequadamente a atividade.

O primeiro resultado da regulamentação será a identificação dos agentes e seus interesses, portanto, a plena transparência. As influências escusas precisam da penumbra para operar.

Em vista do exposto, em 1989, Sr^a Presidente, apresentei, no Senado Federal, o Projeto de Lei nº 203/89, que busca disciplinar o *lobby*. Aprovado no Senado e remetido à Câmara, a matéria ainda aguarda apreciação pelo Plenário daquela Casa. .

Ora, no momento em que a Nação vive crise de grave cariz ético, não se pode continuar a postergar a normatização do *lobby*. Creio que, se houvesse a Câmara dos Deputados aprovado a proposição, muitos escândalos teriam sido evitados ou, então, seus autores punidos. Numa economia que pretende modernizar-se cada vez mais, a presença dos grupos de interesses necessita ser identificada e acompanhada legalmente nas suas atividades. Trata-se de mais um elo funcional-constutivo entre os diversos relacionamentos de economia e política.

A legalização do *lobby* implica penalizar os que extrapolaram as normas. As prescrições previstas no Regimento Interno das duas Casas do Congresso são, como todos sabemos, claramente insuficientes. Há muito, pois, tornou-se urgente uma lei, obrigando todos, portanto, **erga omnes**. Ou seja, cominando tanto os detentores de mandato quanto pessoas e empresas estranhas ao Congresso Nacional.

Ademais, uma vez aprovada a lei federal, penso que as Assembléias Legislativas dos Estados, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e as Câmaras Municipais deveriam, tomando como paradigma o referido diploma legal, adotar idêntico procedimento nas respectivas Casas.

No Projeto de Lei que apresentei, previ o registro das pessoas físicas e jurídicas perante as Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Elas distribuirão credenciais para o acesso dos registrados às duas Casas Legislativas.

Os registrados, pessoas físicas e jurídicas, deverão apresentar às respectivas Mesas Diretoras relatórios dos gastos da sua atuação, discriminando, necessariamente, as importâncias. Também deverão ser relatados os projetos, cuja aprovação ou rejeição for proposta.

Cada registrado deverá descrever sua constituição ou associação interna, sócios ou associados, capital social, número e nome dos empregados e dos que, eventualmente, estiverem em sua folha de pagamento. Deverá também constar qualquer recebimento acima do valor determinado, bem como as despesas efetivadas nas atividades que venham a ser regulamentadas.

Além disso, Sr^{as} e Srs. Senadores, recairão penalidades sobre os que violarem esses preceitos por omissão, ocultação ou tentativa de confundir as Mesas do Congresso Nacional. Os violadores receberão, de início, advertência e, quando reincidentes, cassação do registro, além do seu encaminhamento ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Cade, para apuração e repressão dos abusos de poder econômico.

Para a completa transparência das atividades do **lobby**, as Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal divulgarão relatório semestral de acesso público contendo as declarações prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas registradas. Quando houver interesses antagônicos, seus respectivos *lobbies* terão que comparecer às Casas do Congresso, suas Comissões e órgãos de assessoramento para prestação dos respectivos esclarecimentos.

Sr^a Presidente, o cientista Robert Dahl definiu a moderna democracia como poliarquia, isto é, a representação dos vários grupos de interesses de empregados ou de empregadores, empregados, profissionais liberais, partidos políticos, sindicatos, igrejas, associações de bairros e de pais e mestres nas escolas.

Aliás, a palavra poliarquia, atribuída a Dahl, na realidade, foi empregada, pela primeira vez, nos idos do século XVII. Ele a adotou para formular uma nova

conceituação por entender que a sociedade democrática moderna é extremamente complexa e vários os fatores envolvidos, portanto, no ato de governar.

A teoria de Montesquieu, da tripartição dos Poderes, já hoje não prospera em toda sua intensidade, em toda sua plenitude, porque surgiram novos entes que participam do ato de governar. Entre eles, gostaria de mencionar o Ministério Público, as organizações não governamentais, os órgãos de classe, a imprensa, que cumprem um papel fiscalizador muito relevante. Enfim, governar já é, hoje, um ato que sofre interferência de muitos e diversificados agentes.

Tocqueville, em sua obra clássica **Democracia na América**, tratou de uma questão que também diz respeito indiretamente ao **lobby**. Ele se referia às chamadas organizações intermediárias. É uma denominação que ele batizou para expressar o papel que a sociedade civil desempenhava no ato de governar.

Tocqueville sempre entendeu que, entre o governo e o povo, havia essas organizações intermediárias, que, de alguma forma, promoviam o diálogo entre governo e sociedade. À medida que esse diálogo ocorria, certamente as soluções iam sendo encontradas e os dissídios resolvidos.

Os *lobbies* não podem, na minha opinião, ser excluídos desse contexto. Por isso, propus disciplinar o seu funcionamento e insisto na sua regulamentação, com a transparência e a responsabilização essenciais à democracia.

A modernização da economia – assim também entendo – deve implicar modernização da política e do direito. Não se pode ignorar a existência do *lobby*, e, assim precisamos enquadrá-lo na lei. A relação entre economia e política não deve ser promíscua e inconfessável e, sim, pública, transparente e responsável.

As principais economias do mundo, especialmente as mais sólidas na prática da democracia, há muito legalizaram e, portanto, regulamentaram o **lobby**. Sem querer descer a detalhes, os Estados Unidos dispõem de, pelo menos, quatro leis regulamentando o **lobby**. Os países da Europa, na sua maioria, dispõem de leis disciplinando, regulamentando essa atividade que, de alguma forma, se exerce sobretudo no Poder Legislativo, embora funcione também no Poder Executivo e, eventualmente, até no Judiciário.

Sr^a Presidente, concluo as minhas palavras apelando, mais uma vez, à Câmara dos Deputados que examine a matéria. Já que vamos iniciar uma nova Legislatura, a 53^a, a partir de 1^o de fevereiro de 2007, penso que é tempo de aquela Casa pôr em votação a matéria.

O projeto já esteve em regime de urgência, encontra-se há 11 anos na Câmara dos Deputados pendente de apreciação, e espero que, no bojo das reformas institucionais e políticas que o País precisa realizar seja incluído o *lobby*, fazendo com que o Brasil também se alce à condição de outros países que se preocupam com a transparência, com o relacionamento correto entre os grupos de interesses e o Congresso Nacional. O Brasil que quer se modernizar tem de incluir, na minha opinião, o reconhecimento do *lobby* entre suas principais reformas institucionais.

Era o que eu tinha a dizer.

Agradeço a V. Ex^a pelo tempo que me concedeu.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, para uma comunicação inadiável.

Em seguida, fará uso da palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, pela Liderança do PSB. O Senador José Agripino também já está inscrito pela Liderança do PFL.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, agradeço a amabilidade.

Líder José Agripino, peço desculpas por falar antes de V. Ex^a, mas faço questão de ouvi-lo. Serei breve.

Senador José Agripino, hoje, durante a reunião da CPMI dos Sanguessugas, foi discutido o problema do protocolo que tentaram comprar para prejudicar o candidato Alckmin.

Foi dito que faltou **quorum** em virtude dos atrasos nos vôos. O tempo de espera nos aeroportos chega a quatro, cinco horas.

Como tive sorte, consegui trocar o vôo e atrasei apenas uma hora e meia. Cheguei ainda em condições de acompanhar, pela manhã, a abertura da reunião da CPMI e o seu adiamento, em razão não apenas da ausência do número necessário para a deliberação de vários requerimentos ainda pendentes, de quebra de sigilo e oitiva de algumas pessoas.

Três pessoas envolvidas no evento mais recente estavam lá para prestar depoimentos. O Relator disse que estava sem condições de interpellá-las por não ter analisado ainda os documentos enviados pela Polícia Federal, aos quais nenhum dos Parlamentares teve acesso. Assim, a reunião foi adiada, e será marcada outra, provavelmente na semana que vem.

Trouxe a esta tribuna o noticiário de hoje do **Estado** e da **Folha de S. Paulo** sobre o problema dos operadores de radares, os controladores de vôos.

Quando discutíamos aqui sobre a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), fiz um pronunciamento, dizendo que deveriam continuar sendo os operadores formados pela escola da Aeronáutica, no Vale do Paraíba, onde são dados cursos de sargentos para operadores de radares. Sei da competência e da capacidade na condução dessa escola que a Aeronáutica mantém com muito amor e dedicação, a fim de que eles tenham realmente condições de operar. Mas o que me assusta, Sr^a Presidente, é a comparação que os jornais fazem sobre as operações realizadas pelos controladores nos Estados Unidos e no Brasil. Há uma diferença enorme. Eu não sei se está correto, mas o jornal **O Estado de S. Paulo** mostra que, nos Estados Unidos, há um controlador por avião; aqui, cada controlador chega a controlar vinte aviões. Em uma análise feita pelo Sindicato, eles não querem controlar mais do que catorze aviões.

O que me assusta e me preocupa é que o inquérito da Polícia Federal a respeito do recente acidente com o avião da Gol e o Legacy, de tão triste memória, ocorrido na região amazônica – onde há Cindacta e uma série de radares, com um sistema bom de acompanhamento de aeronaves –, deixa-nos um pouco de suspeita de que a sobrecarga dos operadores tenha causado alguma dificuldade no acompanhamento dos vôos, sem que as aeronaves pudessem ser alertadas de que estavam a níveis incompatíveis de vôo, fazendo com que, no cruzamento, elas se chocassem, e o avião, com 154 passageiros, caísse, sem que se pudesse salvar uma vida.

Faço um apelo ao Governo Federal e ao Comandante da Aeronáutica, a fim de que o Congresso Nacional receba uma análise do que está acontecendo. Há vários aviões no céu do Brasil. Temos de saber se há incapacidade física – não intelectual – dos operadores. Se o Governo tem criado tantos cargos por meio de medidas provisórias, por que não aumentar o número de operadores e nos proporcionar mais segurança?

Quem de nós, hoje, diante desse quadro apresentado pela imprensa, pensa que está sob segurança no espaço aéreo brasileiro? O tráfego está saturado e não há possibilidade de controle total das aeronaves. Assim, está-se adotando o intervalo de 10, 15, até 20 minutos entre uma e outra decolagem, enquanto antes era de dois minutos, Senador Antonio Carlos Valadares. É algo assustador!

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Romeu Tuma, ontem vim de Aracaju, e o intervalo foi de 55 minutos. O sistema de controle avisou que a aeronave da TAM só poderia decolar 55 minutos depois que os passageiros desembarcassem em Salvador. Quer dizer, é também uma forma de protesto, de demonstrar que há exiguidade no quadro de pessoal. É necessário que os órgãos do Governo se compenetrem dessa responsabilidade. O Presidente da República – estou vendo na Internet – já está tomando providências urgentes no sentido de proporcionar ao sistema de controle de vôo os meios necessários para o seu funcionamento normal. Afinal de contas, vidas estão em jogo. Infelizmente, só depois daquele acidente lamentável da Gol com o Legacy, o problema surgiu com muita intensidade e está prejudicando não apenas a ida e vinda de passageiros, mas também a própria economia do País.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Perfeito.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. V. Ex^a completa muito bem o raciocínio que eu vinha fazendo.

Como membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, penso que temos que pedir ao Presidente, Senador Roberto Saturnino, que convoque alguma autoridade a fim de que tomemos ciência das reais dificuldades que os operadores estão encontrando.

A matéria fala também da diferença de valores salariais do operador americano para o operador brasileiro, que também é assustadora, e de horários de descanso – há lugares onde existem salas de descanso, e outros não. Portanto, existe uma infra-estrutura muito fraca para que os operadores tenham a tranquilidade de acompanhar de perto a movimentação.

Quem vê um radar desses e não conhece a operação fica todo emaranhado. Parece uma teia de aranha. É preciso manter os olhos abertos; não dá para piscar. Temos de considerar a função dos operadores como uma situação de risco permanente. Trata-se da vida dos ocupantes de aeronaves. Por isso, temos de ter uma cautela maior em apreciar o que eles reivindicam.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Memo nº458/06 -COR/SR/DPF/SP.

São Paulo/SP, 31 de outubro de 2006.

Do: Presidente do IPL 2-4.672/06-DELEFAZ/SR/DPF/SP

Ao DPF SEVERINO ALEXANDRE DE ANDRADE MELO
DD. DREX/SR/DPF/SP.

Assunto: IPL 2-4672/2006 - Sigiloso

PROCOLO	
DREX/SR/DPF/SP	
36762	
DATA	31/10/06
Favor usar esta referência	

Senhor Delegado Chefe,

Com a finalidade de instruir os autos do IPL acima referenciado, informo a Vossa Senhoria que iniciei os trabalhos de oitivas de repórteres da Revista VEJA no dia de hoje, na sala 906, do 9º andar, no prédio da SR/DPF/SP, por volta das 10:00 horas, tendo procedido à oitiva em declarações das repórteres JÚLIA DUALIBI DE MELLO SANTOS e CAMILA CARDOSO PEREIRA acompanhadas das Dras. ANA RITA DE SOUZA DUTRA, OAB/SP 206.548, Advogada da Revista Veja, e da Drª ELIZABETH MITIKO KOBAYSHI, Procuradora da República e quando iniciava a oitiva em declarações do repórter MARCELO THEODORO CARNEIRO, também acompanhado da advogada e da procuradora acima mencionadas, fui procurado nesta sala por Vossa Senhoria, que indagou se havia acontecido algum problema com alguma das repórteres ouvidas, tendo em vista que havia notícias em Brasília de que esta Autoridade havia tratado com grosseria a repórter. No que esta Autoridade tem a informar que os três

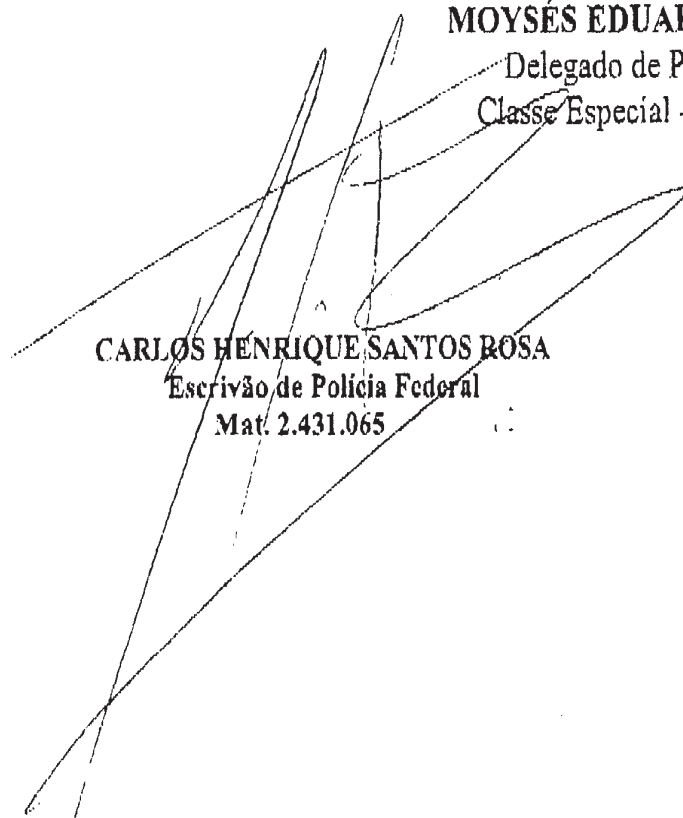
repórteres ouvidos nesta manhã foram tratados com toda a cortezia e urbanidade possíveis sendo indagados somente sobre suas participações na reportagem da Revista VEJA, edição nº 1978, ano 39, nº 41, de 18/10/2006, páginas 44 a 51, tendo cada um dos ouvidos declarado o trabalho realizado na reportagem mencionada. Inclusive esta Autoridade, quando retornou para a sala indagou à advogada Dr^a ANA RITA e à Procuradora da República Dr^a ELIZABETH se havia acontecido algo estranho, as mesmas responderam que não, e que todo o trabalho estava transcorrendo dentro da normalidade, tendo esta autoridade dado sequência aos seus trabalhos. Acrescento ainda que estavam presentes na sala de audiência os escrivães que auxiliam esta Autoridade, CARLOS HENRIQUE SANTOS ROSA, mat. 2.431-065, e RALPH GOMES, mat. 10.102, que também assinam a presente informação.

Atenciosamente,




MOYSÉS EDUARDO FERREIRA

Delegado de Polícia Federal
Classe Especial - mat.2.415.889



CARLOS HENRIQUE SANTOS ROSA
Escrivão de Polícia Federal
Mat. 2.431.065



RALPH GOMES
Escrivão de Polícia Federal
Mat. 10.102

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a por tão importante pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, como Líder do PSB.

Estão inscritos os Senadores José Agripino, como Líder do PFL, Valdir Raupp e Tião Viana.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena, Sr^{as} e Srs. Senadores, farei um pronunciamento voltado especialmente para a situação vexatória das prefeituras, que, ao longo dos anos, alcançaram um endividamento altíssimo com a Previdência Social. Antes, porém, eu gostaria de aproveitar o ensejo para felicitar o Presidente Lula, reeleito, pela votação estupenda obtida na última eleição. Os 20 milhões de votos a mais que seu oponente aumenta a responsabilidade, o compromisso de Sua Excelência com a Nação brasileira.

Esperamos que, nesta nova fase a ser vivida pelo País, possamos criar um Brasil mais unido, um Brasil mais desenvolvido, um Brasil voltado, principalmente, para o atendimento das reivindicações das classes mais humildes – como tem se referido o Presidente Lula – e, notadamente, levar em consideração a questão ética, tão debatida nesta campanha política.

Sabemos que o Presidente da República experimentou no primeiro período de Governo, nesses quatro anos, críticas muito fortes vindas da Oposição, que se relacionavam mais de perto com a conduta e o comportamento antiético de pessoas que participavam do Governo ou que, mesmo não participando do Governo, embora numericamente minoritários, integravam o Partido do Trabalhadores.

Então, este é um momento de reflexão, de compromisso assumido pelo Presidente da República perante a Nação de que iremos mergulhar numa nova era, numa era voltada para o desenvolvimento, para a geração de emprego e renda, que dê prioridade para a saúde e educação, visando reduzir substancialmente esse quadro ainda dantesco de desigualdade social que perdura em nosso País. Enfim, esperamos que esta seja uma hora muito importante, em que todos estejamos unidos em torno de um projeto maior, que é o projeto do Brasil.

Que se faça Oposição. É necessária na democracia a Oposição, para fiscalizar os atos do Governo. As instituições estão aí funcionando normalmente. Entretanto, a governabilidade é necessária neste instante, para que possamos aprovar os projetos que vêm ao encontro da nossa sociedade, como, por exemplo,

projetos que estão há muitos meses dormitando nas gavetas da Câmara e do Senado, que precisam urgentemente ser aprovados, como o Fundeb, como o novo estatuto da microempresa, a nova lei que desonera os impostos, os tributos e dá maior facilidade à montagem de novas empresas em nosso Brasil. Isso significa mais emprego, mais desenvolvimento, mais independência para a população brasileira, mais felicidade e mais bem-estar.

Portanto, neste instante, quero conclamar o Senado Federal e a todos que participam da vida do nosso País para deixarmos as armas de lado. Não precisamos chegar a dizer adeus às armas, reportando-nos àquele filme famoso que retrata a Segunda Guerra Mundial. Quero dizer adeus às armas no sentido de que devemos colocar as questões menores, as questões políticas, as questões partidárias em segundo plano e as questões do Brasil num plano mais elevado, para que possamos sair das dificuldades que estamos encontrando no plano da tramitação normal dos projetos que emperram o desenvolvimento e o progresso do nosso País.

Voltemos, Sr^a Presidente, ao assunto que eu gostaria de me referir.

Trago novamente à tribuna do Senado Federal assunto da máxima relevância: as dívidas previdenciárias dos Municípios. Estive neste plenário alertando para o fato de que diversas prefeituras estão enfrentando dificuldades financeiras devido ao endividamento com a Previdência Social. Algumas são obrigadas a retirar 40% ou mais de suas receitas próprias para depositar nas contas do Instituto Nacional do Seguro Social, INSS.

É interessante recordar que, quando da 9^a Marcha de Prefeitos, em Brasília, foi realizado um estudo pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que apontava que o equilíbrio fiscal de uma prefeitura não é garantia de bem-estar social de seus habitantes.

A partir do cruzamento de dados oficiais sobre a rotina fiscal e de investimentos em educação, saúde e saneamento das administrações locais, descobriu-se que inúmeros Municípios bem avaliados, do ponto de vista do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, não ficaram bem colocados no *ranking* da educação e também no da saúde.

É bom lembrar que a Lei nº 11.196, de 2005, oriunda da chamada MP do Bem, buscou uma solução para o alto índice de inadimplências dos Municípios junto ao INSS, pois, de fato, ali ficou estabelecido: redução de 50% dos juros de mora e que os débitos seriam parcelados em prestações equivalentes a no mínimo 1,5% da média mensal da receita corrente líquida do município, sem, contudo, ser estabelecido um teto no

valor das prestações mensais a serem pagas ao INSS pelos Municípios.

Na verdade, dois problemas permaneceram e estão agravando a situação dos Municípios. O primeiro, foi vetado o dispositivo da lei (art. 98, inciso II), que dispunha que os débitos parcelados seriam em prestações mensais de no máximo 9% do Fundo de Participação dos Municípios, fazendo com que, na prática, só permanecesse o percentual mínimo de 1,5% da média mensal da receita corrente líquida municipal para as prestações mensais.

Esse dispositivo, infelizmente, não está vigorando. O dispositivo proibia que o INSS cobrasse dos Municípios uma dívida mensal acima de 9% do Fundo de Participação dos Municípios.

Se esse dispositivo não tivesse sido vetado, os Municípios estariam numa situação muito mais folgada, mais cômoda e não estariam atravessando essa crise.

O segundo obstáculo criado aos Municípios diz respeito às prestações mensais decorrentes do parcelamento, que são atualizadas pela Selic. Tais situações, agora, após longo prazo, mostram-se extremamente gravosas para os Municípios, tanto que estão comprometendo as finanças municipais e são absolutamente incompatíveis com a obrigação pactuada.

Eu já tive a oportunidade de falar com o Presidente do Senado e também Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros, não só publicamente como também em conversa particular hoje, sobre a necessidade de o Congresso Nacional se posicionar, com o apoio do Governo, para encontrar uma solução alternativa que dê sobrevida aos Municípios. Do contrário, eles vão desaparecer, pois não terão condições mínimas de prestarem os serviços que a comunidade espera deles.

Assim, defendo a aprovação pelo Congresso de mecanismo que estabeleça que a parcela paga pelos Municípios para Previdência Social, a parcela mensal, não ultrapasse 10% do Fundo de Participação dos Municípios. Ou seja, se um Município tem uma receita mensal do Fundo de Participação, por exemplo, de R\$500mil, não é muito difícil para o Município retirar 10% dessa receita para pagar a dívida com o INSS, que seria de R\$50mil.

Meu amigo, um município receber R\$500 mil do Fundo de Participação dos Municípios e pagar R\$200 mil, R\$220 mil ao INSS, isso é impraticável. Isso é um verdadeiro toma lá, dá cá! O Governo dá o Fundo de Participação por um lado, mas tira, por outro lado, com o endividamento das Prefeituras com o INSS. Isso significa, a meu ver, uma verdadeira bomba-relógio que está sendo criada em todo Brasil, principalmente nos

Municípios do Nordeste, que estão sofrendo as consequências desse endividamento monstruoso com o INSS.

Ora, aqui lembro novamente o estudo da CNM, que é uma instituição dos Municípios. De acordo com aquele estudo, o Município que tinha o maior número de crianças matriculadas na escola, que tinha a melhor rede de postos de saúde e de saneamento básico era Monteiro Lobato, cidade de 3.500 habitantes localizada a 130 km da capital paulista. Pois bem, ela é a número um no *ranking* social, mas aparece no fim da planilha que avalia o ajuste nas contas públicas: posição 4.264. Temos mais de 5.500 Municípios, e ela está na posição 4.264. Aliás, o índice criado pela CNM demonstra que estão na Região Sul os Municípios que reúnem os melhores indicativos de responsabilidade fiscal, social e de gestão observados em conjunto; Santa Catarina e Rio Grande do Sul ocupam, respectivamente, primeiro e segundo lugares no *ranking* geral.

A pior avaliação ficou para os Municípios do meu Estado, o Estado de Sergipe. Isto é, a Lei de Responsabilidade Fiscal está, vamos dizer assim, em uma situação que precisa ser avaliada não só em Sergipe, como em vários Estados do Nordeste, a fim de que se regularize a situação e se estabeleça o equilíbrio fiscal com a resolução definitiva das dívidas das Prefeituras.

Portanto, Sr^a Presidente, devemos adotar uma medida urgente e podemos pensar neste problema junto com alguns pontos da nova reforma tributária no Congresso, como a que aumenta o repasse do Governo Federal para as cidades. Está na Câmara dos Deputados há vários e vários meses – para não dizer anos – o projeto que eleva em apenas um ponto percentual o Fundo de Participação para os Municípios, uma questão ainda não resolvida. Esperamos que a Câmara dos Deputados aprove 1% a mais para os Municípios até o final do ano e, além disso, resolva essa questão do endividamento. Aumentando em 1%, todo o dinheiro devido a esse acréscimo será direcionado exclusivamente para o pagamento das dívidas do INSS, o que significa, em última análise, Sr^a Presidente, uma situação vexatória para os Municípios, uma situação que, do ponto de vista da Administração, é inadiável e tem de ser resolvida.

Esperamos contar então com o apoio dos Srs. Senadores e dos Srs. Deputados a esse projeto que apresentarei ainda no decorrer desta semana, estabelecendo um teto máximo da cobrança do INSS de 10% mensal das dívidas contraídas pelos Municípios brasileiros.

Obrigada, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, pela Liderança do PFL, pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Heloísa Helena, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabamos de assistir à eleição em segundo turno. Lula ganhou por larga margem, e nós, da Oposição, cavalheirescamente, temos que desejar a Sua Excelência os melhores votos de bom êxito no desempenho de sua missão.

O povo brasileiro escolheu livremente, votou e, por larga margem, escolheu Lula, reelegeu Lula para que ele seja o Presidente pelos próximos quatro anos. O povo escolhe e tem o direito de, na eleição seguinte, fazer a avaliação sobre se escolheu certo ou não.

Eu tenho, Senadora Heloísa Helena, muito medo. V. Ex^a é de Alagoas e sabe muito bem a que vou me referir. Eu tenho muito medo dessas eleições que se ganham por larguíssima margem: dão ao eleito um sentimento de auto-suficiência que não é conveniente e retiram do eleito a indispensável humildade para o exercício do cargo; dão ao eleito aquilo que o eleitor não deseja que ele tenha, a auto-suficiência para achar que é um super-homem, que recebeu um mandato perto da unanimidade e que vai poder fazer tudo o que quer.

Eu tenho muito medo desses resultados porque o passado mostrou que aqueles que foram eleitos por larga margem deram com os burros n'água. Eu quero o melhor para o meu País, não quero que o Presidente da República dê com os burros n'água, mas estou aqui para advertir.

Presidente Heloísa Helena, veja as primeiras declarações de Lula nas primeiras entrevistas. Ele disse que estava seguro de que precisava ter nova postura com a mídia. O Brasil todo entendeu que ele devia estar se referindo ao enclausuramento em que viveu diante da mídia, em que preferiu o monólogo ou a exposição sem o debate e que estava disposto, neste novo momento, a ter um diálogo de mão dupla com a mídia. O que aconteceu hoje? Tenho a impressão e o receio de que a declaração de Lula já começa a produzir a primeira conseqüência prática.

Não sei se V. Ex^a sabe que repórteres da **Veja** foram, durante duas horas e meia, trancafiados pela Polícia Federal, que obedece ordens do Ministério da Justiça, cujo titular é Márcio Thomaz Bastos, na minha opinião, um brilhante advogado, mas advogado brilhante das causas e dos delitos praticados pelo PT e pelo Governo. Dois repórteres respeitáveis da **Veja**, que tem

a missão única de informar a opinião pública, ficaram constrangidamente trancafiados durante duas horas e meia porque estavam exercendo seu papel profissional, acompanhando depoimentos cuja divulgação com correção talvez não interessasse ao governo.

Será que esta é a postura nova que Lula disse que vai ter com a mídia? É constranger a mídia? Eu tenho razões para achar que o Presidente, ao declarar esse fato tão logo eleito, esteja se referindo ao que foi feito com Júlia Duailibi e com a repórter Karenina. Se está, vai nos encontrar pela frente. E se está dizendo que vai convocar os partidos todos para um diálogo em torno das reformas e que os partidos que não vierem vão ter que se explicar, tenho razões dobradas para achar que Lula está calçando salto 30. Recebeu essa enxurrada de votos, perdeu a humildade e está calçando salto alto demais. Primeiro promete uma atitude diferente com a mídia e a Polícia Federal trancafia repórteres de uma revista respeitável que está exercendo o seu papel profissional. Em seguida, diz arrogantemente que vai convocar os partidos para fazer as reformas, como se fosse começar a fazer reformas – vou falar sobre isso – e que os que não viessem teriam que se explicar.

Queria dizer a Sua Excelência o Presidente Lula, a quem desejo bom êxito no desempenho de sua missão de continuar governando o nosso País, que ele não engana os partidos políticos ao dizer que quer vê-los em seu gabinete. Para quê? Para tirar uma fotografia? Para Photo Opportunity? Para mostrar a quem? O que Lula entende de estatuto de microempresa? O que ele entende de marco regulatório do setor elétrico? O que ele entende das questões técnicas que são discutidas no Congresso Nacional por senadores, por ministros, por assessorias técnicas? O que é que ele quer discutir lá? O que ele não sabe? Ele quer mostrar uma fotografia? Ele quer constranger, como constrange os repórteres, os líderes políticos? Que conversinha é essa? Que salto alto é esse? Que audácia é essa? Que arrogância é essa?

Senadora Heloísa Helena, existe uma coisa na democracia chamada interdependência dos Poderes. Não existe essa coisa de vou chamar os partidos políticos para um entendimento em torno das reformas no Palácio do Planalto, e os que não vierem vão ter que se explicar. Quem vai ter que se explicar é ele, Lula. Ele precisa entender que quem tem explicações a dar é ele, Lula. Explicação sobre o quê? O mensalão está explicado? O TSE está lá, cuidando do assunto, com 40 indiciados pelo Ministério Público Federal, pela Procuradoria Geral da República. Mensalão de quem? De Lula. É um cadáver insepulto? Claro que é, e ele pede explicações dos partidos políticos?

Ele é que tem que dar explicação. Do mensalão só? Não. E do caso dossiê? Está explicado? Não foram os amigões dele que prepararam aquela presepada, aquela farsa? O caso do dossiê está no Tribunal Superior Eleitoral, com a Polícia Federal e com a CPI das Sanguessugas.

Quem tem que dar explicações é ele. Não são os partidos políticos que têm que dar explicação sobre se foram ou se não foram. Quem tem que dar explicação é ele sobre as cartilhas fraudulentas, denunciadas pelo Tribunal de Contas da União. Quem tem que dar explicações é ele sobre uma multa eleitoral de que ele foi objeto pelo fato do crime eleitoral praticado, e o Tribunal Superior Eleitoral já julgou a causa e já o condenou.

Agora, para discutir o quê? As reformas? Ele quer discutir como se fosse começar a discuti-las agora? Que reformas? Quando se discutiu a reforma da Previdência, Srs. Senadores, não precisou ir nenhum partido político, nenhum líder ao Palácio do Planalto para se encontrar o ponto de afinamento. Foi no Congresso Nacional, nas dependências do Congresso Nacional que se encontrou o texto que era possível votar, que já foi uma perversidade, que já foi uma grande perversidade, uma grande enganação, com a PEC Paralela. Foi aqui no Congresso Nacional que se encontrou o ponto de afinamento para que se votasse, de qualquer maneira, a reforma da Previdência.

Para a discussão do marco regulatório, reuniram-se aqui no Congresso Nacional a Ministra Dilma Rousseff, os técnicos da Receita Federal, os líderes dos partidos políticos. Não precisou ir ninguém ao Palácio do Planalto para fazer fotografia para resolver aquilo que interessa ao povo brasileiro, que é a votação dos projetos.

Quando se discutiu o texto possível da reforma tributária, não se precisou ir ao Palácio do Planalto; discutiu-se aqui no Congresso brasileiro. Os partidos políticos com assento aqui tiveram a responsabilidade, no Senado, de preparar um bom texto, votá-lo e aprová-lo e mandá-lo para a Câmara.

Quando se votou a reforma política, a discussão aconteceu aqui. Não se precisou ir ao Palácio do Planalto para discutir coisa nenhuma; discutiu-se aqui mesmo.

Agora, o que ele deseja é fazer a fotografia, mas está mesmo é fugindo à sua responsabilidade, porque se algumas reformas foram discutidas, apreciadas e votadas no Senado, algumas delas, como a tributária e a política, que foram votadas aqui no Senado, não foram votadas na Câmara por inação do Governo. O Governo que agora nos cobra a ida ao Palácio do Planalto, a ação conjunta, posando

para a platéia, não move forças para, na Câmara, colocar os seus, a sua base para votar a reforma política e a reforma tributária. É ele quem não tem o poder de convencimento junto aos governos estaduais para equacionar as dificuldades em torno da reforma tributária. E não transfira responsabilidades nem queira posar para a platéia. Não serão os milhões de votos de vantagem que teve que vão legitimar essas ações.

A Oposição está firme, está decidida. Quero que Sua Excelência saiba que a postura que vimos adotando será a mesma daqui para frente. Apenas sabemos com quem estamos lidando. A campanha eleitoral trouxe à opinião pública um sem-número de compromissos e de promessas. Elas todas serão cobradas o tempo todo. Elas serão todas cobradas: a retomada do crescimento, os investimentos nos setores vitais, a ação social. Tudo o que foi prometido será objeto de cobrança permanente. As denúncias em torno dos defeitos do padrão ético continuarão sendo feitas o tempo todo, com autonomia do Congresso.

Os partidos políticos de oposição não vão se intimidar, Senador Heráclito Fortes, em hipótese alguma.

Houve diferença numérica dos votos na circunstância dessa eleição, em que o eleitor se manifestou, mas ele terá a oportunidade, mais adiante, de dizer se referenda o voto ou se se envergonha do voto que deu, consciente de que o que legitima uma vitória não é o resultado das urnas; é o desempenho do mandato.

Vou repetir: na minha opinião, quem legitima uma vitória – e a vitória de Lula foi expressiva – não é, em absoluto, o resultado das urnas; é o desempenho do mandato.

O mandato de Sua Excelência começa mal, começa marcado pela arrogância, começa marcado pela prepotência, começa marcado pela imposição e pela mentira aos partidos políticos, que são convocados ou intimados a participar.

Senhor Presidente, não se vai intimar o Congresso a fazer coisa alguma que não seja aquilo que ele deseja fazer e prestar contas à opinião pública. Fique Vossa Excelência com os seus votos. Nós ficaremos com a nossa fiscalização e com a nossa autonomia. Vossa Excelência precisa entender, de uma vez por todas, pare com a sua arrogância, pare de dizer bobagens como a que disse: “Quero convocá-los, e quem não vier tem que se explicar”. Quem tem que se explicar é Vossa Excelência. “Vou ter uma atitude diferente com a mídia.” Dois dias depois, manda que a Polícia Federal crie constrangimento aos repórteres da **Veja**.

Entenda, Senhor Presidente Lula, quem legitima uma vitória não é o resultado das urnas; é o desempenho do mandato, e o seu mandato começa mal. E a Oposição vai acompanhá-lo do começo ao fim.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Agripino.

Estão inscritos os Senadores Valdir e Raupp e Tião Viana, que não se encontram no plenário neste momento.

Portanto, tem a palavra o Senador Roberto Cavalcanti, devidamente inscrito, pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar a grande oportunidade pessoal que tive de representar esta Casa na Assembléia da União Interparlamentar – UIP. Por deferência de meus pares, o que muito me honrou, fui o único representante do Senado Federal nesse evento internacional em Genebra.

Quero relatar, neste momento, os resultados da 115^a Assembléia da União Interparlamentar – UIP, ocorrida entre os dias 16 e 18 deste mês, em Genebra, na qual tive a honra de participar como coordenador da delegação brasileira.

A União Interparlamentar, entidade internacional fundada em 1889, tem como objetivo primordial arbitrar a resolução de conflitos internacionais.

Congrega, atualmente, 149 parlamentos nacionais e sete parlamentos de organismos de integração inter-regional: os congressos Latino-Americano, Europeu, Andino, Centro-Americano, da África Oriental, da África Ocidental e do Conselho da Europa, como membros associados.

A atuação temática da UIP se faz nas áreas de Democracia Representativa; Paz e Segurança Internacional; Desenvolvimento Sustentado, Finanças e Comércio Internacional; Direitos Humanos; Igualdade entre os Gêneros, Educação, Ciência e Cultura.

As discussões se concentraram em três grandes itens: a luta contra o terrorismo e o tema da segurança energética; a necessidade de redução de gastos militares em favor das despesas com as necessidades humanas básicas; e a questão de conflitos armados e das pessoas desaparecidas.

A agenda incluiu assuntos de emergência e relevantes para a paz mundial, como a condenação ao ensaio nuclear anunciado pela República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte). Dos legisladores presentes ao evento, cerca de 500, de 127 países-membros da UIP, foram unânimes em apelar às autoridades daquele País para rever a decisão de

retirar do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

Os legisladores conclamaram a Coreia do Norte a retornar ao TNP e a aderir ao Acordo de Salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Os parlamentares presentes chegaram a um consenso sobre a necessidade de a Coreia do Norte se empenhar em cumprir sua obrigação frente à comunidade internacional, no esforço de utilização da energia nuclear para fins pacíficos.

Uma das resoluções aprovadas estabelece que todos os países-membros da UIP devem intensificar diligências para prevenir a proliferação de armas nucleares e para erradicar outros tipos de armas de destruição em massa.

Igualmente, lançou-se um apelo a todos os países no sentido de ratificar acordos, consistentes com as normas da AIEA, e de reforçar as políticas nacionais de não-transferência de equipamentos, matérias-primas ou tecnologias que propiciem a disseminação dessas armas.

Vale salientar que tal resolução, como aprovada, não representa uma forma de restrição ao direito de qualquer nação fazer uso dessa energia nuclear para fins pacíficos.

A delegação norte-coreana pediu destaque para o seu voto. O resultado final da votação foi: 897 votos a favor da Resolução, 33 contra e 240 abstenções.

Este momento da votação, Sr^a Presidente, foi de extrema honra para este Senador. Levantar-se, num plenário com mais de 160 países participantes, e votar em nome do Brasil, em nome do Senado Federal, para mim foi uma extrema honra e que, de forma inesquecível, estará na minha memória pelo resto da minha vida.

Três Resoluções foram aprovadas sobre o tema da luta contra o terrorismo internacional e o alcance da segurança energética, pela Comissão de Paz e Segurança Internacional. Um dos aspectos ressaltados foi o da necessária cooperação entre os parlamentos nacionais e a Organização das Nações Unidas (ONU), na promoção da paz mundial, no combate às ações terroristas e na solução das questões de segurança energética.

Mesmo exortando os governos, ali representados, sobre a necessidade de maior empenho no combate às causas do terrorismo, a Assembléia foi enfática em assegurar que a condenação aos atos terroristas não significa uma guerra contra qualquer religião, nacionalidade, civilização ou grupo étnico.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Assembléia reconheceu que o ambiente propício à aceitação da retórica terrorista, que atrai muitos jovens, é criado

pela situação de pobreza, ignorância e subdesenvolvimento econômico; pela injustiça e pela ocupação ilegal de território.

Os legisladores demandaram medidas enérgicas de todos os países. Medidas que impeçam bancos, organizações financeiras e outras entidades situadas sob sua jurisdição territorial a financiar e apoiar qualquer organização de cunho terrorista.

Foi lembrado que a responsabilidade conjunta dos Congressos Nacionais e do Poder Judiciário garante o Estado de direito e a preservação dos direitos humanos, levando em conta o desafio do combate ao terrorismo.

Quanto à defesa da segurança energética, esta requer uma maior colaboração internacional que leve em conta as interligações entre o terrorismo e a oferta de energia. É nessa área que o papel do Parlamento é essencial, particularmente em diligências junto ao Poder Executivo para facilitar o acesso seguro à energia e o barateamento das redes de distribuição de energia.

O reconhecimento das precárias condições de vida da maioria da população mundial foi um dos temas em destaque. Aprovou-se uma Resolução oriunda da Comissão de Desenvolvimento Sustentado, Comércio e Finanças e refere-se ao papel dos parlamentos nacionais no acompanhamento e na avaliação dos Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento (OMD). O cumprimento das metas de redução e perdão da dívida de países mais pobres, da erradicação da pobreza e do combate à corrupção está a merecer a atenção de todos os países.

Há urgência, lembrou a Assembléia, de que os países desenvolvidos honrem o compromisso assumido perante a OMD de destinar 0,7% da sua renda nacional bruta para as ações de financiamento, em prol da redução da pobreza e da fome mundial.

Foram críticos quanto aos crescentes gastos militares, em nível mundial, que deveriam ser mais bem alocados para o benefício das necessidades humanas básicas.

A Assembléia lembrou ainda da importância do Parlamento no controle e na avaliação dos acordos celebrados internacionalmente e que tratam da igualdade entre sexos, na promoção da mulher e nas decisões políticas que as envolvem.

Outra recomendação importante foi a de que os parlamentos aprovem leis anticorrupção que sejam eficazes, principalmente aquelas que regulem as compras governamentais. Seria recomendável também a criação de comissões independentes anticorrupção, em conjunto com o Poder Judiciário e a sociedade civil.

A Comissão de Democracia e Direitos Humanos aprovou Resolução que destaca a questão das pessoas desaparecidas, particularmente em áreas de conflito armado e de extrema violência local.

A Assembléia requer daqueles governos a adoção de medidas que reconheçam o direito de as famílias serem informadas sobre o destino dos desaparecidos, além do reconhecimento do **status** jurídico dessas pessoas.

Foi recomendado também que as legislações nacionais contenham sanções contra a violação de normas humanitárias internacionais que regem a matéria, evitando maiores abusos e a anistia fácil a criminosos de guerra.

Era o que eu tinha a relatar, Sr^a. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Antero Paes de Barros, Juvêncio da Fonseca, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Exas serão atendidos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar o editorial do jornal **Correio Brasileiro**, de 6 de setembro do corrente, intitulado “Choque de realidade” e que trata da informação frustrante de que o crescimento do PIB no segundo trimestre deste ano alcançou apenas 0,5%.

O referido editorial mostra que o Governo insiste em afirmar que o crescimento no final de 2006 será de 4%, ao contrário das previsões de todos os analistas de mercado, para quem o índice chegará, com muita boa vontade, em 3,5%.

Para o editorial, “Brigar com números não traz benefício nenhum à sociedade. Mesmo em período eleitoral. É mais produtivo discutir com franqueza as causas do crescimento medíocre que enfrentamos”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que o editorial acima citado passe a integrar este pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VISTA DO CORREIO

Choque de realidade

Todo governante pretende ser lembrado pelos bons resultados e o trabalho realizado no cargo público. O presidente Lula e o ministro Guido Mantega não são diferentes. Claro que gostariam de anunciar, ao final de 2006, que a economia cresceu 4%. Tanto querem, que estão quase a professar fé em que o índice será atingido, como repetiu ontem o titular da Fazenda.

Mas a crença ou mesmo a vontade não são suficientes para mudar a realidade. O crescimento econômico do segundo trimestre foi de frustrante 0,5%. Os números sobre produção industrial referentes a julho, divulgados ontem, mostram que o problema pode se prolongar para o segundo semestre. O crescimento do setor, de apenas 0,6% — depois de queda de 1,3% em junho — indica que o país voltou a andar de lado, repetindo a sina de expansão em golfadas seguida de fases de letargia.

Brigar com números não traz benefício nenhum à sociedade. Mesmo em período eleitoral. É mais produtivo discutir com franqueza as causas do crescimento medíocre que enfrentamos. As revisões mostram que não superaremos este ano os 3,5%, no máximo, segundo os analistas. Enquanto isso, a economia mundial vai subir 5%, segundo informou o Fundo Monetário Internacional.

Com certeza, não podemos culpar os ou-

tros por nossas misérias. A economia brasileira vai se expandir menos que a média — e muito abaixo dos demais países emergentes — pelas escolhas que fizemos. A principal delas é elevar progressiva e inabalavelmente as despesas públicas. Há anos trilhamos o caminho de gastos recordes. O dinheiro para cobri-lo só pode vir da riqueza gerada pelo Brasil. Assim, a carga tributária sobe proporcionalmente à elevação dos dispêndios do Tesouro Nacional.

A escolha por arrecadar mais não é voluntária da sociedade. É dos governantes. Famílias e empresas consomem menos do que se ficassem com o dinheiro no próprio bolso. Pior, poupa-se e investe-se menos, pontos de grave fragilidade da economia. Para o país crescer de forma sustentável, é essencial disponibilidade de recursos (poupança) para financiar os investimentos.

Portanto, quando os números finais da produção de 2006 forem divulgados, não poderemos nos queixar do resultado. Não será importado, mas fabricado aqui mesmo, resultado das opções que o Brasil fez. Enquanto não for quebrada a lógica de gastos públicos em expansão e a conseqüente exigência de maior carga tributária, teremos amarrado uma âncora ao tornozelo da economia. Que não venham mais tarde os governantes procurar culpados em outro lugar.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, neste momento, para registrar o artigo intitulado “Lula sem FHC”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 12 de setembro deste ano.

O artigo destaca declaração do Senador Cristovam Buarque, candidato do PDT à Presidência da República, de que “Além de ser o criador de tudo o que havia de bom, ele [Lula] aparece como o salvador de tudo o que havia de ruim”, ironizando o enorme talento de Lula para transformar suas versões em verdades.

Lula sem FHC

BRASÍLIA – “Além de ser o criador de tudo o que havia de bom, ele [Lula] aparece como o salvador de tudo o que havia de ruim”, disse Cristovam Buarque à **Folha**, ironizando o enorme talento de Lula para transformar suas versões em verdades.

O Bolsa-Escola foi uma herança boa? Então, mudou o nome e foi Lula quem inventou. E havia turbulências na economia, por conta do cenário externo, da excessiva dependência brasileira e até do temor da eleição do próprio Lula? Então, foi Lula quem salvou o país —com a mesma política econômica.

É como se houvesse um Brasil antes de Lula e outro depois de Lula. Antes, a terra arrasada. Depois, a maravilha das maravilhas.

Engenheiro, economista, professor, ex-reitor da UnB, ex-governador do DF, ex-ministro e senador por mais quatro anos, Cristovam é candidato a presidente pelo PDT. Tem 1% nas pesquisas, mas insiste na sua cruzada.

Demitido por Lula do MEC, e por telefone, ele agora não tem papas

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para comentar a matéria intitulada “Caio Fábio diz que foi pressionado por PT no caso Cayman”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 22 de outubro do corrente.

A matéria destaca que o pastor evangélico, Caio Fábio D’Araujo Filho, relatou que, como na campanha presidencial deste ano, o Partido dos Trabalhadores produziu um dossiê falso para ser usado na campanha presidencial de 1998 contra Fernando Henrique Cardoso, mas que acabou desqualificado pela Polícia. A diferença entre os dois episódios, segundo o pastor

A jornalista, em seu artigo, ainda destaca que, se Lula for reeleito, não poderá mais fazer uso da famosa “herança maldita”: “Ele vai ter que arranjar outra desculpa para erros, atrasos e maus resultados – como os do PIB. Será Lula com Lula. E haja lábia”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

na língua. Diz que Lula “usurpou” o Bolsa-Escola (idéia que Cristovam registrou em livro na UnB e implantou depois no DF), como “usurpou a política econômica de FHC e a ética de Collor”.

Mais: segundo Cristovam, Lula se arroga a responsabilidade pela auto-suficiência do petróleo, um trabalho de meio século e de incontáveis governos. Depois, ironiza: qualquer dia desses, o Lula vai se passar por “pai do Real” —plano, aliás, que o atual presidente condenou publicamente quando lançado por FHC no governo Itamar.

Se Lula for reeleito, como indicam as pesquisas, não haverá mais a “herança bendita”, como é hoje o petróleo, muito menos a “herança maldita”, como é tudo o que veio de FHC. Ele vai ter que arranjar outra desculpa para erros, atrasos e maus resultados —como os do PIB. Será Lula com Lula. E haja lábia.

elianec@uol.com.br

Caio Fábio, é que em 1998 o PT conseguiu apagar sua participação a tempo.

Sr. Presidente requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Também quero, como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, comentar a matéria intitulada “FAT financia ONG ligada a ex-assessor de Mercadante”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 22 de setembro do corrente.

A matéria destaca que Hamilton Lacerda, ex-assessor da campanha de Aloizio Mercadante e envol-

vido na compra de um falso dossiê contra candidatos tucanos, tem laços com a Politeuo, uma ONG sediada no ABC Paulista, berço do PT, e que recebeu do Governo Lula R\$1,69 milhão.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste

pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Caio Fábio diz que foi pressionado por PT no caso Cayman

Pastor acusado de intermediar dossiê contra tucanos em 1998 recebeu apelos de petistas para divulgar papelada

Ricardo Muniz
ENVIADO ESPECIAL
RIO

Não é de hoje que o Partido dos Trabalhadores busca avidamente informações comprometedoras para desqualificar quem lhe é incômodo politicamente. Pelo relato do pastor evangélico Caio Fábio D'Araújo Filho, assim foi na campanha presidencial de 1998. A diferença é que naquela ocasião o PT conseguiu tirar a tempo o corpo da linha de tiro.

Quem se deu mal mesmo foi Caio Fábio, acusado de intermediar o Dossiê Cayman, uma papelada que comprovaria que Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Sérgio Motta e Mário Covas mantinham centenas de milhões de dólares em um paraíso fiscal no Caribe. As investigações desqualificaram os documentos como pura armação.

O reverendo alcançou na década de 1990 um status inédito: foi um líder evangélico respeitado em todo o País. Com a Fábrica de Esperança, um ambicioso projeto social em Acari, no Rio, Caio Fábio foi incensado pela mídia e se acostumou a receber visitas ilustres. FHC, por exemplo, apareceu lá em janeiro de 1995, no início do primeiro mandato. Mas todo prestígio desmanchou no ar com o escândalo do dossiê.

Segundo Caio Fábio, em meados de 1998 Lula fez uma visita à Fábrica de Esperança. "Naquele dia apareceu lá um cara que Lula conhecia há muito mais tempo do que eu e que tinha sido a pessoa que me contou a história de Cayman na Flórida. Eles se abraçaram como velhos amigos. Esse indivíduo me disse: 'Reverendo, eu não disse pro senhor que é todo mundo igual? Conte aquela história pro Lula e ele está louco atrás daquilo'. Depois o próprio Lula me abordou: 'Como você não me conta uma coisa dessas?'"

A partir daquele momento, líderes do PT passaram a pressioná-lo. "Havia ligações, meia-noite, todo dia, às vezes a Bené (*Benedita da Silva*) estava chorando: 'Meu reverendo, pelo amor de Deus salva agente. Sem essa história o Lulinha não vai ganhar. Nós jamais vamos conseguir. Não deixa a gente nessa, pelo amor de Deus.' Deus é minha testemunha, e as contas telefônicas também, de quem ligava pra quem. Até mesmo o José Dirceu veio ao Rio conversar comigo. A covardia foi tão grande que à medida que o tempo foi passando, e ficou patente que a papelada era uma grande operação de falsificação, eles foram transferindo tudo para as minhas costas."

Processado por calúnia por Fernando Henrique, Caio Fábio só se viu livre das acusações no ano passado – inocentado pelo depoimento de Eduardo Jorge, ex-secretário de FHC. Aos 51 anos, casado pela segunda vez, rompido com o meio evangélico e líder de uma comunidade cristã alternativa com 3 mil membros em Brasília, Caio Fábio está recomeçando. "Minha reclusão passou da hora de acabar. Mas nada quero com temas políticos, só quero propagar a fé bíblica", diz. "Em 1998 eu fui deixado com uma mão na frente outra atrás por um PT que pôs de ético. E é tudo mentira. O pessoal do PT é que ficou atrás de mim." ●

FAT financia ONG ligada a ex-assessor de Mercadante

Hamilton Lacerda tem laços com Politeuo, no ABC, que obteve R\$ 1,69 milhão em recursos oficiais

Ricardo Brandt

Mais uma organização não-governamental ligada aos envolvidos no escândalo do dossiê Vedoin aparece como beneficiária de recursos públicos em administrações petistas: a Politeuo - Rede Local de Economia Solidária, em São Caetano do Sul (SP). Ligada a Hamilton Lacerda, afastado da campanha de Aloizio Mercadante, a ONG já foi beneficiada com pelo menos R\$ 1,69 milhão em verbas da prefeitura de Santo André, da Petrobrás e do Ministério do Trabalho.

Especializada em qualificação profissional, a entidade que funciona num prédio de três andares já abocanhou gordos contratos sem licitação. Ontem, a reportagem esteve no local e encontrou apenas um rapaz que disse não poder falar como responsável pela entidade.

Os principais contratos obtidos pela Politeuo foram feitos na prefeitura de Santo André, durante a gestão do PT - o primeiro em 2001, quando o prefeito era Celso Daniel (morto em

'Prestação de contas está regular'

...O atual presidente da Politeuo, Fausto de Almeida, disse ontem que a entidade não tem qualquer relação política. A ONG, afirmou, atua na formação e na qualificação de jovens e de profissionais. "Todas as nossas prestações de contas estão regulares."

De acordo com Almeida, os convênios com órgãos públicos têm exigências rígidas quanto às prestações de contas. "Temos buscado parcerias com entidades privadas."

Ele disse que a entidade não tem fins lucrativos e conta com a ajuda de voluntários, quando não há convênios em andamento. A

2002), e o segundo em 2003, na gestão de João Avamileno, até hoje no cargo. A assessoria de imprensa da prefeitura informou ontem que os dois contratos têm valor total de R\$ 978 mil e foram cumpridos regularmente. Balanços das ordens de pagamentos em

Politeuo, no entanto, foi qualificada em 2004 como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) - uma ONG na qual os diretores podem ser remunerados.

O vereador Edgar Nóbrega foi procurado, mas não retornou as ligações.

A prefeitura de Santo André informou que os dois contratos feitos com a Politeuo foram regulares e os serviços prestados trouxeram resultados concretos para o município, como a criação de 11 cooperativas, 2 associações constituídas e a formação 2.521 pessoas, entre outros. ● R.B.

tregues à Câmara Municipal de Santo André, no entanto, mostra que o valor é um pouco superior - entre 2002 e 2005, a Politeuo recebeu R\$ 1,4 milhão.

Os dois contratos foram firmados com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e

Trabalho para "prestação de serviços de formação, capacitação e assessoria para os contemplados no programa Empreendedor Popular" e para "prestação de serviços de formação, capacitação e assessoria para organização, legalização e consolidação de cooperativas populares e trabalhadores integrantes do Programa Incubadora de Cooperativas".

Os contratos foram feitos pelo clássico expediente de "notória especialidade" para que fosse possível legalmente fazer a dispensa da licitação.

A Politeuo também é um das ONGs participantes do Primeiro Emprego, programa do governo federal. Em julho, presidente Lula esteve no ABC e anunciou a destinação de cerca de R\$ 4,5 milhões, vindos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para uma terceira etapa do Consórcio Social de Juventude do ABC - beneficiado pelo Primeiro Emprego.

Por meio desse programa, o governo federal repassa verbas para municípios e entidades que fazem serviços de capacitação profissional de jovens. Entre as ONGs listadas como autoriza-

das para o serviço, que recebeu R\$ 3,2 milhões nessa etapa, está a Politeuo. O atual presidente da Politeuo, Fausto de Almeida, disse não saber quais os valores repassados pelo programa. Fontes do PT informaram que a entidade já recebeu pelo menos R\$ 100 mil do governo.

A ONG também tem um convênio com a Petrobrás. A estatal disse só poder informar hoje o valor. O patrocínio seria de pelo menos R\$ 187 mil.

A Politeuo foi fundada em 1999 e presidida pelo economista Edgar Nóbrega, vereador do PT em São Caetano e candidato a deputado estadual. Na época, Nóbrega era pessoa de confiança de Lacerda. Quando foram feitos os contratos, a ONG era presidida por Mário de Jesus Ribeiro, também do grupo político de Lacerda.

Até pouco tempo atrás, a Politeuo era presidida por Maria de Fátima Fonseca, namorada de Nóbrega e cunhada de Lacerda. Oficialmente, Nóbrega e Lacerda romperam relações, mas integrantes do PT confirmaram a estreita relação entre eles. Ao lado do prédio da Politeuo, funciona o comitê político de Nóbrega. ●

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Para vice de Serra, petistas são ‘filhotes de Goebbels’”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 11 de outubro do corrente.

A matéria destaca que o Deputado Alberto Goldman, do PSDB, Vice do Governador eleito de São Paulo, José Serra, classificou de ‘filhotes de Goebbels’ os petistas, por dizerem que o tucano Geraldo Alckmin vai vender estatais como o Banco do Brasil, se for eleito. Goldman se referiu ao Ministro da propaganda

da Alemanha nazista, Joseph Goebbels, que pregava que uma mentira repetida mil vezes se transforma em verdade.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Para vice de Serra, petistas são ‘filhotes de Goebbels’

Bornhausen também faz comparação com chefe da propaganda nazista e acusa Lula de ser mentiroso

BRASÍLIA

O deputado Alberto Goldman (PSDB), vice do governador eleito de São Paulo, José Serra, classificou ontem de “filhotes de Goebbels” os petistas, por dizerem que o tucano Geraldo Alckmin vai vender estatais como Petrobrás e o Banco do Brasil, se for eleito. “Não adianta mostrar que não há nada disso no programa de governo. Os filhotes de Goebbels estão aí para ficar repetindo mentiras.”

Goldman referia-se ao ministro da propaganda da Alemanha nazista, Joseph Goebbels, que pregava que uma mentira repetida mil vezes se transformava em verdade. “No programa (*de Alckmin*), não tem isso”, insistiu o vice de Serra. “Não vamos privatizar. Isso não quer dizer que uma empresa aqui e ali não possa ser privatizada.”

Ele disse que não existe o dogma de que algumas estatais não podem ser privatizadas, mas insistiu: “Não há um programa de privatização. Petrobrás, Banco

do Brasil, Caixa Econômica e as grandes empresas não serão privatizadas.” As declarações de Goldman refletem a reunião dos deputados federais tucanos, que ontem acertaram que vão responder à ofensiva dos petistas, rebatendo esses boatos.

No Congresso, dirigentes do PFL e do PSDB condenaram a “tática terrorista” do PT. O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), repetiu a comparação com Goebbels. “É uma tática fascista. Não é à toa que todo mundo já sabe que Lula é o maior mentiroso do País.” Segundo ele, estão sendo repetidas “diária e sistematicamente” afirmações falsas sobre privatização de estatais e o fim do Bolsa-Família. “Fica claro que estão desesperados.”

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), disse na tribuna que os aliados de Lula chegam ao ponto de amedrontar moradores de cidades pequenas, alegando que se Alckmin for eleito vai mandar cortar a luz e suspender o Bolsa-Família. “Pode

passar na cabeça de alguém que um presidente se sustente no poder com base nesse tipo de inverdade?”

Virgílio disse que, em vez de fazer previsões falsas, Lula deveria reconhecer “os estragos” feitos por seu governo em órgãos como a Caixa e a Petrobrás. “Quem privatizou em algum momento a Caixa, a Petrobrás, os Correios, esse alguém se chama Luiz Inácio Lula da Silva, responsável por tudo que acontece no seu governo.” Citou como exemplo o Land Rover dado ao ex-secretário-geral do PT Silvío Pereira, supostamente por facilidades nas operações com a Petrobrás, o esquema de propina nos Correios e a violação da conta da Caixa do caseiro Francisco dos Santos Costa.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), disse que a divulgação de mentiras chegou a tal ponto que se tornou “o mote principal” de Lula. “Ele mente de forma inacreditável.” ● CIDA FONTES,

DENISE MADUEÑO e ROSA COSTA

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para comentar o editorial intitulado “Sismo sob o PT”, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 25 de setembro de 2006.

O editorial destaca que a crise do dossiê relançou a sorte da disputa presidencial, que entra na sua semana decisiva sob o signo da incerteza.

Sismo sob o PT

Crise do dossiê relançou a sorte da disputa presidencial, que entra na sua semana decisiva sob o signo da incerteza

A ECONOMIA, quase sempre em crise, foi o principal elemento a conferir dramaticidade aos pleitos que, desde 1989, elegeram presidentes da República no Brasil. A ironia é que agora, quando os parâmetros financeiros acusam inusitada calma, os desmandos da política é que são lançados ao prosclênio nos últimos dias de campanha antes do primeiro turno.

A menos de 150 horas da abertura da votação, paira no ar a incerteza. Dissipou-se a monotonia de um cenário que, há dez dias, apontava para uma vitória tranqüila de Luiz Inácio Lula da Silva no primeiro turno. Na madrugada de sexta, 15 de setembro, dois petistas foram presos com R\$ 1,7 milhão em dinheiro vivo. Negociariam um dossiê contra adversários; acabaram relançando a sorte da eleição.

Em campo sete dias após o flagrante da Polícia Federal, o Datafolha apurou ligeira oscilação negativa, dentro da margem de erro, na intenção de voto de Lula. Avançou um ponto o bloco de seus adversários. Oito pontos percentuais separam o presidente dos concorrentes. Na análise estatística, tudo igual: o petista teria sido reconduzido ao Planalto, em turno único, se as eleições houvessem ocorrido na sexta-feira passada.

Sem a crise do dossiê, seriam mesmo favas contadas a reeleição de Lula no domingo que vem. Mas o solo em que caminha a

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o editorial passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

candidatura petista está tremendo — e não vai parar de chacoalhar nos próximos seis dias.

Esperam-se novidades acerca do mais grave elemento ainda incógnito na operação organizada por pessoas na cúpula da campanha presidencial, companheiros de partido e sindicalismo de Lula. Trata-se de saber como foi financiada a compra das informações, de onde veio o dinheiro.

Se cinco dias de intensa exposição do caso nos meios de comunicação e de exploração eleitoral pela campanha de Geraldo Alckmin não bastaram para mudar o quadro no Datafolha, nada garante que o comportamento do eleitorado permaneça o mesmo de hoje até domingo.

O desenrolar do escândalo, a manutenção do caso em destaque no noticiário e a intensificação da estratégia oposicionista até quinta-feira — último dia de propaganda eleitoral — ainda podem alterar esse quadro o suficiente para levar a disputa presidencial para o segundo turno. Basta que as intenções de voto de Lula caiam quatro pontos percentuais e que estes sejam transferidos para seus adversários.

É alto (71%) o índice dos eleitores que tomaram conhecimento dos fatos básicos do escândalo, mas ele ainda é razoavelmente menor (61%) no estrato mais fiel a Lula — pessoas com renda familiar mensal até R\$ 700, que perfazem metade do eleitorado. São eles os responsáveis pela impressionante resistência da candidatura Lula a uma sucessão igualmente impressionante de escândalos na administração petista.

Essa fidelidade, calcada, entre outros fatores, em melhorias efetivas — embora insustentáveis nos termos em que evoluíram — na condição de vida, vai passar por seis dias decisivos de teste.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da entrevista cedida pelo candidato tucano, Geraldo Alckmin, intitulada “Vou apoiar a produção de tevê digital na Zona Franca”, publicada pelo jornal **A Crítica**, de 15 de outubro de 2006.

O candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, disse que se eleito vai fortalecer o Pólo Industrial de Manaus (PIM). Segundo o candidato: “nós vamos fazer crescer a Zona Franca de Manaus e liberaremos R\$600 milhões para investimentos em sua infra-estrutura. Seu modelo é um caso de sucesso,

pois cria empregos, tem alta tecnologia e ainda não polui a floresta e o meio ambiente como um todo. Quero deixar bem claro também que a tevê digital é uma vocação do PIM e que farei de tudo para fortalecer a sua produção na região”.

Sr Presidente, para concluir, requeiro que a referida entrevista passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Os planos de Alckmin

“ O PIM será prioridade no meu governo, junto com a Sudam, agência de desenvolvimento que criarei com novos moldes, para o crescimento da Amazônia ”

Peregrinação Em viagem pelo Nordeste, para construção de alianças políticas, candidato à presidência pelo PSDB, Geraldo Alckmin, recebeu a reportagem de A CRÍTICA em Recife

Desmentidos Tucano falou sobre seus projetos para o Amazonas e esclareceu alguns pontos negativos propagados pelo movimento que ele chama de “Mentirobrás”.

Geraldo Alckmin

“Vou apoiar a produção de TV digital na Zona Franca”

Em entrevista a A CRÍTICA, o candidato tucano afirma que o Pólo Industrial de Manaus será prioridade em seu Governo e que vai descontingenciar R\$ 600 milhões para a Suframa

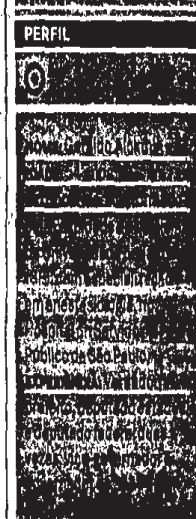
ANTONIO XIOMENES
ENVIADO ESPECIAL

RECIFE (PE) - O candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, disse que se eleito vai fortalecer o Pólo Industrial de Manaus (PIM). "Nós vamos fazer crescer a Zona Franca de Manaus e liberaremos R\$ 600 milhões para investimentos em sua infraestrutura. O seu modelo é um caso de sucesso, pois cria empregos, tem alta tecnologia e ainda não polui a floresta e o meio ambiente como um todo. Quero deixar bem claro também que a TV digital é uma vocação do PIM e que eu farei de tudo para fortalecer a sua produção na região", declarou em Recife (PE), com exclusividade para a CRÍTICA, onde esteve reunido com a cúpula da sua campanha, para definir os próximos passos do mais árduo segundo turno da história política brasileira. Alckmin chega no dia 19 em Manaus, de acordo com a coordenação de sua campanha, onde vai reunir-se com lideranças políticas locais e aliados dentro da estratégia para aumentar a sua base de votos no Amazonas.

Candidato, qual a sua política para o Pólo Industrial de Manaus?

Eu vou fortalecê-lo. O meu compromisso é com a agenda do crescimento e do desenvolvimento e o PIM é a prova concreta disso no Amazonas, pois cria empregos, tem alta tecnologia e tem competitividade interna e externa. Vou apoiar a produção de TV digital na Zona Franca de Manaus e vou também liberar R\$ 600 milhões para investimentos em infraestrutura da Suframa. Ninguém está autorizado a falar o contrário, pois o PIM será prioritário no meu governo, junto com a Sudam, agência de desenvolvimento que criarei, com novos moldes, para o crescimento da Amazônia.

De que maneira o senhor vai contribuir para que as empresas do PIM permaneçam na região e não ocorra de-



PERFIL

semprego?

Investindo em pesquisa, em tecnologia e mantendo os benefícios da Zona Franca de Manaus. Sobre a entrada dos produtos procedentes da China vamos cuidar disso da seguinte maneira: o presidente do Brasil tem que cuidar dos interesses dos brasileiros. E o que nós estamos verificando hoje é uma invasão de produtos "chineses" na área eletroeletrônica, nos eletrodomésticos, nas roupas, nos sapatos, nos brinquedos, e o pior, o atual governo reconheceu a China como economia de mercado, o que causou o enfraquecimento da posição brasileira. Comigo, o relacionamento vai ser diferente. A prioridade é a nossa produção e o PIM está incluído.

Como o senhor pretende ampliar o desenvolvimento do Amazonas?

Terminando o gasoduto Uruçu-Manaus, criando um pólo de produção de fármacos e cosméticos, aproveitando a biodiversidade local e incentivando e apoiando a pesquisa de ponta no Inpa, na Fundação Flocruz (Fundação Oswaldo Cruz) e em outras instituições que atuam na região. Criando o pólo de polímeros e plásticos com o gás que virá pelo gasoduto. Incentivando e investindo no turismo, que é a indústria que mais emprega no mundo e tem todas as condições de ter um grande de-

sempenho na região Amazônica. Investindo em educação e investindo em tecnologia.

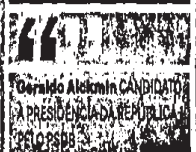
Como o senhor vai tratar do meio ambiente da Amazônia? Eu defendo o zoneamento ecológico/econômico. Através dele podemos definir as vocações locais, tendo sempre em conta as características do meio ambiente, que devem ser preservadas com racionalidade. O crescimento da economia, a geração de empregos e de renda serão a obsessão do meu governo, que também defenderá a natureza criando alternativas de desenvolvimento regional, por isso eu valorizo muito o PIM, que é um caso de sucesso e que vai receber mais investimentos do meu governo para a sua expansão.

O senhor tem dito que vai investir na segurança de fronteira, como fará isso?

O problema da segurança pública é um problema do País. Temos hoje um problema de altos índices de criminalidade em todo o Brasil e por trás disso está a questão do narcotráfico, do contrabando de armas, da lavagem de dinheiro e da pirataria. A maneira mais eficaz de combater todos esses crimes é fortalecendo as fronteiras. Vou aumentar a presença das forças armadas na fronteira e reparará-las. O Exército estará nas fronteiras secas, a Aeronáutica no espaço aéreo e a Marinha no litoral e nos rios. A Polícia Federal agirá com inteligência e com banco de dados. Nós vamos ter sucesso na questão do combate ao narcotráfico, do contrabando de armas e dos outros crimes, com isso vamos dar um grande passo para melhorar a segurança do País como um todo. Vamos liberar os recursos do Fundo de Segurança e do Fundo Penitenciário, que estão contingenciados no atual governo. Seremos parceiros dos governos estaduais e dos municipais.

O senhor vai privatizar o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, os Correios e a Petrobrás, como tem dito a oposição? Eu não vou privatizar nenhuma

FRASES



"O meu compromisso é com a agenda do crescimento e do desenvolvimento e o PIM é a prova concreta disso no Amazonas, pois cria empregos, tem alta tecnologia e tem competitividade interna e externa. Vou apoiar a produção de TV digital na Zona Franca de Manaus e vou também liberar R\$ 600 milhões para investimentos em infraestrutura da Suframa".

"(...) o atual governo reconheceu a China como economia de mercado, o que causou o enfraquecimento da posição brasileira. Comigo, o relacionamento vai ser diferente. A prioridade é a nossa produção e o PIM está incluído".

"Não há nenhuma razão para termos 34 ministérios. Isso foi feito para acomodar os petistas. Acomodar os 'companheiros' que perderam a eleição. Isso não é possível de se aceitar. O aparelhamento do Estado não pode ser aceito. Eu pretendo ter um governo de respeito ético. Respeito ao dinheiro dos impostos da população".

"Vou aumentar a presença das forças armadas na fronteira e reparará-las. O Exército estará nas fronteiras secas, a Aeronáutica no espaço aéreo e a Marinha no litoral e nos rios".

dessas empresas. É tudo mentira. Não tem nada de verdade nisso. Infelizmente, o governo federal criou a "Mentirobrás", uma empresa nova que me deixou muito triste. Não dá para ver os ministros fazendo campanha, ao invés de estarem trabalhando para o povo. Digo mais ainda, eu vou fortalecer o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, os Correios e a Petrobrás, que são fundamentais para o Brasil.

O senhor tem dito que vai diminuir a máquina pública, como isso será feito?

Olha, não há nenhuma razão para termos 34 ministérios. Isso foi feito para acomodar os petistas. Acomodar os "companheiros" que perderam a eleição. Isso não é possível de se aceitar. O aparelhamento do Estado não pode ser aceito. Eu pretendo ter um governo de respeito ético. Respeito ao dinheiro dos impostos da população. Há um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que mostra que o Brasil perde R\$ 3 bilhões com a corrupção. Eu vou tratar o Estado com eficiência. Eu economizei, como governador de São Paulo, em três anos e meio, R\$ 4 bilhões, sem compras eletrônicas. Gente o que é o sanguessuga? É o sobrepeso na compra de ambulâncias. É roubo por superfaturamento. Se a gente comprar no pregão se economiza mais e se evita os superfaturamentos.

O que senhor fará na área de Educação?

Eu pretendo implantar no Brasil todo as escolas em tempo integral e de graça. O aluno vai ter café da manhã, almoço e lanche da tarde. Aláás, vou começar a cara, com as escolas de ensino fundamental de cinco horas depois, expandir, como fiz em São Paulo, onde há 500 escolas em tempo integral. Escolas com qualidade e de graça.

Na Saúde, quais são as suas propostas?

O Brasil retrocedeu na área saúde e isso é um absurdo. País foi para trás. São poucas pessoas que sabem o nome ministro da Saúde, antes n-

ra assim. A saúde é uma área vital importância para o povo brasileiro. Todo mundo paga o imposto do cheque, aquele usado na saúde e, que, no ano passado arrecadou quase R\$ 30 bilhões e, no entanto, a gente continua vendo as pessoas morrendo de malária, hepatite, tuberculose e outras complicações. Isso não pode continuar. Nós vamos investir na construção de hospitais, nos mutirões de saúde na qualificação de pessoal e em pesquisas. Vamos colocar mais recursos na saúde fazendo o ajuste fiscal, evitando o desperdício, a corrupção e sendo eficientes.

De que maneira o senhor vai diminuir a carga tributária?

Essa é uma questão central porque com uma carga tributária de 38% do PIB (Produto Interno Bruto que é a soma de todas as riquezas do País), que é o dobro da Argentina, do México, do Chile, da Venezuela, é claro que a competitividade dos nossos produtos vai para trás e nós precisamos, em um mundo moderno, sermos competitivos. A palavra no mundo moderno é eficiência. A ineficiência do atual governo federal está diminuindo a eficiência das empresas.

Na nossa agenda do crescimento temos obsessão pelo emprego, que é o que diminui a pobreza, que torna as pessoas mais felizes, porque se sentem úteis. Não há governo ético se ele não é eficiente. A eficiência é o novo nome da ética. Nós vamos fechar todas as torneiras do desperdício, para poder diminuir a carga tributária, analisando as cadeias produtivas para o País crescer forte.

Como o senhor pretende reverter a diferença em relação ao seu adversário?

Toda diferença é possível de ser tirada. Chegamos ao segundo turno porque temos propostas sérias e porque o povo acredita em nós. Estamos prontos para governar o País e conto com a ajuda do povo amazonense.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O Senador Tião Viana reconsidera a sua inscrição para amanhã.

Não mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 31 minutos.)

(OS Nº 15732/2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª Sessão Legislativa Ordinária da
52ª Legislatura -2006

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
(Período de 1º a 31/10/2006)

I - MEDIDAS PROVISÓRIAS

1 – APROVADAS NA FORMA DE PROJETO DE LEI DE
CONVERSÃO E ENVIADAS À SANÇÃO:

Total	1
--------------------	----------

Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2006 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 296, de 2006), que *dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, para fins de constituição dos quadros de pessoal das novas instituições federais de educação profissional e tecnológica e das novas instituições federais de ensino superior.*

Sessão: 04.10.2006

2 - APROVADAS NA ÍNTEGRA E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

Total.....	.12
------------	-----

Medida Provisória nº 297, de 2006, que *regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências*

Sessão: 04.10.2006

Medida Provisória nº 298, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), para o fim que especifica.*

Sessão: 10.10.2006

Medida Provisória nº 299, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 925.459.839,00 (novecentos e vinte cinco milhões, quatrocentos e cinqüenta e nove mil, oitocentos e trinta e nove reais), para os fins que especifica*

Sessão: 17.10.2006

Medida Provisória nº 300, de 2006, que *autoriza o Poder Executivo, na forma e condições estipuladas, a pagar valores devidos aos anistiados políticos de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e dá outras providências.*

Sessão: 17.10.2006

Medida Provisória nº 301, de 2006, que *dispõe sobre a criação da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da Fiocruz, do Plano de Carreiras e Cargos do Inmetro, do Plano de Carreiras e Cargos do IBGE e do Plano de Carreiras e Cargos do Inpi; o enquadramento dos servidores originários das extintas Tabelas de Especialistas no Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; a criação do Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar, a reestruturação da Carreira de Tecnologia Militar, de que trata a Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998; a*

criação da Carreira de Suporte Técnico à Tecnologia Militar; a extinção da Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar – GDATM; e a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Operacional em Tecnologia Militar – GDATEM; a alteração da Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo – GDASA, de que trata a Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002; a alteração dos salários dos empregos públicos do Hospital das Forças Armadas – HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001; a criação de cargos na carreira de Defensor Público da União; a criação das Funções Comissionadas do INSS – FCINSS; o auxílio-moradia para os servidores de Estados e Municípios para a União, a extinção e criação de cargos em comissão; e dá outras providências.

Sessão: 17.10.2006

Medida Provisória nº 302, de 2006, *que dispõe sobre a criação dos Planos Especiais de Cargos da SUFRAMA e da EMBRATUR, e da Gratificação Temporária dos Órgãos Centrais - GSISTE; a alteração de dispositivos da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, que dentre outras providências reestrutura a remuneração dos cargos das carreiras de Auditoria da Receita Federal, de Auditoria-Fiscal da Previdência Social e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, que dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e da Lei nº 10.479, de 28 de junho de 2002, que dispõe sobre a remuneração dos integrantes das carreiras de Diplomata, Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria; a instituição da Gratificação Específica de Apoio Técnico e Administrativo ao Serviço Exterior Brasileiro - GEASEB; a instituição da Gratificação Especial de Função Militar - GEFM; e dá outras providências.*

Sessão: 17.10.2006

Medida Provisória nº 304, de 2006, *que dispõe sobre a criação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE e do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA; institui a Gratificação Específica de Docência dos servidores dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima - GEDET; fixa o valor e estabelece critérios para a concessão da Gratificação de Serviço Voluntário, de que trata a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, aos militantes dos extintos Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima; autoriza a redistribuição, para os Quadros de Pessoal Específico das Agências Reguladoras, dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, cedidos àquelas autarquias, nas condições que especifica; cria Planos Especiais de Cargos, no âmbito das Agências Reguladoras referidas no Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de*

2004; institui a Gratificação de Efetivo Desempenho em Regulação - GEDR, devida aos ocupantes dos cargos do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; cria as carreiras e o Plano Especial de Cargos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais - INEP; aumenta o valor da Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional - GEPDIN, instituída pela Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e dá outras providências.

Sessão: 17.10.2006

***Medida Provisória nº 305, de 2006,** que dispõe sobre a remuneração dos cargos das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, Advogado da União, Procurador Federal e Defensor Público da União de que tratam a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e a Lei nº 10.549, de 13 de novembro de 2002; da Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil, de que trata a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998; da Carreira Policial Federal, de que trata a Lei 9.266, de 15 de março de 1996, e a reestruturação dos cargos da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998; e dá outras providências.*

Sessão: 17.10.2006

***Medida Provisória nº 306, de 2006,** que fixa os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas.*

Sessão: 17.10.2006

***Medida Provisória nº 307, de 2006,** que altera a Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, no tocante aos valores da Vantagem Pecuniária Especial - VPE devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.*

Sessão: 17.10.2006

***Medida Provisória nº 308, de 2006,** que fixa o subsídio dos cargos das Carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal.*

Sessão: 17.10.2006

***Medida Provisória nº 309, de 2006,** que altera os valores constantes do Anexo II da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN.*

Sessão: 17.10.2006

**3 – APROVADA NA FORMA DE PROJETO DE LEI DE
CONVERSÃO, APRESENTADO PELO SENADO FEDERAL, E
DEVOLVIDO À CÂMARA DOS DEPUTADOS:**

Total.....1

Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2006 (oferecido pelo Senado à Medida Provisória nº 303, de 2006), que *dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Secretaria da Receita Federal, com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e com o Instituto Nacional do Seguro Social nas condições que especifica e altera a legislação tributária federal.*

Sessão: 18.10.2006

**II – PROJETOS DE LEI APROVADOS E ENVIADOS À
SANÇÃO:**

De iniciativa do Presidente da República .. 1
De iniciativa do Procurador-Geral da República 1
Total..... 2

Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2006 (nº 6.469/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Procurador-Geral de República, que *dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração; revoga as Leis nºs 9.421, de 24 de dezembro de 1996, 10.475, de 27 de junho de 2002, 10.417, de 5 de abril de 2002, e 10.944, de 16 de setembro de 2004, e dá outras providências.*

Sessão: 06.10.2006 (na sessão dia 10/10/2006, aprovação de adendo)

Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2006 (nº 7.432/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *denomina “Rodovia Santos Dumont” a rodovia BR-116, do quilômetro 0 (zero), em Fortaleza, no Estado do Ceará, até o entroncamento com a BR-040, no Estado do Rio de Janeiro.*

Sessão: 17.10.2006

III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

De iniciativa do Senado Federal	4
De iniciativa da Câmara dos Deputados	1
Total.....	5

Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2006, apresentado pelo Senador Rodolpho Tourinho, como conclusão do parecer sobre a Medida Provisória nº 297, de 2006, que *regulamenta os §§ 4º e 5º do art. 198 da Constituição Federal, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.*

Sessão: 04.10.2006

Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, que *acrescenta parágrafo ao art. 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Sessão: 11.10.2006

Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2003, de autoria do Senador Luiz Otávio, que *acrescenta o inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de setenta e cinco anos de idade.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 11.10.2006

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2006 (nº 5.049/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Procurador-Geral da República, que *regulamenta o § 1º do art. 130-A da Constituição Federal, dispondo sobre a forma de indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público oriundos do Ministério Público, e dá outras providências.*

Sessão: 17.10.2006

Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2006 - Complementar, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *altera o art. 33 da Lei Complementar nº 81, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.*

Sessão: 17.10.2006

IV - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

De iniciativa da Câmara dos Deputados .	28
Total.....	28

Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1995 (nº 428/94, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Liberal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Belém, Estado do Pará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2006 (nº 2.160/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Manoel Antônio Nunes Neto para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Icó, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2006 (nº 2.152/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Movimento de Ação Comunitária – MAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Solonópole, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 352, de 2006 (nº 2.174/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Cedro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Deputado Irapuan Pinheiro, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2006 (nº 2.210/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Irauçuba, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2006 (nº 1.961/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Francisco de Assis Dantas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penaforte, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2006 (nº 2.022/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Sócio-Cultural, Desportiva e Educacional de Pindoretama a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindoretama, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2006 (nº 2.178/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe - Agap a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2006 (nº 2.189/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2006 (nº 2.215/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Ascom - Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coração de Maria, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 374, de 2006 (nº 2.153/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Boa Viagem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2006 (nº 2.158/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação*

Movimento Comunitário Rádio Trans América/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colniza, Estado de Mato Grosso.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2006 (nº 2.159/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Criativa 102.1 FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulínea, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2006 (nº 2.161/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa FM Alminafonsense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2006 (nº 2.166/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Olga de Sá para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lorena, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2006 (nº 2.172/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Ibirapuã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirapuã, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2006 (nº 2.180/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora Auxiliadora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amambaí, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2006 (nº 2.185/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Ipiaú Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipiaú, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2006 (nº 2.190/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Presidente Sarney/MA - Aproma a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Sarney, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2006 (nº 2.195/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antonina do Norte, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2006 (nº 2.199/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Recreativa Ferrabrás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2006 (nº 2.200/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube Rio do Ouro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacobina, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2006 (nº 2.202/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaguaruana, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2006 (nº 2.206/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão FM do Povo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apicum-Açú, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2006 (nº 2.207/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária do Rio Grande Studio Livre FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2006 (nº 2.209/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Sociedade Hervalense de Artes e Recreação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Herval, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 402, de 2006 (nº 2.230/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Filhos e Amigos de Santa Bárbara do Pará - Afasb a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara do Pará, Estado do Pará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2006 (nº 2.236/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade da Andradina, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.10.2006

V – REQUERIMENTOS DIVERSOS:

De iniciativa do Senado Federal	2
Total.....	2

Requerimento nº 873, de 2006, de autoria do Senador Wellington Salgado Filho, *solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2006, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Educação.*

Sessão: 17.10.2006

Requerimento nº 1.050, de 2006, de autoria do Senador Efraim Morais, *solicitando inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2006, altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir entre os benefícios do Programa Bolsa Família o benefício natalino.*

Sessão: 17.10.2006

VI – MATÉRIAS REJEITADAS:

De iniciativa do Senado Federal	1
Total.....	1

Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2006 -Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelecendo a obrigatoriedade da execução do orçamento, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentária.*

(art. 254 do RISF)

Sessão: 06.10.2006

VII - MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES:

De iniciativa do Senado Federal	3
Total.....	3

Proposta de Emenda à Constituição nº 70, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera o § 3º do art. 226 da Constituição Federal, para permitir a união estável entre casais homossexuais.

(Retirado pelo Requerimento nº 1.023, de 2006, por deferimento do Presidente do Senado.

Sessão: 05.10.2006

Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera a redação do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para acrescentar o inciso III ao art. 128, incluindo entre as suas excludentes de antijuridicidade, hipótese permissiva de interrupção de gravidez.

(Retirado pelo Requerimento nº 1.024, de 2006, por deferimento do Presidente do Senado).

Sessão: 05.10.2006

Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que *acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, com a finalidade de dispor sobre a prática de gesto obsceno por condutor ao volante de veículo.*

(Retirado pelo Requerimento nº 1.069, de 2006, por deferimento do Presidente do Senado)

Sessão: 24.10.2006

VIII - OUTRAS DELIBERAÇÕES:

De iniciativa do Senado Federal	42
Total.....	42

Requerimento nº 1.004, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento das vítimas do voo 1907 da Gol – Linha Aérea Inteligente.*

Sessão: 03.10.2006

Requerimento nº 1.005, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de aplauso à Associação dos Amigos do Livro Matogrossense – ALIMEMTO pela coordenação da LITERAMÉRICA – Feira Latino Americana do Livro 2006 e pela homenagem à escritora Nélide Piñon.*

Sessão: 03.10.2006

Requerimento nº 1.006, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando inserção em ata de voto de aplauso a Sra. Clarice Veras, Coordenadora do Prêmio Sebrae Mulher Empreendedora 2006 lançado no dia 2 de setembro de 2006, em Cuiabá, durante a 18ª Convenção da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais (BPW) - Confam.*

Sessão: 03.10.2006

Requerimento nº 1.007, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando inserção em ata de voto de aplauso à Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Professora Maria Aparecida Barbosa Carneiro, pela realização do Mini-Curso “Violência contra a mulher”, no dia 4 de setembro de 2006.*

Sessão: 03.10.2006

Requerimento nº 1.008, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando inserção em ata de voto de aplauso ao Prefeito de Salvador, Sr. João Henrique, pela criação do Fundo Municipal para o Desenvolvimento Humano e Inclusão Educacional de Mulheres Afrodescendentes (Fiema) e pelo lançamento do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), no dia 30 de agosto de 2006.*

Sessão: 03.10.2006

Requerimento nº 1.009, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando inserção em ata de voto de aplauso à Dra. Ana*

Maria Gonçalves Louzada, juíza da 1ª Vara de Família de Brasília, por ter concedido no dia 31 de agosto de 2006 sentença favorável para retificação do nome do autor da ação, com a conseqüente alteração de sexo no registro, de feminino para masculino.

Sessão: 03.10.2006

Requerimento nº 1.010, de 2006, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando voto de pesar pelo falecimento do professor Candido José Mendes de Almeida, Diretor da Universidade Candido Mendes, ocorrido no dia 27 de setembro de 2006, no Rio de Janeiro.

Sessão: 03.10.2006

Requerimento nº 1.013, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pela morte dos passageiros e tripulantes do voo 1907, da GOL, que cumpria a rota Manaus-Brasília-Rio, no dia 29 de setembro de 2006.

Sessão: 04.10.2006

Requerimento nº 1.018, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de reconhecimento ao pugilista brasileiro Acelino Popó de Freitas.

Sessão: 04.10.2006

Requerimento nº 1.019, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Dr. Carlos Eduardo Caputo Bastos.

Sessão: 04.10.2006

Requerimento nº 1.020, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Siqueira Campos, solicitando voto de pesar pelo falecimento do candidato à Deputado Estadual pelo Estado de Tocantins, Sr. Gilberto Maciel da Fonseca, ocorrido no dia 4 de outubro de 2006.

Sessão: 04.10.2006

Requerimento nº 1.025, de 2006, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, solicitando voto de louvor pela passagem dos dezoito anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, da República Federativa do Brasil.

Sessão: 05.10.2006

Requerimento nº 1.026, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso à Escola Pública Integrada Professora Letícia Possamai, da comunidade de Aterrado, em Pouso Redondo-SC, por ter sido uma das sete unidades de ensino do Brasil selecionados para o Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar.

Sessão: 05.10.2006

Requerimento nº 1.027, de 2006, de autoria dos Senadores Roberto Saturnino e Mão Santa, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Fernando Gasparian, ocorrido no dia 7 de outubro de 2006, na cidade de São Paulo.*

Sessão: 09.10.2006

Requerimento nº 1.028, de 2006, do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, *solicitando homenagens pelo falecimento do editor e ex-Deputado Federal Fernando Gasparian, ocorrido no dia 7 de outubro de 2006, na cidade de São Paulo.*

Sessão: 09.10.2006

Requerimento nº 1.029, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Fernando Gasparian, ocorrido no dia 7 de outubro de 2006, na cidade de São Paulo.*

Sessão: 09.10.2006

Requerimento nº 1.033, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de apreço e de pronto restabelecimento ao arquiteto Oscar Niemayer, hospitalizado no Hospital Samaritano, no Rio de Janeiro, para cirurgia ortopédica.*

Sessão: 10.10.2006

Requerimento nº 1.034, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Constituinte Fernando Gasparian, também editor.*

Sessão: 10.10.2006

Requerimento nº 1.041, de 2006, de autoria do Senador Ramez Tebet e outros Senadores, *solicitando voto de louvor à Real Academia Sueca por ter agraciado o economista bengalês Muhammad Yunus, criador do banco Grameen, com o Prêmio Nobel da Paz neste ano de 2006.*

Sessão: 16.10.2006

Requerimento nº 1.042, de 2006, de autoria do Senador Ramez Tebet e outros Senadores, *solicitando voto de louvor à ao economista fundador da Real Academia Sueca.*

Sessão: 16.10.2006

Requerimento nº 1.044, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Fernando Gasparian.*

Sessão: 16.10.2006

Requerimento nº 1.045, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, *solicitando voto de louvor pela concessão do Prêmio Nobel da Paz ao senhor Muhammad Yunus, criador do Grameen Bank de Bangladesh.*

Sessão: 17.10.2006

Requerimento nº 1.046, de 2006, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Tião Viana, *solicitando voto de congratulações ao economista bengalês Muhammad Yunus e ao Grameen Bank, pelo recebimento do Prêmio Nobel da Paz de 2006.*

Sessão: 17.10.2006

Requerimento nº 1.047, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do empresário baiano Rui Almeida.*

Sessão: 17.10.2006

Requerimento nº 1.048, de 2006, de autoria dos Senadores João Ribeiro e Leomar Quintanilha, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Tibúrcio José Dantas.*

Sessão: 17.10.2006

Requerimento nº 1.055, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando votos de aplauso às equipes da Aeronáutica, Marinha e Exército, pelos bons serviços prestados na localização e resgate das vítimas do acidente aéreo do voo 1907 da Gol.

Sessão: 17.10.2006

Requerimento nº 1.056, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Instituto Médico Legal de Brasília – IML, pelos notáveis serviços de sua equipe no reconhecimento de vítimas do acidente aéreo do voo 1907 da Go.

Sessão: 17.10.2006

Requerimento nº 1.057, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de estímulo às jovens atletas amazonenses Amis Silva e Bianca Maia, selecionadas para treinamento de ginástica na Bulgária.*

Sessão: 17.10.06

Requerimento nº 1.058, de 2006, de autoria dos Senadores Antônio Carlos Valadares e Almeida Lima, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Jurandy Santos, ocorrido em Sergipe.*

Sessão: 18.10.2006

Requerimento nº 1.059, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma,

solicitando voto de aplauso aos médicos pela passagem de seu dia, comemorado em 18 de outubro, também dia de São Lucas, padroeiro da Medicina.

Sessão: 18.10.2006

Requerimento nº 1.060, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, pelo 15º aniversário de criação do Programa Qualidade Amazonas.*

Sessão: 18.10.2006

Requerimento nº 1.061, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Editora Alvinegra, do Rio de Janeiro, pelo lançamento da Revista Piauí, publicação empenhada no bom texto.*

Sessão: 18.10.2006

Requerimento nº 1.062, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à professora Íris Ferrari, da UnB, contemplada com o título de Mulher do Ano, Categoria Ciência, do Prêmio Cláudia, em reconhecimento ao seu trabalho, de décadas, para o diagnóstico de determinados tipos de câncer no sangue.*

Sessão: 18.10.2006

Requerimento nº 1.068, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Município de Manaus, pelo transcurso de seu 337º aniversário de criação.*

Sessão: 24.10.2006

Requerimento nº 1.070, de 2006, de autoria do Senador Roberto Saturnino, *solicitando apresentação de condolências à família e inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do jurista José Luiz Bulhões Pedreira, ocorrido no dia 24/10/2006.*

Sessão: 25.10.2006

Requerimento nº 1.071, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando apresentação de votos de congratulações pela escolha do nome do engenheiro Alysson Paolinelli, como laureado pelo WORLD FOOD PRIZE, do ano de 2006, instituição que premia as personalidades e fatos significantes em trabalhos relativos à produção de alimentos, no caso de desenvolvimento do cerrado brasileiro como uma das grandes conquistas das ciências agrícolas no século XX.*

Sessão: 25.10.2006

Requerimento nº 1.072, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando apresentação de votos de congratulações pela escolha do nome do engenheiro da Embrapa, Edson Lobato, como laureado pelo WORLD*

FOOD PRIZE, do ano de 2006, instituição que premia as personalidades e fatos significantes em trabalhos relativas à produção de alimentos, no caso de desenvolvimento do cerrado brasileiro como uma das grandes conquistas das ciências agrícolas no século XX.

Sessão: 25.10.2006

Requerimento nº 1.073, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando voto de congratulações à professora Ana Flávia Ribeiro Loura Guizalberte pelo recebimento do Prêmio Professora Nota 10, promovido pela Fundação Victor Civita.*

Sessão: 25.10.2006

Requerimento nº 1.076, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Professora Maria Helena P.T. Machado pelo seu trabalho acerca das pesquisas realizadas na Amazônia pelo Filósofo norte-americano William James, o estudioso que popularizou o termo pragmatismo.*

Sessão: 30.10.2006

Requerimento nº 1.077, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Ruth Silvina de Oliveira, ocorrido no Rio de Janeiro, em 19 de outubro de 2006.*

Sessão: 30.10.2006

Requerimento nº 1.078, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros senhores Senadores, *solicitando voto de congratulações e aplauso pela passagem dos cem anos do vôo do 14 Bis, bem como, pela inestimável contribuição dada por Santos Dumont ao desenvolvimento da ciência e da aviação em especial.*

Sessão: 30.10.2006

Requerimento nº 1.079, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do radialista, jornalista, escritor e ex-deputado federal Enéas Machado de Assis, ocorrido no dia 17 de outubro de 2006, na cidade de São Paulo – SP.*

Sessão: 31.10.2006

IX - ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

Total.....	5
------------	---

Ato nº 52, de 2006 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 10 de outubro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 316, de 11 de agosto de 2006, que *altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e aumenta o valor dos benefícios da previdência social.*

(publicado no Diário Oficial da União de 3.10.2006, seção I)

Ato nº 53, de 2006 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 16 de outubro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 317, de 16 de agosto de 2006, que *altera dispositivos da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, que dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, e dá outras providências.*

(publicado no Diário Oficial da União de 6.10.2006, seção I)

Ato nº 54, de 2006 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 16 de outubro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 318, de 22 de agosto de 2006, que *abre crédito extraordinário no valor global de oitocentos e cinqüenta milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, trezentos e trinta e cinco reais, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Educação, da Justiça, das Relações Exteriores, da Defesa e Operações Oficiais de Crédito, para os fins que especifica.*

(publicado no Diário Oficial da União de 13.10.2006, seção I)

Ato nº 55, de 2006 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 16 de outubro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 319, de 24 de agosto de 2006, que *institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria e dá outras providências.*

(publicado no Diário Oficial da União de 18.10.2006, seção I)

Ato nº 56, de 2006 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 16 de outubro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 320, de 24 de agosto de 2006, que *dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento*

de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em centro logístico industrial aduaneiro, altera a legislação aduaneira e dá outras providências.

(publicado no Diário Oficial da União de 18.10.2006, seção I)

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (1º a 31 de outubro de 2006)	
Deliberativas Ordinárias	04
Não Deliberativas	14
Deliberativas Extraordinárias	00
Especial	00
Total	18
Reuniões	03

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 31 de outubro de 2006)

MATÉRIAS APROVADAS	51
I – Medidas Provisórias aprovadas.....	14
1 – aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão da Câmara dos Deputados e enviada à sanção	1
2 – aprovada na íntegra e enviada à promulgação	12
3 – aprovadas na forma de projeto de Lei do Conversão apresentado pelo Senado Federal e devolvido à Câmara dos Deputados.....	1
II – Proposições aprovadas e enviadas à sanção.....	2
III - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados	5
1 – Por decisão do Plenário.....	3
1.1 - Proposições do Senado	2
1.2 – Proposições da Câmara	1
2 – Por decisão terminativa.....	2
2.1 - Proposições do Senado	2
IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação	28
1 - Concessões de telecomunicações	28
V – Requerimentos diversos	2
 MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	 4
VI – Matérias rejeitadas	1
VII – Matérias retiradas pelos autores	3
 TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	 55
 ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA	 5

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 15 DE FEVEREIRO A 31 DE OUTUBRO DE 2006

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 4ª LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA (15 de fevereiro a 31 de outubro de 2006)

Deliberativas Ordinárias.....	66
Não Deliberativas.....	95
Especiais.....	06
Extraordinárias.....	10
Total	177
Reunião.....	10

MATÉRIAS APROVADAS 813

I – Medidas Provisórias aprovadas..... 37

1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção..... 08

2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação..... 21

3 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados .. 05

4 – Aprovado Projeto de Lei de Conversão (ressalvados destaques) e Devolvida a Medida Provisória à Câmara dos Deputados..... 02

5 – Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pelo Senado Federal e devolvida à Câmara dos Deputados..... 1

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 47

III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados..... 111

1 - Em Decisão terminativa86

1.1 Projetos de Lei do Senado Federal.....86

2 - Por Decisão de Plenário25

2.1 – Do Senado Federal.....12

2.2 – Da Câmara dos Deputados.....11

2.3 – de Comissão Mista.....2

IV - Projetos aprovados e enviados à promulgação 472

1 - Acordos Internacionais.....57

2 – Suspensão de Atos Normativos declarados inconstitucionais.....07

3 – Operações de Crédito.....17

4 – Concessões de telecomunicações.....389

5 – Alterações do Regimento Interno.....02

V – Escolha de chefes de Missão Diplomática.....	27
VI – Pareceres referentes a Mensagens de Escolha de Autoridade	25
VII – Requerimento de informações sigilosas.....	1
VIII – Requerimentos de Votos de Aplauso, Censura ou Semelhante	7
IX – Requerimento de Auditoria do TCU.....	1
X – Indicação.....	1
XI – Requerimentos Diversos	84
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	25
I - Matérias prejudicadas	5
II - Matérias rejeitadas	12
III – Matérias retiradas	8
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	838
ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS.....	49
ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL DECLARANDO O TÉRMINO DO PRAZO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS	3

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia
PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro
BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão
PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará
PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco
PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais
BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás
PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso
PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Shlessarenko**

Rio Grande do Sul
PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará
PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba
PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PRB – Roberto Cavalcanti **^S

Espírito Santo
PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí
PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte
PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina
PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas
P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotonio Vilela Filho**

Sergipe
PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas
PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná
PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre
BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul
PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PT – Delcídio Amaral **
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal
PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins
PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá
PMDB – José Sarney *
PMDB – Geovani Borges**^S
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia
PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima
PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
PMDB	
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
PDT	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Shhessarenko – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.
Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾**

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽⁵⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ^{(1) (5)}	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ^{(2) (6)}	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Shessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves (PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho ³ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira ⁵	MG	2244	1. Leomar Quintanilha ⁴ (PCdoB)-cessão	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges ⁶	AP	1712
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁷	SP	3213
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 3.10.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o Of. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁵ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁶ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁷ Eleito na Sessão do SF do dia 3.10.2006. Indicado de acordo com o Ofício nº 32/2006-GLDBAG-CSCOM, de 6.9.2006.

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
AELTON FREITAS			
Comentários à matéria do jornal <i>Correio Braziliense</i> , prevendo que em 2006 os índices de inflação serão menores que os do PIB. Expectativa de um maior crescimento econômico e de uma queda na taxa de juros.	93	Transcrição da matéria intitulada “General reclama de intimidação”, publicada pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 13 de outubro de 2006.	160
		Transcrição da matéria intitulada “Vice da OAB acusa Lula de desestimular a PF”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 28 de setembro de 2006.	179
ALMEIDA LIMA			
Transcrição da matéria intitulada “Dinheiro deve ter saído do PT, diz relatório”, publicada pelo jornal <i>Folha de São Paulo</i> , em sua edição de 18 de outubro de 2006.	33	A dimensão da crise na agricultura brasileira.	179
Transcrição da matéria intitulada “CPI derrota governo e convoca Berzoini e Freud para depor”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 18 de outubro de 2006.	118	O baixo crescimento econômico e a alta taxa de juros no País.	179
Transcrição da matéria intitulada “O terrorismo do PT”, publicada pela revista <i>Veja</i> , edição de 18 de outubro de 2006.	147	Transcrição da matéria intitulada “PF pedirá a quebra do sigilo telefônico de cinco petistas”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 25 de setembro de 2006.	285
Transcrição do artigo intitulado “Será possível que ninguém se toca?” de autoria do jornalista Arnaldo Jabor, publicado no jornal <i>O Globo</i> , edição de 17 de outubro de 2006.	182	Transcrição da matéria intitulada “Para vice de Serra, petistas são ‘filhotes de Goebbels’”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 11 de outubro de 2006.	422
ALVARO DIAS			
Transcrição da matéria intitulada “PT não aprende com crise, diz Alckmin”, publicada pelo jornal <i>Folha de São Paulo</i> , em sua edição de 17 de setembro de 2006.	27	ANTERO PAES DE BARROS	
Transcrição da matéria intitulada “Justiça manda prender 6 petistas ligados a dossiê”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 27 de setembro de 2006.	112	Transcrição do editorial intitulado “A conta não fecha”, publicado pelo jornal <i>O Globo</i> , em sua edição de 31 de agosto de 2006.	34
Defesa de solução que permita aos “sacoleiros” de Foz do Iguaçu saírem da informalidade. ...	135	Transcrição da matéria intitulada “PF identifica a casa de câmbio que comprou dólares de petistas”, publicada pelo jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 30 de setembro de 2006.	117
		Transcrição da matéria intitulada “A Desilusão Venceu a Esperança”, publicada pela revista <i>Época</i> , edição de 2 de outubro de 2006.	149
		Transcrição da matéria intitulada “Céu sem despesas”, publicada no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 30 de agosto de 2006.	181
		Transcrição da matéria intitulada “Mais uma tentativa de errar”, publicada na revista <i>Exame</i> , edição de 13 de setembro de 2006.	290

	Pág.		Pág.
Transcrição do editorial intitulado “Choque de realidade”, do jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 6 de setembro de 2006.	417	ARTHUR VIRGÍLIO	
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		Voto de Aplauso à Editora Alvinegra, pelo lançamento da Revista Piauí. Aparte ao Senador Mão Santa.	3
Oposição à postura do Senador Roberto Saturnino quanto às críticas aos udenistas.	63	Transcrição dos artigos publicados na imprensa sobre o Governo Lula. Inclusão nos Anais do artigo “O Dom Quixote da Imprensa”, publicado pelo jornal <i>Tribuna da Imprensa</i> , em 18 de outubro de 2006, de autoria do Senhor Orpheu Santos Sales.	8
Transcrição de reportagem veiculada pela revista <i>Veja</i> , em sua edição de 11 de outubro de 2006, intitulada “Por que não pode todo mundo ser Ronaldinho”.	68	Registro de e-mail recebido sobre o possível uso de aviões da FAB, destinados ao transporte de eleitores, para irem votar em seus estados.	8
Comentários às declarações do Governador eleito da Bahia, Jaques Wagner.	68	Manifestação sobre pronunciamento que S.Exa. fez na sessão do dia 18 de outubro de 2006, sustentando a autenticidade da minuta de Medida Provisória sobre TV - Digital, que prejudica o Pólo Industrial de Manaus.	8
Comentários à matéria da revista <i>Veja</i> sobre a Infraero.	68	Críticas ao Presidente Lula, devido ao uso da reinauguração do Correio Aéreo Nacional para fins eleitorais. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	17
Apelo para que o Presidente Lula explique, antes da eleição do dia 29 de outubro de 2006, o enriquecimento do filho de S.Exa., Fábio Luís Lula da Silva, o “Lulinha”, e sua relação com a empresa de telefonia Telemar.	68	Transcrição das matérias intituladas “PT vai dar reajuste menor a servidor se vencer eleição” e “Reajustes do funcionalismo poderão ser menores, diz coordenador da campanha de Lula”, publicadas nos jornais <i>Folha de S.Paulo</i> e <i>O Estado de S.Paulo</i> , respectivamente.	35
Considerações sobre as declarações do Governador eleito da Bahia, Jaques Wagner. Aparte ao Senador César Borges.	90	Considerações sobre a atitude do Presidente Lula no debate do dia 15 de outubro de 2006, na TV Bandeirantes.	35
Críticas a Jaques Wagner, por ter declarado ao jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> que petistas envolvidos em denúncias sobre o escândalo do dossiê “têm o direito de mentir”.	125	O Presidente Lula e o Biodiesel.	35
Transcrição da coluna do jornalista Augusto Nunes, do <i>Jornal do Brasil</i> , intitulado “mentir é o mesmo que rezar”.	378	Justificação a requerimentos de informação que encaminha à Mesa.	66
Protesto contra a falta de ação do Governo Federal, em razão da paralisação dos controladores de voo.	378	Requerimento nº 1.065, de 2006, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre o uso indevido do carro oficial.	67
Repúdio ao constrangimento sofrido por jornalista da revista <i>Veja</i> pela Polícia Federal.	391	Requerimento nº 1.066, de 2006, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre a participação do Senhor Expedito Veloso, ex-Diretor do Banco do Brasil, nos Conselhos Fiscal ou de Administração de empresas estatais, bem como de empresas que tenham participação do governo.	67
Considerações sobre as providências a serem tomadas para que o sistema de controle de voo funcione perfeitamente. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	409	Requerimento nº 1.067, de 2006, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre a existência de proposta do governo tornando possível para o consumidor a portabilidade do crédito consignado.	68
ANTÔNIO CARLOS VALADARES		Solicitação de esclarecimentos do Presidente Lula, quanto ao enriquecimento do filho de S.Exa., Fábio Luís Lula da Silva, o “Lulinha”, e sua relação	
Considerações sobre a situação vexatória das prefeituras que, ao longo dos anos, alcançaram um endividamento altíssimo com a Previdência Social.	412		
Cumprimentos ao Presidente Lula pela vitória alcançada nas eleições 2006.	412		

Pág.	Pág.
com a empresa de telefonia Telemar. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	69
Requerimento nº 1.068, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao Município de Manaus, pelo transcurso de seu 337ª aniversário de criação.	78
Encaminhamento à Mesa do requerimento nº 1.068, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao Município de Manaus, pelo transcurso de seu 337ª aniversário de criação.	78
Comentários à matéria intitulada “Pais denunciam excursão irregular a comício”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 21 de outubro de 2006.	87
Comentários às declarações do Ministro Tarso Genro, e às matérias publicadas na imprensa sobre superfaturamento nas obras do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, o escândalo do dossiê e irregularidades encontradas pelo TCU no Dataprev e na Casa da Moeda do Brasil.	98
Considerações ao debate, realizado no dia 23 de outubro de 2006, entre os candidatos à Presidência da República, Geraldo Alckmin e Luiz Inácio Lula da Silva.	98
Transcrição das matérias intituladas “Risco de apagão pode chegar a 50% em 2008”, “Liberdade de imprensa retrocede no Brasil” e “Perdulário, gigantesco e ineficiente”, publicadas, respectivamente, no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> e na revista <i>Veja</i> , em suas edições de 24 e 25 de outubro de 2006.	119
Críticas ao Presidente Lula.	119
Questionamentos a respeito das notícias veiculadas sobre a eleição presidencial.	190
Regozijo pela consolidação da democracia brasileira na eleição presidencial. Registro de dificuldades no Ministério das Relações Exteriores em virtude do envolvimento do Ministro na campanha eleitoral para Presidente da República.	209
Posicionamento contrário à edição de Medida Provisória pelo Presidente Lula para regulamentar a produção de televisores no padrão digital.	209
Encaminhamento à Casa de três requerimentos. O primeiro requer Voto de Aplauso à Professora Maria Helena P. T. Machado, pelo seu trabalho acerca das pesquisas realizadas na Amazônia pelo filósofo norte-americano William James. O segundo requer Voto de Aplauso ao novo ídolo do automobilismo brasileiro, Felipe Massa, por sua vitória no autódromo de Interlagos no grande prêmio do circuito de Fórmula 1. O terceiro requer Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no Rio de Janeiro, em 19 de outubro de 2006, da Senhora Ruth Silvina de Oliveira.	250
Protesto contra suposta minuta de Medida Provisória que possibilitaria a fabricação, em outros Estados, de conversores que transforma a TV analógica em digital, o que seria danosa ao Pólo Industrial de Manaus.	250
Requerimento nº 1.076, de 2006, que requer Voto de Aplauso à Professora Maria Helena P. T. Machado, pelo seu trabalho acerca das pesquisas realizadas na Amazônia pelo filósofo norte-americano William James, o estudioso que popularizou o termo pragmatismo.	251
Requerimento nº 1.077, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no Rio de Janeiro, em 19 de outubro de 2006, da Senhora Ruth Silvina de Oliveira.	252
Considerações sobre os resultados das eleições presidenciais, realizadas em 29 de outubro de 2006, e o recado deixado pelas urnas.	255
Transcrição da entrevista intitulada “Vou apoiar a produção de TV digital na Zona Franca”, concedida pelo candidato tucano Geraldo Alckmin, publicada no jornal <i>A Crítica</i> , edição de 15 de outubro de 2006.	424
CÉSAR BORGES	
Cumprimentos à Senadora Heloísa Helena pela coerência na campanha à Presidência da República. Considerações sobre o debate, realizado no dia 23 de outubro de 2006, entre os candidatos à Presidência da República, Geraldo Alckmin e Luiz Inácio Lula da Silva. Comentários às declarações do Governador eleito da Bahia, Jaques Wagner. .	89
EDUARDO AZEREDO	
Requerimento nº 1.071, de 2006, que requer que seja oficiado ao ex-Ministro da Agricultura e Deputado Federal Constituinte, Engenheiro Agrônomo, Alysson Paulinelli, Votos de Congratulações pela escolha do seu nome laureado pelo World Food Prize, do ano de 2006.	139
Requerimento nº 1.072, de 2006, que requer que seja oficiado ao Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Engenheiro Agrônomo com mestrado em Agronomia, Edson Lobato, Votos de Congratulações pela escolha de seu nome como laureado pelo World Food Prize, do ano de 2006.	140
Requerimento nº 1.073, de 2006, que requer que seja oficiado à Professora Ana Flávia Ribeiro Coura Guizalberte, Voto de Congratulações pelo recebimento do Prêmio Professor Nota 10, promo-	

	Pág.		Pág.
vido pela Fundação Victor Civita, e que tem grande significado nacional na área da Educação.	140	FLÁVIO ARNS	
Críticas ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por desconsiderar contribuições de governos passados.	143	Parecer nº 1.176, de 2006 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Azevedo, que institui o Dia Nacional do Pesquisador.	221
Transcrição do artigo intitulado “Alckmin e as negociações comerciais”, do ex-Embaixador do Brasil na Grã-Bretanha e nos EUA, Rubens Barbosa, publicado no jornal <i>O Globo</i> , edição de 24 de outubro de 2006.	212	Parecer nº 1.178, de 2006 (da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2003, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera o art. 49 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com o objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural os arrendatários de terras, os parceiros, os consórcios e os condomínios de produtores rurais, bem como os quilombolas.	226
Parecer nº 1.179, de 2006 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer prazo até o último dia útil do ano em que é entregue a declaração de ajuste para a restituição de Imposto de Renda Pessoa Física pago a maior; e sobre o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2004, de autoria do Senador Pedro Simon, que fixa prazo para restituição do Imposto sobre a Renda e Proventos descontado na fonte, e dá outras providências. (Tramitando em conjunto nos termos do Requerimento nº 512, de 2005).	235	FLEXA RIBEIRO	
EDUARDO SUPLICY		Transcrição da matéria intitulada “Vivam as privatizações!”, publicada pela revista <i>Veja</i> , em sua edição de 18 de setembro de 2006.	30
Comentários a respeito do relacionamento do Presidente Lula para com o Congresso Nacional, no período pós-eleição. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	261	Transcrição da matéria intitulada “Hackers atacam página do PT”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 24 de agosto de 2006. .	114
Considerações sobre a vitória do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, reeleito para o cargo de Presidente da República. Aparte ao Senador Tião Viana.	268	Transcrição da matéria intitulada “Ex-governador de Goiás muda versão sobre relato de menção a presidente”, publicada pelo jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 5 de setembro de 2006.	157
Saudação ao extraordinário momento vivido pelo Brasil com as eleições para Presidente da República.	269	Transcrição da matéria intitulada “Presidente comprou governador de MT”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 16 de outubro de 2006.	185
Registro de viagem feita à África do Sul, em que participou do 11º Congresso Mundial da Rede Internacional da Renda Básica.	269	Transcrição da matéria intitulada “Dossiê Vendo foi decisivo para a queda”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 2 de outubro de 2006.	288
Requerimento nº 1.078, de 2006, que requer a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso pela passagem dos cem anos do vôo do 14 Bis, bem como, pela inestimável contribuição dada por Santos Dumont ao desenvolvimento da ciência e da aviação em especial.	274	Transcrição da matéria intitulada “Caio Fábio diz que foi pressionado por PT no caso Cayman” e “FAT financia ONG ligada a ex-assessor de Mercadante”, publicadas, respectivamente, pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , em suas edições de 22 de outubro e 22 de setembro de 2006.	419
Voto de Congratulações e Aplauso pela passagem dos cem anos de vôo do 14 Bis, bem como, pela inestimável contribuição dada por Santos Dumont ao desenvolvimento da ciência e da aviação em especial.	276	HERÁCLITO FORTES	
		Voto de Louvor ao aniversário de fundação do Estado do Piauí. Aparte ao Senador Mão Santa. .	5
		Informações sobre acusações feitas pelo Presidente Lula ao candidato Geraldo Alckmin, segundo o qual a Zona Franca de Manaus será extinta. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	10
		Questionamento sobre o anúncio feito pelo Presidente Lula, de inaugurar o Correio Aéreo	

	Pág.		Pág.
Nacional, e a respeito de diversas outras promessas.	17	policiais federais na facilitação de encontros ilegais nas prisões.	398
Considerações sobre as características neoliberais de alguns políticos. Aparte ao Senador Roberto Saturnino.	59	Lamento pelo triste episódio de constrangimento contra jornalistas da revista <i>Veja</i> , na Polícia Federal e manifestação contra o cerceamento do exercício de qualquer profissão que seja.	405
Considerações sobre as irregularidades denunciadas pela revista <i>Veja</i> , no que diz respeito à INFRAERO. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	71	IDELI SALVATTI	
Comentários à reportagem intitulada “ONG’s: os novos inimigos do capitalismo”, publicada pela revista <i>Exame</i> , edição de 19 de outubro de 2006. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.	86	Requerimento nº 1.075, de 2006, que requer Voto de Aplauso para a Estatal Eletrosul que recebeu, no dia 26 de outubro de 2006, pelo segundo ano consecutivo, o prêmio de melhor empresa do setor de energia elétrica do País, concedido pela Revista <i>IstoÉ Dinheiro</i>	249
Críticas ao Presidente Lula, devido à omissão de informações referentes aos vários escândalos de corrupção. Aparte ao Senador César Borges. .	90	Satisfação pela vitória do Brasil nas eleições realizadas no dia 29 de outubro de 2006, em todo o País. Análise sobre os resultados alcançados pelo Presidente Lula nas eleições.	253
Comentários à matéria intitulada “Cooperativa do Sr. Lorenzetti quebra no Estado do Pará”.	94	Regozijo com o clima político que se instalou após a vitória do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, reeleito para o cargo de Presidente da República. Aparte ao Senador Tião Viana.	267
Considerações ao debate, realizado no dia 23 de outubro de 2006, entre os candidatos à Presidência da República, Geraldo Alckmin e Luiz Inácio Lula da Silva.	94	Cumprimentos à Senadora Ana Júlia Carepa, pela vitória alcançada na disputa pelo cargo de Governadora do Pará.	387
A fiscalização das ONGs.	94	Considerações sobre o constrangimento sofrido por alguns jornalistas da revista <i>Veja</i> , nas dependências da polícia federal, que participaram da matéria intitulada “Operação Abafa”.	390
Considerações sobre o uso eleitoral da Polícia Federal. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	163	Considerações sobre o pronunciamento do Senador Heráclito Fortes que a acusou de justificar a atuação da Polícia Federal sobre o depoimento dos jornalistas da revista <i>Veja</i>	391
Considerações sobre as promessas apresentadas pelos candidatos eleitos. Aparte ao Senador Ney Suassuna.	167	Esclarecimentos sobre o episódio narrado pelo Senador Heráclito Fortes, obtidas junto ao Doutor Paulo Lacerda, da Polícia Federal.	396
Protesto contra os discursos do Presidente Lula, em campanha pela reeleição, com críticas ao Congresso Nacional pelo fato de ainda não ter sido votada a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. .	170	Comentário à matéria publicada pela revista <i>Veja</i> , sobre o envolvimento de policiais federais na facilitação de encontros ilegais nas prisões. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	398
Transcrição do artigo intitulado “Cleptopelagismo: criação brasileira”, de autoria de Lourenço Cazarré.	176	JORGE BORNHAUSEN	
Retrospectiva das sucessivas denúncias de irregularidades no Governo Lula.	205	Leitura de Nota Oficial da Executiva Nacional do PFL, aprovada no dia 31 de outubro de 2006, sobre os resultados das eleições presidenciais do dia 29 de outubro de 2006.	402
Elogios à pessoa do candidato Geraldo Alckmin, com quem conviveu nos últimos meses da campanha eleitoral.	262	JOSÉ AGRIPINO	
Repúdio ao constrangimento sofrido por alguns jornalistas da revista <i>Veja</i> , nas dependências da Polícia Federal, que participaram da matéria intitulada “Operação Abafa”.	389	Votos de bom êxito ao Presidente Lula no desempenho de sua missão. Questionamentos sobre	
Manifestação sobre o pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti, no qual tenta justificar a atuação da Polícia Federal no constrangimento de alguns jornalistas da revista <i>Veja</i>	390		
Manifestação sobre os esclarecimentos da Senadora Ideli Salvatti, acerca de matéria publicada pela revista <i>Veja</i> , a respeito do envolvimento de			

VI

	Pág.		Pág.
as primeiras palavras do Presidente Lula, após o resultado das eleições.	414	Transcrição da matéria intitulada “Imagens de TV manipuladas”, publicada pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 23 de setembro de 2006. ..	188
JUVÊNIO DA FONSECA		Transcrição da matéria intitulada “Só metade dos pacotes já entrou em vigor”, publicada no jornal <i>Folha de São Paulo</i> , edição de 23 de setembro de 2006.	286
Transcrição da matéria intitulada “Cai diretor do BB que colheu dados para dossiê”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , em sua edição de 21 de setembro de 2006.	32	Transcrição do editorial intitulado “Sismo sob o PT”, do jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 25 de setembro de 2006.	423
Transcrição do artigo intitulado “Troca de motosserra”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 12 de setembro de 2006.	116	MÃO SANTA	
Transcrição da matéria intitulada “PT afirma que recebeu e distribuiu cartilhas com publicidade federal”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 13 de setembro de 2006.	155	Registro, no dia 19 de outubro, do aniversário de fundação do Estado do Piauí.	1
Transcrição da matéria intitulada “TCU bloqueia repasse de R\$ 6,35mi ao Piauí às vésperas da eleição”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 13 de setembro de 2006.	184	Análise sobre o resultado das eleições, realizadas no dia 29 de outubro de 2006, para o cargo de Presidente da República.	271
Transcrição do artigo intitulado “O ‘modus operandi’ da reeleição”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 12 de setembro de 2006. ..	289	Críticas à reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Aparte ao Senador Roberto Saturnino.	376
Transcrição do artigo intitulado “Lula sem FHC”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 12 de setembro de 2006.	419	Considerações sobre a falsa vitória da democracia brasileira, a reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	379
LEOMAR QUINTANILHA		Considerações sobre a complexidade do processo democrático. Intenção de cobrar do Presidente Lula as promessas de campanha.	392
Homenagem ao aniversário de fundação do Estado do Piauí. Aparte ao Senador Mão Santa.	6	MARCELO CRIVELLA	
Homenagem ao Estado do Piauí pela passagem do aniversário de sua fundação, em 19 de outubro.	6	Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2006, que altera a Lei nº 9.263, de 12-1-1996, que trata do planejamento familiar, para tornar obrigatório o ensino de educação sexual, instituir o Dia do Planejamento Familiar, reduzir a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica e revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges, na vigência de sociedade conjugal para a realização de esterilização cirúrgica.	292
Considerações sobre o Decreto Presidencial assinado em 18 de outubro de 2006, que dispõe sobre a regulamentação da gratuidade de viagens para a pessoa idosa, estabelecendo um percentual de vagas nos transportes de ônibus interestaduais, trens e navios.	6	Aplausos à reeleição do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.	373
LÚCIA VÂNIA		MARCO MACIEL	
Transcrição da matéria intitulada “O ajuste de contas”, publicada pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 24 de setembro de 2006.	23	Apelo à Câmara dos Deputados no sentido de que inclua a matéria da regulamentação do Lobby na Ordem do Dia, pois o “Lobby” proporciona uma maior transparência no processo democrático.	407
Transcrição da matéria intitulada “Outra violação de sigilo”, publicada pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 23 de setembro de 2006.	159	Manifestação contra a postergação da regulamentação do instituto do “Lobby”, cujo projeto é da autoria de S.Exa.	407

	Pág.		Pág.
MARCOS GUERRA			
Transcrição da matéria intitulada “BB continua ‘partidarizado’ revela crise”, publicada pelo jornal <i>Folha de São Paulo</i> , em sua edição de 22 de setembro de 2006.	28	Apelo aos novos Senadores eleitos, para que não descuidem de incentivar as potencialidades econômicas do Nordeste.	166
Transcrição da matéria intitulada “O Maior escândalo da história”, publicada pelo <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 21 de setembro de 2006.	113	Satisfação com as propostas dos candidatos à Presidência, em favor da revitalização da SUDENE.	166
Transcrição da matéria intitulada “Ficou ainda pior”, publicada pela revista <i>Veja</i> , edição de 18 de outubro de 2006.	158	Considerações sobre o programa intensivo de plantação de mamona em todo Nordeste. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	172
Transcrição da matéria intitulada “PF afasta delegado e faz intervenção branca para controlar investigações”, publicada pelo jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 22 de setembro de 2006.	186	PAPALÉO PAES	
Parecer nº 1.177, de 2006 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2006 (nº 4.526/2004, na origem), que institui o Dia Nacional do Notário e do Registrador.	224	Transcrição do editorial intitulado “Palavras ao vento”, publicado pelo jornal <i>Folha de São Paulo</i> , em sua edição de 31 de agosto de 2006.	29
Transcrição da matéria intitulada “FH contrata e diz que ‘bandido é na cadeia’”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 30 de agosto de 2006.	287	Transcrição da matéria intitulada “Lula despista atacando, diz Alckmin”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 28 de agosto de 2006.	115
MOZARILDO CAVALCANTI			
Análise do resultado das eleições no Estado de Roraima.	64	Transcrição do artigo intitulado “Restou um caudilho”, publicado pelo jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 25 de agosto de 2006.	156
Registro de 23 anos de existência do jornal <i>Folha de Boa Vista</i>	79	Enumeração de medidas essenciais para alavancar a retomada do desenvolvimento do Brasil, na opinião de especialistas ouvidos pela revista <i>Exame</i>	252
O descaso por parte do Presidente Lula no tocante à Amazônia.	132	PAULO PAIM	
Críticas às ironias do Presidente Lula, candidato à reeleição, em debate nacional. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	145	Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2006, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa “Cantando as Diferenças”, destinado a promover a inclusão social de grupos discriminados e dá outras providências.	295
O uso eleitoral da Polícia Federal.	162	Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2006, que institui o Dia Nacional de reflexão do “Cantando as Diferenças”.	296
Encaminhamento de requerimento que solicita informações ao Ministro de Minas e Energia, sobre venda de área da Amazônia para ingleses.	162	Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2006, que altera o Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre as sociedades de capitalização e dá outras providências, para vedar a cobrança de multas ou a retenção de quaisquer valores sobre o montante depositado por subscritores de títulos de capitalização na hipótese de resgate antecipado.	297
Requerimento nº 1.074, de 2006, que requer que sejam prestadas pelo Senhor Ministro de Minas e Energia, Silas Rodeau, informações sobre planejamento, por parte do Governo Federal, para venda de 331 áreas minerais a estrangeiros, conforme denúncia do “Site Alerta Total”, em anexo. .	164	Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2006, que acrescenta o § 4º ao art. 118 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para explicitar que não constitui acumulação proibida a titularidade de dois cargos públicos, quando apenas um deles for remunerado.	299
NEY SUASSUNA			
Agradecimento à postura de solidariedade demonstrada por colegas Senadores, no que diz respeito às denúncias de envolvimento de S.Exa. no caso das “Sanguessugas”.	61	Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2006, que considera a atividade profissional de motorista	

VIII

	Pág.		Pág.
de táxi prejudicial à saúde para efeito da concessão de aposentadoria especial.	303	ocorrido em 24 de outubro de 2006, no Rio de Janeiro.	139
Cumprimentos ao Ministro da Educação e ao titular da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, pela realização, no dia 6 de novembro de 2006, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, de audiência pública destinada a debater o Ensino Técnico Profissionalizante em todo o País.	382	Considerações sobre os discursos dos candidatos à eleição. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	145
Homenagem à memória do ex-Deputado Federal Florestan Fernandes, falecido em 10 de agosto de 1995.	382	Regozijo pela vitória do Presidente Lula, uma genuína manifestação da democracia.	375
Justificação pela apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2006, que cria o programa “Cantando as Diferenças”, destinado a promover a inclusão social de grupos discriminados.	382	Comentários ao Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2006, que cria o programa “Cantando as Diferenças”, destinado a promover a inclusão social de grupos discriminados. Aparte ao Senador Paulo Paim.	383
Comentários à indicação de Olívio Dutra à Presidência do Partido dos Trabalhadores (PT). Aparte ao Senador Sibá Machado.	405	Considerações a respeito do segundo turno das eleições 2006. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	388
PEDRO SIMON		RODOLPHO TOURINHO	
Homenagem a Muhammad Yunus, brilhante professor de Economia de Bangladesh, recentemente agraciado com o Prêmio Nobel da Paz, conhecido no mundo inteiro como o “Banqueiro dos Pobres”.	109	Justificação de Projeto de Lei de autoria de S.Exa., que inclui os municípios entre os agentes de fomento do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).	84
ROBERTO CAVALCANTI		ROMERO JUCÁ	
Relato da participação de S.Exa. na 115ª Assembléia da União Interparlamentar da UIP, realizada em Genebra.	416	Parecer nº 1.175, de 2006 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.	217
ROBERTO SATURNINO		ROMEU TUMA	
Comparação entre o pensamento da antiga União Democrática Nacional (UDN) e os opositores ao Governo Lula.	57	Requerimento nº 1.079, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do radialista, jornalista, escritor e ex-Deputado Federal Enéas Machado de Assis, ocorrido no dia 17 de outubro de 2006, na cidade de São Paulo.	305
Esclarecimento à reportagem da revista <i>Veja</i> com objetivo de atacar o Presidente da República.	83	Lamento pelo episódio de constrangimento contra jornalista da revista <i>Veja</i>	392
Considerações sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.	85	Considerações ao episódio narrado pelo Senador Heráclito Fortes, cujas informações foram obtidas junto ao Doutor Paulo Lacerda, da Polícia Federal. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	397
Encaminhamento à votação do requerimento nº 1.070, de 2006, que requer a inserção em ata de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Jurista José Luiz Bulhões Pedreira, ocorrido em 24 de outubro de 2006, no Rio de Janeiro.	139	Considerações ao relatório entregue por delegado da Polícia Federal, no qual relata os fatos e nomeia as pessoas que participaram de toda estrutura, denunciada em matéria publicada pela revista <i>Veja</i> . Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	399
Requerimento nº 1.070, de 2006, que requer a inserção em ata de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Jurista José Luiz Bulhões Pedreira,		Encaminhamento à Mesa de relatório entregue por delegado da Polícia Federal, no qual relata os fatos e nomeia as pessoas que participaram de	

	Pág.		IX Pág.
toda estrutura, denunciada em matéria publicada pela revista <i>Veja</i>	401	de verbas ou atrasos nas liberações de recursos orçamentários.	51
Considerações sobre o caos dos aeroportos brasileiros devido à paralisação dos controladores de voo.	408	TIÃO VIANA	
SIBÁ MACHADO		Comentários sobre as definições de convergência política entre a Presidência da República e o Congresso Nacional, no período pós-eleição. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	260
Sugestões ao Congresso Nacional para discussão na próxima legislatura, de uma agenda mínima para o País.	403	Satisfação e análise sobre a expressiva vitória do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, reeleito para o cargo de Presidente da República.	265
Cumprimentos ao Presidente Lula pela vitória alcançada, bem como aos demais candidatos aos cargos de Governador.	403	VALDIR RAUPP	
TEOTONIO VILELA FILHO		Comentários a respeito dos investimentos da China na área da educação.	97
Proposta de Emenda à Constituição n° 46, de 2006, que acrescenta o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios constitutivos das agências reguladoras, e altera o art. 168, para impedir que tais agências sofram contingenciamento		Requerimento n° 1.069, de 2006, que requer a retirada do Projeto de Lei n° 87, de 2006, que se encontra em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	109